

R E V I S T A

katálysis

**Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina**



A Revista Katálysis é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi indexada na *Scientific Electronic Library Online* – SciELO – em 2006. Recebe desde o ano de 2008, pelo Sistema de Avaliação e Qualificação da Capes/Qualis, a classificação A1. A Revista Katálysis tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes, relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das ciências sociais aplicadas, ciências humanas, política social, trabalho, questão social, saúde pública, cidadania, democracia, ética, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, questão urbana e agrária e globalização, bem como temas cuja interdisciplinaridade lhe são inerentes. É uma Revista científica, de periodicidade quadrimestral, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional. De natureza acadêmica, é voltada para o Serviço Social e áreas afins, para professores, pesquisadores, profissionais e para os segmentos da sociedade civil e política. Por seu vínculo com uma universidade pública, contribui para a construção de espaços públicos de socialização do conhecimento científico, acumulando, desde 1997, um rico acervo de informações, análises, fontes teóricas, debates, pesquisas e experiências.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Ubaldo Cesar Balthazar – Reitor
Alacoque Lorenzini Erdmann – Vice-Reitora

Centro Socioeconômico – CSE
Irineu Manoel de Souza – Diretor
Maria Denize Henrique Casagrande – Vice-Diretora

Departamento de Serviço Social – DSS
Carla Rosane Bressan – Chefe

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS
Tânia Regina Krüger – Coordenadora

Revista Katálysis – PPGSS – UFSC
Telefone: +55 48 3721 6524
E-mail: revistakatalysis@gmail.com
Websites:

Avaliadores da Edição

Alessandra Ximenes da Silva – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB, Brasil
Alexandre Aranha Arbia – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil
Aline Aparecida Justino – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Aline de Andrade Rodrigues – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Aline Aparecida Justino – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ana Carla Werneque Ribas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ana Cristina Brito Arcoverde – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil
Antônio Gabriel Santana Martins – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil

Beatriz Augusto de Paiva – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Carla Rosane Bressan – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Carla Sônia Lopes da Silva Serão – Instituto Politécnico do Porto – IPP, Porto – Portugal
Carlos Montañó – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Cláudia Gomes – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil
Cláudia Mônica dos Santos – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil
Cláudia Priscila Chupel dos Santos – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Christian Adel Mirza – Universidade da República – UdelaR, Montevideo, Uruguai
Cristiane Bonfim Fernandez – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus – AM, Brasil
Cristiane Luiza Sabino de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Cristina Kologeski Fraga – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria – RS, Brasil
Daniela Neves de Sousa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal – RN, Brasil
Dilceane Carraro – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Edivane de Jesus – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC
Eduardo Baldissera Carvalho Salles – Pontifícia Universidade Católica – PUC, Porto Alegre – RS, Brasil
Edvânia Ângela de Souza Lourenço – Universidade Estadual Paulista, Franca – SP, Brasil
Elizabeth Regina Negri Barbosa – Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, Ribeirão Preto – SP, Brasil
Eliete Cibele Cipriano Vaz – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Fábio César Fonseca – Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba – MG, Brasil
Giovana Sampaio – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil
Helena Lúcia Chaves – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil
Helenara Silveira Fagundes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Jaqueline Carvalho Quadrado – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Bagé – RS, Brasil
Josefa Batista Lopes – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA, Brasil
Julian Borba – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Juliene Tenório de Albuquerque – Centro Universitário Joaquim Nabuco – UNINABUCO, Recife – PE, Brasil
Leandro Nunes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Lobelia da Silva Faceira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA, Brasil
Luiz Inácio Germany Gaiger – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – São Leopoldo – RS
Maria Cecília Olivio – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Maria das Graças Osório Pitombeira Lustosa – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Maria Odete Simão – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Botucatu – SP, Brasil
Maria Ozanira da Silva e Silva – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA, Brasil
Maria Regina de Ávila Moreira – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil

Mariana Pfeifer Machado – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Márcia Carbonari – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Marina Cruz Silva – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros – MG, Brasil
Marisa Camargo – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Marlon Garcia Silva – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG, Brasil
Mary Garcia Castro – Universidade Católica do Salvador – UCSal, Salvador – BA, Brasil
Mary Kazue Zonfra – Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, Florianópolis – SC, Brasil
Michelly Laurita Wiese – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Mônica Castro Maia Senna – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Mônica Solange De Martino Bermúdez – Universidad de la República – UDELAR, Montevideo, Uruguai
Myriam Raquel Mitjavila – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Patrícia Barreto Cavalcanti – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil
Patrícia de Lima Felix – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó – SC, Brasil
Priscila Keiko Cossual Sakurada – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Ramofly Bicalho – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, Nova Iguaçu – RJ, Brasil
Ranieri Carli de Oliveira – Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio das Ostras – RJ, Brasil
Raquel Cavalcante Soares – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil
Renilda Vicenzi – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó – SC, Brasil
Ricardo Lara – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Rodrigo Castelo – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Sara Caumo Guerra – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil
Silvana Mara de Moraes dos Santos – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Natal – RN, Brasil
Silvina Verônica Galizia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Solange Maria Gayoso Costa – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil
Soraya Franzoni Conde – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Tânia Horst Noronha Jardim – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Valeria Lucília Forti – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Vania Maria Manfro – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Valquíria Padilha – Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto – SP, Brasil
Valter Martins – Universidade Federal Fluminense – UFF, Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil
Vera Lúcia Batista Gomes – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil
Virgínia Rosário Baptista – Universidade Nova de Lisboa – NOVA, Lisboa – Portugal
Walfrido Nunes Menezes – Centro Universitário Estácio do Recife, Recife – PE, Brasil

Apoio:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

FEPES

Comissão Editorial

Beatriz Augusto de Paiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Marisa Camargo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Dilceane Carraro, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Brasil.

Cristiane Luiza Sabino de Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Edivane de Jesus, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Jaime Hillesheim, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Suplentes

Heloísa Teles, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Fabiana Luiza Negri, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Keli Regina Dal Prá, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Sirlândia Schappo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Conselho Editorial Científico

Aldaíza Sposati - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Ana Elizabete Mota - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil

Ângela Maria Quintero Velásquez - Universidad de Antioquia - UdeA, Medellín, Colômbia

Beatriz Gershenson - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Berenice Rojas Couto - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Claudia Sandra Krmpotic - Universidad Nacional de La Matanza - UNLAM, Buenos Aires, Argentina

Cristina González - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina

Denise Bomtempo Birche de Carvalho - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Universidade do Estado de São Paulo - UNESP - Franca - SP, Brasil

Estela Grassi - Universidad de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, Argentina

Fábio Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil., Brasil

Fernanda Rodrigues - Universidade Católica Portuguesa - UCP, Braga, Portugal

Irene Rizzini - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Ivanete Boschetti - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Jorge Manoel Leitão Ferreira - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Lisboa, Portugal

Jussara Maria Rosa Mendes - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Lígia Helena Hahn Lückmann - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil

Manuel Jesús Sabariego Gómez - Universidad Pablo de Olavide - UPO, Sevilha, Espanha

Maria Carmelita Yazbek - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Maria da Glória Gohn - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo - SP, Brasil

Maria do Rosário de Fátima e Silva - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - PI, Brasil

Mariangela Belfiore Wanderley - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Marilda Villela Iamamoto - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Marta Silva Campos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Mônica Solange De Martino Bermúdez - Universidad de la República - UDELAR, Montevideo, Uruguai

Nora Aquín - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina

Paulo Marques Alves, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portugal, Portugal

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Raquel Cardeira Varela, IHC/UNL (Instituto de História Contemporânea/ Universidade Nova de Lisboa), Portugal

Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora - Faculdade de Serviço Social

Sergio Lessa - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió - AL, Brasil

Sueli Bulhões da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Susana Cazzaniga - Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER, Entre Ríos, Argentina

Susana Malacalza - Universidad Nacional de la Plata - UNLP, Buenos Aires, Argentina

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Editor-Chefe

Ricardo Lara

Vice-Editora Chefe

Michelly Laurita Wiese

Projeto Gráfico

Pedro Paulo Delpino

Editoração Eletrônica

Editora Cubo

Formatação e Revisão da Normalização

Heloísa Costa

Larissa Salete Zotti

Tradução

A2Z Serviços de Idiomas - Inglês

Apoio Administrativo

Márcio dos Santos Siqueira

Assistente em Administração

Newton de Mendonça Barbosa Jr.

ISSN 1982-0259

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da UFSC

Revista Katálýsis / Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social. – n.1 (junho 1997) – .

– Florianópolis; 1997 – .

v. ; 28 cm

Quadrimestral

Resumo em português e inglês

Até 2003 vinculada ao Departamento de Serviço Social.

A partir de 2004 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.

A partir de 2006, disponível na SciELO em: <www.scielo.br/rk>

A partir de 2008, disponível no Portal Periódicos UFSC em:

< <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>>

Versão impressa ISSN 1414-4980 até edição v. 18, n. 1 2015.

Versão online ISSN 1982-0259

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social

CDU 36

Publicação indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online

DOAJ - Directory of Open Access Journals

REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

DIALNET - Difusión de Alertas en la Red - Universidad de La Rioja/España

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

vLEX - Base de Dados da Área de Direito

OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura

ULRICHSWEB – Global Serials Directory

CAPES - Portal de Periódicos da Capes

PKP - Public Knowledge Project Index

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Sumário

Editorial	
Estado, autoritarismo e luta de classes	
Angela Santana do Amaral	
Juliane Feix Peruzzo	1
Espaço Temático: Estado, autoritarismo e luta de classes	
América Latina: capital e devastação social	
José Fernando Siqueira da Silva	7
Estado y autoritarismo en Argentina: el debate sobre la “nueva derecha”	
Andrés Tzeiman	33
El Estallido Social en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo?	
Tereza Maria Spyder Dulci	
Vania Alvarado Sadivia	43
O nacionalismo hindu de Modi: autoritarismo e neoliberalismo na Índia	
Fabio Luis Barbosa dos Santos	53
As novas reformas governativas em tempo de COVID-19 em Angola no atual contexto político e social e o enfrentamento das desigualdades sociais	
Daniel Luciano Muondo	
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira	66
Brasil: fascismo ou neoescravidão?	
María del Carmen Cortizo	
Débora Ruviaro	76
Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil	
Diogo Prado Evangelista	86
Estado e classes sociais: uma imbricada e contraditória relação	
Liliam dos Reis Souza Santos	99
Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes	
Keila Carvalho	109
Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente	
Sabrina Aparecida da Silva	119
A democracia brasileira e seus inimigos	
Everton Rodrigo Santos	
Henrique Carlos de O. Castro	
Fabio Hoffmann	127
Direito à comunicação e cidadania: o processo democrático no centro do debate	
Rômulo Magalhães Fernandes	139
Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo	
Maria do Socorro Sousa de Araújo	
Alba Maria Pinho de Carvalho	146

Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso	
Andréa Pires Rocha	
Rita de Cássia Cavalcante Lima	
Daniela Ferrugem	157
A moderna construção da vigilância e do controle social no Brasil	
Vânia Morales Sierra	
Silene de Moraes Freire	168
O Estado penal, o sistema prisional e a crise do humanismo	
Cibelle Doria da Cunha Bueno	177
Usina Hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense	
Kátia Maria dos Santos Melo	188
Espaço Tema Livre	
Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas	
Luana Passos	
Lorena Souza	198
Política social en Brasil y Cuba: un análisis crítico desde el subdesarrollo	
Aline Fardin Pandolfi	
Camila Costa Valadão	210
Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra	
Rose Dayanne Santos de Brito	220
Uberization of labor and Marx's <i>Capital</i>	
Guilherme Nunes Pires	228
Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos	
Rodrigo Silva Lima	235
Produção de energia eólica em Pernambuco e a injustiça ambiental sobre comunidades rurais	
Amanda Oliveira de Santana	
Tarcísio Augusto Alves da Silva	245
Entrevista	
Entrevista com Amelinha Teles: o nosso projeto é pela vida, Heleieth Saffioti na luta feminista.	
Raquel Oliveira Lindoso	
Daniele Cordeiro Motta	255

Contents

Editorial	
State, authoritarianism, and class struggle	
Angela Santana do Amaral	
Juliane Feix Peruzzo	4
Thematic Space: State, authoritarianism and class struggle	
Latin America: capital and social desolation	
José Fernando Siqueira da Silva	20
State and authoritarianism in Argentina: the debate about the “new right”	
Andrés Tzeiman	33
The Chilean Social Outbreak: towards a New Constitutionalism?	
Tereza Maria Spyder Dulci	
Vania Alvarado Sadivia	43
Modi’s hindu nationalism: neoliberalismo and authoritarianism in India	
Fabio Luis Barbosa dos Santos	53
The new government reforms in time of COVID-19 in Angola in the current political and social context of the country and the confrontation of social inequalities	
Daniel Luciano Muondo	
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira	66
Brazil: fascism or neo-slavery	
María del Carmen Cortizo	
Débora Ruviano	76
Dependent bourgeois revolution and counter-revolution in Brazil	
Diogo Prado Evangelista	86
State and social classes: an overlapping and contradictory relationship	
Liliam dos Reis Souza Santos	99
Bourgeois autocracy and the revolutionary praxis of Florestan Fernandes	
Keila Carvalho	109
Authoritarianism and the crisis of democracy in Brazil: between the past and the present	
Sabrina Aparecida da Silva	119
Brazilian democracy and its enemies	
Everton Rodrigo Santos	
Henrique Carlos de O. Castro	
Fabio Hoffmann	127
Right to communication and citizenship: the democratic process at the center of the debate	
Rômulo Magalhães Fernandes	139
Authoritarianism in Brazil today: bolsonarism in the circuits of ultraliberalism, militarism and reactionaryism	
Maria do Socorro Sousa de Araújo	
Alba Maria Pinho de Carvalho	146

Authoritarianism and the war on drugs: the violence of structural and religious racism	
Andréa Pires Rocha	
Rita de Cássia Cavalcante Lima	
Daniela Ferrugem	157
The modern construction of surveillance and social control in Brazil	
Vânia Morales Sierra	
Silene de Moraes Freire	168
The penal state, the prison system and the crisis of humanism	
Cibelle Doria da Cunha Bueno	177
Belo Monte Hydroelectric Power Plant: Social struggles and resistance in the Paraense Amazon	
Kátia Maria dos Santos Melo	188
Open-Themed Space	
Crossed vulnerabilities: women and their diverse experiences	
Luana Passos	
Lorena Souza	198
Social Policy in Brazil and Cuba: a critical analysis from the sub-development	
Aline Fardin Pandolfi	
Arelys Esquenazi Borrego	
Camila Costa Valadão	210
Labor law in contract: precariousness as a rule	
Rose Dayanne Santos de Brito	220
Uberization of labor and Marx's Capital	
Guilherme Nunes Pires	228
A marxist interpretation on childhood and shelters	
Rodrigo Silva Lima	235
Wind energy production in Pernambuco and environmental injustice on rural communities	
Amanda Oliveira de Santana	
Tarcísio Augusto Alves da Silva	245
Interview	
Interview with Amelinha Teles: our project is for life, Heleieth Saffioti in the feminist struggle.	
Raquel Oliveira Lindoso	
Daniele Cordeiro Motta	255

EDITORIAL

ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Angela Santana do Amaral¹<https://orcid.org/0000-0003-2038-1296>**Juliane Feix Peruzzo¹**<https://orcid.org/0000-0001-9834-0334>¹Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

O conjunto de textos que compõe este número da Revista Katálisis, enfeixados na relação *Estado, autoritarismo e luta de classes*, não poderia ser mais oportuno e necessário para refletir sobre as inquietações e desafios do tempo presente. Os textos revelam uma forte conexão com realidades pulsantes em diversos quadrantes do mundo, enfocando dimensões e tendências que enfrentam a compreensão do capitalismo contemporâneo e suas formas vivas de barbárie. Sob o ponto de vista do continente latino-americano, os textos recuperam as determinações sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais que caracterizam o caráter dependente das suas formações particulares, chamando atenção para as referências que encontram, na totalidade da vida social, a sua crítica.

Neste sentido, os escritos aqui publicados dialogam, em sua maioria, com vertentes da tradição marxista, reivindicando a memória e a trajetória dos povos explorados e oprimidos da América Latina, Caribe e também Ásia e África, reconstruindo a natureza do Estado e das forças sociais em presença e como elas se movimentam para enfrentar as formas de dominação burguesa e as conjunturas de violência estrutural a que estão submetidos.

Ao situar o caráter classista do Estado e suas articulações com as classes e frações capitalistas dominantes no mundo, os artigos remetem à condição subalterna e periférica das economias analisadas, enfatizando a ideia de que as dimensões econômicas e políticas são indissociáveis e indispensáveis para sustentar os processos autoritários historicamente vigentes e, fundamentalmente, para tornar subjetiva a objetividade burguesa.

À abordagem da inserção econômica dos países em tela evoca o par conceitual desenvolvimento-desigualdade para explicar a sociabilidade construída e, a ela comparecem, não de forma hierárquica, elementos fundamentais que conformam modos de vida compatíveis com a racionalidade burguesa. Aqui fica evidenciado o quanto as economias dependentes e seus governantes locais, sob contextos diversos, abdicaram da construção de projetos nacionais, desde os interesses “dos de baixo” e se inseriram no mercado mundial de forma desigual e combinada, mas, alavancando, sempre, os processos de expansão e reprodução do capital.

As análises sobre o tema são profundamente matizadas pelo pensamento do saudoso Florestan Fernandes e reivindicado para pensar o Brasil e sua configuração econômica, sociopolítica e cultural, bem como as redes de poder que foram tecidas no interior do Estado, em associação com o capital estrangeiro. Nessa totalidade, a dominação imposta sobre os explorados e verdadeiros produtores da riqueza socialmente produzida incidiram prioritariamente sobre os negros/as e os povos originários, sendo essencialmente marcada por formas violentas de expropriação das suas terras, ausência de proteção social e passivação das suas lutas. Não menos importante, são evocados autores que se



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

debruçaram sobre o passado colonial e o movimento histórico das realidades particulares, tratando-as teórica e metodologicamente como uma unidade na diversidade. Em outros termos, há traços e elementos comuns que emolduram a constituição destas sociedades, nos aspectos referentes às suas dinâmicas produtivas e de acumulação - caracterizadas pela ação predatória dos seus recursos naturais - e graus de relações políticas, sociais e culturais distintos que se estabeleceram entre as classes sociais, desaguando em formas políticas que transitaram entre as funções de coerção e consenso do Estado - não de forma excludentes - para administrar a luta de classes.

É justamente sob esse aspecto que os textos se reportam, acertadamente, às heranças das ditaduras sangrentas, particularmente na América Latina, para entenderem o significado de um período obscuro e de aniquilamento de liberdades democráticas, ao tempo em que as classes e frações das classes dominantes atuavam para expandir sua capacidade de produzir uma sociabilidade burguesa com o fito de assegurar as condições de reprodução das relações sociais capitalistas.

As ditaduras de tipo civil-empresarial-militar nos contextos latino-americanos, por meio do Estado, praticaram as mais bárbaras expressões de violência, desenvolveram os métodos mais eficazes de controle e disciplinamento da força de trabalho e forjaram mecanismos ideológicos de naturalização das desigualdades sociais, regulando formas jurídicas e políticas de superexploração da força de trabalho e do seu domínio, com a ativação permanente de aparelhos privados de hegemonia para impedir o avanço das organizações populares e partidárias. A face mais reacionária do Estado e dos seus governantes locais deixaram marcas destrutivas na vida social - nos seus aspectos proativos e reprodutivos - que as análises empreendidas nos textos apresentados não deixaram escapar. Neste sentido, tomaram estas referências históricas para analisar a emergência, o desenvolvimento e as condições sob as quais se efetivaram os processos de transição política dos países latino-americanos e suas experiências democráticas - ainda que restritas e nos marcos da sociabilidade burguesa - considerando a crise capitalista mundial que se aprofundava a partir dos anos 1970, a qual exigia respostas efetivas para recomposição do padrão de acumulação capitalista e das suas formas de dominação.

Ao resgatar os processos de reestruturação produtiva do capital combinados às políticas neoliberais que se espalharam pelo mundo, os/as autores/as fizeram recortes analíticos nos seus objetos de pesquisa que ensejaram reflexões sobre as determinações gerais desse processo, bem como as mediações necessárias para se apropriar, teoricamente, do movimento do real. Assim, a produção do conhecimento aqui exposto segue a trilha de compreender os fundamentos que iluminam o presente e as expressões contemporâneas e particulares das quais tratam, com o compromisso de entender as características das formações sócio-históricas das realidades estudadas, apreender as novas configurações entre Estado-mercado mundial e o movimento das classes e, fundamentalmente, os fenômenos produzidos como caldo cultural emanado desse contexto.

É fato que o contexto das saídas para a crise mundial, para além das questões objetivas, tais como o aprofundamento das desigualdades, o aumento do desemprego, do pauperismo, da informalidade, da devastação ambiental, dentre outras, vem acompanhado da eliminação de direitos de proteção social, perseguição e genocídio das populações negras, indígenas, quilombolas, jovens de periferia, mulheres, movimentos LGBTQI+, e ganha força e expressão sobre as questões subjetivas, por meio de um projeto de reforma intelectual e moral conduzido pelas burguesias mundiais e suas frações mais reacionárias e conservadoras, cujo maior fenômeno e ameaça é a ascensão de movimentos de extrema-direita de espectro transnacional.

As contrarreformas de caráter ultraneoliberal que desregulamentaram o mundo do trabalho e as sociabilidades coletivas, aliadas à organização das direitas em nível internacional, dão o tom da profunda regressão dos processos civilizatórios, realinhando e reatualizando os mecanismos, formas e meios de dominação burguesa, pela via do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia, de onde se destacam a mídia, as igrejas e as chamadas organizações da sociedade civil, representadas pelos intelectuais do capital.

A ofensiva das direitas, entranhadas nos governos nacionais com ramificações internacionais, inclui desde a formação de quadros intelectuais e militantes para o seu projeto até uma amplificada e cada vez mais eficiente rede de informações que vão desde as redes sociais até a organização e fortalecimento de corporações para adequar e conformar modos de vida, valores, ideias, representações do sujeito neoliberal. Cabe também destacar, nesse processo, a profusão de igrejas de cariz neopentecostal que aglutinam um exército de seguidores em torno das suas propostas e ideologias e que põe, no centro das discussões, a valorização da família, da tradição, do trabalho como prosperidade e moralização das formas de ser e de viver.

Os estudos retratados neste número da Revista enfocam diversos aspectos relacionados à profusão, capilaridade e incidência destes movimentos políticos e/ou religiosos sobre as práticas e lutas sociais, revelando o permanente tensionamento e disputas em torno de pautas de garantias de conquistas, especialmente das

minorias, e de criminalização das suas resistências, em face da ofensiva moral sem limites que tem pesado sobre o direito à vida.

Fundamentalismos, meios midiáticos que difundem *fake news*, negacionismos da ciência, irracionalismos e revisionismos históricos operam de forma molecular e sofisticada, encontrando em governantes de plantão as justificativas para as suas iniciativas alienadoras e reprodutoras da ordem social burguesa.

Na esteira dessa dinâmica mais geral, as eleições de Trump, nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil, são exemplares do percurso e de ações dos movimentos de extrema-direita no Continente. Não que eles não existissem, mas, o contexto da crise capitalista aguçou os arroubos contrarrevolucionários, potencializando o que já vinha sendo assistido nos países europeus, por meio das manifestações xenofóbicas, racistas, machistas, de ódio aos imigrantes e aos novos pobres das nações desenvolvidas. Cenário mais que favorável para que os governos buscassem legitimar a violência institucional contra os grupos subalternizados e assumissem a coerção como prática cotidiana e naturalizada. No Brasil, em particular, o governo neofascista de Jair Bolsonaro, tem cumprido esse papel, apoiado em uma base parlamentar e militarista.

O ascenso de movimentos nacionalistas, conservadores e reacionários no mundo provocou, *pari passu*, a mobilização de setores da sociedade, com destaque para a onda de protestos protagonizadas pelos movimentos feministas e movimentos antirracistas, que imprimiram dinâmicas de organização criativas e souberam dar visibilidade e capilaridade as suas reivindicações.

Desde o ponto de vista econômico, a gestão da crise passou pelo apagamento das chamadas experiências neodesenvolvimentistas ou social-liberais, levadas a cabo em diversos países da América Latina a partir dos anos 2000, e consequente recuperação dos princípios econômicos liberais que permitiriam, por meio de programas de ajustes e reformas, baixar os custos de reprodução da força de trabalho e impulsionar os lucros capitalistas. A conciliação de classes e a “nostalgia do fordismo”, tal como conhecemos, não abriga mais possibilidades nesse contexto, seja pela impossibilidade de compatibilizar democracia e capitalismo, seja porque o capitalismo financeirizado e as frações rentistas das classes dominantes não aceitam qualquer compromisso para distribuir a riqueza socialmente produzida.

São estas as linhas gerais e tendências apontadas nos textos publicados. Muitos deles refletiram, à luz do cenário da pandemia da COVID 19, a permanência, o aprofundamento das desigualdades e o esgarçamento das formas coletivas de sociabilidade, marcadas pela coexistência de formas arcaicas e modernas de superexploração da força de trabalho e novas formas de subsunção real do trabalho ao capital.

Contraditoriamente, a tragédia social que estas formas históricas de dominação burguesa produzem cotidianamente em todo mundo, também impulsionam lutas. E as perspectivas de renovação das lutas são sinalizadas nos textos da Revista, demonstrando que os/as pesquisadores/as têm acumulado análises e reconhecido as necessidades e possibilidades de compreensão analítica dos processos sociais pela via da análise histórica e totalizadora de cada situação concreta. O que implica considerar que as organizações das classes subalternas têm o desafio de incorporar as bandeiras e as pautas dos diversos movimentos sociais em presença e dar sentido e direção ao “novo” que ainda não pode aparecer.

Recife, 30 de novembro de 2020.

Angela Santana do Amaral

angelaufpe@yahoo.com.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Juliane Feix Peruzzo

peruzzo.juliane@gmail.com

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

UFPE

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária

Recife – PE

CEP: 50670-901

EDITORIAL

STATE, AUTHORITARIANISM, AND CLASS STRUGGLE

Angela Santana do Amaral¹<https://orcid.org/0000-0003-2038-1296>**Juliane Feix Peruzzo¹**<https://orcid.org/0000-0001-9834-0334>¹Federal University of Pernambuco (UFPE)

The set of articles published in this issue of *Revista Katálysis* are embedded in the relations among *state, authoritarianism, and class struggle*. It is a timely and necessary combination of articles to reflect on the current concerns and challenges. The articles have a strong connection with pulsating realities in different parts of the world, focusing on dimensions and trends that face the understanding of contemporary capitalism and its living forms of barbarism. From the point of view of the Latin American continent, the texts resume the socio-historical, economic, political, and cultural determinations that characterize the dependent nature of the particular processes at the origin of contemporary capitalism, drawing attention to the references that find its criticism in the totality of social life.

The articles mostly dialogue with aspects of the Marxist tradition, claiming the memory and trajectory of the exploited and oppressed peoples of Latin America, the Caribbean and also Asia and Africa, reconstructing the nature of the state and the social forces in place, and how they face the forms of bourgeois domination and the conjunctures of structural violence.

When situating in the world the state's class nature and its connections with the dominant capitalist classes and fractions, the articles stress the subordinate and peripheral condition of the economies analyzed. They emphasize that the economic and political dimensions are inseparable and indispensable to support the historically effective authoritarian processes and, fundamentally, to make bourgeois objectivity subjective.

When approaching the countries' economic insertion, the conceptual pair development-inequality is used to explain the constructed sociability. Therefore, fundamental elements conforming to the ways of life with bourgeois rationality appear, not hierarchically. It is evident how the dependent economies and their local governments, under different contexts, have abdicated the construction of grassroots bottom-up national projects and have entered the world market in an uneven and combined way, but always leveraging the processes of expansion and reproduction of capital.

In this totality, the domination imposed on the exploited and true producers of the socially produced wealth mainly affected black people, essentially marked by violent forms of expropriation of their lands, lack of social protection, and suppression and control of their struggles. Equally important, authors who evolved on the colonial past and the historical movement of particular realities are evoked, treating them theoretically and methodologically as a unit in diversity. In other words, there are common traits and elements that frame the constitution of these societies, in aspects related to their productive and accumulation dynamics – characterized by the destruction of their natural resources – and different degrees of political, social, and cultural relations that were established between the social classes,



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

flowing into political forms that moved between the functions of coercion and consensus of the state – not in an exclusive way – to manage the class struggle.

It is precisely in this respect that the texts correctly refer to the inheritance of bloody dictatorships, particularly in Latin America, to understand the meaning of an obscure period and the annihilation of democratic freedom, at a time when the classes and fractions of the ruling classes acted to expand their capacity to produce bourgeois sociability to ensure the conditions for the reproduction of capitalist social relations.

Civil-business-military dictatorships in Latin America took over states and practiced the most barbaric expressions of violence, developing the most effective methods of controlling and disciplining the workforce and forging ideological mechanisms for naturalizing social inequalities. They regulated legal and political forms of overexploitation of the workforce and its domain, with the permanent activation of private devices of hegemony to prevent popular and party organizations' advance. The most reactionary face of the state and its local governments left destructive marks on social life's proactive and reproductive aspects, which are presented in the analyses published in this issue. The authors have taken these historical references to analyze the emergence, development, and conditions under which Latin American countries' political transition processes and their democratic experiences took place – albeit restricted and within the framework of bourgeois sociability. Their analysis considered the dynamics of the worldwide capitalist crisis, deepening since the 1970s, which demanded effective responses to recompose the pattern of capitalist accumulation and its forms of domination.

When investigating the productive restructuring processes of capital combined with neoliberal policies that spread throughout the world, the authors make analytical cuts in their research objects that give rise to reflections on this process's general determinations and the mediation necessary to theoretically take ownership of the movement of the real life. Thus, the knowledge produced in these articles follows the path of understanding the foundations that illuminate the present and the contemporary and the particular expressions they deal with. The authors are committed to understanding the characteristics of the socio-historical formations of the studied realities, apprehending the new configurations between the world market-state and the movement of classes and, fundamentally, the phenomena produced as a cultural soup emanating from this context.

The context of solutions to the world crisis brings objective issues such as increasing inequalities, unemployment, pauperism, informality, and environmental devastation. It also comes together with the elimination of social protection, persecution and genocide of black, indigenous, quilombola populations, young people from poor areas surrounding large cities, women, and LGBTQI+ movements. It is a context that gains strength and expression on subjective issues through a project of intellectual and moral reform conducted by the world bourgeoisie and its reactionary and conservative fractions, whose biggest phenomenon and threat is the rise of extreme right-wing movements on the transnational spectrum.

The counter-reforms of ultra neoliberal nature that deregulated the world of work and collective sociabilities, combined with the organization of rights at the international level, set the tone for the deep regression of civilizing processes. Mechanisms and forms and means of bourgeois domination have been realigned and updated, both via the state's control and via the private hegemony apparatuses, from which the media, churches, and civil society organizations stand out, represented by the intellectuals of capital.

The attack from the right-wing groups, embedded in national governments with international ramifications, ranges from preparing intellectuals and activists to be aligned with their project to an amplified and increasingly efficient network of information using from social media to strong and organized corporations. They adapt and shape ways of life, spreading values, ideas, and representations of the neoliberal subject. It is also worth highlighting, in this process, the profusion of neo-Pentecostal churches that bring together an army of followers around their proposals and ideologies and that, in the center of the discussions, place the valorization of family, tradition, work as prosperity and moralization in the ways of being and living.

The studies portrayed in this issue of *Revista Katalysis* focus on several aspects related to the profusion, capillarity, and incidence of these political and/or religious movements on social practices and struggles. This context reveals the permanent tension and disputes regarding the agenda of preserving rights, especially for minorities, and the criminalization of these minorities' resistance to the limitless moral attacks against the right to life.

Fundamentalisms, media outlets that broadcast fake news, denials of science, irrationality, and historical revisionism operate in a molecular and sophisticated way, finding in government officials the justifications for their alienating and reproductive initiatives of the bourgeois social order.

In the wake of this general dynamic, the Trump elections in the United States and Bolsonaro in Brazil exemplify the path and actions of the extreme right movements. Not that they did not exist, but the context of the capitalist crisis sharpened the counterrevolutionary ravages, leveraging what was already seen in European countries, through xenophobic, racist, sexist manifestations, of hatred of immigrants and the new poor of developed nations. This was a favorable scenario for governments to legitimize institutional violence against subordinated groups and assume coercion as a natural and everyday practice. In particular, in Brazil, the neo-fascist government of Jair Bolsonaro has fulfilled this role, supported on a parliamentary and militaristic basis.

The rise of nationalist, conservative, and reactionary movements in the world provoked, *pari passu*, the mobilization of sectors of society, with emphasis on the wave of protests led by feminist movements and anti-racist movements that adopted creative organization dynamics and knew how to give visibility and capillarity to their claims.

From the economic point of view, the crisis management went through the erasure of the so-called neo-developmental or social-liberal experiences, carried out in several Latin American countries since the 2000s. It also underwent a consequent recovery of the liberal economic principles that would allow, through adjustment and reform programs, lower labor force reproduction costs and boost capitalist profits. Class conciliation and the “nostalgia for Fordism,” as we know it, no longer offers possibilities in this context, either because of the impossibility of reconciling democracy and capitalism or because financialized capitalism and the rentier fractions of the dominant classes do not accept any commitment to distribute socially produced wealth.

These are the general lines and trends pointed out in the articles published. Many of them reflected, in the light of the COVID 19 pandemic, the permanence and deepening of inequalities, and the fraying of collective forms of sociability, marked by the coexistence of archaic and modern forms of overexploitation of the workforce and new forms of real subsumption from work to capital.

Contradictorily, the social tragedy that these historical forms of bourgeois domination produce daily throughout the world also sparks struggles. Furthermore, the prospects for renewing the struggles are highlighted within the articles in this issue, demonstrating that the researchers have accumulated analyses and recognized the needs and possibilities of analytical understanding of social processes through the historical and totalizing analysis of each concrete situation. Therefore, it is crucial to consider that the organizations of the subordinate classes have the challenge of incorporating the claims and guidelines of the different social movements and giving meaning and direction to the *new* that cannot yet appear.

Recife, November 30, 2020.

Angela Santana do Amaral

angelaufpe@yahoo.com.br

PhD in social work from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ)

Professor at the Department of Social Work at the Federal University of Pernambuco (UFPE)

Juliane Feix Peruzzo

peruzzo.juliane@gmail.com

PhD in social work from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professor at the Department of Social Work at the Federal University of Pernambuco (UFPE)

UFPE

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária

Recife – PE

CEP: 50670-901

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

América Latina: capital e devastação social

José Fernando Siqueira da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-1040-9558>

¹Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Franca, SP, Brasil

¹Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Sociais, Santos, SP, Brasil

América Latina: capital e devastação social

Resumo: O artigo analisa a América Latina no atual estágio de acumulação capitalista. O faz a partir de uma abordagem socio-histórica que recupera componentes da crítica à economia-política de Marx, bem como observações de parte de sua tradição sobre o imperialismo, o colonialismo, a dependência, a revolução burguesa realizada pela *via colonial*, a modernização conservadora e o desenvolvimento *desigual e combinado*. Nisto, a composição das classes dominantes e dos Estados latino-americanos. O texto recupera a experiência latino-americana do autor e os estudos realizados em projetos de pesquisa por ele coordenados a partir de 2011 na área de Serviço Social.

Palavras-chave: América Latina. Autoritarismo. Estado e Classe.

Latin America: capital and social desolation

Abstract: This article analyzes the current stage of capitalist accumulation in Latin America. It relies on a socio-historical approach that engages with components of Marx's critique of the political-economy. Also, this work is based on observations from part of Marxist tradition on imperialism, colonialism, dependence, the bourgeois revolution carried out through colonialism, conservative modernization, and the unequal and combined development. In this, the composition of the dominant classes and Latin American states. The text blends the author's Latin American experience and the studies carried out in research projects he has coordinated since 2011 in the field of Social Work.

Keywords: Latin America. Authoritarianism. State and Class.

Recebido em 26.06.2020. Aprovado em 02.08.2020. Revisado em 10.11.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O tema proposto para o volume 24, número 1, da Revista Katálysis, intitulado “*Estado, autoritarismo e luta de classes*”, é de extrema relevância. Ele convida à análise dos traços constituintes da história desta parte do continente americano, em particular a partir de 12 de outubro de 1492 quando Cristóvão Colombo avistou San Salvador, atual Bahamas. A colonização do cone centro-sul americano e do Caribe foi adensada pelos próprios espanhóis e pelos portugueses que dividiram suas posses na América Latina até a primeira metade do século XIX. É nesse contexto que povos e culturas aqui constituídos foram submetidos à força, vilipendiados, saqueados e dizimados. O colonialismo e a acumulação originária do capital – *ambos não situados apenas num passado distante* – foram também aqui muito eficientes, seja para dividir povos nativos muito diversos, fragmentá-los para enfraquecê-los, seja para administrar a sangria desta parte da América associando convenientemente *escravismo de nativos e negros, expropriação agrário-exportadora e produção voltada às zonas economicamente dominantes*. Essa fórmula persiste até hoje, ainda que absolutamente reorganizada por múltiplas mediações impostas pelo capitalismo tardio (MANDEL, 1985) e suas crises cada vez mais estruturais (MÉSZÁROS, 2002).

Sendo assim, a natureza dos Estados, dos autoritarismos, das classes sociais aqui constituídas, das lutas aqui travadas e da destruição contínua de direitos não pode ser explicada pelo puro exercício da política, *mas pela crítica à economia-política, ou seja, pela análise das condições reais que determinam a produção e reprodução da vida de seres humanos em condições históricas reais, nisto o trabalho como criador de valor, as carências e as necessidades aí contidas e a luta de classes que vem se constituindo nesse processo*. Não se trata, aqui, de descaracterizar a dimensão política, mas de situá-la, enriquecê-la com múltiplas determinações econômicas que se impõem a partir de determinações socio-históricas muito precisas. Caberia perguntar: o que se entende por América Latina? O que se passa nessa parte centro-sul americano marcado por traços socio-históricos comuns, realidades próximas e dinâmicas diversas? Como situá-la no atual estágio de acumulação capitalista e mensurar o impacto disto junto aos trabalhadores(as) latino-americanos(as) que vivem da venda da sua força de trabalho sob condições brutais e extremas? Quais as pistas para valorizar e sintonizar o legado crítico do Serviço Social com as imposições do atual cenário em curso? As respostas a essas questões, seguramente muito complexas, aportam o tema sugerido para este número da Revista e balizam o Serviço Social como profissão nesse contexto. Ousemos oferecer algumas pistas nesta direção.

Acumulação e crise capitalista: o lugar da América Latina

O debate atual sobre a América Latina, a crise capitalista que aqui impacta e a devastação social em curso – nisto as tensões do Serviço Social como profissão –, exige recuperar, ainda que sumariamente, alguns traços históricos estruturais importantes e necessários à explicação das condições atuais do cone centro-sul americano.

Em primeiro lugar, o mercantilismo alimentou a acumulação primitiva do capital baseada no capitalismo concorrencial-comercial adensado partir do século XVI (MARX, 1984a). Atualizou-se já no final do século XIX e início do século XX, época em que se reorganizou o colonialismo sob o comando do capitalismo monopolista/imperialista (LENIN, 2008) e da dependência constituída no contexto de duas grandes guerras mundiais. A financeirização (fusão entre capital industrial e bancário), a consolidação de monopólios, a exportação de capitais, a captura orgânica dos estados nacionais e dos fundos públicos, passaram a sustentar a trama imperialista-monopolista da nova fase da acumulação capitalista objetivada no alvorecer do século XX¹. Esta parte do continente americano, por sua vez, modernizou seu papel na engrenagem econômica mundial como região dependente e efetivou a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2008)². Isso gerou certo tipo de modernização, a conservadora, gestada na segunda metade do século XX, sob a ditadura do grande capital (IANNI, 2019). A dependência, aqui, não poderia gerar o desenvolvimento como corretamente insistiu Ruy Mauro Marini, mas desembocou em outro tipo de composição um tanto estranha: o “*desenvolvimento desigual e combinado*” (FERNANDES, 1968, p. 139-140; OLIVEIRA, 2003, p. 59-60)³.

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENIN, 2008, p. 83).

Em segundo lugar, a revolução burguesa, nesta parte do globo, foi hipertardia e efetivou-se pela via colonial (FERNANDES, 1987 e 2009), ou seja, estruturou-se a partir da economia agrário-exportadora, responsável pela organização de um mercado essencialmente voltado aos interesses externos (portanto, deslocado e descomprometido com as necessidades latino-americanas). Sustentou-se na submissão generalizada, na escravidão e no genocídio de povos originários e negros africanos com profundas marcas patrimonialistas e patriarcais, bem como cicatrizes de um racismo estrutural (MOURA, 1983 e 1988), traços estes indelévels de um colonialismo reatualizado e reafirmado – com outras mediações – no início do século XXI. Importante destacar que a burguesia latino-americana do século XX necessitou da decisiva intervenção dos estados nacionais fortes à acumulação e ao estímulo capitalista⁴, fossem esses explicitamente a favor do imperialismo ou mais próximos de projetos nacionais desenvolvimentistas com certa distribuição interna da riqueza. José Batlle y Ordóñez no Uruguai, Getúlio Vargas no Brasil e Juan Perón na Argentina (guardadas suas diferenças – temporais e conjunturais – e suas contradições), foram exemplos clássicos deste segundo caminho definitivamente derrotado pelas ditaduras cívico-militares impostas por todo centro sul americano a partir da metade dos anos 1960 (FERNANDES, 2009). O desfecho deste debate, travado predominantemente até os primeiros anos da década de 1960, é conhecido: *a autocracia burguesa, a modernização conservadora e a “ditadura do grande capital”* (IANNI, 2019, p. 27-89); a reedição da dependência, a recriação de estados autoritários e o triunfo do imperialismo liderado pelos Estados Unidos.

Em terceiro lugar, o agravamento da realidade latino-americana vincula-se estruturalmente ao capitalismo tardio (MANDEL, 1985) inaugurado a partir do fim da segunda-guerra mundial e da guerra fria, mas também é caudatário de sua crise estrutural (MÉZSÁROS, 2002) adensada no início dos anos 1970 que culminou com o projeto neoliberal. A ofensiva do capital se sustentou nas privatizações de instituições e de espaços públicos, na desregulamentação e flexibilização geral, na precarização laboral, na terceirização, na informalização (hoje, também *uberizada* - ANTUNES, 2018), no desemprego, na drenagem privada dos fundos públicos, na desestatização, na financeirização, na mercantilização de diferentes espaços da vida social e no paradigma do controle dos gastos públicos que afetam a afirmação de direitos fundamentais. István Mészáros (2002, p. 39-40, 49) faz o seguinte comentário sobre a expropriação predatória de recursos humanos e materiais do planeta no atual estágio de acumulação capitalista:

[...] reafirma-se implicitamente a viabilidade da emulação do desenvolvimento dos países “capitalistas avançados”, sem levar em conta que nem as vantagens do passado imperialista, nem os imensos lucros obtidos da manutenção continuada do “Terceiro Mundo” na situação de dependência estrutural podem ser “universalmente difundidos” de modo a produzir os felizes resultados que se esperam da “modernização” e do “livre-mercado”. [...] No período de ascendência global do capital, as crises irrompiam na forma de “grandes tempestades” (MARX), seguidas por fases relativamente longas de *expansão*. O novo padrão, com o fim da era da ascendência histórica do capital, é a crescente frequência das fases de *recessão* tendendo a um *continuum*⁵ em depressão.

É preciso ressaltar, em quarto lugar, que as velhas, requentadas e atuais formas de colonialismo, historicamente estabelecidas nas condições até aqui descritas, não foram impostas sem a resistência dos povos latino-americanos (originários ou aqui formados no processo de colonização). Afirmou-se tragicamente o uso explícito da violência, do saque e do genocídio por parte dos setores dominantes (SILVA, 2018). E os exemplos aqui são vastos: a) transitam da eliminação de povos nativos muito diversos que resistiram de diferentes formas à colonização (Tupis-guaranis, Mapuches, Wichis, Diaguitas - Quechuas, Quechuas Andinos -, Yamanas, Huarpes, Aimaras, Tobas, Onas, Calchaquies, Matacos, Mazatecos, Comechingones, Yanomamis, Sanavirones, Quichuas, Man, Ashánincas, Xavantes, Yukpa, Paítavyterás, Pemóns, entre muitos outros); b) passam pela resistência dos povos negros escravizados (Quilombos dos Palmares, com Zumbi e a Revolução Haitiana

- 1791, liderada por François-Dominique Toussaint Louverture, por exemplo); c) envolve povos e as lutas anticoloniais pela *Pátria Grande* latino-americana que se formaram a partir da mistura euro-afro-americana nativa (muitos deles liderados por Simon Bolívar, José Artigas, José Martín, José Martí, entre outros); d) se expressa no covarde massacre realizado pela coalisão Brasil-Argentina-Uruguai contra o Paraguai liderado por Solano Lopes na Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra Grande (1864-1870); e) bem como possui amplo desenvolvimento ao longo do século XX por todo cone centro-sul da América, por meio de lutas antiditatoriais, movimentos armados, projetos anticapitalistas, anticoloniais e anti-imperialistas diversos, em que a experiência cubana de 1959 foi exemplar. E esses são alguns poucos e representativos exemplos⁶.

Em quinto lugar, não há como analisar o pauperismo, o autoritarismo, os estados e suas contradições, as classes, a luta entre elas e a reprodução do capital na América Latina, sem perquirir as entranhas desta realidade sumariamente aqui indicada, bem como sem criticar a ideologia que oculta, naturaliza, justifica, inverte e generaliza como verdade proposições estranhas aos grupos subjugados pelo capital e pelo capitalismo (MARX; ENGELS, 2007). Isso tudo nas condições do imperialismo, do neocolonialismo e da dependência na atualidade, sob o comando da fração financeira do capital. O desprezo disto frequentemente tem como consequência a *descrição do imediatamente posto, a ênfase em um exercício científico amparado em diferentes formas de logicismo que ocultam o real e seu movimento e reeditam a razão miserável e sua decadência ideológica* (PAULO NETTO, 1981, p. 109-131). Portanto, o ponto de vista de totalidade (MARX, 1989; LUKÁCS, 2012) é absolutamente essencial para orientar metodologicamente essa empreitada, embora isso em hipótese alguma subsuma a própria dinâmica do real como “*lógica da coisa*” (MARX, 2005, p. 39). Trata-se, aqui, de produzir conhecimentos orientados pelo ponto de vista *ontológico-materialista* em que as representações do real não se confundem com o próprio real. Portanto, cabe à ciência reconstruir mentalmente a dinâmica objetivamente posta, historicamente situada e datada, como conhecimento real registrado teoricamente, afinado com a vida real de seres sociais históricos e reais, análise esta sujeita a correções e ajustes. O que vale aqui não é a exatidão desta reconstrução mental (impossível como tal), mas o exercício racional de perseguição do movimento do realmente posto. Como alertou Marx, “Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente.” [...] (MARX, 1985, p. 71). E insistiu:

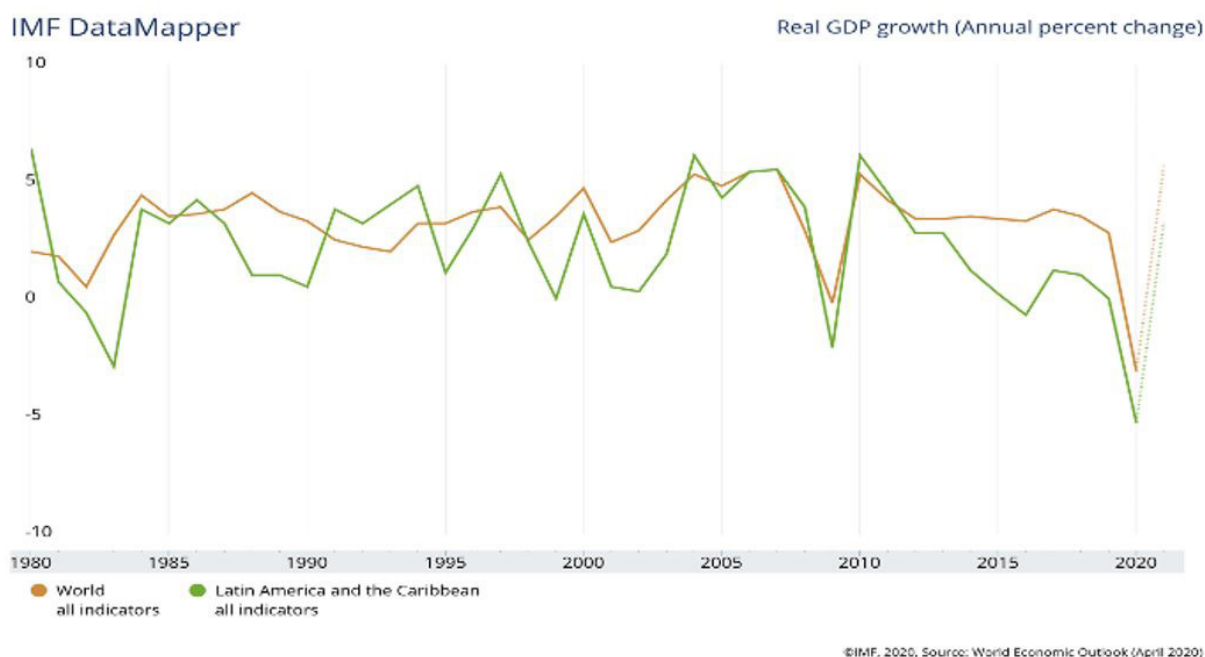
[...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo [...]. O todo, tal como aparece na cabeça, como um todo de pensamento, é um produto da cabeça pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático-espiritual de se apropriar dele. O objeto real [realeSubjekt] permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora da cabeça ao mesmo tempo, isto é, a cabeça não se comporta senão especulativamente, teoricamente [...] (MARX, 1989, p. 410-411).

É preciso reconhecer que as geniais observações marxianas sobre a lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1984a), ou seja, a tentativa de administrar a dinâmica entre capital constante (voltado aos meios de produção) e capital variável (destinado à remuneração/manutenção da força de trabalho) – alterando a composição orgânica e técnica do capital em favor da acumulação –, sempre permite ampliar ou manter em níveis suportáveis a extração da mais-valia do trabalho (fonte do valor) e aumentar os lucros. Em tempos de contração, a gestão é feita no sentido de transferir os prejuízos das crises aos trabalhadores e trabalhadoras. As alternativas para lidar com as crises que fazem parte da acumulação capitalista são diversas: inserir tecnologia e reduzir força de trabalho (ou ampliá-la desde que aumentando a taxa de mais-valia); reduzir custos de produção em geral otimizando e ou diminuindo gastos com capital constante e principalmente variável; ampliar mercados seja para escoar estoques ou tecnologia obsoleta; aumentar a superpopulação relativa para forçar a queda dos salários; bem como compensar a queda na taxa de lucro por meio de ganhos financeiros, por exemplo. Para isso, conta com atores orgânicos típicos da fase monopolista-imperialista: *o Estado (fortíssimo para o capital), os bancos e o complexo sistema financeiro*. No geral, todo esse processo obedece a tendência de priorizar o capital constante em detrimento do capital variável e dos gastos dele derivados (custos com a reprodução da força de trabalho), administrando o exército industrial de reserva e aumentando a taxa de mais-valia. Em outras palavras, embora não exista um *controle pleno* da burguesia e de suas frações sobre os elementos que materialmente geram a acumulação e as crises, as classes dominantes tendem a influir nesse contexto para

oferecer a melhor gestão possível da lei geral da acumulação como processo global. É neste cenário que o pauperismo relativo/absoluto cresce, já que a ordem do capital é essencialmente expropriadora e disso precisa para promover a acumulação subjugando, por meio de diferentes mecanismos, o trabalho.

Considerando dados dos últimos 40 anos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) mundial divulgados pelo próprio Fundo Monetário Internacional (FMI)⁷, é possível verificar que as ondas longas de crescimento seguidas de crises de superacumulação típicas do pós-segunda guerra mundial, foram, no final do século XX, após a profunda reestruturação produtiva do capital (de perfil explicitamente ultraliberal), substituídas por crescimentos mundiais baixos e quedas seguidas do PIB. Conforme o Gráfico 1, apresentado a seguir, entre 1980 e 2007 o crescimento real do PIB mundial (em cor laranja) associou baixo crescimento com sucessivas caídas, oscilando irregularmente (para cima e para baixo) entre 0,6% (menor índice, entre 1981 e 1982) a 5,6% (maior índice, entre 2006 e 2007), com quedas seguidas de 4,6% para 2,1% entre 1988 e 1993, com oscilações e baixo crescimento entre 1994 e 2000 e nova queda de 4,8% para 2,5% entre 2000 e 2001. O avanço da economia mundial entre 2001 e 2007 de 2,5% a 5,6%, não se sustentou e apresentou ligeira queda entre 2004 e 2005 (de 5,4% para 4,9%) e uma profunda crise em 2008 que levou a crescimento negativo de 0,1%. A novidade de 2008 é que a crise nasceu, pela primeira vez, no centro do capitalismo mundial imediatamente identificada como uma *bolha imobiliária* do mercado norte-americano. De lá para cá a retomada mundial de 2009 não se sustentou: apresentou sucessivas quedas com ligeira estabilidade entre 2012 e 2016 (crescimento de cerca 3,5%), pequena recuperação entre 2016 e 2017 (3,9%) e nova baixa adensada brutalmente pela pandemia COVID-19 a partir de março de 2020 (com previsão negativa de -3%) (REAL GDP growth, [2020])⁸.

Gráfico 1 - Crescimento real do PIB



Fonte: Fundo Monetário Internacional

A situação da economia latino-americana (América do Sul, América Central e Caribe) é ainda mais grave. A linha verde do gráfico anteriormente exposto, mostra que nesta parte do continente americano os baixos índices de crescimento conviveram com instabilidades que se acentuaram nos últimos 40 anos. Os momentos de crescimento abrupto do Produto Interno Bruto (quase sempre marcado por índices modestos – ainda que acima da média mundial em momentos pontuais) são rapidamente substituídos por quedas mais fortes, ambos prioritariamente associados aos preços internacionais dos commodities⁹. Entre 1980 e 1983 houve uma abrupta caída do PIB de 6,5% para -2,8%, uma retomada a partir de 1984 de 3,9%, ligeira estabilidade até 1986 e

outra queda intensa até 1990 (atingindo o patamar de 0,6%). Esta instabilidade persistiu ao longo dos anos 1990, apresentando números que oscilaram entre 5,4% (melhor índice, 1997) a 0,1 (pior patamar, 1999). A oscilação, para cima e para baixo, persistiu até 2002, com rápido crescimento até 2004, ligeira estabilidade até 2007 e forte baixa com a crise mundial de 2008 atingindo o índice de -2%. A recuperação em 2009 não se sustentou e entrou em queda livre até 2016, com ligeira recuperação em 2017 (1,3%) e abrupta caída agravada pela pandemia COVID 19 em 2020 (com previsão de -6%) (REAL GDP growth, [2020]). Necessário ressaltar que estes números médios referentes à América Latina logicamente oscilam entre os países do bloco, ainda que no geral a curva de ascensão e de queda siga o padrão internacional: mais modestos nos momentos de crescimento mundial (quando acima da média mundial) e mais radicais nos momentos de depressão (abaixo da linha média mundial). É preciso destacar que tais números representam projeções realizadas na primeira metade de 2020. Dados atualizados, oficialmente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto de 2020, indicam que o PIB brasileiro do segundo trimestre teve uma queda de 9,7% comparado com o mesmo período em 2019 (0,1 positivo – o que revela a gravidade de um cenário já em curso antes da pandemia). Informações revisadas sobre o primeiro semestre de 2020, apontam uma queda ainda maior do que havia sido projetado: -2,5% comparado com o mesmo período de 2019.

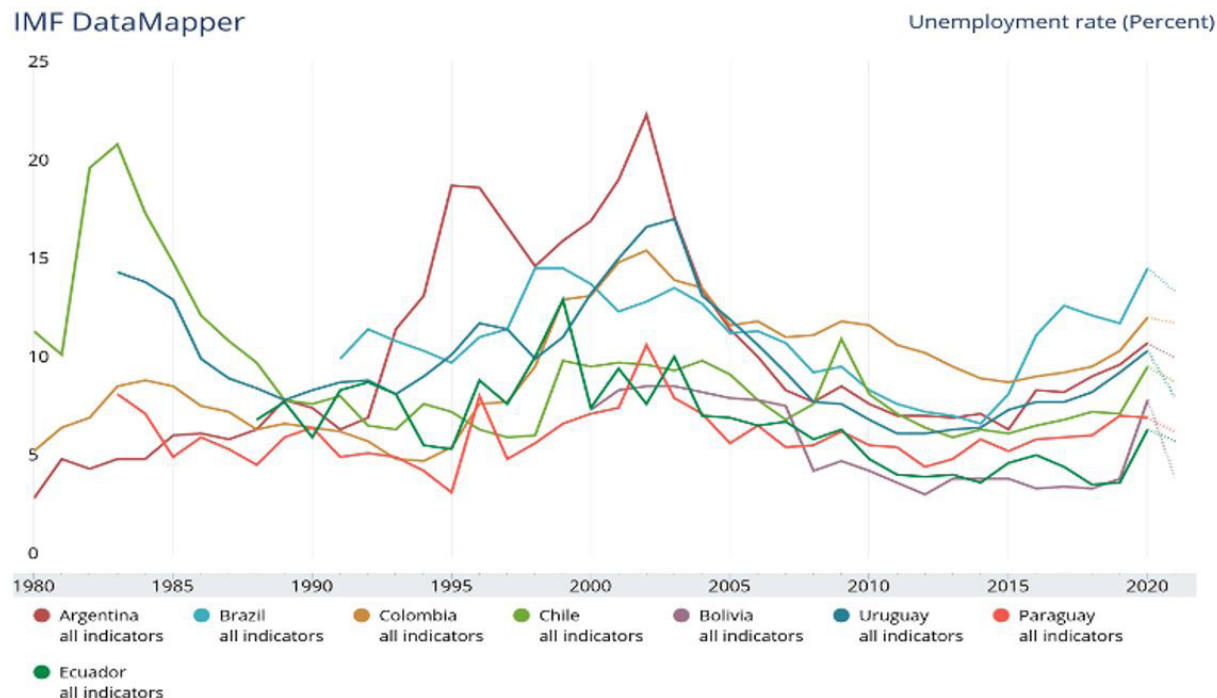
Tomando como exemplo as três maiores economias do bloco e o mesmo período (1980-2020), é possível verificar os seguintes índices divulgados pelo FMI no mesmo site indicado na nota de rodapé número 6: a) o Brasil teve os maiores picos positivos do PIB nos períodos de 1984-1985 (7,9%), 1993-1994 (5,8%), 2003-2004 (5,8%) e 2006-2007 (6,1%) e, por sua vez, baixas mais significativas em 1980-1981 (-4,4%), 1982-1983 (-3,4%), 1989-1990 (-4,2%), 2008-2009 (-0,1 – a conhecida *marolinha*, assim chamada pelo presidente Lula), 2015 (-3,6) e 2020-2021 (previsão de -5,3%); b) a Argentina apresentou índices positivos nos períodos de 1985-1986 (7,1%), 1990-1991 (10,5%), 1996-1997 (8,1%), 2002-2003 (9,0% – após a gravíssima crise de 2001-2002) e 2009-2010 (10,1% – após a profunda crise mundial de 2008), bem como índices mais baixos em 1980-1981 (-5,7%), 1984-1985 (-7%), 1988-1989 (-7%), 1994-1995 (-2,8%), 1998-1999 (-3,4%), 2001-2002 (-10,9%), 2008-2009 (-5,9%), com crescimento negativo ou baixo crescimento entre 2012 e 2020 e previsão de -5,7% para 2020-2021; c) o México obteve seus melhores índices nos períodos de 1983-1984 (3,4), 1989-1990 (5,2), 1995-1996 (6,8), 1999-2000 (4,9) e 2009-2010 (5,1 – após a crise mundial de 2008), apresentando os valores mais baixos em 1982-1983 (-3,5), 1985-1986 (-3,1), 1994-1995 (-6,3), 2000-2001 (-0,4), 2008-2009 (-5,3 – igualmente após a crise mundial de 2008) e entre 2011-2020 com tendência de queda do PIB associadas a baixos crescimentos e uma previsão de -6,6% após os efeitos da pandemia de 2020 (REAL GDP growth, [2020]). Essa tendência, com algumas variações, como curva geral, segue o mesmo padrão por todos os países da região, adensando-se em situações especiais: historicamente Cuba e mais recentemente Venezuela, exemplos de embargos econômicos mais intensos liderados pelos EUA.

A taxa de desemprego, também baseada em dados do FMI (Gráfico 2), *considerando que esse índice não apanha a informalidade, a precarização da força de trabalho empregada e a intensificação laboral (aspectos essenciais e em amplo crescimento)*, foi nitidamente afetada pelos momentos de expansão e de crise, manejada pela gestão da composição orgânica do capital que tende a afetar negativamente regiões como a América Latina. A tendência geral de queda do desemprego a partir de 2003 em países da região tais como Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Equador e Colômbia, por exemplo, precisa considerar que os empregos aí criados ocorreram sob as condições da flexibilização laboral neoliberal (portanto, seguramente mais precarizados), em Estados orgânicos ao capital monopolista-financeiro (mesmo nas suas versões mais progressistas) e focais no trato do pauperismo extremo (ainda que com recuperação do salário mínimo)¹⁰. Isso significou, em diferentes medidas na região, não propriamente a diminuição da desigualdade social, mas a inserção provisória de parte das camadas mais pobres dos trabalhadores no consumo interno. Todavia, após a crise mundial de 2008 nascida no ninho do capitalismo mundial e as sucessivas tentativas dos governos latino-americanos para contê-la (vários deles de perfil progressista), o desemprego deu sinais de crescimento em 2013 e aprofundou-se explicitamente a partir de 2015 em praticamente toda a região, aperfeiçoado pela precarização e rápida tendência de desregulamentação laboral, com perspectivas devastadoras – ainda não exatamente mensuradas – após a pandemia COVID 19.

Ora, o que mostram esses números sinteticamente? Os últimos 40 anos, na esteira da ordem monopólico-imperialista do capital típica da transição do século XIX para o século XX, das duas guerras mundiais produzidas neste contexto, do modelo de desenvolvimento do pós-segunda-guerra e de sua crise já sentida no início da

Gráfico 2 – Taxa de desemprego

IMF DataMapper



©IMF, 2020, Source: World Economic Outlook (April 2020)

Fonte: Fundo Monetário Internacional

década de 1970 (MANDEL, 1985), do fim da guerra-fria e da adoção de um projeto neoliberal (que transitou da base fordista-keynesiana para o toyotismo-ultraliberal – não sem composições frankensteinianas na periferia do capitalismo), *estão sendo marcados pela tendência em substituir onda longas de crescimento seguidas por crises de superprodução, por um cenário de baixo-crescimento mundial associado a crises cada vez mais regulares e profundas (inclusive nascidas no centro do capitalismo mundial)*¹¹. A trágica história latino-americana tem reproduzido, no passado recente (1980-2020), uma instabilidade econômica marcada pela dependência reconfigurada no contexto da ordem monopólico-financeira do capital e por profundas desigualdades sociais que se reconfiguram na esteira da tradição colonial, ou seja: a) maciçamente exportadora de produtos primários (agro minerador); b) fomentadora de governos locais frequentemente autoritários, subjugados aos interesses internacionais e protetores das elites internas a eles associadas, burguesias completamente descomprometidas com os interesses da América Latina e avessas a reformas minimamente democráticas; c) sociedades que recolocam e reatualizam a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2008) sob bases racistas MOURA, 1988), sexistas (FEDERICI, 2019) e anti-latino-americanas; d) constantes e bruscas oscilações econômicas marcadas pela incapacidade de manter padrões de desenvolvimento sólidos e persistentes, promotora da desindustrialização ou da simples não industrialização de países da região¹²; e) ênfase na modernização conservadora comprometida com a criação das bases necessárias à atualização constante da dependência como desenvolvimento desigual e combinado (FERNANDES, 1968; OLIVEIRA, 2003).

Radicalização à direita: o crescimento do conservadorismo reacionário

Embora não seja simples indicar os elementos centrais que elucidem as bases da ofensiva da direita e de sua fração mais radical na América Latina, alguns aspectos devem ser aqui sumariados. Eles possuem, pelo menos, dois eixos de sustentação que recuperam traços essenciais da história latino-americana (desenvolvidos no item anterior): a) o perfil da burguesia e de suas frações constituídas sob as bases do imperialismo, da

dependência e da modernização conservadora desigual e combinada, hoje sob o comando da fração financeira do capital. As classes dominantes latino-americanas se constituíram a partir da base material que marcou a revolução burguesa aqui realizada hipertardamente, pela *via colonial* (FERNANDES, 1987); b) a reestruturação produtiva crescente e em curso desde os anos 1970/1980 no contexto da crise estrutural do capital, do fim dos quase 30 anos gloriosos de crescimento mundial e do processo de redemocratização política na América Latina a partir da segunda metade dos anos 1980 que gerou outro pacto social no período pós-ditatorial (explicitamente rompido de 2012/2013 para cá). O receituário neoliberal foi fortemente materializado nos anos 1990 por toda essa região e reatualizado – em diferentes medidas – a partir dos anos 2000, seja sob o comando de governos pactuados mais progressistas ou de projetos governamentais genuinamente de direita gradativamente mais fortalecidos a partir do impacto da crise estrutural do capital em 2011¹³.

Ora, considerando o que já foi exposto, ou seja, *a tendência de alterar a composição orgânica e técnica do capital sustentada no incremento do capital constante em detrimento do capital variável*, em outras palavras, na articulação entre aperfeiçoamento tecnológico e redução dos custos com trabalho vivo – com o objetivo de retomar níveis ótimos de acumulação como tendência geral –, as consequências das políticas à direita tendem a recrudescer mundialmente (não sem resistências). Na América Latina o cenário é mais drástico e dramático, considerando a tendência histórica em remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor médio de reprodução (MARINI, 2008), o que determina contornos ainda mais trágicos para a informalização, terceirização, uberização e outras formas precárias de exploração. Junta-se a isso alguns outros traços determinantes:

- a) estados nacionais explicitamente fortes ao capital e débeis ao trabalho (característica esta mundial, mas especialmente radicais na América Latina), componente este orgânico à acumulação capitalista-monopolista, mas com consequências sociais regionais ainda mais devastadoras;
- b) nisto, burguesias descomprometidas com processos de democratização do centro sul latino-americano, mesmo na sua forma mais elementar – a democracia política –, região frequentemente e historicamente vista como foco de instabilidades sociais que devem ser objeto constante da contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 1987);
- c) a rapina e a violência na disputa pelos fundos públicos em regiões como a América Latina tendem a ser muito mais intensas. Isso cria condições objetivas e subjetivas que estimulam procedimentos autoritários que também se expressam na luta pela hegemonia dos estados por meio de projetos governamentais e sociais genuinamente de direita e ou de extrema direita;
- d) esse complexo processo, apontado no item c, edificado no processo de crise estrutural do capital, tende a agravar-se substancialmente nesta etapa da acumulação capitalista explicitamente marcada por baixos crescimentos, por curto espaço de tempo, seguida por crises importantes que atingem não apenas a periferia do capitalismo mundial;
- e) a histórica, precária, frágil e até inexistente proteção social latino-americana – no limite atrelada à gestão da pobreza extrema e à ausência de serviços públicos voltados aos direitos sociais –, tende a fragilizar-se ainda mais, fato que adensa a catástrofe em curso.

Embora não se trate de um assunto absolutamente novo, esse contexto contém novas mediações que precisam ser reveladas. Florestan Fernandes (2009), em um conjunto de conferências sobre a América Latina proferidas ao longo dos anos 1960, expõe com precisão o eixo que continua sustentando o velho-novo problema:

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento nos estágios avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. A situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimentos são um bom negócio para os dois lados. Entretanto, sob as condições históricas atuais, o novo padrão de imperialismo e a hegemonia dos Estados Unidos colocam uma questão dramática: podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo? (FERNANDES, 2009, p. 34).

Seguramente, hoje, a hegemonia norte-americana está em jogo. O capitalismo, também, não conta com a mesma potência para gerenciar suas crises. A China é a maior ameaça e os efeitos das depressões não afetam apenas a periferia do capitalismo. Mas isso, em absoluto, põe em xeque o imperialismo ou altera a argumentação essencial contida na reflexão de Florestan Fernandes. Reafirma as teses marxianas sobre as contradições internas do capital e sua tendência em penalizar crescentemente as camadas trabalhadoras no processo de centralização e de concentração contínua de capitais. E a pergunta anunciada por Florestan é mais do que pertinente: “*podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?*” De nossa parte a resposta é não! E o atual momento reafirma essa direção. A luta por direitos, por democracia (no seu sentido pleno), a autêntica liberação nacional e latino-americana é uma luta anticapitalista progressista e anti-imperialista (nisto, antirracista, antissexista e antipatriarcal). E não há outra saída para a América Latina. Mesmo as formas mais elementares de participação e de gestão da desigualdade social estão severamente comprometidas, seja pela feroz disputa pelos fundos públicos, seja pelo adensamento de projetos governamentais explicitamente genocidas e ou ultraliberais *politicamente corretos*, discursivamente humanos.

O recrudescimento autoritário na América Latina, ainda que diverso, tem objetivo definido: implantar governos genuinamente comprometidos com a pauta imperialista e ultraliberal, ou seja, romper a política de conciliação de classes iniciada na segunda metade dos anos 1980, ampliar o avanço do capital sobre o trabalho, privatizar e acelerar a drenagem dos fundos e dos recursos públicos (financeiros e naturais). Essa voracidade desmoraliza e até criminaliza direitos, bem como precariza ainda mais as ações que regulam o pauperismo extremo. Ou seja, é preciso terminar o serviço iniciado com o velho projeto neoliberal dos anos 1980/1990 radicalizando sua intensidade junto aos trabalhadores (as) e aos estados. Isso significou, na prática, a intensificação das privatizações, a regularização da precarização laboral absoluta (informalização, uberização, terceirização e precarizações diversas), a devastação radical de direitos (saúde, educação e previdência social, em especial – onde já não eram privatizados) e o avanço sobre os recursos naturais desta parte do continente americano (cuja região amazônica é absolutamente estratégica). Despublicizar e mercantilizar esses espaços é o objetivo.

Como realizar isso sem contar com governos locais e regionais genuínos? Não por acaso Mauricio Macri, sob forte impacto midiático, se elegeu em 2015 prometendo uma nova Argentina com seu lema “*cambiemos*” (derrotado em 2019); golpes de estado foram implementados em Honduras (2009 - Manuel Zelaya), na Bolívia (2019 - Evo Morales)¹⁴, no Brasil (2016 - Dilma Rousseff) e no Paraguai (2012 - Fernando Lugo); violências têm sido sistematicamente cometidas no Chile de Piñera, onde forte resistência popular ocorreu no segundo semestre de 2019 que culminou com um vitorioso plebiscito em que 78% da população chilena optou por alterar a constituição do país oriunda do governo Pinochet; a Colômbia tem eliminado lideranças progressistas e se rearmado fortemente sob a liderança local de Iván Duque; o Perú, desde março de 2018, segue caminho similar sob o comando de Martín Vizcarra; a Venezuela vem sendo emparedada por meio de um embargo que até então era *privilégio* de Cuba, defendendo-se com apoio do império em ascensão: o Chinês-Russo que também tem influído na Nicarágua liderada pelo líder sandinista Daniel Ortega e, já há algum tempo, tem impactado Cuba; o Equador rapidamente ajustado no governo de Lenin Moreno; mais recentemente, Carlos Alvarado Quesada assumiu a presidência na Costa Rica (2018), Nayib Bukele se elegeu em El Salvador (2019), Laurentino Cortizo no Panamá (2019 - seguindo larga tradição de apoio ao imperialismo dos EUA no país); e, os recém empossados (2020) Alejandro Giammattei (Guatemala) e Lacalle Pou (Uruguai), este último porta-voz do capital nas *bandas do oriente* por meio da *Ley de Urgente Consideración*. Situações absolutamente peculiares se reproduzem em Belize cujo país possui um governador geral comandado pela Monarca Inglesa Elisabeth II, Porto Rico (anexado pelo EUA sem os devidos benefícios para tal) e as devastadas ilhas caribenhas: Jamaica, República Dominicana e Haiti (essa última ícone da primeira revolução anticolonial e antiescravista latino-americana). Finalizando, a tragédia se intensifica no Brasil de Jair Bolsonaro (eleito em 2018), um governo explicitamente protofacista (FONTES, 2019), propagador do lema “*Deus, Pátria e Família*”, articulando base popular, autoritarismo, militarismo, obscurantismo, fundamentalismo religioso, irracionalismo e mídias sociais – para além do espaço formal – financiadas por grupos de extrema direita, mas explicitamente neoliberais e subservientes ao imperialismo dos EUA. Isso, por si só, mostra que o velho-novo *fascismo brasileiro* somente poderá ser devidamente elucidado na dialética entre marcas históricas inelimináveis e sua modernização sob condições atuais sustentadas por traços anteriormente inéditos.

Ainda que importantes resistências venham se expressando em relativas vitórias locais e regionais (particularmente na Bolívia, no Chile e na Argentina), seria ingênuo não reconhecer a ofensiva do capital sobre o trabalho e suas expressões nos diversos governos que ocupam boa parte dos estados latino-americanos (mais intensamente de 2011 para cá). É necessário ressaltar que este paradigma tem reafirmado tragicamente, nas condições atuais, históricas desigualdades, com isso as inúmeras e diversas resistências a ele. O atual cenário tem revelado fissuras entre os setores que formam a direita mundial e latino-americana, o que significa que o atual cenário põe em questão as estratégias a serem utilizadas pelos setores conservadores e ou conservadores-reacionários para gerenciar a crise estrutural do capital¹⁵. A eleição de Joe Biden nos EUA expressa, nas condições particulares do império decadente, esta disputa financiada e acompanhada de perto pelos representantes do grande capital. Não se trata de celebrar a vitória democrata, mas a derrota eleitoral de Donald Trump¹⁶. Isto no exato sentido de combater a extrema direita e criticar a direita democrata que seguramente terá seus filhotes latino-americanos. Uma unidade crítica e programática das esquerdas é mais do que necessária. Ela deve ter base mundial e expressões regionais e locais, o que se impõe como tarefa complexa e urgente.

A velha e extinta luta de classes se reafirma! A toupeira abala o terreno! Marx (1984a, 1984b, 1984c) tinha razão: as mesmas condições necessárias à acumulação permanente e ampliada do capital, recriam, sob condições históricas diversas, novas contradições insuperáveis sobre as fronteiras do capitalismo. Ainda que a sociedade do capital tenha demonstrado um fôlego impressionante na gestão de suas crises, as condições reais para tal têm diminuído (tese defendida por Marx em *O Capital*). A luta pela emancipação social (política e humana – MARX, 2009) de homens e de mulheres latino-americanos (as) é uma luta seguramente mundial e anticapitalista progressista. Precisa incorporar *criticamente*, todavia, as diversas experiências de resistência aqui historicamente construídas, bem como pautas genuinamente humanas: lutas antirracistas, feministas, por igualdade diversas e defesa de nossos recursos naturais.

Considerações finais

Caberia, aqui, para finalizar, sumariar as condições reais para balizar um reposicionamento crítico do Serviço Social na América Latina, ressaltando que se trata de uma profissão cuja gênese vincula-se à ordem monopólica do capital e é formada por um leque extremamente heterogêneo de orientações teórico-práticas no seu interior, nem todas vinculadas à efetiva defesa da vida das diversas frações da atual classe trabalhadora.

Mais do que nunca, reafirmar a tradição anticapitalista progressista é o caminho mais promissor para que o Serviço Social contribua com lutas civilizatórias, como profissão, com os enormes embates já em curso dentro e fora de suas fronteiras. Para essa tradição é caminho necessário endossar e reatualizar a crítica ao capital e à sociedade que permite sua reprodução (o capitalismo), não como exercício logicista/especulativo, mas como base para subsidiar a decodificação da realidade objetivamente posta por toda a América Latina (como razão ontológica – LUKÁCS, 2010, 2012, 2013). Necessário decodificar a produção e a reprodução do pauperismo no atual estágio de acumulação capitalista (nisto as refrações particulares da *questão social* como expressão da *Lei Geral da Acumulação Capitalista* - MARX, 1984a), as determinações da profissão, suas demandas, limites e potencialidades objetivas, seus embates internos e possíveis rearticulações. É neste contexto que o trabalho profissional, o assistente social como trabalhador (a) e o Serviço Social como profissão (IAMAMOTO, 2007; RAICHELIS, 2020; SILVA, 2013 e 2020) – nas condições do capitalismo dependente e do desenvolvimento desigual e combinado latino-americano –, podem ser objetivamente analisados e criticados, bem como subsidiarem ações político-profissionais necessárias e úteis. Sem isso, a profissão tende a ser dragada não apenas pelas duras condições que já há algum tempo atuam sobre ela, mas também pelas fragilidades daqueles que ajudam a operar a desigualdade social (e aqui o desafio é enorme).

Não reconhecer o duro cenário em curso e não reavaliar criticamente a inserção profissional nesse contexto será fatal para os segmentos mais progressistas do Serviço Social, especificamente para sua fração mais crítica. As ações da burguesia mundial e de suas frações no contexto da crise mundial e estrutural do capital, em particular na América Latina, revela que a *incompatibilidade estrutural entre acumulação capitalista e afirmação de direitos é uma realidade* (SILVA, 2013). O avanço da direita genuína e da extrema-direita, adaptado às nossas condições socio-históricas dependente, escancara a barbárie em curso. Se por um lado urge o combate radical aos setores neoconservadores que crescem dentro e fora do Serviço Social, por outro lado é

preciso ampliar o debate crítico e fundamentado, inspirado no ponto de vista da totalidade, com setores sociais civilizatórios, adensando e articulando demandas progressistas junto à classe trabalhadora hoje extremamente diversificada (ANTUNES, 2018). E aqui o leque é enorme no cenário geral de alteração na composição orgânica e técnica do capital necessária à retomada da acumulação: formais precarizados(as), informais, terceirizados, uberizados, desempregados (oscilantes ou permanentes), entre outros(as) que, importante ressaltar, imbrica-se com demandas particulares de mulheres, negros(as), povos originários, diversidade sexual, entre outras pautas que precisam articular-se com a luta classista. A profissão tem muito a contribuir com isso em espaços sociais em que a classe trabalhadora se faz presente: nas diferentes instituições que lidam com a gestão da pobreza, na área da assistência social (nos níveis federal, estaduais e municipais) e no sistema público de atendimento a direitos, mesmo considerando a brutal fragmentação do atual mercado de trabalho e a precarização na contratação da força de trabalho dos(as) assistentes sociais. Os segmentos organizados e progressistas do Serviço Social não podem desconsiderar essa imposição da realidade no processo de análise do real e na formulação de alternativas profissionais.

A barbárie está posta há algum tempo. Nela, o desespero e o medo alimentam formas atualizadas inspiradas no fascismo. Alguém duvida dessa possibilidade? Mas não se trata de um caminho inevitável, embora seguramente esteja em curso e possa consolidar-se.

Referências

- ANTUNES, R. O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FONTES, V. El proto-fascismo: núcleo central del gobierno Bolsonaro. *Trasversales*, 46, 2019. Disponível em: <http://www.trasversales.net/t46vfontes.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez Editora, 2007.
- IANNI, O. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LENIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do Ser Social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.
- MARX, K. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (org.). Marx e Engels: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v.1, t. 2.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984c. v.3, t. 1.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. 3, t. 2.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v. 2.
- MARX, Karl. Para a questão judaica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo Ática editora. 1988.
- PAULO NETTO, J. Lukács. São Paulo: Ática, 1981.
- OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília, CFESS, 2020. v. 2. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuiçoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

REAL GDP GROWTH. International Monetary Fund, [2020]. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em: 28 jul. 2020.

SILVA, J. F. S. Serviço Social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, J. F. S. Sociedade do capital, violências e práxis profissional. Juventudes, violências e políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

SILVA, J. F. S. Trabajo social y crítica marxista. Propuestas críticas en Trabajo Social. Santiago: Revista del Departamento de Trabajo Social de la Universidad de Chile, número 1, 2020. (prelo)

THE WORD BANK. Brasil: aspectos gerais. O Banco Mundial no Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>. Acesso em: 28 jul. 2020.

Notas

- ¹ “Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão e junção de bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra [...]. O capital financeiro é força tão considerável, pode dizer tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...]”. (LENIN, 2008, p. 47, 82).
- ² Dependência entendida como “[...] *relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia*”. (MARINI, 2008, p. 111). Superexploração analisada tanto como pagamento da força de trabalho abaixo do valor médio necessário à sua reprodução, mas também, ao mesmo tempo, como sua extrema exploração e desgaste por meio da inserção de tecnologias no processo de modernização conservadora, seja como mais-valia absoluta ou relativa.
- ³ Vale indicar, sumariamente, a influência do pensamento de Trotsky (1985) no debate sobre a dependência latino-americana, particularmente nas ideias de Florestan Fernandes e nos estímulos aos estudos de Ruy Mauro Marini e de seu grupo (sumariamente descartado deste debate no Brasil). Cardoso e Faletto (2004) fazem parte desta polêmica, mas culminam, a nosso ver, na inevitabilidade do desenvolvimento associado e combinado e nos seus *possíveis ganhos* (?).
- ⁴ Que não é uma novidade latino-americana.
- ⁵ Todos os grifos desta citação reproduzidos dos originais.
- ⁶ Isso não significa, todavia, que somente existiram levantes subversivos. Ao contrário, também atuaram e atuam permanentemente ações contrarrevolucionárias inclusive com apoio popular.
- ⁷ Fonte *não suspeita* por se tratar de um interlocutor privilegiado do grande capital. (REAL GDP growth, [2020]).
- ⁸ Estes índices certamente variarão com os dados finais de 2020.
- ⁹ Necessário ressaltar que os momentos de crescimento da economia latino-americana não significaram a redução da desigualdade social nos países da região (mesmo durante os governos mais progressistas).
- ¹⁰ Programas como o *Bolsa Família* no Brasil (governos Lula-Dilma) e a *Asignación Universal por Hijo* na Argentina (governos Néstor-Cristina Kirchner), entre outros similares, preservada sua inegável importância, foram programas amplamente estimulados pelo Banco Mundial que segue firmemente as orientações do FMI para a América Latina e o Caribe: rígido controle fiscal, privatizações, desregulamentação laboral, Estado centrado na pobreza extrema, superávit primário e câmbio flutuante. Os juros, nesse momento, tendencialmente em queda, mas superiores ao restante do mundo. Sobre o caso brasileiro, na visão do BID, consultar The Word Bank (2019).
- ¹¹ Mesmo os robustos números chineses, jamais negativos entre 1980-2020, têm diminuído depois da crise mundial de 2008. Reduziu de 14,4 (2006-2007) para 9,7% (entre 2007-2008), apresentando tendência de queda constante a 6,1% (2019-2020) e previsão de 1,2% (2020-2021 – o que seria o menor índice, de longe, nos últimos 40 anos). (REAL GDP growth, [2020]).
- ¹² Considere-se, por exemplo, no caso da América do Sul, na Argentina e no Brasil (submetidos à desindustrialização e desnacionalização contínuas), no Chile (absolutamente desnacionalizado durante a ditadura comandada por Pinochet) e no Paraguai (não industrializado).
- ¹³ Em que Sebastian Piñera (Chile, 2011-2014 e 2018 aos dias atuais) e Mauricio Macri (Argentina, 10 de dezembro de 2015/2019), foram paradigmas político-governamentais desta retomada na América do Sul.
- ¹⁴ Recentemente revertido após forte mobilização popular.
- ¹⁵ As diferenças entre tais alternativas não podem ser niveladas e subestimadas.
- ¹⁶ Ilusão pensar que a derrota de Trump significa o fim da extrema-direita.

José Fernando Siqueira da Silva

jose.siqueira-silva@unesp.br

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca)

UNESP/Franca

Eufrásia Monteiro Petráglio, 900

Jd. Dr. Antonio Petráglio - Franca/SP

CEP: 14409-160.

Agradecimentos

Agradeço o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Agência financiadora

FAPESP – processo 2017/14497-5. CNPq – processo 302472/2017-7.

Contribuições do autor

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento do autor.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

THEMATIC SPACE: STATE, AUTHORITARIANISM AND CLASS STRUGGLE

Latin America: capital and social desolation

José Fernando Siqueira da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-1040-9558>

¹São Paulo State University, Faculty of Humanities and Social Sciences, Department of Social Work, Franca, State of São Paulo, Brazil

¹Federal University of São Paulo, Social Work and Social Policies Program, Santos, State of São Paulo, Brazil

Latin America: capital and social desolation

Abstract: This article analyzes the current stage of capitalist accumulation in Latin America. It relies on a socio-historical approach that engages with components of Marx's critique of the political-economy. Also, this work is based on observations from part of Marxist tradition on imperialism, colonialism, dependence, the bourgeois revolution carried out through colonialism, conservative modernization, and the unequal and combined development. In this, the composition of the dominant classes and Latin American states. The text blends the author's Latin American experience and the studies carried out in research projects he has coordinated since 2011 in the field of Social Work.

Keywords: Latin America. Authoritarianism. State and Class.

América Latina: capital e devastação social

Resumo: O artigo analisa a América Latina no atual estágio de acumulação capitalista. O faz a partir de uma abordagem socio-histórica que recupera componentes da crítica à economia-política de Marx, bem como observações de parte de sua tradição sobre o imperialismo, o colonialismo, a dependência, a revolução burguesa realizada pela *via colonial*, a modernização conservadora e o desenvolvimento *desigual e combinado*. Nisto, a composição das classes dominantes e dos Estados latino-americanos. O texto recupera a experiência latino-americana do autor e os estudos realizados em projetos de pesquisa por ele coordenados a partir de 2011 na área de Serviço Social.

Palavras-chave: América Latina. Autoritarismo. Estado e Classe.

Received in 26.06.2020. Approved in 02.08.2020. Reviewed in 04.09.2020.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

Introduction

The theme proposed for volume nº 24, issue nº 1, of the journal *Katálysis*, entitled “*State, authoritarianism and class struggle*”, is of great relevance. It is an invitation to the analysis on the historical constituent aspects of this part of the American continent. Particularly from October 12, 1492, when Christopher Columbus sighted San Salvador, now the Bahamas, a process that was intensified by the Spanish themselves and by the Portuguese who divided their possessions in Latin America until the first half of the 19th century. It is in this context that the peoples and cultures constituted here were subjected to force, vilified, plundered and decimated. Colonialism and primitive accumulation of capital - *both not only situated in the distant past* - were also very efficient here, either to divide very diverse native peoples, to fragment them in order to weaken them, or to manage the bloodletting of this part of America by conveniently *associating slavery of natives and blacks, agricultural-exporting expropriation, and production aimed at the economically dominant zones*. This formula persists until today, although absolutely reorganized by multiple mediations imposed by late capitalism (MANDEL, 1985) and its increasingly structural crises (MÉSZAROS, 2002).

Thus, the nature of states, of authoritarianism, of the social classes constituted here, of the struggles waged here, and of the continuous destruction of rights, cannot be explained by the pure exercise of politics. *But by the critique of political-economy, that is, by the analysis of the real conditions that determine the production and reproduction of the lives of human beings in real historical conditions. In this case, labor as a creator of value, the lacks and necessities contained there, and the class struggle that has been constituted in this process*. It is not a question here of disfiguring the political dimension, but of placing and enhancing it with multiple economic determinations that are imposed from very precise socio-historical determinations. We should ask: what is understood by Latin America? What is happening in this Central-South American part marked by common socio-historical traits, close realities and diverse dynamics? How to situate it in the current stage of capitalist accumulation and measure the impact of this on Latin American workers who live off the sale of their labor force under brutal and extreme conditions? What are the clues to value and align the critical legacy of Social Work with the requirements of the current scenario? The answers to these questions, certainly very complex, contribute to the theme suggested for this issue of the Journal and mark Social Work as a profession in this context. We dare to offer some clues in this direction.

Accumulation and capitalist crisis: the place of Latin America

The current debate on Latin America, the capitalist crisis that is impacting here and the social desolation that is taking place in it - the tensions of Social Work as a profession - demands the recovery, albeit briefly, of some important structural historical traits that are necessary to explain the current conditions of the Latin America.

Firstly, mercantilism fed the primitive accumulation of capital based on the competitive-commercial capitalism condensed from the 16th century (MARX, 1984a). It was updated at the end of the 19th and beginning of the 20th centuries, when colonialism was reorganized under the command of monopolist/imperialist capitalism (LENIN, 2008) and dependence constituted in the context of two great world wars. Financialization (fusion between industrial and banking capital), the consolidation of monopolies, the export of capital, the organic capture of national states and public funds, began to sustain the imperialist-monopolistic fabric of the new phase of capitalist accumulation consummated at the dawn of the 20th century¹. This part of the American continent, in turn, modernized its role in the world economic mechanism as a dependent region and realized at overexploitation of the labor force (MARINI, 2008)². This generated a certain type of modernization, the conservative one, carried out in the second half of the 20th century under the dictatorship of the great capital (IANNI, 2019). Dependence here could not generate development as Ruy Mauro Marini correctly insisted, but it led to another kind of somewhat strange composition: *the unequal and combined “development”* (FERNANDES, 1968, p. 139-140; OLIVEIRA, 2003, p. 59-60)³.

Colonial possession alone gives the monopolies complete guarantee against all contingencies in the struggle against competitors, including the case of the adversary wanting to be protected by a law establishing a

state monopoly. The more capitalism is developed, the more strongly the shortage of raw materials is felt, the more intense the competition and the hunt for sources of raw materials throughout the whole world, the more desperate the struggle for the acquisition of colonies. (LENIN, 2008, p. 83).

Secondly, the bourgeois revolution in this part of the world was tremendously late and took effect through colonialism (FERNANDES, 1987 and 2009), that is, it was structured on the basis of the agrarian-exporting economy, responsible for organizing a market essentially geared to foreign interests (therefore displaced and uncommitted to Latin American needs). It was based on the widespread submission, slavery and genocide of native and black African peoples with deep patrimonialist and patriarchal marks, as well as scars of structural racism (MOURA, 1983 and 1988), indelible traits of a colonialism that was updated and reaffirmed - with other mediations - at the beginning of the 21st century. It is important to point out that the Latin American bourgeoisie of the 20th century needed the decisive intervention of strong national states to accumulate and stimulate capitalism⁴, whether they were explicitly in favor of imperialism or closer to national development projects, with a certain internal distribution wealth. José Batlle y Ordóñez in Uruguay, Getúlio Vargas in Brazil and Juan Perón in Argentina (besides their differences - temporal and conjunctural - and their contradictions), were classic examples of this second path, definitively defeated by the civic-military dictatorships imposed throughout all of South America from the mid-1960s (FERNANDES, 2009). The outcome of this debate, held predominantly until the early 1960s, is well known: bourgeois autocracy, conservative modernization and the “dictatorship of big capital” (IANNI, 2019, p. 27-89); the re-edition of dependence, the recreation of authoritarian states and the triumph of US-led imperialism.

Third, the deterioration of the Latin American situation is structurally linked to late capitalism, (MANDEL, 1985) inaugurated at the end of the Second World War and the Cold War, but it is also a consequence of its structural crisis (MÉZSÁROS, 2002), which culminated in the neoliberal project in the early 1970s. The capital's offensive was sustained by privatizations of institutions and public spaces, deregulation and general flexibilization, labor precariousness, outsourcing, increase of grey economy (today also uberized - ANTUNES, 2018), unemployment, private drainage of public funds, destatization, growth of finance capital, mercantilization of different spaces of social life, and the paradigm of control of public spending that affect the affirmation of fundamental rights. István Mészáros (2002, pp. 39-40, 49) makes the following comment on the predatory expropriation of human and material resources of the planet during the current stage of capitalist accumulation:

Instead, the universal viability of emulating the development of the ‘advanced capitalist’ countries is predicated, ignoring that neither the advantages of the imperialist past, nor the immense profits derived on a continuing basis from keeping the ‘Third World’ in structural dependency can be ‘universally diffused, so as to produce the anticipated happy results through ‘modernization’ and ‘free-marketization’. [...] At the time of capital's global ascendancy, crises erupted in the form of ‘great thunderstorms’ (Marx), followed by relatively long *expansionary* phases. The new pattern, with the end of the capital's historical ascendancy, is the growing frequency of *recessionary* phases tending towards a *depressed continuum*⁵.

Fourthly, it must be emphasized that the old, recycled and current forms of colonialism, historically established in the conditions described so far, were not imposed without the resistance of the Latin American peoples (original or formed here in the colonization process). The explicit use of violence, looting and genocide by the dominant sectors has been tragically affirmed (SILVA, 2018). Thus, the examples here are vast: a) they transit from the elimination of very diverse native peoples who resisted colonization in different ways (Tupiguaranis, Mapuches, Wichis, Diaguitas - Quechuas, Andean Quechuas -, Yamanas, Huarpes, Aymaras, Tobas, Onas, Calchaquíes, Matacos, Mazatecos, Comechingones, Yanomamis, Sanavirones, Quichuas, Man, Ashánincas, Xavantes, Yukpa, Paítavyterás, Pemóns, among many others); b) go through the resistance of enslaved black peoples (Quilombos dos Palmares, with Zumbi and the Haitian Revolution - 1791, led by François-Dominique Toussaint Louverture, for example); c) involves peoples and the anti-colonial struggles for the Latin American Patria Grande (Great Fatherland) that were formed from the native Euro-African mixture (many of them led by Simon Bolívar, José Artigas, José Martín, José Martí, among others); d) expresses itself in the cowardly massacre carried out by the Brazil-Argentina-Uruguay coalition against Solano Lopes-led Paraguay in the Triple Alliance War or Great War (1864-1870); e) also, it has developed extensively throughout the 20th century throughout the Latin American continent, through anti-dictatorial struggles, armed, anti-capitalist,

anti-colonialist and anti-imperialist movements, in which the Cuban experience of 1959 was exemplary. And these are a few representative examples.⁶

Fifth, there is no way to analyze pauperism, authoritarianism, the states and their contradictions, the classes, the struggle between them and the reproduction of capital in Latin America, without searching the entrails of this reality summarily indicated here, as well as without criticizing the ideology that hides, naturalizes, justifies, inverts, and generalizes as truth alien propositions to groups subjugated by capital and capitalism (MARX; ENGELS, 2007). All this under the conditions of imperialism, neo-colonialism and current dependency, under the command of the financial fraction of capital. The neglect of this often results in the *description of the immediate given, the emphasis on a scientific exercise supported by different forms of logicism that hide the real and its movement and re-edit the impoverished reason and its ideological decadence* (PAULO NETTO, 1981, p. 109-131). Therefore, the point of view of totality (MARX, 1989; LUKÁCS, 2012) is absolutely essential to methodologically orient this endeavor, although this in no way subjugates the very dynamics of the real as “*logic of the proper object*” (MARX, 2005, p. 39). It is a matter of producing knowledge guided by the *ontological-materialistic* point of view in which the representations of the real are not confused with the real itself. Therefore, it is up to science to mentally reconstruct the dynamics objectively placed, historically situated and dated, as real knowledge theoretically inscribed, in tune with the real lives of historical and social beings, an analysis subject to corrections and adjustments. What counts here is not the exactness of this mental reconstruction (impossible as such), but the rational exercise of pursuing the movement of the given reality. As Marx warned, “All science would be superfluous if the outward appearance and the essence of things directly coincided. [...]” (MARX, 1985, p. 71). And he insisted:

[...] The totality as it appears in the head, as a totality of thoughts, is a product of a thinking head, which appropriates the world in the only way it can, a way different from the artistic, religious, practical and mental appropriation of this world. The real subject retains its autonomous existence outside the head just as before; namely as long as the head's conduct is merely speculative, merely theoretical. [...] (MARX, 1989, p. 410-411).

It is necessary to recall the Marxian genial observations on the general law of capitalist accumulation (MARX, 1984a). The attempt to manage the dynamics between constant capital, which is destined to the means of production, and variable capital for the remuneration/maintenance of the labor force - altering the organic and technical composition of capital in favor of accumulation -, always allows the extraction of the surplus value of labor (source of value) to be expanded or maintained at bearable levels and profits to be increased. In times of contraction, management is done in the sense of transferring crisis losses to workers. The alternatives for dealing with the crises that are part of capitalist accumulation are diverse: insert technology and reduce labor force (or expand it if increasing the rate of surplus value); reduce production costs in general by optimizing and/or reducing expenses with constant and mainly variable capital; expand markets either to drain stocks or obsolete technology; increase relative overpopulation to force down wages; as well as compensate for the fall in the profit rate through financial gains, for example. For this purpose, it brings into play typical organic actors of the monopolistic-imperialist phase: *the state (very crucial for capital), banks and the financial system complex*. In general, this entire process tends to prioritize constant capital over variable capital and the expenditures derived from it (costs of reproducing the labor force), managing the reserve army of labor and increasing the rate of surplus value. In other words, while there is no *full control* of the bourgeoisie and its fractions over the elements that materially generate accumulation and crises, the dominant classes tend to influence this context to offer the best possible management of the general law of accumulation as a global process. It is in this scenario that relative/absolute pauperism grows, since expropriation is essentially part of capital's order and it requires this to promote accumulation by subduing labor through different mechanisms.

Considering data from the last 40 years on the world's Gross Domestic Product (GDP) released by the International Monetary Fund (IMF)⁷ itself, it is possible to verify that the long waves of growth followed by over-accumulation crises typical of the post-World War II were, at the end of the 20th century, after the deep post-Fordist restructuring of capital (with an explicitly ultraliberal profile), replaced by low global growth and a sequence of GDP falls. As shown in Graph 1 below, between 1980 and 2007 the real growth of the world GDP (in orange) combined little growth with successive plunges. The world's GDP irregularly oscillated (up

Graph 1 – Real GDP growth

Source: International Monetary Fund

and down) between 0.6% (lowest index, between 1981 and 1982) and 5.6% (highest index, between 2006 and 2007), with declines followed by 4.6% to 2.1% between 1988 and 1993, with oscillations and low growth between 1994 and 2000 and a new drop from 4.8% to 2.5% between 2000 and 2001. The advance of the world economy between 2001 and 2007 from 2.5% to 5.6% was not sustained and showed a slight drop between 2004 and 2005 (from 5.4% to 4.9%) and a deep crisis in 2008 that led to negative growth of 0.1%. The novelty of 2008 is that the crisis was born, for the first time, in the center of world capitalism immediately identified as a *housing bubble* in the US market. Since then, the worldwide recovery of 2009 has not been sustained: it presented successive drops with slight stability between 2012 and 2016 (growth of about 3.5%), a small recovery between 2016 and 2017 (3.9%) and a new crash brutally accentuated by the COVID-19 pandemic from March 2020 onwards (with a negative forecast of -3%) (REAL GDP growth, [2020])⁸.

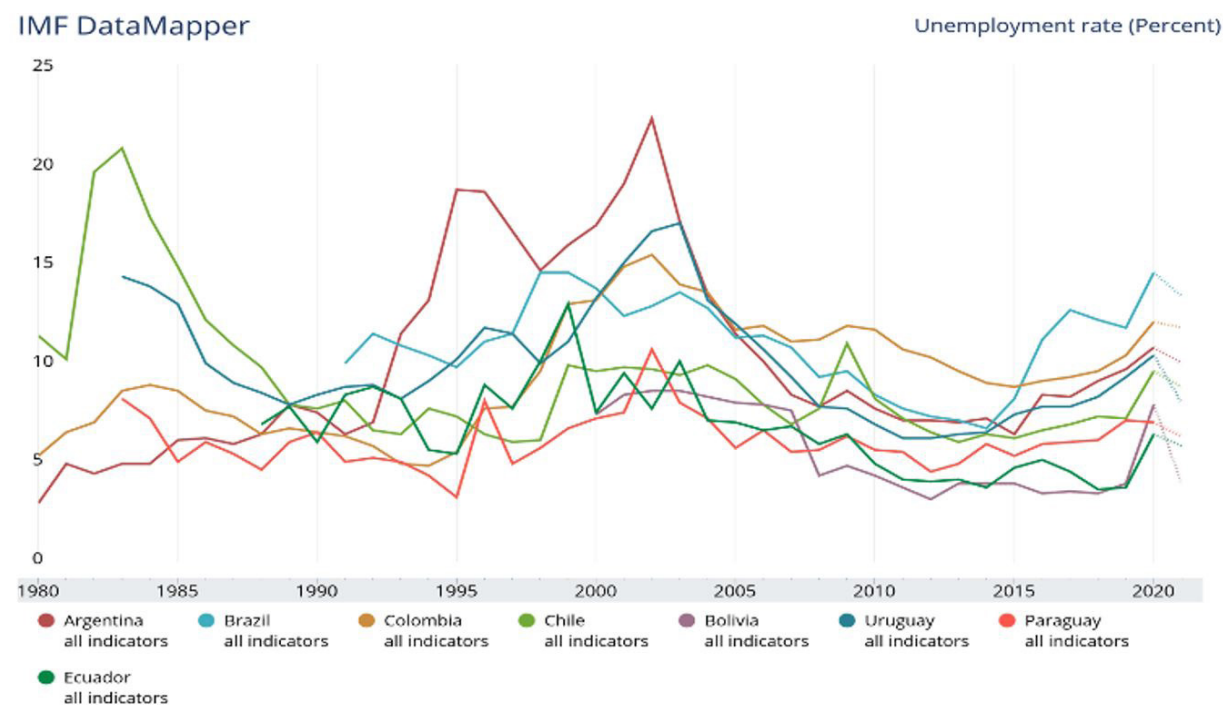
The situation of the Latin American economy (South and Central America and the Caribbean) is even more serious. The green line in the graph above shows that in this part of the American continent the poor growth rates have went paired with regular instabilities that have increased in the last 40 years. The moments of abrupt growth in Gross Domestic Product (almost always marked by modest rates - although above the world average at specific times) are quickly replaced by stronger falls, both primarily associated with international raw materials⁹ prices. Between 1980 and 1983 there was an abrupt drop in GDP from 6.5% to -2.8%, a resumption from 1984 of 3.9%, a slight stability until 1986 and another intense drop until 1990 (reaching the level of 0.6%). This instability persisted throughout the 1990s, with numbers ranging from 5.4% (best index, 1997) to 0.1 (worst level, 1999). The swing, up and down, persisted until 2002, with rapid growth until 2004, slight stability until 2007 and a strong decrease with the world crisis of 2008 reaching the index of -2%. The recovery in 2009 was not sustained and went into free fall until 2016, with a slight recovery in 2017 (1.3%) and an abrupt fall aggravated by the COVID 19 pandemic in 2020 (with a forecast of -6%) (REAL GDP growth, [2020]). It is necessary to point out that these average figures for Latin America logically fluctuate among the countries of the bloc, although in general the ascension and descension curve follows the international pattern: more modest at times of world growth (when above the world average) and more radical at times of depression (below the world average line). It should be noted that these figures represent projections made in the first half of 2020. Updated data, officially released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in August 2020, indicate that the Brazilian GDP of the second quarter had a fall of 9.7% compared to

the same period in 2019 (0.1 positive - which reveals the seriousness of a scenario already underway before the pandemic). Revised information on the first half of 2020 points to an even greater drop than had been projected: -2.5% compared to the same period in 2019.

Taking as an example the three largest economies of the block and the same period (1980-2020), it is possible to check the following indices published by the IMF on the same website indicated in footnote number 6: a) Brazil had the highest positive GDP peaks in the periods 1984-1985 (7.9%), 1993-1994 (5.8%), 2003-2004 (5.8%) and 2006-2007 (6.1%) and, in turn, the most significant drops in 1980-1981 (-4.4%), 1982-1983 (-3.4%), 1989-1990 (-4.2%), 2008-2009 (-0.1 - the well-known 'ripple' or marolinha, so called by President Lula), 2015 (-3.6) and 2020-2021 (forecast of -5.3%); b) Argentina presented positive indexes in the periods 1985-1986 (7.1%), 1990-1991 (10.5%), 1996-1997 (8.1%), 2002-2003 (9.0% - after the very serious crisis of 2001-2002) and 2009-2010 (10.1% - after the deep world crisis of 2008), as well as lower rates in 1980-1981 (-5.7%), 1984-1985 (-7%), 1988-1989 (-7%), 1994-1995 (-2.8%), 1998-1999 (-3.4%), 2001-2002 (-10.9%), 2008-2009 (-5.9%), with negative growth or little growth between 2012 and 2020 and forecast of -5.7% for 2020-2021; c) Mexico obtained its best figures in the periods 1983-1984 (3.4), 1989-1990 (5.2), 1995-1996 (6.8), 1999-2000 (4.9) and 2009-2010 (5.1 - after the 2008 world crisis), with the lowest figures in 1982-1983 (-3.5), 1985-1986 (-3.1), 1994-1995 (-6.3), 2000-2001 (-0.4), 2008-2009 (-5.3 - also after the 2008 global crisis) and 2011-2020 with a trend of declining GDP associated with small growth and a forecast of -6.6% after the effects of the 2020 pandemic (REAL GDP growth, [2020]). This trend, with some variations, as a general curve, follows the same pattern by all the countries of the region, worsening in special situations: historically Cuba and more recently Venezuela, examples of more intense economic embargoes led by the USA.

The unemployment rate, also based on IMF data (Graph 2), *considering that this index does not grasp the size of the grey economy, the precariousness of the labor force employed and labor-intense methods (essential aspects and in full expansion)*, was clearly affected by the moments of expansion and crisis, handled by the management of the organic composition of capital that tends to negatively affect regions like Latin America. The general trend of decreasing unemployment since 2003 in countries of the region such as Brazil, Argentina, Uruguay, Paraguay, Chile, Bolivia, Ecuador and Colombia, must consider that the jobs created there occurred

Graph 2 – Unemployment rate



Source: International Monetary Fund

under the conditions of neoliberal labor flexibility (therefore, certainly more precarious), in states that are organically akin to financial monopoly capital (even in their most progressive versions) and restricted on dealing with extreme pauperism and minimum wage recovery¹⁰. This has meant, in different degrees in the region, not exactly the reduction of social inequality, but the temporary and partial inclusion of the poorest layers of the working class into internal consumption strings. However, after the 2008 global crisis born in the nest of world capitalism and the successive attempts by Latin American governments to contain it (several of them with a progressive profile), unemployment showed signs of growth in 2013 and explicitly deepened from 2015 onwards in practically the entire region, worsened by precariousness and the rapid trend of labor deregulation, with devastating prospects - not yet measured - after the COVID 19 pandemic.

Now, what do these numbers show synthetically? The last 40 years, in the wake of the monopolistic-imperialist order of capital, typical of the transition from the 19th to the 20th century, the two world wars generated in this context, the post-war development model and its crisis already felt in the early 1970s (MANDEL, 1985), the end of the Cold War and the adoption of a neo-liberal project (which transited from the Fordist-Keynesian base to Toyotist-ultraliberalism - not without hybrid compositions on the periphery of capitalism), *are being marked by a tendency to replace long waves of growth followed by crises of overproduction, with a scenario of worldwide low-growth associated with increasingly regular and deep crises (including those born at the center of world capitalism)*.¹¹ In the recent past (1980-2020), Latin America's tragic history has reproduced an economic instability marked by reconfigured dependence in the context of the monopoly-financial order of capital and by profound social inequalities that are reconfigured in the wake of colonial tradition: a) a massive exporter of primary products (agricultural and minerals); b) a promoter of local governments that are often authoritarian, subjugated to international interests and protect the internal elites associated with them, bourgeoisies that are completely uncompromised with Latin American interests and opposed to minimally democratic reforms; c) societies that reposition and revive overexploitation of the labor force (MARINI, 2008) under racist (MOURA, 1988), sexist (FEDERICI, 2019) and anti-Latin American bases; d) constant and abrupt economic oscillations marked by the inability to maintain solid and persistent development patterns that promote deindustrialization or the simple non-industrialization of countries in the region¹²; e) an emphasis on conservative modernization committed to creating the necessary foundations for the *constant updating of dependence as unequal and combined development* (FERNANDES, 1968; OLIVEIRA, 2003).

Right wing radicalization: the growth of reactionary conservatism

Although it is not simple to point out the central elements that elucidate the bases of the right-wing offensive and its most radical fraction in Latin America, some aspects should be summarized here. They have at least two axes of support that recover essential traces of Latin American history (developed in the previous section): a) the profile of the bourgeoisie and its factions constituted under the bases of imperialism, dependence and unequal and combined conservative modernization, today under the command of the financial faction of capital. The Latin American ruling classes were constituted from the material base that marked the bourgeois revolution here were carried out with long overdue, through the colonial route (FERNANDES, 1987); b) the growing productive restructuring, underway since the 1970s/1980s in the context of the structural crisis of capital, the end of almost thirty glorious years of world growth and the process of political redemocratization in Latin America from the second half of the 1980s that generated another social pact in the post-dictatorial period (explicitly broken from 2012/2013 onwards). The neoliberal formula was vigorously implemented in the 1990s throughout this region and has been updated - in different ways - since the 2000s, be it under the command of more progressive agreed governments or of genuinely right-wing government projects gradually strengthened from the impact of the structural crisis of capital in 2011¹³.

Well, the consequences of the right-wing policies tend to intensify worldwide (always facing resistance), considering the afore mentioned *trend of the organic and technical composition of capital to mutate, sustained by the increase of constant capital opposing to variable capital*. In other words, the association of two general trends. The first one is the technological improvement and accumulation tendency -, altogether with the goal of reducing spends with living labor to resume optimal levels of accumulation. In Latin America the scenario is more drastic and dramatic, considering the historical tendency to compensate the labor force below its

average reproduction value (MARINI, 2008), which determines even more tragic contours for informalization, outsourcing, uberization and other precarious forms of exploitation. Add to this some other determining traits:

- a) national states that are explicitly strong to capital and weak to labor (a global characteristic, but especially radical in Latin America), an organic component of capitalist-monopolist accumulation, but with even more devastating regional social consequences;
- b) in this, bourgeoisies not committed to processes of democratization in Central South America, even in its most elementary form - political democracy -, a region often and historically seen as a focus of social instabilities that must be a constant object of preventive counterrevolution (FERNANDES, 1987);
- c) rapine and violence in the dispute for public funds in regions like Latin America tend to be much more intense. This creates objective and subjective conditions that stimulate authoritarian procedures that are also expressed in the struggle for state hegemony through government and social projects genuinely of the right and/or the extreme right;
- d) this complex process, pointed out in item c, built in the process of the structural crisis of capital, tends to worsen substantially in this stage of capitalist accumulation explicitly marked by low growth, for a short period of time, followed by important crises that affect not only the periphery of world capitalism;
- e) Latin American historical, precarious, fragile and even non-existent social protection - at the limit linked to the management of extreme poverty and the absence of public services aimed at social rights - tends to become even more fragile, a fact that adds to the catastrophe underway.

Although this is not an entirely new subject, it contains new mediations that need to be revealed. Florestan Fernandes (2009), in a series of conferences on Latin America given throughout the 1960s, precisely exposes the axis that continues to sustain the old-new problem:

Latin American countries face two harsh realities: 1) sociocultural economic structures and internal politics that may absorb the transformations of capitalism, but which inhibit national integration and autonomous development; 2) external domination that stimulates modernization and growth in the advanced stages of capitalism, but which prevents national revolution and real autonomy. The two aspects are opposite sides of the same coin. The heteronomic situation is redefined by the reciprocal action of structural and dynamic factors, internal and external. The social sectors that control Latin American societies are as interested in and responsible for this situation as the external groups that take advantage of it. Dependence and underdevelopment are good business for both sides. However, under current historical conditions, the new pattern of imperialism and the hegemony of the United States pose a dramatic question: Can Latin American countries really achieve national integration and economic, socio-cultural and political autonomy through capitalism? (FERNANDES, 2009, p. 34).

Surely, today, the North American hegemony is at stake. Capitalism too does not have the same power to manage its crises. China is its greatest threat and the effects of the depressions do not only affect the periphery of capitalism. But this, in absolute terms, puts imperialism in check or alters the essential argument contained in Florestan Fernandes' reflection. He reaffirms the Marxian theses on the internal contradictions of capital and its tendency to increasingly penalize the working classes in the process of centralization and continuous concentration of capital. And the question announced by Florestan is more than pertinent: "*can Latin American countries really achieve national integration and economic, socio-cultural and political autonomy through capitalism?*" For our part, the answer is no! And the current moment reaffirms this direction. The struggle for rights, for democracy (in its full sense), for authentic national and Latin American liberation is a progressive anti-capitalist and anti-imperialist struggle (in this, antiracist, antisexist and antipatriarchal). There is no other way out for Latin America. Even the most elementary forms of participation and management of social inequality are severely compromised, whether by the fierce competition for public funds or by the expansion of explicitly genocidal and/or ultraliberal, *politically correct*, discursively humane government projects.

The authoritarian upsurge in Latin America, though diverse, has a definite objective: to implant governments genuinely committed to the imperialist and ultraliberal agenda, that is, to break the policy of class conciliation initiated in the second half of the 1980s, to expand the advance of capital over labor, to privatize and accelerate the drainage of funds and public resources (financial and natural). This voracity demoralizes and even criminalizes rights, as well as further undermines the actions that regulate extreme pauperism. In other words, it is necessary to end the service begun with the old neoliberal project of the 1980s/1990s by

radicalizing its intensity with workers and states. This meant, in practice, the intensification of privatizations, the regularization of absolute labor insecurity (informality, uberization, outsourcing, and diverse forms of precariousness), the radical devastation of rights (health, education, and social security, especially - where they were no longer privatized), and the advance over the natural resources of this part of the American continent (in which the Amazon region is absolutely strategic). Their objective is to deprive the public of these spaces.

How can this be accomplished without counting genuine local and regional governments? Not by chance Mauricio Macri, under strong media impact, was elected in 2015 promising a new Argentina with his motto “*cambiamos*” (defeated in 2019); coups d’état were implemented in Honduras (2009 - Manuel Zelaya), Bolivia (2019 - Evo Morales)¹⁴, Brazil (2016 - Dilma Rousseff) and Paraguay (2012 - Fernando Lugo); violence has been systematically committed in Piñera’s Chile, where strong resistance took place in the second half of 2019 which culminated in a victorious referendum in which 78% of the Chilean population chose to change the Constitution inherited from the Pinochet government; Colombia has eliminated progressive leaders and has been strongly weaponized under the local leadership of Iván Duque; Peru, since March 2018, has followed a similar path under the command of Martín Vizcarra; Venezuela has been surrounded by an embargo that until then was the *privilege* of Cuba, defending itself with support from the rising empire: the Chinese-Russian, which is influencing Sandinist-led Nicaragua of Daniel Ortega, and has been impacting Cuba for quite some time; the Ecuador quickly adjusted in Lenin Moreno’s government; more recently, Carlos Alvarado Quesada assumed the presidency in Costa Rica (2018), Nayib Bukele was elected in El Salvador (2019), Laurentino Cortizo in Panama (2019 - following a long tradition of supporting US imperialism in the country); and, the newly sworn in (2020) Alejandro Giammattei (Guatemala) and Lacalle Pou (Uruguay), the latter’s spokesman for the capital in the *eastern bands* through the *Ley de Urgente Consideración*. Absolutely peculiar situations arise in Belize whose country has a governor general commanded by the English Monarch Elisabeth II, Puerto Rico (annexed by the U.S. without proper benefits) and the devastated Caribbean islands: Jamaica, Dominican Republic and Haiti (the latter icon of the first anti-colonial and anti-slavery Latin American revolution). Finally, the tragedy intensifies in Brazil of Jair Bolsonaro (elected in 2018), an explicitly protofascist government (FONTES, 2019), propagator of the motto “*God, family and Homeland*,” articulating popular base, authoritarianism, militarism, obscurantism, religious fundamentalism, irrationalism and social media - beyond formal space - financed by extreme right wing groups, but explicitly neoliberal and subservient to US imperialism. This in itself shows that the old-fashioned *Brazilian fascism* can only be properly elucidated in the dialectics between ineliminable historical marks and their modernization under current conditions sustained by previously unseen traits.

Although important resistance has been expressed in relative local and regional victories (particularly in Bolivia, Chile and Argentina), it would be naïve not to recognize the offensive of capital on labor and its expressions in the various governments that occupy most of the Latin American states (more intensely from 2011 onwards). It is also necessary to point out that this paradigm has tragically reaffirmed, in the current conditions, historical inequalities, with that the countless and diverse resistances to it. The current scenario has revealed fissures between the sectors that comprise the global and Latin American right, which means that the present situation calls into question the strategies to be used by conservative and/or conservative-relationary sectors to manage the structural crisis of capital¹⁵. The election of Joe Biden in the U.S. expresses, in the particular conditions of the decadent empire, this dispute financed and closely followed by the representatives of the great capital. It is not a question of celebrating the Democratic victory, but the electoral defeat of Donald Trump¹⁶. This is in the exact sense of fighting the extreme right and criticizing the Democratic right, which will surely have its Latin American offspring. A critical and programmatic unity of the left is more than necessary. It must have a worldwide basis and regional and local expressions, which is a complex and urgent task.

The old and extinct class struggle is reaffirmed! The mole shakes the ground! Marx (1984a, 1984b, 1984c) was right: the same conditions necessary for the permanent and expanded accumulation of capital recreate, under diverse historical conditions, new insurmountable contradictions on the borders of capitalism. Although the society of capital has shown an impressive breath in the management of its crises, the real conditions for this have diminished (thesis defended by Marx in *The Capital*). The struggle for social emancipation (political and human - MARX, 2009) of Latin American men and women (as) is certainly a worldwide and anti-capitalist and progressive struggle. However, it needs to critically incorporate the diverse experiences of resistance here historically built, as well as genuinely humanistic agendas: antiracist, feminist struggles for a vary of equalities and protection of our natural resources.

Final regards

Finally, it is necessary to summarize the real conditions for a critical repositioning of Social Work in Latin America, emphasizing that it is a profession whose genesis is linked to the monopolistic order of capital and is formed by an extremely heterogeneous range of theoretical and practical orientations within it, not all of which are linked to the effective defense of the life of the various fractions of the current working class.

More than ever, reaffirming the progressive anti-capitalist tradition is the most promising way for Social Work to contribute to civilizing struggles, as a profession, with the enormous clashes already underway within and outside its borders. For this tradition, it is necessary to endorse and re-update the critique of capital and society that allows its reproduction (capitalism), not as a logicist/speculative exercise, but as a basis to support the decoding of reality objectively placed throughout Latin America (as an ontological reason - LUKÁCS, 2010, 2012, 2013). It is necessary to decode the production and reproduction of pauperism in the current stage of capitalist accumulation (in this regard the particular refractions of the social question as an expression of the General Law of Capitalist Accumulation - MARX, 1984a), the determinations of the profession, its objective demands, limits and potentialities, its internal clashes and possible rearticulations. It is in this context that professional work, the social worker as worker (a) and Social Work as profession (IAMAMOTO, 2007; RAICHELIS, 2020; SILVA, 2013 and 2020) - under the conditions of dependent capitalism and Latin American unequal and combined development - can be objectively analyzed and criticized, as well as subsidize necessary and useful political-professional actions. Without this, the profession tends to be dredged up not only by the harsh conditions that have been acting on it for some time now, but also by the weaknesses of those who help operate social inequality (and here the challenge is enormous).

Not acknowledging the harsh scenario underway and not critically reassessing professional insertion in this context will be fatal for the more progressive segments of Social Work, specifically for its most critical fraction. The actions of the global bourgeoisie and its fractions in the context of the global and structural capital crisis, particularly in Latin America, *reveals that the structural incompatibility between capitalist accumulation and the affirmation of rights is a reality* (SILVA, 2013). The advance of the true right and the extreme right, adapted to our dependent socio-historical conditions, opens up the barbarism in progress. While on the one hand there is an urgent need to radically combat the neoconservative sectors that are growing inside and outside Social Work, on the other hand there is a need to widen the critical and reasoned debate, inspired by the point of view of the totality, with civilizing social sectors, broadening and articulating progressive demands with the working class today that is extremely diverse (ANTUNES, 2018). And here the range is enormous in the general scenario of the organic and technical composition of capital modification necessary for the resumption of accumulation: formally insecure, informal, outsourced, uberized, unemployed (oscillating or permanent), among others, which, it is important to emphasize, is imbricated with particular demands from women, blacks, indigenous peoples, sexual diversity, among other agendas that need to be articulated with the class struggle.

The profession has much to contribute to this in social spaces where the working class is present: in the different institutions that deal with poverty management, in the area of social assistance (at federal, state and municipal levels) and the public service system of social rights handling, in public health maintained by the Unified Health System (SUS) and in different spheres of public service, state or not, even considering the brutal fragmentation of the current labor market and the precariousness in hiring the labor force of social workers. The organized and progressive segments of Social Work cannot disregard this imposition of the reality in the process of analysis of the real and formulation of professional alternatives.

Barbarism has been in place for some time. In it, despair and fear feed up-to-date forms inspired by fascism. Does anyone doubt this possibility? But it is not an inevitable path, although it is certainly in motion and can be consolidated.

References

- ANTUNES, R. O privilégio da servidão [The privilege of serfdom]. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina [Dependence and development in Latin America]. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- FEDERICI, Silvia. O ponto zero – trabalho doméstico, reprodução e luta feminista [The ground zero - domestic labor, reproduction and feminist struggle]. Tradução do Coletivo Sycorax [Translation by the Sycorax collective] – São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica [The bourgeois revolution in Brazil; sociological interpretation essay]. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina [Dependent capitalism and social classes in Latin America]. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento [Class-based society and underdevelopment]. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FONTES, V. El proto-fascismo: núcleo central del gobierno Bolsonaro [Proto-fascism: central core of the Bolsonaro government]. *Trasversales*, 46, 2019. Disponível em [Available in]: <http://www.trasversales.net/t46vfontes.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social [Social Work in time of fetish capital - financial capital, labor and social question]. São Paulo, Cortez Editora [Cortez Publishing house], 2007.
- IANNI, O. A ditadura do grande capital [The dictatorship of great capital]. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LENIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo [Imperialism, the Highest Stage of Capitalism]. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I [On the Ontology of social being I]. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do Ser Social II [On the Ontology of social being II]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social [Prolegomena for the Ontology of social being]. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio [Late capitalism]. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. América Latina, dependencia y globalización [Latin America, dependence and globalization]. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores [Century of Men Publishers], 2008.
- MARX, K. O método da economia política [The political economy method]. In: FERNANDES, F. (org.). Marx e Engels: história [Marx and Engels: History]. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel [Critique of Hegel's Philosophy of Right]. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política [Capital. A Critique of Political Economy]. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v.1, t. 2.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política [Capital. A Critique of Political Economy]. São Paulo: Abril Cultural, 1984c. v.3, t. 1.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política [Capital. A Critique of Political Economy]. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. 3, t. 2.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política [Capital. A Critique of Political Economy]. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v. 2.
- MARX, Karl. Para a questão judaica [On the Jewish question]. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã [The German ideology]. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital [Beyond Capital]. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro [Brazil: origins of the black protest]. São Paulo: Global, 1983.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro [Sociology of the Brazilian Blacks]. São Paulo Ática editora. 1988.
- PAULO NETTO, J. Lukács. São Paulo: Ática, 1981.
- OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco [Critique of the dualistic rationale: the platypus]. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social [Professional duties and competences revisited: the new morphology of labor in Social Work]. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL [FEDERAL COUNCIL OF SOCIAL WORK] (org.). Atribuições privativas do/a assistente social em questão [Exclusive attributions of the social worker in question]. Brasília, CFESS, 2020. v. 2. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuiçoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- REAL GDP GROWTH. International Monetary Fund, [2020]. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em: 28 jul. 2020.
- SILVA, J. F. S. Serviço Social: resistência e emancipação? [Social Work: resistance and emancipation?] São Paulo: Cortez, 2013.
- SILVA, J. F. S. Sociedade do capital, violências e práxis profissional [Society of capital, violence and professional praxis]. Juventudes, violências e políticas públicas [Youth, violence and public policies]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.
- SILVA, J. F. S. Trabajo social y crítica marxista [Social work and Marxist critique]. Propuestas críticas en Trabajo Social [Critical proposals in Social Work]. Santiago: Revista del Departamento de Trabajo Social de la Universidad de Chile [Journal of the Department of Social Work of the University of Chile], número [issue] 1, 2020. (prelo)
- THE WORD BANK. Brasil: aspectos gerais [Brazil: general aspects]. O Banco Mundial no Brasil [The World Bank in Brazil], 2019. Disponível em [Available in]: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>. Acesso em: 28 jul. 2020.

Notes

- ¹ “The concentration of production; the monopolies arising therefrom; the merging or coalescence of the banks with industry—such is the history of the rise of finance capital and such is the content of that concept.[...] Finance capital is such a great, such a decisive, you might say, force in all economic and in all international relations, that it is capable of subjecting, and actually does subject, to itself even states enjoying the fullest political independence [...]”(LENIN, 2008, p. 47, 82).
- ² Dependence understood as “[...] a relationship of subordination between formally independent nations, within the framework of which the production relationships of subordinate nations are modified or recreated in order to ensure the extended reproduction of the dependency”. (MARINI, 2008, p. 111). Super-exploitation is analyzed both as payment of the labor power below the average value necessary for its reproduction, but also, at the same time, as its extreme exploitation and deterioration through the insertion of technologies in the process of conservative modernization, either as an absolute or relative surplus value.
- ³ It is worth indicating, briefly, the influence of Trotsky’s thought (1985) on the debate on Latin American dependence, particularly the ideas of Florestan Fernandes and the stimuli for the studies of Ruy Mauro Marini and his group (summarily discarded from this debate in Brazil). Cardoso and Faletto (2004) are part of this polemic, but they culminate, in our view, in the inevitability of associated and combined development and its possible gains (?).
- ⁴ Which is not a Latin American novelty.
- ⁵ All the emphasis highlights of this quote are reproduced from the originals.
- ⁶ This does not mean, however, that there were only subversive uprisings. On the contrary, counterrevolutionary actions have also taken place and are constantly taking place, even with popular support.
- ⁷ This is a free of suspicion source, since refers to a privileged actor of the great capital (REAL GDP growth, [2020]).
- ⁸ These rates will certainly fluctuate with the final 2020 figures.
- ⁹ It is necessary to emphasize that the Latin American economy’s growth moments have not meant the reduction of social inequality in the countries of the region (even during the most progressive governments).
- ¹⁰ Programs such as the Bolsa Família in Brazil (Lula-Dilma governments) and the Asignación Universal por Hijo in Argentina (Néstor-Cristina Kirchner governments), among others similar, while preserving their undeniable importance, were widely stimulated by the World Bank, which firmly follows the IMF guidelines for Latin America and the Caribbean: strict fiscal control, privatizations, labor deregulation, a state focused on extreme poverty, primary surplus, and a floating exchange rate. Interest rates, at this time, tend to fall, but higher than the rest of the world. On the Brazilian case, in the view of the IDB, see The World Bank (2019).
- ¹¹ Even the robust Chinese figures, never negative between 1980-2020, have declined after the 2008 world crisis. It has decreased from 14.4 (2006-2007) to 9.7% (between 2007-2008), showing a trend of constant decrease to 6.1% (2019-2020) and a forecast of 1.2% (2020-2021 - which would be the lowest index, by far, in the last 40 years). (REAL GDP growth, [2020]).
- ¹² Consider, for example, in the case of South America, Argentina and Brazil (submitted to continuous deindustrialization and denationalization), Chile (absolutely denationalized during the Pinochet dictatorship) and Paraguay (not industrialized).
- ¹³ In which Sebastian Piñera (Chile, 2011-2014 and 2018 to the present day) and Mauricio Macri (Argentina, December 10, 2015/2019) were political and governmental paradigms of this resumption in South America.
- ¹⁴ Recently reversed after strong mass mobilization.
- ¹⁵ The discrepancies between such alternatives cannot be levelled and underestimated.
- ¹⁶ It is an illusion to think that Trump’s defeat means the end of the extreme right.

José Fernando Siqueira da Silva

jose.siqueira-silva@unesp.br

PhD in Social Work from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP)

Associate Professor at the Social Work Department of the São Paulo State University (UNESP-Franca)

UNESP/Franca

Eufrásia Monteiro Petráglio, 900

Jd. Dr. Antonio Petráglio - Franca/SP

CEP: 14409-160.

Acknowledgements

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Funding Agency

FAPESP – processo 2017/14497-5. CNPq – processo 302472/2017-7.

Author's contributions

Written by the author based on studies conducted in 2020 and on recently developed research projects.

Approval by Ethics Committee and consent for participation

It does not apply.

Consent for publication

Author's consent.

Conflict of interest

There is no conflict of interest.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Estado y autoritarismo en Argentina: el debate sobre la “nueva derecha”

Andrés Tzeiman¹<https://orcid.org/0000-0002-1184-3228>

¹Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires, Argentina.

Estado y autoritarismo en Argentina: el debate sobre la “nueva derecha”

Resumen: El gobierno de la alianza *Cambiemos* bajo la presidencia de Mauricio Macri (diciembre 2015 - diciembre de 2019) provocó una intensa discusión en el campo intelectual argentino en torno de los modos de caracterizar a dicha experiencia política. En ese marco, las aproximaciones a la “nueva derecha” argentina se produjeron a partir de diferentes enfoques conceptuales. Al mismo tiempo, en sus respectivos análisis tales aproximaciones privilegiaron el abordaje de distintas dimensiones del fenómeno en cuestión. Recogiendo los aportes elaborados desde cada una de esas perspectivas y estableciendo un diálogo crítico con algunas de ellas, este artículo se propondrá llevar a cabo un análisis de las características generales de los cuatro años de gobierno de Mauricio Macri. De ese modo, se intentará arribar a una comprensión holística de esa experiencia política, concentrándose en su relación con los problemas del Estado y el autoritarismo.

Palabras Clave: Argentina. Derecha. Estado. Autoritarismo. Democracia.

Estado e autoritarismo na Argentina: o debate sobre a “nova direita”

Resumo: O governo da aliança *Cambiemos* sob a presidência de Mauricio Macri (dezembro 2015 - dezembro 2019) provocou uma intensa discussão no campo intelectual argentino sobre as formas de caracterizar essa experiência política. Nesse marco, as abordagens da “nova direita” argentina foram produzidas a partir de diferentes abordagens conceituais. Ao mesmo tempo, em suas respectivas análises, tais abordagens favoreceram abordar diferentes dimensões do fenômeno em questão. Reunindo as contribuições feitas a partir de cada uma dessas perspectivas e estabelecendo um diálogo crítico com algumas delas, este artigo se propõe a fazer uma análise das características gerais dos quatro anos de governo de Mauricio Macri. Pretende-se, assim, chegar a uma compreensão holística desta experiência política, concentrando-se na sua relação com os problemas do Estado e do autoritarismo.

Palavras-Chave: Argentina. Direita. Estado. Autoritarismo. Democracia.

State and authoritarianism in Argentina: the debate about the “new right”

Abstract: The government of alliance *Cambiemos* under the presidency of Mauricio Macri (December 2015 - December 2019) provoked an intense discussion in the Argentine intellectual field about the ways to characterize that political experience. In this framework, the understanding of the Argentine “new right” was produced from different conceptual approaches. At the same time, in their respective analyzes, such approaches favored addressing different dimensions of the phenomenon in question. Collecting the contributions made from each of these perspectives and establishing a critical dialogue with some of



Este es un artículo publicado en acceso (Open Access) abierto bajo la licencia Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite su uso, distribución y reproducción en cualquier medio, sin restricciones siempre que sin fines comerciales y que el trabajo original sea debidamente citado.

them, this article will propose to carry out an analysis of the general characteristics of the four years of Mauricio Macri's government. In this way, an attempt will be made to arrive at a holistic understanding of this political experience, concentrating on its relationship with the problems of the State and authoritarianism.

Keywords: Argentina. Right. State. Authoritarianism. Democracy.

Recebido em 25.05.2020. Aprovado em 03.07.2020. Revisado em 05.10.2020.

Introducción

El gobierno de la alianza *cambiamos* bajo la presidencia de Mauricio Macri (diciembre 2015 - diciembre de 2019) provocó una intensa discusión en el campo intelectual argentino en torno a los modos de caracterizar dicha experiencia política. Diversas perspectivas teóricas intentaron producir una definición sobre el significado de la “nueva derecha” argentina, incluyendo en ello el debate acerca de cuán novedosa resultaba esta derecha en comparación con otras experiencias autoritarias previamente atravesadas por el país (fundamentalmente con respecto a la última dictadura cívico-militar de 1976 y a los gobiernos de Carlos S. Menem y Fernando de la Rúa en los años noventa).

Tales aproximaciones a la “nueva derecha” se produjeron a partir de diferentes enfoques conceptuales. Al mismo tiempo, en sus respectivos análisis privilegiaron el abordaje de distintas dimensiones del fenómeno. En algunos casos, el foco estuvo colocado en la relación entre derechas y democracia (Tzeiman, 2017; Natanson, 2018; Rosso, 2017). Por su lado, en otros trabajos el acento estuvo puesto en la relación entre Estado y clases dominantes, priorizando en ese caso el estudio del personal de gobierno durante el período presidencial en cuestión (Canelo et al., 2018; Delgado et al., 2018). También existieron esfuerzos destinados a investigar la composición del partido de gobierno en tanto formación política, atendiendo específicamente a sus orígenes, a sus miembros fundadores y a los *think-tanks* creados desde la propia organización partidaria (Vommaro, 2017). Mientras que en ciertas perspectivas el centro de gravedad estuvo situado en la dimensión ideológica, es decir, en la producción de subjetividad autoritaria desplegada desde el Estado por parte del espacio político que condujera Mauricio Macri (Catanzaro & Stegmayer, 2018; Ipar, 2018; Prestifilippo & Wegelin, 2016).

Recogiendo los aportes elaborados desde cada una de esas perspectivas y estableciendo un diálogo crítico con algunas de ellas, en este artículo nos proponemos llevar a cabo un análisis de las características generales de los cuatro años de gobierno de Mauricio Macri. Intentaremos de ese modo arribar a una comprensión de dicha experiencia política, concentrándonos en su relación con los problemas del Estado y el autoritarismo.

La Nación excluyente

Las principales medidas implementadas por el gobierno de Mauricio Macri en sus cuatro años de mandato presidencial nos permiten aproximarnos al proyecto de Nación que su fuerza política ha intentado llevar adelante en Argentina. Ello no se restringe solamente al campo económico, aunque allí se encuentre, utilizando los términos de René Zavaleta Mercado (2008), la “ultimidad” de la explicación. El impacto de las políticas aplicadas por el macrismo, cuyo eje articulador ha sido una considerable redistribución regresiva del ingreso, ha afectado a las grandes mayorías sociales, al tiempo que ha beneficiado a tan solo un puñado de ganadores del modelo.

El período presidencial 2015-2019 tuvo una orientación general en materia distributiva cuyo impacto en la mayoría de la población resultó significativo. En primer lugar, se produjo una disminución en el poder adquisitivo de las prestaciones sociales que reciben los sectores más desfavorecidos de la sociedad (esencialmente trabajadores excluidos del sistema formal de empleo y jubilados). Del mismo modo, los trabajadores formalizados sufrieron una sostenida pérdida en el poder adquisitivo del salario, producto de niveles de inflación situados muy por encima de los acuerdos paritarios. Por su parte, los pequeños comerciantes fueron perjudicados por la disminución del consumo causada por la pérdida en el poder adquisitivo de los salarios, a la par que resultaron golpeados por los incrementos permanentes en las tarifas de los servicios públicos. En un mismo sentido, los sectores medios también fueron perjudicados por esos aumentos. Asimismo, este último factor impactó con

fuerza en las pequeñas y medianas empresas, las cuales sufrieron a la vez una suba incesante en las tasas de interés, que dificultó al máximo el sostenimiento de la labor productiva.

Como contracara, el modelo económico de la derecha contó con solo un puñado de triunfadores: las grandes empresas energéticas y las petroleras; los terratenientes del agro y las empresas megaminerías; el capital financiero; y los sectores tecno-burocráticos ligados a las actividades de esas fracciones dominantes.

Esa primacía es explicada tempranamente por las medidas adoptadas en el comienzo del gobierno de Macri, denominadas por sus principales funcionarios como un proceso de “normalización económica” (Tzeiman, 2017, pp. 31-41). Las mismas fueron aplicadas en los primeros seis meses de gobierno, anticipando de esa forma el rumbo general del proyecto. Tales medidas fueron: 1) unificación del tipo de cambio (diciembre 2015); 2) liberalización del mercado cambiario (diciembre 2015); 3) devaluación inmediata en el orden del 40% (diciembre 2015); 4) eliminación de las retenciones a la minería y el agro (diciembre 2015); 5) endeudamiento prematuro con la banca internacional (enero 2016); 6) dolarización de las tarifas de los servicios públicos y los combustibles (marzo 2016); y 7) acuerdo con los *holdouts* para poder retornar al mercado financiero internacional (abril 2016) (Zaiat, 2016).

Es importante señalar que estas medidas fueron denominadas por el propio gobierno como “gradualismo” (Solá, 2016). Es decir que existía un abierto reconocimiento en la égida presidencial de que esa orientación inicial era tan solo una “dosis” de un proceso que, tarde o temprano, debía ser mucho más contundente.

Desde ya, como decíamos más arriba, tal modelo no tiene consecuencias exclusivamente en el terreno de la economía. Está asociado a toda una “visión de mundo”. Pues el sostenimiento de tal proyecto supone como un hecho “natural” tanto la conservación de privilegios en manos de sectores minoritarios, como la exclusión radical de las grandes mayorías sociales (O’Donnell, 1977a, p. 43).

Entonces, un modelo de minorías como el que venía a proponer Macri (cristalizado en las medidas “normalizadoras” señaladas más arriba) corría serios riesgos de enfrentarse en máxima tensión con la cultura democrática argentina (Tzeiman, 2017). Existieron durante el período 2015-2019 distintos indicios que así lo indicaron: 1) el intento de la Corte Suprema de Justicia, en mayo de 2017, de brindar el beneficio indicado en la Ley 24.390 para reducir las penas de los militares encarcelados por delitos de lesa humanidad cometidos durante la última dictadura cívico-militar (mediante un dictamen firmado por dos jueces supremos nombrados en su cargo por el gobierno de Macri, y la tercera sostenida en el máximo tribunal por obra del presidente – en un tribunal compuesto en total por cinco integrantes–); 2) el fallecimiento de dos jóvenes en la Patagonia (Santiago Maldonado y Rafael Nahuel) en manos de las fuerzas de seguridad, en ambos casos en territorios de comunidades indígenas mapuche, y bajo la protección posterior de la ministra de Seguridad, Patricia Bullrich; 3) la muerte de dos trabajadores de la educación (Sandra Calamano y Rubén Rodríguez) en la periferia del conurbano de la provincia de Buenos Aires al explotar la instalación de gas de una escuela pública por negligencia de las autoridades políticas, hechos ante los cuales los gobiernos nacional y provincial se declararon prescindentes; 4) la oficialización de una doctrina en las fuerzas de seguridad según la cual los agentes de éstas podrían portar armas de fuego fuera del horario de trabajo, bajo la hipótesis de que *siempre* el Estado debe proteger *a priori* el accionar del policía; y 5) la feroz represión frente al Congreso Nacional los días 14 y 18 de diciembre de 2017 (mientras era aprobada la reforma previsional al interior del parlamento), la cual incluyó el ejercicio de la violencia física sobre varios legisladores nacionales que se solidarizaban en la calle con la multitudinaria manifestación popular.

La política de derechos humanos como referencia del “pacto democrático” postdictatorial, la garantía estatal de una educación pública masiva y de calidad, y la libertad en el ejercicio del derecho a la protesta, son elementos sustantivos en el imaginario democrático argentino, cuya negación ideológica frontal había sido hasta aquí patrimonio exclusivo de los gobiernos de facto. En ese sentido, el proyecto nacional de Cambiemos no solo encontró enormes similitudes con las medidas “normalizadoras” tomadas durante la última dictadura (Tzeiman, 2017, p. 63). También se identificó con aquella experiencia de la derecha nacional en su “visión de mundo”. Pues compartió ideológica y culturalmente la concepción de una nación de minorías, asociada al imaginario característico de la Argentina del centenario (Cortés, 2017, p. 17).

El proyecto de Nación anhelado por la “nueva derecha” solo resultaría posible, recuperando los aportes de O’Donnell (2009), si eran borradas las huellas de la participación popular en la arena política, acabando así con el imaginario democrático e igualitario argentino. La operación por la cual las mayorías se resignarían a desistir de los derechos que con la historia conquistaron, demandaba el “cambio cultural” que el gobierno

de Macri se encargó de pregonar de forma permanente. Allí reside la razón por la cual el macrismo pretendió asumir un rol *refundacional* en vistas de la construcción de la Nación excluyente. Para lograr el “cambio cultural”, la transformación debía ser, en perspectiva histórica, de raíz.

Revancha de clase

Si retomamos la idea de un proyecto de Nación de minorías, debemos ubicar esa tradición en las coordenadas políticas de la *coyuntura*. El macrismo viene “a poner las cosas en orden”. O bien, a reponer un orden, como decíamos, concebido como “natural”, que según los sectores dominantes ha sido *degenerado* por la experiencia del kirchnerismo (La Nación, 2015).

Ahora bien, la degeneración exige el hallazgo de los responsables y su disciplinamiento inmediato. Primero, para volver a la normalidad. Segundo, para producir un aleccionamiento tal que la anomalía nunca más se vuelva a repetir. Por eso, el macrismo constituye en sus raíces una *revancha de clase*. Su emergencia y su despliegue obedecen a la necesidad imperiosa, como reza el editorial aquí arriba citado del centenario periódico *La Nación*, de “volver a poner las cosas en su lugar” después de doce años en que habría primado la irracionalidad del modelo “populista”.

Esa revancha tiene tres destinatarios. La figura excluyente a la hora de recibir ese castigo es la personificación del “populismo”: Cristina Fernández de Kirchner. Y junto con ella, los funcionarios de gobierno y líderes políticos que formaron parte de su espacio político, quienes pese a la derrota electoral de 2015, persisten en la defensa de los gobiernos kirchneristas. En segundo lugar, aquellas mediaciones organizativas de los sectores populares que gozaron de una expansión en los años del kirchnerismo, en tanto a través de ellas fueron canalizados los derechos conquistados durante la vigencia del “populismo”. Y en tercer lugar, las mayorías populares que, conscientemente o no, voluntariamente o no, participaron y disfrutaron del “derroche kirchnerista”.

En ese sentido, la revancha se articuló en tres ejes. En primer lugar, la acelerada redistribución regresiva del ingreso. Todas las medidas “normalizadoras”, ya nombradas más arriba, apuntaron a producir una transferencia de recursos de los sectores mayoritarios de la población a un puñado de ganadores del modelo macrista. En segundo lugar, a través de los medios de comunicación predominantes, el macrismo se embarcó en una violenta estigmatización y demonización del proceso kirchnerista y sus organizaciones, líderes y referentes. Ello se extendió a todas las medidas aplicadas en las más diversas esferas de la vida social: política, cultura, derechos humanos, salud etc. El objetivo perseguido fue, como bien se encargó de señalar Mario Wainfeld en su libro sobre Néstor Kirchner, convertir y reducir el proceso político del kirchnerismo en un capítulo del código penal (Wainfeld, 2017, p. 22). Ello converge con el tercer eje de la revancha: la judicialización de la oposición política y sindical al modelo de la derecha. Bajo el entramado en el que confluyeron medios de comunicación predominantes, una franja conservadora del sistema político (que trascendió a la alianza Cambiemos), un sector mayoritario del Poder Judicial y una zona oscura de los servicios de inteligencia, se constituyó un *modus operandi* que funcionó aceitadamente para perseguir judicialmente a Cristina Fernández, a referentes del kirchnerismo y a líderes del mundo sindical, en aras de disciplinar a quienes osaran manifestarse en disidencia frente a la reconstitución del orden luego de la “fiesta populista”. La amenaza latente de prisión a la ex-mandataria (y a sus hijos) y la persistente demanda de un conjunto de periodistas para que avancen las causas judiciales contra ella, junto con el dictado de “prisión preventiva” a ex funcionarios kirchneristas, completaron el mapa de atemorización y disciplinamiento para evitar el retorno del “fantasma del populismo”.

En síntesis, el gobierno de Macri no puede ser pensado sino como una *revancha de clase*. Aún cuando el kirchnerismo represente el destino privilegiado de dicha revancha, la misma no se produce contra un partido o un espacio político, sino contra lo que éste significó en términos de expansión de derechos hacia las mayorías y de intento de reescritura de la historia nacional por medio de la acción política.

Relación Estado-clases dominantes

Una breve definición, un tanto básica, del funcionamiento “normal” del capitalismo: economía y política resultan dos aspectos co-constitutivos del sometimiento del trabajo por el capital, pero que se presentan

escindidos. Es decir que el momento político de la dominación se halla separado del momento económico de la misma (O'Donnell, 1977b). Estado y capital representan, de esa manera, dos momentos diferenciados de la dominación capitalista. Podemos afirmar, incluso, que cuanto más delimitados se encuentren ambos términos, más sólida resulta la dominación. Por el contrario, cuanto mayor proximidad existe, más débil resulta la dominación, en la medida en que ella se presenta de manera más abierta y desnuda.

Una segunda definición básica: si bien el Estado capitalista es un aspecto co-constitutivo de la dominación en ese modo de producción, para afianzar tal dominio debe lograr erigirse como un elemento situado “por encima” de las clases. Una primera aproximación puede indicar que ello se debe a que son los obreros quienes potencialmente pueden atentar contra el capitalismo, producto de su interés de clase. Pero no son solo ellos quienes pueden embestir contra el sistema. También los capitalistas, librados a la satisfacción de sus estrictos intereses particulares, pueden obrar en contra de la dominación capitalista “en general”. De ese modo se explica la existencia del Estado como instancia específica de la sociedad capitalista: para preservar la dominación en ese modo de producción, tanto de los atentados de los obreros como de los capitalistas individuales (Engels, 1986, p. 95).

Pues bien, en función de estas breves aclaraciones preliminares, si echamos un vistazo al “equipo económico” de Macri en su primera conformación (diciembre de 2015), podemos obtener a simple vista dos conclusiones iniciales. La primera: el principio de la virtuosidad de la “puerta giratoria” entre Estado y grandes empresas. Esto significa que quienes hasta el 9 de diciembre de 2015 se desempeñaban como gerentes (o CEOs) de importantes corporaciones empresarias, un día después pasaron a ocupar puestos de funcionarios en las áreas en que hasta el día anterior trabajaban en el ámbito privado (Canelo et al., 2018; Delgado et al., 2018). La segunda: el área económica luce hiperfragmentada, en tanto se dividen las carteras ministeriales del terreno económico según la existencia de las distintas fracciones predominantes del capital (nos encontramos con seis carteras económicas: Hacienda y Finanzas —que se dividiría a su vez en dos en enero de 2017—, Producción, Energía, Agroindustria, Obra Pública y Transporte —a lo cual debemos sumar el considerable poder y autonomía concedidos al entonces Presidente del Banco Central de la República Argentina—).

Estos dos aspectos son el resultado de una concepción existente en la derecha entonces en el gobierno acerca del funcionamiento de la esfera estatal.

El primer elemento de dicha concepción (la “puerta giratoria” entre corporaciones empresarias y Estado) indica la presunción de una posible traducción transparente de la racionalidad decisoria del mundo empresario al universo estatal. O sea, quien se desempeñó de forma virtuosa en el ámbito privado, una vez trasladado al Estado podrá, mediante las capacidades gerenciales adquiridas en el mundo de la gran empresa, oficiar con excelencia en su campo específico de decisiones al interior de la esfera estatal (O'Donnell, 2009, p. 111). Ello significaría, en síntesis, que los estándares de eficiencia característicos de los CEOs, podrían ser traducidos (y practicados) de un modo transparente en el seno del Estado.

El segundo elemento de la concepción predominante en la “nueva derecha” sobre el funcionamiento del Estado — el mercado como garante del “buen gobierno” (Lechner, 1982) —, radica en la suposición de que la parcelización de las carteras económicas no produce conflictos en la política económica. Porque la sola delegación de las medidas gubernamentales referidas a cada campo específico de la vida económica (y por tanto, a cada representante de cada fracción del capital), redundaría en un conjunto virtuoso, sin tensiones entre ellos. El mercado como garante del “buen gobierno” se encarga de armonizar lo que resulta beneficioso para cada uno de los rubros de la economía (y a cada fracción del capital).

Esta concepción sobre el funcionamiento del Estado no hace sino expresar aquella dimensión ideológica característica de las clases dominantes locales, que sustentan e impulsan al gobierno de Macri: el inmediateísmo. Las distintas fracciones de los sectores dominantes demandan un uso instrumental del Estado para “normalizar” y reconstituir sus márgenes de ganancias, y fundamentalmente, para restablecer su poder de autoridad a nivel social. Por eso, el fortalecimiento de la instancia política como momento de unidad y cohesión frente a las tensiones irremediables entre las distintas fracciones capitalistas, es relegado en favor de la satisfacción inmediata de las necesidades que plantea cada una de esas fracciones (una concepción que sería enterrada el 20 de junio de 2018, luego del acuerdo sellado con el FMI, cuando por orden de ese organismo todas las decisiones económicas quedaran concentradas en un solo ministro — Nicolás Dujovne —, en tanto interlocutor directo de la directora gerente del FMI: Christine Lagarde).

El momento de unidad del Estado, antes del acuerdo con el FMI, remite exclusivamente al deseo compartido de revancha hacia el populismo y los sectores subalternos. Mientras tanto, el crecimiento vertiginoso del endeudamiento se presenta como el único mecanismo posible para remediar los desequilibrios económicos provocados por el inmediateísmo (exacerbado por un comportamiento tradicional de los sectores dominantes: la fuga de divisas al exterior¹).

En ocasión de poder elegir con libertad, creemos que la solución *ideal* del gobierno ante el inmediateísmo de los sectores dominantes no hubiese sido el incremento de la deuda. Pero durante la presidencia de Macri tal solución ideal –el disciplinamiento de la clase trabajadora– se encontraba *reprimida*. Es que el “bloqueo popular” (las relaciones de fuerzas resultantes del kirchnerismo), operó como sobredeterminante en el desarrollo del proceso político, impidiendo al gobierno la implementación de la mencionada solución vía disciplinamiento. Por eso el gobierno acudió a un desplazamiento hacia adelante de ese objetivo, a través de un incremento voluminoso y persistente de la deuda (usufructuando el bajo nivel de endeudamiento heredado del kirchnerismo).

Autoritarismo anti-igualitario

La transformación del paradigma societal argentino para constituir una dominación duradera sobre la base de una Nación de signo excluyente demandaba un proceso de incesante lucha ideológica para transformar la Argentina. ¿Con qué propósito? El de construir una nación donde su pueblo acabe por *naturalizar la desigualdad*, y aún más, creer con fervor en ella. Tal lucha ideológica implica, entonces, constituir un dominio duradero en el cual el conjunto de la nación arraigue en sus prácticas y creencias una defensa genuina de la desigualdad (tanto de parte de sus beneficiarios, como de los perjudicados por ella). En ese camino, el gobierno de Macri se caracteriza por librar una ofensiva ideológica anti-igualitaria, con el afán de poner en cuestión aquellos principios democratizadores que perviven en la sociedad civil y el Estado en Argentina.

La apuesta política del gobierno es fortísima. La batalla ideológica es permanente y agresiva. No se detiene. Condensa de forma sólida un discurso político consistente. Sus núcleos centrales son: la condena a las formas de asistencia social otorgadas a los sectores populares por parte del Estado (bajo la premisa de la jerarquización del *mérito* y el esfuerzo individual por sobre las formas estatales de la solidaridad social); la aceptación y/o la demanda de un endurecimiento represivo desde las fuerzas de seguridad (habilitando tanto excesos de parte de éstas como pulsiones de venganza en la propia ciudadanía); la estigmatización por corrupción hacia cualquier mediación o liderazgo representativo de los sectores populares que se oponga al modelo anti-igualitario (sindicatos, organizaciones sociales, liderazgos “populistas”); y el odio sobre los sujetos sociales que expresan las “fracturas internas” de la sociedad (inmigrantes, trabajadores excluidos, minorías sexuales o raciales), en tanto responsables de aquellos males sociales considerados como los más acuciantes de nuestro tiempo (la delincuencia, el narcotráfico, la decadencia moral, etc.) (Catanzaro & Stegmayer, 2018; Ipar, 2018; Prestifilippo & Wegelin, 2016).

En Argentina a esa ola autoritaria se le presenta un límite último, muy delgado, de carácter histórico, sobre el cual el gobierno se desliza permanentemente: el campo de los Derechos Humanos. Allí reposa la habilitación de la práctica represiva para infligir a la sociedad el disciplinamiento que el proyecto anti-igualitario lleva en sus entrañas. Por eso la alianza Cambiemos oscila entre, por un lado, una política pragmática en el terreno de los Derechos Humanos, lidiando con el prestigio histórico conquistado por los organismos de ese área; y por el otro, una descalificación de las luchas históricas y las referentes del pueblo argentino en ese terreno. Esa es la razón por la cual el fracaso del proyecto del “2x1” impulsado por la Corte Suprema en mayo de 2017, mencionado más arriba, resultó para el gobierno una derrota no solo política, sino, ante todo, ideológica y cultural.

El gobierno de Macri se nutre de las pulsiones más autoritarias y anti-igualitarias que existían previamente en la sociedad civil argentina, como parte de todo un linaje histórico en la cultura política nacional. Y al mismo tiempo, produce una articulación potente con los multimedios comunicacionales, servicios de inteligencia, un sector de la “familia judicial”, y una zona conservadora del sistema político (que incluye, pero también excede al oficialismo) para librar con fuerza la lucha ideológica hacia la anhelada *naturalización de la desigualdad*.

Consideraciones finales

Las teorías de la transición a la democracia que gozaron de un gran esplendor en América Latina durante los años ochenta resultaron hegemónicas, en el sentido de que lograron constituirse en un discurso holístico, que amarraba tanto a los vencedores como los vencidos en la etapa dictatorial.

Las luchas populares anti-dictatoriales y por la restauración de las democracias que se libraron a fines de los setenta y comienzos de los ochenta en la región, obligaron a los sectores dominantes a incorporar a la democracia como forma de legitimación tras la salida de las dictaduras militares. Las democracias debían ser restituidas, allí existía un consenso: finalmente debía acabarse el terror.

Pero, precisamente, el signo hegemónico de las teorías de la transición residía en que el carácter indiscutido tanto de la necesidad de ponerle fin a las dictaduras, como de la ponderación positiva del retorno de las democracias en América Latina, se producía en circunstancias económicas y políticas condicionadas. Por un lado, el flagelo de la deuda externa deterioraba sensiblemente la capacidad soberana de las renacientes democracias. Por el otro, si bien se celebraban elecciones periódicas para consagrar el gobierno del Estado a través de la voluntad popular, ello debería convivir con un “gobierno permanente”, ajeno a la decisión de las mayorías: el poder de las fuerzas armadas, de la burocracia civil y del poder judicial (Cueva, 1989). Desde ya que el grado o el vigor de estos condicionamientos no resultó invariante en los distintos países de la región. De hecho, en esas diferencias influyeron notablemente las relaciones de fuerzas con que se produjeron en cada espacio nacional primero las salidas de las dictaduras, y luego las transiciones hacia la democracia. Sin embargo, pese a esas variaciones, el elemento común de todas las transiciones estuvo marcado por su carácter condicionado. Es decir, que se trató de una revalorización de las democracias, pero bajo la condición tácita de dejar intacta en la sociedad la distribución del poder económico y político tal como fuera construido durante los años de los gobiernos de facto (Cueva, 1988). Esto significa que si las dictaduras fueron el mecanismo político a través del cual los sectores dominantes consiguieron frenar coercitivamente el ascenso popular desplegado en los años sesenta y setenta en la región, las transiciones venían a restituir los regímenes políticos democráticos en América Latina, pero ahora sin las convulsiones sesentistas y setentistas, es decir, ya “normalizados”, “restringidos”, o “tutelados”. O dicho de otra manera: concedían el retorno democrático, aunque bajo la condición del disciplinamiento popular. De ese modo, las teorías de la transición, con su celebración del regreso a la democracia, resultaban, por una parte, la expresión ideológica de un respiro y de un triunfo popular luego de tantos años de sangre y terror. Pero por otra parte, y al mismo tiempo, se constituían en el símbolo intelectual de una derrota, que manifestaba la apertura del ciclo de dominación neoliberal en el área latinoamericana, ahora bajo regímenes políticos democráticos. Así, de la fiebre por la revolución en los años sesenta y setenta, muchos intelectuales otrora pertenecientes a la izquierda pasaron en los años ochenta a la celebración de una democracia amputada de justicia social, soberanía política y desarrollo económico (Cueva, 1994). Allí residía el carácter *hegemónico* de las teorías de la transición (por las cuales, vale subrayar, en buena parte aún hoy, al referirnos a la democracia, seguimos siendo hablados en la esfera pública).

Luego de este breve rodeo introductorio, volvamos a la Argentina contemporánea. Dijimos que el gobierno de Macri emerge como una revancha de clase frente a las conquistas populares obtenidas durante los gobiernos “populistas”. En tanto revancha social, se debe emprender un proceso de disciplinamiento. Como señalamos más arriba: se trata de un momento de *expiación*. Ahora bien, esa revancha se inscribe en el período de largo aliento que describimos en el párrafo anterior: el post-dictatorial, de *hegemonía* de la democracia. Allí está entonces el enorme dilema que se le plantea al gobierno de Mauricio Macri: ¿cómo proceder a la revancha de clase y a la instauración de la nación excluyente en Argentina en el marco de la *hegemonía* de la democracia? Más aún: ¿cómo lograr esos objetivos ante una sociedad que viene de un proceso de cuestionamiento práctico hacia el “tutelaje” sufrido por las democracias en los años ochenta y noventa? El intento de resolución de esos interrogantes en el terreno de la política es la gran novedad histórica que trajo consigo el gobierno de Cambiemos. La derecha empresarial llegó a la dirección del Estado en Argentina luego de ganar las elecciones, es decir, gracias a la voluntad popular. Durante su gobierno, entonces, debió afrontar la herencia de la *hegemonía democrática*. En ese sentido, aun en su condición “restringida”, la democracia y sus instituciones se presentan de forma permanente como obstáculos para los objetivos estratégicos que persigue la alianza Cambiemos. Por eso el gobierno de Mauricio Macri debe apelar a un doble juego ante la democracia. Por un lado, tratar de reconfigurar de un modo constante su sentido (sus leyes, instituciones, usos y costumbres) para

transformar el régimen político democrático en uno cada vez más restrictivo e inaccesible para las mayorías, sus líderes políticos, y sus organizaciones (debe “normalizar” el sistema político). Pero por el otro lado, y al mismo tiempo, las metas y los objetivos del proyecto oficialista (incluyendo esa reconfiguración del sentido de la democracia), lo obligan a moverse permanentemente al límite, o en muchas oportunidades, por fuera (o en contra) del Estado de derecho.

En la interpretación de este dilema que ha debido afrontar el proyecto de Cambiemos, tal como fue retratado en el párrafo anterior, residió el mayor y más severo equívoco de algunos intelectuales y analistas políticos argentinos en los años de gobierno de Macri. Allí podemos ubicar principalmente el del periodista José Natanson, y su caracterización de la derecha gobernante como “democrática y moderna” (Natanson, 2018, pp. 109-131). Empecemos por señalar lo siguiente: hay un punto en donde Natanson acertó. Pues intentó enfatizar en el aspecto novedoso de esta derecha, que al mismo tiempo marcaba su singularidad con respecto a otras experiencias históricas, y que volvía indispensable acabar con la subestimación o la simplificación del macrismo. Pero en ese afán de esclarecimiento, Natanson incurrió en un serio error analítico: definió el proyecto de Cambiemos por una sola variable (su hipotética condición democrática), sobre la que precisamente ese espacio político ha operado permanentemente y de forma tendencial en una dirección opuesta, o incluso, en franca hostilidad hacia ella.

Según nuestro punto de vista, la definición de la derecha que lidera Mauricio Macri como democrática resulta errónea, esencialmente por dos motivos. En primer lugar, porque el proyecto societal que pretende llevar a cabo, considerando la estructuración de fuerzas políticas y sociales existentes en Argentina, es imposible de ser realizado en la práctica respetando el normal y libre funcionamiento de la vida democrática nacional. El despliegue de su proyecto, de forma tendencial, debe enfrentarse ineludiblemente contra los pilares básicos de la democracia argentina: el “pacto democrático” de repudio a la última dictadura, el del mito nacional igualitarista de la movilidad social ascendente (cristalizado en el valor otorgado a la educación pública) y la libertad en el ejercicio del derecho a la protesta. En segundo lugar, porque la experiencia histórica y la subjetivación política demostrada en los hechos por esta derecha da cuenta de su desdén por la democracia, así como un límite muy peligroso en la liberación de sus pulsiones autoritarias. El rascismo, la xenofobia y el clasismo desplegados por Cambiemos en sus cuatro años de gobierno vuelven muy difícil definir a ese espacio político por su carácter democrático. Más aún cuando ello supone brindar garantías políticas al libre albedrío de las fuerzas de seguridad, en detrimento del “pacto democrático” argentino recién mencionado, cultivando de esa forma las zonas más oscuras de la cultura política nacional.

En función de lo dicho hasta aquí, el propósito inicial de Natanson podría haber sido pertinente: señalar que en tanto la derecha había revalidado en las elecciones de medio término de 2017 su triunfo en las presidenciales de 2015, su caracterización merecía un debate político-intelectual serio, riguroso y a esa altura ineludible, cuyo desarrollo debía estar exento de reduccionismos o simplificaciones provocadas por sesgos políticos. El problema fue que ese propósito, quizá noble y acertado, terminó dando por resultado una lectura endeble y carente de perspectiva histórica, en tanto nunca dio cuenta del mecanismo bajo el cual se había logrado “tutelar” la democracia argentina: el disciplinamiento de la dictadura. Al mismo tiempo, resultó una lectura con falta de rigurosidad analítica y conceptual, al no aclarar qué significado de la democracia estaba implicado en el carácter hipotético “democrático” de la “nueva derecha”. Se trató entonces de una mirada reduccionista, que perdió de vista el proyecto estratégico de Cambiemos y que se redujo a algunos pocos elementos de esa experiencia, dejando de lado otros sumamente importantes. Una perspectiva cuyas conclusiones políticas, además, resultaron concesivas en extremo y bastante precipitadas considerando el incipiente desarrollo del proceso político por aquel entonces (fueron escritas en función de los resultados en las elecciones de medio término de 2017 –para ese entonces, por solo citar un ejemplo, el pacto con el FMI aún no estaba siquiera en los planes–).

Por lo tanto, Natanson describió acriticamente el gobierno de Macri según aquello que *pretendió ser*: una derecha que lograría instaurar una democracia “normalizada” o “tutelada”, compatibilizando democracia y desigualdad radical. Pero, de ese modo, perdió de vista lo que el macrismo *efectivamente fue*. Y aún más, soslayó hasta dónde el macrismo se mostraba capaz de llegar para conseguir sus objetivos estratégicos (algo que desde un comienzo se observaba como *tendencia*).

En ese sentido, y para finalizar, creemos que la alianza Cambiemos ha intentado llevar adelante su proyecto societal entablando una doble relación con la democracia: 1) la *soportó* con pesadumbre; 2) con el

objetivo permanente de *degradarla*. Fue un proyecto autoritario de derecha llevado a cabo *en* democracia, *a pesar* de la democracia y *contra* la democracia... para “normalizar” la democracia. Esto último significa la constitución de una democracia “estable”, donde la participación popular en el sistema político se encuentre bloqueada, en un marco de una desigualdad radical y naturalizada en lo económico y social.

La máxima expresión de dicha *degradación* de la democracia fueron las prisiones preventivas a dirigentes del gobierno anterior (producidas, vale recordar, luego del triunfo electoral de Cambiemos en las elecciones de medio término y como antesala del paquete de reformas enviadas al Congreso en diciembre de 2017 –es decir, en su momento de mayor fortaleza política–). A ello se suma la amenaza permanente a referentes sindicales y políticos opositores a través de las causas instruidas por la justicia federal, y operadas con el apoyo de políticos conservadores, servicios de inteligencia y multimedios de comunicación. A su vez, la disputa política e ideológica para transformar el paradigma de funcionamiento de las fuerzas de seguridad resultó otro indicador en el mismo sentido (tal como se encargó de señalar la ministra de seguridad, Patricia Bullrich: “hemos dado vuelta lo que pasaba”, “nosotros vamos a cuidar a los que nos cuidan”). Y finalmente, entre otros aspectos que podríamos mencionar, la hostilidad y el desprecio hacia la recuperación de la memoria por las violaciones a los derechos humanos ocurridas durante la última dictadura cívico-militar, marcaron un signo excluyente del carácter autoritario y anti-democrático del gobierno de Cambiemos.

La competencia electoral y la persistencia (aún con muchos daños) de las instituciones de la democracia representativa, constituyen elementos por demás escasos y *formalistas* para caracterizar como “democrático” al gobierno de Macri. Se trató, más bien, de un espacio político que se definió en su esencia por su agresividad hacia la existencia de una democracia en la cual las grandes mayorías puedan pelear por ser parte de la distribución del poder económico, político y cultural en la sociedad argentina.

Referencias

- BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (2020). Mercado de cambios, deuda y formación de activos externos, 2015-2019. Buenos Aires: Banco Central de la República Argentina. Recuperado de: <http://www.bcra.gov.ar/Pdfs/PublicacionesEstadisticas/Informe-Mercado-cambios-deuda-%20formacion-de-activos%20externo-%202015-2019.pdf>.
- CANELO, P. et al. (2018). El gobierno de los CEOs. Equivalencia entre elites económicas y políticas en el gabinete de Mauricio Macri (2015-2018). Voces en el Fénix, Buenos Aires, 8(73), 92-97, noviembre. Recuperado de: <https://www.vocesenelfenix.com/content/el-gobierno-de-los-ceos-equivalencia-entre-elites-econ%C3%B3micas-y-pol%C3%A9ticas-en-el-gabinete-de-m>.
- CATANZARO, G., & STEGMAYER, M. (2018). Inflexiones del neoliberalismo y sus efectos sobre la subjetividad: imperativos y paradojas de una nueva discursividad pública en la Argentina reciente. Revista Entramados y perspectivas, Buenos Aires, 8(8), 4-31.
- CORTÉS, M. (2017). Prólogo. Radiografía de una revancha. Em: Tzeiman, A. (2017). Radiografía política del macrismo. La derecha argentina: entre la nación excluyente y el desafío democrático, (pp. 13-23). Buenos Aires: Caterva.
- CUEVA, A. (1988). Las democracias restringidas de América Latina. Quito: Planeta.
- CUEVA, A. (1989). “Democracia nostra” (Comentarios al documento “Santa Fe II: una estrategia para América Latina en los años noventa”). En Cueva, A. (1989). América Latina en la frontera de los años 90 (pp. 61-81). Quito: Planeta.
- CUEVA, A. (1994). Introducción. Las coordenadas históricas de la democratización latinoamericana. En: Cueva, A. (Comp.), Ensayos sobre una polémica inconclusa. La transición a la democracia en América Latina (pp. 11-30). México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- ENGELS, F. (1986). Del socialismo utópico al socialismo científico. Buenos Aires, Anteo.
- DELGADO, D. G. et al. (Comps.). (2018). Élités y captura del Estado. Control y regulación en el neoliberalismo tardío. Buenos Aires, FLACSO.
- IPAR, E. (2018). Neoliberalismo y neoautoritarismo. Revista Política y Sociedad, Madrid, 55 (3), 825-849.
- LA NACIÓN (2015). No más venganza. La Nación. Recuperado de: <https://www.lanacion.com.ar/opinion/no-mas-venganza-nid1847930>.
- LECHNER, N. (1982). El proyecto neoconservador y la democracia. Revista Crítica & Utopía, Buenos Aires, 6, 39-78.
- MERCADO, R. Z. (2008). Lo nacional-popular en Bolivia. La Paz: Plural.
- NATANSON, J. (2018). ¿Por qué? La rápida agonía de la Argentina kirchnerista y la brutal eficacia de una nueva derecha. Buenos Aires: Siglo XXI.
- O'DONNELL, G. (1977a). Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado burocrático-autoritario. Revista Mexicana de Sociología, México, 39(1), 9-59.

- O'DONNELL, G. (1977b). *Apuntes para una teoría del estado*. Buenos Aires: CEDES-CLACSO.
- O'DONNELL, G. (2009). *El estado burocrático-autoritario*. Buenos Aires: Prometeo.
- PRESTIFILIPPO, A., & WEGELIN, L. (2016). El neoliberalismo como trama ideológica en la Argentina reciente. *Revista Utopía y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, 74, 29-49.
- ROSSO, F. (2017). La democracia y la “nueva derecha democrática”. *La izquierda diario*. Recuperado de: <http://www.laizquierdadiario.com/La-democracia-y-la-nueva-derecha-democratica>.
- SOLÁ, J. M. (2016). La cara de Macri entre halcones y palomas. *La Nación*, [Buenos Aires]. Recuperado de: <https://www.lanacion.com.ar/opinion/la-cara-de-macri-entre-halcones-y-palomas-nid1872983>.
- TZEIMAN, A. (2017). Radiografía política del macrismo. *La derecha argentina: entre la nación excluyente y el desafío democrático*. Buenos Aires: Caterva.
- VOMMARO, G. (2017). La larga marcha de Cambiemos. La construcción silenciosa de un proyecto de poder. Buenos Aires, Siglo XXI.
- WAINFELD, M. (2017). *Kirchner, el tipo que supo*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- ZAIAT, A. (2016). El mejor equipo. *Página12*. [s.l.] Recuperado de: <https://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-305061-2016-07-24.html>.

Nota

- ¹ Se puede consultar en ese sentido el informe elaborado en mayo de 2020 por el Banco Central de la República Argentina. El nivel de fuga de divisas durante el período 2015-2019 allí ilustrado es contundente, más aún por su hiperconcentración en un número muy pequeño de personas y empresas (ver Banco Central de la República Argentina, 2020).

Andrés Tzeiman

andrestzeiman@hotmail.com

Doctor en Ciencias Sociales, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires (Argentina)
 Becario post-doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el
 Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires
 (Argentina)

CONICET/IIGG-FSOC-UBA

J. E. Uriburu 950, piso 6
 Ciudad Autónoma de Buenos Aires – Argentina
 C1114AAD

Agradecimientos

Não se aplica.

Agência financiadora

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET): beca post-doctoral 01/04/2019-31/03/2021.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento do autor.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

El *Estallido Social* en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo?

Tereza Maria Spyder Dulci¹<https://orcid.org/0000-0003-3891-2577>**Vania Alvarado Sadivia²**<https://orcid.org/0000-0003-1087-3422>

¹Programa de Posgrado en Integración Contemporánea de América Latina, Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política, Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil

²Programa de Posgrado en Integración Contemporánea de América Latina, Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política, Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil

El *Estallido Social* en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo?

Resumen: Este artículo presenta un estudio del *Estallido Social* chileno, un conjunto de movilizaciones sociales que irrumpieron en varias ciudades de este país desde octubre de 2019. Con duras críticas al modelo económico neoliberal, estas movilizaciones han denunciado la ilegitimidad de la constitución vigente, fruto de la dictadura civil-militar. Una de las demandas de mayor consenso fue la exigencia de una nueva constitución por medio de una Asamblea Constituyente. A partir de los marcos epistemológicos del pensamiento decolonial, identificamos los rasgos generales del *Estallido Social*, revisamos el panorama histórico chileno y su articulación entre el autoritarismo político y el neoliberalismo, bien como examinamos la Constitución de 1980, –los pilares fundamentales que anclaron el modelo pinochetista– y las perspectivas de una nueva Carta Constitucional dentro del marco del Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano.

Palabras clave: Estado. Autoritarismo. *Estallido Social*. Chile. Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano.

Os protestos sociais no Chile: rumo a um Novo Constitucionalismo?

Resumo: Este artigo apresenta estudo sobre os protestos sociais chilenos, um conjunto de mobilizações que eclodiram em várias cidades deste país a partir de outubro de 2019. Com duras críticas ao modelo econômico neoliberal, essas mobilizações denunciaram a ilegitimidade da constituição atual, fruto da ditadura civil-militar. Uma das demandas com maior consenso foi a exigência de uma nova constituição por meio de uma Assembleia Constituinte. A partir dos marcos epistemológicos do pensamento decolonial, identificamos as características gerais dos protestos sociais, revisamos o panorama histórico chileno e a articulação entre o autoritarismo político e o neoliberalismo, bem como examinamos a Constituição de 1980 – os pilares fundamentais que ancoraram o modelo pinochetista – e as perspectivas de uma nova Carta Constitucional no marco do Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

Palavras-Chave: Estado. Autoritarismo. Protestos Sociais. Chile. Novo Constitucionalismo Latino-americano.

The Chilean Social Outbreak: towards a New Constitutionalism?

Abstract: This article presents a study of the Chilean Social Outbreak, a set of social mobilizations that erupted in various cities of that country since October 2019. With harsh criticism of the neoliberal economic model, these mobilizations have denounced the illegitimacy of the current constitution, which is the result of the civil-military dictatorship. One of the claims



Este es un artículo publicado en acceso (Open Access) abierto bajo la licencia Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite su uso, distribución y reproducción en cualquier medio, sin restricciones siempre que sin fines comerciales y que el trabajo original sea debidamente citado.

of greater consensus was the demand for a new constitution through a Constituent Assembly. Based on the epistemological framework of decolonial thought, our aim is to identify the general bearings of the Social Outbreak; review the Chilean historical panorama and its articulation between political authoritarianism and neoliberalism, as well as examine the 1980's Constitution –the mainstays that anchored the Pinochet model– and the potential perspectives of a new Constitution within the framework of the new Latin-American Constitutionalism.

Keywords: State. Authoritarianism. Social Outbreak. Chile. New Latin-American Constitutionalism.

Recebido em 05.05.2020. Aprovado em 03.08.2020. Revisado em 21.09.2020.

Introducción

El día 6 de octubre del 2019, el Metro de Santiago aumentó CL\$30 pesos el costo del pasaje, despertando con esto el malestar de los usuarios de este medio de transporte. Días después, estudiantes secundarios y universitarios comenzaron movimientos de desobediencia civil, saltando las manoplas y evadiendo el pago del pasaje. El gobierno de Sebastián Piñera (2018 -) respondió reforzando la seguridad y enviando a los Carabineros para controlar el ingreso en las estaciones, lo que generó un clima coercitivo y violento (Urrejola, 2019).

El 18 de octubre se generó una evasión masiva en casi la totalidad de estaciones, pero después de una serie de incendios y desmanes, se aumentó la represión policial y las manifestaciones se propagaron a otras ciudades. Como consecuencia, el presidente Piñera declaró Estado de Emergencia, restringiendo la libertad de locomoción y reunión. Por primera vez desde 1987, un presidente democráticamente electo promulgó toque de queda y puso a los militares en la calle. Como protesta, se realizaron *cacerolazos* en respuesta a la represión estatal (Urrejola, 2019).

Ante el aumento de las manifestaciones, el presidente expresó en cadena nacional que “Chile se encuentra en guerra contra un enemigo poderoso, implacable, que está dispuesto a usar la violencia sin ningún límite” (Andrews, 2019). A esto la población respondió con una gran movilización, cuya convocatoria, en la capital, superó al millón de personas. Es importante subrayar que según una encuesta ciudadana realizada a un mes de iniciadas las manifestaciones, el 83% de la población las aprobaba y consideraba que las demandas fundamentales eran: pensiones por retiro, salud, desigualdad, delincuencia y educación (Activa Research, 2019).

El día 15 de noviembre del 2019, diversos representantes, tanto del oficialismo como de la oposición, firmaron el “Acuerdo por la paz y la Nueva Constitución” que buscó agilizar el proceso de elaboración de una nueva Carta Constitucional. En este se estableció que el 26 de abril del 2020 los chilenos podrían participar de un plebiscito para votar por el “apruebo” o “rechazo” de la realización de una Asamblea Constituyente, así como – en caso de ser aprobada – por la composición de la misma entre una “convención mixta”, conformada por un 70% de parlamentarios y un 30% de civiles, o por una “convención constitucional”, donde el 100% de los participantes deberán ser electos democráticamente. Se suponía que tal acto apaciguaría las manifestaciones, pero por el contrario logró avivarlas, debido a que el documento no contemplaba – caso ganase el “apruebo” –, la paridad de género, participación de pueblos indígenas y representantes de la comunidad civil, peticiones importantes para los manifestantes (Urrejola, 2019).

La renovación constitucional es un tema que representa un ajuste de cuentas con las herencias dejadas por la dictadura cívico-militar (1973-1990), ya que Chile es el único país de los que padecieron regímenes autoritarios del mundo cuya transición democrática mantuvo una institucionalidad dictatorial (Garretón, 2016). La Constitución de 1980 perdura con enclaves autoritarios que paradójicamente permanecieron vigentes en el período pos-redemocratización, en especial durante los gobiernos concertacionistas de centro-izquierda que, acoplándose al proyecto neoliberal, dejaron de lado las responsabilidades sociales del Estado y, protegidos por la Carta Constitucional, auspiciaron a los sectores privados (Atria, 2013).

Es este contexto que configura la génesis del Estallido Social que vive Chile actualmente. Una vez que la demanda por una nueva constitución democrática está apoyada en exigencias tales como la paridad de género, participación de pueblos indígenas y representantes de la comunidad civil, bien como la naturaleza como sujeto de derechos, asumimos que el pensamiento decolonial es pertinente para reflexionar acerca de la posibilidad de que la nueva constitución chilena pueda ser construida en el marco del Nuevo Constitucionalismo

Latinoamericano que, al procurar incluir sujetos y colectivos históricamente excluidos y marginados, además de la naturaleza, busca romper con el modelo hegemónico neoliberal (Walsh, 2008).

De este modo, nuestro análisis está basado en los marcos epistemológicos del pensamiento decolonial, el cual parte de la premisa de que existe un patrón de poder colonial/moderno/eurocentrado/capitalista, fundado a partir de la construcción social del concepto de raza, que generó un modelo de estratificación fundamentado en la blanquitud, responsable por la desigualdad estructural de nuestra región (Castro-Gómez, Grosfoguel, 2007; Grosfoguel, Mignolo, 2008).

Así, en este artículo buscamos realizar un estudio preliminar, que en un primer apartado, identifique los rasgos generales del Estallido Social. En seguida, revisamos el panorama histórico chileno para destacar la articulación entre el autoritarismo político y el neoliberalismo en Chile. A continuación, examinamos la Constitución de 1980 que impuso el modelo neoliberal vigente y las perspectivas de la nueva Carta Constitucional dentro del marco del Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano. Finalmente, presentamos algunas consideraciones finales sobre el tema.

“¿Chile despertó!”

Desde el 18 de octubre de 2019, Chile se vio colmado de protestas sociales masivas. Lo que primero significó un malestar por el aumento del pasaje del metro y la violencia del aparato estatal, transmutó a un malestar general dirigido a todo un sistema y clase política que fue heredado de la dictadura civil-militar y mantenido en los posteriores 30 años de democracia. Como bien resalta Gabriel Salazar: “Solo faltaba una chispa (cualquier chispa) que, crispando la piel de los adolescentes de Chile, que vienen mostrando más sensibilidad histórica e irritabilidad política que cualquier otro sector de la sociedad, hiciera estallar todo” (Salazar, 2019).

Cabe señalar que la expresión Estallido Social fue bautizada por los medios de comunicación en octubre de 2019 e incorporada después por la sociedad chilena. Según Mario Garcés (2019, p. 8): “Un estallido social es un acto multifacético de alteración del orden preestablecido que congrega a diversos actores, con sus propias dinámicas, que se sabe de antemano que tiene principio y fin, y que en muchos casos representa una “oportunidad” para hacer justicia por vía práctica [...]”.

En estos conturbados meses, Chile pasa de ser un oasis sudamericano para el mercado internacional, a un espacio asolado por la rabia y el resentimiento contenidos por una “receta social” que remite a la dictadura. A partir de este momento, se pudo observar a un mandatario que parecía dislocado de su liderazgo y que anunciaba medidas sociales y cambios de gabinete junto con arreglos cosméticos, que no lograban aplacar el descontento ciudadano. Al completar los 15 días del Estado de Emergencia, el gobierno convocó al Consejo de Seguridad Nacional para buscar endurecer las penas contra quienes denominaba como “delincuentes que atentan contra la normalidad y la paz social” (Urrejola, 2019, p. 1).

Pero era esa “normalidad” la que se deseaba dejar atrás, ya que el miedo a que nada cambie es igual o mayor a que la violencia se vuelva crónica. Cabe destacar que los medios y organismos internacionales han denunciado sistemáticamente el uso desmedido de la fuerza por parte de carabineros, donde las marchas pacíficas – en su gran mayoría – fueron fragmentadas por lacrimógenas y carros lanza aguas, que contenían otros productos químicos, como soda cáustica. En respuesta, la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, Amnistía Internacional, *Human Rights Watch* y el Instituto Nacional de Derechos Humanos solicitaron prohibir los disparos cuya distancia represente un riesgo para la vida (Garcés, 2019).

Cuando el gobierno creía que las manifestaciones estaban cesando, un colectivo feminista e interdisciplinar llamado “Las Tesis”, el día 25 de noviembre, inspirándose en la antropóloga argentina Rita Segato, entonó la cantata “un violador en tu camino”. Esta performance, basada en los estudios de género de rasgo decolonial, puso nuevamente en la mira las manifestaciones chilenas, con una repercusión importante a nivel internacional, incluso con repetición de performances en otros países (Las Tesis, 2019).

Es interesante destacar también que durante el estallido, se ha replicado la remoción de estatuas que resaltan a invasores, colonizadores y genocidas. Estas fueron sustituidas por bustos de indígenas, lo que ha llevado el debate a otro nivel, al de resignificar y decolonizar la historia oficial y revalorizar una historia desde abajo, subterránea, que respeta y realce la importancia de estos pueblos, y que entienda que estos deben tener voz en un proceso constituyente (Villanueva, Castillo, Vidaurrazaga, Cabieses y Poblete, 2019; Walsh, 2008).

Desde el inicio del Estallido Social, los viernes se consumaron como el momento cúlpe de las manifestaciones a nivel nacional. No obstante, entre los meses de enero y febrero de 2020, se decía irónicamente que la “revolución se había tomado vacaciones”, debido a la disminución de marchas y manifestaciones. Aunque en realidad, se estaban preparando para una nueva oleada, que comenzó durante las primeras semanas de marzo, con el “súper lunes” (primera marcha de marzo) y la Marcha Internacional de la Mujer, el día 8 de marzo, que marcó una presencia histórica de manifestantes en las calles. A esto se sumaron las protestas lideradas por secundarios, el día 11 del mismo mes, contra Piñera, fecha en el que el mandatario cumplió sus dos primeros años de gobierno (Bustos, 2020).

Sin embargo, el 18 de marzo, todas las previsiones de la segunda etapa del estallido se derrumbaron ya que, debido a la contingencia de pandemia internacional por el Covid-19, el gobierno decretó Estado Excepcional de Catástrofe, cuyas atribuciones permiten la restricción de locomoción y reunión, por lo que las marchas, protestas y manifestaciones se vieron reducidas en su totalidad y el plebiscito se reagendó para el día 25 de octubre de 2020. Con todo, esta nueva crisis ha mostrado también, tal vez con más fuerza, los problemas estructurales que desataron el estallido del año anterior: “la precarización de los pobres, desigualdad social extrema, pensiones miserables, débiles sistemas de salud y de educación pública, etc.” (Garcés, 2020). Se debe considerar también que:

La actual crisis sanitaria, en su desarrollo, recolocará todos los problemas que instaló el Estallido Social como la necesidad de cambios económicos, sociales y políticos, que harán más urgente el cambio constitucional. En este sentido, vivimos un tiempo de tensión y de latencia ciudadana. Tensión, en el sentido que una deficiente administración de la crisis sanitaria podría desencadenar una aguda crispación y movilizaciones populares espontáneas; de latencia, en el sentido que nada de lo que se denunció durante el Estallido Social está resuelto y que la crisis sobre la crisis no niega, sino que redefine los nuevos derroteros que tomarán las luchas por venir (Garcés, 2020).

Hasta el momento, el aparato del Estado, en respuesta al Estallido Social, ha sido responsable de más de 34 muertos, de los cuales 8 fueron calcinados; 460 personas con pérdida de visión por balines y perdigones, 500 mujeres y niñas violentadas sexualmente, 7.000 personas heridas, 22.000 personas detenidas y 1.080 denuncias realizadas al Instituto Nacional de Derechos Humanos por torturas y crímenes de lesa humanidad (Instituto Nacional de Derechos Humanos, 2020).

El gobierno de Piñera cierra los primeros seis meses de estallido, y su segundo año presidencial, con el tercer cambio de gabinete, un 65% de desaprobación, después de haber alcanzado un 84% en diciembre (Plaza Pública, 2020); dos acusaciones constitucionales, una rechazada contra el presidente Piñera y una aprobada para su ex ministro del interior Andrés Chadwick, considerándolo responsable político por las violaciones a los DD.HH. (Villanueva, Castillo, Vidaurrezaga, Cabieses y Poblete, 2019) y un informe de la Oficina del Alto Comisionado de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, encabezada por la ex presidenta Michelle Bachelet, que planteó la existencia de graves violaciones a los DD.HH, uso excesivo o innecesario de la fuerza, tortura, violencia sexual y detenciones arbitrarias (Alto Comisionado de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, 2019). Todo lo mencionado nos llama a tener en cuenta que los antecedentes a estos conflictos son más profundos y remiten a hechos históricos-estructurales que marcan un antes y un después en la historia reciente de Chile.

“¿No es 1973, es 2019!”

En un escenario bipolar de Guerra Fría, en el que las grandes potencias se disputaban por obtener el apoyo de países menores, Chile era el primer país de la región en elegir a un presidente socialista. Después de tres intenciones fallidas de candidatura a la presidencia (1952, 1958 y 1964), Salvador Allende y el conglomerado de partidos de izquierda denominado Unidad Popular, consiguen ganar las elecciones de 1970. Dicho gobierno (1970-1973) buscaba representar la “vía chilena al socialismo”, con la implementación de proyectos como la nacionalización del cobre, reforma agraria, estatización de sectores claves para la economía, ampliación de programas sociales, entre otros (Pinto et al., 2005).

Pero desde sus inicios, debió convivir con una gran oposición. Tanto los gremios empresariales, los medios de comunicación, camioneros y grupos conservadores, boicotearon su ejercicio presidencial. A esto se le sumó el soporte y financiamiento estadounidense de la Agencia Nacional de Inteligencia, que impulsó la convergencia de las Fuerzas Armadas: Marina, Aeronáutica, Ejército y Carabineros, quienes encabezados por el general Augusto Pinochet, organizaron y ejecutaron un golpe de estado contra Allende el 11 de septiembre de 1973 (Correa et al., 2001).

Pinochet estableció una dictadura civil-militar que provocó un quiebre democrático y mantuvo el control social basándose en una “cultura del terror” –proceso que resultó en una violencia inédita en la historia nacional–; subordinó al poder militar la Constitución de 1925; acabó con programas sociales; persiguió minorías étnicas; censuró los medios de comunicación y prohibió cualquier ejercicio político. Estas medidas solo empeoran en 1975, con el llamado “milagro chileno”, que se basaba en las premisas de los *Chicago boys*, cuyo fin era la instauración del neoliberalismo en el país, y que abrió un precedente para la aplicación de este modelo en los demás países de América Latina (Moulian, 2002).

El año de 1978 marcó uno de los más críticos para el régimen de Pinochet: por un lado fue publicada la Ley de Amnistía, que concedió el perdón a los colaboradores de la dictadura entre 1973 y 1978, eximiéndolos de su responsabilidad penal, civil y militar por violaciones a los Derechos Humanos, y por el otro lado, los Estados Unidos – que habían apoyado la instauración de la dictadura –, se volvían uno de sus principales rivales, debido principalmente al atentado contra Orlando Letelier en suelo estadounidense. Por lo que el presidente Jimmy Carter y diversos organismos internacionales exigieron mayores libertades civiles en Chile y en los demás países de la región, además de terminar con la censura de los medios y represión a la oposición (Correa et al., 2001).

Este hecho alertó a Pinochet, quién en respuesta a la presión internacional, llamó a un plebiscito en 1980, que, a pesar de ser cuestionable, sirvió como legitimación de un nuevo texto constitucional que fue ratificado en 1981, cuando Pinochet asumió como Presidente de la República con una duración de 8 años. Sin embargo, a mediados de los ochenta, las reformas dejaron de ser milagrosas. Disminuyeron las inversiones extranjeras, aumentaron los desempleos y se levantaron organizaciones de guerrillas armadas, movimientos sociales, exiliados e intelectuales que formaron un frente de oposición. Además, en 1988 se cumplió el tiempo estipulado de la presidencia, por lo que se llamó nuevamente a un plebiscito (Nogueira, 2008).

Contra todo pronóstico, en el plebiscito Pinochet fue derrotado, lo que llevó a elecciones presidenciales y parlamentarias, dando paso a la controversial “transición consentida”, liderada por la Concertación de Partidos de Izquierda. Después de vencer las elecciones, esta coalición dominó la política chilena por los próximos veinte años. La hegemonía concertacionista fue quebrada con la victoria de la coalición de derecha bajo la Alianza por Chile, que llevó a Piñera a la presidencia (2010-2014). Aunque la Concertación volvió al poder nuevamente con Bachelet (2014-2018), Piñera regresó para un segundo mandato el año 2018 (Moulian, 2002).

“¡No son 30 pesos, son 30 años!”

Chile se sitúa a nivel mundial como una de las pocas democracias que no han definido su marco constitucional mediante un proceso libre y abierto. Aspecto que se remite también a las Constituciones de 1833 y 1925. Por lo que “la idea de promover una asamblea constituyente representativa del conjunto de la ciudadanía ha estado prácticamente ausente del diseño constitucional” (Fuentes, 2010, p. 9). En ese sentido, ningún texto constitucional ha sido producto del debate político, rodeado del marco democrático, sino de la violencia, de la intervención de las fuerzas armadas y de la existencia de “vencedores y vencidos” (Valdivia, 2010, p. 131).

Así, en octubre de 1980 fue promulgada la nueva Constitución. En su elaboración intervinieron la Comisión Ortúzar, el Consejo de Estado, la Junta de Gobierno integrada por los altos mandos de las Fuerzas Armadas y el Director General de Carabineros. Estas entidades fueron las responsables de definir las categorías políticas e ideológicas que sustentaron la Carta Fundamental hasta la actualidad (Fuentes, 2010).

Para Fernando Atria (2010, p. 171-172) “la Constitución no es un texto: es una decisión. Y no cualquier decisión, sino la decisión fundamental, sobre forma y modo de existencia de una comunidad política”. En este sentido, los artículos, capítulos y disposiciones transitorias de la Carta Constitucional que emerge en la

dictadura, definen los pilares del proyecto dictatorial: Constitución política; Plan Laboral; Subcontratación; Sistemas de Administradoras de Fondos de Pensiones; Sistema Tributario; Privatización de la Educación; Sistema de Salud; Sistema Bancario; Fomento Forestal; Desnacionalización del Cobre y Privatización del Agua (Fundación Sol, 2011).

En definitiva, la Carta Constitucional consagró un papel subsidiario del Estado a la economía, entregó a las Fuerzas Armadas un rol tutelar de la democracia y concibió el derecho a la propiedad privada. Según Couso y Coddou (2010, p. 196), el capítulo III de la Constitución “De los derechos y deberes constitucionales”, deja en evidencia una protección al derecho de la propiedad privada, la cual contrasta con el mediocre o nulo reconocimiento de importantes derechos como: educación, huelga, vivienda y uso de recursos naturales básicos como el agua. Para Manuel Garretón (2016), el texto que consagró un orden socioeconómico y político en medio de una crisis de legitimidad, tiene a su vez, una ilegitimidad de origen, ya que fue impuesta:

[...] a través de la fuerza y coacción, violando y eliminando las normas precedentes, y valorativa, en la medida que no procede de un consenso o pacto social lícito ni prevé las posibilidades de cambio sustantivo, pero también instrumental, porque esa instrumentalidad es puramente adaptativa por parte de la mayoría de los actores de la sociedad y en los últimos años ha provocado múltiples reacciones de rechazo (Garretón, 2016, p. 80-81).

Ante lo mencionado, Atria (2010, p. 172) agrega que si se sugiere precisamente que el problema está en el origen, no importa cuántas reformas haya sufrido, “su origen lo contamina todo”. Por ello, las reformas al texto no solucionan la problemática de la ilegitimidad, y no brindan los resultados esperados.

En los años 1989 y 2005 se produjeron las principales reformas constitucionales. El primero, producto de la negociación entre la dictadura civil-militar y la entonces oposición política y que fue refrendado en el plebiscito de 1988 y el segundo, resultado de un acuerdo político entre los partidos de la Concertación y la oposición de derecha, encabezado principalmente por la Alianza por Chile, durante la presidencia de Ricardo Lagos (2000-2006) (Fuentes, 2010, p. 9).

Es importante destacar que el debate constitucional del año 2005 era llamado en ese entonces de “la gran reforma”, pero resultó que las elites concertacionista y extraparlamentaria se mostraron divididas frente a la posibilidad de promover una nueva Constitución. Tal hecho deja en evidencia que el proceso “desde arriba” no buscaba modificar las desigualdades estructurales, nomás reformar el sistema. Este ciclo modificó: la distribución del Senado, eliminó a los senadores vitalicios y designados y redujo el período presidencial de seis a cuatro años sin reelección inmediata (Saldaña, 2010).

Los enclaves autoritarios eliminados son innegablemente importantes, pero nuevamente la ilegitimidad de origen es la que hizo fracasar la Constitución del 2005, por lo que “[...] todo lo que sea aprobado mediante esas formas será imposible de reconocer como voluntad del pueblo y perpetuará el problema constitucional” (Atria, 2010, p. 179). Sin embargo, no debería de sorprender en demasía, ya que las reformas fueron “[...] lo que los herederos políticos de la dictadura estuvieron dispuestos a conceder” (Couso y Coddou, 2010, p. 194).

De esta forma, los debates constitucionales posteriores a 2005 colocaron a tono temas como: descentralización y gobierno regional, régimen político, control horizontal de poderes, inclusión de la sociedad en mecanismos de decisión y derechos económico-sociales, entre otros. Pero aún existen temas que son el centro de las discusiones desde el proceso de transición a la democracia: la reforma de Leyes Orgánicas Constitucionales, el sistema electoral y el Tribunal Constitucional (Fuentes, 2010).

Un necesario énfasis debe hacerse entonces a una de las mayores olas de protestas desde el final de la dictadura. Tuvo sus inicios el año 2006 y alcanzó su auge el año 2011. La llamada “Revolución Pingüina” fue articulada por una generación de estudiantes secundarios, que no creció en dictadura: los “hijos de la democracia” (Cañas, 2016). La principal demanda del movimiento era la derogación efectiva de la Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza, promulgada el año 1990, y que entregaba al Estado la facultad de resguardar la “libertad de enseñanza”, entendida, es claro, en concepciones liberales. Se debe enfatizar la importancia del perfil homogeneizador del movimiento, ya que desde el año 2011 adopta un carácter “intensivo y extensivo”, llevando la protesta hacia otros sectores, que sumaron sus demandas sobre la actualidad del pasado en la estructura social, política y económica de Chile (Cañas, 2016, p. 122-123).

Es importante destacar que el año 2015, la presidenta Bachelet anunció un proceso constituyente, considerado “histórico”, que proponía una estrategia educacional y participativa, el cual concluiría con un proyecto ciudadano a ratificarse en el Congreso el año 2017 para en último lugar definir un mecanismo o instancia para la elaboración del nuevo texto constitucional, siendo posible una convención mixta, una asamblea constituyente o un plebiscito que definiera las tres opciones anteriores (Garretón, 2016).

Queda en evidencia, con las manifestaciones y la crisis social que Chile vive en la actualidad, que lo propuesto por Bachelet no llegó a buen puerto, y quedó, como muchos otros promisorios proyectos, archivados en algún cajón del Congreso. Ante lo mencionado, Verónica Valdivia señala que “históricamente la clase dirigente chilena se ufano de haber construido un país estable y en orden. Sin embargo, su relación con la democracia fue tensa, alejándose de sus concepciones muy tempranamente” (Valdivia, 2010, p. 144).

Se debe considerar que los gobiernos concertacionistas de centro-izquierda fueron los victoriosos del plebiscito que derrocó la dictadura civil-militar y que contó con una ventana de 20 años de democracia para modificar la constitución pinochetista de 1980. Pero, en lugar de eso, no cambiaron los problemas estructurales. En este sentido, las interrogantes son: ¿Por qué líderes democráticamente electos, de sesgo progresista, retuvieron una constitución de dictadores? y ¿El Estallido Social será capaz de generar una nueva constitución realmente contrahegemónica?

Lo que ahora podemos afirmar es que desde el Estallido Social, la población chilena –que para el gobierno carece de organización e petitorios claros– comenzó a organizarse por fuera de lo que denominan “banderas políticas”. Debido, entre otras cosas, a que “Chile está experimentando una ruptura en la relación clásica entre política institucional: partidos, Congreso, Ejecutivo y otras instituciones y la sociedad civil” (Garretón, 2016, p. 82).

“¿Hasta que la dignidad se haga costumbre!”

El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano es un conjunto de constituciones que se desarrollan en América Latina a partir de los años 90 y se caracteriza por cimentarse en exigencias populares, que conlleven procesos amplios, plurales, participativos y democráticos. Entendiendo esto como una “forma mediante la cual la voluntad constituyente es trasladada a la voluntad constituida” (Salmorán, 2016, p. 2).

Esta corriente se basa en la generación de nuevas Cartas Fundamentales mediante Asambleas Constituyentes. Ecuador (2008) y Bolivia (2009) son los ejemplos más recientes y que trajeron a tono los conceptos de: “plurinacionalidad”, “buen vivir” y el entendimiento de “la naturaleza como sujeto de derechos”. Estas constituciones son fruto de luchas de mayorías indígenas y campesinas, desde donde nace un pensamiento político que invoca a quienes carecen de lugar en las altas esferas de poder. Para Catherine Walsh (2008, p. 147) buscan:

[...] cuestionar y transgredir los modelos y las prácticas fundadoras del Estado y los modelos y prácticas más recientes de la política neoliberal, incluyendo el bienestar neoliberal cuyo enfoque es el individuo y el individualismo alienante de tener, lo que hace cada vez más fragmentada y débil la relación social y de sociedad.

Lo recién mencionado llama nuestra atención para reflexionar sobre los pilares de esta corriente que podrían considerarse, a la hora de situarnos en un ejercicio democrático para Chile. Se debe mencionar además, que el Estallido Social llevó a miles de personas a formar cabildos autoconvocados, tanto a nivel regional, desde Arica a Puerto Williams, como a nivel internacional, en países como: Argentina, Francia, México y Perú, donde chilenos radicados en dichos lugares, ejercitaron su derecho cívico a repensar el Chile que quieren (Unidad Social, 2019). Según Ana Zazo-Moratalla (2019, p. 1): “los cabildos temáticos deliberan sobre cuestiones concretas como el género, el medio ambiente, el patrimonio o la soberanía alimentaria, en aras de generar una nueva conciencia ciudadana y de sintetizar los puntos sustanciales que deberían ser recogidos en una nueva constitución”.

Así, el Chile de hoy cuenta con un movimiento social y político mucho más extenso que décadas atrás, en el cual era posible estratificar entre: ambientalistas, camioneros, profesores, etc. Fue precisamente el Estallido Social, que logró congregarse a todos ellos, y tantos otros, con demandas comunes que desembocan en una nueva

constitución mediante una Asamblea Constituyente. La Mesa de Unidad Social – colectivo conformado por cerca de 100 organizaciones ciudadanas, gremiales y sindicales –, recibió más de 450 actas de los cabildos ciudadanos, documentos que destacan las principales demandas, entre ellas: Asamblea Constituyente; Protección del medio ambiente; Nacionalización de recursos naturales; Igualdad de género y enfoque feminista para las políticas públicas y Democracia participativa y vinculante (Unidad Social, 2019).

Históricamente la participación de las mujeres en cargos de elección popular ha estado limitada por la división sexual del trabajo y los roles de género tradicionalmente paternalistas. En los que las mujeres están mayormente restringidas al espacio privado y los hombres a lo público. Pero con el Estallido Social, fueron diversos movimientos feministas y de disidencias que, marcando pauta con “Las Tesis”, el “8M” y otras manifestaciones, lograron presionar al legislativo, para que finalmente el 4 de marzo del 2020, sea aprobada la paridad de género en el Congreso. Mediante la frase “nunca más sin nosotras”, enfatizaron los vacíos de su ejercicio cívico y político y que no aceptarán más estar al margen de la historia, ni de las decisiones políticas, económicas y sociales (Condemarín, 2020).

Otra cuestión-clave del proceso constituyente, se debe a la relación que tiene el Estado con la población indígena, y la falta de comprensión e interés hacia las diversas cosmovisiones de sus 9 pueblos reconocidos. Como también a las sistemáticas políticas de reducción de tierras comunales y cultivables y el empobrecimiento histórico y cultural progresivo al que fueron sometidos. Esto se percibe, igualmente, en la nula consideración que se ha tenido para su participación en el proceso constituyente, cuya legislación, a pesar de presiones, ha sido dejada de lado, por un evidente racismo institucional (Ser.PE, 2019).

A propósito de lo anterior, se agrega el fortalecimiento del extractivismo en Chile en las últimas décadas, fruto de la privatización de los bienes comunes, que generó un fuerte incremento de la desigualdad. El ejemplo más paradigmático es la lucha contra la privatización del agua. Este es un tema considerado esencial por el “Cabildo por la Soberanía Socioambiental”, que, a partir de un giro biocéntrico, busca combatir la privatización de los bienes comunes naturales y la destrucción del medio ambiente. Considerando la naturaleza como sujeto de derechos, demanda, entre otras cosas, la derogación del Código de Aguas, heredado de la dictadura (Modatima, 2020).

En definitiva, un nuevo texto constitucional debe hacerse cargo de un doble problema, por un lado, debe permitir el cambio del actual ordenamiento socio-económico y político por uno que sea legítimo, y al mismo tiempo, debe pensar en un modo de elaborarlo que se constituya como un hito para resolver la crisis estructural y orgánica entre política y sociedad (Garretón, 2016), considerando que las condiciones de partida, de dicho proceso, es un país que “[...] no solo tiene una de las declaraciones de derechos más regresivas de la región, sino que además preserva una organización del poder tan autoritaria como pocas” (Gargarella, 2020).

Consideraciones finales

Al contrario del sentido común construido por la retórica neoliberal, que defendió por décadas que Chile era el oasis sudamericano, en este país de gran desigualdad social – con uno de los costos de vida más altos en América del Sur – estalló una de las movilizaciones más contundentes de nuestra región. La lucha contra la desigualdad estructural chilena, fruto de una Carta Constitucional promulgada por la dictadura civil-militar de Pinochet, que sigue vigente después de más de 30 años, parece ser imparable.

Como tratamos de demostrar en este estudio preliminar, una vez que el proceso sigue en curso, el Estallido Social deviene de la crítica hacia la legitimidad del ordenamiento constitucional neoliberal y del sistema de democracia restringida, a la que la población respondió con una movilización general cuyas consignas generaron frases como: “no estamos en guerra”, “nosotros tenemos ollas, ustedes metralletas”, “¡Chile despertó!”, “¡No es 1973, es 2019!”, “¡No son 30 pesos, son 30 años!” o “hasta que la dignidad se haga costumbre”.

Al buscar una ruptura con las formas autoritarias, la nueva constitución puede representar una apertura institucional a las demandas ciudadanas a través de una Carta Constitucional democrática, desde abajo, que podría ser la primera en la historia chilena. Igualmente, la nueva constitución podría simbolizar un marco no solo en la producción legal latinoamericana, al ir más allá de la concepción del Estado que jerarquiza a los pueblos, razas, culturas y modos de producción, sino que el derecho podría ser, en este caso, un instrumento

para enfrentar la colonialidad, donde el subalterno sea partícipe en la producción del derecho, aunque esto no significa su efectividad, como es posible observar a partir de los casos ecuatoriano y boliviano.

Referencias

- ACTIVA RESEARCH. (6 noviembre 2019). Pulso Ciudadano. Disponible en: <https://www.activasite.com/wp-content/uploads/2020/01/524-de-los-chilenos-creen-que-las-pensiones-son-el-principal-problema-del-pa%C3%ADs.pdf>
- ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS. (2019). Informe sobre la crisis en Chile describe múltiples violaciones de derechos humanos y hace un llamado a reformas. Ginebra. Disponible en: <https://acnudh.org/chile-informe-describe-multiples-violaciones-de-derechos-humanos-y-llama-a-reformas/>
- ANDREWS, J. P. (20 octubre 2019). Presidente Piñera: “Estamos en guerra contra un enemigo poderoso”. La Tercera, Política, Gobierno, Piñera. Disponible en: <https://www.latercera.com/politica/noticia/presidente-pinera-estamos-guerra-enemigo-poderoso/870658/>
- ATRIA, F. (2010). Participación y alienación política: el problema constitucional. In Fuentes, C. En nombre del pueblo: debate sobre el cambio constitucional en Chile (pp. 163-190). Santiago: Ediciones Boell Cono Sur.
- ATRIA, F. (2013). La Constitución Tramposa. Chile: LOM Ediciones.
- BUSTOS, A. (2019). “El grito de las que ya no están”: la lucha contra los feminicidios en América Latina. Radio Universidad de Chile. Disponible en: <https://radio.uchile.cl/2020/03/07/el-grito-de-las-que-ya-no-est-an-la-lucha-contra-los-femicidios-en-america-latina/>
- CAÑAS, E. (2016). Movimiento estudiantil en Chile 2011: causas y características. Revista de Historia y Geografía, 34:109-134. <https://doi.org/10.29344/07194145.34.357>
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (2007). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Colombia: Siglo del Hombre Editores.
- CONDEMARÍN, A. (12 marzo 2020). Nunca más sin nosotras. El Mostrador, Noticias. Disponible en: <https://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2020/03/12/nunca-mas-sin-nosotras/>
- CORREA, S. et al. (2001). Historia del siglo XX chileno. Chile: Editorial Sudamericana.
- COUSO, J y CODDOU, A. (2010). Las asignaturas pendientes de la reforma constitucional chilena. En nombre del pueblo. Debate sobre el cambio constitucional en Chile (p. 191-212). Chile: Salesianos Impresores S.A.
- FUENTES, C. (2010). En nombre del pueblo. Debate sobre el cambio constitucional en Chile. Chile: Salesianos Impresores S.A.
- FUNDACIÓN SOL. (2015). Los 11 pilares dictatoriales que sostienen el modelo económico-social. Disponible en: <http://www.fundacionsol.cl/2015/09/la-violencia-estructural-y-cotidiana-a-42-anos-del-golpe-los-11-pilares-dictatoriales-que-todavia-sostienen-el-modelo-economico-social/>
- GARCÉS, M. (2019). Octubre de 2019: el estallido social en el Chile neoliberal. EPES. Disponible en: <http://www.epes.cl/2020/01/conservatorio-con-el-historiador-mario-garces-estallido-social-en-el-chile-neoliberal/>
- GARCÉS, M. (2020). Crisis sobre la crisis: del estallido social a la emergencia del coronavirus. LOM. Disponible en: <https://lom.cl/blogs/blog/crisis-sobre-la-crisis-del-estallido-social-a-la-emergencia-del-coronavirus>
- GARGARELLA, R. (2020). Diez puntos sobre el cambio constitucional en Chile. Nueva Sociedad. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/diez-puntos-sobre-el-cambio-constitucional-en-chile/>
- GARRETÓN, M. A. (2016). La crisis de la sociedad chilena, nueva Constitución y proceso constituyente. Revista Anales, Santiago, 7(10):77-92. Disponible en: <https://revistas.uchile.cl/index.php/ANUC/article/download/43143/45099>
- GROSFUGUEL, R.; MIGNOLO, W. (julio, diciembre 2008). Decolonial Interventions: A Brief Introduction. Tabula Rasa, Bogotá, 9:29-38. Disponible en: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200003
- INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. Reportes 2019-2020. Disponible en: <https://www.indh.cl/noticias/noticias-indh/>
- LAS TESIS (25 noviembre 2019). El violador eres tú. Chile.
- MODATIMA (2020) Modatima Santiago avanza en el planteamiento de los desafíos socioambientales para una nueva constitución. Santiago. Disponible en: <http://modatima.cl/2020/03/02/modatima-santiago-avanza-en-el-planteamiento-de-los-desafios-socioambientales-para-una-nueva-constitucion/#more-2047>
- MOULIAN, T. (2002). Chile actual: anatomía de un mito. Chile: LOM Ediciones.
- NOGUEIRA, H. (2008). La evolución político-constitucional de Chile 1976-2005. Estudios constitucionales, 6(2):325-370. Disponible en: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-52002008000100011>
- PINTO, J. et al. (2005). Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular. (pp. 1-86). Chile: LOM Ediciones.
- PLAZA PÚBLICA (2020). Aprobación presidencial. Disponible en: <https://plazapublica.cl/encuestas/plaza-publica-cadem-encuesta-no-327/>

- SALAZAR, G. (2019). El “reventón social” en Chile. Una mirada histórica. Nueva Sociedad. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/protestas-Chile-estudiantes-neoliberalismo/>
- SALDAÑA, J. (2010). Reformas constitucionales en el Chile democrático. In *En nombre del pueblo: debate sobre el cambio constitucional en Chile*. (pp. 85-112). Chile: Salesianos Impresores S.A.
- SALMORÁN, G. (2016). Bolivia, Ecuador y Venezuela: ¿un nuevo constitucionalismo latinoamericano o nuevas autocracias plebiscitarias? *G.Q.*, 16(2):1-23. Disponible en: https://www.academia.edu/34297400/Bolivia_Ecuador_y_Venezuela_un_nuevo_constitucionalismo_latinoamericano_o_nuevas_autocracias_plebiscitarias
- SER.PE. (29 noviembre 2019). Convención constituyente en Chile y participación de pueblos indígenas. Disponible en: <http://www.noticiasser.pe/informe/convencion-constituyente-en-chile-y-participacion-de-pueblos-indigenas>
- UNIDAD SOCIAL. (2019). Cabildos autoconvocados abiertos. (Principales demandas). <https://drive.google.com/file/d/1BT6E6tca5AluwjFSSjmFg-h1-xSt2qt2/view>.
- URREJOLA, J. (2019). La cronología del estallido social de Chile. Deutsche Welle. Disponible en: <https://www.dw.com/es/la-cronolog%C3%ADa-del-estallido-social-de-chile/a-51407726>
- VALDIVIA, V. (2010). Estabilidad y Constitucionalismo: las sombras de la excepcionalidad chilena. En *nombre del pueblo. Debate sobre el cambio constitucional en Chile*. (pp. 131-154). Chile: Salesianos Impresores S.A.
- VILLANUEVA, E., CASTILLO, J., VIDAURRAZAGA, I., CABIESES, M., POBLETE, C. (28 octubre 2019). Comentarios sobre la generalización de la protesta en Chile. De la evasión a la rebelión y al coronavirus. *Le Monde Diplomatique*, Chile. Disponible en: <https://www.lemondediplomatique.cl/comentarios-sobre-la-generalizacion-de-la-protesta-en-chile-de-la-evasion-a-la.html>
- WALSH, C. (2008). Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, (9):131-152. Disponible en: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200009&lng=en&tlng=es
- ZAZO-MORATALLA, A. (noviembre 2019). Chile despertó, y se auto-organizó. *Urbano*, 22(40):4-9. <https://doi.org/10.22320/07183607.2019.22.40.00>

Tereza Maria Spyder Dulci

tereza.spyder@unila.edu.br

Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Professora Adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Vania Alvarado Saldivia

vania.saldivia@unila.aluno.edu.br

Bacharelado em Relações Internacionais e Integração e Licenciatura em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL/ UNILA)

UNILA

Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Bairro Itaipu A, Edifício Comercial Lorivo

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

CEP: 85866-000

Agradecimentos

Este artículo es fruto de las discusiones realizadas en el Posgrado en Integración Contemporánea de América Latina, de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, en la línea de investigación “Cultura, Colonialidad/Decolonialidad y Movimientos Sociales” y en el Grupo de Investigación “Descolonizando las Relaciones Internacionales”. Agradecemos igualmente la lectura perspicaz y las sugerencias del profesor Alfredo Nava Sánchez, de la Universidad Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Agência financiadora

No se aplica.

Contribuições das autoras

No se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

No se aplica.

Consentimento para publicação

Autorizamos la publicación de este artículo.

Conflicto de intereses

No hay conflicto de intereses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

O nacionalismo hindu de Modi: autoritarismo e neoliberalismo na Índia

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹<https://orcid.org/0000-0002-5493-9633>¹Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Relações Internacionais, São Paulo, SP, Brasil¹Research Associate, Society Work and Politics Institute, University of the Witwatersrand, África do Sul**O nacionalismo hindu de Modi: autoritarismo e neoliberalismo na Índia**

Resumo: O objetivo deste texto é discutir a convergência entre autoritarismo e neoliberalismo no contexto indiano, onde o partido no poder desde 2014 avança numa agressiva agenda nacionalista hindu (*Hindutva*). Inicialmente, é analisada a colonização da esfera pública por este nacionalismo religioso. Em seguida, é abordada a aceleração desse processo desde o início do segundo mandato de Narendra Modi em 2019. A terceira seção discute as bases de classe da política *Hindutva*. É avançada a hipótese de que a aceleração dessa agenda coloca um dilema para a classe dominante, uma vez que a radicalização inerente à dinâmica do nacionalismo hindu, ameaça a estabilidade social e a economia do país. Comprometida com esta política em função de interesses de classe, a grande burguesia não tem um projeto alternativo no momento, e arrisca se tornar prisioneira da engrenagem que ajudou a colocar em marcha.

Palavras-chave: Nacionalismo hindu. Autoritarismo. Narendra Modi. BJP. *Hindutva*.

Modi's hindu nationalism: neoliberalism and authoritarianism in India

Abstract: This article discusses the convergence between authoritarianism and neoliberalism in the Indian context, where the ruling BJP party has advanced an aggressive Hindu nationalist (*Hindutva*) agenda since 2014. Initially, the colonization of the public sphere by this religious nationalism is analyzed. The acceleration of this process since the beginning of Narendra Modi's second term in office in 2019 is then addressed. The third section discusses the class bases of *Hindutva* politics. It is suggested that the acceleration of this agenda poses a dilemma for the ruling class, since the radicalization inherent in the dynamics of Hindu nationalism threatens the social stability and the economy of the country. Committed to this politics on the basis of class interests, big capital has no alternative project at the moment, and risks becoming a prisoner of the politics it helped to set in motion.

Keywords: Hindu nationalism. Authoritarianism. Narendra Modi. BJP. *Hindutva*.

Recebido em 14.04.2020. Aprovado em 25.06.2020. Revisado em 13.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado

Introdução

Considerada a *maior democracia do mundo*, o regime indiano sempre teve insuficiências nos planos social e político, sendo a mais conhecida delas a incapacidade de superar a pobreza e a desigualdade, acentuadas por discriminações de natureza diversa, inclusive o sistema de castas (GUHA, 2007). No meio século que seguiu a independência em 1947, o país foi comandado pelo Congresso Nacional Indiano, organização que liderou a luta anticolonial e que se identificou com a própria nação que se formava. O declínio da hegemonia do Congresso, acelerada no final do século XX, correspondeu à ascensão do nacionalismo hindu (*Hindutva*), que tem como veículo político o *Bharatiya Janata Party* (BJP), o *Partido do Povo Indiano*, atualmente no poder. Eleito para um primeiro mandato em coalizão em 1998, o BJP retornou ao comando em 2014 como força política majoritária e em 2019, o primeiro-ministro Narendra Modi, foi reconduzido a um segundo mandato consecutivo. Consolidou-se a passagem da hegemonia do partido do Congresso, para a hegemonia do nacionalismo hindu (VANAIK, 2017).

O BJP opera como a fachada partidária do *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (RSS), organização paramilitar de inspiração fascista fundada em 1925 no contexto da luta anticolonial, defendendo o projeto de uma *Hindu Rastra* – uma pátria ou nação hindu. Em um país que tem mais línguas, nacionalidades e subnacionalidades, populações tribais e religiões do que a Europa, esta política defende apenas uma língua, uma nacionalidade, uma religião e uma constituição. Nas palavras de Arundhati Roy, trata-se de uma “ideia que torna tudo o que é bonito sobre a Índia em ácido” (ROY, 2019, p. 1).

O poder do BJP, atualmente o maior e um dos mais ricos partidos do mundo, está escorado na *Sangh Parivar*, uma família de organizações filiadas à RSS que atua há décadas junto aos jovens, às mulheres, aos trabalhadores, soldados, camponeses, às populações tribais (*adivasis*), castas inferiores etc., constituindo uma espessa rede de alcance nacional em que apoio social, militância e negócios, se entrelaçam. Em 2019, o RSS declarava ter quase 700.000 membros em cerca de 57.000 *shakhas*, ou células. Em nível internacional, a Hindu World Organization (VHP), constituída em 1964, mobiliza nesta mesma direção a diáspora hindu, e só nos Estados Unidos tem mais de 300 escritórios (ROY, 2019). O êxito em alinhar um setor substantivo desta diáspora com o projeto *Hindutva* foi fundamental para prover fundos, quadros e legitimidade internacional para a ascensão do BJP. Portanto, embora o BJP seja uma formidável máquina eleitoral, a política do nacionalismo hindu tem uma base de apoio maior do que o partido.

Nas eleições de 2014, o grande capital identificou em Modi um homem forte, capaz de *fast-track India*, ou seja, de acelerar reformas econômicas que prometiam modernizar o país, ao mesmo tempo em que acenava com o resgate de uma grandeza pretérita, o que nos tempos de Trump foi parodiado como *Make India great again*. Modi é um político rude mas carismático, adepto da espetacularização da política e do ativismo em redes sociais, que converte motivos hindus em objeto de marketing pessoal ou de negócios, projetando uma versão modernizadora do *Hindutva*.

No entanto, a expectativa de que Modi elevaria a Índia a um outro patamar de grandeza, se frustrara ao final do seu mandato. Mesmo números oficiais, cuja legitimidade é questionável, mostravam uma desaceleração do crescimento, enquanto o governo admitia que o país tinha a maior taxa de desemprego em 45 anos e o poder de consumo dos trabalhadores caía. O slogan *Make in India* (fabricar na Índia) não decolou, e na melhor das hipóteses, se realizava como *Assemble in India* (montar na Índia). Isenções fiscais mitigavam a situação de empresas endividadadas, mas agravavam a queda das receitas públicas, o que por sua vez, forçava políticas contracionistas, impactando em programas sociais e de apoio aos produtores rurais. A grave situação do campo, onde vivem 66% da população, era atestada por marchas de trabalhadores até Delhi, mas também pelo aterrador número de suicídios. Em 2019, a Índia ocupava o 102º lugar entre 117 países avaliados pelo Global Hunger Index (relacionado à fome). Para agravar o quadro, a economia informal, na qual trabalha cerca de 90% dos indianos, tinha sido penalizada por duas medidas importantes: a chamada “demonetização” (retirada de circulação de notas de 500 e 1000 rúpias a pretexto de combater o mercado negro e a corrupção) e a criação de um imposto prometendo simplificar o sistema fiscal (*goods and services tax*, GST). Ambas afetaram negativamente comerciantes e pequenos negócios em geral, com impactos sobre o crescimento econômico e o emprego. E, no entanto, o BJP venceu as eleições de 2019 de modo acachapante: obteve 303 de 542 assentos no parlamento (37% dos votos contra 31% em 2014), número que se eleva a 353 quando incluídos os partidos da coalizão que lidera.

Este artigo traz elementos para compreender esta desconexão entre a situação concreta da Índia e o resultado das eleições, discutindo a modalidade indiana de nacionalismo autoritário. Inicialmente, são analisados aspectos da chamada *safronização* da esfera pública indiana, ou seja, a difusão e enraizamento da ideologia do nacionalismo hindu. Em seguida, discutem-se as principais medidas que denotam a aceleração deste processo no início do segundo mandato de Modi: a mudança do estatuto da Caxemira e a decisão de colocar em prática um registro nacional de cidadãos (NRC), articulada ao Citizenship Amendment Act (CAA). A seção final aborda as bases de classe da política *Hindutva* e em particular, sua relação com a classe dominante, no país e na diáspora. Minha hipótese é que a aceleração da agenda *Hindutva* coloca um dilema para estes setores que apoiam o BJP, uma vez que a radicalização inerente à própria dinâmica do nacionalismo hindu, coloca em risco a estabilidade social e os fundamentos da economia do país. Comprometida com essa política em função de interesses de classe, a grande burguesia indiana não tem no momento um projeto político alternativo, e arrisca se tornar prisioneira da engrenagem que ajudou a colocar em marcha.

A safronização da Índia

Poucos meses após o início do segundo mandato em 2019, prevalecia a leitura de que, embalado pela imponente vitória eleitoral, o governo Modi radicalizava a agenda *Hindutva* (RAMAKRISHNAN; TRIPATHI, 2019b). As preocupações econômicas pareciam deslocadas a um segundo plano, mas também é possível aventar a hipótese inversa: diante da impotência para endereçar os problemas sociais e econômicos, o governo acelerou a agenda *Hindutva* que tantos dividendos lhe trouxe. Esta política implica em potenciar o comunalismo, acentuando a marginalização da população muçulmana nos marcos de uma intensificação de práticas de repressão e vigilância envolvendo todas as esferas da existência e todos os setores sociais. A *safronização* do país é a modalidade indiana de um fenômeno global, em que autoritarismo e neoliberalismo convergem.

Confrontada com uma sociedade plural por qualquer ângulo que se olhe (cultural, religioso, linguístico, étnico, político), a homogeneização projetada pelo BJP implica em altos níveis de violência. A captura das instituições e a colonização da esfera pública pelo partido no poder sancionam uma brutalização da sociedade, em uma dinâmica que se retroalimenta. Por exemplo, ataques da população às minorias são filmados e circulados pelos próprios perpetradores da violência, seguros da sua impunidade (KAUR et al., 2019). Em um Estado centralizado, em que a separação dos poderes já é problemática, a captura das instituições pelo Partido se estende a praticamente todos os órgãos dotados de uma função reguladora, inclusive a Corte Suprema de Justiça e o Tribunal Eleitoral. A primeira tem sido leniente com crescentes violações aos direitos humanos e às liberdades civis, que adquiriram uma escala massiva no caso da Caxemira, analisado adiante, enquanto a Comissão Eleitoral tolera a concorrência de candidatos do BJP condenados por corrupção, e que nesta condição, não poderiam exercer mandatos eletivos (RAMAKRISHNAN; TRIPATHI, 2019b).

Processos jurídicos são instrumentalizados para enquadrar opositores, enquanto simpatizantes ao governo são absolvidos. Há numerosos casos nos quais quem denuncia o governo ou uma figura do partido, se vê em seguida acusado e condenado. Este foi o caso da garota que acusou o ex-Ministro Swami Chinmayanand de abuso sexual, e terminou presa por extorsão. Ou do repórter que mostrou refeições em escolas públicas nas quais as crianças só comiam *chapati* (pão) e sal, e, em seguida, foi acusado de difamar o governo a partir de provas falsificadas. Também há a situação das celebridades que foram processadas por subscreverem uma carta externando preocupação com a frequência de linchamentos embalados por cânticos religiosos, entre muitos outros casos (RAMAKRISHNAN; TRIPATHI, 2019a).

Há uma escalada de processos de sedição abrangendo jornalistas, estudantes e intelectuais (FRONTLINE, 2019a). A Anistia Internacional foi processada por organizar um evento discutindo a violação de direitos humanos em Jammu e Caxemira, acusação similar à que sofreu a intelectual Arundhati Roy com mais três colegas. O ex-jogador de críquete e agora político Navjot Singh Sidhu foi processado por abraçar o chefe das forças armadas do Paquistão na cerimônia de posse do primeiro-ministro deste país, enquanto o premiado ator Aamir Khan foi levado à justiça porque teria dito em um evento público, que sua esposa pensava em deixar o país diante da atmosfera de crescente intolerância. Para além do processo, que neste caso não teve consequências, o ator foi difamado nas redes sociais, cartazes com sua foto foram queimados, seu filme seguinte sofreu uma campanha (ineficaz) de boicote, enquanto um líder extremista ofereceu uma recompensa em dinheiro para

quem agredisse o ator, que, por sua vez, desmentiu que deixaria o país, mas reconhece que, infelizmente, seus agressores provavam o seu ponto de vista sobre a intolerância (SENA..., 2015; TO ALL PEOPLE..., 2015).

Distante das celebridades, proliferam episódios de linchamento e de violência comunal que pouco têm de espontâneos. Os confrontos comunais que resultaram em dezenas de mortes em Delhi, em fevereiro de 2020, em sua maioria de muçulmanos, foram abertamente incitados por autoridades do partido, coincidindo com a visita de Donald Trump (STAFF, 2020). Um mês antes, uma horda de jovens mascarados invadira o campus da Jawaharlal Nehru University (JNU), principal universidade do país, brutalizando estudantes e professores (SINGH, 2010). Considerada um dos últimos bastiões da liberdade de pensamento no país, JNU tem sido o alvo principal de uma agressiva safronização do ensino superior e da pesquisa. O reitor, apontado pelo partido como todas as principais autoridades públicas, assegura a fidelidade ideológica dos novos docentes e o disciplinamento dos antigos, enquanto a organização estudantil da RSS ganha espaço. Como acontece em casos similares no país, a polícia assistiu passivamente à violência contra os muçulmanos e os estudantes, o que denota cumplicidade de autoridades civis do mais alto escalão (GOSH, 2020). No entanto, quando o objeto da violência foram estudantes muçulmanos na Universidade Jamia Milia Islamia em dezembro de 2019, a polícia foi parte da agressão (FOOTAGE..., 2020).

À sombra desses episódios recentes na capital do país, há uma miríade de situações de violência que sequer são noticiadas. Registram-se numerosos casos de detenção abusiva, processos forjados e até assassinatos de pensadores críticos. Há um paradoxo, pois para os parâmetros do Terceiro Mundo, a Índia é um país relativamente seguro do ponto de vista da criminalidade urbana, o que tem a ver com rígidos padrões de hierarquização: uma sociedade em que *cada um sabe o seu lugar* (FONSECA, 2020). Porém, o outro lado dessa paz relativa é uma brutalidade potencialmente letal contra castas inferiores, imigrantes, mulheres, *dalits* (sem casta), *adivasis* e muçulmanos. Uma violência que parecia episódica sob o Congresso, mas que sob o BJP, se torna cotidiana.

Fora das ruas, incrementa-se um arsenal de dispositivos de repressão, vigilância e propaganda. Em julho de 2019, uma emenda à Unlawful Activities Prevention Act (UAPA), outorgou ao governo o poder de rotular como terroristas indivíduos e instituições, sem qualquer procedimento legal. É previsível que se intensifique o recurso a este argumento para criminalizar ativistas, o que já acontece: em Pune, cinco conhecidos militantes foram presos em 2018 sob a acusação de serem *naxalits urbanos* (guerrilheiros maoístas). A repressão anda de mãos dadas com a vigilância: no final de 2017, o governo autorizou dez agências de inteligência e segurança a “interceptar, monitorar e decodificar qualquer informação gerada, transmitida, recebida em qualquer computador” do país. A medida contradiz uma declaração da Suprema Corte, que considera a privacidade um direito fundamental e foi recebida com exasperante preocupação por defensores dos direitos humanos (FRONTLINE, 2019b).

A vigilância cibernética pode ser vista como a outra cara do intenso ativismo do governo nas redes sociais, na forma de propaganda. Reporta-se que, nas eleições de 2014, tanto o BJP como o partido do Congresso empregaram os serviços de empresas conectadas à *Cambridge Analytica*, notória pela atuação na campanha de Trump e em prol do Brexit, entre outras (FRONTLINE, 2019b). Esta abordagem propõe o recurso à inteligência artificial para analisar dados roubados (ou recolhidos sem a ciência dos usuários) com o objetivo de desenhar estratégias de manipulação de comportamento com finalidades eleitorais. É plausível que o Estado empregue metodologias afins como parte de sua máquina de propaganda, que faz do primeiro-ministro uma imagem onipresente. Diga-se de passagem, trata-se de uma avalanche comunicacional unidirecional, pois Modi sequer concedeu uma conferência de imprensa desde que se tornou primeiro-ministro. O poder de vigilância do Estado se conecta ao desígnio de propaganda do partido, uma vez que a Internet, o celular e as redes sociais podem ser usados para propaganda e para *fake news*, mas também para vigilância: em 2019, o *Whatsapp* denunciou judicialmente o uso de uma ferramenta tecnológica israelense chamada *Pegasus* para espionar jornalistas e militantes na Índia e em outros países através do aplicativo (KUMAR; PALIWAL; SHARMA, 2019).

A propaganda do regime encontra solo fértil em um tecido social arado pela *Sangh Parivar* e adubado pela safronização, um processo perverso impulsionado pelo Estado, mas que o inclui. Parte do mais alto nível de governo, em que se encenam rituais hindus como parte de uma liturgia estatal que borra as fronteiras entre o indiano e o hindu, marginalizando todo o demais (BHUSHAN, 2014). Quadros do RSS assumem a direção de instituições públicas, balizando sua atuação pela visão de mundo *Hindutva*, o que tem implicações para a educação, a cultura e a ciência.

Na educação elementar, livros didáticos são reescritos a partir de uma visão simplista e comunal da história indiana, das ciências e da matemática, endossada por pesquisadores nos diversos campos. A história é particularmente sensível a anacronismos que vilificam o Islã e glorificam um idílico passado milenar, segundo uma abordagem em que mitologia e história são indiscerníveis. A disputa narrativa também reorganiza referências contemporâneas. Ícones *Hindutva* são homenageados pelo Estado, enquanto o passado associado ao Congresso, é dissipado: por exemplo, os correios imprimem selos com o líder da campanha pela destruição de mesquita Babri em 1992, Mahant Avaidyanath, enquanto deixaram de estampar as efígies de Indira e Rajiv Gandhi (MENON, 2015).

A ciência não fica imune a este revisionismo. Em certo momento, o primeiro-ministro afirmou que a ciência genética e a cirurgia plástica existiam na Índia antiga, citando como prova do segundo a mítica deidade Ganesha. Um ministro seu disse que a teoria da evolução da espécie de Darwin está errada porque ninguém viu o macaco se tornar homem, outro assegurou que a yoga pode curar câncer, enquanto recentemente, autoridades do partido defenderam a medicina tradicional (ayurvédica) para enfrentar o coronavírus (SIDHART, 2018; DORE, 2020). A mitificação do passado afronta a história, mas também a ciência.

O esforço revisionista é acompanhado por censura e agressões. Na base, há uma agitação permanente para banir livros, filmes, obras de arte e constranger o debate em instituições educacionais e científicas, enquanto intelectuais e artistas são hostilizados nas redes sociais e ao vivo. O obscurantismo compromete a autonomia e a idoneidade dos principais órgãos de estatística, recentemente fundidos e colocados sob autoridade direta de um ministério. Em instituições governamentais de todas as áreas, da economia à cultura, passando pela ciência e inteligência, quadros técnicos renunciaram a seus postos, e outros foram exonerados. Mesmo os fiéis têm seu limite: após deixar o cargo, o ex-ministro da economia de Modi, Arvind Subramanian (2014-2018), argumentou que o crescimento do PIB do país era superestimado em função da nova metodologia empregada, motivo pelo qual sofreu um linchamento midiático (PANAGARYA, 2019). A produção de dados e a crítica é ulteriormente sufocada por dificuldades impostas às organizações não governamentais nacionais e estrangeiras. O governo Modi cancelou a permissão para receber fundos estrangeiros de cerca de 15.000 ONGs, incluindo instituições como *Human Rights Watch*, Anistia Internacional e *Greenpeace* (GREENPEACE..., 2019). Intelectuais, jornalistas e militantes têm dificuldades para circular fora do país, enquanto estrangeiros com uma posição crítica, tem seu visto negado.

Premida entre a violência e a vigilância, o aparelhamento e o obscurantismo, a democracia indiana agoniza: “tudo o que parece restar da democracia na Índia é que o governo é escolhido em base a uma maioria eleitoral, o que se poderia chamar de ‘eleitoralismo’” (SUNDAR, 2017). Eleições subsistem como a casca liberal de uma democracia esvaziada de substância, no entanto, é uma casca valiosa. Como assinala Achin Vanaik, apoiar-se nos militares seria um sinal de debilidade e não de força para o partido no poder, que explora a legitimidade que as eleições lhe oferecem (VANAIK, 2010).

De fato, referências elogiosas à democracia são frequentes na boca e no Twitter do primeiro-ministro, mas este verniz de legitimidade é torcido em uma direção antidemocrática na ideologia oficial, segundo a qual quem contraria um governo cuja soberania emana do voto popular, é *antinacional*. Sob esta lógica, aqueles que protestam contra a construção de uma represa, defendem o meio ambiente, se mobilizam por direitos humanos, denunciam um escândalo de corrupção, revelam estatísticas maquiadas, enfim, qualquer crítica é suscetível a este rótulo. Em seu segundo mandato, o governo escora nesta ideologia as controversas propostas que avança, caracterizando a escalada na direção de uma *Hindu Rashtra* (nação hindu).

Caxemira, NRC e CAA

Em agosto de 2019, o governo modificou o estatuto constitucional especial de Jammu e Caxemira, um território a noroeste da Índia que faz fronteira com o Paquistão e a China. Foi anunciada a anulação do artigo 370, que assegurava a este estado o direito a uma constituição própria, autonomia de gestão interna e uma bandeira, e tinha sido condição para a incorporação deste reino à Índia no contexto da independência. O governo Modi dissolveu o Estado e o dividiu em dois territórios da união, o que implica um rebaixamento do seu estatuto a um patamar de autonomia inferior, inclusive, ao dos demais Estados da federação. Ao mesmo

tempo, a proibição da venda de terras a não residentes foi abolida, apontando para uma reconfiguração das relações de socioeconômicas na região.

A história da Caxemira desde a independência é complexa, violenta e controversa. Território de maioria muçulmana, mas governado por um hindu na época da partilha que deu origem ao Paquistão, sua incorporação parcial à Índia envolveu manobras escusas comandadas por Nehru, que nutria uma fascinação pela região (ANDERSON, 2012). Além da divisão entre Índia e Paquistão, parte do território é administrado pela China desde a vitória militar deste país no conflito fronteiriço, em 1962. No final dos anos 1980, um prolongado descontentamento com as políticas do Estado indiano ganhou a forma de uma insurgência armada, respondida com a ocupação militar da região. Desde então, a situação só se agravou. Espremida entre o fundamentalismo islâmico cultivado no Paquistão desde a guerra do Afeganistão (1979-1989) e a ascensão do fundamentalismo hindu que lhes reprime e discrimina, muitos caxemiris, se tivessem escolha, se inclinariam pela independência. No entanto, esta nunca foi uma opção para o Estado indiano, que progressivamente transformou a Caxemira, na sua Palestina.

Embora o governo afirmasse que a mudança implementada em 2019 beneficiaria a população concernida, quarenta mil tropas extras foram deslocadas para a região, antecipando-se a uma possível resistência. Estas tropas somaram-se a setecentos mil soldados já estacionados, engrossando a ocupação militar mais densa do planeta (ANUAL..., 2019). Naquele momento, quatro mil pessoas foram presas sob o *Public Safety Act*, incluindo todas as principais lideranças políticas, mesmo simpáticas ao BJP (AT LEAST..., 2019). Linhas telefônicas e a rede de Internet foram cortadas, impedindo a comunicação entre as pessoas e com o exterior, e a população foi submetida a um toque de recolher sem data para terminar. Nessas condições, a cobertura midiática foi impedida ou controlada, enquanto a grande imprensa replicava a propaganda do governo.

E, no entanto, essa brutalidade contra uma população civil majoritariamente muçulmana, foi recebida com relativa indiferença pela maior parte dos indianos. Entre os quadros dirigentes, havia consenso de que o governo fizera a coisa certa, discutindo-se apenas o tempo. Foi dito que não é possível fazer uma omelete sem quebrar ovos (SINHA, 2020). Outros aventavam, nos bastidores, a necessidade de mortes em massa para pacificar definitivamente a região, como ocorreu no Punjab no passado (NAFEY, 2020). Entre a indiferença, o cinismo e a crueldade, evidencia-se que, no processo de fazer da Caxemira uma Palestina, alienou-se qualquer empatia dos nativos pelo Estado indiano, mas também dos indianos pelos caxemiris. Este estranhamento se agrava sob o BJP, pois a Caxemira se tornou uma peça central da engrenagem de ódio *Hindutva*. Se o Congresso via a Caxemira como um território, a despeito das pessoas, o BJP estigmatiza essas pessoas como inimigos internos, que devem ser marginalizados, controlados ou exterminados.

Única região da Índia ainda majoritariamente muçulmana, a sorte da Caxemira é um capítulo extremo da aceleração do projeto *Hindu Rashtra*, que entrou em ebulição com a articulação entre o NRC e o CAA. Em sua campanha eleitoral, o BJP prometeu que implementaria um registro nacional de cidadãos (NRC), com o propósito declarado de documentar aqueles em situação legal e identificar os migrantes ilegais – descritos pelo então presidente do partido, Amit Shah, como *cupins* (ILLEGAL..., 2019).

No entanto, o real alcance da iniciativa aflorou em dezembro de 2019, quando o governo aprovou uma emenda à lei de cidadania (CAA) facilitando a nacionalização a residentes das religiões hindu, sikh, budista, jainista, parsi ou cristã, caso provem que são originais de Paquistão, Afeganistão ou Bangladesh. O pretexto da emenda é oferecer asilo a minorias religiosas passíveis de discriminação nestes países vizinhos, de maioria muçulmana. Tomadas em conjunto, a implementação do NRC e do CAA projetam uma engenharia social destinada a reorganizar massivamente as condições de cidadania no país, em detrimento dos muçulmanos. Ao mesmo tempo, milhões de indianos que teriam a cidadania assegurada por motivo religioso ficariam em uma condição vulnerável, passível de ser explorada pelo Estado (MUKHERJEE, 2020).

No início de 2020, a forma de implementação de um hipotético NRC ainda não estava definida, podendo envolver um censo nacional ou a apresentação de documentos que comprovem descendência indiana, cujo critério tampouco foi precisado. No entanto, a ideia geral é clara: conceder ao governo, por meio de um processo burocrático de proporções colossais, o arbítrio sobre quem tem ou não o direito à cidadania no país. Ao fim deste processo indeterminado, verificando uma documentação indefinida, se produziria uma lista dos cidadãos indianos. Aqueles não listados poderão apelar, e então, o CAA oferece uma porta de retorno à cidadania aos não muçulmanos, facilitando a naturalização de quem está no país há mais de seis anos. Como disse um jurista do BJP: “a posição do nosso BJP é que hindus nunca podem ser estrangeiros” (SHANKAR, 2020). Entretanto,

o estatuto de naturalizado implica em uma cidadania fragilizada, uma vez que, em qualquer momento, o governo pode reabrir o dossiê de qualquer um, congelando seu estatuto enquanto o examina (BHATIA, 2019).

A constituição indiana em vigor desde a independência, assegura a cidadania a todos nascidos em solo indiano (*ius soli*), a despeito de religião ou descendência. No entanto, o NRC pode excluir cidadãos incapazes de provar sua descendência, situação provável da maior parte dos indianos, que dificilmente produzirão os papéis solicitados. Como em Israel, impõe-se a cidadania por descendência, ou por sangue (*ius sanguinis*), em lugar do nascimento (ROY; SAMBARAJU, 2020). Ao mesmo tempo, o CAA privilegia o acesso à cidadania segundo um critério religioso, o que não apenas subverte a constituição, mas também o lugar da religião como marcador social. O hinduísmo como uma forma de religiosidade historicamente fluida, que sempre conviveu com traços identitários de região, língua ou etnia, se converte em um fator definitivo de segregação social, sobredeterminando os demais (MAHAJAN, 2020).

Aqueles excluídos como cidadãos no NRC e que não se enquadrarem no CAA, caso de todos os muçulmanos incapazes de atenderem à burocracia, serão desprovidos da cidadania indiana e sujeitos a deportação, ou a um dos muitos campos de concentração atualmente em construção. Mas também podem subsistir nas franjas da sociedade como cidadãos de terceira classe (a segunda classe cabendo aos naturalizados), sem direito ao voto, aos programas de assistência estatal, ao acesso à carreira pública, a tirar passaporte, assim por diante. Em outras palavras, sobreviveriam como os *dalits* do século XXI. Além de dor e violência incalculáveis, as consequências eleitorais de um esquema similar, manipulado pelo BJP segundo uma lógica discursiva de incluídos e excluídos, de *nós* e *eles*, são difíceis de superestimar.

Esta reengenharia social em escala inaudita antevê graves repercussões regionais. A expulsão de muçulmanos incitaria a discriminação contra hindus nos países vizinhos, onde são minoria. Hostilizados também por um critério religioso, presume-se que estes hindus migrariam para a Índia plenos de rancor e ódio contra os muçulmanos, configurando um perfil ideal, segundo a mentalidade do BJP, para colonizar regiões sensíveis do território, como a Caxemira. Este macabro cenário reforça comparações do projeto *Hindu Rashtra* com Israel, mas também foi descrito como um moderno sistema de castas (NAFEY, 2010; ROY, 2019).

Desde 2015, a implementação do NRC está em curso no Estado de Assam no extremo nordeste da Índia, na fronteira com Bangladesh e Butão, próximo de Myanmar e da China. Porém, trata-se de uma circunstância singular: havia uma antiga demanda da população nativa por uma iniciativa similar, visando coagir imigrantes de origem bengali que afluíram com a guerra que resultou na independência de Bangladesh em 1971. A ideologia do *Assam Movement* argumenta que a cultura *assamese* estava ameaçada pelo afluxo bengali, mas este nunca foi um movimento antimuçulmano. A realização do NRC no Estado consumiu anos de trabalho, mobilizou 52 mil funcionários e vultuosos recursos para analisar a documentação de mais de 30 milhões de pessoas, resultando em uma lista que excluiu 1,9 bilhões de cidadãos, dos quais mais de 3/4 são hindus de língua bengali que o *Assam Movement* não deseja reintegrar, para desgosto do governo. Parte deles está distribuída em seis campos de detenção erguidos no terreno de penitenciárias, entre os dez planejados (Shankar: 2020; Zahan: 2019)

Assim, no final de 2019 a Índia vivia um cruel paradoxo: enquanto no extremo noroeste milhões de pessoas eram mantidas em estado de sítio militar, privadas de condições elementares da existência porque não queriam ser parte da Índia, no extremo leste outros milhões de pessoas enfrentavam um estado de sítio burocrático, ameaçadas por campos de detenção e deportação, porque querem ser parte da Índia (ROY, 2019).

Em novembro de 2019, o ministro Amit Shah divulgou que o NRC seria estendido de Assam, para o conjunto da Índia. Alguns dias antes, a Suprema Corte emitira sentença permitindo a construção de um templo hindu onde foi demolida a mesquita Babri em Ayodhya. No mês seguinte, o parlamento aprovou a CAA, cuja conexão com o NRC foi imediatamente percebida. A notícia de que centros de detenção à maneira de Assam estão em construção no país, a brutalidade policial em manifestações contra o NRC-CAA, particularmente em Utar Pradesh (UP), origem de um em cada cinco muçulmanos no país, enquanto a violência continuava na Caxemira, transbordou em uma formidável onda de resistência. A gota d'água foi a selvagem agressão à universidade *Jamia Masjid Islamia* em Nova Delhi, que detonou uma ocupação à moda gandhiana de uma grande avenida, em um movimento liderado por senhoras muçulmanas, comparadas por um professor às mães da Praça de Maio na Argentina (NAFEY, 2010). A reação foi tanto mais desconcertante à luz do desprezo às mulheres muçulmanas na retórica *Hindutva*, evidenciado na discussão que levava à abolição de uma lei de divórcio muçulmana poucos meses antes (*Triple Talaq*). A ocupação de Shaheen Bagh desencadeou protestos

similares em outros pontos da cidade e em todo país, com uma adesão que transcendeu a comunidade muçulmana, alcançou repercussão internacional, e constrangeu o governo (MISRA; VIENS, 2020). Dois meses depois, o BJP foi derrotado nas eleições municipais em Delhi, em um momento em que vem perdendo espaço nos governos regionais.

Considerações políticas, econômicas e logísticas podem levar o governo a rever a proposta de implementar o NRC em território nacional. Especula-se que os custos seriam astronômicos, os resultados duvidosos e a reação social, imprevisível. Há quem veja razão por trás da loucura, aventando que o BJP deseja criar as condições para um *pogrom* à maneira de Gujarat em 2002, mas em escala nacional (SUNDAR, 2010). Outros avaliam que a explosividade potencial de semelhante estratégia é anátema para o capital (VANAİK, 2010). Para melhor discutir este problema, é necessário analisar a relação dos estratos médios e superiores da sociedade indiana com o BJP.

Dilemas do BJP no poder

A passagem de uma modalidade de neoliberalismo inclusivo praticada pelo Congresso, para uma fusão entre livre-mercado e nacionalismo hindu proposta pelo BJP, foi apoiada pelo grande capital, mas teve uma base de massas. Na mobilização que antecedeu a eleição de 2014, o BJP retratou a corrupção como uma contradição entre o interesse das pessoas comuns e o da elite, cujos privilégios são associados à política do Congresso. Nessa narrativa, construir uma *Congress free India* (uma Índia livre do Congresso) é, ao mesmo tempo, uma luta anticorrupção e antielitista (NIELSEN, [2020]). Em oposição à natureza dinástica e elitista da política congressista, Modi construiu a imagem de alguém que veio de baixo, e com os de baixo se identifica. Se a educação britânica e o inglês impecável de Nehru eram parte da sua sedução, o apelo de Modi se constrói com um discurso popular quando não vulgar, em que erros de inglês são cometidos de propósito.

A emulação do empreendedorismo em oposição à (ambígua) legislação social congressista, em um contexto de crescimento sem geração de empregos, se harmonizou com a imagem do homem forte, que deve enfrentar uma política corrupta e elitista, abrindo caminho para o ressurgir da gloriosa civilização indiana. A exitosa costura de motivos ideológicos que encobrem contradições de classe e de casta em nome de objetivos como a regeneração moral, o desenvolvimento e a glória da pátria, ajudam a compreender como um partido que emergiu no contexto da reação das classes médias e das castas superiores à ascensão das castas inferiores nos anos 1980, ampliou sua base de apoio através das classes e castas. É certo que o BJP recorre a uma agressiva engenharia política, explorando contradições internas às castas inferiores e, também, entre os *dalits*, para oferecer representação política e recursos a setores marginalizados por organizações tradicionais. Em todo caso, o partido teve êxito em fabricar consensos decisivos no plano eleitoral, que atravessam diferenças de casta e de classe. Embora a adesão ao BJP seja maior entre as castas superiores, que lhe outorgaram 61% dos votos em 2019, sua votação entre os pobres subiu de 24% em 2014 para 36% no último pleito (MISRA, 2018; NIELSEN, [2020]).

Se o neoliberalismo inclusivo do Congresso foi no máximo incômodo, sem nunca antagonizar as classes dominantes, as relações com o nacionalismo hindu são mais complexas. Entre a classe média, observa-se um renovado apego à família estendida e a comunidades de casta e religiosas, conformando uma classe média *moderna* que abraça rituais *tradicionais*. Esse fenômeno está relacionado à afirmação de uma cultura pública do neoliberalismo *Hindutva*, que passa pela valorização da medicina ayurvédica por meio de um ministério específico, pelo apoio a negócios nesta área, pela declaração de um dia internacional da yoga (que o primeiro-ministro promove assiduamente) e pelo já aludido aparelhamento de instituições de cultura e educação. No conjunto, opera-se uma transformação da esfera pública e da cultura indiana, que tem como efeito ancorar o projeto *Hindutva* no cotidiano, dando-lhe a qualidade de senso comum (SUNDAR, 2017).

Esta dimensão ao mesmo tempo cultural e mercantil do projeto *Hindutva*, é relevante para compreender o apoio da diáspora, sobretudo nos Estados Unidos, ao BJP. Diferente dos trabalhadores braçais que migram para os países do golfo Pérsico, a migração indiana em direção aos Estados Unidos e ao Reino Unido nunca foi, predominantemente, um fenômeno popular. Portanto, o fato de que este seja o grupo étnico mais afluente dos Estados Unidos, ou que CEOs de empresas como Google e Mastercard sejam indianos, deve ser posto em perspectiva, uma vez que estas pessoas provavelmente seriam parte da elite, caso ficassem na Índia.

Há quem enquadre a mobilização política da diáspora como parte de um desígnio maior, inspirado na relação da diáspora judaica com o estado de Israel. Argumenta-se que o fortalecimento político e econômico de uma comunidade indiana nos Estados Unidos, identificada com um nacionalismo de base religiosa e não territorial inviabilizaria, no futuro próximo, que este país se posicione contra a Índia na esfera internacional. Distante dos dias de Bandung, a Índia se integraria à esfera anglo-saxônica, ainda que em um patamar subalterno (DAVIS, 2018; RIBEIRO, 2020).

É certo que há setores críticos da diáspora indiana. Em fevereiro de 2020, uma vereadora de Seattle aprovou resolução condenando o governo do BJP e o NRC-CAA, gesto seguido pela cidade de Cambridge em Massachusetts. Mas seu impacto não se compara à manifestação protagonizada por Modi em setembro de 2019, quando um estádio no Texas foi lotado por 50 mil pessoas em clima de idolatria: o chamado *Howdy Modi*. Na ocasião, o “presidente Donald Trump foi suficientemente gentil para permitir a um primeiro ministro em visita, introduzi-lo como convidado especial no seu próprio país, para seus próprios cidadãos” (ROY, 2019, p. 59). O extravagante evento culminou com uma volta olímpica dada pelos chefes de Estado, de mãos dadas. Sua repercussão foi amplificada pela extensiva cobertura da imprensa indiana, enquanto outros milhares que protestavam do lado de fora, foram ignorados.

O outro lado desse entusiasmo de indianos afluentes fora do país com um líder identificado com uma modernização que enaltece valores tradicionais hindus, restaurando no processo o orgulho nacional, é a indiferença em relação aos aspectos obscurantistas, antidemocráticos e violentos que esta agenda implica. Em linhas gerais, esta é a postura dominante também entre os afluentes dentro do país, distantes da realidade popular menos pela geografia, do que por sua condição de classe.

Porém, se a burguesia não tem ressalvas morais em relação ao conteúdo e à forma como o RSS tem determinado a agenda social, cultural e educacional do país, o desempenho da economia, a concerne. Como vimos, Modi foi inicialmente identificado com a promessa de uma aceleração do desenvolvimento, que não aconteceu. A imagem de Modi na eleição de 2014 como um *vikas purush* (um homem do desenvolvimento), cedeu lugar em 2019 à sua imagem como um *chowdikar* (um vigia), que zela pela segurança nacional contra inimigos domésticos e estrangeiros (NIELSEN, [2020]). Neste contexto, aflora a preocupação de que a radicalização da política *Hindutva* desestabilize o país, afetando o ambiente de negócios.

A base burguesa de Modi tem, no primeiro plano, alguns grupos econômicos que se beneficiaram diretamente com o governo, dentre os quais se destacam Ambani (cuja fortuna pessoal passou de 23 para 55 bilhões de dólares sob Modi), Adani (cuja ascensão está colada à de Modi desde os tempos de governador em Gujarat) e o guru Ramdev à frente da marca Pantajali, descrito como “um feito único do governo Modi, uma combinação de agenda açafraão e capitalismo de rapina que converteu um *baba* em um bilionário” (SRUJANA, 2019, p. 1). Em escala menor, há os capitalistas regionais, originalmente grandes proprietários rurais da casta dominante que se enriqueceram com a revolução verde e diversificaram os negócios, principalmente na direção do comércio e da especulação imobiliária. Em muitos casos, tornaram-se a espinha dorsal de partidos regionais que, nos anos recentes, se alinharam ao BJP, quando não ingressaram diretamente nele (DESAI, 2014).

No entanto, para além destes segmentos umbilicalmente vinculados ao BJP, há motivos para o grande capital se inquietar com os rumos do governo. A relativa letargia na economia soma-se à inépcia demonstrada em medidas de impacto negativo, como a demonetização, enquanto a maquiagem dos dados de nada serve face à corrosão dos fundamentos da economia. Nesse quadro, há receio de que o compromisso com a agenda *Hindutva*, que é sincero, radical e inegociável, leve à marginalização da economia, que é secundária do ponto de vista da RSS. Até o momento, o descontentamento se expressa de maneira tácita e não aberta, porque o governo tampouco tolera a oposição do capital, sujeito à instrumentalização política de investigações de imposto de renda. É neste sentido que Prabir Purkayastha fala do risco de que o governo fique prisioneiro da própria ideologia. E com ele, os negócios que o sustentam (DE, 2010; PURKAYASTA, 2020).

Considerações finais

A convergência entre neoliberalismo e autoritarismo admite diversas roupagens, entre a guerra às drogas de Duterte, o pinochetismo de gravata de Bolsonaro, o *America First* de Trump e o nacionalismo hindu de Modi. Nesse quadro, a singularidade indiana é o avançado grau de colonização de todas as esferas da existência

pela política *Hindutva*, em que a capilaridade da *Sangh Parivar* foi potencializada pelo aparelhamento do *Estado ampliado* nos termos de Gramsci, que inclui aparelhos privados de hegemonia como a imprensa, instituições culturais, de pesquisa e de educação. Isto significa que, para além da disputa eleitoral, está em curso um esforço totalizador, visando incidir na ordem subjetiva para modificar a sensibilidade pública em uma direção conducente aos valores *Hindutva*. Nessa perspectiva, a batalha eleitoral é instrumental na guerra para conquistar corações e mentes, cuja sensibilidade é crescentemente moldada justamente pelo poder que o BJP acumula e exerce de modo brutal.

É possível aventar que o BJP tem ambições não somente totalizadoras, mas revolucionárias, no sentido de que aspira ao poder para remodelar a sociedade e a esfera pública de modo radical, embora compatível com o neoliberalismo. Diferente do partido do Congresso, que se tornou um gestor da ordem disputando as eleições e o poder como um fim em si, o BJP tem um ideal de sociedade. E assim como os nazistas, exalam a convicção de que serão eternos. A dominação total que o BJP exerce e projeta, mobilizando subjetividades populares a seu favor, foi comparada ao fascismo por diversos intelectuais (AHMAD, 2016; MUKHERJEE, 2020; SUNDAR, 2010). Governa-se incitando a beligerância, a arbitrariedade, a irracionalidade, o ressentimento e o ódio. E aqueles subordinados a tudo isso, estão sujeitos ao medo.

Do ponto de vista burguês, a política *Hindutva* não traz inconveniente. Ao contrário, além de bem-vindos efeitos narcóticos sobre as tensões de classe, há afinidades entre esta agenda conservadora e uma reação à igualdade de gênero e de casta; entre um nacionalismo postigo e a bomba atômica; entre a safronização mercantil e o *Howdi Modi*; entre a violência contra os muçulmanos e a paz burguesa; entre autoritarismo e neoliberalismo. As inquietações da classe dominante concernem a capacidade do governo responder aos desafios da economia, e os riscos da intensificação da agenda *Hindutva* são calculados sob o prisma da estabilidade dos negócios.

No entanto, em um mundo em que a diluição das tensões sociais por meio da integração pelo trabalho perdeu lastro histórico, enquanto a mitigação das desigualdades por meio de políticas assistenciais é vista como uma despesa desnecessária, os negócios tampouco veem alternativa à política *Hindutva*. Arriscam-se a passar de sócios a prisioneiros dela, em alguns casos, literalmente. Desse ponto de vista, o melhor que a razão burguesa pode almejar, é que o BJP se contente com o poder que tem neste mundo, sem forçar o curso rumo ao mundo que pretende construir. A sensatez possível implica em que o BJP se disponha a gerir a realidade como uma crise permanente, renunciando a uma hipotética *solução final*. Em outras palavras, em lugar de colocar em prática o desígnio de limpeza religiosa do território, a razão burguesa inclinaria o BJP a cultivar a *questão muçulmana* como uma crise permanente, da qual o partido extrai sua razão de ser, e por meio da qual, ele governa. Evidentemente, trata-se de uma aposta perigosa, uma vez que a própria lógica da política comunal exige doses contínuas e crescentes do veneno para manter o seu efeito. Para onde isso levará a maior democracia do planeta, ainda veremos.

Referências

- AHMAD, A. On communalism and globalization: offensives of the far right. New Delhi: Three essays collective, 2016.
- ALI, Tariq. et al. The case of freedom. London: Verso, 2011.
- ANDERSON, P. The Indian ideology. New Delhi: Three essays collective, 2012.
- ANNUAL Human Rights Review 2019. Jammu Kashmir Coalition of Civil Society, [Jammu] 2019. Disponível em: <http://jkccs.net/annual-human-rights-review-2019-2/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- AT LEAST 4000 detained in Kashmir since August 5: Govt. Deccan Herald, Agence France- Presse, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www.deccanherald.com/national/north-and-central/at-least-4000-detained-in-kashmir-since-aug-5-govt-755231.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- BHATIA, S. Why I will not register with the NRC. The Wire, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://thewire.in/rights/nrc-caa-protest>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- BHUSHAN, B. Bharat Bhushan: PM as pilgrim - or indianess redefined. Business Standard, 14 ago. 2014. Disponível em: https://www.business-standard.com/article/opinion/bharat-bhushan-pm-as-pilgrim-or-indianness-redefined-114081401189_1.html. Acesso em: 12 abr. 2020.

- BUSINESS TODAY. 'NDA government is Congress plus a cow says Arun Schourie'. 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.businesstoday.in/current/economy-politics/nda-government-is-congress-plus-a-cow-says-arun-shourie/story/225288.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- CHANDRASEKAR, C. P. The economy under the Modi Sarkar. In: DEV, T. F. R. (ed.). Rubbles of na economic earthquake. Analysis of banking and finance sector under Modi government. New Delhi: CFA, 2019.
- DAVIS, A. India and the anglosphere. London: Routledge, 2018.
- DESAI, R. *A Latter Day Fascism*: Economic and Political Weekly, Bombaim, v. 49, n. 35-30, p. 48-58, ago. 2014.
- DEV, T. F. R. (ed.). Rubbles of an economic earthquake: analysis of banking and finance sector under Modi government. New Delhi: CFA, 2019.
- DORE, B. Hindu Nationalists Are Pushing Magical Remedies for the Coronavirus. Foreign Policy, Mumbai, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/03/09/hindu-nationalists-magical-remedies-coronavirus-bjp-india/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- FOOTAGE appears to show police attack on Jamia students. Al Jazeera, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/02/india-footage-appears-show-police-attack-jamia-students-200216053500418.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- FRONTLINE. Chilling effect. February 15, 2019a. Disponível em: <https://www.magzter.com/IN/THG-publishing-pvt-ltd/Frontline/News/328522>. Acesso em: 12 abr. 2020. (Revista com acesso via assinatura)
- FRONTLINE. Snooping state Cover story. January 18, 2019b. Disponível em: <https://www.magzter.com/IN/THG-publishing-pvt-ltd/Frontline/News/323524>. Acesso em: 12 abr. 2020. (Revista com acesso via assinatura)
- GREENPEACE India shuts two offices, cuts staff, after donations row. Reuters, 2 fev. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-india-greenpeace/greenpeace-india-shuts-two-offices-cuts-staff-after-donations-row-idUSKCN1PR0BT>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- GUHA, R. India after Gandhi: the History of the World's Largest Democracy. New Delhi: Picador, 2007.
- ILLEGAL immigrants are like termites, will throw them out if BJP comes back to power: Amit Shah. India Today, Raiganj, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/elections/lok-sabha-2019/story/bjp-amit-shah-hindu-refugees-mamata-bannerjee-1499691-2019-04-11>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- INDIA FORUMS. "When 'Ramayan' and 'Mahabharat' became POLITICAL!". 12/5/2016. Disponível em: https://www.indiaforums.com/article/when-ramayan-and-mahabharat-became-political_90369. Acesso em: 12 abr. 2020.
- JAMMU KASHMIR COALITION OF CIVIL SOCIETY. Terrorized: Impact of Violence on the Children of Jammu and Kashmir. 2018. Disponível em: <http://jkccs.net/terrorized-impact-violence-children-jammu-and-kashmir/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- KAUR, R. et al. Hunted: India's Lynch Files. The Quint, Índia, [2019]. Disponível em: <https://www.thequint.com/quintlab/lynching-in-india/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- KHALEEJ TIMES. '350 terrorists killed in LoC air strike, claims India'. Khaleej Times, Índia, 26/2/2019. Disponível em: <https://www.khaleejtimes.com/international/india/350-terrorists-killed-in-loc-air-strike-claims-india>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- KUMAR, A.; PALIWAL, A.; SHARMA, M. WhatsApp snooping: How Israeli spyware broke into cell phones. India Today, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/mail-today/story/how-israeli-spyware-pegasus-broke-cell-phones-whatsapp-snooping-1614593-2019-11-01>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- MEHTA, Pratap Bhanu. It's Permanent Revolution. The Indian Express, Nov. 26, 2016. Disponível em: <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/demonetisation-currency-rs-5001000-notes-ban-demonetisation-effects-debate-its-permanent-revolution-4395371/>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- MENON, A. Avidyanath stamp: Govt honours Mahant who said Advani should die. Catchnews, 29 set. 2015. Disponível em: <http://www.catchnews.com/politics-news/avidyanath-stamp-govt-honours-mahant-who-said-advani-should-die-1443529802.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- MISRA, D. VIENS, C. The citizenship amendment act (CAA): the struggle for India's soul. Revista Luvo, Bogotá, v. 7, n. 1, fev. 2020.
- MISRA, S. Understanding the rise of the Bharatiya Janata Party. ORF Issue Brief, New Delhi, n. 258, set. 2018. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/44401-understanding-the-rise-of-the-bharatiya-janata-party/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- NIELSEN, A. India's trajectories of change (2004-2019). Department of sociology, University of Petroria, [2020]. No prelo.
- PANAGARYA, A. View: Why Arvind Subramanian's GDP over-estimation argument is flawed. The Economic Times, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/indicators/view-why-arvind-subramanians-gdp-over-estimation-argument-is-flawed/articleshow/69949029.cms?from=mdr>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- RAMAKRISHNAN, V.; TRIPATHI, P. Civil Liberties In Peril. Frontline, [Chennai], 25 out. 2019a. Disponível em: <https://www.magzter.com/article/News/Frontline/Civil-Liberties-In-Peril>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- RAMAKRISHNAN, V.; TRIPATHI, P. Subverting the right to life. Frontline, Índia, 25 out. 2019b. Disponível em: <https://frontline.thehindu.com/cover-story/article29617528.ece>. Acesso em: 12 abr. 2020.

- ROY, A. India: Intimations of an Ending, the rise of Modi and the Hindu far right. *The Nation*, Nova York, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/arundhati-roy-assam-modi/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- ROY, S.; SAMBARAJU, R. Indian citizenship has now been reduced to ‘us’ versus ‘them’. *The conversation*, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/indian-citizenship-has-now-been-reduced-to-us-versus-them-130422>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- SENA leader offers Rs 1 lakh to slap Aamir, party says not official view. *Hindustan Times*, 26 nov. 2015. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india/shiv-sena-announces-cash-reward-of-rs-1-lakh-for-slapping-aamir-khan/story-nIwnMn0NEchY2sgjtk4erL.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- SHANKAR, S. India’s citizenship law in tandem with national registry, could make BJP’s discriminatory targetin of muslims easier. *The Intercept*, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/30/india-citizenship-act-caa-nrc-assam/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- SIDHART, A. BJP and Science: From Ganesha’s plastic surgery to “Yoga can cure cancer”. *Alt News*, 9 fev. 2018. Disponível em: <https://www.altnews.in/bjp-science-ganeshas-plastic-surgery-yoga-can-cure-cancer/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- SRUJANA, B. The billionaire beneficiaries of BJP’s schemes. *Newslick*, 3 maio 2019. Disponível em: <https://www.newslick.in/BJP-Schemes-Modi-Ambani-Adani-Baba-Ramdev-Indian-Billionaire>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- STAFF, S. Explainer: What do we know about the communal violence that left 53 dead in Delhi in February 2020? *Scroll In*, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://scroll.in/article/955251/explainer-what-do-we-know-about-the-communal-violence-that-left-47-dead-in-delhi-in-february-2020>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- SUNDAR, A. Neoliberalism in its Hindutva moment: Affinities and Contradictions. *In: NEOLIBERALIZATION AND ITS DISCONTENTS IN THE SOUTHERN BRICS COUNTRIES*, 2017, Bangalore. Anais [...]. Bangalore: Azim Premji University, 2017.
- SUNDAR, N. India’s unofficial emergency. *In: VORMANN, B.; WEINMAN, M. The Emergence of Illiberalism*. New York: Routledge, 2020. Cap. 12. <https://doi.org/10.4324/9780429347368>
- TO ALL PEOPLE shouting obscenities at me... you’re only proving my point: Aamir Khan. *Express Service News*, 26 nov. 2015. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/india-news-india/aamir-khan-neither-me-nor-my-wife-have-any-intention-to-leave-india/>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- VANAIAK, A. *The rise of Hindu Authoritarianism*. London: Verso, 2017.
- VANAIAK, A. *After the bomb*. New Delhi: Orient Blackswan, 2015.
- ZAHAN, Syeda Ambia. Rs 1,220-cr and 10 years later, NRC leaves group favouring exercise dissatisfied, raises doubts over migrant numbers in Assam. *Firstpost*, 3 Sep. 2019. Disponível em: <https://www.firstpost.com/india/rs-1220-cr-and-10-years-later-nrc-leaves-group-favouring-exercise-disastified-final-list-raises-questions-false-claims-on-migrants-7271991.html>. Acesso em 26 out 2020.

Entrevistas citadas

- DE, Prabir. Research and Information System for Developing Countries (RIS) [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- FONSECA, Daniel. Diplomata servindo na embaixada brasileira na Índia. [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- GOSH, Jayati. Departamento de Economia (JNU). [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- MAHAJAN, Sucheta. Center for Historical Studies (JNU). [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- MUKHERJEE, Mridula. Center for Historical Studies (JNU). [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- NAFEY, Abdul. Departamento de Relações Internacionais (JNU). [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- PURKAYASTHA, Prabir. Editor do Newslick. [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- RIBEIRO, Erik. Pesquisador, Institute for Defence Studies and Analyses (IDSA). [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, janeiro de 2020
- SINHA, Shri Shakti. Private Secretary to the former Prime Minister, Shri A.B. Vajpayee. Distinguished Fellow, India Foundation. [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- SUNDAR, Nandini. Departamento de Sociologia (Delhi University). [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020
- VANAIAK, Achin. University of Delhi. [Entrevista cedida ao autor]. Nova Delhi, fevereiro de 2020.

Fabio Luis Barbosa dos Santos

fabio.luis@unifesp.br

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Research Associate, Society Work and Politics Institute (SWOP), University of the Witwatersrand, África do Sul

UNIFESP

Rua Oleska Winogradow 100 - Jardim das Flores

Osasco – SP – Brasil

CEP: 06110-295

Agradecimentos

Agradeço o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Agência financiadora

FAPESP – processo 2017/05588-7. CNPq – processo 432745/2018-1.

Contribuições do autor

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento do autor.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

As novas reformas governativas em tempo de COVID-19 em Angola no atual contexto político e social e o enfrentamento das desigualdades sociais

Daniel Luciano Muondo¹<https://orcid.org/0000-0002-9224-0073>**Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira²**<https://orcid.org/0000-0003-0045-5956>

¹ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca, SP, Brasil

² Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Franca, SP, Brasil

As novas reformas governativas em tempo de COVID-19 em Angola no atual contexto político e social e o enfrentamento das desigualdades sociais

Resumo: O presente artigo faz uma abordagem sobre as reformas governativas em Angola em tempo de COVID-19 e as desigualdades sociais. O estudo é apresentado no quadro de apoio da CAPES, na condição de bolsista da UNESP-Franca e aponta as mudanças adotadas pelo governo angolano, com vista à contenção da pandemia e o reajuste da máquina administrativa, com a redução dos departamentos ministeriais e outras estruturas do poder executivo, extinguindo alguns e fundindo outros num único ente governativo. A situação da pandemia da COVID-19 está promovendo massivamente um contexto de desigualdades sociais, conduzindo as pessoas a viver em condições de precariedade e extrema pobreza, com níveis muito elevados de custo de vida. Todos nós e cada um em particular, estamos chamados a promover um ambiente de solidariedade, que contribua para a mitigação e/ou a resolução das desigualdades sociais, a redução dos índices de carência de bens e serviços nas comunidades. Este estudo apresenta o contexto atual do exercício do poder em Angola, com transformações na administração do Estado e as medidas de controlo da pandemia de COVID-19.

Palavras-chave: Angola. Governação. Desigualdades Sociais. COVID-19.

The new government reforms in time of COVID-19 in Angola in the current political and social context and the confrontation of social inequalities

Abstract: This article deals with government reforms in Angola in the time of COVID-19 and social inequalities. The study is presented in the CAPES support framework, as a scholarship holder from UNESP-Franca and points out the changes adopted by the Angolan government, with a view to containing the pandemic and the readjustment of the administrative machine, with the reduction of ministerial departments and other structures executive power, extinguishing some and merging others into a single governmental entity. The COVID-19 pandemic situation is massively promoting a context of social inequalities, leading people to live in precarious and extreme poverty conditions, with very high levels of living costs. All of us and each one in particular, are called to promote an environment of solidarity, which contributes to the mitigation and / or the resolution of social inequalities, the reduction of the need for goods and services in the communities. This study presents the current context of the exercise of power in Angola, with changes in the State administration and measures to control the pandemic of COVID-19.

Keywords: Angola. Governance. Social differences. COVID-19.

Recebido em 29.06.2020. Aprovado em 06.08.2020. Revisado em 07.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Angola é um país situado na África subsaariana, com uma população estimada em mais trinta milhões de habitantes. A governação iniciada em 2017, saída das quartas eleições gerais realizadas em setembro do mesmo ano, têm vindo a promover uma série de reformas administrativas ao nível das diferentes estruturas de poder, visando a melhoria das condições socioeconómicas dos cidadãos e a garantia da qualidade de vida, de modo geral.

O registro e a identificação de casos da pandemia de COVID-19 em Angola deram-se, inicialmente, desde o mês de março de 2020, importados a partir de Portugal, com a chegada de voos provenientes de Lisboa e do Porto, para o Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro em Luanda, capital do país. A situação, ainda fora de domínio das autoridades angolanas naquela altura, obrigou a busca de experiências ao nível de outros países, a fim de lidar com o fenómeno.

Com ajuda de outros países, Angola, soberanamente, implementou medidas adequadas e profundas para a prevenção, o controlo e tratamento da pandemia de COVID-19, criando as condições desejadas para garantir a contenção da propagação da doença em todo território nacional, implementando reformas no aparelho governativo, com vista à diminuição das desigualdades sociais.

Por todo o país assistiu-se ao aumento dos atos de solidariedade para com as pessoas mais carenciadas, com a distribuição de bens alimentares, produtos de higiene e limpeza, criação de espaços de acolhimento para crianças, jovens e adultos sem abrigo e outras formas de ajuda possíveis.

Angola e o Estado democrático de direito

Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social (ARAÚJO; NUNES; LOPES, 2014).

O artigo 1º define o alcance e o objeto da Constituição que é Angola, enquanto comunidade política historicamente situada, independente, e que se fundamente na defesa da dignidade humana e na vontade do povo angolano. Este artigo traça os fundamentos da República de Angola, que se sintetizam na soberania, na dignidade da pessoa humana, na democracia, liberdade, justiça e paz, na solidariedade e igualdade social (ARAÚJO; NUNES; LOPES, 2014).

A República de Angola é um Estado de Democrático de Direito, que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, que como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas. (ARAÚJO; NUNES; LOPES, 2014).

O Estado Democrático de Direito assenta em dois princípios fundamentais: o estado de direito e o princípio democrático. O primeiro apresenta como elementos caracterizadores: o princípio da constitucionalidade dos atos do Estado (*princípio da Constituição*), a divisão de poderes, entendido como princípio que exige a vinculação dos atos estaduais a uma competência, constitucionalmente definida e uma ordenação relativamente separada de funções (*separação de poderes e interdependência de funções*); o princípio de legalidade da administração, que se consubstancia nos princípios da supremacia ou prevalência da lei, uma vez que para um Estado de Direito a lei é a expressão privilegiada do princípio democrático e o instrumento mais apropriado e seguro para definir os regimes de certas matérias, sobretudo dos direitos fundamentais (*princípio da lei*); e, a independência dos tribunais, institucional e funcional e vinculação do juiz à lei.

O princípio do Estado de Direito pressupõe, igualmente, a garantia da proteção jurídica e abertura da via judiciária, para se assegurar ao cidadão uma defesa sem lacunas, bem como o princípio da proporcionalidade ou princípio da proibição dos excessos que assegura os limites do Estado em caso da declaração de estado do

sítio ou de exceção e na limitação das restrições de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e, finalmente, funciona como um princípio básico das medidas de polícia.

Por sua vez, o princípio democrático apresenta como princípios formais caracterizadores o princípio da soberania popular para quem a legitimação do domínio político só pode derivar do povo e nunca de qualquer outra entidade; o princípio da representação, que assenta em postulados que estabelecem que o exercício jurídico de funções de domínio, constitucionalmente autorizado é feito em nome do povo, por órgão de soberania do Estado, que há uma derivação direta da legitimação de domínio do princípio de soberania popular e que o exercício do poder tem em vista prosseguir os fins ou interesses do povo e, ainda, o princípio do sufrágio que está ligado ao princípio anteriormente enunciado – o princípio da representação. Ele manifesta-se no direito de voto para escolha dos seus representantes.

O Estado Democrático de Direito é um estado constitucional, que define o primado da Constituição sobre todos os atos políticos, administrativos, jurisdicionais do Estado.

O conceito de Estado

O Estado que entendemos como o conjunto de instituições que controlam e administram uma nação – grupo étnico politicamente consciente, grupo de pessoas com determinadas tendências comuns de ordem moral, cultural e psicológica – é possível que tenha surgido como o instrumento por meio do qual os homens exercitam a força da cooperação entre eles e, assim, conseguiriam enfrentar com melhores resultados as adversidades do meio ambiente.

Desde há muito que a Teoria do Estado procura defini-lo com base na doutrina de três elementos. De acordo com o entendimento, um Estado compreende em princípio um povo, um território e um governo soberano. Esta doutrina vale de forma meramente tendencial. Assim, por exemplo, se se pensar no conceito de povo com base nos critérios tradicionais da etnia, da cultura e da língua, hoje largamente superados, verifica-se que um povo pode existir em diferentes Estados, assim como um Estado pode conter vários povos. Em todo o caso, o Estado pode caracterizar-se, juridicamente, como o detentor, dentro de um território, do poder soberano, quer em face dos sujeitos externos a este território, a soberania externa, quer em face dos sujeitos que residam, ou atuem no seu interior, a soberania interna. (MACHADO; COSTA; HILÁRIO, 2013, p. 14).

Como enunciou Thomas Hobbes¹ (1588-1679), o Estado surge para evitar a desagregação que sempre ameaçou os homens (HOBBS, 2002 apud QUEIROZ, 2012). De forma simplificada, podemos perceber o Estado como um contrato social (representado por uma Constituição) que os homens fazem entre si e no qual cada um cede uma parte de sua liberdade, para que este possa regular as relações entre eles e, assim, prover a prosperidade de todos.

O Estado pode ser definido tanto em termos das instituições que o formam quanto das funções que estas instituições desempenham. Instituições do Estado compreendem órgãos legislativos, incluindo assembleias parlamentares e instituições subordinadas voltadas à elaboração de leis; órgãos executivos, incluindo departamentos governamentais e ministérios; e órgãos jurídicos – principalmente tribunais – com a responsabilidade de obrigar ao cumprimento da lei e de aperfeiçoá-la por intermédio de suas decisões. Há diferenças entre sistemas políticos no que diz respeito ao grau em que instituições legislativas, executivas e judiciárias encontram-se claramente separadas umas das outras ou sobrepõem-se. (HAM; HILL, 1993, p. 40).

As instituições do Estado são representativas do poder executivo, enquanto governo, legitimadas para o exercício de funções políticas e administrativas, que concorrem para a organização da vida pública em todas as suas formas, considerando a satisfação dos interesses dos cidadãos, como legítimos detentores da soberania popular.

A intervenção do governo ocorre pelas políticas públicas. Apenas o governo pode implementá-las porque possui a capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas com carácter universal, que atenda a todo povo ou de forma generalizada tenha maior poder de alcance. O governo também

pode estabelecer penalidades para quem não cumpre aquelas demandas e pode estabelecer regras que devem ser cumpridas pela sociedade. Essa capacidade é estabelecida pela governabilidade.

De acordo com o economista e cientista social Luiz Carlos Bresser Pereira (1995 apud QUEIROZ, 2012, p. 8), “o Estado é uma organização burocrática ou aparelho que se diferencia essencialmente das demais organizações porque é a única que dispõe de poder extroverso – de um poder político que ultrapassa os seus próprios limites organizacionais”.

Assim, em determinado momento da história, o Estado foi obrigado a alterar seu modelo e/ou suas funções para se adequar às novas exigências que passam a ser requeridas pelas mudanças no ambiente tecnológico, económico e social. é o que vem ocorrendo na maioria dos países desde a década de 1970.

O Estado moderno, que teve início no século XVI, trouxe a organização em torno da racionalidade, do *Estado de direito*, que são as leis nacionais negociadas num grande acordo social, a Constituição. O Estado é uma estrutura que se *destaca* da sociedade: os cidadãos dão o voto para a formação de uma superestrutura política; o Estado moderno é uma grande máquina política que se estrutura com base na sociedade, com o objetivo de gerenciá-la dentro de uma estrutura legal.

Um Estado existe quando há um aparelho político de governo (instituições como um parlamento ou congresso, mais funcionários públicos), que governam um dado território, cuja autoridade é apoiada por um sistema legal e pela capacidade de usar a força militar para implementar as suas políticas. O poder é a capacidade que indivíduos ou grupos possuem para fazer valer os seus próprios interesses, mesmo quando outros se opõem. Por vezes, isso requer o uso direto da força. O poder é um elemento que se encontra em todas as relações sociais, tal como entre a entidade patronal e os trabalhadores. A autoridade é o uso legítimo do poder pelo governo. A legitimidade significa que aqueles que se submetem à autoridade do governo consentem nela. (GIDDENS, 2008, p. 424-425).

A implementação do poder por parte do Estado requer o exercício da autoridade que lhe é conferida pela Constituição e por outros instrumentos legais, como garantia legítima, soberana e de domínio público. Não se trata de uma autoridade exercida à margem da lei, mas que assenta em princípios e normas legalmente aceites, pois, mesmo o uso da força militar deve ser exercido nos termos previamente definidos no quadro da legalidade.

As reformas governativas do aparelho do Estado em Angola no contexto da COVID-19 e o exercício do poder político

O surgimento da pandemia da COVID-19 em Angola ocasiona a implementação de reformas no aparelho governativo, como medida de ajustamento das políticas públicas, mas, sobretudo, como forma de contenção de gastos para a estabilidade económica e social do país, por um lado por outro, no sentido de conter a propagação da doença da COVID-19, implementou uma série de medidas sanitárias, para a prevenção e o controlo da pandemia. Deste modo, o poder executivo viu-se obrigado, também, a reformular o governo, diminuindo os departamentos ministeriais, bem como os cargos de direção e chefia no aparelho do Estado.

O Decreto Legislativo Presidencial N.º 5/20, de 15 de Abril aprova a alteração à organização e funcionamento dos órgãos Auxiliares do Presidente da República, constituindo 21 (vinte e um) Departamentos Ministeriais e 1 (um) Secretariado do Conselho de Ministros, que resultou da fusão e extinção de estruturas governativas e correspondentes funções da então vigente máquina administrativa pública (ANGOLA, 2020).

Assim, nos termos do 36º Artigo do referido Decreto, passaram a existir os seguintes Departamentos Ministeriais (ANGOLA, 2020):

- a) Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria;
- b) Ministério do Interior;
- c) Ministério das Relações Exteriores;
- d) Ministério das Finanças;
- e) Ministério da Economia e Planeamento;
- f) Ministério da Administração do Território;
- g) Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

- h) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social;
- i) Ministério da Agricultura e Pescas;
- j) Ministério da Indústria e Comércio;
- k) Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás;
- l) Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território;
- m) Ministério da Energia e Águas;
- n) Ministério dos Transportes;
- o) Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social;
- p) Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação;
- q) Ministério da Saúde;
- r) Ministério da Educação;
- s) Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente;
- t) Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher;
- u) Ministério da Juventude e Desportos.

De acordo ainda com o Artigo citado do mesmo Decreto, acrescenta-se aos Departamentos Ministeriais um Secretariado do Conselho de Ministros. (ANGOLA, 2020).

Outra medida adotada pelo governo de Angola foi a redução dos cargos de direção e chefia, de 559 para 313, ao nível dos departamentos ministeriais e instituições públicas, o que permitirá que o Estado poupe cerca de 96,5 milhões de kwanzas por mês, correspondente a mais de mil milhões de kwanzas anuais. No quadro de uma visão integrada das ações de reforma do Estado, o processo começou com o Decreto Presidencial 5/20, que alterou a estrutura orgânica do Governo, passando de 28 para 21 Ministérios. (JORNAL DE ANGOLA, 2020).

A nova orgânica visou modernizar e racionalizar a Administração Central e melhorar o grau de eficiência e eficácia na prestação de serviço ao cidadão, cuja estratégia global consiste na continuidade da racionalização, o máximo possível, com a redução das estruturas administrativas, de modo a conseguir, por via disso, algum ganho financeiro.

Com essa medida, foram apreciados os Estatutos Orgânicos dos Ministérios da Indústria e Comércio; da Administração do Território; da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria; da Cultura, Turismo e Ambiente; das Obras Públicas e Ordenamento do Território; dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás; das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social; e, da Agricultura e Pescas.

Com a medida adotada, os recursos financeiros postos, até então, ao serviço da máquina administrativa sejam postos, doravante, ao serviço do sector social, com o reforço do investimento nos domínios da Educação, Saúde e em outros domínios de interesse público. Tratou-se de um primeiro exercício, com carácter contínuo, a nível dos institutos públicos, enquadrando, assim, na estratégia global de reforma de Estado que é adequar a máquina administrativa do Estado à capacidade financeira.

O processo, como um todo, assenta em três pilares: orçamental, infraestrutural e do pessoal. Na componente orçamental, a fusão dos Ministérios redundou em poupanças substanciais, tal como deve ocorrer com a dimensão infraestrutural, unindo os Ministérios antes dispersos em edifícios diferentes, a funcionar num único, obtendo-se também algum ganho. No plano do pessoal, a questão fica como objeto de tratamento específico.

Na nova composição ficaram intactos os Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e Planeamento, das Finanças, da Administração do Território, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, da Justiça e dos Direitos Humanos, da Energia e Águas, da Educação, da Saúde, do Ensino Superior, Ciência e Inovação; da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, e o da Juventude e Desportos.

A fusão dos departamentos ministeriais permitiu ao governo reduzir a sua máquina administrativa, diminuindo os custos com os detentores de cargos públicos, canalizando mais recursos financeiros para os cofres do Estado e, por sua vez, contribuam no aumento da oferta de bens e serviços aos cidadãos.

As reformas no aparelho governativo do Estado em Angola em tempo de pandemia constituíram medidas do executivo para o controlo da economia, considerando as limitações na importação de bens de consumo, o incentivo às iniciativas microeconómicas ao empresariado nacional e, consequentemente, a aposta na produtividade local.

As medidas governativas na prevenção e combate à pandemia da COVID-19 em Angola

O mundo continua assolado por uma pandemia de alto contágio, causada pela COVID-19, que coloca em causa a estabilidade das relações sociais e a sustentabilidade do tecido socioeconómico. As ações implementadas pelo Executivo angolano foram prontas e de intensidade variável e adaptável tendo culminado com a Declaração do Estado de Emergência, por três vezes prorrogada e, em determinado momento, com a promulgação da situação de Calamidade, através do Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de maio, declarada a Situação de Calamidade Pública a partir da meia-noite (0h00) do dia 26 de maio de 2020, que se prolonga enquanto se mantiver o risco de propagação massiva do Vírus SARS-COV-2 e da Pandemia COVID-19 (ANGOLA, 2020b).

Apesar da subsistência do risco de contágio, urge, cada vez mais, a garantia de um melhor equilíbrio entre a estratégia sanitária de prevenção e combate e a necessidade de relançar gradualmente a atividade económica, formal e informal, em especial aquelas usadas como meio de subsistência, e o regresso à normalidade da vida social. Ou seja, sem descuidar as regras de prevenção e combate à Pandemia COVID-19, é necessário criar condições para adaptação a uma nova postura social, capaz de garantir, com segurança, a gradual retoma da vida económica e social.

O controlo da propagação da COVID-19 em Angola teve início com a promulgação do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de março (ANGOLA, 2020a) considerando que foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde a infeção causada pelo vírus COVID-19, por se assistir a uma alta taxa de mortalidade e pelo seu impacto social e económico negativo em todo o mundo, tornando-se necessário tomar medidas urgentes em defesa do interesse público, com vista a se reforçarem as providências já tomadas para se evitar a importação de casos e salvaguardar a vida e a saúde da população em geral.

Este Decreto definiu, nos artigos 1º ao 4º a interdição da circulação fronteiriça, a proibição dos aglomerados sociais, a observação do período de quarentena pelos passageiros e, a implementação pelos órgãos da administração do Estado (ANGOLA, 2020a).

A circulação fronteiriça suspendeu todos os voos comerciais e privados de passageiros, de Angola para o exterior e vice-versa por 15 (Quinze) dias, prorrogáveis por igual período de tempo, em função do comportamento global da pandemia do COVID-19, a partir das 0:00 (zero) horas do dia 20 de março de 2020, não abrangendo os voos de carga, nem aqueles que sejam indispensáveis por razões humanitárias ou que estejam a serviço da execução da política externa de Angola (ANGOLA, 2020a).

A interdição da circulação de pessoas nas fronteiras terrestres observou-se a partir das 0:00 (zero) horas do dia 20 de março de 2020, por 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período de tempo, em função do comportamento global da pandemia do COVID-19. Ficou interdita a atracagem e o desembarque de navios de passageiros e respetivas tripulações, provenientes do exterior do País, em todos os portos nacionais a partir das 0:00 (zero) horas do dia 20 de março de 2020, por 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período de tempo, em função do comportamento global da pandemia do COVID-19, cuja não se aplica a atracagem e ao desembarque de navios de carga. Apenas ficou permitido o desembarque das tripulações dos navios de carga em caso de necessidade de assistência por razões médicas e humanitárias, observando-se em todo o caso o protocolo de prevenção estabelecido para o combate à pandemia do COVID-19 (ANGOLA, 2020a).

A realização de eventos públicos como cultos religiosos, atividades culturais, recreativas, desportivas, políticas, associativas, turísticas, privadas e de qualquer outra índole, com a aglomeração de mais de 200 (duzentas) pessoas ficou proibida. Todos os estabelecimentos públicos e privados, incluindo centros comerciais, mercados, restaurantes, bares, lanchonetes, estações ferroviárias e rodoviárias, portos, aeroportos, locais de culto, escritórios, escolas e outros locais de congregação que se mantivessem abertos ao público deviam criar as condições adequadas e acessíveis para a higiene das mãos, com sabão e água corrente, ou desinfetante à base de álcool, tendo-se recomendada a todos cidadãos a observância de restrição no contacto pessoal próximo, como apertos de mão e abraços, principalmente em ambientes congregacionais, como escolas, escritórios, locais de culto e outros (ANGOLA, 2020a).

É recomendada a todos os cidadãos a observância permanente de medidas de higiene que evitem o contágio, a participação em reuniões não necessárias, bem como a realização de viagens ao interior e exterior do País que não sejam essenciais. É especialmente recomendada a observância de rigorosas normas de higiene, nos termos das recomendações do Ministério da Saúde, nos meios de transporte coletivo de passageiros, como autocarros, táxis, comboios, aviões e navios (ANGOLA, 2020a).

O Decreto estabeleceu que todos os passageiros que desembarcassem nos aeroportos nacionais até as 0:00 (zero) horas do dia 20 de março de 2020 devem preencher no momento do desembarque o formulário para o controlo sanitário obrigatório, entregue pelas autoridades competentes, e ficar em casa por um período mínimo de 14 (catorze) dias, cumprindo as orientações dadas para o efeito pelo Ministério da Saúde, com a proibição das visitas aos cidadãos abrangidos, durante o período de tempo em que estivessem em quarentena (ANGOLA, 2020a).

As administrações e direções das instituições da Administração Central e Local do Estado, bem como as entidades patronais das empresas públicas e privadas, deviam considerar como justificada a ausência ao trabalho dos cidadãos, que resultassem da observância do período de quarentena, nos termos do disposto no Decreto Presidencial.

Os órgãos competentes do Estado afetos aos Ministérios da Saúde, do Interior, da Defesa Nacional e dos Transportes deviam, de modo articulado, zelar pelo cumprimento e materialização do disposto no Diploma, podendo recorrer a colaboração especializada das entidades públicas e privadas que julgasse necessárias, em função da natureza das tarefas a executar para a implementação das orientações emanadas, sendo delegadas competências regulamentares a cada um dos Titulares dos Departamentos Ministeriais em função da matéria, relativamente à necessidade de se tomarem eventuais medidas adicionais que reforçassem o controlo sanitário, migratório e de ordem pública, exigidos no âmbito da prevenção e contenção da expansão da pandemia COVID-19.

O enfrentamento das desigualdades sociais em época de COVID-19

As questões de desigualdades e a justiça social estão relacionadas com a exclusão social, o que permite, também, lidar com a forma como a sociedade está estruturada e organizada, e com as lógicas que são um obstáculo ao combate à pobreza e, portanto, também, um obstáculo à construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Pobreza e exclusão social não são dados naturais, são antes produto de relações sociais desiguais face à luta travada pelos indivíduos, numa dada sociedade, pelo acesso aos recursos de sobrevivência. Porque produto de relações sociais e construção social, a exclusão social, historicamente, esteve ligada aos sistemas de classificação sobre o normal e o patológico. Os sistemas de classificação, entre muitas finalidades, constituem, na verdade, mecanismos tradicionais de controlo social em relação aos indivíduos ou grupos de indivíduos que podem comprometer a segurança ou ordem pública (criminosos, delinquentes, etc.), ou daqueles que podem pôr em perigo a sociedade genericamente considerada (indivíduos com doenças crónicas e/ou contagiosas). (ARRUDA; COLAÇO; BAIA, 2014, p. 33).

As desigualdades sociais não são produto do acaso, ou de uma condição natural, mas sim, situações criadas pelas próprias instituições ou governos, resultantes da falta de organização estrutural e funcional no contexto da governação central e local do Estado, o que pode dar origem ao surgimento de vários fenómenos sociais, que podem comprometer a vida dos cidadãos em particular e das estruturas governativas, de modo geral.

A prevalência da situação de COVID-19 agudizou a questão das desigualdades sociais, com a existência de muitas pessoas sem o mínimo de condições de sobrevivência, faltando-lhes até, as mais básicas necessidades, como a alimentação, higiene e saneamento e meios de biossegurança. Esta problemática viu-se minimizada com o eclodir de atos de solidariedade, promovidas por organizações da sociedade civil, indivíduos particulares e complementadas por estruturas governamentais, apoiando com bens de necessidades básicas.

As desigualdades sociais constituem a característica estrutural das sociedades humanas, derivando das diferenças no acesso aos recursos variados entre os indivíduos, o que, por sua vez, afeta significativamente a qualidade de suas vidas. A estratificação social remete para um sistema de desigualdades estruturadas entre os diferentes agrupamentos de pessoas. A estratificação social expressa-se na disposição da sociedade em estratos hierarquizados com os mais favorecidos no topo e os menos privilegiados na base. (GIDDENS, 2000 apud ARRUDA; COLAÇO; BAIA, 2014, p. 61).

As condições de vida das pessoas são agravadas, muitas vezes, pela falta de bens e serviços básicos, o que chega a comprometer o seu modo de vida, na relação com as demais que se encontram nos mesmos espaços territoriais ou em áreas habitacionais diferentes, muitas vezes, marcados pelas estruturas hierárquicas de poder e de dominação.

Ferreira (1995 apud ARRUDA; COLAÇO; BAIA, 2014, p. 61) define desigualdade social como:

uma diferença constituída socialmente no acesso aos recursos de diversa natureza. Deste modo, o facto de se possuir maior ou menor riqueza, prestígio social, nível de escolarização e sucesso escolar; capacidade de exercício de poder ou de cidadania, entre outros campos, depende dos mecanismos sociais adotados e que condicionam os destinos dos indivíduos.

Os cidadãos devem ter acesso aos recursos produzidos pelo país numa proporção equilibrada, beneficiando a todos, independentemente da sua condição social, pois que, devem merecer um tratamento igual da sua distribuição. A equidade social é um princípio de cidadania, que deve ser exercitado no combate contra as desigualdades sociais, promovendo um nível de vida dignificante para os indivíduos, na sua relação com o meio envolvente e, de acordo com as suas reais necessidades, como também, com aquelas sentidas no quotidiano das suas vidas.

As desigualdades sociais expressam-se através dos sistemas de estratificação social. A desigualdade está incrustada no tecido social de todas as sociedades através do sistema de estratificação social ou do posicionamento de grupos de indivíduos na sociedade, perpetuando os ganhos (recompensas) desiguais e as oportunidades sociais da vida. Assim sendo, os grupos sociais estão organizados por sobreposição do topo à base. Todas as sociedades passadas e recentes tiveram ou têm alguma forma de estratificação, embora o grau de desigualdade entre os estratos sociais possa variar. (NEWMAN, 1997 apud ARRUDA; COLAÇO; BAIA, 2014, p. 61).

A estrutura das sociedades reflete uma hierarquização de segmentos ou estratos sociais, produzidos segundo diversas características como: sexo, idade, categoria socioprofissional, etnia etc. ora, frequentemente, estas características são utilizadas isoladamente e/ou em simultâneo, para a produção de desigualdades sociais. Pois, as características fisiológicas, só por si, não produzem a desigualdade social, na medida em que fatores como a cor dos olhos, a estatura física, gostos artísticos etc., não influenciam as oportunidades de vida concreta ou as posições sociais dos indivíduos. A desigualdade social resulta, sim, de um acesso desigual aos bens, serviços ou oportunidades, cuja razão explicativa se encontra nos mecanismos que estruturam a própria sociedade.

Considerações finais

O exercício do poder político em Angola é legitimado pelo voto popular nas eleições gerais, que se realizam regularmente em todo o território nacional, num período de cinco anos. O Estado como ente governativo tem por objetivo trabalhar para o bem de todos os cidadãos, promovendo o direito a justiça, a paz a igualdade e a fraternidade.

Para garantir os direitos dos cidadãos, o Estado e as demais estruturas governativas que exercem o poder político ao nível central e local providenciam as condições necessárias aos cidadãos, com a garantia de bens e serviços propícios para uma vida com dignidade, sobretudo, no combate às desigualdades sociais, em qualquer contexto ou situação que o país se encontre.

Em tempo da pandemia de COVID-19, agudizaram-se as desigualdades sociais, com o aumento das necessidades de bens e serviços por parte dos cidadãos, observando-se, por um lado, a degradação do nível de vida das pessoas e, por outro, a sensibilização da sociedade civil para a promoção de ações de solidariedade, com o objetivo de apoiar diante da situação de carência.

Em qualquer contexto de vida que um país se possa encontrar, o Estado tem legitimidade para implementar mudanças ou transformações, diante da realidade socioeconómica, com vista a conter a propagação do fenómeno e a garantia da proteção dos direitos dos cidadãos, tanto ao nível da capacidade interna, quanto com recurso a apoios externos.

Referências

- ANGOLA. Decreto legislativo presidencial n.º 5/20, de 15 de abril. Aprova a alteração à organização e funcionamento dos órgãos Auxiliares do Presidente da República. [Luanda]: Diário da República, 2020. Disponível em: <https://angolaforex.com/2020/04/15/diario-da-republica-i-a-serie-n-o-49-de-15-de-abril-de-2020/>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ANGOLA. Decreto legislativo presidencial provisório n.º 1/20, de 18 de março. Aprova o acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Portuguesa sobre Promoção Recíproca de Investimentos. [Luanda]: Diário da República, 2020a. Disponível em: https://www.covid19.gov.ao/assets/arq_pdf/2020DRI031.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ANGOLA. Decreto presidencial n.º 142/20, de 25 de maio. Declara a situação de Calamidade Pública a partir das 0h00 do dia 26 de maio de 2020, que se prolonga enquanto se mantiver o risco de propagação massiva do Vírus SARS-COV-2 e da Pandemia COVID-19. Revoga todos os actos praticados pelos Órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma. [Luanda]: Diário da República, 2020b. Disponível em: <https://www.tralac.org/documents/resources/covid-19/countries/3679-angola-statement-on-covid-19-pandemic-25-may-2020/file.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ARAÚJO, R. C. V.; NUNES, E. R.; LOPES, M. Constituição da república de angola anotada. Porto: Luanda, 2014. T. 2.
- ARRUDA, R.; COLAÇO, J.; BAIA, A. O que é Exclusão Social? Lisboa: Escolar Editora, 2014.
- GIDDENS, A. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- HAM, C. HILL, M. O Processo de Elaboração de Políticas no Estado Capitalista Moderno. Tradução de Renato Amorim e Renato Dagnino. Campinas: DPCT/UNICAMP, 1993.
- JORNAL DE ANGOLA. Edição 15 de Maio de 2020.
- MACHADO, J. E. M.; COSTA, P. N. da; HILÁRIO, E. C. Direito Constitucional Angolano. [S. l.]: Coimbra, 2013.
- QUEIROZ, R. B. Formação e gestão em políticas públicas. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Nota

- ¹ Matemático, teórico e político, filósofo inglês. Acreditava que os homens só viveriam em paz se concordassem em se submeter a um poder absoluto e centralizado (HOBBS, 2002 apud QUEIROZ, 2012).

Daniel Luciano Muondo

dmuondo@gmail.com

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestre em Governança e Gestão Pública pela Universidade Agostinho Neto – Luanda-Angola.

Docente Assistente no Curso de Licenciatura em Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social de Luanda (ISSS).

Docente Convidado no Curso de Mestrado em Serviço Social e Política Social do Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II) da Universidade Católica de Angola (UCAN)

ISSS

Av. Fidel Castro Ruz – Via Expressa – Estrada Circular de Viana-Cabolombo, Bairro Bnenfica.
Luanda-Angola.

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

cirleneoliveira@terra.com.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

UNESP

Av. Eufrásia Monteiro Petrágia, 900 – Jardim Antonio Petraglia
Franca - SP - Brasil
CEP: 14.409-160

Agradecimentos

Nossos agradecimentos à CAPES, através da UNESP-Franca, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, no apoio ao curso de Doutorado em andamento, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

À Revista *Katálysis*, pela aceitação e revisão do manuscrito, considerando a relevância do tema do artigo, para sua publicação.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Artigo resultante dos estudos realizados pelo Doutorando

Daniel Luciano Muondo, sob orientação da Prof^a Dr^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. Apresenta análise da atual conjuntura do exercício de poder em Angola, as transformações do Estado e as medidas de controle da pandemia da Covid-19. O artigo integra a pesquisa de Doutorado em Serviço Social e teve a contribuição dos dois autores.

Aprovação por Comitê de Ética

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento dos autores.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Brasil: *fascismo* ou neoescravidão?

María del Carmen Cortizo¹<https://orcid.org/0000-0001-5138-5500>**Débora Ruviano²**<https://orcid.org/0000-0002-1998-9301>

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, SC, Brasil

² Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil

Brasil: *fascismo* ou neoescravidão?

Resumo: O artigo tem por objetivo discutir a pertinência do conceito de “fascismo” em referência ao atual governo do Brasil. A reflexão segue o caminho teórico-metodológico que dois dos maiores intelectuais italianos de início do século XX propuseram nas suas respectivas análises sobre o fascismo, trata-se de Piero Gobetti e Antonio Gramsci, servindo também como referência os relatos de Norberto Bobbio sobre a sua experiência pessoal em relação a esse regime. A partir dessa porta de acesso à problemática, são apresentadas as ponderações sobre a possibilidade de denominar o atual governo e o Estado brasileiro como “fascistas”. A conclusão do estudo é que as atuais relações sociais no Brasil respondem ao desenvolvimento histórico de ininterrupta reprodução das relações de subordinação a partir da escravidão, e não a uma forma particular de fascismo ou de fascistização. Metodologicamente assume-se a perspectiva da “história integral”. Em termos das ferramentas para as análises, o estudo se vale de material bibliográfico.

Palavras-chave: Fascismo. Escravidão. Brasil. Estado.

Brazil: *fascism* or neo-slavery

Abstract: The article aims to discuss the pertinence of the concept of “fascism” in reference to the current Brazilian government. The reflection follows the theoretical-methodological path of which two of the greatest Italian intellectuals of the early 20th century proposed in their respective analyses of fascism, namely Piero Gobetti and Antonio Gramsci, also serving as a reference to Norberto Bobbio's reports on his personal experience in relation to this regime. From this door of access to the problem, the considerations on the possibility of naming the current government and the Brazilian State as “fascists” are presented. The conclusion of the study is that the current social relations in Brazil respond to the historical development of an uninterrupted reproduction of subordination relations from slavery, and not to a particular form of fascism or fascistization. Methodologically, the perspective of “integral history” is assumed. In terms of tools for analysis, the study uses bibliographic material.

Keywords: Fascism. Slavery. Brazil. State.

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 01.08.2020. Revisado em 01.09.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em praticamente todos os âmbitos políticos e acadêmicos do Brasil – e naqueles que no exterior demonstram interesse ou mera curiosidade pela nossa realidade – com excessiva rapidez se tem rotulado o atual governo como *fascista*, ou, tratando de buscar um caminho pretensamente alternativo a tal afirmação, tem-se afirmado a existência de um processo de *fascistização*.

Levando em conta o atual estágio das análises e discussões, pensamos que corresponde em primeiro lugar, e atendendo aos princípios da honestidade intelectual, dizer que não podemos ainda realizar nenhum enquadramento teórico sério daquilo que está acontecendo na política brasileira. Mas, tampouco podemos furtar-nos da reflexão sobre alguns aspectos que permitam a construção de caminhos explicativos, apesar da dificuldade em se manter o distanciamento necessário para uma análise teórica rigorosa.

Por esses motivos, com o presente ensaio não pretendemos explicar o processo que levou a um abstruso ex-capitão do exército à Presidência da República. O nosso objetivo, dada a complexidade do assunto e o escassíssimo espaço para desenvolvê-lo, é anunciar alguns caminhos possíveis para avançar na compreensão, não apenas do sucesso do projeto político que hoje conduz o Brasil, mas também do fracasso do projeto político que vinha sendo desenvolvido, com altos e baixos, pelo Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003 até o golpe parlamentar de 2016.

Inicialmente acreditamos que seja necessário não sucumbir à tentação de *a priori* definir como *fascista* a toda e qualquer forma autoritária-conservadora de exercício do poder político. Em segundo lugar, entender o fascismo como encarnação objetiva de identidades e caracteres peculiares da história italiana, e também das tendências e mudanças próprias do ocidente capitalista de início do século XX (GAGLIARDI, 2019, p. 245). Ou seja, como realidade historicamente situada, única e irrepetível. Para isso, trazemos algumas das considerações sobre o fascismo realizadas por três dos mais lúcidos pensadores italianos do século XX que seguramente haverão de inspirar-nos: Piero Gobetti, Antonio Gramsci e Norberto Bobbio. Finalmente, propomos alguns elementos teórico-metodológicos que nos fornecem ferramentas de análise para aproximar-nos à complexidade das relações sociais e políticas imperantes e ao problema do modo em que está sendo construída a hegemonia no Brasil, parafraseando a Togliatti (1978): Onde está a força do atual governo?

O fascismo italiano

Os termos *fascismo* e *fascista* têm sido utilizados frequentemente na América Latina, sendo vinculados às práticas violentas das diversas formas de governos autoritários que temos padecido. Porém, se trata de um uso que, se por um lado qualifica com força as violações cometidas, por outro, opaca as importantes diferenças históricas que distinguem a Itália de Mussolini das nossas realidades, complicando as tentativas de explicação de recentes experiências políticas, como é o caso das leituras que se realizam do atual governo brasileiro.

Como indica Ludovico Incisa (BOBBIO, MATTEUCCIE, PASQUINO, 1985), aceita-se o rótulo de fascista para regimes que não tem nada a ver com o fascismo como o franquismo, o salazarismo e vários regimes militares de direita, por exemplo, e nega-se para outros como o justicialismo de Perón que reproduzem emblematicamente as suas especificidades.

Os elementos comuns aos movimentos do franquismo, o nacional socialismo e o fascismo estão na “violenta cultura anticomunista, nacionalista e adversa ao pluralismo democrático dos partidos, bem como na função insubstituível do chefe carismático e na exigência da eliminação de todas as liberdades individuais e coletivas” (FRESU, 2017, p. 83). Porém, esses aspectos também estão presentes em regimes autoritários que não podem ser denominados fascistas.

No caso italiano, anteriormente à chegada de Mussolini ao poder, o sistema político havia entrado em uma fase de decomposição devido às mazelas que se alastravam desde o *Risorgimento*. Nesse contexto, o fascismo se apresenta como uma ideologia *cicatrizante* que incorpora os resíduos do velho sem resolver totalmente as fissuras, tendo como sintoma uma espécie de dualismo de poderes: a monarquia e o fascismo, os quais se traduzem também em uma dualidade em nível pessoal nas figuras do rei Vittorio Emanuele III e do *Duce*.

Uma vez no governo do Estado, os elementos distintivos do fascismo são: 1) a exigência de unidade social; 2) a chegada de uma geração nova ao exercício efetivo do governo; 3) a chefia de uma personalidade

carismática; 4) a conformação de uma nova classe dirigente; 5) a tentativa de integração das massas ao Estado; 6) o ecletismo doutrinário; 7) a promoção do desenvolvimento industrial; 8) a defesa de fórmulas dirigistas na política e na economia (nacionalismo e protecionismo); 10) a proposta de um estilo de vida peculiar; e 11) a violência contra toda força nacional centrífuga e conflitiva.

As discussões em torno do conceito e das leituras do fascismo italiano tem passado por ciclos de polêmicas acirradas e tempos de sossego. Seja qual for a opinião e o lugar ocupado nas polêmicas, o autor que indiscutivelmente tornou-se referência no assunto é Renzo De Felice (1929-1996), “o historiador que mais indagou o fascismo” (FRESU, 2017, p. 81), e escreveu a monumental biografia de Benito Mussolini em quatro volumes ao longo de 30 anos de estudos e pesquisas (o primeiro volume foi publicado em 1965 e o último em 1997).

Na caracterização feita por De Felice (apud FRESU, 2017) aparecem elementos que nos permitem compreender a distinção entre os diferentes tipos de regimes autoritários. No que compete ao fascismo, houve a aglutinação de particularidades que, combinadas, formaram um movimento capaz de se manter na Itália pelo período de vinte anos. Destaca-se a presença de um chefe carismático habilidoso em criar um vínculo direto com as massas, promovendo a mobilização plebiscitária das classes populares e das camadas médias, porém, ao mesmo tempo, exigindo a eliminação das liberdades, sejam elas individuais ou coletivas. Somados a esses elementos, está a ocupação permanente dos meios de comunicação de massa, objetivando um consenso popular montado a partir de uma opinião pública formada por meio de campanhas políticas, sociais e culturais, utilizando-se de todos os recursos propagandísticos existentes, inclusive o cinema. Além disso, o fascismo caracterizou-se por uma luta armada anticomunista, pelo forte nacionalismo, e pela eliminação de todos os partidos políticos, associações e organizações sociais que se encontrassem fora dos círculos fascistas.

Fresu (2017) destaca, entretanto, que para além dos elementos acima elencados, a relação entre pequena burguesia e fascismo é essencial para compreensão desse fenômeno. Isso inclui compreender a “moderna política de consenso” (FRESU, 2017, p. 97) desenvolvida pelo fascismo, a qual buscava – na contramão da maioria dos regimes antidemocráticos – a mobilização contínua das massas, em uma aparente relação direta com o chefe de Estado. Esta arregimentação popular cunhava-se a partir da ideia de uma revolução e da construção de uma nova ordem, mas que na verdade conservava os privilégios das classes dominantes e pouco tinha a oferecer de novo.

A característica que poderíamos chamar *típica* do fascismo,

A sua novidade, está na mobilização plebiscitária não só das camadas médias, mas também das massas populares, nos rituais do regime, no recurso sistemático a campanhas políticas, sociais e culturais para formar a opinião pública, com a ocupação permanente dos modernos meios de comunicação, de modo a angariar o consenso popular. (FRESU, 2017, p. 83).

A preocupação com o sucesso do fascismo na inserção nas classes subalternas aparece cedo nas análises de intelectuais de esquerda como Palmiro Togliatti, que em 1934 publica o artigo: “Onde está a força do fascismo italiano?” (TOGLIATTI, 1978, p. 117). No texto, o então Secretário do Partido Comunista da Itália se pergunta sobre a extraordinária força do fascismo no seio das classes populares e sobre os possíveis equívocos do seu partido nas estratégias para combatê-lo:

A concepção segundo a qual o fascismo é a forma aberta da ditadura dos grupos mais reacionários da burguesia, nas condições históricas atuais, é até agora uma concepção largamente popular. Mas *de que modo* o fascismo consegue manter e defender o poder do capitalismo sobre a classe operária e sobre amplas massas trabalhadoras hoje, nas condições sempre mais graves – trate-se da situação econômica ou da política – que a burguesia se vê obrigada a enfrentar? (TOGLIATTI, 1978, p. 117, grifo do autor).

No intuito de melhor explicar a combinação de métodos violentos e “métodos de enquadramento mais ou menos forçado das massas numa organização criada pelos fascistas” (TOGLIATTI, 1978, p. 125), Togliatti coloca os seguintes exemplos:

Quanto às massas, a política do fascismo consiste em fazer-lhes do terror uma ameaça contínua, embora não se aplique sempre de modo idêntico e maciço. Em Florença, por exemplo, os elementos “subversivos”

mais conhecidos (na maior parte comunistas) são, de vez em quando, arrastados para a sede fascista regional e espancados sem motivo plausível. Simultaneamente, o círculo fascista do setor conduz entre as massas uma ação pseudo “popular”. Se um marido bate na própria esposa e esta vai queixar-se ao círculo fascista, os dirigentes locais tomam sua defesa, chamam o marido, admoestam-no, e ordenam-lhe a colocar um fim em seus perversos tratamentos. Ocorre também que os dirigentes do círculo intervêm em favor de um inquilino ameaçado de despejo por seu proprietário, ou ainda prestam ajuda em dinheiro a uma família em dificuldades. (TOGLIATTI, 1978, p. 125-126).

Aqui está a força do fascismo italiano: coerção e consenso em um movimento orgânico que levou à formação de uma cultura, a qual em muitos aspectos continua presente na Itália de hoje.

Na trilha de Piero Gobetti, Antonio Gramsci e Norberto Bobbio

Em 1926 morria em Paris, Piero Gobetti (1901-1926), vítima da perseguição fascista, sem ter completado ainda os 25 anos de idade. Dez anos mais tarde, em 1937, a vítima foi Antonio Gramsci (1891-1937). Norberto Bobbio (1909-2004) não morreu vítima do fascismo, porém o sofreu íntima e dolorosamente apontando elementos de reflexão pessoal indispensáveis para entender o modo como foi marcada a vida italiana, motivo pelo qual incluímos este autor nas nossas análises.

Os três intelectuais mencionados compartilharam os tempos do surgimento e consolidação do fascismo e – embora desde diferentes perspectivas teóricas e políticas – coincidiram em entender esta nova forma de hegemonia não como uma exceção ou uma anomalia, tal como avaliara Benedetto Croce (FRESU, 2017; BOBBIO, 2005), mas como uma nova realidade profundamente enraizada na história da Itália.

Piero Gobetti é um pensador pouco conhecido no Brasil, motivo pelo qual dedicamos uma pequena apresentação da sua trajetória intelectual.

Antes dessa apresentação, contudo, devemos explicar a epígrafe deste artigo: “*Che ho a che fare io con gli schiavi?*” (O que eu tenho a ver com os escravos?). A frase foi escolhida por Gobetti como lema da sua casa editora – que em formato de logotipo (incluído neste artigo junto à epígrafe) acompanhou o cabeçalho das suas revistas e livros publicados entre 1923 e 1926 – como expressão da sua intransigência frente a qualquer totalitarismo, e da sua decisão de não fazer coro com tantos que corriam para converter-se em servos da nascente ditadura.

Bobbio (1984, p. 22-23) resume a “mensagem gobettiana” nas seguintes proposições: 1) devido à falta de uma reforma ou de uma revolução, a história da Itália foi uma história de servos – conformes ou desconformes – e o fascismo foi a sua extrema consequência, a prova, talvez inelutável, de que para começar do zero é preciso chegar ao fundo; 2) porém, uma regeneração não pode acontecer com retoques políticos ou econômicos, mas somente através de um processo revolucionário; 3) para uma revolução ser uma verdadeira revolução, e não apenas uma simples mudança de dirigentes, ou do ponto de vista dos servos uma mudança de patrão, deve ser um movimento que parta de baixo, um movimento de liberação nacional no sentido pleno da palavra *liberal*; e 4) o sujeito histórico da revolução italiana não será a classe burguesa, que filiando-se ao fascismo traía a sua missão, mas a classe operária: somente o movimento operário italiano poderia conduzir a revolução liberal até as últimas consequências.

Segundo Gobetti, o fascismo era a:

Autobiografia da nação. Uma nação que acredita na colaboração entre as classes; que renuncia por preguiça à luta política. [...] Mussolini não é, portanto nada de novo [...] e a palingenesia fascista nos há atestado inexoravelmente a impudência da nossa impotência. [...] Privados de interesses reais, distintos, necessários os italianos pedem disciplina e um Estado forte. [...] Nem Mussolini nem Vittorio Emanuele Savoia têm virtude de patrões, mas os italianos têm animo de escravos. (GOBETTI, 2008, p. 165-166, tradução nossa).

O fascismo não poderia ter surgido e se desenvolvido em outra sociedade. A Itália e os italianos forneceram a matéria-prima, um tipo particular de relações sociais que conformaram as condições objetivas necessárias e suficientes para o sucesso do projeto de Mussolini. Para Gobetti, o fascismo e Mussolini enquanto responsáveis de um *ilegalismo difuso* e continuadores da essência dos costumes de transformismo e corrupção, dividiram o

campo entre cortesãos e cidadãos cavando uma trincheira pela qual passou a reafirmação da liberdade política e pessoal na Itália (CAMERANO, 2017).

Além desses elementos de transformismo e corrupção, Gobetti alerta para o fato de que na Itália não houve a Reforma: “O fascismo é católico, arcaico, antimoderno, é a Contrarreforma, em síntese” (D’ORSI, 2012, p. 1). Foi, portanto, um movimento antiliberal.

Por sua vez Gramsci, embora não sistematicamente, aborda o fascismo como um novo tipo de guerra de posição conduzido pelas classes dominantes, e consequentemente um novo tipo de luta hegemônica, na forma de revolução passiva. Afirma a natureza totalitária do regime, no sentido de que abarca todas as manifestações da vida social. Ao mesmo tempo em que o Estado entra na sociedade, ocupando a vida privada, a sociedade entra na máquina do Estado, produzindo a fascistização da sociedade e a socialização dos aparatos institucionais e políticos (GAGLIARDI, 2019, p. 253-254).

Gramsci (1977) visualiza a organização do movimento fascista baseada em dois núcleos: o rural, composto por pequenos proprietários e os próprios colonos; e o urbano, capitaneado pela pequena burguesia. Os interesses desses dois grupos se identificam principalmente na desconfiança com relação à autoridade do Estado e à eficácia do Parlamento, além do extermínio das forças sindicais do movimento operário e camponês. Ou seja, mesclavam-se interesses políticos e econômicos da pequena burguesia urbana e rural, que não se furtava do uso da violência armada contra seus adversários.

Fresu (2019) aponta que Gramsci desenvolve o conceito de transformismo para explicar a estratégia que desde o *Risorgimento* foi utilizada pelas classes dominantes como forma de cooptação das lideranças políticas estratégicas, e que no caso do fascismo foi ferramenta de cooptação de lideranças sindicais do movimento operário – intelectuais orgânicos que davam organicidade às classes subalternas – a fim de consolidar o poder e enfraquecer os grupos adversários.

No Caderno 3, Gramsci (2007) destaca o subversivismo como uma característica inerente do povo italiano, que manifesta sua insatisfação com as condições de vida e com a situação política do país de forma esporádica e aleatória. Porém, essa insatisfação não se refere à forma de organização social no sentido mais amplo e acaba sendo dirigida contra algumas figuras políticas em particular, e, portanto, não apresenta capacidade para tornar-se um movimento orgânico. A partir disso, Gramsci caracteriza o fascismo como um subversivismo reacionário surgido como consequência de uma crise de hegemonia, ou de uma crise de autoridade, criando uma onda subversiva, porém reacionária. Se por um lado, o fascismo emerge para confrontar o comunismo diante da crescente organização da classe trabalhadora, por outro lado também é fruto da histórica inabilidade das classes dirigentes italianas em estabelecer uma hegemonia no interior da sociedade.

A história da Itália é caracterizada por processos de revolução passiva, com elementos progressistas incorporados pelas classes dominantes, como resposta ao subversivismo esporádico e desorganizado das massas. Nesse sentido, o fascismo também incorpora de forma passiva algumas demandas populares, sendo mais um processo de revolução passiva na história italiana utilizando a violência e o autoritarismo como recursos, e lançando mão sempre que possível do transformismo.

Ao mesmo tempo, o fascismo é uma nova cultura, o seu caráter de massa é uma nova forma de construção da hegemonia por parte da classe dominante em que os corpos sociais são incorporados ao Estado eliminando a sua autonomia. Não se trata somente de uma forma coercitiva da organização do poder, mas também de uma transformação antropológica que muda estruturalmente as coordenadas da vida social (GAGLIARDI, 2019, p. 257).

Dentre as considerações sobre o fascismo dos três autores escolhidos, provavelmente sejam as reflexões de Norberto Bobbio sobre a sua própria experiência pessoal – relatadas na sua autobiografia – aquelas mais instigantes no caminho das presentes argumentações e um exemplo da *transformação antropológica* que as relações de dominação fascista foram capazes de produzir.

Em 8 de julho de 1935, Bobbio escreve uma carta endereçada diretamente à Mussolini, dizendo que havia crescido em um âmbito familiar patriótico e fascista, e que havia recentemente obtido a livre docência após estudos que teriam fundamentado a firmeza das suas opiniões políticas e convicções fascistas. A finalidade da mensagem era apelar ao senso de justiça de *Il Duce* para afastar as acusações de antifascismo que teriam motivado uma intimação por parte da polícia, as quais Bobbio considerava sem fundamento e ofensivas à sua consciência de fascista (BOBBIO, 2004, p. 29-32).

Em sua autobiografia, Bobbio (2004) publica a carta na íntegra, seguida das declarações que realizara em 1992, no contexto de uma entrevista motivada pela então recente publicação da polêmica correspondência. Naquela ocasião disse:

Quem viveu a experiência de um Estado ditatorial sabe que é um Estado diferente de todos os outros. Também minha carta, que agora me parece vergonhosa, o demonstra. Por que uma pessoa como eu, que era um estudioso e pertencia a uma família de bem tinha que escrever uma carta deste gênero? A ditadura corrompe o ânimo das pessoas. Constringe à hipocrisia, à falsidade, ao servilismo. E esta é uma carta servil. [...] Para salvar-se em um Estado de ditadura são necessárias almas fortes, generosas e corajosas, e eu reconheço que então com esta carta não fui. (BOBBIO, 2004, p. 32, tradução nossa).

O fascismo estava presente em todas as relações de modo a *naturalizar* atitudes que em outro contexto jamais seriam imagináveis. A experiência de Bobbio (2004, p. 32) nos surpreende na dimensão da força com que se moldavam as subjetividades: “A ditadura corrompe o ânimo das pessoas”.

A partir dessa breve aproximação com as análises de Gobetti, Gramsci e Bobbio, podemos concluir que os três pensadores coincidem em pelo menos duas questões fundamentais que são vitais para a análise e compreensão do presente: a abordagem necessariamente histórica do problema das novas formas de construção de hegemonia, e a importância fundamental da questão da cultura nos processos de *fascistização* das relações sociais.

Até aqui descrevemos sumariamente o fascismo com o objetivo de evidenciar as características que o definem, bem como salientar a necessária diferença com o atual governo brasileiro. Propomos conseqüentemente mudar o foco. Não se trata de um líder carismático nacionalista e industrialista, não se trata de um movimento de massas nem de uma *revolução passiva*, mas, sim, de um fenômeno próprio do desenvolvimento das relações de subordinação presentes no Brasil, como o fascismo o foi na Itália.

Em todas as sociedades existem grupos conservadores, autoritários, machistas, homofóbicos e racistas, tentando impor os seus projetos societários por diferentes meios. Cada sociedade constrói a possibilidade ou impossibilidade de que esses grupos cheguem a se expandir, ao ponto de conseguirem ocupar importantes cargos nos diferentes níveis governamentais. No caso do Brasil, o atual governo conseguiu construir um projeto de continuidade e aprofundamento das desigualdades e estabelecer-se no poder. A partir desta afirmação, a questão que precisa ser colocada diz respeito às condições objetivas presentes na história do Brasil que possibilitaram a hegemonia desse projeto.

Delimitação metodológica do problema

Partindo do pressuposto de que não é adequado teoricamente definir o atual governo como fascismo – tal como temos apontado –, e para subsidiar metodologicamente o problema da análise das relações sociais que sustentam o atual projeto hegemônico das classes dominantes no Brasil, assumimos a perspectiva da *história integral* elaborada por Gramsci.

Trata-se de uma abordagem que considera a história como um conflito aberto entre dois projetos opostos de síntese entre passado e presente. “História e política são idênticas não apenas porque o passado se torna a base da ação política presente, mas também no sentido de que a definição do passado é parte de um projeto político” (FROSINI, 2013, p. 44). Assim, a leitura do passado é fundamental para o projeto do presente. A burguesia elabora e impõe um ponto de vista como o único, inevitável e universal, porém esse ponto de vista é parte de um projeto hegemônico e como tal deve ser analisado, criticado e combatido:

A história integral [...] mostra que qualquer “teoria da história” é sempre, inevitavelmente, interna a um determinado *projeto hegemônico*. Reabertura crítica da história (operação teórica) e incorporação da atividade historiográfica na política são, no historicismo integral de Gramsci, articuladas de modo unitário. [...] Mostra também, de forma positiva, como essa teorização é parte de um projeto hegemônico. (FROSINI, 2013, p. 36, grifo do autor).

As classes subalternas precisam elaborar uma concepção autônoma e independente da história: a *história integral*. Ela é um repensamento da história a partir do conflito, permitindo em primeiro lugar, revelar o caráter falsamente universal da perspectiva histórica da burguesia; e em segundo lugar, indicar um percurso político de construção de universalidade na concretude das lutas. É uma reelaboração da história a partir da perspectiva dos subalternos. Considerando a história não como um processo, mas como um *equilíbrio* instável de forças contrapostas; “a vitória de uma força sobre a outra vem de sua capacidade de coordenar a própria ação política com o conhecimento da própria posição e daquela do adversário” (FROSINI, 2013, p. 43-44, grifo do autor).

A burguesia elabora e impõe um ponto de vista como o único, inevitável e universal, porém esse ponto de vista é parte de um projeto hegemônico e como tal deve ser analisado, criticado e combatido.

Escrever a história desde a perspectiva dos subalternos tem um valor político imediato, pois torna possível “colocar em perspectiva os vencedores, mostrando quanto aquela sua vitória seja mérito da política e não de um destino inelutável, e como daquela política faça parte o trabalho prospectivo de definição e de sua relação com o presente. Nesse sentido, a “revolução passiva” torna-se sinônimo de transformação histórica: pois é um critério que mostra a história como obra-prima política de uma classe, da qual é preciso antes de tudo tomar consciência para podê-la combater. (FROSINI, 2013, p. 44-45, grifo do autor).

Sabemos – com Gramsci – que a hegemonia como prevalência de uma classe sobre o conjunto da sociedade é obtida e mantida por meio da combinação de força e consenso. Porém, a burguesia – que já não pode ser revolucionária – elabora um novo modelo de hegemonia definido pela combinação de *revolução passiva e guerra de posição*.

A classe dirigente se reagrupa, se reorganiza, produz reformas, modifica a sua visão de mundo, outorga um lugar a grupos que provêm de formações sociais anteriores para lograr, no novo equilíbrio de forças, manter a posição de dirigente e afastar as possibilidades de uma revolução *de baixo*. Perante a ausência de uma iniciativa popular unitária, a debilidade da concepção estratégica ou a carência de continuidade das tentativas de transformação surgidas “de baixo”, as classes dominantes mantêm ou retomam a iniciativa e convertem as transformações em instrumento para tornar governáveis às classes subalternas (CAMPIONE, 2007, p. 94-95). O fascismo foi uma dessas formas possíveis de revolução passiva, mas não é a única.

Considerações Finais

Levando em conta essas brevíssimas notas, pensamos que no atual contexto brasileiro devemos considerar ao mesmo tempo – porque do nosso ponto de vista não é possível compreender um sem o outro –, o fracasso (embora possa não ser definitivo) do projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) e o sucesso do projeto autoritário-conservador em vigor. Arriscamos dizer que um dos componentes do fracasso, para além das estratégias da direita, particularmente o *lawfare* e a atuação cúmplice das mídias, foi de algum modo, (que ainda deve ser pesquisado), a questão da formação e transformação cultural. Em certa medida houve o fortalecimento, ou pelo menos o não enfraquecimento, dos traços culturais mais conservadores e violentos da sociedade brasileira como mostram os dados.

Elucidando essas afirmações em números, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), cujos dados mais recentes são do ano de 2018, houve 57.358 mortes violentas intencionais no Brasil. Destas, 6.220 foram provocadas por policiais no exercício de sua função, significando 11% do total de mortes, o que representa 17 pessoas mortas por dia pela polícia, afora os dados que não constam nos registros. Não fosse o bastante esse número elevado de homicídios, é possível avaliar que a violência policial tem recorte de raça, gênero e faixa etária: 75,4% das vítimas são pessoas negras, 99,3% são homens e 77,9% possui idade entre 15 e 29 anos. Vale salientar que se comparada ao ano de 2017, a taxa de mortes violentas causadas pela polícia teve um aumento de 19,6%. Além disso, a população carcerária cresceu 212% no período de 2000 a 2017, chegando a 726.354 pessoas encarceradas no ano de 2018, sendo que 32,4% sequer tiveram seus processos julgados. Ainda segundo dados do Anuário (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), as ações policiais que resultam em mortes não ocorrem de forma aleatória, e sim nos territórios onde vivem pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, acometendo com maior intensidade jovens negros do sexo masculino.

Tanto os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019) quanto do Atlas da Violência (CERQUEIRA, LIMA et al., 2019), informam variação considerável na comparação entre os estados da federação, porém, a tendência de crescimento dos números absolutos é inegável. De 2007 a 2017, o número de homicídios no Brasil teve um aumento de 36,1%. Mas, enquanto alguns estados como Acre apresentaram crescimento de 276,6% no mesmo período, São Paulo teve redução de 28,1% nos números de homicídio. Nesse cenário, a desigualdade racial é marca indiscutível, pois enquanto a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 33,1%, a de não negros cresceu apenas 3,3% (CERQUEIRA, LIMA et al., 2019).

Os dados que retratam a violência no Brasil em referência à taxa de homicídios e ao encarceramento são importantes porque demonstram as consequências da atuação do Estado desde a abolição e até a atualidade em referência aos descendentes das pessoas escravizadas nos séculos passados. Estes dados demonstram que não é exagero falarmos de uma realidade de neoescravidão operante no país, pois não houve alteração no sistema que perpetua as desigualdades sociais e raciais.

Foi neste contexto que o discurso do ódio, da intolerância, do autoritarismo, da ignorância achou terreno fértil, explicitando e dando visibilidade a relações de subalternização históricas que aparentemente estavam em vias de superação.

O atual governo não é um “acaso” histórico, como pensava Croce que fosse o fascismo na Itália, ele é parte, bizarra corresponde dizer, de um processo de longa data, que começa com a dominação portuguesa. O Brasil teve um sistema legalmente legítimo de escravos por 300 anos, até a abolição formal em 1888. A escravidão moldou as subjetividades, tanto a dos donos da terra e das pessoas quanto a dos escravos e escravas em um processo jamais interrompido. Darcy Ribeiro, após descrever os horrores da escravidão, assinala:

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possesora que os supliciou. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, sevir e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possesores e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995, p. 120).

Se conforme Gobetti, a história da Itália foi uma história de servos – conformes ou desconformes – e o fascismo foi a sua extrema consequência (GOBETTI, 2008), talvez poderíamos afirmar que a história do Brasil também foi uma história de servos e o atual governo, sua extrema consequência.

A hegemonia das classes dominantes no Brasil foi construída e continua sendo sustentada por fortes doses de coerção, as quais estão presentes desde a invasão e colonização portuguesas, tanto na sociedade quanto no Estado. Esta hegemonia se consolidou – também desde esses tempos – na construção de outro elemento fundamental que é o consenso, levando à naturalização da subalternidade, da submissão, da tragédia cotidiana: o extermínio dos povos originários, a escravidão, o trabalho escravo, as chacinas, os assassinatos de jovens e crianças, a violência contra as mulheres... e agora o genocídio como projeto explícito do governo. Compreender esse processo histórico é o nosso desafio teórico e político.

Desse ponto de vista, torna-se necessário para as classes subalternas uma espécie de *reabertura crítica da história* e das relações de dominação, a fim de avançar na compreensão e superação da subalternização do presente.

Por esse motivo, o atual projeto político – por enquanto bem-sucedido – que pretende o acirramento da subalternização das classes populares por diferentes meios, se por um lado constrói um novo tipo de subjetividade *neoliberal* (TATIÁN, 2019), em todo caso, por outro, reatualiza as velhas relações de escravidão que estão no âmago de toda e qualquer subalternidade no Brasil (SOUZA, 2017). Consequentemente, poderíamos falar não de um *fascismo* de novo tipo, mas de uma escravidão de novo tipo, *aggiornada*, em que elementos do passado são ressignificados para que as mesmas classes dominantes continuem dominando as mesmas classes subalternas.

Parafraseando Gobetti, nos atrevemos a sugerir que possivelmente o atual projeto de neoescravidão possa ser lido como a *autobiografia* do Brasil e que somente a história escrita pelos subalternos, a *história integral* seja a única possibilidade de superação.

Referências

- BOBBIO, N. Política e cultura. Turim: Einaudi, 2005.
- BOBBIO, N. Autobiografia. Bari: Laterza, 2004.
- BOBBIO, N. Ritratto di Piero Gobetti (1901-1926). In: LAVRIANO, U. M. di. Vita di Piero Gobetti. Turim: Strenna UTET, 1984. p. 7-26.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCIE, N.; PASQUINO, G. Dicionario de Política. México: Siglo XXI, 1985.
- CAMERANO, A. «Che ho a che fare io con gli schiavi?» Gobetti e Malaparte: profilo di un'amicizia tra pensatori eccentrici. Cahiers d'études italiennes, Grenoble, n. 24, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cei/3360>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- CAMPIONE, D. Para leer a Gramsci. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2007.
- CERQUEIRA D.; LIMA R. S. et al. Atlas da Violência 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9489. Acesso em: 23 jan. 2020.
- D'ORSI, A. Piero Gobetti. In: Enciclopedia Italiana di scienze, lettere ed arti. Il contributo italiano alla storia del pensiero. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2012.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, ano 13, 2019. ISSN 1983-7364. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- FRESU, G. Gramsci e o Fascismo. Revista Praxis e Hegemonia Popular, Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, p. 9-20, jan./jul. 2019. Disponível em: <http://igsbrasil.org/praxis/edicao-4/gramsci-e-o-fascismo/>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- FRESU, G. Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: UEPG, 2017.
- FROSINI, F. A “história integral” desde a perspectiva dos subalternos: contribuição para uma teoria marxista da história. In: Revista Crítica Marxista, n. 37, 2013. São Paulo: UNESP, 2013, p. 27-46.
- GAGLIARDI, A. Fascismo e “política totalitária”. In: FROSINI, F., GIASI, F. Egemonia e modernità: Gramsci in Italia e nella cultura internazionale. Roma: Viella, 2019.
- GOBETTI, P. La Rivoluzione Liberale: Saggio sulla lotta politica in Italia. Turim: Einaudi, 2008.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, A. Escritos Políticos. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- TATIÁN, D. Es necesario reparar el daño en las subjetividades que produjo Cambiemos. Jornal Página 12, Buenos Aires, 15 out. 2019. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/225257-es-necesario-reparar-el-dano-en-las-subjetividades-que-produ>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- TOGLIATTI, P. Lições sobre o fascismo. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

Maria del Carmen Cortizo

maria.ufsc@gmail.com

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Débora Ruviaro

deborarvro@gmail.com

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

UFSC

Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade

Florianópolis – SC – Brasil

CEP: 88040-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

O artigo foi elabora em todas as partes pelas autoras.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento das autoras.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil

Diogo Prado Evangelista ¹<https://orcid.org/0000-0001-9876-7354>

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Teófilo Otoni, MG, Brasil

Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil

Resumo: Neste artigo pretende-se expor o resultado da pesquisa acerca do processo de revolução burguesa no Brasil e sua consolidação a partir do golpe empresarial-militar de 1964. Dessa maneira, revolução e contrarrevolução tornam-se estrutural para as transformações capitalistas e as formas ideológicas e políticas de dominação burguesa no País. Esses aspectos contribuem para elucidar a particularidade da forma política de democracia burguesa, desmistificando os elementos construtivos de sua ampliação e aprofundamento jurídico-legal como meio de emancipação política da população trabalhadora.

Palavras-chave: Revolução. Contrarrevolução. Autocracia Burguesa. Democracia de Cooptação.

Dependent bourgeois revolution and counter-revolution in Brazil

Abstract: In this article we intend to expose the result of the research about the process of bourgeois revolution in Brazil and its consolidation from the 1964 business-military coup. In this way, revolution and counter-revolution become structural for capitalist transformations and ideological and policies of bourgeois domination in the country. These aspects contribute to elucidate the particularity of the political form of bourgeois democracy, demystifying the constructive elements of its expansion and legal-deepening as a means of political emancipation of the working population.

Keywords: Revolution. Counterrevolution. Bourgeois Autocracy. Cooptation Democracy.

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 27.07.2020. Revisado em 28.08.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O tema da revolução e contrarrevolução burguesa no Brasil se apresenta sob dois movimentos socioeconômicos e culturais que coincidem historicamente nas décadas de 1960 e 1970. De um lado, a contrarrevolução *preventiva* e *prolongada* no interior dos países centrais do capitalismo monopolista; por outro lado, a particularidade dos mecanismos de revolução e contrarrevolução burguesa no Brasil.

A contrarrevolução burguesa nos países centrais do capitalismo se coloca como resultado de três fatores históricos articulados entre si: a) a dualidade de forças políticas, militares e econômicas da *guerra fria* entre os dois blocos societários; b) a aceleração desta correlação de forças com as crises econômicas nos países imperialistas, a partir de meados de 1960; e c) o colapso da aliança entre as classes sociais pela socialdemocracia no pós-Segunda Guerra Mundial.

A contrarrevolução se apresenta no interior dos países imperialistas como movimento de manipulação ideológica, desde as esferas da circulação de mercadorias e seu consumo até os desdobramentos profundos na cultura e na democracia burguesa do Estado de direito. Manipulação ideológica e irracionalismo imperialista resumem o movimento destrutivo e violento tanto no interior dos países imperialistas como nas válvulas de escape de sua crise econômica, política e social, realizadas a partir de interferências diretas sobre os países periféricos do capital, dentre estes, os países da América Latina. Dentro deste último aspecto que se inserem os mecanismos de revolução e contrarrevolução burguesa no Brasil.

Compreende-se que a revolução e contrarrevolução burguesa no Brasil encontram suas raízes na forma particular de objetivação do capital (passado colonial) e se realimenta desde o princípio da formação do Estado nacional brasileiro. Em outras palavras, desde as formas embrionárias da revolução burguesa no Brasil se desenvolveu, simultaneamente, processos de contrarrevolução burguesa que reitera, de maneira estrutural, as formas de violência política, cultural e econômica do “ordenamento senhorial-escravocrata” e do “modo de produção escravista-colonial” (FERNANDES, 2010, p. 29).

Para esclarecer essa conexão embrionária e estrutural da revolução e contrarrevolução burguesa no Brasil, assim como, a peculiaridade de sua sincronização com os processos imperialistas de contrarrevolução *preventiva* e *prolongada* nas décadas de 1960 e 70; torna-se necessário apresentar a concepção teórica de revolução burguesa no Brasil.

A concepção teórica de revolução burguesa no Brasil

Geralmente a concepção de revolução burguesa está associada a processos de insurreição social, derrubada do poder político dentro e fora do Estado moderno e com transformações sociais e econômicas, que romperam com os modos de produção anteriores/distintos e com as formas de sociabilidade correspondentes. Isto tem como referência as revoluções políticas clássicas da Inglaterra de 1640, a revolução francesa de 1789 e as revoluções econômicas do mercado mundial e da grande indústria, principalmente, a revolução industrial inglesa de 1780 a 1830. Isto não surpreende e na realidade se justifica, conforme estes exemplos clássicos de revolução burguesa. Porém, muitas vezes, revolução tornou-se sinônimo de insurreição, no caso da revolução burguesa, a luta de classes aparentemente se colocava entre burguesia versus monarquias nacionais absolutistas, alto clero etc. Alguns autores têm revelado a simplificação dessa imagem acerca da revolução burguesa, inclusive, da própria revolução francesa de 1789 (HOBSBAWM, 1996). Em consonância com essas elaborações que pretendem distinguir revolução de insurreição, importa destacar, neste momento, a seguinte concepção de Florestan Fernandes (1976, p. 203, grifo nosso):

Na aceção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. [...].

Nessa perspectiva, a revolução burguesa corresponde ao processo histórico de transformações societárias que encontra “[...] um patamar histórico irreversível [...]” a partir destes três aspectos: a) o “[...] clímax [...]” da “[...] evolução industrial [...]” capitalista; b) a consolidação do poder burguês; e c) da “dominação burguesa” (FERNANDES, 1976, p. 203). Nos dois primeiros aspectos, as “transformações econômicas, psicoculturais e sociais” estão vinculadas à dinâmica e classificação social de indivíduos, grupos e classes sociais a partir do mercado, das relações sociais monetárias e da grande indústria. Esclarecendo, o *poder burguês* se refere ao processo de subsunção das formas de dominação anteriores pelas relações sociais monetárias que somente se expande e se consolida a partir da generalização do trabalho assalariado. Mas, também, a revolução burguesa se refere à *dominação burguesa*, ou seja, à polarização política da classe burguesa como classe dominante. Nesse último aspecto, cabe compreender o processo de formação de classe burguesa e sua crescente autonomia na condição de classe dominante. Em suma, a revolução burguesa corresponde ao resultado histórico da formação da sociedade burguesa como algo irreversível: não há retorno para trás.

No caso latino-americano, a sociedade burguesa encontra os seus embriões de desenvolvimento nas mudanças e transformações econômicas impostas pelos países centrais do capitalismo no século XIX, e na formação social das colônias de exploração das metrópoles espanholas e portuguesas. Embora, as colônias latino-americanas encontrem determinações comuns nessa pilhagem e formas sistemáticas de violência do sistema colonial; há peculiaridades, distinções históricas nessa formação social em cada região colonial, principalmente, nos aspectos de dominação-exploração das metrópoles vinculadas à escravidão de povos africanos e dos povos originários dessa região. Não cabe neste artigo a exposição dessas particularidades, porém, é importante observar a relevância dessa particularidade do Brasil Colônia como particularidade da particularidade latino-americana.

A formação da sociedade burguesa no Brasil tem como ponto de partida os mecanismos de supressão e desagregação com as formas sociais e econômicas edificadas no passado colonial, isto é, este processo está diretamente relacionado com o “problema da descolonização” (FERNANDES, 2015, p. 101).

Em termos gerais, o Brasil Colônia está articulado com o processo de acumulação primitiva do capital da Europa ocidental, seja no interior do sistema colonial, seja nas condições objetivas de gênese e desdobramento do sistema monetário internacional (ouro e prata) e do mercado mundial (comércio internacional). Porém, na condição de colônia de exploração da metrópole portuguesa, a base produtiva do capital se realiza a partir da exploração da força de trabalho escrava e apropriação privada da terra. Esta centralidade da exploração e dominação a partir do escravo e da terra torna-se substancial para a formação social específica, neste caso, o ordenamento social que gravita em torno da relação senhor-escravo. Portanto, o problema da descolonização se coloca na ruptura concreta com estes três aspectos: 1) a dependência econômica e política com as metrópoles; 2) o modo de produção escravista-colonial; 3) o ordenamento senhorial-escravocrata (FERNANDES, 2010, p. 43).

A partir da segunda metade do século XVIII, conflitos e tensões sociais tornaram-se crescentes pelas interferências externas e as mudanças internas, nesse movimento contínuo de fora para dentro. Dentre as interferências externas destacam-se: a descoberta do ouro; a plantação de algodão; a revolução francesa de 1789 (PRADO JÚNIOR, 2012). Essas interferências correspondiam a mudanças internas no Brasil Colônia que colocaram em movimento processos de desagregação social e econômica que mantinha o ordenamento senhorial-escravocrata, principalmente, os privilégios políticos, sociais e culturais, assim como as vantagens econômicas dos estamentos senhoriais. Essa dinâmica de mudanças oriundas de fora para dentro, tornaram-se explícitas nas exigências e necessidades inglesas, seja na transposição do setor urbano-comercial para dentro da ex-colônia, seja na abolição da escravatura no século XIX. O que fica evidente com esses fatos históricos de interferências externas da metrópole portuguesa e, indiretamente da Inglaterra etc.?

Primeiro, a dinâmica de mudanças sociais e econômicas é determinada pelo movimento e interesse do capitalismo de fora para dentro. Segundo, os comportamentos, reações dos estamentos senhoriais dominantes, desde o Brasil Colônia, corresponde a uma adaptação que procura delimitar o ritmo histórico dessas mudanças ao movimento “gradual, lento e seguro”, que concilia socialmente as formas decadentes e em desagregação do domínio estamental-senhorial com as novas exigências da sociedade burguesa em formação (FERNANDES, 2010). No primeiro aspecto, se evidencia uma contínua interferência de fora para dentro que coloca mudanças e transformações que desagregaram as formas de dominação e exploração das elites brasileiras, e, por isso, colocaram em risco contínuo as formas de se manter no topo do poder político e econômico. Mas, cabe

perguntar: por que não há ruptura com essas interferências externas? Por que não há uma luta desses estamentos senhoriais, dessa elite dominante contra a dependência servil aos países estrangeiros? Alguns responderiam: não há força social e econômica suficiente para esta ruptura. E, por que não há esta força social e econômica? Poder-se-ia justificar pela formação de uma mentalidade servil em termos políticos e culturais das elites brasileiras. Porém, estas últimas foram forjadas sobre a base da exploração-dominação do trabalho escravo. Aqui encontra-se o centro da questão.

O grau histórico de exploração da força de trabalho dos produtores, dos povos indígenas e africanos, na condição de escravo e todas as formas sistemáticas de torturas para essa acumulação de capital; assim como, as cristalizações sociais providas das justificativas ideológicas de superioridade de raça e gênero, do homem branco, que foram cimentadas pela cooptação religiosa da igreja católica sobre a cultura desses povos; determinaram em seu conjunto este “prestígio social” dos estamentos-senhoriais que se evidenciaram nas reações, comportamentos e mentalidade política e cultural. O escravo é colocado como o *inimigo público* da sociedade escravista-colonial (FERNANDES, 2010).

Dessa maneira, a ruptura da elite brasileira com a dependência externa exigiria a mobilização política e social dessa massa de escravos e de setores médios, secundários do ordenamento senhorial-escravocrata. Porém, a elite brasileira receava perder o controle dos acontecimentos, assim como, o seu lugar privilegiado e monopolizado no centro de decisões internas do país¹. Ademais, a emergência do setor urbano-comercial e a abolição da escravatura nessa nova dependência neocolonial com a Inglaterra, teve que se desenvolver a partir da acumulação primitiva de capital, baseada na exploração dessa força de trabalho escrava. Emerge dessa situação uma *dupla articulação* estratégica para a acumulação de capital, como algo necessário para realizar as transformações capitalistas, a formação do Estado nacional e o *aburguesamento* da elite brasileira, ou seja, a formação da classe burguesa e sua consolidação como classe dominante no Brasil. Qual seria essa dupla articulação estratégica no período de 1822 a 1889?

Em primeiro lugar, a articulação entre os interesses da elite brasileira, a economia brasileira, na condição de sócia menor com os interesses e demandas do mercado mundial e os seus países hegemônicos.

Em segundo lugar, a articulação entre a estrutura agrária e a continuidade da escravidão com a revolução urbano-comercial. Dessa segunda articulação, a elite brasileira garante o seu monopólio no centro de decisões internas do Estado nacional. Esse processo político estava vinculado às transformações econômicas da esfera urbano-comercial que se balizou tanto na acumulação primitiva de capital no setor agroexportador como no circuito fechado do próprio mercado interno dessas relações sociais monetárias (FERNANDES, 1976). Nesse sentido, a segregação social e o patriarcado tornaram-se sistemáticos e estruturais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Em resumo, a permanência do desenvolvimento desigual interno tornou-se vantajoso para elite brasileira se adaptar às transformações capitalistas de fora para dentro. No interior desse processo de desagregação social tornou-se estratégico para se formar e polarizar como classe burguesa dominante criar os seguintes mecanismos do *circuito fechado*: a) econômicos, sob a base de superexploração da força de trabalho e a elitização do mercado interno; b) políticos, na especialização brasileira de democracia restrita; c) cultural, racismo e patriarcado. O *circuito fechado* do monopólio do poder econômico e político da burguesia no Brasil entra em contradição frontal com o próprio desenvolvimento capitalista, precisamente, a questão do regime de classes sociais e a integração política do Estado. Por isso, a polarização política da classe burguesa se efetivou a partir da inibição frontal (violenta) e indireta as potencialidades de polarização da classe trabalhadora como classe em si. Nesse sentido, o Estado nacional se coloca como barreira para as possibilidades e potências da formação da Nação brasileira, assim como a sociedade burguesa no Brasil se desenvolve no *congelamento da descolonização* que se traduz na modalidade de capitalismo dependente e do subdesenvolvimento social.

Por que a revolução burguesa se consolida no golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil?

Nas décadas de 1970 e 1980, uma diversidade de autores brasileiros procuraram realizar um balanço crítico sobre as causas e fatores que levaram ao golpe empresarial-militar de 1964 e seu significado histórico-social. De acordo com Caio Prado Jr. (1977) alguns dos equívocos da esquerda brasileira consistia numa estratégia política que tinha como pressuposto a existência de um conflito intraclasses burguesa com duas direções ou

interesses para os rumos do País. Esse pressuposto identificou, erroneamente, alguns setores da burguesia que pudessem ter força e direção anti-imperialista e que poderiam levar a cabo, com o apoio da esquerda brasileira e da classe trabalhadora, as reformas estruturais no Brasil. Numa outra perspectiva de análise, Ruy Mauro Marini (2013) demonstra neste contexto histórico nas décadas de 1950 e 1960, a crescente associação da economia e do Estado brasileiro aos mecanismos e dinâmicas do imperialismo estadunidense. Esse aspecto se explicava pelo grau de desenvolvimento capitalista no País e as relações econômicas e políticas com outros países da América Latina. Nessa perspectiva, a burguesia brasileira estaria associada ao imperialismo estadunidense, porém, teria força social e econômica o suficiente para se impor interna e externamente, isto é, como país que representasse o imperialismo na região. Inclusive como suporte das forças armadas contrarrevolucionárias contra os movimentos nacionalistas e anti-imperialistas.

De acordo com Florestan Fernandes (1976), a contrarrevolução preventiva do golpe empresarial-militar significou a concretização da revolução burguesa dependente no Brasil. Os conflitos, pressões internas e externas que se apresentaram nesse contexto histórico foram expressões das contradições internas do capitalismo competitivo dependente no Brasil. Com a ampliação e aprofundamento da ordem social competitiva e da grande indústria correspondente, emerge como resultado histórico a diferenciação crescente do regime de classes que encontrou barreiras na restauração da democracia restrita no pós-Estado novo.

Essa diferenciação do regime de classes significou o aumento dos setores médios da sociedade brasileira, tais como os profissionais liberais, a imprensa brasileira, servidores públicos etc.; que se organizaram, necessariamente, em partidos, sindicatos e associações. Ademais, o avanço paulatino do trabalho assalariado das grandes metrópoles para o campo, assim como a proletarianização crescente dos trabalhadores assalariados vinculados diretamente com o desenvolvimento industrial brasileiro; apresentam a tendência crescente de polarização da classe trabalhadora como classe em si. Importante observar que esse último aspecto entra em contradição com as formas híbridas de exploração da força de trabalho (escravidão, semilivre e servidão), colocando, aos poucos a questão da classificação social dos indivíduos pelo mercado e os mecanismos de integração política do Estado de direito. Desses setores heterogêneos da população trabalhadora do Brasil, em suas diversas facetas, tais como a Liga Camponesa, o movimento estudantil, os sindicatos e os partidos do PCB (censurado e proibido) e PTB; pode-se compreender a elaboração do conjunto de pautas das “Reformas de Base”, sendo destacados os seguintes pontos: reformas estruturais para a ampliação da democracia formal burguesa (sufrágio universal) e autonomia econômica nacional, isto é, as reformas burguesas da democracia e da soberania nacional, traduzidas na reforma agrária, urbana, educacional, tributária e sistema político. No entanto, esses setores médios e as organizações da população trabalhadora se localizavam em espaços políticos isolados e fragmentados da sociedade brasileira². Em outros termos, esse conjunto de forças sociais exerciam pressões internas insuficientes para se polarizar como classe social autônoma em nível nacional diante da alta classe burguesa e da classe média dominantes no Brasil.

Por outro lado, essas pressões foram nutridas e aproveitadas por segmentos da classe burguesa no Brasil que se encontravam no conflito intraclasse social para disputar as vias de desenvolvimento do capitalismo. Esses segmentos foram representados, de maneira demagógica e ilusória, por exemplo, na campanha *O petróleo é nosso!* Esses segmentos da classe burguesa têm como determinações objetivas de classe as novas esferas econômicas que surgiram e se desenvolveram desde os anos de 1930, no Brasil. Tem-se como referência as condições econômicas do capitalismo dependente que propiciaram, pela via do Estado moderno, a edificação de indústrias que estavam associadas, de maneira segmentária, às grandes corporações e seus governos hegemônicos, ou seja, as chamadas empresas estatais não passavam de indústrias mistas de associação e propriedade entre o Estado nacional e os países imperialistas, principalmente, voltadas para a energia, meios de comunicação e transporte no Brasil. Por outro lado, emerge e se desenvolve, desde fins da Primeira Guerra Mundial, a indústria de substituição de importações.

Nessa segunda via de pressões internas no País, o conflito intraclasse burguesa desencadeou uma instabilidade política e social. Porém, esses conflitos e pressões internas intraclasse burguesa não eram o suficiente para gerar uma *crise do poder burguês* no Brasil. E por que eram insuficientes? O golpe empresarial-militar no Brasil responde essa questão. Os segmentos da classe burguesa que se intitulavam como *nacionalistas* pretendiam levar o desenvolvimento econômico do capitalismo no Brasil, a partir de ritmos históricos controlados pelo Estado brasileiro; no entanto, estava fora do programa político as reformas estruturais, que de fato colocasse neste plano político e econômico o enfrentamento dos mecanismos sistemáticos de segregação

social (subdesenvolvimento) e o problema da descolonização (capitalismo dependente). Esclarecendo, esses segmentos da elite brasileira não procuravam mobilizar a sociedade brasileira para a ruptura com a dependência servil da economia ao mercado mundial. Posto que a mobilização colocaria nas pautas de luta social, por exemplo, a necessidade de realizar a reforma agrária e estabelecer um novo padrão de desenvolvimento social, econômico e político para a população trabalhadora no Brasil. Os limites desse conflito intraclasse burguesa ficou evidente, na medida em que se acelerava o golpe empresarial-militar, nos anos de 1963-64 e com o isolamento político de João Goulart.

Nessa perspectiva de análise, a instabilidade política e social somente tornou-se numa *crise do poder burguês* quando as pressões externas das corporações multinacionais colocaram a necessidade de estabelecer uma nova modalidade de dependência econômica e política do Brasil ao imperialismo estadunidense. No interior do País, essa nova modalidade de dependência econômica encontrou apoio de algumas instituições, empresas e setores sociais vinculados às primeiras manifestações de *irrupção do capitalismo monopolista*, que teve início desde fins da Primeira Guerra Mundial. Isso se explica pelas três vias de acumulação capitalista no Brasil: 1) agroexportação e mineração; 2) indústria de substituição de importações; e 3) empresas mistas de energia, comunicação e transporte. Importante observar a apropriação e deslocamento do ciclo de acumulação de capital da esfera agrária para o surgimento das indústrias de substituição de importações, isto é, os fazendeiros de café foram os primeiros capitães industriais do Brasil, o que refuta a existência de um conflito entre os ruralistas e industrialistas. Outro ponto de destaque está na associação do processo de nacionalização e estatização de indústrias, que desde a sua origem está comprometida com os investimentos financeiros e tecnológicos dos países imperialistas. De maneira segmentada o capitalismo monopolista, as grandes corporações, já se encontravam no País. No entanto, a *segunda irrupção do capitalismo monopolista* na década de 1950 antecipou a questão objetiva sobre as novas modalidades de dependência ao capitalismo monopolista e de subdesenvolvimento no País.

É na década de 50 que se pode localizar a segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica propriamente irreversível. Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a este crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia. [...] implantar dentro do País o esquema de organização e de crescimento econômicos intrínsecos à grande corporação. [...] (FERNANDES, 1976, p. 255-256).

Esta pressão externa significava mudanças e transformações capitalistas que colocavam em desagregação as formas de dominação e exploração das elites brasileiras e a diminuição de espaço no centro de decisões internas do país. Portanto, um dilema teórico se colocava para a elite brasileira: romper com o imperialismo e garantir a continuidade de seu espaço nas decisões internas no país ou se adaptar as transformações capitalistas e garantir a permanência, embora diminuta, no topo do poder político e econômico do Brasil. Esse dilema é meramente teórico porque não expressava objetivamente a formação da classe burguesa, do poder burguês e da dominação burguesa no Brasil. Dessa maneira, a via de adaptação às transformações capitalistas do imperialismo (de fora para dentro) e a ditadura de classes (dominação burguesa interna) colocou a contrarrevolução preventiva na via de concretização da revolução burguesa dependente no Brasil. Poder-se-ia perguntar: mas teria como barrar a inserção do padrão de capitalismo monopolista na estrutura social brasileira?

A “decisão interna” de permitir e, mais do que isso, de facilitar e de acelerar a irrupção do capitalismo monopolista, como uma transição estrutural e histórica, não possui o mesmo peso econômico que os dois fatores anteriores. No entanto, ela é central. Na sua ausência, as grandes corporações não contariam como espaço econômico e político para ir tão longe. O que quer dizer que continuariam indefinidamente presas à operação de controles econômicos segmentares, intrínsecos à sua participação na vida econômica do País (o que não as impediria de retirar o melhor quinhão do crescimento econômico interno). (FERNANDES, 1976, p. 257-258).

Como estava interdita qualquer possibilidade de escolha pela burguesia brasileira de realizar a revolução nacional e democrática no Brasil, conforme foi apresentado até aqui, a alta burguesia decide em favor desse *impulso externo* por duas razões. Primeiro, para enfrentar a partir da ditadura de classe tanto as

pressões internas dos setores médios e da população trabalhadora organizada no Brasil quanto a instabilidade econômica e social do conflito intraclasses burguesa. Era necessário acabar com as ilusões demagógicas do jogo político eleitoral. Segundo, permanecer no centro de decisões e participar na apropriação privada do mais-valor capitalizado a partir desse novo padrão de acumulação capitalista.

[...] Se tudo ficasse, pura e simplesmente, ao arbítrio das grandes corporações e dos interesses econômicos ou políticos das nações hegemônicas, burguesia e Estado nacional perderiam, ao mesmo tempo, os anéis e os dedos. Estariam trabalhando não por uma nova transição econômica dentro do capitalismo, passível pelo menos de controle político interno, porém, por uma reversão colonial ou neocolonial insofrecível. (FERNANDES, 1975, p. 259).

A reversão neocolonial evitada naquele momento do golpe empresarial-militar de 1964, retorna nas décadas de 1980 e 1990 como resultado das transformações capitalistas correspondentes no período. Em outros termos, os novos “[...] requisitos estruturais e dinâmicos do padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista [...]” resultou no desaparecimento da esfera “fora” e “dentro” da economia brasileira e transformou estruturalmente o nosso país. Porém, essa transformação não significou a liquidação da via colonial de capitalismo dependente.

[...] O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o supermoderno ou o atual, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consistem em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quicá irradiar-se para toda a economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, 1976, p. 268-269).

Essas considerações de Florestan Fernandes contribuem para analisar o *caminho* das *economias periféricas* na articulação entre a reprodução de estruturas econômicas da via colonial com a universalização do padrão de capitalismo monopolista. Uma nova síntese histórica emerge a partir dessas transformações estruturais da sociedade brasileira na reposição sob novas bases o subdesenvolvimento no País.

Quais foram as transformações capitalistas estruturais da revolução burguesa no Brasil?

Para responder a essa questão, é importante destacar a nova modalidade de capitalismo dependente no Brasil e como essas *transformações capitalistas* delimitaram a peculiaridade da *revolução burguesa dependente*. Florestan Fernandes (1975, p. 18-19, grifo nosso) sintetizou essa nova modalidade no conceito de “imperialismo total” nos seguintes termos:

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. Segundo esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. [...] Terceiro, ela prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia (isto é, *lato sensu*, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas consequências. [...].

A análise das transformações estruturais da sociedade brasileira sob o imperialismo total reside na articulação entre quatro aspectos: 1) as modificações do processo de acumulação de capital monopolista no

Brasil; 2) o regime de classes; 3) a indústria cultural; e 4) a estrutura política da autocracia burguesa no interior do Estado moderno.

Cabe num artigo apresentação sumária do período conturbado e heterogêneo da ditadura de 1964 a 1985. O objetivo da pesquisa realizada foi demonstrar a permanência dos mecanismos de contrarrevolução por via das *transformações capitalistas* e suas incidências na vida social brasileira. Em outros termos, procura-se apresentar no resultado desta pesquisa alguns elementos que possam elucidar o conteúdo da contrarrevolução *prolongada* que permanece e adquire uma forma específica na democracia burguesa no Brasil.

A investigação científica do processo de inserção do *imperialismo total* no Brasil identificou no planejamento econômico da ditadura a espinha dorsal desse processo histórico de 1964 a 1985. Porém, acompanha-se com este planejamento mudanças substantivas na legislação trabalhista e no sistema previdenciário no Brasil.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), elaborado em 1970 se articula aos processos anteriores e sua aplicação. Destaque para o Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG) de 1964 a 1967, que constituiu um conjunto de reformas tributárias, bancária e monetárias que resultaram na ampliação dos impostos indiretos (arrocho salarial), na criação do Banco Central e de uma política de crédito que favoreceu as grandes empresas (PAULO NETTO, 2014, p. 91). Outro aspecto de relevância foi a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, que possibilitou a extinção da estabilidade do emprego e a dispensa dos trabalhadores. Embora, tenha sido opcional, o FGTS em sua prática foi colocado como obrigatório nos contratos de trabalho. Ainda nos termos da legislação trabalhista, a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966. De um lado, o INPS abriu caminho para ampliação em nível nacional de sua aplicação e, por intermédio disto, na criação de novos postos públicos e demandas de técnicos-profissionais. Por outro lado, favoreceu a medicina privada e os planos privados de saúde. Esse conjunto de medidas econômicas, trabalhistas e previdenciárias corresponderam ao pacote de inserção do imperialismo total (PAULO NETTO, 2014).

Por último, a revogação da Lei de Remessa de Lucros de 1962 possibilitou a drenagem do mais-valor capitalizado para as grandes corporações e seus órgãos governamentais, assim como a entrada dessas corporações no País, com destaque para a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), gerenciada pela CIA. (PAULO NETTO, 2014).

No conjunto, essas medidas da política econômica e social da ditadura anteciparam as orientações da macroeconomia brasileira da década de 1970 e seus gargalos crônicos na década de 1980.

O modelo econômico implantado na década de 1970 significou a refundação da economia brasileira no entrelaçamento orgânico e estrutural com as grandes corporações do capitalismo monopolista no interior do País. Observa-se, no período de 1970 a 1974, uma nova articulação entre Estado e capital estrangeiro, no que se refere às condições vantajosas para investimentos e ampliação das indústrias no Brasil sobre o domínio do monopólio do capital estrangeiro. Vale a pena ressaltar os seguintes setores: mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transportes; farmacêutica e alimentícia. Embora, a presença de estatais nas indústrias de extração mineral, siderúrgicas e química pudessem se apresentar como exceção, na realidade expressam o monopólio das estatais e do capital estrangeiro.

Nos anos de 1964 a 1970, a reforma bancária e monetária foram molas propulsoras para a centralização de capitais, no que se refere à facilidade de créditos para empresas de grande porte e a revogação da Lei de Remessas de Lucros privilegiaram investimentos e inserção do capital estrangeiro no País. Este processo preparou a monopolização de acumulação de capital estrangeira no País, cujo resultado se apresenta nesse modelo econômico.

A industrialização capitalista da agricultura no Brasil se apresentou como outro tentáculo do capital monopolista e o equivalente da revolução agrícola burguesa, porém, sob o domínio e articulação do imperialismo. Dados estatísticos do censo de 1972, referentes à “[...] área superior a dez mil hectares [...]” demonstram que “[...] 33% pertenciam a pessoas jurídicas estrangeiras (situados especialmente no Mato Grosso, Pará, Amapá e Roraima) [...]”. O que revela a apropriação do capital monopolista sobre a propriedade de terra, assim como os novos impulsos modernizadores nas atividades agrícolas; na utilização de tecnologias, instrumentos e métodos vinculados à segunda revolução industrial. Essa “modernização” se efetivou na agricultura e pecuária brasileira com os estímulos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) de 1972 a 1973. Dessa maneira, a industrialização capitalista no campo resultou numa nova concentração crescente de propriedades por uma minoria e uma expropriação violenta dos trabalhadores rurais do campo que se tornaram temporários. Nessa esfera da indústria brasileira (agricultura e pecuária) se reproduziu a via colonial de produção destinada

e determinada pelo mercado mundial. O que significa ignorar a necessária revolução agrícola voltada para o mercado interno e as necessidades nacionais. E, esse aspecto explícito na agricultura da transformação da sociedade brasileira numa *Nação do capital*, que inviabiliza estruturalmente qualquer possibilidade de uma integração nacional interna, corresponde, em seu todo, ao modelo econômico que resultou na crise em meados de 1970 e em toda a década de 1980.

Em termos gerais, o modelo econômico não rompeu com a elitização e monopólio do mercado interno do País, sistematicamente efetivado para manter o desenvolvimento desigual interno. De acordo com Paulo Netto (2014, p. 147), 15-20% da população brasileira acessavam os produtos do mercado interno no país na década de 1960. Essa contradição entre o desenvolvimento e expansão da capacidade de produção industrial, principalmente, dos bens de consumo duráveis e o mercado interno seletivo estava balizada pelo arrocho salarial, concentração de renda e propriedade privada. Uma política econômica voltada internamente para os “[...] 15% da camada média [...]” e “[...] os 5% dos mais ricos [...]” e, externamente, pela entrega de propriedades de terra, recursos naturais e investimentos industriais ao capital estrangeiro (PAULO NETTO, 2014, p. 156).

O desenvolvimento industrial brasileiro estava, desde o início, articulado com as políticas públicas e sociais do Estado, assim como na produção dos consumidores, nos termos de Marx (2011). As indústrias de bens de consumo duráveis foram a base produtiva para as transformações profundas dos meios de transporte (rodovias), meios de comunicação (televisão) e energia (siderurgia, petróleo e eletricidade). Essas transformações se revelam pelo consumo de automóveis, televisão, eletrodomésticos etc.; que equalizam os indivíduos, grupos sociais e classes sociais a uma identidade cultural com o estilo de vida norte-americano; seja nos indivíduos e grupos sociais que acessam essas mercadorias; seja a população que aspira adquirir esse lugar na sociedade.

Dessa maneira, indicamos, sumariamente, a articulação da industrialização brasileira com a inserção e aprofundamento da indústria cultural e suas incidências na nova fisionomia dos setores médios e da classe burguesa no Brasil. Os setores médios já se encontravam, em suas aspirações sociais, num divórcio com os trabalhadores assalariados, porém, a indústria cultural realiza esta conexão entre os setores médios dominantes com os interesses e necessidades do grande capital.

Nos anos de 1960 a 1970, o modelo econômico propiciou, também, mudanças significativas na formação da classe burguesa no Brasil, no sentido de diluir os elementos que davam sustentação para o conflito intraclasse burguesa anterior ao golpe de 1964. A nova modalidade de dependência econômica se traduz, também, no novo padrão cultura da burguesia brasileira. O *ethos burguês* anterior articulava o *cosmos patrimonialista* herdado pelo passado colonial com o *empresário moderno* da ordem social competitiva. Porém, com o *imperialismo total*, a *racionalidade burguesa* significa uma identidade imediata entre o seu comportamento, mentalidade, enfim, os traços psicossociais com os interesses, necessidades do imperialismo estadunidense. Nos termos de Florestan Fernandes (1976, p. 312),

[...] Essa reviravolta ideológica e utópica quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o “equilíbrio do sistema capitalista mundial”, ou ainda, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista. [...].

Nesse sentido, a burguesia brasileira adquire um aspecto cosmopolita que compreende e age diante dos problemas nacionais a partir dos interesses pró-imperialistas. Na realidade, a esfera *dentro* e *fora* do país, assim como, capital nacional e capital estrangeiro tornam-se obsoletos. Porém, os *problemas nacionais* não desapareceram, assim como, as contradições internas do capitalismo dependente que repercute no regime de classes não foram superadas; permanece na história brasileira a dependência, porém, nesse momento, nas entranhas da vida econômica e social brasileira, com a dinâmica das forças sociais, políticas e econômicas do capital monopolista. O desenvolvimento desse novo padrão de acumulação monopolista de capital no país não suprime as bases constitutivas do subdesenvolvimento, o que revela o retorno crônico e trágico dos antagonismos de classes.

A autocracia burguesa entrou em colapso no processo de abertura democrática no Brasil?

A industrialização brasileira traz consigo a proletarianização crescente da população trabalhadora no Brasil e aprofunda a diferenciação do regime de classes que entra em antagonismo com o circuito fechado do Estado e do mercado, traduzido pela ditadura do capital e da elitização da esfera do consumo de mercadorias. Essas pressões, divergências e conflitos de classes se apresentaram em todo esse período histórico; às vezes frontalmente, nos anos de 1967-1969, cujo resultado foi o recrudescimento da violência da ditadura de classes com o AI-5; um tanto decrescente nos anos de 1970-1973, pela mistificação do modelo econômico que ficou conhecido como *Milagre*; e o retorno dessas pressões internas, a partir de 1977 com a publicização do falseamento de dados, o arrocho salarial escancarado e a crise econômica no País. Importante ressaltar, a forma inédita da inserção do movimento operário na cena política nesse período final. Esses aspectos do modelo macroeconômico em conjunto com as novas fisionomias das classes dominantes, os setores médios e o ressurgimento das pressões internas do regime de classes explicam a formação da *estrutura política da autocracia burguesa*.

No período de 1964-1969, a ditadura empresarial-militar teve que enfrentar as dissidências e, ao mesmo tempo, consolidar a solidariedade de classes burguesa na concentração e centralização do poder real de dominação burguesa, a partir da violência direta do Estado nacional sob duas vias simultâneas. Primeiro, pelos atos institucionais e de legislações específicas no setor trabalhista, previdenciário e tributário. Segundo, pela reestruturação da segurança nacional (militarização da polícia civil) e órgãos de tortura e extermínio. No conjunto, essas duas vias revelam abertamente a ditadura de classe burguesa no País, que torna o poder político do Estado nacional numa identidade com poder burguês da classe burguesa. De acordo com Florestan Fernandes, esse domínio autocrático da burguesia em nível nacional, por intermédio do poder político do Estado, tornou-se o equivalente à revolução nacional, porém, pró-imperialista.

Nos anos 70, os elementos da contrarrevolução preventiva se camuflam num sincretismo que abriu espaço político para uma diminuta e artificial representação democrática e pluralista para os *cidadãos válidos*; mas, ao mesmo tempo, a reprodução dos aspectos *paternalistas-tradicionais* com o *autoritarismo moderno*. Este último é a *institucionalização da violência e do terror fascistas* que se estabelece tanto nos mecanismos de segurança nacional quanto na base legal-jurídica do Estado. Nos termos de Florestan Fernandes (1976, p. 350), a autocracia burguesa é a unidade entre “opressão para a maioria” e “democracia, liberdade para a minoria dominante”.

A *estrutura política da autocracia burguesa* modifica, lentamente, a sua forma política de dominação a partir de 1975, no governo de Geisel, no processo de institucionalização e busca pela sucessão da corporação militar na transição democrática. Num primeiro momento, a autocracia burguesa ensaia a transição democrática na abertura de espaço político para os setores médios dominantes.

[...] A cooptação se dá entre grupos e facções de grupos, entre estratos e facções de estratos, entre classes e facções de classes, sempre implicando a mesma coisa: a corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder resultante. Além disso, a cooptação se converte no veículo pela qual a variedade de interesses e de valores em conflito volta a cena política, nela se instala e ganha suporte ou rejeição. Desse ângulo, a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação. [...] Graça a ele, os estratos médios ganham no rateio e se privilegiam muito acima de seu próprio prestígio social, movendo as alavancas do aparato estatal que estão nas mãos da burguesia burocrática, tecnocrática e militar. Ao mesmo tempo, também graças a ele, os “interesses verdadeiramente fortes” e os “interesses dominantes” deparam, enfim, com o seu meio político ideal, podendo impor-se à vontade, “de cima para baixo”, e florescer sem restrições. [...] (FERNANDES, 1975, p. 358-359, grifo nosso).

A abertura de espaço político para os conflitos no interior da autocracia burguesa significa um processo de cooptação dos interesses e segmentos dos setores médios aos interesses da alta burguesia e do grande capital. Nesta estrutura política do Estado brasileiro, a corrupção não é, apenas, um desvio moral do caráter individual do político, do servidor público etc.; mas um sistema de poder que é intrínseco a cooptação para a permanência da autocracia burguesa. Desde o período do governo de Geisel até a transição de Figueiredo, assiste-se a abertura democrática no interior da ditadura. Porém, a abertura foi o ensaio de uma nova modalidade de democracia restrita correspondente ao novo padrão de acumulação capitalista desenvolvido no Brasil. Vale a pena lembrar que a democracia restrita é uma regra geral na história brasileira. Porém, ela se modifica na forma e conteúdo

em cada época histórica, tais como, na velha república, na abertura democrática após o Estado Novo e na abertura da década de 1980. Antes de avançar para a peculiaridade que responde a questão colocada na última seção deste artigo, é importante destacar os aspectos centrais da democracia de cooptação: 1) um sistema de poder balizado pela corrupção; 2) integração política da *variedade de interesses de valores em conflito* do regime de classes pelo Estado; 3) vantagens econômicas e políticas dos setores médios dominantes no *rateio* do mais-valor capitalizado e valorizado no país; 4) a imagem e concepção de mundo dos setores médios ao prestígio social da alta burguesia, embora, não alcancem objetivamente esses privilégios; 5) a inserção dos setores médios na *cena política* enquanto *alavancas do aparato estatal* sob domínio e monopólio da *burguesia burocrática, tecnocrática e militar*; 6) o *meio político* de florescimento *sem restrições* dos interesses dominantes da burguesia pró-imperialista.

O desenvolvimento capitalista no Brasil desencadeou uma diferenciação do regime de classes que forjou a necessidade de ampliação da participação política no interior do Estado moderno. Essa tensão estrutural e histórica entre a diferenciação crescente do regime de classes e o circuito fechado da dominação burguesa foi, provisoriamente, liquidada no período da ditadura militar que, embora, sem planejamento prévio, conseguiu instituir no interior da autocracia burguesa uma nova modalidade de democracia restrita, a democracia de cooptação. A partir dos anos de 1977 e 1978, a abertura democrática para os setores médios se ampliam, paulatinamente *para baixo*.

Pode-se concluir, pois, que está em curso uma dupla “abertura”. Ela não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa: 1º) por pretender ampliar e consolidar a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada ou esterilizável; 2º) por querer definir o alcance do poder legítimo excedente, que deve ser conferido constitucional e legalmente ao Estado autocrático. Não se trata de um retorno à democracia, que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma “experiência democrática” autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso. Elas pretendem criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social convulsionada, que se achava estabelecida antes de 1964. E foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico acelerado e pela contrarrevolução preventiva. Nem elas podem ou poderiam ir mais longe. [...] (FERNANDES, 1976, p. 363, grifo nosso).

Embora, a análise de Florestan Fernandes sobre as tendências acerca da abertura democrática tenha sido publicada em 1976, ou seja, antes da década de 1980, parece relevante destacar a ampliação e consolidação da democracia de cooptação como continuidade da autocracia burguesa. O que se apresenta como o término da contrarrevolução burguesa ditatorial, na realidade é a metamorfose desta última na forma política da democracia. Em alguns momentos a contrarrevolução sobre um refluxo pelas conquistas e avanços pontuais da classe trabalhadora, embora, nos mecanismos econômicos permanece no drama do subdesenvolvimento. O refluxo da contrarrevolução e sua base objetiva de existência não significa o seu desaparecimento. O que tornou evidente em alguns momentos singulares nas décadas seguintes, o que ultrapassa a análise deste artigo.

Rumo a conclusão. Diante da crise do modelo econômico adotado pela ditadura e o ressurgimento crescente do movimento operário, a autocracia burguesa necessita modificar sua forma política de Estado para tornar permanente o entrelaçamento estrutura da economia brasileira com os países imperialistas e a estrutura política correspondente.

A transição para abertura democrática no Brasil era algo inevitável. O desgaste político da ditadura e os conflitos internos tanto das corporações militares quanto dos setores médios dominantes colocava na ordem do dia a ampliação da participação política como meio de integração formal do Estado brasileiro. Porém, a questão estava encerrada na continuidade da autocracia burguesa e sua institucionalização legitimada pela sociedade brasileira.

A dominação burguesa no Brasil somente se consolida a partir da edificação da estrutura política de *segurança abrupta*. A ascensão do movimento operário estava articulada com o avanço da crise do modelo econômico, na medida que o primeiro avançava diante das mazelas e sequelas sociais, o segundo entrava numa crise irreversível. Dessa maneira, era evidente a necessidade de criação dos meios políticos para o funcionamento e pacificação dos antagonismos de classes. De um lado, abrir espaço político para absorver

e manipular as pautas das classes sociais antagônicas. Por outro lado, era necessária a permanência da autocracia burguesa. No primeiro movimento, uma lacuna e abertura política para os conflitos sociais no interior do Estado. No segundo movimento, a continuidade dos mecanismos de contrarrevolução prolongada, seja nos termos do poder político do Estado, seja nos termos econômicos de um novo ciclo de acumulação capitalista. Esta duplicidade do movimento político do Estado brasileiro tem como fatos históricos: a Lei n. 6.683, de 1979 (BRASIL, [2002]) sobre a Anistia que coloca a *política do esquecimento* como via do retorno à normalidade democrática; a mobilização civil e a traição dos setores médios dominantes que levou a derrota do movimento das *Diretas Já!* de março 1983 a abril de 1984; por último, o papel decisivo da composição política do *centrão* na carta final da Constituinte de 1986, que mesclava artigos da Constituição de 1946, legislações do período da ditadura e a ampliação dos direitos sociais dos setores progressistas e da esquerda brasileira.

Em suma, a autocracia burguesa no Brasil se institucionaliza e consolida suas bases políticas por meio da democracia de cooptação, o que significa a continuidade de mecanismos políticos e econômicos de contrarrevolução prolongada, num movimento de fluxo e refluxo, mas, permanente na estrutura política e econômica do país.

Referências

- BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Global, 1975.
- FERNANDES, F. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.
- FERNANDES, F. Poder e contrapoder na América Latina. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- HOBBSBAWM, E. Ecos da marsehesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 185-1858. São Paulo: Boitempo / UFRJ, 2011.
- PAULO NETTO, J. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.
- PRADO JÚNIOR, C. A revolução brasileira. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PRADO JÚNIOR, C. Evolução política no Brasil e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Notas

- ¹ A luta pela independência do Haiti de 1804 foi um dos fatos históricos que aterrorizaram as elites senhoriais da América Latina.
- ² De acordo com José Paulo Netto (2014, p. 25), a constituição de 1946, proibia o voto dos analfabetos que correspondiam a 40% da população, em que 12,5 milhões de brasileiros eram eleitores de um total de 70 milhões. Além disso, a configuração socioeconômica da população era predominantemente rural (53,7%).

Diogo Prado Evangelista

diogoprado32@gmail.com

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Docente no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

UFVJM

Rua do Cruzeiro, n. 01 – Jardim São Paulo

Teófilo Otoni – Minas Gerais - Brasil

CEP: 39803-371

Agradecimentos

Gostaria de agradecer as contribuições no debate, reflexão e pesquisa do Grupo de Estudo do Pensamento Latino-Americano (GEPLA).

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento do autor.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Estado e classes sociais: uma imbricada e contraditória relação

Liliam dos Reis Souza Santos¹

<https://orcid.org/0000-0001-6410-6371>

¹ Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Brasília, DF, Brasil

Estado e classes sociais: uma imbricada e contraditória relação

Resumo: Este artigo analisa a relação Estado e classes sociais no capitalismo. Evidencia a natureza contraditória, relacional e de classe do Estado. Atrela as determinações da relação Estado-classes sociais à dinâmica produtiva capitalista, à dominação e à luta política. Apresenta também as ações desempenhadas pelo Estado na inter-relação com as classes sociais, com o objetivo de manter a dominação das classes subalternas e a hegemonia das classes dominantes.

Palavras-chave: Estado. Classes Sociais. Capitalismo.

State and social classes: an overlapping and contradictory relationship

Abstract: The article theoretically reflects on the interaction between state and social classes in capitalism. It shows the contradictory, relational and class nature of the state. It links the determinations of the relationship between state and social classes to capitalist productive dynamics, domination and political struggle. It also presents the actions performed by the State in the interrelationship with social classes, with the objective of maintaining the domination of the subordinate classes and the hegemony of the ruling classes.

Keywords: State. Social classes. Capitalism.

Recebido em 18.05.2020. Aprovado em 22.06.2020. Revisado em 11.09.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A pretensão deste artigo é abordar a complexa, dinâmica e contraditória relação entre o Estado capitalista e as classes sociais fundamentais desse sistema, em busca de evidenciar essa interação como uma das principais mediações desenvolvidas pelo Estado para a sustentação do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o processo de desenvolvimento histórico do capitalismo favoreceu a estruturação de um sistema social baseado em aparente dissociação entre as esferas política e econômica, configurando um estatuto cívico particular que primava por princípios de igualdade política, mas sem que esta implicasse na desigualdade econômica, assentada na exploração do trabalho.

A despolitização das relações produtivas contribui para a construção do chamariz ideológico de que o Estado estava acima das classes capitalistas fundamentais: burguesia e trabalhadora. Esse desenho foi favorável à construção de uma compreensão imparcial do Estado capitalista, que tem por referência um padrão formal e limitado de democracia e cidadania.

Todavia, essa percepção, longe de representar a ausência de participação do Estado nas atividades produtivas, revela uma fase mais avançada e complexa de relação orgânica entre as esferas econômicas e políticas, uma fase em que, com o Estado burguês, se estruturou um sistema de dominação política que retira da classe dominante a primazia da coerção. Esta dominação, agora mediada pelo Estado, apresenta-se como um poder soberano, acima das classes, neutralizando os conflitos entre capital e trabalho.

Tem-se, assim, um poder político sem precedentes que, supostamente apartado das relações econômicas, configura-se como uma estratégia de dominação impessoal, mediante a qual o espaço político, por excelência, foi privatizado pelo metabolismo do capital. Nesta interação com as classes sociais, o Estado desempenha variadas funções em prol da hegemonia do sistema.

Ainda que predomine a sua condição de classe, cabe ressaltar que o Estado capitalista não pode ser compreendido como um exclusivo burguês, justamente porque, nessa dinâmica, o Estado é atravessado pelas lutas de classe e responde de maneira contraditória à essas lutas, ao mesmo tempo em que as condensa. Esses elementos evidenciam uma natureza relacional contraditória do Estado, conforme debate a seguir.

Estado, classes sociais e sociedade civil: eixos aparentemente apartados, mas essencialmente imbricados

A relação entre Estado e classes sociais não é uma novidade do capitalismo, mas uma marca da trajetória de desenvolvimento das relações sociais, especialmente nas sociedades em que as atividades produtivas são atravessadas pela exploração e dominação. Estas injunções desencadeiam uma polarização social ou uma divisão em classes, essencialmente antagônicas, posto que marcadas por um confronto inerente no qual predomina o domínio de uma sobre a outra.

Em resposta a essa polarização e a esses conflitos, surgiu o ordenamento político representado pelo Estado. Assim, “onde existe divisão de classes, há, portanto, luta e poder de classe, existe o Estado, o poder político institucionalizado”. (POULANTZAS, 1980, p. 45).

Entretanto, o Estado não emerge como uma instituição neutra, mas como expressão do domínio político e social da classe dominante. Assim, “damos o nome de Estado apenas quando esta tarefa está atravessada pelas funções de dominação e poder de classes sociais”. (OSORIO, 2019, p. 19).

No capitalismo, cabe reiterar, o Estado oculta seu caráter de classe, apresentando-se como um Estado de todos e promotor do bem comum. Isso se deve às características das relações produtivas desse sistema, marcadas por uma relativa separação entre a esfera política e econômica, como consequência do relativo afastamento do Estado dos meios de produção e das relações produtivas, desenhando um modelo político que parece distanciado das relações econômicas e das lutas de classes.

Aparentemente, o Estado se cristaliza, nesse processo, como uma instituição independente, imparcial e autônoma em relação às classes sociais e, assim, a relação de compra e venda da força de trabalho e os processos de extração da mais-valia se apresentam alheios às ações políticas.

Em contraposição a essa interpretação superficial, considera-se que as classes sociais não são um elemento exterior a um perfil de Estado impenetrável, mas, sim, seu constituinte orgânico, sem, contudo, reduzir um ao

outro: “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica a sua presença nas relações de produção”. (POULANTZAS, 1980, p. 43).

Para além das determinações relacionadas às dinâmicas produtivas, a relação Estado x classes sociais é determinada pelos aspectos de dominação e de luta política, que não são variantes ou exteriores ao Estado, mas constituinte da sua ossatura institucional. Desse modo, “se as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica”. (POULANTZAS, 1980, p. 162).

Juntamente com a sua compleição constituída das classes sociais, o Estado também constitui estas classes, particularmente a dominante. Ele tem “um papel orgânico na luta e na dominação políticas”. No capitalismo, “o Estado capitalista constitui a burguesia como classe dominante”. Isso significa que este “tem uma natureza de classe”, que está inscrita na sua materialidade institucional, não sendo, portanto, um apêndice de dominação situado fora do sistema (POULANTZAS, 1980, p. 144-145).

A natureza de classe do Estado dessacraliza-o do seu perfil formal e autônomo, reproduzido como uma instituição evolucionista e natural, dissociada das contradições da sociedade. Determinado e determinante das classes sociais, ao Estado cabe conservar e reproduzir essas classes, mas com vista a manter os interesses e privilégios da classe dominante, garantindo que os interesses desta classe sejam impostos como interesse geral.

A natureza de classe do Estado desconstrói a tese de sua separação da sociedade civil, já que ele, sendo elemento de produção e reprodução das relações sociais capitalistas e da opressão de classe, é parte da sociedade civil e, dessa forma, impotente para mudá-la. Ao contrário, ele atua para mantê-la, pois ambos são momentos distintos de um mesmo processo. Assim, “as raízes do poder estatal acham-se na sociedade civil” (IANNI, 1986, p. 124), da qual faz parte.

As mediações do Estado no processo de dominação de classes e garantia da hegemonia da classe dominante, não fica restrito aos aspectos legais e jurídicos, mas também se respalda em estratégias de consenso e consentimento. É na sociedade civil que as relações sociais se naturalizam e legitimam e sobre as quais o Estado capitalista se fundamenta. Nela se “produzem e difundem as representações ideológicas” e é o espaço em que “as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso”. (GRAMSCI, 2016, p. 128).

Nesse sentido, sociedade civil e o Estado são partes de uma mesma totalidade, mas se diferenciam pela forma como articulam a reprodução das relações de poder e a organização da vida social; e “é isso que torna o Estado uma instituição contraditória”, já que “ao mesmo tempo em que exerce a dominação pura e simples, ele também usa de mecanismos e consenso para se legitimar perante o conjunto da sociedade, tendo, portanto, de atender demandas e necessidades das classes subalternas (PEREIRA, 2009, p. 298). Com efeito, é esta natureza contraditória do Estado que lhe permite legitimidade frente às classes sociais e à sociedade civil, já que elas lhe concedem o poder político para que este se coloque como o mediador social, tarefa que é intercedida por disputas políticas.

O envolvimento do Estado com as classes sociais e a sociedade civil expõe a sua natureza relacional, que o impede de ser um instrumento exclusivo de dominação de uma classe sobre a outra, mesmo tendo uma índole de classe e dominação contraditória. Este conteúdo específico do Estado qualifica-o como uma relação contraditória e de condensação que o impede de ser engessado e manipulado.

Esta qualificação é também particularizada pelas características de formação social de cada sociedade civil, que imprimem ao Estado variados tons de atendimento às demandas sociais e explica as mudanças de feições do Estado no decorrer do desenvolvimento histórico capitalista.

Por isso, a compreensão das mediações do Estado com as classes sociais deve considerar as particularidades de formação social da sociedade civil, uma vez que esta é um espaço da luta de classe e das forças populares democráticas que determinam “substancialmente os limites, as fronteiras e o conteúdo do Estado, das mudanças de sua forma”. (URRY, 1982, p. 102).

Mas isso não retira a natureza de classe do Estado. Resguardadas as particularidades de formação social, a natureza de classe do Estado burguês garante o predomínio das relações de produção sobre as forças produtivas, de modo a viabilizar a apropriação privada da produção que é realizada de maneira coletiva.

O Estado, portanto, é parte da correlação de forças inerentes às contradições de classes na sociedade burguesa gestadas na esfera produtiva desse sistema, configurando-se espaço de densidade e concentração dessas forças, extremamente necessário para que a dinâmica produtiva e reprodutiva do capital se mantenha.

Estado e classes sociais: entre a dominação das classes subalternas e a hegemonia das classes dominantes

Na tarefa de assegurar a supremacia capitalista, a materialidade do Estado acentua a polarização das classes sociais e, assim, dificulta a organização da classe dominada, para mantê-las dominadas, ao mesmo tempo em que assume caráter universal, formal e impessoal, respaldado na relativa separação entre político e o econômico e entre ações coercitivas e de consenso exercitado no espaço da sociedade civil.

Tais ações correspondem às necessidades das particulares relações produtivas capitalistas e às lutas de classe, por meio de uma materialidade própria, e de aparelhos especializados e centralizados, de natureza política, responsáveis por um “agrupamento de funções anônimas, impessoais e formalmente distintas do poder econômico, cujo gerenciamento [...] de leis-regras”, visa garantir “a total espoliação do trabalhador direto nas relações de produção capitalistas”. (POULANTZAS, 1980, p. 60-61).

Entre essas ações, o Estado capitalista reforça a divisão social do trabalho, mais precisamente a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Esta separação é promovida pelo Estado, uma vez que os seus aparelhos assumem as atividades ligadas ao trabalho intelectual e se colocam distantes do trabalho manual, pelo fato de o Estado não atuar diretamente na produção capitalista. Essa dissociação, tão favorável ao capital, garante “a relação orgânica entre trabalho intelectual e dominação política, entre saber e poder” que, no Estado, se efetua de maneira mais acabada por ser, “ele [o] corolário e o produto desta divisão, ao deter um papel próprio em sua constituição e sua reprodução”. (POULANTZAS, 1980, p. 63).

O domínio do trabalho intelectual pelo Estado capitalista é uma importante estratégia de hegemonia burguesa, visto que, por meio dele se estruturam e se formam um conjunto de ideologias responsáveis por difundir e manter os valores das classes dominantes, preservando, assim, o seu domínio.

Mandel chama a atenção desse processo no contexto do capitalismo tardio, mostrando a forte ação dos grupos empresariais junto à administração estatal, como parte de um processo de “articulação privada dos interesses de classe da burguesia a uma centralização crescente das decisões políticas no aparelho técnico-administrativo do Estado [o que] leva a uma síntese da aliança pessoal entre grandes empresas e altos funcionários do governo”. (MANDEL, 1982, p. 344-345).

Outro aspecto importante da ação do Estado na mediação com as classes sociais no capitalismo é o desencadeamento do processo de *individualização* e *especialização*. A materialidade do Estado capitalista, correspondendo às relações de produção e à divisão social do trabalho, implica processo de atomização e parcelarização do corpo político designando indivíduos, interpretados como pessoas jurídicas-políticas e sujeitos de liberdade.

A individualização corresponde à necessidade da produção capitalista, que é o despojamento dos meios de produção do trabalhador. Este despojamento tem que ser livre, desligado de uma rede de proteção solidária e de identidade e, nisto, o Estado tem papel fundamental, inclusive porque “é nessa individualização que se escora a materialidade institucional do Estado capitalista”. (POULANTZAS, 1980, p. 73).

O Estado, nesse caso, não é mero mediador do processo de individualização, mas fator constitutivo da organização social do trabalho que produz “permanentemente fracionamento-individualização social”. O Estado capitalista se materializa pela perspectiva individualista. Ele não trabalha com a premissa das classes sociais. Suas ações visam consagrar e institucionalizar “mônadas econômico-sociais em indivíduos-pessoas-sujeitos jurídicos e políticos”, reforçando um chamariz ideológico individualista e fragmentado que se contrapõe às classes sociais, em vista não apenas de “mascarar e ocultar as relações de classe [...] mas também de contribuir ativamente para a divisão e isolamento (individualização) das massas populares”. (POULANTZAS, 1980, p. 73).

Com a individualização, o Estado assume um caráter neutro e de árbitro social, porque se coloca como mediador dos interesses particulares de pessoas singulares, sem vínculos e identidades sociais. Essa postura superficial do Estado é fabricada pelo próprio Estado, por meio de um “conjunto de técnica de saber e de práticas de poder”; e com ela encobre-se o “solo originário das classes em sua especificidade capitalista”. (POULANTZAS, 1980, p. 74).

A lei é outro aspecto importante das ações mais gerais do Estado capitalista que se relaciona com a individualização. Tal Estado é caracterizado como de direito e da lei. Mediante esta, ele detém o monopólio da violência e da guerra, que fazem parte de suas funções repressivas.

Todavia, para além da coerção, a lei detém um papel importante na criação de estratégias de consenso, consentimento e dominação. Com ela, materializa-se e impõe-se a ideologia dominante, através da ocultação das “realidades político-econômicas; [...] e transpõe-se essas realidades para a cena política por meio de um mecanismo próprio de ocultação-inversão”. Com a lei, ainda, são formalizadas e naturalizadas as relações econômicas e sociais que dão sustentação às classes dominantes, traduzindo, assim, “a representação imaginária da sociedade e do poder” dessas classes (POULANTZAS, 1980, p. 94). Com a lei, enfim, “o poder de um homem sobre o outro expressa-se na realidade como o poder do direito, isto é, como o poder de uma norma objetiva imparcial”. (PACHUKANIS, 2017, p. 98).

Ou seja, a lei, cujo domínio é do Estado, cumpre, dessa forma, uma importante função de controle e submissão das classes sociais ao sistema dominante e se apresenta de maneira imparcial para a sociedade civil.

A lei é, sob esse aspecto, e paralelamente a seu lugar no dispositivo repressivo, um dos fatores importantes da organização do consentimento das classes dominadas, embora a legitimidade (o consentimento) não se identifique nem se limite a legalidade. As classes dominadas encontram na lei uma barreira de exclusão e igualmente a designação do lugar que devem ocupar. Lugar que é também de inserção na rede político-social, criadora de deveres-obrigações e também de direitos, lugar cuja posse imaginária tem consequências reais sobre os agentes. (POULANTZAS, 1980, p. 94).

Além disso, a lei, no capitalismo, instaura a individualização que ocasiona a fragmentação das classes sociais. Ela é própria da ossatura do Estado e cumpre com a tarefa de “despojamento total dos agentes da produção de seu poder intelectual em proveito das classes dominantes e de seu Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 101).

A lei, personificada pelo Estado e naturalizada na sociedade civil, está diretamente relacionada e determinada pelas classes sociais e pelas lutas de classe, garantindo, assim, as necessidades das relações produtivas do capitalismo. É a lei que garante a regulamentação de uma relação desigual: os lugares das classes sociais e dos agentes que não lhe são formalmente ligados. Ela garante a submissão do trabalho ao capital, instaurando uma formalidade e igualdade superficial, em que “todos são livres e iguais diante da lei sob a condição de que todos sejam e tornem-se burgueses, o que a lei ao mesmo tempo permite e interdita”. (POULANTZAS, 1980, p. 102).

E interdita porque, ainda que a lei cumpra, primordialmente, a tarefa dominadora, contraditoriamente ela responde às lutas de classe e garante certos benefícios às classes dominadas. Como uma mediação do direito capitalista, a lei regula o exercício do poder frente a estas classes: “face à luta da classe operária no plano político, esse direito organiza o quadro de um equilíbrio permanente de compromisso imposto às classes dominantes pelas classes dominadas”. (POULANTZAS, 1980, p. 104).

Isso expõe novamente o caráter contraditório do Estado capitalista, ainda que este seja um Estado de classe e que seus aparelhos reproduzam estratégias de dominação de classe. Suas ações também, já visto, são funcionais às demandas das classes subalternas. E ao assumir essa feição formalista e neutra, suas funções respondem as pautas destas classes. Isso é assim porque, contraditoriamente, as ações impostas pelo direito e pela lei burguesa, especialmente a que trata das liberdades formais e abstratas, são também conquistas das classes populares, donde se entende que “esse papel da lei depende da relação de força entre as classes, e esboça também uma barreira ao poder das classes dominantes imposta pelas classes dominadas”. (POULANTZAS, 1980, p. 104).

Todavia, nem só de coerção vive a prática do Estado; este desenvolve papéis diretamente relacionados com as classes fundamentais, as dominantes e dominadas, com principal intuito de manter a hegemonia da classe dominante.

Em conformidade com a sua natureza de classe, cabe ao Estado mediar as relações entre as frações da classe dominante e, entre estas e as classes dominadas balizar as inerentes lutas e disputas entre essas classes, organizando uma gama de ações que garanta o domínio do mercado e das relações de propriedade, o domínio político da classe dominante e o controle das classes dominadas.

Em relação às classes dominantes, um dos principais papéis estatais é o da organização do bloco no poder. Por meio de seus aparelhos repressivo, ideológico e econômico, o Estado garante a unidade política dessas classes, mantendo-as como classes dominantes, configurando-se, conforme Mandel (1982), em um

“Estado capitalista total ideal”. Isso quer dizer que a natureza de classe do Estado capitalista faz parte do núcleo estrutural desse Estado, independentemente da forma que este assuma.

Em relação às classes dominadas, o Estado visa, essencialmente, por meio de sua estrutura, “desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder” (POULANTZAS, 1980, p. 161), mediante variados acordos entre as classes dominadas e o bloco de poder; ou mais especificamente, por meio de ações que, contraditoriamente, se mostram de forma favorável às classes dominadas, mas que indicam os limites desse Estado às lutas dessa classe, visto que, ainda que seja funcional a elas, ele é um Estado burguês.

Nesse aspecto, Gramsci foi um dos autores que mais abordou o papel do Estado na relação com as classes dominadas, destacando especialmente ações que este passou a desempenhar junto às estas classes, que não se vinculavam ao aspecto coercitivo de dominação. Estas ações, desempenhadas no campo da sociedade civil, visam garantir um consenso, formando o “‘homem coletivo’ ou do ‘conformismo social’”, mediado pela “tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização”, em vista de “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção”. (GRAMSCI, 2016, p. 23).

As construções teóricas de Gramsci, desenvolvidas no contexto de ampliação da democracia burguesa, mostraram que as estruturas do sistema capitalista exigiram novas formas de dominação e que essas foram mediadas pela esfera ideológica cuja materialidade era posta na sociedade civil conjuntamente e ultrapassando a sociedade política.

As ações ligadas à integração das classes dominadas são mediadas pela perpetuação da ideologia dos setores dominantes, a fim de que sejam aceitas pelos setores dominados, legitimando e naturalizando os processos de exploração que estão na essência da sociabilidade burguesa e que, mesmo não se utilizando do recurso da repressão direta, são elementos que garantem a sustentação do sistema.

Por isso, as ações desenvolvidas pelo Estado, nesse aspecto, foram caracterizadas por Gramsci como educativas, pois visavam manter e reproduzir o domínio e as estruturas econômicas por meio da construção da adesão na consciência das classes fundamentais. Com essas ações, as estratégias de manutenção das relações de dominação e consenso também foram mediadas pela direção política e ideológica, expressas e vivenciadas na sociedade civil, demonstrando outros aspectos estruturais que estão na base de sustentação da hegemonia capitalista. “Na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica”. (GRAMSCI, 2016, p. 28).

Dentre as tarefas desempenhadas por esse Estado educador, destacam-se os programas de capacitação da força de trabalho para novos processos produtivos. Também no âmbito dessas funções educativas, cabe destacar a apropriação pelo Estado dos espaços educacionais e de cultura, transformando estes em aparelhos estatais de hegemonia, pois são considerados “serviços públicos intelectuais” (GRAMSCI, 2016, p. 187) que, aliados aos aparelhos privados de hegemonia¹, são mediações importantíssimas para assegurar o domínio da classe hegemônica.

Também junto às classes dominadas, o Estado desempenha funções econômicas e sociais que visam, primordialmente, manter o controle dessa classe e a supremacia da classe dominante. A política social é, nesse processo, um importante instrumento de mediação dessa relação.

Envolvido, contraditoriamente, com a reprodução econômica capitalista, o Estado ampliou a sua interveniência no âmbito da reprodução social. As funções sociais do Estado, com vista a esta reprodução, o colocaram no cerne dos conflitos de classe, devendo responder a demandas e necessidades sociais sob a pressão da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração e a dominação capitalista; respostas estas que desviam a centralidade de sua atenção às requisições burguesas, ainda que, contraditoriamente, as beneficiem por incidirem na reprodução da força de trabalho.

Em vista disso, no mesmo passo em que as funções sociais do Estado, particularmente nos países da Europa ocidental, implicaram avanços sociais para a classe trabalhadora, colocaram o Estado no centro da reprodução ampliada desta classe, em proveito do capital. E esses processos exigiram do Estado o exercício de sua ação condensatória.

Nessa construção condensatória, cabe ao Estado considerar e mediar os variados interesses das frações da classe dominante. A ação organizativa e impositiva desta classe, por meio do Estado, é possibilitada pela

“autonomia relativa [deste] em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares”. (POULANTZAS, 1980, p. 155).

Esta autonomia relativa é parte constitutiva do Estado e resulta do relativo afastamento deste dos meios de produção, permitindo-lhe o desenvolvimento de uma independência relativa frente às frações da classe burguesa, para garantir os interesses gerais da classe burguesa (POULANTZAS, 1980, p. 146).

Na relação com as classes dominadas, o Estado também exerce a sua autonomia relativa, mas sempre visando garantir a hegemonia da classe dominante. Por meio dessa autonomia relativa, são realizados compromissos materiais entre o bloco no poder e as classes subalternas.

Nesse processo, o Estado capitalista, traduz os interesses das classes dominantes, não de maneira harmônica e mecânica, mas por meio de relações de força, disputas e condensação de interesses entre classes e frações de classes.

A autonomia relativa do Estado e das suas instituições, cientes de sua capacidade de condensar relações de forças, não reduz o seu caráter “constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe”. As lutas de classe não são uma variante externa que atravessa o Estado. As “contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam, assim, sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado”. (POULANTZAS, 1980, p. 152).

Como condensação de relações de forças entre classes e frações de classe, o Estado absorve as contradições e disputas das frações da classe dominante. Ele condensa a relação de forças entre os blocos de poder e entre as frações da classe dominante, visando assegurar a hegemonia do sistema capitalista, preservando a sua organização, não como um árbitro das contradições de classe, mas, “bem ao contrário, é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado”. (POULANTZAS, 1980, p. 153).

No âmbito das classes dominadas, o Estado também absorve as lutas de classes cumprindo com o mesmo objetivo de manter a hegemonia burguesa; mas, nesta relação com as classes dominadas, ele assume a feição de um bloco monolítico isolado destas classes, acolhendo as contradições sociais do capitalismo, como se estas fossem exteriores a ele que, como um agente neutro, caberia gerenciá-las.

Esta condição também responde pelo relativo afastamento do Estado dos meios de produção que desencadeiam uma estrutura hierárquica e burocrática, a qual “não têm por simples objetivo afrontar, cara a cara, as classes dominadas, mas manter e reproduzir no seio do Estado a relação dominação-subordinação: o inimigo de classe está sempre no Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 163).

Essa condição apartada também responde à falsa dissociação entre Estado e sociedade civil que encobre a presença do Estado na constituição e reprodução das classes sociais e camufla a desigualdade gerada na esfera econômica, transferindo para o Estado a responsabilidade para com as contradições sociais do sistema. Contudo,

O Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma, e tentar remediá-los. Se tais modificações são infrutíferas, então o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corrupta para corresponder aos bons objetivos da administração (MARX, 2010, p. 08).

Essa falsa feição monolítica cumpre com a tarefa de invisibilizar as contradições e a exploração das relações produtivas do sistema capitalista, transferindo as contradições deste sistema para a dimensão política estatal, reforçando a compreensão exterior do Estado, no qual “as contradições entre classes dominantes e classes dominadas permaneceriam contradições entre o Estado e as massas populares exteriores ao Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 162) isso, além de reforçar a premissa de um Estado neutro e à parte das classes sociais como se este apenas assistisse as lutas de classes, sem estar presente nelas, ou como se a “luta das classes dominadas não seria uma luta presente no Estado, consistindo simplesmente em pressões sobre o Estado”. (POULANTZAS, 1980, p. 162).

Nesse sentido, atribuir as contradições sociais à ineficiência administrativa do Estado, restringe essas contradições ao campo político e expõe o “equívoco metodológico que toma a esfera política, que é parte da totalidade social, como fundamento e princípio da inteligibilidade dos fenômenos sociais”. (TONET, 2010, p. 03).

A implicação desses equívocos é a transmutação da contradição fundamental, exploração do trabalho, da dimensão econômica para a política, situando “a raiz dos males sociais [...] em todos os lugares, menos onde ela efetivamente se encontra e que o remédio sempre é através de reformas e nunca a revolução social”. (TONET, 2010, p. 03).

Além disso, reduzir as contradições sociais ao campo político, precisamente no Estado, é negar a essência exploradora do sistema capitalista porque os males sociais não podem ser explicados e enfrentados somente pela dimensão política. Esta é limitada porque não toca na essência da questão – que é a exploração do trabalho na esfera produtiva.

As classes sociais e as lutas de classe compõem o Estado capitalista, o que não significa que o Estado as assumiu, mas que, ao contrário, é produto destas. Estas lutas não estão fora do poder, mas inscritas nos aparelhos e na estrutura do Estado, ainda que assumam postura meramente supraestrutural. A assunção desta postura confere ao Estado caráter mediador formal e administrativo, que expõe sua limitação frente às demandas sociais, impedindo-o de explicar e resolvê-las; e quando não o impede, as explicações e resoluções são procuradas “ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele” (MARX, 2010, p. 07).

Por conseguinte, ainda que o Estado seja o espaço de condensação relações de forças, as lutas populares no Estado se materializam de maneira específica, “sob a forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes” (POULANTZAS, 1980, p. 164).

A inscrição das lutas populares no Estado não significa que, através do domínio deste, a condição de classe dominante será superada, como se no Estado predominasse uma disputa igualitária entre o poder da classe dominante e o da classe dominada.

Tal processo não é possível em razão da natureza de classe do Estado que se expressa em todo o seu arcabouço material e garante o controle das classes dominadas pela classe dominante, por meio de “mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação, [que] assegura a presença de classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas” (POULANTZAS, 1980, p. 164).

Mesmo assim, o Estado, como relação social é um espaço favorável de relações de forças (GRAMSCI, 2016), pois é por meio das relações de forças no Estado que se torna possível desenvolver estratégias que transcendam uma situação política e econômica objetiva, ou melhor, mesmo situado na realidade objetiva do domínio econômico, é preciso transcender a esse imediatismo, criando relações de forças e políticas favoráveis à ação revolucionária.

Entretanto, ainda que exista uma correlação de forças dentro do Estado em favor das classes populares, o domínio da classe burguesa se restabelece e a solução para isso não se encontra na tomada dos aparelhos de Estado pelas massas populares, uma vez que a presença destas classes no Estado não modifica a sua natureza de dominação de classes. A ação das massas populares no seio do Estado é condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante, já que o “Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas”. (POULANTZAS, 1980, p. 169).

Dessa feita, embora o Estado seja permeável às lutas populares, ele não sucumbe a elas; não rompe com a sua natureza de classe, posto que a tem na sua materialidade institucional. Mas estas lutas são uma mediação importante para a superação do capitalismo e da sua forma política, na medida em que for desalienada das relações de dominação ideológicas, educativas e morais, que resguardam este sistema. Por isso, Marx defendia a “desalienação da sociedade civil [para que esta possa] levar à extinção do Estado, extinção que é entendida como recuperação pela sociedade dos poderes alienados por aquele”. (ACANDA, 2006, p. 138).

Considerações finais

Com base nas produções teóricas de autores vinculados à tradição marxista, abordou-se, nesta reflexão, a dialética relação Estado e classes sociais sob o modo de produção capitalista.

Apreendeu-se que o Estado capitalista, como forma política deste sistema, configura-se como um modelo peculiar de dominação de classes que repassa o comando da coerção para o Estado e não diretamente para a classe dominante. Tal processo desencadeia uma dinâmica que, à primeira vista, poderia indicar restrição da ação estatal ao campo político, mas que inscreve, na verdade, o Estado na totalidade das relações capitalistas.

Nesse processo particular de dominação, o Estado é atravessado pelas lutas de classe. Essas, contraditoriamente, impedem que o Estado seja um ente exclusivo de classe, mas revela a sua natureza relacional contraditória, haja vista que o Estado, ao interagir com as classes sociais fundamentais do capitalismo, deixa de ser um ente rígido e engessado.

Contudo, isso não retira a condição de classe do Estado, visto que a sua dimensão relacional e contraditória pode ampliar o leque de interação com a sociedade e, assim, oferecer respostas e mediações progressistas às demandas da classe trabalhadora, a exemplo das políticas sociais. Porém, essas medidas se dão no limite da dinâmica produtiva do sistema capitalista, a exploração do trabalho.

Mesmo que circunscritas aos limites do sistema capitalista, as dimensões relacional e contraditória do Estado são fundamentais para a melhoria das condições de existência das classes dominadas. Para tanto, são necessárias que as lutas de classe pressionem o Estado para o alargamento dessa extensão relacional, já que esta dimensão prescinde de avanços e princípios democráticos. Ainda assim, assevera-se que a tomada do Estado não deve ser o objetivo primordial das lutas das classes subalternas, visto que a relação de dominação do Estado com as classes dominadas, ainda que contraditória, é uma das razões de ser desse Estado.

Referências

- ACANDA, J. L. Sociedade Civil e Hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- IANNI, O. Classe e nação. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. (Introdução de Ivo Tonet). São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- OSORIO, J. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PEREIRA, P. A. P. Estado, sociedade e esfera pública. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 285-300.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- TONET, I. A propósito de “Glosas Críticas”. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- URRY, John. Anatomia das sociedades capitalistas: a economia, a sociedade civil e o estado. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.

Nota

- ¹ “Organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos e face da sociedade política”. (GRAMSCI, 2016, p. 129).

Liliam dos Reis Souza Santos

E-mail: liliamsouza@unb.br

Doutorado em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB)

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB)

UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências

(ICC NORTE - Asa Norte, Brasília – DF)

CEP: 70910-900

Agradecimentos

Este trabalho foi construído a partir de minha tese de doutorado. Dessa forma, agradeço à minha orientadora, Dra.

Potyara Pereira, pelo seu apoio e contribuição ao longo do doutoramento, ao Departamento de Serviço Social/UnB pelo afastamento para a conclusão da tese e, por fim, à minha filha,

Maria Beatriz e meu esposo, Erivelton, que são minha base, refúgio e inspiração.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento da autora.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes

Keila Carvalho¹<https://orcid.org/0000-0003-0391-1179>

¹Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Departamento de Ensino Médio Técnico, Coordenadoria de Sociologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes

Resumo: Em um cenário atual de escalada do autoritarismo no contexto político, nacional e internacional, as lições teóricas e políticas legadas por Florestan Fernandes são ferramentas importantes para ajudar a iluminar novas e antigas estratégias no enfrentamento desses desafios contemporâneos. Após sua consagração acadêmica e em meio à aposentadoria compulsória decorrente do Ato Institucional nº 5 em plena ditadura civil-militar brasileira, Florestan identificou nos processos políticos de seu tempo a necessidade de construção de nova uma práxis. Desse modo, o objetivo deste artigo é resgatar os sentidos dessa práxis em meio às consequências pessoais e dramáticas da intensificação da autocracia burguesa, a *distensão* da ditadura e a *transição democrática*, passando pelos novos constrangimentos da chamada *Nova República* até 1995, quando de seu falecimento. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental, compreendendo tanto os registros teórico-metodológicos desse período tardio da trajetória de Florestan quanto as experiências de engajamento político e os conteúdos de sua intervenção militante.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Práxis. Autocracia Burguesa. Ditadura Civil-Militar. Nova República.

Bourgeois autocracy and the revolutionary praxis of Florestan Fernandes

Abstract: In a current scenario of escalating authoritarianism in the political context, national and international, the theoretical and political lessons left by Florestan Fernandes are important tools to help to illuminate new and old strategies facing these contemporary challenges. After his academic consecration and in the midst of the compulsory retirement resulting from Institutional Act nº 5 in the middle of Brazilian civil-military dictatorship, Florestan identified in the political processes of his time the need of building a new praxis. Thus, the objective of this article is to rescue the senses of this praxis amid personal and dramatic consequences of the intensification of the bourgeois autocracy, the distension of the dictatorship and the democratic transition, going through the new constraints of the so-called New Republic until 1995, when he died. To this end, was used bibliographical and documentary research that comprised both the theoretical and methodological records of this late period in Florestan's trajectory as well as the experiences of political engagement and the contents of his militant intervention.

Keywords: Florestan Fernandes. Praxis. Bourgeois Autocracy. Civil-Military Dictatorship. New Republic.

Recebido em 23.06.2020. Aprovado em 01.09.2020. Revisado em 24.09.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em recuperar o legado de Florestan Fernandes (1920-1995) construído em uma fase tardia de sua trajetória, a partir da aposentadoria compulsória decorrente do Ato Institucional n. 5 em plena ditadura civil-militar brasileira¹, nos últimos momentos de sua vida. O que busco apontar é que Florestan construiu, nesse período, uma práxis revolucionária que vai encontrar ressonância tanto nas suas contribuições teórico-metodológicas quanto nas suas experiências políticas e públicas de engajamento. Além disso, pretendo resgatar as lições dessa práxis, no cenário contemporâneo de escalada do autoritarismo no contexto político, nacional e internacional no lastro da crise atual do capital, parte da necessidade de construção de ferramentas que contribuam para iluminar novas e antigas táticas e estratégias no enfrentamento dos desafios dos nossos tempos.

Não tenho a pretensão de analisar a totalidade do pensamento sociológico de Florestan, menos ainda de esgotar a experiência biográfica desse sociólogo². Por isso mesmo, o foco aqui será a fase mais tardia (1969-1995), que compreendeu sua construção de uma práxis revolucionária. Foi utilizada a pesquisa empírico-documental, que constituiu diferentes modalidades de registros acadêmicos e de intervenções construídas na arena pública e política durante o período 1969-1995: artigos jornalísticos e entrevistas, participações em movimentos sociais e organizações político-partidárias, entre outros. Embora esses registros não digam respeito à totalidade da trajetória de Florestan, eles podem dizer muito sobre a práxis que Florestan construiu no referido período.

O artigo está estruturado em duas partes. A primeira (1969-1984) aborda os eventos políticos e biográficos durante o período da ditadura civil-militar, principalmente com a institucionalização do AI-5. Após sua cassação, Florestan aderiu abertamente ao marxismo e à defesa e autoconstrução de uma práxis revolucionária. A segunda parte (1984-1995) compreende a transição para a *Nova República*, marcada pela atuação de Florestan como publicista e como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-SP).

Este artigo busca demonstrar que, no referido período, as tendências mais gerais de suas formulações teóricas e metodológicas refletem e são, também, refletidas em seu engajamento político. No sentido de uma crítica imanente, busco compreender os conceitos e as categorias do autor em uma apreensão desses instrumentos a partir de seus variados objetos empíricos. Por outro lado, no sentido de uma crítica que transcende Florestan, o objetivo é realizar uma interpretação especialmente localizada em suas experiências de engajamento político, a fim de contribuir para o enfrentamento aos desafios contemporâneos.

Sob o peso da *autocracia burguesa* (1969-1984)

Foi com e contra o pano de fundo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) que Florestan construiu sua práxis revolucionária. Em setembro de 1964, em virtude de um inquérito policial-militar instaurado na Universidade de São Paulo (USP), Florestan foi convocado para depor e permaneceu preso por alguns dias. Prevendo o curso dos acontecimentos, Florestan já havia redigido a carta intitulada *Autodefesa* com antecedência. A carta foi endereçada ao coronel responsável pelo inquérito e posteriormente divulgada na grande imprensa. Sobre esse inquérito, Florestan (1991, p. 11, grifo nosso) observou que:

Em 1964, a minha inclusão em uma lista de professores a serem inquiridos pelos policiais militares estava ligada à minha própria vida intelectual. Quando eu cheguei à universidade, eu era o Florestan de origem proletária, o que nunca neguei. Eu não procurei na universidade um meio de ascender socialmente e me confundir com as elites. Sempre tive um papel ativo: me tornei assistente na Faculdade de Filosofia, e a primeira coisa que comecei a fazer foi combater a cátedra, uma forma arcaica de autoridade do professor, e a lutar para a autogestão coletiva do departamento. Inclusive, defendi a gestão paritária. *Fiz parte das campanhas de defesa da escola pública, pelas reformas estruturais de base e pela reforma universitária.* Em 1964, puniu-se esse padrão intelectual, indesejável em uma sociedade na qual as elites querem manter a sua ordem de qualquer maneira.

Em decorrência desse processo, Florestan se afastou do país e ocupou o cargo de professor visitante na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, entre 1965 e 1966. Refletindo sobre seus primeiros pronunciamentos acerca da conjuntura política brasileira do período, Florestan (1968, p. 10-11) considera que:

como antigo aluno e professor da escola, vi-me na contingência de expressar-me com certa ressalva, desagradando assim os que gostariam de calar-me sem, contudo, satisfazer aos que esperavam uma acusação veemente e intempestiva ao regime ditatorial. [...] Ao reiniciar minhas atividades docentes, de volta ao Brasil (em fins de janeiro de 1966), deparei com condições bem piores do que as que poderia imaginar e dei-me conta da terrível marginalidade a que fora relegada a juventude universitária.

Retornando da Universidade de Columbia à USP, Florestan participou ativamente do movimento universitário contra a ditadura em curso. Entretanto, por força do AI-5, teve decretada sua aposentaria compulsória em 1969, permanecendo, novamente, fora do país até 1972.³ Durante o exílio, foi professor na Universidade de Toronto, momento em que aderiu abertamente ao marxismo⁴. Segundo Heloísa Fernandes (2011a, p. 17):

Seu exílio se transforma num período de vida dramático, que prepara a eclosão do novo. Dois textos dão testemunho da ruptura. O primeiro, de 1969, *Sociólogos: os novos mandarins?*, escrito quando chegou no Canadá, no qual afirma “eu sou, ao mesmo tempo, sociólogo e socialista” [...]. O outro, *A geração perdida*, escrito quando retornou ao Brasil, mas imerso na experiência do exílio. Texto duro, pesado, doloroso. Implacável, Florestan quer saber onde nós, socialistas, falhamos, e para onde vamos. No centro do seu discurso, já não está a sociologia, mas o povo.

Desenraizado do espaço institucional da universidade, a construção de uma práxis revolucionária foi, também, a resposta de Florestan à crise pessoal dramática pela qual passou: “Depois de 1969, a minha identificação com a sociologia e com os papéis intelectuais do sociólogo sofreu uma crise. A crise surgiu entre 1969 e 1972, em Toronto [...]. Para ficarmos no essencial: a sociologia perdeu o seu encanto, para mim” (FERNANDES, 1980, p. 13). Embora os eventos pessoais traumáticos não possam ser entendidos como determinantes desse processo, esses elementos não podem ser meramente descartados.

Ao retornar ao país em fins de 1972, Florestan (2011, p. 99) concluiu a redação final de *A revolução burguesa no Brasil*, obra que, segundo o mesmo, consistiu em uma “tentativa de denúncia intelectual e de luta política”, onde afirma a impossibilidade histórica de uma *revolução no interior da ordem* burguesa:

O golpe de Estado de 1964 obrigou-me a procurar uma explicação sociológica que suplantasse a visão tradicional e conciliadora da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, forjada e mantida pelas elites intelectuais das classes dominantes (no passado e no presente). [...] Não se tratava, apenas, de defender a “liberdade” e a “democracia”. Porém, de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma *democracia restrita* e em um Estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais se articula institucionalmente. (FERNANDES, 2011, p. 116-118, grifo do autor).

Sob os impactos do golpe de 1964, Florestan (1977, p. 201) se propôs a analisar a “revolução burguesa” sob a chave do capitalismo dependente, partindo de “categorias históricas do capitalismo, da sociedade de classes e do Estado democrático a uma adequação mais rigorosa às condições brasileiras”. As análises sobre as relações de classe e o lugar do Brasil na geopolítica do capitalismo mundial passam a ser o centro de suas contribuições teórico-metodológicas, nesse momento mais tardio de sua trajetória. O entendimento de que o golpe de 1964 representa uma *contrarrevolução preventiva* aprofundou sua análise sobre a gênese autocrática do Estado brasileiro:

O golpe de Estado de 1964 abriu a rota para o “desenvolvimento econômico acelerado”. O setor militar tomou como meta a estabilidade política a qualquer preço, oferecendo ao grande capital estrangeiro e nacional uma oportunidade histórica única, de exploração intensiva de mão de obra barata, de apropriação devastadora de recursos naturais pilhados de forma colonial, de financiamento público ou sob a responsabilidade do Estado de uma vasta infraestrutura à implantação do modo de produção capitalista monopolista (ou oligopolista) (FERNANDES, 2010, p. 268).

No caso brasileiro, a revolução burguesa conjugou a dimensão autocrática da dominação, através do particularismo e do conservadorismo sociocultural e político entranhado nas elites burguesas, com a conformação de uma economia capitalista satélite. Por isso mesmo, o capitalismo *dependente e subdesenvolvido* é um

capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político (FERNANDES, 2005).

Ou seja, seu caráter selvagem se deve à combinação entre expropriação e autocracia. O que sugere, portanto, que a revolução burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, realizado por meio do Estado, através da criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias (FERNANDES, 2005). A autocracia burguesa é decorrência, portanto, da própria estrutura compósita da sua burguesia brasileira (CARDOSO, 1995), cujos objetivos se limitam a manter ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, e impedir que a dominação e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore (FERNANDES, 2005).

É por meio do reacionarismo e autoritarismo – tendência intrínseca à crise da sociedade burguesa na era do capitalismo monopolista (FERNANDES, 1979) – que se revela a essência autocrática da dominação burguesa no Brasil e sua propensão a produzir formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (FERNANDES, 2005). A ditadura consiste, portanto, na manifestação do poder burguês em sua manifestação mais brutal e reveladora – a ditadura de classe preventiva ou *contrarrevolução preventiva*. Ou seja, um subproduto essencial da revolução burguesa no Brasil (1979). Não se trata “apenas [de] uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém à forma necessária que o Estado precisa assumir como instrumento de dominação externa e do despotismo burguês reacionário”, próprio das nossas elites (FERNANDES, 1979, p. 39).

É pela via estatal, portanto, que a dominação burguesa no País apresenta seus padrões autocráticos. A ditadura civil-militar, especialmente com seu endurecimento via AI-5, revelou, segundo Florestan, ser um *paraíso burguês*: representou a criação de *condições normais* para o funcionamento e crescimento da sociedade burguesa, afetada anteriormente tanto pela crise do capital quanto pela eclosão do socialismo na periferia (FERNANDES, 2005, p. 421). Essas seriam, então, as manifestações da *contrarrevolução preventiva* no Brasil:

fruto de um movimento burguês contrarrevolucionário, a autodefesa da burguesia associou-se ao recurso à guerra civil, que não se concretizou por falta de resposta e, ainda, porque o golpe de Estado revelou-se uma técnica suficiente de transição política. O enrijecimento da ordem evoluiu naturalmente, assim, para uma excessiva e desnecessária “demonstração de força” preventiva. O que vinculou a militarização de funções repressivas do Estado e a preservação da segurança nacional com a criação de um novo *status quo*, necessário à instauração e à persistência da ditadura de classes aberta e rígida. A curto prazo, cabia ao Estado nacional “deprimir e comprimir” o espaço político e jurídico de todas as classes ou estratos de classe (mesmo burgueses e pró-burgueses) que se erguessem ostensivamente contra a transição, opondo-se a ela por meios violentos. (FERNANDES, 2005, p. 399).

O *pacto contrarrevolucionário* de 64 representou, segundo Florestan Fernandes (2005) “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa” mediante a crise dessa dominação no período 1961-64, momento em que as classes passaram a realizar requisições democráticas, nacionais e populares. Não à toa, “o alargamento e o aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais no período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa.” (PAULO NETTO, 2007, p. 42).

Restava a Florestan, portanto, repensar o horizonte político e demarcar novas tarefas na construção de sua práxis: debruçando-se sobre a necessidade e a possibilidade de uma revolução nos quadros de um capitalismo periférico e dependente, e a consequente impossibilidade de compatibilizar capitalismo e democracia (FERNANDES, 2005). Dadas as novas tarefas intelectuais e os desafios políticos, Florestan levou até as últimas consequências a unidade entre o *militante* e o *sociólogo*, sob a forma de uma práxis revolucionária.

O parâmetro da práxis de Florestan é a própria realidade em processo, mantendo as explicações no nível das atividades práticas e das aspirações dos grupos e classes sociais empenhados na revolução (FERNANDES, 1980). Ou seja, a fim de evitar um radicalismo intelectualista que beira a *fabulação*, o intelectual precisa acompanhar, no plano teórico, os delineamentos tomados no terreno da prática pelas classes sociais. Essa reorientação foi devedora tanto dos processos sociais em curso quanto das investigações teóricas que desenvolvera. No terreno da práxis, sabemos que esses dois elementos se coadunam e que apenas analiticamente podemos distingui-los.

A passagem dos anos 1970 para 1980 foi marcada por certa *flexibilização* da ditadura. Florestan, o *militante solitário* (CANDIDO, 1987), deu início a uma intensa atividade jornalística por meio dos chamados *compactos críticos*⁵, durante e após o período de revogação da censura prévia pelo regime. A partir de 1974, com o governo Geisel (1974-1979), a estratégia da *distensão* foi mais um reflexo do desgaste do regime do que

propriamente a vitória de um apelo democrático. Entre as medidas de distensão da ditadura, podemos citar a revogação do AI-5 em 1978 e a suspensão parcial da censura prévia aos meios de comunicação. Foi também nesse período que o chamado *milagre econômico* mostrou seus primeiros sinais de esgotamento, associado à crise do capital que começava a repercutir nos países do capitalismo periférico. O aumento no custo de vida e a contenção dos salários aumentaram o descontentamento dos trabalhadores. Em 1978, os metalúrgicos da região do ABC Paulista protagonizaram o maior ciclo grevista da história do País.

Estando o regime civil-militar ainda mais desgastado, o governo Figueiredo (1979-1985) deu seguimento ao processo de *distensão* política. Em 1978, foi promulgada a problemática Lei da Anistia, que não admitiu nenhuma punição aos responsáveis pela repressão institucional e, na mesma época, houve o fim do bipartidarismo. As greves no ABC Paulista se mantiveram pelos anos de 1979 e 1980, marcando um novo momento do movimento sindical brasileiro e a necessidade de uma nova organização nacional do movimento de trabalhadores. Florestan via com entusiasmo a construção desses movimentos, alguns deles inéditos em amplitude e em profundidade, embora apontasse a necessidade de articulação desses movimentos com organizações e partidos identificados com o *socialismo revolucionário* (FERNANDES, 1982).

Segundo Florestan, o desgaste político da ditadura representou uma “era de prestação de contas”, embora não representasse o desgaste da autocracia burguesa (FERNANDES, 1982, p. 7). Ou seja, o que estava em jogo não era a crise da autocracia burguesa, mas a crise da contrarrevolução preventiva. Não à toa, considerou que “não foram as forças organizadas da sociedade brasileira que desgastaram a contrarrevolução e conduziram o governo ditatorial às atuais perplexidades” (FERNANDES, 1982, p. 8). A *Nova República* permanece como uma variante histórica, portanto, do Estado autocrático burguês.

Desafios da Nova República, ou democracia de cooptação (1984-1995)

Nesse momento, Florestan se dedicou a uma luta com fronteiras maiores, utilizando seu conhecimento e notoriedade para atingir públicos ainda mais amplos. No bojo de sua práxis, foi significativa sua atividade jornalística, principalmente no jornal Folha de São Paulo a partir de 1984, quando foi convidado para colaborar na seção *Tendências/Debates*.⁶ Esse é um marco importante para delimitar a intensa atuação como *publicista*⁷ de Florestan Fernandes. No início da década de 1980, a Folha de São Paulo se tornou uma das forças ativas do movimento *Diretas Já*, em um momento no qual grande parte da imprensa ainda não estava convencida desse caminho. Foi nesse contexto que o Jornal abriu espaço, em seu corpo editorial, para escritores dos mais variados matizes políticos.

O surpreendente conjunto de aproximadamente quinhentos artigos que Florestan publicou na Folha trazia reflexões que se inserem diretamente na conjuntura política da *redemocratização* e que conformam também um modo determinado de intervenção política. Subjazia, por parte de Florestan, o entendimento de que os jornais poderiam servir como uma tribuna de divulgação sobre o tipo de república que o País precisava construir. Visualizando tamanha potencialidade, sua dedicação e seu compromisso foram marcantes em sua relação com a coluna da Folha⁸. Além disso, constam publicações de Florestan no Jornal do Brasil, em que também foi colaborador regular, e em outros periódicos, como Pasquim, Portugal Democrático, Jornal de Brasília, Decisão, Jornal do Socialista, CPB Notícias, Folha de Londrina, Jornal Leia e o argentino La Opinión.

No fundo, cada artigo surgia como se eu estivesse escrevendo cartas aos leitores, largando a pele de sociólogo em troca do papel de publicista, agarrado com tenacidade às causas das classes oprimidas, à ótica socialista da luta de classes e à difusão da desobediência civil com o patamar inicial de uma revolução democrática de cunho proletário e popular. *Solitário e impotente para ir mais longe, dediquei-me a uma espécie de jornalismo político* que partia da conjuntura para os movimentos mais fundos da transformação da sociedade, combinando o saber sociológico acumulado ao longo dos anos à necessidade de servir à imensa maioria dos espoliados e àqueles que, como eu, estão dispostos a tudo para que o Brasil supere para sempre uma degradante tradição de embrutecimento e de exclusão dos oprimidos. (FERNANDES, 1986, p. 11, grifo nosso).

Nesse contexto e depois de um hiato de quase trinta e cinco anos longe de organizações partidárias, Florestan se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), por meio do qual exerceu a atividade parlamentar como deputado federal constituinte em 1987, tendo sido reeleito em 1991⁹. No lançamento da candidatura como deputado constituinte, Florestan colocou para si duas tarefas: “servir como militante da campanha pela Constituinte” e, sendo eleito, batalhar por uma Carta Constitucional “que se torne instrumento de luta política dos oprimidos e das classes trabalhadoras” (FERNANDES, 2006, p. 123). Essas tarefas partiam, nesse momento, da avaliação do sociólogo de que a nova Constituição é um objeto de disputa tanto do reacionarismo quanto de uma democracia popular que deveria apontar para uma construção socialista. No manifesto *Compromisso político*, publicado no panfleto de lançamento da campanha, Florestan Fernandes (2006, p. 138-139) afirma:

Não sou operário nem pretendo qualificar-me como equivalente do operário na condição de “trabalhador intelectual” e de “professor”. Sou um ativista marxista e me apresento como candidato a deputado federal pelo PT, ou seja, como intelectual a serviço deste partido. [...] Não pretendo tornar-me um “político profissional”, iniciar uma “carreira política”. [...] Almejo desdobrar as minhas atividades em duas direções. Primeiro, na campanha política, aproveitar todas as oportunidades para que os debates aumentem a consciência de classe dos trabalhadores [...]. Segundo, se for eleito, disponho-me a dedicar-me, nos limites de minhas faculdades intelectuais e políticas, ao papel efetivo de um mandatário dos interesses reais do proletariado como classe e de suas organizações sindicais, partidárias e culturais.

Na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), Florestan apresentou 93 emendas, tendo sido aprovadas 34. A dedicação ao mandato fez de Florestan um dos deputados mais conhecidos da ANC, fato este que não deixa de estar relacionado à sua atividade jornalística, que exerceu de forma paralela. Posteriormente à promulgação da nova Constituição, Florestan participou ativamente do processo de elaboração, discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, iniciado em dezembro de 1988.

Foi por meio de seus artigos jornalísticos que Florestan desenvolveu suas críticas mais severas ao *reacionarismo burguês* da ditadura civil-militar e das forças sociais de sua sustentação, denunciando também a falácia do desengajamento dos militares no processo de democratização e as transações políticas que representavam uma falsa promessa de transformação social com a *Nova República*. Segundo Florestan Fernandes (1986), esses aspectos revelariam a comprovação empírica de sua descrença na possibilidade de realização da democracia burguesa. Para Florestan (1986), não seria sob a ditadura, mas sob a *Nova República* que teríamos a mais clara definição política das impossibilidades dessa democracia no Brasil.

Segundo Florestan (1989), a *Nova República* está imersa em contradições que se relacionam ao próprio caráter da obsolescência da ditadura civil-militar em sua transição para uma *democracia de cooptação*. Esse processo de transição ocorreu por uma divisão no interior da burguesia quanto às soluções que deveriam ser implementadas para superar os “dilemas postos pelo funcionamento da sociedade civil e pela organização do Estado” (FERNANDES, 1989, p. 54). O que está em jogo, portanto, é a manutenção da dominação burguesa.

Na iminência de crise do poder burguês, a *Nova República* seria a forma de transição (a chamada *transição transada*) entre os setores civis e militares para readequar a Constituinte ao padrão de desenvolvimento do capitalismo monopolista. O que poderia ser uma oportunidade para desenvolver uma revolução dentro da ordem se revelou, no decurso desse processo, a perpetuação do Estado de caráter autocrático, ainda que por trás da máscara da República democrático-representativa. Nesse sentido, a *transição democrática* foi uma operação de *conciliação pelo alto*, a interrupção da *contrarrevolução preventiva* de 1964 com vistas a barrar, mais uma vez, as potencialidades das lutas sociais em curso. A “Nova República”, prolongamento da autocracia burguesa por outros meios – agora, com a chamada “democracia de cooptação” –, demonstra a “resistência sociopática” das classes dominantes à mudança social e suas manobras dissimuladoras em torno da “questão democrática” (FERNANDES, 1990, p. 5-8).

Florestan foi reeleito em 1990, permanecendo até o final de seu mandato, em 1994¹⁰. Durante todo o período em que esteve no PT, participou organicamente das atividades partidárias. Desde o início, Florestan não se incorporou acriticamente ao PT. Ao longo do segundo mandato, intensificou suas críticas aos rumos do partido que, de acordo com suas palavras, avançou em direção a *modelos burgueses* em detrimento de “modelos

propriamente proletários e socialistas”, por enfatizar o que chamou de “técnica eleitoral competitiva” (FERNANDES, 1991, p. 17):

No momento em que o PT renegar a sua função de servir de espinha dorsal à luta política dos trabalhadores, deixando de ser um partido de revolução contra a ordem, ele deixará de ter importância para a instauração da democracia com igualdade social no Brasil. [...] o processo eleitoral não é o objetivo em si, é um processo político no qual está em jogo a conscientização do estudante, do trabalhador, a identidade socialista. O objetivo é desempenhar tarefas políticas do partido. É lamentável dizer que isto não ocorreu. (FERNANDES, 1991, p. 16-17).

Em sua emblemática participação no programa *Roda Viva* (FERNANDES, 1994) da TV Cultura, Florestan foi questionado sobre o PT e as políticas de conciliação de classe já em curso. Nesse momento, respondeu que estão diante dele duas possibilidades, dependendo dos rumos do partido: permanecer no PT e tentar acompanhar a *marcha do partido* ou, “se essa marcha se revelar deficiente ou indesejável”, romper com o PT e retornar à sua condição de *militante solitário* (FERNANDES, 1994) – condição esta que o acompanhou em grande parte de sua trajetória¹¹.

Na construção e vivência de sua práxis revolucionária, Florestan se vinculou de forma profunda a movimentos e a organizações que, em seu tempo, realizaram a luta política *dos de baixo*. A partir de uma “relação democrática entre o intelectual e o público” (FERNANDES, 1978, p. 66-67), considerava que o sociólogo deveria estar disposto a enfrentar novos papéis intelectuais, dependentes de “novos laços orgânicos – com a fábrica, com o campo, com os sindicatos, os partidos operários etc.” (FERNANDES, 2011, p. 90). Ou seja, o intelectual precisava colocar-se a serviço do povo, e não apenas lutar por ele (FERNANDES, 1977, p. 246). Nas próprias palavras de Florestan Fernandes (2011, p. 90), esse processo deve passar por uma reeducação do intelectual “para tornar-se, ele próprio, uma força social revolucionária”.

Essa práxis construída por Florestan esteve inspirada na figura do intelectual como *tribuno do povo*, no sentido reivindicado por Lênin (1978) – uma das maiores referências intelectuais e políticas ao final de sua trajetória, quando aderiu de forma aberta ao marxismo. De acordo com José Paulo Netto (1987), a recuperação da categoria de revolução (fora da ordem) foi significativa para a construção da práxis de Florestan, que teve a *pedagogia socialista* como o centro de sua atividade política e teórica. Segundo Paulo Netto (1987, p. 304, grifo nosso):

O pedagogo socialista não abre mão da condição intelectual (teórica) – esta é ainda mais exigida pela prova da educação política coletiva; mas se redefine enquanto só se realiza na medida em que o pedagogo é também receptor (e coesionador) da experiência do coletivo a que se reporta. A pedagogia socialista não funda a consciência revolucionária (desejá-lo seria pretender a substituição da vanguarda, do partido); contudo, desenvolve-a, atualiza-a, potencia-a no seu processamento (e, pois, é parte integrante da ação da vanguarda). Rigorosamente, a evolução de Florestan, pelas vias que tentei esboçar sumariamente, culmina no ponto em que ele investe na pedagogia socialista e se põe como *tribuno do povo*, revolucionário [...] segundo o ideal lenineano.

Considerações finais

Estudos sobre as condições intelectuais costumam demonstrar que momentos de crise das formas e relações sociais, muitas vezes relacionados a derrotas políticas e culturais, são propícios ao questionamento do intelectual sobre o mundo e ao autoquestionamento do intelectual sobre sua própria condição. Florestan realizou, especialmente em uma fase tardia, seus questionamentos e autoquestionamentos da condição intelectual também a partir de um momento crítico de sua existência social, que se tornou parte constitutiva de sua trajetória individual e que se coaduna com a história recente do País.

A ruptura institucional com a USP, que reverberou em uma *crise psicológica*, representou um afastamento da figura do sociólogo *profissional* em direção a um envolvimento mais estreito com o povo: Florestan se esforçou para realizar uma unidade possível entre sociologia e revolução ou, em outros termos, entre conhecimento do mundo e sua transformação. Talvez resida aí o elemento fundamental que ajuda a amparar sua práxis: no escopo

de sua teoria sociológica, Florestan considerou o papel positivo de criação política à luz de suas contribuições teórico-metodológicas. O horizonte político socialista passa a ser entendido como alternativa histórica, ou seja, não deve ser meramente descartado se não for realizado no curto ou no médio prazo.

Ao mesmo tempo, as posições e perspectivas de classe que Florestan adota não devem ser entendidas como o produto de uma *evolução* biográfica, mas, sim, como processos dessa trajetória. Essas perspectivas e posições foram *materializadas* na sua práxis, que se torna especialmente visível a partir de um contexto profundo de crise social – compreendendo tal contexto da ditadura como mecanismo *detonador* dessa atividade. Esse é o panorama que descortinou a práxis militante de Florestan em seus diferentes matizes.

O avanço do conservadorismo e autoritarismo que se acirram na conjuntura brasileira, recolocam a necessidade premente de definição de táticas e estratégias para esse enfrentamento e a recomposição contra-hegemônica da luta de classes. Para contrapor a esse repertório autocrático, o legado de Florestan apresenta uma impressionante vitalidade teórica e prática. O ciclo da *Nova República*, com suas promessas *democráticas*, chega ao seu esgotamento. Isso nos coloca desafios que não podem ser anacrônicos – sobretudo em relação à possibilidade por vias *dentro da ordem*. É nesse sentido que a práxis de Florestan Fernandes segue com uma atualidade imprescindível ao tempo presente.

Referências

- CANDIDO, A. Amizade com Florestan. In: D'INCAO, M. A. (org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Unesp, 1987.
- CARDOSO, M. L. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em 11 maio 2020.
- D'ARAUJO, M. C. O AI-5. Fatos e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil, [201-?]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 7 maio 2020.
- FERNANDES, F. Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FERNANDES, F. Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.
- FERNANDES, F. Carta a Barbara Freitag de 1º dez. 1970. In: FREITAG, B. Florestan Fernandes por ele mesmo. Estudos Avançados, São Paulo, v. 10, n. 26, jan./abr. 1996.
- FERNANDES, F. A condição de sociólogo. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FERNANDES, F. A Constituição inacabada. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- FERNANDES, F. A ditadura em questão. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FERNANDES, F. Entrevista concedida a Heródoto Barbeiro. Roda Viva, TV Cultura, 1994.
- FERNANDES, F. Entrevista concedida a Paulo de Tarso Venceslau. Teoria e Debate, São Paulo, n. 13, 1991. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1991/01/20/florestan-fernandes/>. Acesso em: 21 maio 2020.
- FERNANDES, F. Leituras e legados. São Paulo: Global, 2010.
- FERNANDES, F. A natureza sociológica da sociologia. São Paulo: Ática, 1980.
- FERNANDES, F. Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, F. Que tipo de República? São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERNANDES, F. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FERNANDES, F. A transição prolongada: o período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990.
- FERNANDES, H. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. Apresentação. In: FERNANDES, H.; FERNANDES JÚNIOR., F. Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo. Entrevista com Zilda Iokoi e Marcos Cripa. Revista ADUSP, São Paulo, n. 4, p. 22-27, 1995.
- LÊNIN, V. Que fazer? São Paulo: Hucitec, 1978.
- PAULO NETTO, J. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INCAO, M. A. (Org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Unesp, 1987.
- PAULO NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2007.

Notas

- ¹ Florestan Fernandes constava na primeira lista de cassações do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que citava o sociólogo como responsável por atividades *subversivas* na universidade. O AI-5 foi baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. Por meio desse ato, “autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus [...]. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado – só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República” (D’ARAUJO, [201-?]).
- ² Em linhas esquemáticas, a trajetória intelectual e biográfica de Florestan Fernandes esteve diretamente associada à sua inserção nos espaços da universidade. O ingresso na universidade, em sua juventude, foi acompanhado por suas atividades de militância no Partido Socialista Revolucionário (PSR) e pela efervescência dos acontecimentos históricos e políticos e das lutas sociais em plena ditadura do Estado Novo. Contudo, nos anos 1950, Florestan se distanciou da militância político-partidária, tendo se dedicado integralmente à vida acadêmica e à ocupação sucessiva de espaços de notoriedade na estrutura hierárquica da USP. Já entre os anos 1958-1966, participou ativamente da Campanha em Defesa da Escola Pública.
- ³ Em carta à Barbara Freitag, de 2 de junho de 1969, Florestan expõe essa experiência traumática: “[...] eu e outros professores da USP (e de outras escolas) fomos aposentados compulsoriamente pelo Governo Federal. Trata-se de uma medida que esperava desde 20 de dezembro do ano passado. Os seus resultados nefastos: perda súbita de parte substancial da renda; necessidade de acumular alguns trabalhos remunerados de natureza intelectual; premência de sair do Brasil (pois o artigo 3º do Ato Institucional nº 10 fecha-nos as portas do ensino, da pesquisa e da tecnologia, ao alvitre das autoridades).” (FERNANDES, 1996, p. 146-147).
- ⁴ Em 1946, Florestan foi convidado pela Editora Flama de São Paulo para realizar a tradução de *Contribuição à crítica da economia política* de Marx para a língua portuguesa. A publicação foi acompanhada por uma densa introdução redigida por Florestan, intitulada “Marx e o pensamento sociológico moderno”, em que tece uma análise da contribuição de Marx e de Engels para as ciências sociais. Segundo o próprio (FERNANDES, 1977, p. 172-173), seu comprometimento foi “muito mais como sociólogo que como ativista político”, mas foi especialmente importante pelo fato de o ter levado à uma determinada “perspectiva” e “prática”.
- ⁵ Após o período de autocensura mais rígida, os *compactos críticos* eram uma modalidade de publicação que contribuía para retirar o intelectual crítico do isolamento, ainda que realizasse certa *filtragem* das críticas (FERNANDES, 2011).
- ⁶ Cabe destacar que, já entre 1943 e 1946, por oportunidade de sua militância no Partido Socialista Revolucionário (PSR), Florestan iniciou a colaboração para o jornal *Folha da Manhã* e para o Estado de São Paulo. Segundo Florestan (1977, p. 162), a colaboração nos jornais só se iniciou “depois de vencer o temor de enfrentar o ‘grande público’”. Em outra passagem, o autor considera que “o melhor é que esse tipo de ‘repercussão’ se refletia no mundo da universidade, abrindo-nos dentro dele as portas fechadas a sete chaves pelos componentes das esferas mais conservadoras de nossas elites culturais” (FERNANDES, 1977, p. 165, grifo do autor). Durante o período em que esteve vinculado ao PSR, Florestan se dedicou à atividade de publicista como parte de suas tarefas militantes junto a jornais trotskistas, dando sua contribuição à imprensa alternativa do circuito de oposição à ditadura do Estado Novo. Também no início de sua trajetória, constam publicações nos jornais *Folha da Noite* e *Jornal de São Paulo*. Entre 1950 e 1980, Florestan publicou de forma esporádica em *O Estado de São Paulo*.
- ⁷ No mesmo sentido que o próprio Florestan atribui a Lênin, entendendo que seu lugar de intelectual público advinha de “sua produção teórica e prática como ‘publicista’”. (FERNANDES, 1978, p. 14)
- ⁸ A quase totalidade desses quinhentos artigos escritos por Florestan para a *Folha* foi publicada a partir da década de 1980, depois intensificada com a periodicidade semanal (de 26/6/1989 a 7/8/1995). Pouco antes de sua internação hospitalar e já prevendo sua inatividade, Florestan preparou três artigos inéditos, que foram publicados depois de seu falecimento, ocorrido em 10 de agosto de 1995: *O rateio da pobreza* publicado em 11/8/1995 e *Custos sociais do capitalismo* e *A situação histórica concreta*, ambos publicados em 20/8/1995.
- ⁹ Nas palavras de seus filhos, Florestan “só se reencontrou novamente, recuperou a felicidade, quando entrou para a política partidária” (FERNANDES; FERNANDES JÚNIOR, 1995, p. 25).
- ¹⁰ *Sem medo de ser socialista* foi o slogan da campanha em 1990, em diálogo com o *Sem medo de ser feliz*, da campanha à presidência de Lula no mesmo período.
- ¹¹ O programa foi ao ar, ao vivo, no dia 5 de dezembro de 1994, quando se aproximava o final do segundo mandato de Florestan. Quando de sua participação no *Roda Viva*, Florestan já estava com a saúde debilitada. Veio a falecer no ano seguinte, em 10 de agosto de 1995. Sua morte foi decorrente de um malsucedido transplante de fígado, por falha da equipe médica, em virtude da hepatite C, contraída em decorrência de uma transfusão de sangue.

Keila Lúcio de Carvalho

keilalcarvalho@gmail.com

Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

CEFET-RJ

Av. Maracanã, 229 – Maracanã

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

CEP: 20271-110

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento da autora.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente

Sabrina Aparecida da Silva¹<https://orcid.org/0000-0002-3482-6009>¹Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil**Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente**

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre a crise da democracia liberal e a ascensão de ideias autoritárias no Brasil a partir do golpe parlamentar de 2016, mas principalmente após o início do governo de Jair Bolsonaro em 2018. A ascensão de manifestações de direita e de extrema direita no País, na atual conjuntura, nos faz pensar sobre a complexa relação histórica entre Estado, autoritarismo e democracia no Brasil. Assim sendo, percebemos que a incipiente democracia liberal brasileira é sustentada por uma cultura política autoritária reprodutora de desigualdades, racismos, conformismos e violências. Nesse sentido, em oposição aos movimentos assinalados antidemocráticos, a democracia popular deve ser construída a partir de novos valores éticos, morais, políticos, filosóficos e econômicos, radical ao capitalismo e condizente com práticas político-pedagógicas capazes de fomentar novos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Autoritarismo. Democracia. Crise da democracia. Brasil.

Authoritarianism and the crisis of democracy in Brazil: between the past and the present

Abstract: This article intends to reflect on the crisis of liberal democracy and the rise of authoritarian ideas in Brazil since the 2016 parliamentary coup, but mainly after the start of Jair Bolsonaro government in 2018. The rise of manifestations from the right and extreme right supporters in the country, during the current conjuncture, makes us think about the complex historical relation between State, authoritarianism and democracy in Brazil. Therefore, we realize that the incipient Brazilian liberal democracy is supported by an authoritarian political culture which reproduces inequalities, racism, conformities and violence. In this sense, in opposition to the well-known undemocratic movements, popular democracy must be built through new ethical, moral, political, philosophical and economical values, being radical to capitalism and consistent with political pedagogical practices capable of fostering new social subjects.

Keywords: Authoritarianism. Democracy. Crisis of Democracy. Brazil.

Recebido em 26.06.2020. Aprovado em 17.07.2020. Revisado em 28.09.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Diferentemente dos contextos e dos processos históricos europeus, a conformação do Estado nacional brasileiro nasceu referenciada em relações sociais de poder, de opressão e de dominação de classe com variadas ramificações e especificidades. Ou seja, a ideia de Estado no Brasil surgiu como a “única entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas, mas com vistas a sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo” (FERNANDES, 2005, p. 53). Ainda conforme Florestan Fernandes (2005), historicamente a *heteronomia liberal* do País atendeu aos interesses da economia mundial, a qual detinha o controle e o monopólio do mercado exterior e as estruturas sociais de poder e de dominação pela burguesia nacional.

De modo geral, a cultura política e histórica brasileira e dos países colonizados no mundo possuem similaridades sociais, políticas, culturais e econômicas, pois quando falamos sobre desigualdades, autoritarismos, opressões, racismos, dentre outros elementos históricos, estamos tratando de uma cultura política e social estruturada em visões de mundo autoritárias, clientelistas e advindas do projeto de sociedade da classe dominante. Estas ideologias seletivas e segregacionistas são vetores concretos de conformação e de naturalização das relações sociais vigentes de desigualdades e de opressões sociais, as quais impossibilitam à grande parte da classe trabalhadora o acesso à cidadania, à democracia e à justiça social. Refletir sobre a conformação do Estado brasileiro é saber que a “democracia não é um ponto de chegada [...], é um momento de conflito” (MIGUEL, 2018, p. 08), ou seja, o Estado Democrático de Direito inaugurado após a Constituição Federal de 1988 não se concretizou para todos os grupos sociais, visto que este modelo de democracia e de cidadania liberais não visam à igualdade de oportunidades entre os grupos.

Em vista destes elementos históricos afirmados, o presente artigo objetiva refletir sobre a realidade brasileira e seu cenário político entre o golpe parlamentar de 2016 e o primeiro momento do governo de Jair Bolsonaro em 2018, momento este em que ocorre a ascensão de manifestações políticas de direita e de extrema direita pelo País, com pautas obscuras, antidemocráticas e militaristas. Tais movimentos políticos de parte da sociedade nos fazem pensar sobre a complexa tríade histórica entre Estado, autoritarismo e democracia no Brasil. Partimos do entendimento de que o autoritarismo é historicamente um eficiente “instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, 2011, p. 324), pela via da coerção, seja ela militar, jurídica ou policial.

Dessa forma, o artigo num primeiro momento buscará refletir sobre os conceitos de Estado e de autoritarismo, a partir das Ciências Sociais e Humanas, enquanto parâmetros de interpretação histórico-científica para chegarmos à compreensão da ascensão das mobilizações de direita e de extrema direita no Brasil. O segundo momento do trabalho trata dos conceitos de democracia e crise de democracia, a partir do pensamento de Antonio Gramsci, trazendo luz à discussão: qual é a democracia que queremos para o Brasil?

A ascensão das manifestações autoritárias nas ruas: do golpe parlamentar à eleição de Bolsonaro

A concepção histórica e teórica de Estado autoritário nos remete a relações sociais e políticas imbricadas em longos processos de colonização, de exploração e de expropriação da terra e do trabalho por grupos da elite política nacional e seus ramos internacionais. Seguindo neste complexo processo histórico, nascem os partidos, os sindicatos e os movimentos sociais da classe trabalhadora, que podem disputar os espaços políticos e apresentar propostas para o desencadeamento de uma nova cultura política na sociedade civil. Assim, “deve-se compreender que a sociedade civil não é uma zona neutra. Nela, os vários elementos da sociedade não operam e competem em igualdade de condições, de forma homogênea, independentemente das relações de força e poder” (SIMIONATTO, 2012, p. 53-54). A sociedade civil na perspectiva gramsciana, oposta à concepção liberal de *mercado* ou de *terceiro setor*, compreende as disputas políticas e econômicas dentro do Estado burguês, no qual a *neutralidade* é o grande paradoxo do neoliberalismo, por entendermos que o Estado capitalista não é *neutro* aos interesses da classe dominante.

O autoritarismo no Brasil, enquanto expressão histórico-cultural e política, coloca-se entre o conservadorismo das elites locais no poder e a ampliação de seus privilégios políticos, econômicos e culturais no Estado. Ou seja, o conceito de autoritarismo compreende a negação da igualdade entre os homens, no qual ganham destaque os

princípios da hierarquia, da ordem e da harmonia social (HACKENHAAR, 2019). Numa perspectiva elitista do conceito, a sociedade e os indivíduos são considerados desiguais por natureza, pois são resultados de uma ‘vontade divina’ que justificaria a desigualdade, a hierarquização, a obediência e a consequente exclusão/negação da maior parte dos sujeitos sociais dos centros decisórios do Estado. A liberdade de expressão, de pensamento e de mobilização sofre restrições, assim como os movimentos sociais, os partidos políticos e os sindicatos da classe trabalhadora são silenciados, pois representam o conflito e a desordem social (BOBBIO, 1998, p. 94). Para Wanderley Guilherme dos Santos (1978, 1988), o autoritarismo é uma fórmula para impedir que o conflito político institucionalizado permita um ajuste entre o governo (*polis*) e a sociedade (*demos*), o qual, através de uma contínua reestruturação da sociedade, pode reduzir ou aumentar as disparidades socioeconômicas e criar um novo sistema de governo que amplie o acesso da sociedade a este e limite a interferência da *polis* no *demos*. Já para Boris Fausto (2001), o autoritarismo pode ser entendido como uma restrição à mobilização das massas, em que a sociedade consegue manter uma relativa independência em relação ao Estado, que tolera uma esfera privada de pensamento e de crença. Todavia, independente dos autores e das definições de autoritarismo, ao que parece, o cerne deste conceito está no temor das agitações sociais e do aumento da participação política nas esferas do Estado pelas classes populares.

Em vista destes elementos do autoritarismo, a “questão da democracia inclusive em seus limites puramente formal-liberais é assim a questão decisiva da vida brasileira”, pelo seu “caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos ‘democráticos’” (COUTINHO, 1979, p. 1). Assim, os chamados períodos de *crise da democracia* são todos aqueles “atravessados por guerras, revoluções, golpes de Estado, contrarrevoluções etc. Por vezes [...] podem demorar anos para terem suas contradições solucionadas, gerando um período significativo de instabilidade política” (DEMIER; MELO, 2018, p. 256).

De certa maneira, podemos dizer que a conjuntura política que acompanhou as Jornadas de Junho de 2013 reativou e impulsionou as forças reacionárias e neoconservadoras *adormecidas* desde o golpe militar de 1964, as quais permanecem motivadas às pautas antidemocráticas, como por exemplo, o *retorno da ditadura militar*. O regresso dos grupos de direita às ruas, após décadas de ostracismo, “demonstrou inegável crescimento, junto aos setores médios da sociedade brasileira, do ideário reacionário, o qual coaduna aspectos ultraliberais com outros tradicionalistas” (DEMIER; MELO, 2018, p. 267). Entretanto, convém destacar que essas manifestações reacionárias e neoconservadoras não estavam presentes no início das Jornadas de Junho de 2013, “antes da burguesia ter conseguido pautar o movimento -, e, de certa forma, os atos reacionários podem até ser considerados como uma ‘resposta de determinados setores das classes dominantes ao temor despertado’ em 2013”. (DEMIER; MELO, 2018, p. 267). Temos assim, um heterogêneo e novo movimento político composto por uma *direita* autoritária que contribuiu para o aprofundamento da crise capitalista, possibilitando a ascensão de grupos ultraliberais na direção do Estado e reproduzindo as velhas táticas políticas de opressão, de manipulação e de clientelismo, adequadas ao discurso do anticomunismo e do combate à corrupção.

O golpe parlamentar de 2016 mostrou claramente o seu caráter reacionário nas eleições presidenciais de 2018, quando, após a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e sua consequente impossibilidade de concorrer ao pleito eleitoral presidencial, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, com o apoio das burguesias nacional e internacional, de setores da classe média e segmentos populares conservadores. A eleição de Bolsonaro trouxe à tona movimentos reacionários e neoconservadores, os quais passaram a realizar manifestações públicas com teor racista, sexista, misógino e homofóbico. Neste cenário político surgem as mobilizações antidemocráticas de direita e de extrema direita, contudo, “não há diferença de natureza entre os movimentos que gestam Temer e os que sustentam Bolsonaro. Há, sim, gradações e arranjos específicos” (MASCARO, 2019, p. 26).

Em oposição a esse contexto, durante e após a eleição de 2018, significativas mobilizações populares e democráticas cresceram, seja através de passeatas ou de protestos organizados nas redes sociais pelos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora. Dentre essas mobilizações progressistas podemos destacar os movimentos feministas, indígenas, ambientalistas, rurais, estudantis, sindicais, religiosos, dentre outros, os quais formaram segmentos e organizações sociais ativas e favoráveis a uma ampla rede democrática contra o conservantismo dos grupos dominantes no poder. Todavia, também entendemos que desde a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil a participação política das classes populares tem sido cancelada pelo uso desenfreado de decretos ou de medidas autoritárias e antidemocráticas, as quais retiram autonomia política, econômica e cultural das classes populares. O embrionário movimento político-popular das classes subalternas

está longe de abarcar uma luta anticapitalista, mas adensa a correlação de forças sociais pelo fim da barbárie social.

A Reforma Trabalhista e a regulamentação da Lei das Terceirizações aprovadas no governo de Michel Temer contribuíram significativamente, juntamente com os discursos políticos e ideológicos neoliberais da mídia burguesa, à Reforma da Previdência. Assim sendo, no dia 13 de novembro de 2019 entrou em vigor no governo de Jair Bolsonaro a ‘Nova’ Reforma da Previdência, através da Emenda Constitucional de nº 103/2019 (BRASIL, 2019), a qual desde o governo de Michel Temer aguardava aprovação. O continuísmo econômico ultraliberal do atual governo federal coloca o País numa dependência econômica ainda maior e subalterna ao capital financeiro internacional.

Essas medidas neoliberais e de contrarreformas do Estado brasileiro revelam a tendência política e econômica de redução dos direitos sociais da classe trabalhadora. Um fator relevante e produto desta crise democrática é a informalidade (soma dos trabalhadores sem carteira, dos trabalhadores domésticos sem carteira, dos trabalhadores familiares auxiliares e trabalhadores informais) que atinge 41,1% da população, ou seja, a soma total equivalente a 38,4 milhões de pessoas, o maior contingente desde 2016. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego teve uma baixa superficial, onde a taxa média de desocupação caiu de 12,3% em 2018 para 11,9% em 2019. Contudo, o aumento dos trabalhadores informais (sem garantias trabalhistas e sociais) atingiu um crescimento recorde de 87,7% nos últimos cinco anos (NERY, 2020). Ou melhor, “diversamente de 1964/1968, o Brasil não encarou em 2019 uma conjuntura de crescimento interno e internacional, mas uma crise econômica estrutural e uma desaceleração internacional” (COGGIOLA, 2019, p. 152).

Nesse sentido, o golpe parlamentar de 2016 agravou a situação da classe trabalhadora pobre e, ao mesmo tempo, reafirmou o lugar do Estado brasileiro na divisão internacional do trabalho, internalizado por “uma economia primária e extrativa; ausência de preocupação [...] tecnológica; destruição de nossa pouca soberania; empregos precários e de baixo valor; crescimento da desigualdade funcional, de renda, regional; crescimento da pobreza e da miséria” (PAULANI, 2019, p. 55).

Crise da democracia: qual crise?¹

A “crise da democracia é atualmente um dos temas prediletos dos jornais e de diferentes atividades e rodas de conversa [...]. Significaria isto um alarme máximo? No entanto, a pergunta a ser formulada é esta: ‘o que exatamente encontra-se em crise?’” (HIRSCH, 2019, p. 81). Sabemos que até o momento, a “democracia liberal-burguesa não conseguiu (e está bem longe de conseguir) expressar a ‘vontade do povo’”, visto que o ‘povo’ na “democracia liberal-burguesa” apenas pode interferir na cogestão do Estado, a partir de critérios definidos, e com isso, suas necessidades permanecem subalternas aos interesses da classe dominante (HIRSCH, 2019, p. 83).

As indagações acima de Joachim Hirsch (2019) são atuais para pensarmos sobre a realidade brasileira quando sabemos que historicamente a democracia liberal colocada representa a hegemonia da classe dominante. Quando esta hegemonia entra em crise num determinado contexto, ela “perde o consenso, ou seja, este grupo não mais é ‘dirigente’, mas, unicamente ‘dominante’ e detentor da pura força coercitiva do Estado” (GRAMSCI, 2007, p. 184). Isso significa dizer que nas crises de *hegemonia* existem duas situações visíveis: na primeira, as classes dominantes se rearticulam pela força coercitiva, pela via do autoritarismo; enquanto numa segunda situação, as classes dominadas reverterem-na através das lutas sociais, ocupando no Estado espaços centrais para a formação de sua hegemonia; formando novos sujeitos na tomada do poder; até tornarem-se dirigentes e dominantes (GRAMSCI, 2007).

O período de expansão colonial e industrial pelo mundo pós 1870 demarcou o nascimento de uma “estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 24). Através do pensamento de Gramsci sobre a situação da Itália após a Primeira Guerra Mundial, podemos dizer que a *democracia* organizou o fascismo quando sentiu que não podia mais resistir, mesmo num quadro de liberdades apenas formais, à pressão da classe trabalhadora. O fascismo, desagregando a classe operária, voltou a dar possibilidade de existência à *democracia* (GRAMSCI, 2004, p. 282). O fascismo

italiano se organizou a partir da base, ou seja, estudou o movimento operário, avaliou o momento certo de agir e contou consequentemente com a ‘passividade’ do movimento dos trabalhadores nas ruas.

Além disso, o conceito de democracia não pode estar restrito ao sentido em que operam as filosofias e as ideologias pertencentes aos grupos liberais e, hoje, neoliberais. A democracia de tipo liberal tradicional nasceu dos movimentos históricos de expansão do domínio burguês para a construção do Estado pautado em regras, valores e princípios morais, éticos, políticos e filosóficos que conformaram a sociabilidade capitalista moderna. Assim, as chamadas *crises da democracia liberal* no mundo se manifestam em diferentes períodos históricos, pois em cada crise do capital pode haver novos golpes políticos, parlamentares, civis ou militares de Estado, incluindo os períodos de guerra e as ditaduras militares. Contudo, nestes momentos de crise da democracia liberal, quando ocorre o avanço das forças reacionárias e conservadoras no mundo, deve-se somar às “lutas sociais através dos movimentos sociais que buscam fortalecer práticas democráticas na luta por direitos [...]” (NEVES, 2016, p. 24).

A democracia brasileira constitucional de 1988 derivou-se de um longo processo de lutas e de efervescência popular dos movimentos sociais e sindicais, das camadas médias trabalhadoras e da pequena burguesia, pela redemocratização do País ao longo das décadas de 1970 e 1980. Entretanto, se refletirmos acerca de que crise estamos falando, percebemos que é uma crise estrutural do capital. A *crise da democracia liberal* no Brasil sempre esteve presente para as populações das periferias urbanas e rurais, para os indígenas, negros, mulheres pobres, imigrantes, dentre outros grupos sociais subalternizados. A democracia liberal que temos convive com o trabalho escravo, com o subemprego, com a fome, com a miséria, com o analfabetismo e com a exploração infanto-juvenil. À vista disso, a pergunta que devemos responder é a seguinte: qual é a democracia que queremos construir no Brasil?

Esta democracia liberal convive com uma grave crise que se generalizou nas instituições públicas e democráticas brasileiras, provocada pelos interesses da burguesia nacional e de seus ramos internacionais, os quais não aceitam mais a continuidade do contrato social regido desde a Constituição Federal de 1988. O Estado brasileiro no modelo neoliberal continua a sustentar a reprodução ampliada do capital internacional, não mais atendendo minimamente as necessidades básicas da população pobre e explorada por este sistema societário. Ou dito de outra maneira, para cada momento histórico existe um determinado caráter para o Estado nacional e para as noções de democracia e de liberdade, as quais são disputadas no campo da política e da cultura, dado o seu *caráter histórico-estrutural*.

A análise e o reconhecimento das correlações de forças em confronto com os interesses da classe dominante não podem ser anulados nestes períodos. Com o fim da ditadura militar, no final da década de 1980, não obtivemos realmente um Pacto Social-Popular que contemplasse as necessidades do *povo* brasileiro. As reformas de base como a agrária, a urbana, a fiscal, a universitária, dentre outras, as quais poderiam realmente democratizar o Estado, nunca saíram do papel ou das boas intenções de parte dos grupos de parlamentares progressistas.

Em concordância com Neves (2016, p. 27), “a democracia que queremos se manifesta no reconhecimento e na identidade coletiva dos diferentes movimentos sociais que se espalham no mundo e na sociedade”. A superação da subordinação política dos trabalhadores é um primeiro passo e se faz necessária para que possamos “radicalizar a democracia” e “colocar em prática no cotidiano da política transparência nas ações, socialização das informações, retorno às bases representativas, ampliação dos processos decisórios e fortalecimento dos espaços públicos participativos” (NEVES, 2016, p. 28). Os vínculos de solidariedade entre as camadas das classes subalternas e os espaços de socialização da política fundados numa educação crítica e não religiosa dos processos sociais devem ser fomentados e consecutivamente reproduzidos nesta sociedade.

Desta forma, as conquistas participativas e de controle social após a Constituição Federal de 1988, como os conselhos de direitos, os fóruns populares, os comitês de bairro, as conferências de políticas públicas, os orçamentos participativos, as ouvidorias públicas, as defensorias e os plebiscitos, não podem ser *descartados* do processo de emancipação política da classe trabalhadora. Estes arranjos e instrumentos democráticos e participativos fizeram e fazem parte do árduo processo de democratização do Estado brasileiro, diferentemente do que dita a atual cultura autoritária governista.

A construção de uma *nova cultura* no País leva em consideração, a “reforma intelectual e moral”, que para Gramsci (2011, p. 94-95) refere-se à formação de uma nova “vontade coletiva” pensada a partir

das necessidades concretas da classe trabalhadora. Sendo assim, para se construir um novo modelo de sociedade sem exploração, sem analfabetismo, sem fome e sem violências, novas práticas políticas, participativas e democráticas devem ser fomentadas e fortalecidas, mas não pelas mãos do mercado. Os valores sociais verbalizados pelo capital são antidemocráticos, pois objetivam a individualidade, a concorrência, a competição, o fetichismo da mercadoria, o lucro empresarial, entre outras tendências ideológicas que abarcam o capitalismo.

A democracia popular impõe a organização política e filosófica constante das classes subalternas em seus organismos representativos de classe, numa *dialética do pluralismo*, que envolve o diálogo e a luta conjunta entre os diferentes sujeitos sociais progressistas na construção de uma democracia realmente para todos. Lembrando-se que a ‘liberdade’ para a luta social e a luta política contra o capitalismo sempre será restrita, manipulada ou distorcida pela mídia burguesa. Segundo as reflexões de Gramsci, “a liberdade de organização é concedida pelos burgueses aos trabalhadores somente quando eles têm a segurança de que estes últimos estão reduzidos a uma tal situação que podem se servir desta liberdade” (GRAMSCI, 2004, p. 282). A *liberdade* democrática e capitalista envolve a comodidade econômico-corporativa da classe dominante burguesa e do grande capital.

A crise da democracia liberal é a crise da ordem capitalista, pois ela nasce do conjunto de costumes, direitos e de deveres ensinados desde a infância, principalmente através da escola, cujo papel central é desempenhar a manutenção desta sociedade, baseada numa cultura conformista, individualista, antidemocrática, antipopular e antirrevolucionária. Como destacado por Gramsci (2007, p. 249), a “classe dirigente [...] ‘impõe’ a toda sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento”. E por conta desta cultura política autoritária, que é própria das relações sociais capitalistas, no Brasil e em boa parte do mundo, as classes subalternas estão submetidas às visões de mundo da classe dominante, e, como consequência das imposições, a conquista de uma democracia popular e radical a este sistema dominante é um longo processo de aprendizagem política e cultural das massas com seus intelectuais e entidades de resistência.

Considerações finais

A formação sócio-histórica brasileira aconteceu numa relação complexa entre autoritarismos e resistências, pois ela foi sustentada por uma cultura racista e de classe, que oprime e domina os grupos sociais historicamente marginalizados. Por conta dessa formação do Estado brasileiro, a democracia liberal que temos necessita ser recriada e pensada a partir de novos valores sociais, éticos e políticos, numa perspectiva crítica, plural e participativa dos sujeitos oprimidos, aliada a práticas político-pedagógicas junto aos movimentos sociais das camadas populares. Além disso, a democracia liberal sempre esteve em colapso pela direção empresarial imposta pelos grupos ultraliberais e tradicionais ligados ao Estado nacional, ou seja, hoje o capital financeiro controla o cenário político das democracias liberais contemporâneas, sejam elas centrais ou periféricas. Consequentemente, as lutas sociais e políticas dos grupos subalternos contra as opressões de classe, de gênero, de raça e etnia devem estar correlacionadas à superação desta desigual e opressora sociabilidade capitalista.

As ideologias e as práticas políticas autoritárias que sustentam as manifestações de direita e de extrema direita na atual cena contemporânea seguem a via da disseminação do ódio através de notícias falsas, as quais na maioria das vezes pregam a violência e a intolerância com indígenas, LGBTQs, afrodescendentes, mulheres, idosos, imigrantes, pessoas com deficiências, povos ribeirinhos e jovens das periferias. Para alterar e/ou superar este dramático contexto brasileiro, entendemos que reinventar a democracia brasileira numa perspectiva crítica e plural é conceber “novos sujeitos ético-políticos não apenas libertos e autônomos, mas intencionados e preparados para governar o mundo com um projeto realmente alternativo de forma a realizar uma democracia popular radicalmente diferente” (SEMERARO, 2009, p. 192).

Referências

BOBBIO, N. Dicionário de política. 11. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.
- COGGIOLA, O. Entre FHC, Lula e Bolsonaro. Elementos para uma história econômico-política do Brasil (1979-2019). São Paulo: Liberars, 2019.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. Marxists, [S.l.], 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- DEMIER, F.; MELO, D. Onda conservadora, crise orgânica e cesarismo de toga no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de (org.). Marxismo, política social e direitos. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- FAUSTO, B. O pensamento nacionalista autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2011.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Maquiável. Notas sobre o Estado e a Política. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2007.
- GRAMSCI, A. Escritos políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2004.
- HACKENHAAR, C. O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe em março de 1938. 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- HIRSCH, J. Crise da democracia: qual crise? Revista da Boitempo, São Paulo, n 32, 3º trimestre, p. 81-87, maio 2019.
- MASCARO, A. L. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. Revista da Boitempo, São Paulo, n. 32, ed. 1, p. 25-32, maio 2019.
- MIGUEL, L. F. Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NERY, C. Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. Agência de Notícias, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- NEVES, A. V. Ameaças à democracia hoje: desafios contemporâneos. In: NEVES, A. V. Democracia e Participação Social: desafios contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2016.
- PAULANI, L. M. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. Revista da Boitempo, São Paulo, n 32, 3º trimestre, p. 48-56, maio/2019.
- SANTOS, W. G. Paradoxos do Liberalismo. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- SANTOS, W. G. Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- SEMERARO, G. Libertação e Hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares. São Paulo: Ideias e letras, 2009.
- SIMIONATTO, I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: CASTRO, A. T. B.; NEVES, A. V. Sociedade civil e serviço social: uma perspectiva crítica. Brasília: UNB, 2012. p. 33-58.

Nota

- ¹ O título faz referência ao texto de Joachim Hirsch (2019).

Sabrina Aparecida da Silva

sabrina.ufsc@gmail.com

Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

UFSC

Centro Socioeconômico – CSE.

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Trindade – Florianópolis/SC.

CEP: 88040-900.

Agradecimentos

Ao Departamento de Serviço Social da UFSC, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições da autora

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento da autora.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

A democracia brasileira e seus inimigos

Everton Rodrigo Santos¹<https://orcid.org/0000-0002-6270-3196>**Fábio Hoffmann³**<https://orcid.org/0000-0003-4374-521>**Henrique Carlos de O. de Castro²**<https://orcid.org/0000-0001-8976-838X>

¹Universidade Feevale, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Novo Hamburgo, RS, Brasil

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil

³Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Pelotas, RS, Brasil

A democracia brasileira e seus inimigos

Resumo: O objetivo central deste artigo é demonstrar que a democracia inercial no Brasil tem buscado resolver seus impasses valendo-se do uso do *hardball* na política, uma espécie de *aplicação radical da lei*, à revelia das instituições democráticas, num contexto de judicialização da política e ascensão do populismo. O autoritarismo tem-se revestido de outras formas de atuação neste início de século. O trabalho aponta de forma preliminar para dois exemplos de *hardball* recentes: o uso de pedidos de impeachments na política brasileira para defenestrar os adversários políticos (pelo Legislativo), com êxito em contextos de crise econômica, e o protagonismo da *Lava Jato* (pelo Judiciário), no combate à corrupção num contexto crescente de insatisfação com a democracia e suas instituições. Para tanto, utilizamos, como base empírica deste trabalho, os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Datafolha e Pesquisa Mundial de Valores (WVS).

Palavras-chave: Democracia Inercial. Hardball. Autoritarismo. Populismo.

Brazilian democracy and its enemies

Abstract: The main objective of this article is to demonstrate that inertial democracy in Brazil has sought to resolve its impasses by using *hardball* in politics, a kind of radical application of the law, in spite of democratic institutions, in a context of judicialization of politics and the rise populism. Authoritarianism has taken on other forms of action at the beginning of this century. The work points in a preliminary way to two recent examples of *hardball*: the use of requests for impeachments in Brazilian politics to defend political opponents (by the Legislative), successfully in contexts of economic crisis, and the role of “Lava Jato” (by the Judiciary), in the fight against corruption in a growing context of dissatisfaction with democracy and its institutions. For this purpose, we use, as an empirical basis of this work, the databases of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, Datafolha and World Values Survey (WVS).

Keywords: Inertial Democracy. Hardball. Authoritarianism. Populism

Recebido em 01.05.2020. Aprovado em 22.05.2020. Revisado em 08.09.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O Brasil tem apresentado um declínio constante de seu apoio à democracia e suas instituições. Várias são as evidências, como se pode ver, por exemplo, na última Pesquisa Mundial de Valores (WVS), na 7ª onda (2015/2019): perguntados sobre “qual a importância de se ter um líder forte no país que não tenha medo de passar por cima do parlamento e das eleições”, 23,9% acham “ótimo” ter este líder e 41,6% acham “bom”. Não foi por acaso que, em outubro de 2018, Jair Bolsonaro do PSL, um ex-capitão do exército brasileiro e deputado federal da extrema direita, obteve 49,8% dos votos no segundo turno das eleições presidenciais no País, contra 40,5% da candidatura de Fernando Haddad do PT, da esquerda moderada. (INGLEHART et al., 2014; CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Paralelamente ao declínio do apoio difuso à democracia e à ascensão de um candidato populista de direita, têm aumentado os movimentos antissistema já há algum tempo no País, com os perdedores da competição eleitoral não aceitando a derrota nas urnas. Há também um crescimento considerável nos números de decisões judiciais sobre corrupção envolvendo não somente a classe política, mas também a classe empresarial que circunda o Estado brasileiro. Com a perda significativa de legitimidade das instituições democráticas, em especial, dos poderes Executivo e Legislativo, observamos um protagonismo crescente nas últimas décadas, não propriamente capitaneado pelos militares como em décadas pretéritas, mas sobretudo pelo Judiciário. Observamos, a partir da Constituição de 1988, contendas políticas serem dirimidas na Justiça, o que a bibliografia especializada tem chamado de judicialização da política (VIANNA et al., 2014).

Este é um fenômeno que pode ser explicado, em parte, pela percepção generalizada de insatisfação com o funcionamento e a queda da confiança institucional nas democracias no mundo e, particularmente, no Brasil (CATTERBERG; MORENO, 2005; MOISÉS; MENEGUELLO, 2013; CASTELLS, 2015).

Na América Latina, como argumenta Baquero (2018), temos tido uma democracia que o autor conceitua como inercial, em outras palavras, uma democracia que, em termos institucionais, avançou de certa forma nos últimos anos, mas, em termos substanciais, tais como, crescimento econômico, investimentos sociais e cultura política aderente às instituições, se mantém estagnada e inerte na região. Neste descompasso entre os aspectos institucionais e substanciais da democracia, há espaço para o surgimento de um fenômeno que tem substituído os golpes clássicos na América Latina, que Levitsky e Ziblatt (2018) chamam de *hardball*, ou seja, o *jogo duro constitucional*: o uso radical da lei para subverter a própria democracia. Isso posto, num contexto em que as instituições jurídicas foram aquelas que menos perderam legitimidade, como veremos. Este fato tem indicado que os inimigos da democracia não são mais externos ao regime, mas internos a ele. Este fenômeno ocorre também em um contexto crescente de ascensão do populismo no mundo (INGLEHART; NORRIS, 2016) e, particularmente, no Brasil. Autores como Inglehart e Norris (2016) explicam este novo populismo como uma espécie de *Cultural Backlash*, um retrocesso nos valores culturais que coloca gerações mais velhas e com pouca educação formal apoiando candidaturas e partidos políticos populistas. No Brasil, teríamos este fenômeno com contornos particulares, um ressentimento das classes e regiões mais abastadas do país com forte apelo aos valores tradicionais. Guardadas as idiosincrasias, em ambos os casos, há um esmagamento da classe média; no entanto, o fenômeno entre nós não pode ser considerado um retrocesso, “uma vez que nunca chegamos lá” (CASTRO, 2019).

Estabelecido sumariamente nosso quadro teórico de análise, buscamos investigar em que medida a democracia inercial no Brasil (BAQUERO, 2018) tem buscado resolver seus impasses políticos se valendo do uso do *hardball* (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), por parte das elites incumbentes, à revelia das instituições democráticas, num contexto de judicialização da política (VIANNA et al., 2014) e ascensão do populismo (INGLEHART; NORRIS, 2016).

Objetivando responder a esta problemática, o artigo foi dividido em dois momentos, no primeiro, “*Democracia inercial e o uso do hardball na política brasileira*”, apresenta-se o quadro teórico conceitual, caracterizando a democracia inercial, bem como o fenômeno do *hardball* como opção das elites neste quadro de estagnação democrática para resolução de impasses políticos e atalho da competição eleitoral. Num segundo momento, “*Os dois grandes tropeços da democracia brasileira*”, elenca-se os casos de *hardball* mais significativos na política brasileira das últimas décadas (impeachment de Collor em 1992 e Dilma em 2016) e o protagonismo da *Lava Jato* a partir de 2014, que caracterizam a nova forma de ataque à democracia,

contrapondo-se aos clássicos golpes de Estado na América Latina. O autoritarismo tem-se revestido de outras formas de atuação.

Recorrendo à pesquisa quantitativa, utilizamos, como base empírica deste artigo, o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os cálculos do Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita e PIB corrente (1990/2018), bem como o banco de dados do DataFolha (1990/2018) e da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), principalmente os dados da 7ª onda inéditos no Brasil. Posteriormente, foram utilizados o software SPSS para análise dos bancos e testes estatísticos de regressão múltipla.

Democracia inercial e o uso do *hardball* na política brasileira

Se a democracia tem passado por momentos críticos onde ela já está há muito tempo estabelecida, na América Latina, e mais especificamente no Brasil, os problemas que ela vem acumulando são mais agudos e de ordem socio-histórica. Primeiro, porque a formação do Estado e a gênese da sociedade se deram de forma diversa da que ocorreu com os países do hemisfério norte. Segundo e, conseqüentemente, porque, no Brasil, traços como autoritarismo, patrimonialismo e clientelismo permanecem ainda fortes e determinantes no modo de funcionamento do complexo institucional implantado ao longo do processo de redemocratização. Os brasileiros têm se mostrado mais dispostos a respostas autoritárias, como uma intervenção militar para resolução de crises agudas, vivendo uma espécie de *nostalgia da ditadura* (CASTRO, 1996, 2014; BITTENCOURT, 2020).

Na esteira dos estudos de cultura política e fazendo avançar a análise sobre as sociedades da América Latina (e do Brasil, em particular), Baquero (2018) propõe que a democracia latino-americana seja conceituada como uma democracia inercial. Em outras palavras, uma democracia estagnada, que “segue um padrão no qual mudanças econômicas, políticas e sociais ocorrem dentro de uma continuidade de um modelo político que não se altera significativamente, independente da ideologia do governo incumbente” (BAQUERO, 2018, p. 25). “Tal situação, no contexto atual, pode não redundar numa regressão autoritária ou colapso institucional [...], mas o dano maior se dá na instabilidade política permanente” (BAQUERO, 2018, p. 30). Assim, neste tipo de democracia, temos um terreno propício para o aparecimento de um fenômeno recente aberto na política brasileira, principalmente a partir de 1988, com a judicialização da política e o uso do *hardball* na política.

A judicialização da política e o ativismo judicial

A judicialização da política, como argumenta Vianna et al. (2014), é um fenômeno que se caracteriza pelo fato de levar para a esfera judicial uma contenda que poderia (ou talvez devesse) ter sido resolvida na esfera política, uma espécie de *provocação ao judiciário*. Dessa forma, o ativismo judicial como uma contra face desta mesma moeda, seria uma atuação proativa do Judiciário, provocado pela política. São fenômenos conexos: à medida que a política se desvaloriza, o Judiciário adquire mais credibilidade e demanda. Barboza e Kozicki (2012) argumentam que a bibliografia especializada tem apontado alguns facilitadores desse processo de judicialização da política no Brasil a partir dos anos 1980, tais como: a) a própria Constituição de 1988; b) a universalização do acesso à justiça; c) a ampliação da comunidade de intérpretes da Constituição, entre outras, pode-se acrescentar; d) a crise de representação política do modelo liberal; e) os escândalos de corrupção publicizados pelas diferentes mídias; e f) as novas tecnologias de informação que dão enorme visibilidade à arena política.

De fato, a judicialização da política beneficiou setores da esquerda nas últimas décadas, buscando compensar um parlamento muitas vezes conservador na promulgação de leis a um judiciário mais liberal e, portanto, mais sensível às questões das minorias. Por outro lado, os setores de uma direita conservadora também se valeram, nos últimos anos, da judicialização da política, como veremos adiante, tanto no episódio do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, como nas eleições de 2018. O problema posto de fundo, tanto à esquerda quanto à direita, é que o Poder Judiciário não teria legitimidade democrática para deliberar, posto que não é um poder eleito, não representa o desejo majoritário da sociedade para tomar decisões políticas que não lhe caberia, como princípio.

O uso do *hardball* na política brasileira

Levitsky e Ziblatt (2018) usam o termo *hardball* para se referir a uma nova modalidade de jogo das elites políticas nestas democracias, ou seja, *jogam duro, jogam sujo*, no sentido de, mesmo dentro do que é permitido no limite das leis, pelas regras, fazem uma leitura mais rígida das leis para favorecerem os interesses autoritários e atropelarem a competição política. Como exemplos mais recentes de *hardball*, podemos citar o impeachment de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012, de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, e de Pedro Pablo Kuczynski, no Peru, em 2018. Todos os processos feitos, em tese, *dentro da lei*.

Em outras palavras, os autores aludem para o fato de que as democracias possuem regras escritas e não escritas, sendo que tanto as regras escritas quanto as não escritas são imprescindíveis para o bom funcionamento da democracia. As regras não escritas implicam tolerância mútua e reserva institucional. Para corroborar nosso argumento, Levitsky e Ziblatt (2018) lembram do direito divino dos reis, em que nenhuma regra moral limitava legalmente seus poderes, pois eles eram ungidos por crenças religiosas. Assim, alguns excessos reais sobre os seus súditos eram absolutamente legais; no entanto, por muitas vezes atentarem contra os costumes da época, constrangiam o uso do poder real. A transgressão dessas regras por parte dos reis levava frequentemente a revoltas e guerra civil, o que os monarcas evitavam. Dito de outra forma, os aspectos culturais da sociedade são essenciais para a manutenção ou ruptura de um sistema político.

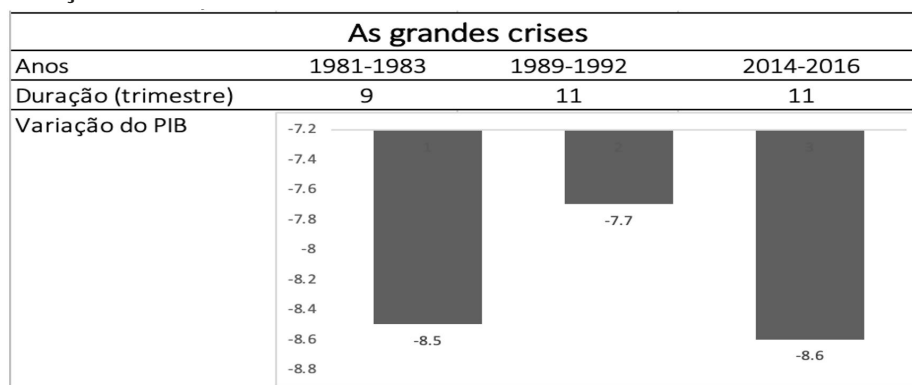
Ocorre que, com a queda da satisfação nas instituições da democracia liberal, entre elas, de maneira frontal, o executivo e o legislativo, temos uma judicialização recorrente das questões políticas, em contextos de crise econômica, possibilitando o uso deste *hardball*, como veremos nos casos empíricos evidenciados a seguir. Em outras palavras, *o diabo está nos detalhes*.

Os dois grandes tropeços da democracia brasileira: os impeachments de Collor à Dilma

Desde Marx (1986), passando por Lipset (1967), a dimensão econômica ainda possui efeitos importantes sobre as relações humanas, as instituições políticas e a própria democracia. Patamares muito baixos de crescimento econômico, distribuição de renda e desigualdade no mundo têm ameaçado a crença na democracia e nos direitos e liberdades fundamentais (PIKETTY, 2013; CASTELLS, 2018). No Brasil, não foi diferente, tanto no impeachment de Collor, em 1992, como no impeachment de Dilma, em 2016, ou mesmo na prisão do ex-presidente Lula, em 2018, que são exemplos de tropeços da jovem democracia brasileira combinados com parco crescimento do PIB. Quando observamos, no Gráfico 1, a variação do PIB brasileiro nos últimos 35 anos e seus respectivos períodos recessivos, percebemos o quão importante a economia é para a política e para a sustentação da democracia.

Cada período recessivo da economia correspondeu a uma inflexão poderosa sobre a arena política. A queda do PIB no início dos anos 80 em -8,5% levou à abertura política e ao declínio do regime autoritário

Gráfico 1 - Variação do PIB

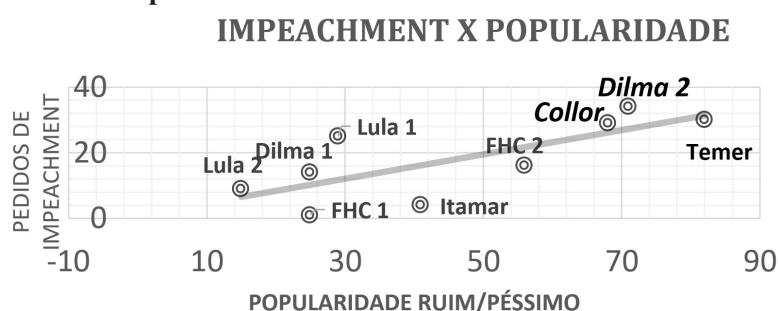


Fonte: Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, FGV (2018). Acesso ao site em 15 de novembro de 2019 <https://portalibre.fgv.br/codace>.

(1981/1983), que já se encontrava muito longe dos efeitos do *milagre econômico* nos anos 70. No final dos anos 80 e início dos 90 (1989/1992), a queda do PIB em -7,7% deu ensejo ao impeachment do primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor de Mello, em 1992. Entre (2014/2016), a queda do PIB em -8,6% levou ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, que havia sido eleita democraticamente em 2014 para o seu segundo mandato.

Nessas últimas décadas, dois presidentes eleitos democraticamente não resistiram às recessões, tanto Collor quanto Dilma caíram¹. Outro dado importante, ao lado da economia, é a dimensão da cultura política como um fator importante de sustentação da democracia. A medida em que a popularidade do presidente cai, aumentam os pedidos de impeachments (Gráfico 2). Quando olhamos para a direita do Gráfico 2, no governo Collor, que chega a uma avaliação de 68 de ruim ou péssimo, ele teve 29 pedidos de impeachments com um PIB de -0,5% em 1992. Dilma 2 chega a 71% de ruim e péssimo e atinge 34 pedidos de impeachments no Congresso Nacional, alcançando uma queda de -3,6% do PIB em 2016.

Gráfico 2 - Impeachment X Popularidade



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados do Portal da Câmara Federal (1992/2018). Acesso ao site em 09 de novembro 2019, <https://www.camara.leg.br/> e dados de pesquisa do Datafolha (2002/2018). Acesso ao site em 05 junho de 2019 <http://datafolha.folha.uol.com.br/>.

Aplicando-se o teste de regressão múltipla, conforme a Tabela 1, identificamos que as variáveis associadas significativamente com os Pedidos de Impeachments (PI) são o PIB Corrente (PIBC), o PIB Per Capita (PIBPC) e a Popularidade Negativa dos Presenciáveis (PNP). A variável que mais contribuiu para os pedidos de Impeachment foi a popularidade. Quanto maior o percentual de rejeição ao presidente, maior o número de pedidos de impeachment. Outra variável que está também associada inversamente ao número de pedidos de Impeachment é o PIBPC, indicando que, quanto menor PIBPC, maior é o número de pedidos de Impeachment no Congresso. Estas três variáveis, (PNP), (PIBPC) e (PIBC) são determinantes para os pedidos de impeachments, para o uso dos *hardballs*.

O Presidente Temer teve um patamar de ruim e péssimo de 82% e um número de 30 pedidos de impeachments, (Gráfico 2) em seu curto tempo de gestão; não caiu, mas seu governo permaneceu instável². Assim, podemos afirmar que Presidentes da República com patamares acima de 60% de ruim ou péssimo, combinados com crescimento negativo da economia ou com parco crescimento, tendem a cair ou manter-se em governos instáveis. Nessa situação, foram impedidos Collor e Dilma; Michel Temer, por sua vez, permaneceu instável.

O que vemos aqui, no uso indiscriminado de pedidos de impeachments nos últimos anos da República (162 pedidos), caracteriza aquilo que Levitsky e Ziblatt (2018) chamaram de *hardball*, ou seja, o *jogo duro constitucional*, que consiste na estrita aplicação da lei dentro de democracias, mas que, ao mesmo tempo, destrói o espírito da lei e da própria democracia, pois o *hardball* atropela a competição política e viola as regras não escritas da democracia.

O impeachment, como está sendo usado no Brasil, viola as regras democráticas e o espírito da lei. De 1990 a 2018, de Collor a Temer, foram em média quase seis pedidos de impeachment por ano, tendo eleições regulares a cada dois anos no País para diferentes instâncias. Ou seja, as eleições parecem não ser o suficiente para resolver a contenda política.

Tabela 1 - Resultados do Modelo de Regressão Múltipla

Coefficients ^a						
Model	B	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		Std. Error	Beta			
1	(Constant)	-6,913	5,438		-1,271	,219
	PIB	1,280	,707	,344	1,810	,086
	PIBC	1,099E-5	,000	7,905	2,703	,014
	PIBPC	-,002	,001	-,757	-2,629	,017
	PNP	35,851	9,283	,706	3,862	,001
a. Dependent Variable: PI						

Fonte: Elaborados pelos autores a partir de dados econômicos coletados no IBGE (1992/2018). Acesso ao site em 08 de agosto de 2019, <https://www.ibge.gov.br/>

Obs.: O modelo de regressão múltipla apresentou bom desempenho na predição dos pedidos de Impeachment em relação às variáveis PIB, PIB Per Capita e Popularidade (R^2 0,522; $p=0,005$). Foi utilizado o pacote estatístico SPSS v25.

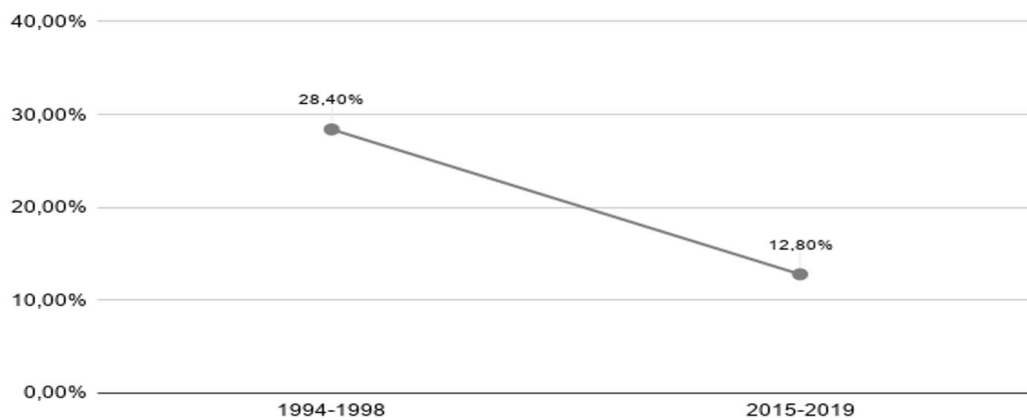
É nesse sentido que, tanto o impeachment de Collor, em 1992, como o de Dilma Rousseff, em 2016, podem ser caracterizados como *hardball*, mesmo tendo sido legais. As razões alegadas do impeachment de Collor, em 1992, estavam relacionadas ao uso de caixa 2, fraudes, corrupção, contas no exterior, enfim, as justificativas tradicionais para impeachment de presidentes no Brasil. No caso de Dilma, além do fato de várias lideranças estarem envolvidas em corrupção em seu governo, da má administração, do *conjunto da obra*, aqui houve uma inovação: no impeachment, foram as *pedaladas fiscais* da presidente em relação às contas públicas³. Aliás, manobra fiscal utilizada em larga escala por todos os presidentes eleitos, governadores de estados e prefeitos no País afora.

Note-se que os dois pedidos de impeachment foram legais e não podem ser classificados como querem os governistas, tanto de 1992 como de 2016, como *golpes*, mas também não podem ser classificados como quer a oposição, como exemplo de *bom funcionamento de nossas instituições democráticas*, pois, nos dois casos, trata-se de um *hardball* claro, utilizados pelas lideranças políticas de diferentes partidos, da esquerda à direita para “vencer” o jogo sem competição, burlando regras informais da democracia brasileira⁴. Em outras palavras, a democracia serve para quem tem força política.

O Protagonismo da Lava Jato Diante da Insatisfação com a Democracia

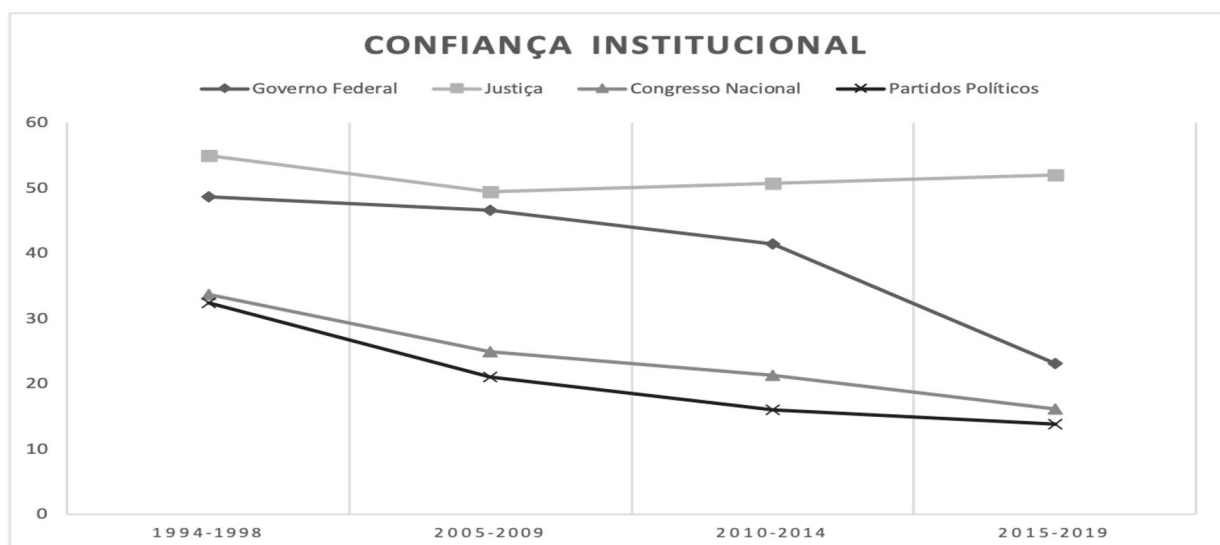
Este comportamento desviante das instituições democráticas por parte das elites políticas fica mais claro quando observamos o respaldo que elas recebem da opinião pública brasileira. Há uma queda da satisfação com o sistema político vigente no Brasil de acordo com o Gráfico 3: se na 4ª onda do WVS (1994/1998) 28,40% da população brasileira declarou estar satisfeita com o sistema político, este pequeno percentual cai ainda mais para 12,80% na 7ª onda (2015/2019). (INGLEHART et al., 2014; CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

De fato, quando adentramos o sistema político, verificamos que a confiança nas instituições tem declinado consistentemente no Brasil ao longo da série histórica, como mostra o Gráfico 4. Na 4ª onda de 1994/1998, 48,70% das pessoas confiavam no governo federal. Esse percentual caiu mais da metade para 23,10% na 7ª onda 2015/2019 (INGLEHART et al., 2014) Outra queda preocupante é a confiança no Congresso Nacional, pois, se, em 1994/1998, 33,60% dos brasileiros confiavam no Congresso, na última onda, apenas 16,10% declararam confiar (INGLEHART et al., 2014). Os partidos políticos foram aqueles que mais decaíram na confiança dos cidadãos, tendo uma queda de 32,50% em 1994/1998 para 13,70% em 2015/2019, como podemos constatar

Gráfico 3 - Satisfação com o sistema político vigente**Satisfação com o sistema político vigente**

Fonte: Inglehart et al. (2014) e Castro, Ranincheski e Capistrano (2018).

Obs.: Para a construção do gráfico, consideramos apenas a variável *satisfação com o sistema político na escala de 6 a 10*, em que os dados apresentam apenas os resultados a essas respostas e expressam, na coluna, sua porcentagem e, nas linhas, a série temporal.

Gráfico 4 - Confiança nas instituições

Fonte: Inglehart et al. (2014) e Castro, Ranincheski e Capistrano (2018).

Obs.: Surveys de 1994/1998, 2005/2009, 2010/2014, 2015/2019. Para a construção do gráfico, consideramos apenas a variável “confia totalmente e confia em parte”, em que os dados apresentam apenas os resultados a essas respostas e expressam, na coluna, sua porcentagem e, nas linhas, a série temporal.

no Gráfico 4. O fato relevante é que duas instituições centrais do modelo liberal de democracia como partidos políticos e parlamento estão profundamente desacreditadas pela população, que opta pelas saídas personalistas.

Nesse sentido, entendemos que o declínio da satisfação com estas duas instituições centrais do Estado Democrático de Direito dão vazão ao protagonismo do poder judiciário, através do fenômeno tanto da judicialização da política quanto do ativismo judicial no Brasil, principalmente a partir da Constituição de 1988, com o fortalecimento do Ministério Público (MP). A operação *Lava Jato* constitui-se no caso mais emblemático deste fenômeno recente, principalmente depois do instituto da *Delação Premiada*, Lei assinada

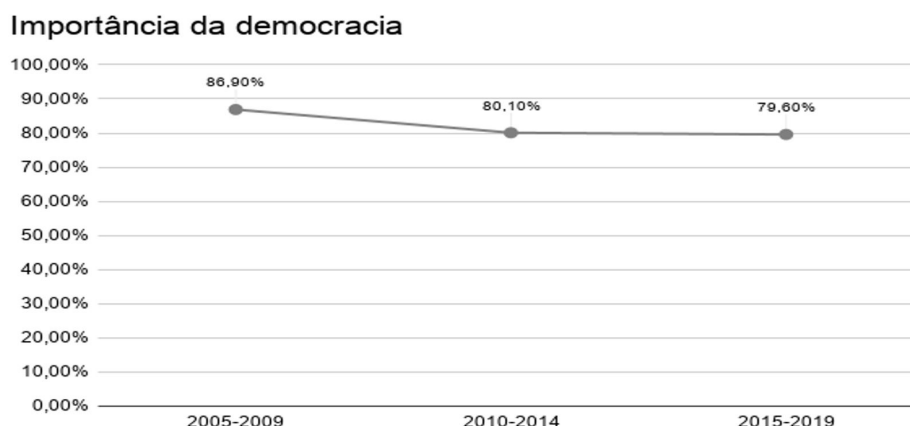
por Dilma Rousseff. Esta operação teve início em março de 2014 e constituiu-se num conjunto de investigações que envolveram tanto a Polícia Federal (PF) quanto o Ministério Público (MP), entre outros, o então Juiz Sérgio Moro, investigando crimes de corrupção passiva e ativa, gestão fraudulenta, organização criminosa, formação de quadrilha, desembocando em dezenas condenações e prisões coercitivas, envolvendo tanto gestores públicos de importantes estatais, quanto membros da classe política e empresarial do Brasil e do exterior⁵.

Essa operação desfrutou um enorme prestígio político. O Gráfico 4 corrobora esse argumento na medida em que mostra a justiça como a instituição mais preservada desses desgastes. Ela tinha 55% de confiança da população em 1994/1998, teve uma pequena oscilação para baixo de 49,5% em 2005/2009 e voltou a subir para 52,20% em 2015/2019 (INGLEHART et al., 2014; CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Os escândalos de corrupção da classe política e empresarial que culminaram com a prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018, pela operação Lava Jato, configura-se caso flagrante de judicialização da política que dá espaço para o uso do *hardball*, aos inimigos a lei. Esse fenômeno colocou o Juiz, Sérgio Moro, com seus poderes constituídos desde a arena judiciária, diretamente na arena política⁶. Este ativismo fica mais explícito, entre outras, na liberação de escutas telefônicas ilegais, bem como em depoimentos de delações premiadas sem base factual, visando impedir a posse do ex-presidente como ministro da casa civil ou mesmo sua eleição em 2018⁷. O STF, através do ministro Gilmar Mendes, já em 2016, determinou a suspensão da nomeação de Lula como ministro da Casa Civil no governo Dilma, respondendo a esta judicialização política tanto do PSDB quanto do PSB (OLIVEIRA, 2016).

O ponto alto desse fenômeno não foi a violação do artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal de 1988, que reza que “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória” (BRASIL, [2016]), e tampouco o Código Civil Penal Brasileiro que reza: *dando ao acusado o direito de responder processo em liberdade* (BRASIL, 2011), pois ele havia sido condenado somente em segunda instância. O ápice foi o aceite do Juiz Sergio Moro para assumir o Ministério da Justiça do presidente eleito Jair Bolsonaro do PSL, compondo, enquanto membro de uma espécie de *partido da justiça*, um novo player junto com os militares no governo. As revelações das conversas telefônicas entre o Juiz Sergio Moro e os integrantes do Ministério Público (MP) como o procurador Deltan Dallagnol, pelo site *The Intercept Brasil*, amplamente divulgados na imprensa, só corroboram nosso argumento não somente do uso da lei, mas também da sua própria violação em nome do combate à corrupção. Não estamos aqui discutindo os méritos da operação, muito menos à corrupção em si, mas a forma como se deu, à revelia do devido processo jurídico legal⁸. Neste processo, de desgaste perante a opinião pública, é compreensível que a democracia vai perdendo gradativamente sua importância e força perante a população brasileira, conforme o Gráfico 5 demonstra. Como podemos observar, 86,90% dos brasileiros, em 2005/2009, declararam de forma genérica sua importância

Gráfico 5 - Importância da Democracia



Fonte: Inglehart et al. (2014) e Castro, Ranincheski e Capistrano, (2018).

Obs.: Surveys de 2005/2009, 2010/2014, 2015/2019. Para a construção do gráfico, consideramos apenas a variável “importância da democracia de 6 a 10”, em que os dados apresentam apenas os resultados a essas respostas e expressam, na coluna, sua porcentagem e, nas linhas, a série temporal.

na democracia, todavia, na última onda 2015/2019, há uma queda para 79,6%. (INGLEHART et al., 2014; CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

A operação *Lava-Jato* é a cristalização da judicialização da política, bem como do ativismo judicial, na sua máxima potência, uma clara investida do poder judiciário, diante do espaço aberto pelos demais poderes constituídos da República. Assim, o uso do *hardball*, uma forma de ativismo judicial, parece ser o *modus operandi* no século XXI das elites políticas e econômicas com o apoio de militares e boa parte da opinião pública, bombardeada pelos escândalos de corrupção (CASTELLS, 2015), em detrimento dos golpes clássicos no século XX. A eleição de Bolsonaro contou com o apoio diuturno *lavajatista*, militar e de importantes setores empresariais, inclusive com vários Generais sendo incorporados ao seu governo. Nesta ordem das coisas, parece que os militares voltam à cena política não mais como uma tragédia, típicas do século passado, mas como uma farsa, para parafrasear Marx (2011) no 18 de Brumário, uma vez que nunca abandonaram seu papel tutelador sobre o sistema político brasileiro (SANTOS, 2010).

Considerações finais

Este artigo demonstrou que os inimigos da democracia no Brasil têm uma nova modalidade de ataque às instituições democráticas, não mais efetuada por golpes tradicionais ou insurreições, de fora para dentro, mas sobretudo de dentro para fora do regime. Nesse sentido, as elites políticas tanto à esquerda quanto à direita do espectro político e na esteira da judicialização das contendas políticas, buscam resolver seus impasses se valendo do uso do *hardball*, à revelia das instituições democráticas, num novo contexto agravado pela ascensão do populismo no mundo e em particular no Brasil, nos últimos anos, que levam nossa jovem democracia a um estado inercial.

Consonante com outros trabalhos, fica claro que a democracia não é um caminho natural, mas uma construção social que precisa de congruência com a sociedade. Não se trata unicamente da proposição de mecanismos formais de escolha de dirigentes, mas de algo escrupulosamente trabalhado em termos geracionais. Mesmo assim, como indicam pesquisas nas chamadas democracias avançadas, não há garantia alguma da perenidade de qualquer sistema político: a sua construção ou manutenção depende de permanente decisão.

O trabalho também evidenciou que a cultura política do brasileiro está longe de efetivamente sustentar a democracia em seus aspectos substantivos (conteúdo e instituições), mas tão somente em sua forma (eleições e apoio difuso). Dessa forma, o apelo populista pode ser um *canto da sereia* para saudos da ditadura ou para elites descomprometidas com a sociedade. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e o surgimento de movimentos protofascistas em seu apoio pré e pós-eleitoral são indicativos disso. Nesse sentido, a cultura política pode ser também um inimigo da democracia.

Decerto há inúmeros outros casos que poderiam ser elencados aqui para ilustrar melhor nosso quadro teórico, como a prisão do ex-presidente Michel Temer em março de 2019, pelo juiz Marcelo Bretas, entre outros. Todavia, o espaço deste trabalho nos obriga a fazer recortes ao mesmo tempo que inaugura uma nova agenda de investigação no País. Estes fenômenos abertos no Brasil, com a Constituição de 1988, têm dado vazão à ocorrência do uso do *hardball* na política brasileira de maneira mais explícita. Seus usos serão tão mais frequentes quanto maior for a incongruência entre economia, política e desigualdade social no País.

Referências

- BAQUERO, M. Democracia Inercial. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018.
- BARBOZA, E. M. de Q.; KOZICKI, K. Judicialização da Política e Controle Judicial de Políticas Públicas. Revista de Direito GV, São Paulo, n. 8, p. 59-86, jan./jun. 2012.
- BERTHOLINI, F.; PEREIRA, C. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. Revista de Administração Pública FGV, Rio de Janeiro, n. 4, v. 51, p. 528-550, 2017.
- BITTENCOURT, M. A. “Nostalgia da Ditadura” e as eleições de 2018 no Brasil: uma proposta de explicação. 2020. 50f. Dissertação (Mestrado em Cultura Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2019.

- BRASIL. Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 4 maio 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm. Acesso em: 26 abr. 2019.
- CASTELLS, M. O poder da comunicação. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CASTELLS, M. Ruptura: a crise da Democracia Liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTRO, H. C. O. Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile. Brasília: Verbena, 2014.
- CASTRO, H. C. O. A democracia em cheque: um estudo de Cultura Política entre porto-alegrenses. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.
- CASTRO, H. C. O. Democracy versus people: do changing values challenge Democracy? In: CONGRESSO ANUAL DA WAPOR, 72., 2019, Toronto. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2019.
- CASTRO, H. C. de O. de; RANINCHESKI, S.; CAPISTRANO, D. World Values Survey Brazil - Round Seven. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018. (Data under embargo for disclosure according to the rules of the World Values Survey Association.). Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- CATTERBERG, G.; MORENO, A. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. International Journal of Public Opinion Research, Oxfordshire, v. 18, n. 1, p. 31-48, out. 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/ijpor/article/18/1/31/797103>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- CIFUENTES, P. Investigação na Petrobras começou com um estranho presente de luxo. Brasil El Pais, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/politica/1417472349_354451.html. Acesso em: 26 abr. 2019.
- INGLEHART, R. et al. World Values Survey: all rounds. Madrid: JD Systems Institute, 2014. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWVL.jsp>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- INGLEHART, R. F.; NORRIS, P. Trump, Brexit, and the rise of populism: economic have-nots and cultural Backlash. Harvard Kennedy School: Cambridge, ago. 2016. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/publications/trump-brexit-and-rise-populism-economic-have-nots-and-cultural-backlash>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIPSET, S. M. O Homem Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, K. A Ideologia Alemã. (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Ed. da USP, 2013.
- OLIVEIRA, M. Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. G1 Globo, Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- PIKETTY, T. O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- SANTOS, E. R. Poder e Dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra. Porto Alegre: Sulina; Feevale. 2010.
- SINGER, A. O Lulismo em Crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- VIANNA, L. W. et al. A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

Notas

- ¹ Somente o presidente General Figueiredo, no início dos anos 1980, permaneceu, pois era membro de um regime autoritário desde 1964.
- ² A estratégia do não impeachment de Temer foi compartilhar o poder com os aliados. Montar uma base que espelhe as preferências ideológicas do plenário (menos heterogênea), compartilhar recursos de acordo com o peso dos partidos no Congresso de maneira muito habilidosa. Temer perdeu completamente o apoio popular com sucessivos escândalos de corrupção, mas se manteve até o final como o apoio do Congresso Nacional. Veja importante artigo explicativo deste fenômeno: “Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro” (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017).
- ³ *Pedalada fiscal* foi o termo utilizado para se referir a operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano.

- ⁴ Este fenômeno estaria substituindo os golpes clássicos do século XX na América Latina que, ao contrário do flagrante descumprimento da lei, que os caracterizava, seria agora a *radicalização da lei*, porém com os mesmos objetivos, fragilizar a democracia e o espírito das leis.
- ⁵ O nome dessa operação deveu-se ao fato de que as investigações descobriram o uso de um posto de gasolina em Brasília para lavagem de dinheiro através de um doleiro chamado Alberto Yossef. Personagem este ligado a Paulo Roberto da Costa, ex-diretor da Petrobrás (CIFUENTES, 2014). Assim, o fio condutor das investigações levou ao coração do Estado neopatrimonial brasileiro.
- ⁶ Todavia, agora, em ampla vantagem com relação aos atores políticos, pois trata-se de um *ativismo judicial*, a entrada no jogo eleitoral abertamente.
- ⁷ A articulação da justiça, do Ministério Público, da Política Federal, conforme aquilo que Singer (2018) chamou de *o partido da justiça*.
- ⁸ Não se quer com esta análise desse fenômeno eximir algum político ou mesmo a classe política de suas defecções. No Brasil, a corrupção é proporcional ao nível de inserção do político no Estado brasileiro. Decerto que um presidente da República poderá ser acusado de malversação do dinheiro público de uma grande empresa petrolífera, tráfico de influência, ao passo que um deputado federal poderá ser acusado de empregar funcionária fantasma em seu gabinete através da conhecida *rachadinha*. Muito embora Lula e Bolsonaro estejam há décadas na política, o deputado Bolsonaro integrava o *baixo clero* no Congresso Nacional e suas posições *extremadas e exóticas* sempre o insularam da participação direta em diferentes governos e ministérios, também o alijando da participação maior na corrupção nacional, tal como o PT e seus partidos aliados: era periférico na política e na corrupção.

Everton Rodrigo Santos

chabert89@gmail.com

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale

Feevale

ERS-239,N. 2755

Novo Hamburgo – R.S – Brasil

CEP: 9352-075

Henrique Carlos de O. de Castro

henrique@ufrgs.br

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

UFRGS/DERI

Av. João Pessoa, 52.

Centro – Porto Alegre/RS

CEP: 90040-000.

Fábio Hoffmann

molahms@gmail.com

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

UFPel

Av. Borges de Medeiros, N. 915, Centro histórico.

Porto Alegre – R.S – Brasil

CEP: 90020-025

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Revisão teórica e análise final dos dados pelos três autores.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

CNPQ.

Consentimento para publicação

Consentimento dos autores.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Direito à comunicação e cidadania: o processo democrático no centro do debate

Rômulo Magalhães Fernandes¹

<https://orcid.org/0000-0001-9488-4174>

¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade Mineira de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Belo Horizonte, M G, Brasil

Direito à comunicação e cidadania: o processo democrático no centro do debate

Resumo: O presente artigo investiga a relação, nem sempre explícita, entre o poder e o exercício do direito à comunicação, indicando pontos de convergência e de divergência para contextualizar o cenário de mediação. A partir de uma revisão teórica interdisciplinar sobre as características da comunicação social na atualidade, em diálogo com os elementos de fundo da sociedade brasileira que versam sobre a tradição autoritária, violenta e de não cidadania na qual se forjou o país, este estudo aponta sobre a centralidade do processo democrático quando se analisa a relação entre mídia e poder, bem como as especificidades da realidade dos meios de comunicação social no Brasil, em grande parte, marcada por um sistema de comunicação historicamente concentrado e avesso a discussões sobre pluralismo e controle democrático.

Palavras-chave: Cidadania. Direito à comunicação. Democracia. Mídia. Poder.

Right to communication and citizenship: the democratic process at the center of the debate

Abstract: This article investigates the relationship, not always explicit, between power and the exercise of the right to communication, indicating points of convergence and divergence to contextualize the mediatization scenario. Based on an interdisciplinary theoretical review on the characteristics of social communication today, in dialogue with the background elements of Brazilian society that deal with the authoritarian, violent and non-citizenship tradition in which the country was forged, this study points to the centrality of the democratic process when analyzing the relationship between media and power, as well as the specificities of the reality of social media in Brazil, largely marked by a historically concentrated communication system and averse to discussions about pluralism and democratic control.

Keywords: Citizenship. Right to communication. Democracy. Media. Power.

Recebido em 23.06.2020. Aprovado em 02.08.2020. Revisado em 11.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O artigo que se desenvolve a seguir procura investigar a relação, nem sempre explícita, entre o poder e o exercício do direito à comunicação, indicando pontos de convergência e de divergência para contextualizar o cenário de midiaticização. Para tanto, o texto contempla revisão da literatura sobre as características da comunicação social na atualidade, em diálogo com os elementos de fundo da sociedade brasileira que versam sobre a tradição autoritária, violenta e de não cidadania na qual se forjou o país.

Ganha relevância, neste estudo, a contribuição de Venício A. de Lima (2006, 2012, 2012a), autor que lança luz sobre a centralidade da comunicação social na vida humana, seja como fonte de entretenimento, informação ou instrumento de trabalho, com reflexos diversos no cotidiano das pessoas e nas disputas de poder que compreendem a cultura política de determinada realidade. Desse ponto de vista, em que se reconhece o papel da comunicação de massa como objeto fundamental de análise para se compreender as relações de poder, recorre-se ao conceito de *cenário da representação política*, cunhado por Lima, para se analisar os meios de comunicação social no Brasil.

A noção de cenários de representação política, em diálogo com outras contribuições teóricas aprofundadas, como as ideias de poder invisível de Bobbio (2015) e de simulacro de Chauí (2006), ambas associadas ao estudo dos meios de comunicação social do Brasil, permitirão lançar novos questionamentos que são fundamentais ao desenvolvimento deste artigo, tais como: os traços que fizeram parte da formação brasileira (autoritarismo, violência, cidadania regulada, entre outros) podem incidir na compreensão simbólica decorrente da comunicação de massa da atualidade? Os grandes conglomerados de radiodifusão são capazes de fabricar imaginários sociais ou tão somente reproduzem as informações que representam determinada realidade política? Em um contexto de centralidade da mídia, quais os reflexos para o indivíduo ou para uma coletividade na sua tomada de decisão na cena política?

Feitas essas considerações introdutórias, que visam tão somente situar significados e contextos a serem enfrentados neste artigo, torna-se possível avançar no desenvolvimento do texto, primeiramente, abordando a centralidade do processo democrático quando se analisa a relação entre mídia e poder, para, em sequência, refletir sobre a realidade dos meios de comunicação social no Brasil, em grande parte, marcada por um sistema de comunicações historicamente concentrado e avesso a discussões sobre pluralismo e controle democrático.

A comunicação de massa como um *maquinário de representações*

Desde o início do século XX, a comunicação social amplia sua centralidade no cotidiano da vida humana. Emissoras de rádio e televisão, abertas ou pagas, jornais, revistas, cinemas e canais de Internet estabelecem um processo mediante o qual transmitem mensagens, sejam ideias, valores ou sentimentos, que alcançam um número grande e indeterminado de receptores, pessoas dos mais variados grupos sociais. Mas o que compreende esse fenômeno de massa? Qual a sua capacidade de construir significados para aqueles que o recebem? Ou, a sua mensagem é uma mera transmissão de informação, sem *ruídos* ou acréscimo de novos sentidos?

Dentre as principais características das sociedades modernas, destaca-se a consolidação de uma indústria cultural¹, composta por veículos de comunicação de massa capazes de incidir na construção do conhecimento das pessoas e, conseqüentemente, na tomada de decisão de cada uma delas. Contudo, essa influência dos meios de comunicação social não se deu, em grande medida, pela coerção ou imposição explícita de suas ideias, mas, em sentido oposto, pelo consenso, ou pelo menos, pela aparência dele, o que tornou o processo de estruturação de uma sociedade centrada na comunicação de massa ainda mais engenhoso, particularmente, em sociedades sob a égide do paradigma democrático².

Considerando os meios de comunicação e o conjunto de relações de poder nas quais estão inseridos, chama a atenção a simbiose estabelecida entre a mídia e a política. A mídia assume, assim, funções tipicamente de atores políticos, tais como pautar a agenda política, fiscalizar governos, produzir e reproduzir informações políticas e canalizar demandas da população (LIMA, 2006), construindo cultura política tanto quanto é construída pelo conjunto de relações sociais que participa.

Os jornais foram os primeiros, mesmo que de forma incipiente, a consolidarem-se como veículos de comunicação de massa, seguidos pelo rádio, pela TV e, hoje, pela integração de todas essas plataformas anteriores,

impulsionadas pelos avanços da informática e das telecomunicações. Apesar de possuírem semelhanças entre si, o desenvolvimento histórico desses veículos de comunicação também guarda especificidades, que podem ajudar na elucidação do avanço dessa sociabilidade pautada na comunicação.

Na *era do rádio*, por exemplo, foi possível, pela primeira vez, alcançar um patamar tão elevado de troca de informações a distância, que as novas condições de transmissão seriam capazes de mobilizar multidões. Para ilustrar essa situação, Chauí (2006) resgata o episódio da transmissão radiofônica do romance *A Guerra dos Mundos*, de H. G. Wells, realizada em meados de 1930, na cidade de Nova York, o qual narra a invasão do planeta Terra por marcianos. Sem a preocupação de avisar ao público que se tratava de uma história de ficção, o programa de rádio apresentou o romance como se, de fato, Nova York estivesse sendo invadida por alienígenas. O pânico tomou conta da cidade, com pessoas fugindo de suas casas, procurando trens, ônibus, metrô e automóveis para escapar da ameaça. E, na sequência, o pânico tomou conta do país, sendo necessário que o governo e o exército norte-americanos intervissem para acalmar a população.

Seria um efeito isolado, fruto de um descuido dos radialistas, que encobertos pela *licença artística* não se preocuparam em avisar o público de um eventual engano? Pelo contrário, desse exemplo de confusão entre ficção e realidade presente em *A Guerra dos Mundos*, aliado à popularização dos aparelhos eletrônicos de rádio e sua capacidade mobilizadora, o que se percebe é que as ondas do rádio abriram um caminho, sem volta, de novas possibilidades de uso político por seus produtores de mensagens. Na perspectiva de Santos (2006, p. 159), as técnicas e tecnologias da informação, nesse caso, em específico, a expansão do rádio, tornaram a informação um componente estruturante do próprio espaço geográfico, forjando um novo meio pelo qual as dinâmicas sociais se estabeleceriam. Anos depois, a televisão deu prosseguimento a essas mudanças, inserindo novos ingredientes ao contexto de transformação.

Com a introdução da cultura audiovisual nas relações sociais instaurou-se a sociedade da *vídeo-política* (SARTORI, 1992), isto é, a televisão torna-se um meio de comunicação tão importante, que transformou a política e o próprio ser humano. De fato, a televisão mudou a percepção do mundo social sobre si mesmo. A TV, seja como fonte de informação ou de entretenimento, alterou sensivelmente a vida de seus espectadores, influenciando horários, rotinas, costumes, formas de lazer, espaços domésticos, prioridades de consumo, assuntos de debate e preferências políticas.

Nesse sentido, reflete-se o exemplo das telenovelas brasileiras, ou, em formatos mais atuais, das séries vistas em diferentes plataformas. Lima (2012, p. 235-240) recorda de três novelas em específico, que foram exibidas em sequência pela Rede Globo, poucos meses antes da eleição presidencial de Fernando Collor de Melo, em 1989. São elas: “Vale Tudo”, onde o país ficcional/real foi retratado como um reino da corrupção, onde prevaleceu a ética da sobrevivência; “O Salvador da Pátria”, que satiriza a vida de um político desesperado, sem ideologia ou partido, e que se transforma ao chegar ao poder; e “Que Rei Sou Eu?”, que retrata os políticos como todos corruptos, à exceção daqueles do Executivo, e que a salvação está no protagonista da novela, homem bonito e jovem, capaz de conquistar o poder. Será coincidência a relação entre os enredos da novela e os cenários da política? Lima adverte que não, uma vez que essas três telenovelas, além de entreterem, faziam parte de um processo mais amplo, já em curso na mídia, que visava desqualificar a política como atividade ou o político como ator profissional.

Nos dias atuais, outros exemplos também poderiam ilustrar esse contexto, inclusive, com a ampliação do papel da Internet nas atividades da política, seja pelo acesso a mais canais de informação, ou, paradoxalmente, pelo efeito da desinformação via *Fake News* e impulsionadores de conteúdo recorrentes na rede. Apesar desse contexto, e do relativo declínio do papel da TV, esta ainda continua a exercer centralidade entre as mídias do País, muito pela sua capilaridade e consórcio de interesses que a fortalecem.

Na atualidade, a televisão ainda se apresenta como um *maquinário de representações*, independentemente do conteúdo e de sua programação, o que pode ser evidenciado a partir de quatro características centrais: 1) a televisão supera a necessidade de conexão entre presença física e experiência, uma vez que não é preciso estar presente para experimentar, basta assistir; 2) tornou os espectadores *homo ocular*, isto é, pessoas insensíveis ao texto escrito e/ou falado, voltadas tão somente ao que visualmente é perceptível na televisão; 3) dificulta a separação entre a ficção e o real; e 4) tornou-se um espaço privilegiado de construção da cultura mítica, fabricando e emitindo imaginários sociais (LIMA, 2012).

Nota-se, assim, a força de persuasão adquirida pela comunicação de massa no decorrer dos anos. Nesse ponto, rádios, televisões e, hoje, também, computadores representam muito mais do que meros eletrodomésticos

para consumo das famílias. São partes de um sistema complexo, no qual a comunicação é poder, não o ato de comunicar-se em si, mas a capacidade de produzir o seu conteúdo e transmiti-lo, sendo os produtores dessa informação verdadeiros centros de poder econômico (tanto porque são empresas privadas como porque são mercadorias que transmitem e vendem outras mercadorias) e centros de poder político ou de controle social e cultural (CHAUI, 2006).

A questão em jogo é o processo democrático

Após essa apresentação do contexto no qual se insere a relação entre mídia e poder (no sentido amplo do termo), torna-se necessário encontrar uma base teórica que permita entendê-la. A depender do referencial teórico adotado, o entendimento pode tomar caminhos diversos, em particular, sobre como se dá a conexão entre a realidade e a sua representação pelos meios de comunicação social.

Na teoria mimética, por exemplo, mesmo em produções mais elaboradas, como é o caso de René Girard³ (2011), a realidade parte do princípio da existência de um referencial externo, no qual sempre prevalece uma separação formal ou de fato entre realidade e a sua representação. Quando aplicado ao tema da comunicação, o referencial mimético apresenta a representação da mídia como um ato externo à realidade, uma mera reprodução, ainda que com pequenas imprecisões.

Desse entendimento teórico, dois desdobramentos principais tendem a ocorrer na prática: o primeiro é a simplificação sobre a autonomia e o papel dos aparelhos do sistema de comunicação, sejam privados ou estatais, em transmitir informações ao público, sem levar em conta os diferentes interesses em jogo, sejam eles econômicos, sociais ou políticos, além da capacidade desse setor em criar, distorcer ou omitir informações com o objetivo de influenciar a opinião pública e de defender seus próprios interesses. O segundo desdobramento é a incapacidade dessa tradição mimética de explicar a origem e como se estruturam os imaginários sociais (representação global e totalizante da sociedade), pouco contribuindo para desvelar os discursos que permeiam o espaço simbólico da vida pública.

Esse artigo, contudo, escolhe uma moldura conceitual diferente, que vê nas representações da mídia verdadeiros filtros da realidade, em que a realidade constitui e é constituída, ao mesmo tempo, na e pela comunicação de massa. E, nesse sentido, o conceito de *cenários de representação* elaborado por Venício A. Lima (2006, 2012, 2012a), insere a comunicação social dentro do tema-problema da construção pública de significações e valores da sociedade e, portanto, como parte integrante do hegemônico. Assim, para Lima (2006, 2012, 2012a), os cenários são como espaços onde a ação se desenvolve em representação, significando não só representar a realidade, mas, necessariamente, constituir-la; em outros termos, cenários são construções de sujeitos sociais.

No estudo da mídia, mais especificamente, sob o recorte do processo político eleitoral, Lima lembra que dificilmente um candidato poderá vencer as eleições se não ajustar sua imagem pública ao cenário de representação político dominante, ou, pelo menos, construir um cenário de representação contra-hegemônico eficiente. O cenário de representação política é, nas palavras do autor:

[...] o espaço específico de representação da política nas “democracias representativas” contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, constituído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia, sobretudo na televisão (LIMA, 2012, p. 186-187).

A hegemonia, desse modo, realiza-se em espaços de representação, inclusive, do processo de eleição e de decisão política. A partir de três pressupostos principais, a saber, a existência de uma sociedade centralizada na mídia, o exercício de uma hegemonia e a existência da televisão como mediação midiática dominante, Lima (2012) enfatiza que os meios de comunicação eletrônicos transformaram a mídia, seja em âmbito privado ou estatal, no aparelho de hegemonia mais eficaz na articulação hegemônica, na medida em que é capaz de construir e definir limites da realidade dentro dos quais ocorre a disputa política.

O conceito *cenários de representação*, conforme as características descritas acima, também considera outros aspectos que integram o hegemônico, os quais, apesar de não abordarem diretamente o tema do processo político, fazem parte do espectro mais amplo que compreende o poder. Assim, a partir da análise de programas

televisivos, é possível estudar cenários de representação, hegemônicos e contra-hegemônicos, que dizem respeito a questões de gênero, de etnias, de gerações, de violência, de estética, de modernidade e de infância.

Por todos esses reflexos que permeiam a discussão dos cenários de representação, é que a análise da mídia não pode se restringir a mera descrição do fenômeno social no qual a comunicação de massa está inserido, sendo necessário refletir, também, sobre o papel daqueles que controlam a produção e a transmissão de mensagens, pois isso incide decisivamente nas disputas de poder presentes na sociedade. Nessa perspectiva, Lima (2006, p. 63) adverte que “acima de tudo, é preciso lembrar sempre: o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático”.

Mas de qual ideia de democracia está se falando? Aquela na qual prevalece a *democracia dos espectadores*, isto é, produtora de consensos e que vê no *rebanho desorientado* um mero espectador, que, de vez em quando, possui a permissão de transferir seu apoio a um outro membro da classe especializada? (CHOMSKY, 2013) Ou, em sentido oposto, uma democracia em que indivíduos participem, ativamente inclusive, no exercício de ser bem informado, assim como de informar? Nessa segunda perspectiva, a predominância de não temas da agenda pública, como é o caso da concentração dos meios de comunicação social, sugerem dois problemas fundamentais: a invisibilidade e o simulacro das questões relativas ao poder.

Norberto Bobbio (2015), no livro *Democracia e Segredo*, afirma que a democracia, idealmente, é o poder do visível, isto é, do governo cujos atos se desenrolam em público e sobre controle da opinião pública, em oposição ao poder autocrático, invisível. Do que é secreto, o poder invisível se forma e se organiza não somente para se combater o público quando lhe interessa, mas também para tirar benefícios ilícitos e extrair vantagens que não lhe seriam permitidos à luz do dia. Nota-se, assim, a importância do aspecto de democracia advertido por Bobbio, uma vez que considera o imbricar de duas ideias-chave: o poder público como coisa pública, de Estado, e como publicidade, relativos às coisas públicas, do Estado.

Mas a questão em jogo vai muito além de revelar segredos escondidos. Na sociedade contemporânea, centrada na informação mediada pelos meios de comunicação, o espetáculo midiático se constitui, em grande medida, por força do simulacro (CHAUÍ, 2006), reproduções imperfeitas da realidade. O telespectador comum não se identifica mais como uma pessoa comum, parte da massa, mas como um público especialista, detentor de um acesso a uma gama de informações sem precedentes na história da humanidade.

Nesse ponto, o simulacro mostra sua engenhosidade, pois, a pessoa comum, convencida de seu papel de especialista e, por vezes, também de formador de opinião em suas novas ferramentas de interação com os meios, passa a acreditar, fielmente, que é bem informado. Assim, quando se fala que o que está em jogo é o processo democrático, espera-se redirecionar a atenção para o tema do poder, ou em um sentido mais extremo, para a capacidade de se criar (ou não) a realidade.

Se transportado esse entendimento para o debate dos meios de comunicação social, é possível perceber que os setores altamente concentrados da mídia acabam por influenciar a transmutação do espaço público em espaços de interesses privados. Não por acaso, o quadro de distribuição de concessões públicas de rádio e televisão no Brasil, historicamente, prevalece sob a base de critérios de favoritismo e moeda de barganha política, articulando elementos econômicos e políticos como base da manutenção de um *status quo*.

Mas como resistir a esse cenário? Nessa perspectiva, retoma-se, mais uma vez, ao conceito de *cenários de representação*, mas, agora, sob seu aspecto alternativo, também, inspirado pelas leituras de Gramsci (1999) e, particularmente, de Lima (2012). Os meios de comunicação tiveram destaque nos escritos do autor italiano, uma vez que se relacionavam formação de significados e linhas de força que incidiam sobre o imaginário coletivo. Nos *Cadernos do Cárcere*, redigidos por Gramsci em grande parte entre os anos 1926 e 1934, período em que esteve preso por se opor ao regime fascista na Itália, o autor aponta como a imprensa, considerada a parcela *mais dinâmica* entre as outras formas de disputa ideológica à época, contribui para unir, em um mesmo bloco, agrupamentos hegemônicos não necessariamente homogêneos, ideias e valores que exercem influência na compreensão da realidade.

Ao mesmo tempo em que atores históricos pautam a conservação ou a modificação de formas hegemônicas sobre determinada ordem política e cultural, também existem ações de contra-hegemonia que alertam sobre a importância da diversidade do discurso e da urgência em se questionar consensos, denunciando, assim, a exclusão comunicacional de setores não contemplados nos veículos que servem como principais mediadores na forma ético-política predominante. E é exatamente dessa relação dinâmica entre hegemonia e contra-hegemonia, não isenta de tensões e de mutabilidade histórica, que a produção e a difusão de conteúdos pelos

veículos de comunicação de massa, mesmo quando tentam modelar a opinião pública e desagregar os que contrariam seus intentos, não conseguem em sua plenitude (MORAES, 2013).

Lima, atento à noção de contra-hegemonia em uma sociedade centrada na comunicação eletrônica, sobretudo, na força da TV como *aparelho privado* de comunicação no país, agrega ao conceito de cenários de representação a sua relação fundamental com os cenários de representação alternativos, ambos no plural, pois é dessa articulação hegemônica e contra-hegemônica que são traçados os limites entre uma ou outra compreensão da realidade. Nas palavras de Lima (2012, p. 194-195), daí que advém a “capacidade de construir/definir os limites do hegemônico (da realidade) dentro dos quais ocorre a disputa política”. Mais do que analisar os cenários de representação alternativos em si, o que se espera é alertar como o olhar sob essa perspectiva, deve, necessariamente, fazer parte da compreensão do discurso predominante, inclusive, como indicativo daquilo que se procura controlar ou evitar na prática comunicativa dos grandes meios.

Assim, quando se considera o pluralismo como um elemento fundamental ao processo democrático de um país, deve-se compreender que o direito à comunicação também contemple aquilo que é secundarizado ou, simplesmente, silenciado no campo dos sentidos que fazem parte da representação midiática do imaginário social.

Considerações finais

Este artigo voltou-se à análise da comunicação dirigida ao grande público, de massa, que possui reflexos diversos no cotidiano das pessoas e nas disputas de poder de determinada representação hegemônica da realidade.

No Brasil, em específico, constatou-se que a TV aberta continua tendo destaque no quadro geral da comunicação, caracterizada pelos altos índices de audiência, pela capilaridade nacional, pela capacidade de apropriação de novas tecnologias e pela manutenção da influência política de grupos familiares vinculados às elites locais e regionais que controlam esse setor.

Nessa simbiose entre mídia e política, na qual prevalece a moldura conceitual de *cenários de representação*, a comunicação social apresenta-se como a construção pública de significações e valores da sociedade que constituem, ao mesmo tempo, o hegemônico e o contra-hegemônico.

Desse modo, o texto considerou as relações de poder que fazem parte desse fenômeno social e como o controle da produção e da transmissão das mensagens é fundamental ao processo democrático, pois podem incidir para tornar (in)visível a coisa pública e questionar (ou não) as reproduções da realidade.

Referências

- BOBBIO, N. Democracia e segredo. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.
- CHAUÍ, M. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CHOMSKY, N. Mídia propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- GIRARD, R. O Bode Expiatório e Deus. In: GIRARD, R.; GOUNELLE, A.; HOUZIAUX, A. (org.). Deus: uma invenção? São Paulo: Realizações, 2011.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HULLOT-KENTOR, R. Em que sentido exatamente a indústria cultural não mais existe. In: DURÃO, F. A.; ZUIN, A.; VAZ, A. F. (org.). A indústria cultural hoje. São Paulo: Boitempo, 2008.
- LIMA, V. A. de. Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa: direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2012a.
- LIMA, V. A. de. Mídia: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LIMA, V. A. de. Mídia: Teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MORAES, D. de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (org.). Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- REIS, L. B. Mídia brasileira: engajamento psíquico e dominação estrutural. In: GOBBO, B. A.; PIMENTEL FILHO, J. E.; GONÇALVES, M. A. de P. (org.). O Poder da Mídia: (re)editando outras verdades. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SARTORI, G. Elementos de Teoria Política. Madrid: Alianza, 1992.

Notas

- ¹ Sem a pretensão de esmiuçar as diferentes concepções de indústria cultural, vale tão somente contextualizar a unidade estrutural (econômica e política) dessa expressão, que guarda em si um sentido paradoxal: enquanto a cultura é aquilo que surge da capacidade de suspender propósitos diretos, a indústria, baseada no conceito de trabalho sistemático, limita-se a excluir tudo que não seja propósito direto. Assim, a indústria cultural permanece, até hoje, estruturalmente atrelada a sua autopreservação (HULLOT-KENTOR, 2008; REIS, 2016).
- ² Noam Chomsky (2013) adverte como a mídia nas sociedades democráticas assume um papel fundamental como fundador de consensos. Diferente dos estados totalitários que pressupunham o uso da força como mediação com o público, nas sociedades democráticas ocidentais a relação contratualista entre sociedade civil e governo indis põe o uso aberto dessa força. “A propaganda política está para uma democracia, assim como o porrete está para um estado totalitário”. (CHOMSKY, 2013, p. 21).
- ³ René Girard (2011), no texto *O Bode Expiatório e Deus*, desenvolve a seguinte reflexão: Deus é uma invenção humana? O que Girard responde sem hesitar: não. Essa resposta-hipótese, a partir de uma epistemologia mimética, consegue estabelecer um método comparativo em um grande número de textos, mitos, romances, contos e outros tipos de narrativas, no qual é possível encontrar a inspiração de uma mesma matriz do desejo mimético, dispondo, conforme o acredita o autor, de uma clara evidência para sua hipótese. Assim, para René Girard, os deuses são a personificação do sagrado, sendo um processo social e religioso encontrado em todas as culturas. Com isso, as culturas detêm o processo de autodestruição das sociedades, uma vez que o homem é motivado pelo que o outro deseja e, conseqüentemente, passa a ser conduzido ao exercício da vingança. O bode expiatório seria como se os homens cometessem um assassinato coletivo, como ápice da sua autodestruição. A teoria mimética, nesse caso, retira da história da humanidade um referencial externo presente, de forma mimética, com uma estrutura comum e recorrente que demonstra a existência de um Deus. Diferente dos deuses arcaicos, a presença dessa *pedra angular* de um bode expiatório na figura de Jesus Cristo, possibilita unificação do linchamento e da reconciliação com a comunidade como um único ato de divindade.

Rômulo Magalhães Fernandes

romulopn@yahoo.com.br

Doutor em Direito Público pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas)

Pesquisador do IPDMS e advogado.

PUC/Minas

Av. Dom José Gaspar, 500 Coração Eucarístico

Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

CEP: 30535-901

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento do autor.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo

Maria do Socorro Sousa de Araújo¹
<https://orcid.org/0000-0002-3545-8949>

Alba Maria Pinho de Carvalho²
<https://orcid.org/0000-0002-3500-3792>

¹Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, MA, Brasil

²Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, CE, Brasil

Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo

Resumo: No presente texto, analisamos o autoritarismo como fenômeno contemporâneo, em âmbito mundial, a expressar-se, fortemente, no Brasil, nos marcos do capitalismo financeirizado. Alicerçadas na análise crítica de estudiosos da realidade brasileira, abordamos o bolsonarismo como expressão do autoritarismo no Brasil do Presente, constituído a partir da convergência do reacionarismo político-cultural, militarismo e ultraliberalismo. Para tanto, fundamentadas em Carvalho (2019), realizamos um recuo na história contemporânea brasileira, até a década de 1990, adentrando nos percursos do ajuste do país ao capitalismo mundializado. A partir desse marco histórico, discutimos a predominância das práticas voltadas ao ajuste financeiro, em meio aos embates pela democracia, com destaque para o Golpe 2016 e para a eleição de Jair Messias Bolsonaro, ápice do Golpe. Sustentamos a tese de que o bolsonarismo é uma expressão contemporânea do autoritarismo no Brasil, constituindo um dilema analítico e um desafio político.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Autoritarismo. Democracia. Ultraliberalismo. Golpe 2016.

Authoritarianism in Brazil today: bolsonarism in the circuits of ultraliberalism, militarism and reactionaryism

Abstract: In this text, we analyze authoritarianism as a contemporary phenomenon, worldwide, expressing itself strongly in Brazil, within the framework of financialized capitalism. Based on the critical analysis of scholars on the Brazilian reality, we approach bolsonarism as an expression of authoritarianism in Brazil of the Present, constituted from the convergence of political-cultural reactionism, militarism and ultraliberalism. To this end, based on Carvalho (2019), we made a retreat in contemporary Brazilian history, until the 1990s, entering the paths of the country's adjustment to globalized capitalism. Based on this historical landmark, we discussed the predominance of practices aimed at financial adjustment, amid the clashes for democracy, with emphasis on the 2016 Coup and the election of Jair Messias Bolsonaro, the apex of the Coup. We support the thesis that Bolsonarism is a contemporary expression of authoritarianism in Brazil, constituting an analytical dilemma and a political challenge.

Keywords: Bolsonarism. Authoritarianism. Democracy. Ultraliberalism. Coup 2016.

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 02.08.2020. Revisado em 29.09.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A pandemia mundial do novo Coronavírus, ou da COVID 19, desencadeou um debate acerca do autoritarismo, focando a relação Estado/Sociedade. Emergem polêmicas em torno de práticas de controle da população, como estratégia de governantes para contenção da disseminação do vírus. Em determinados espaços, questiona-se a legitimidade do controle e sanções de governos, em nome do bem-comum, no sentido de conter o avanço avassalador da pandemia. Em certos países europeus, a população, em meio aos números da tragédia de infectados e mortos, acata e legitima as formas de controle governamental. Já em outros países, segmentos da população rebelam-se, não cumprindo o devido isolamento social, levando os governos à adoção de medidas coercitivas, inclusive com aparato policial. Em nações como a China, primeiro epicentro da pandemia, a população obedeceu rigidamente às determinações do governo e o vírus conseguiu ser controlado¹.

Entre nós, em terras brasileiras, diferentes segmentos sociais, por motivos qualitativamente distintos, desrespeitam as determinações de isolamento. Inegavelmente, grande parte da população das periferias não tem condições objetivas de *ficar em casa*, mergulhada nas tramas da pobreza, expressas das mais diferentes formas, desde a informalidade do trabalho até a precarização de condições de moradia e de saneamento. Representantes do capital industrial e comercial rebelam-se contra o isolamento que diminui suas taxas de lucro. O fato é que, no contexto da pandemia do coronavírus, levantam-se questionamentos sobre a cultura política democrática brasileira, enfatizando a posição do Estado e da própria sociedade. E, paradoxalmente, grupos marcados por práticas fascistas, vão às ruas, questionando o que consideram o autoritarismo das medidas de isolamento social. Em contrapartida, estes grupos agridem profissionais de saúde, avançam contra o Supremo Tribunal Federal (STF), retomando rituais de setores extremistas, no âmbito do fascismo. Assim, a questão do autoritarismo adentra as pautas de discussão da vida brasileira, exigindo reflexões críticas acerca do que denominamos *Brasil do Presente*, período gestado nos últimos cinco anos, a partir do Golpe de 2016 (CARVALHO et al., 2019, 2020).

A rigor, o autoritarismo é recorrente na história brasileira, inclusive, com longos períodos de ditadura, a exemplo do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar, deflagrada em 1964, prolongando-se até meados dos anos 1980. No Brasil do Presente, o autoritarismo, fincado na pesada arquitetura do Golpe de 2016, emerge com novas configurações. Pesquisas desenvolvidas pelo Varieties Democracy (V-DEM) (2020)² indicam que, nesta segunda década do século XXI, práticas democráticas vêm se restringindo no Brasil, passando o país a ocupar o quinto lugar no ranking internacional das nações que mais diminuíram o índice da democracia (LÜHRMANN; MAERZ et al., 2020). Dados de pesquisa do já referido Instituto, especializado no estudo da democracia em nível mundial, revelam que o avanço do autoritarismo vem agravando-se no período relativo ao Governo de Jair Messias Bolsonaro (LÜHRMANN; MAERZ et al., 2020), com a polarização, cada vez mais intensa, entre esquerda e direita. A vida brasileira está marcada pela disseminação do ódio, de tensões permanentes entre os poderes da República, com ataques frontais ao Legislativo e ao Judiciário, por segmentos da extrema-direita bolsonarista. Investidas constantes contra as mídias fazem parte do arsenal de ódio do bolsonarismo, inclusive com episódios de ataques pessoais contra jornalistas, quando no exercício das suas funções.

As práticas autoritárias do bolsonarismo são a culminância de um processo sistemático de ataque às esquerdas, com ênfase no petismo. Merece destaque a cruzada de *combate à corrupção* no âmbito da Lava-Jato, que o site The Intercept, do jornalista Glenn Greenwald (2019 apud JOÃO FILHO, 2019), mostrou seu caráter de estratégia política de perseguição às esquerdas. É um cenário marcado por fenômenos de forte teor autoritário: afronta aos direitos humanos e às conquistas de segmentos historicamente discriminados, como indígenas, negros/as, mulheres, comunidade LGBTQ+; exaltação de torturadores e suas práticas violentas brutais, incluindo reivindicações de retorno à Ditadura Militar. As redes sociais constituíram espaços de mobilização das forças de direita, que tomaram as ruas reivindicando o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em meio aos acordos políticos e jurídicos, institucionaliza-se o Golpe de 2016, deflagrando o governo de Michel Temer. Tais elementos com destaque, particular, para o impeachment e o consequente *Golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016*, expressam um processo de desconfiguração da democracia e da implementação do autoritarismo, nos marcos da vida brasileira.

Nesse rastro, as bases políticas, forjadas a partir da institucionalização do Golpe de 2016, também nomeado Golpe 16, levaram à emergência, em 2019, de um governo de extrema direita consolidado na eleição

do Presidente Jair Messias Bolsonaro, conformando o que Carvalho (2019) denomina como *bolsonarismo*, caracterizado pela composição do ultraliberalismo, do militarismo e do reacionarismo político-cultural.

É nossa intenção adentrar nos meandros do bolsonarismo como uma materialização do autoritarismo contemporâneo no Brasil do Presente. Logo, este artigo consubstancia esse intento, com base em leituras críticas da realidade brasileira. Em nossa discussão, encarnamos a tese, desenvolvida por Carvalho (2019) e Carvalho et al. (2019), de que, para analisar o Brasil do Presente, no contexto do bolsonarismo, impõe-se a necessidade de um recuo na história, tomando como marco os últimos 30 anos, ou seja, de 1990 a 2020. Segundo a autora, neste período, vivencia-se uma confluência complexa e contraditória de dois processos que, estruturalmente, demarcam a tessitura da vida brasileira, quais sejam: a democracia, vinda de meados da década de 1980 e o ingresso do País no ajuste ao capitalismo financeirizado, na década de 1990, até o momento atual (2020).

A partir desse recuo na história, configuramos os desdobramentos do denominado ajuste estrutural brasileiro, em meio aos embates pela democracia, ocorridos, com maior ou menor intensidade, no decorrer das diversas conjunturas do Brasil do Ajuste, com destaque para os ciclos dos governos do Partido dos Trabalhadores, no período de 2003 a 2015 e para o Golpe 2016. Ademais, analisamos a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2019, aqui considerada como ápice do Golpe e a configuração do bolsonarismo, como fenômeno sociopolítico no Brasil do Presente (CARVALHO, 2019).

Trata-se de um ensaio, formulado no âmbito da pesquisa *Reconfigurações da Política de Assistência Social no contexto contemporâneo, ante o desmonte da Seguridade Social no Brasil (2016-2020): expressões peculiares em São Luís do Maranhão*³, que vem sendo realizada, em nível de pós-doutoramento, a partir de março de 2020, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Universidade Federal do Ceará, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Alba Maria Pinho de Carvalho. Ademais, constituem parte de debates, estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos e Avaliação da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DESES) e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Assim, o presente texto, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e seminários de discussão, visa analisar as particularidades do contexto econômico, social e político no Brasil contemporâneo, com destaque para o bolsonarismo.

A contemporaneidade em tempo de pandemia e o necessário recuo analítico: a *história imediata* como exigência do nosso tempo

Analisar processos históricos em andamento, ou seja, discutir questões do tempo presente, algumas delas ainda em curso, configura uma prática que os historiadores denominam de interpretação de eventos, sob a forma de uma *história imediata*. (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999). De fato, sem sombra de dúvidas, tal empreitada constitui-se um desafio analítico e uma exigência metodológica.

Em tempos da pandemia mundial de 2020, tal desafio é ainda maior, em decorrência do fato de que, no atual momento, estamos vivendo uma situação excepcional, a colocar em suspenso as atividades que compõem o cotidiano das pessoas, desde as atividades mais elementares, de cunho pessoal ou familiar, às ações coletivas e mais complexas, a envolverem questões sanitárias e sociais, no campo da economia, da política e da cultura.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2020) sinaliza para a exigência do cuidado, a ser adotado pelos intelectuais, na tentativa de configuração de uma realidade em movimento, num dado contexto de excepcionalidade, como é o caso da atual pandemia. A esse respeito, afirma o autor:

A pandemia confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de a aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que pensamos ou sentimos sobre ela. Teorizar ou escrever sobre ela é pôr as nossas categorias e a nossa linguagem à beira do abismo. (SANTOS, 2020, p. 13).

Santos (2020) enfatiza que a geração de intelectuais, que nasceu ou cresceu no período após a Segunda Guerra Mundial, acostumou-se a ter um pensamento excepcional em tempos normais. E assim:

Perante a crise pandêmica, têm dificuldade em pensar a exceção em tempos excepcionais. O problema é que a prática caótica e esquiva dos dias foge à teorização ou exige ser entendida em modo de subteorização. Ou seja, como se a claridade da pandemia criasse tanta transparência que nos impedisse de ler e muitos menos reescrever o que fôssemos registrando no ecrã ou no papel” (SANTOS, 2020, p. 13).

De fato, a civilização do capital na contemporaneidade vive tempos de “excepcional exceção” (SANTOS, 2020). Em meio à uma crise humanitária, que atinge pilares do sistema do capital, o autoritarismo afirma-se nos chamados países democráticos. É emblemático o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos, para ficarmos no *ilustre campo* do G-8, com expressivas encarnações no contexto latino-americano, destacando-se, a tragédia do *Brasil bolsonarista*. Em suas análises da realidade contemporânea, intelectuais, pesquisadores e militantes tentar circunscrever este instigante momento histórico, conceituando, como fascismo, novo fascismo, fascismo periférico. A esse respeito, bem enfatiza Chauí (2019):

Estamos acostumados a identificar o fascismo com a presença do líder de massas como autocrata. É verdade que, hoje, embora os governantes, não se alcem à figura do autocrata, operam com um dos instrumentos característicos do líder fascista, qual seja, a relação direta com “o povo”, sem mediações institucionais e mesmo contra elas. Também, hoje, se encontram presentes outros elementos próprios do fascismo: o discurso de ódio ao outro – racismo, homofobia, misoginia; o uso das tecnologias de informação que levam a níveis impensáveis as práticas de vigilância, controle e censura; e o cinismo ou a recusa da distinção entre verdade e mentira como forma canônica da arte de governar. (CHAUÍ, 2019, p. 1).

A autora, contudo, não utiliza o termo fascismo para configurar este momento histórico e assim justifica:

No entanto, não emprego esse termo por três motivos: (a) porque o fascismo tem um cunho militarista que, apesar das ameaças de Trump à Venezuela ou ao Irã, as ações de Nathanayau sobre a faixa de Gaza, ou a exibição da valentia do homem armado pelo governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio, não podem ser identificados com a ideia fascista do povo armado; (b) porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado, porém a globalização, ao enfraquecer a ideia do Estado-nação como enclave territorial do capital, retira do nacionalismo o lugar de centro mobilizador da política e da sociedade; (c) porque o fascismo pratica o imperialismo sob a forma do colonialismo, mas a economia neoliberal dispensa esse procedimento usando a estratégia de ocupação militar de um espaço delimitado por um tempo delimitado para devastação econômica desse território, que é abandonado depois de completada a espoliação. (CHAUÍ, 2019, p. 1).

Chauí (2019) em vez de utilizar o termo fascismo ou novo fascismo, denomina o neoliberalismo com o termo *totalitarismo*, adotando, como referência, as análises da Escola de Frankfurt sobre os efeitos do surgimento da ideia de *sociedade administrada*. A autora *parte da compreensão de que o movimento do capital transforma toda e qualquer realidade em objeto do capital e para o capital, modificando tudo em mercadoria, instituindo um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca pela mediação de uma mercadoria universal abstrata, o dinheiro*.

No âmbito desta discussão, Carvalho (2020), Virginia Fontes (2020 apud ENTREVISTA..., 2020) e Santos (2020) destacam um elemento decisivo na compreensão crítica da realidade social: o próprio modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo, a acirrar contradições e vulnerabilidades. De fato, esse modelo da economia capitalista está fincado em uma espiral de expansão e *crescimento sem fim*, com contradições internas de acumulação e circulação, com fluxos crescentes de capital rentista, a procurar valorização, sempre em busca de lucro (HARVEY, 2020). A esse respeito, Harvey destaca que este modelo de uma espiral de expansão ilimitada do capital

torna-se bastante complicado à medida que é elaborado através, por exemplo, das lentes das rivalidades geopolíticas, dos desenvolvimentos geográficos desiguais, das instituições financeiras, das políticas estatais, das reconfigurações tecnológicas e da teia em constante mudança das divisões do trabalho e das relações sociais (HARVEY, 2020, p. 13).

Assim, essa dinâmica global de acumulação do capital, em uma expansão sem limites, com base na extrema tecnologia, mantém-se a partir de uma relação crescente de expropriação da natureza e da força

de trabalho, com graves consequências ambientais/ecológicas e com uma precarização extrema da chamada *nova classe trabalhadora*, sem empregos e sem direitos, lançada em formas brutais de informalidade, em nível de uma sobrevivência consumista (CARVALHO, 2020). E, nessa dinâmica, a crise estrutural do capital vem se reproduzindo, neste século XXI, comprometendo a vida social e a própria sobrevivência do planeta no capitalismo contemporâneo.

Nessa perspectiva, Chauí (2019) explicita o porquê da opção em denominar o neoliberalismo como novo *totalitarismo*. Conforme a autora:

Totalitarismo: porque em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque são concebidas como organizações. O totalitarismo é a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores. (CHAUÍ, 2019).

E a autora avança nesta sua configuração do neoliberalismo como um novo totalitarismo, deixando claro

Novo: porque, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituíam a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: *a empresa* – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. (CHAUÍ, 2019).

Conforme a autora, as consequências do novo totalitarismo, nas sociedades contemporâneas, expressam-se nos aspectos social e econômico, político e ideológico. Chauí (2019) ressalta, em relação aos aspectos sociais e econômicos, que a introdução do desemprego estrutural e a terceirização toyotista do trabalho dá origem a uma nova classe trabalhadora denominada de *precariado* para indicar um novo trabalhador sem emprego estável, sem contrato de trabalho, sem sindicalização, sem direitos trabalhistas e que, por não ser cidadão pleno, tem a mente atormentada pelo medo, pela perda da autoestima e da dignidade, pela constante insegurança.

Ainda segundo a autora, este novo totalitarismo põe fim às duas formas democráticas existentes no modo de produção capitalista: (a) socialdemocracia, com a privatização dos direitos sociais, o aumento da desigualdade e da exclusão; (b) democracia liberal representativa, definindo a política como *gestão* e não mais como discussão e decisão públicas da vontade dos representados por seus representantes eleitos (CHAUÍ, 2019).

Assim, na discussão de Chauí (2019), os gestores criam a imagem de que são os representantes do verdadeiro povo, da maioria silenciosa com a qual se relacionam, de forma ininterrupta e direta, por meio do Twitter, de blogs e redes sociais – isto é, por meio do *digital party* –, operando sem mediação institucional, pondo em dúvida a validade dos parlamentos políticos e das instituições jurídicas, promovendo manifestações contra eles. Nessa perspectiva, emerge a judicialização da política, pois os conflitos são resolvidos pela via jurídica e não pela via política propriamente dita. Em outras palavras, sendo o Estado uma empresa, os conflitos não são tratados como questão pública e, sim, como questão jurídica, no melhor dos casos e, como questão de polícia, a resgatar uma histórica alternativa na vida brasileira (CHAUÍ, 2019).

Chauí (2019) considera que os gestores atuam como *gangsters* mafiosos, que institucionalizam a corrupção, adotam o clientelismo e (re)forçam lealdades. E, como os chefes mafiosos, os governantes também têm os *consiglieri*, conselheiros, isto é, supostos intelectuais que orientam ideologicamente as decisões e os discursos dos governantes, produzindo, via de regra, discursos de ódio ao diferente, aos socialmente vulneráveis, tais como: imigrantes, migrantes, refugiados, LGBTQ+ e outros. Ademais, esse discurso ideológico torna-se justificativa para práticas de extermínio. E os gestores gangsters transformam os adversários políticos em corruptos, embora a corrupção mafiosa seja adotada, praticamente, como a única regra de governo. Exercem controle sobre o Judiciário, ao dispor de informações sobre os magistrados, em âmbito familiar e profissional, passando a oferecer *proteção* aos magistrados em troca, de lealdade (CHAUÍ, 2019).

Nesse contexto do novo totalitarismo, os gestores perseguem todas as formas e expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o *bom povo*, que os apoia, e os *diabólicos*, que os contestam. Por orientação dos *consiglieri*, pretendem fazer uma *limpeza* ideológica, social e política e, para isso, desenvolvem uma *teoria da conspiração comunista*, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. (CHAUÍ, 2019).

Essas configurações analíticas de Marilena Chauí (2019) sobre o novo totalitarismo, consubstanciado no contexto de políticas neoliberais e/ou ultraliberais, delineiam preciosas vias para pensar o bolsonarismo como expressão contemporânea do autoritarismo no Brasil do Presente.

Bolsonarismo como uma expressão do autoritarismo brasileiro no século XXI: ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo

Neste final da segunda década do século XXI, o Bolsonarismo constitui um fenômeno sociopolítico, resultante da convergência de forças constitutivas da direita e da extrema-direita no Brasil. A rigor, o Bolsonarismo está para além da figura de Jair Bolsonaro, embora esta figura grotesca e bizarra tenha significados sociopolíticos, trazendo à baila marcas históricas da formação social brasileira e da nossa própria cultura política, materializadas no conservadorismo, no machismo, no racismo, na misoginia, nas discriminações de múltiplas naturezas. Bolsonaro parece bem encarnar a perspectiva colonialista de submissão, elitismo e violência, a atravessar a história do País, reatualizando-se no reacionarismo político-cultural, em pauta no Brasil do Presente.

Em coerência com a chave-analítica circunscrita por Carvalho et al. (2019, 2020), de exigência de um recuo histórico na contemporaneidade, é fundamental, no desvendamento do Bolsonarismo, incidir o foco analítico, especificamente, nos percursos da inserção do Brasil ao capitalismo financeirizado, nas últimas três décadas. De fato, um marco histórico é o Ajuste Estrutural Brasileiro, a partir de 1990, a circunscrever a inserção subordinada do Brasil ao capitalismo financeirizado. É o Brasil do Ajuste (1990-2020), em curso, ao longo de três décadas, com diferentes ciclos, com distintas inflexões e particularidades (CARVALHO; GUERRA, 2015).

É decisivo demarcar que, ao longo dos processos de inserção subordinada do Brasil ao capitalismo financeirizado, constitui-se o que chamamos de modelo dependente de Ajuste Estrutural Brasileiro, qual seja, o Modelo Rentista-Neoextrativista. É fundamental compreender esse modelo de ajuste dominante na América Latina e, particularmente no Brasil, entendendo sua estruturação e dinâmica ao longo da história contemporânea.

Como bem circunscrevem Carvalho, Milanez e Guerra (2018), o modelo rentista-neoextrativista é a encarnação da nossa inserção geopolítica dependente, em tempos contemporâneos. Tal modelo é uma resultante da composição orgânica entre o rentismo, isto é, o capital financeiro e suas formas exorbitantes de lucros via juros e o capital vinculado ao neoextrativismo, a acumular riquezas pela via da expropriação, do agronegócio e da mineração, com base na intensa mercantilização de commodities agrícolas e minerais. Trata-se da imbricação do financismo e do neoextrativismo, numa poderosa combinação em que os donos das finanças e os ruralistas, os segmentos do agronegócio e da mineração, ditam os rumos da vida brasileira.

A implementação do modelo rentista-neoextrativista no Brasil contemporâneo apresenta diferentes inflexões nos distintos ciclos de ajuste. Merece especial destaque os ciclos de ajuste petistas que viabilizam o modelo rentista-neoextrativista pela via da ideologia da conciliação de classes, na perspectiva de viabilizar uma regulação dos conflitos classistas, amenizando e desarticulando o confronto de forças. De fato, esses governos, na condição de *governos de ajuste ao capitalismo financeirizado*, investem no que pode ser denominado um *pacto de classes* com distintas estratégias: privilegiamento dos interesses do capital rentista e do capital vinculado ao neoextrativismo; atendimento pontual de demandas imediatas de setores extremamente empobrecidos da massa trabalhadora e de segmentos assalariados; absorção, no aparelho de Estado, de segmentos da burocracia sindical e da direção dos movimentos sociais. Em verdade, configura-se a contraditoriedade na condução política dos governos petistas, delineando o chamado social-liberalismo petista (CARVALHO; RODRIGUES JÚNIOR, 2019).

Em meados da segunda década do século XXI, no âmbito de um cenário desfavorável à expansão desse modelo rentista-neoextrativista, verifica-se a ruptura do pacto de classes pelas elites. É o esgotamento da versão petista do modelo rentista-neoextrativista de ajuste. De fato, a ruptura desse pacto de classe, pelas elites do capital, está na base da crise contemporânea brasileira, chão histórico do Golpe 2016. Indiscutivelmente, a

ruptura do pacto pelas elites, com a deflagração do Golpe, cria as condições para impor o neoliberalismo mais violento e brutal (CARVALHO; RODRIGUES JÚNIOR, 2019). É o ultraliberalismo nas chamadas políticas de austeridade, oficialmente implementadas no Brasil com o Golpe 16, a instaurar o governo ilegítimo de Michel Temer, iniciando um novo ciclo de ajuste, nomeado “submissão radical ao financismo e desmonte de direitos pela via do golpe” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 16). De fato, nos marcos do ultraliberalismo, imbricado ao autoritarismo, o Governo Temer implementa uma nova versão do modelo de ajuste rentista-neoextrativista de cunho ultraliberal, de privilegiamento do capital estrangeiro, de superexploração da força de trabalho, de espoliação das riquezas nacionais, do fundo público, do processo de desmontes dos direitos sociais e trabalhistas (CARVALHO et al., 2019).

Este governo, forjado a partir do Golpe 2016, instaura, assim, um projeto autoritário, conservador, alicerçado pelo desmonte dos direitos sociais, pela desestruturação do Sistema de Seguridade Social no País⁴, pela redefinição do orçamento público, com a implementação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu, de forma abrupta e arbitrária, o Novo Regime Fiscal (NRF) para a União, pelos próximos vinte anos. Em um contexto de aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, a referida Emenda – originalmente, PEC 241/2016, denominada *PEC da Morte* – estabelece um teto de gastos para com as despesas primárias, destinadas a cada um dos poderes, limitando o crescimento anual dos gastos públicos à taxa de inflação de 2016 (BRASIL, 2016), colocando em questão a sustentação das políticas sociais, num processo de inflexão do financiamento público.

A rigor, o ano de 2016 consubstancia uma nova época histórica na vida brasileira, instaurando um tempo de autoritarismo, em meio às configurações formais da democracia representativa, na República Brasileira. Trata-se de um ataque frontal à democracia no Brasil, atingindo as instituições e permeando a própria cultura política.

É importante considerar que esta entrada do Brasil em um ciclo autoritário-conservador, a partir de um golpe de Estado em formato contemporâneo, não é um fato isolado no contexto mundial. Balestrin (2018), no âmbito do que denomina *debate pós-democrático*, circunscreve quatro eventos, ocorridos em 2016, em diferentes lugares do mundo, a questionarem os limites da democracia representativa, liberal e ocidental: na Inglaterra, o plebiscito que revelou a aprovação, pela maioria da população, da saída da União Europeia; na Colômbia, a rejeição, pela maioria da população, do referendo de acordo de paz com as FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia); nos Estados Unidos, a vitória inesperada de Donald Trump; e, no Brasil, o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Enfatiza a referida autora:

Cada qual à sua maneira, tais acontecimentos evidenciam a emergência de discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos; sua eventual legitimação pelo voto popular, partidos políticos e/ou lideranças populistas; e a utilização das instituições democráticas para a fragilização, minimização ou ruptura da própria democracia (BALESTRIN, 2018, p. 149).

Assim, tendo em vista o ciclo iniciado com o Golpe 2016 e o consequente Governo Temer, os autores Carvalho, Milanez e Guerra (2018, p. 28) avaliam:

Nos últimos anos da segunda década do século XXI – mais precisamente 2016, 2017, 2018 – vivemos um tempo de radicalização conservadora sob a égide do rentismo, que desmonta direitos, que dilui pactos e marcos regulatórios e que desmonta políticas públicas, produzindo um contexto de (des)proteção social, insegurança e imprevisibilidade, que impõe a resistência como exigência histórica.

Inegavelmente, essa pesada e autoritária arquitetura de desmonte da democracia brasileira culmina com um governo de extrema-direita, nos marcos do Bolsonarismo, a intensificar novas configurações do autoritarismo no Brasil do Presente. Carvalho et al. (2019) sinaliza que não se pode perder de vista que, ao longo da segunda década dos anos 2000, mais precisamente a partir de 2015, durante o processo de deflagração da crise brasileira, ocorre, no País, a emergência da chamada nova direita brasileira, em sua peculiar e complexa composição, com suas distintas configurações. De fato, a nova direita no Brasil começa a ganhar visibilidade pública nas manifestações de 2013, descobrindo o caminho das ruas e ganhando crescentes espaços nas redes sociais. A rigor, a nova direita brasileira revela uma singular composição, a ser compreendida no cenário do País.

A nova direita configura-se, a partir da adoção e difusão de postulados neoliberais, em versões doutrinárias, dogmáticas, com a utilização de práticas e discursos reacionários, de ódio e de desqualificação da esquerda, atacando os chamados *comunistas*, em uma verdadeira batalha ideológica, pautada nos fundamentos do mentor Olavo de Carvalho. Esta nova direita, formatada em interpretações doutrinárias da ideologia neoliberal, junta-se a uma direita forjada no fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais, a pregar a necessidade de salvaguarda da moral e dos bons costumes, em meio a práticas intolerantes, conservadoras, que justificam o discurso de ódio e a adoção da violência, numa batalha para livrar o Brasil de práticas consideradas mundanas, principalmente, aquelas relativas à não preservação da família dita tradicional e seus respectivos valores morais. E, ainda, nesta composição de novas direitas, afirma-se o militarismo e o justicialismo, a pregar um retorno à *Lei de Talião*, propagando, como saída para a questão da segurança pública, a violência armada, a pena de morte e o extermínio, expresso na máxima – bandido bom é bandido morto (CARVALHO et al., 2019).

Em verdade, trata-se de uma *composição de direitas inter cruzadas*, a ocupar a cena do presente, constituindo esta *nova direita brasileira* que, em meio a um sentimento difuso e vazio de mudança, a alastrar-se no País, transforma um militar reformado e político medíocre, sem nenhuma projeção, há quase três décadas na Câmara dos Deputados, nos grotões do chamado *baixo clero*, em mito, a encarnar a mudança, em um País, em crise. De fato, a emergência de Bolsonaro, nas conexões virtuais, se dá em um País em crise, a emergir da ruptura, pelas próprias elites, dos chamados pactos de classes, deixando as esquerdas, que apostaram nesse *canto de sereia*, sem chão... É um País abalado, com a democracia em desmanche, nos rastros de um Golpe institucional. Avalia Carvalho (2020):

Este “paradoxo Bolsonaro/mudança” só se torna possível na “terra arrasada” de um Brasil atingido por um Golpe das elites, que deixa as forças progressistas e as esquerdas na defensiva, tragadas pelo ódio, sistematicamente construído pelo conluio das elites com o Judiciário e sedimentado pela mídia (CARVALHO, 2020, p. 4).

É neste contexto de crise, de avanço das direitas e ódio às esquerdas, que é urdido o Bolsonarismo, como uma configuração sociopolítica de extrema-direita que “articula ultraliberalismo dependente, militarismo autoritário, mesclado com justicialismo da violência e reacionarismo político-cultural, eivado de um moralismo religioso” (CARVALHO, 2019, p. 30). E, assim, explicita Carvalho, em suas análises: o ultraliberalismo dependente consubstancia um agravamento da agenda de ajuste do Governo Temer, a efetivar as chamadas *políticas de ajuste fiscal* e de austeridade, significando, na prática, privatizações, cortes de gastos públicos e contrarreformas para *desonerar a economia*, num linguajar típico dos agentes do mercado; o militarismo autoritário, mobilizado na cruzada da anticorrupção, em busca da garantia dos chamados interesses da Pátria, aglutinando um crescente segmento de militares, no interior do governo, permeando os diferentes Ministérios do Poder Executivo; judicialismo pela via da violência, com o recrudescimento do *Estado de Exceção*. Por fim, o reacionarismo político-cultural, que beira a um fascismo sociocultural, empreendendo uma guerra ideológica de retomada de valores tradicionais, religiosos e pré-democráticos, com a cega convicção de que os grandes problemas do país são “problemas morais” (CARVALHO, 2019, 2020).

O Bolsonarismo, como uma composição de *alto risco*, vem inserindo o Brasil em um novo colonialismo, retomando a condição de subordinação aos interesses dos países centrais nesta ordem do capitalismo financeirizado, sobretudo dos EUA. Ao mesmo tempo, joga o País no obscurantismo, prisioneiro de amarras reacionárias e desmonta quaisquer controles democráticos. E retoma a marcha autoritária querendo impor, em matizes contemporâneas, valores e práticas do fascismo.

Considerações finais

Ao longo das reflexões e análises, aqui empreendidas, sinalizamos para um fenômeno contemporâneo, em nível mundial, a expressar-se fortemente no Brasil do Presente: o avanço do autoritarismo, nos marcos do capitalismo financeirizado, fincado em políticas ultraliberais. São discursos e práticas a constituírem, nos dizeres de Chauí (2019), o neoliberalismo totalitário. Implica na articulação de forças de direita e extrema-

direita, utilizando estratégias, intencionalmente programadas, que mesclam intervenções ilegítimas e ilegais no espaço virtual, nos marcos das *fake news*, com intervenções de minorias radicalizadas que, trazem para as ruas, a ideologia e a estética fascistas. Na contemporaneidade brasileira, nesse final da segunda década do século XXI, o autoritarismo consubstancia-se no Bolsonarismo e sua composição de *alto risco*.

Assim, em terras brasileiras, neste primeiro semestre de 2020, vive-se uma dupla pandemia: a pandemia mundial do coronavírus e a pandemia nacional do Bolsonarismo. Esta dupla pandemia implica um agravamento da questão social brasileira, a atingir as classes trabalhadoras e, de modo especial, os que habitam às margens da sociedade.

Como expressão de uma tendência mundial, o futuro é incerto e, extremamente, inseguro. No dizer de Mészáros (2015), é este o “fardo do nosso tempo histórico”, a exigir uma luta intransigente por uma democracia radical, capaz de garantir o exercício cotidiano da emancipação humana.

Referências

- BALESTRIN, L. O debate pós-democrático no séc. XXI. Revista Sul-americana de Ciência Política, Pelotas, v. 4, n. 2, 2018.
- BRASIL. Proposta de emenda à constituição nº 241-A, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codeor=1495741. Acesso em: 27 jun. 2020.
- CARNEIRO, A. M. F. et al. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. Revista Ser Social, Brasília, v. 21, n. 44, p. 29-47, 2019.
- CARVALHO, A. M. P. de. Bolsonarismo como fenômeno político no Brasil do Presente: uma composição de risco, um desafio à luta política. In: SEMINÁRIO VIRTUAL PAPIIT, 2020. Anais [...]. Fortaleza, 2020.
- CARVALHO, A. M. P. et al. A crise capitalista, o avanço da direita no continente latino-americano e os desafios para a resistência. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9, 2019, Maranhão. Anais [...]. São Luís: MA, 2019.
- CARVALHO, A. M. P. de. Desmonte dos direitos da classe trabalhadora: assistentes sociais no combate ao conservadorismo. In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MARANHÃO, 40, 2019, Maranhão. Anais [...]. São Luís: MA, 2019.
- CARVALHO, A. M. P. de.; GUERRA, E. C. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 19, n. 1, p. 41-60, 2015.
- CARVALHO, A. M. P. de.; MILANEZ, B.; GUERRA, C. E. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, R. M. et al. Tramas para Justiça Ambiental: diálogos e saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- CARVALHO, A. M. P. de; RODRIGUES JÚNIOR, N. dos S. Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do Golpe de 2016 no Brasil Contemporâneo. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 17, p. 274-291, 2019.
- CHAUÍ, M. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. A Terra é redonda, [S. l.], 6 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- CHAUVEAU, A.; TETARD, P. Questões para a história do presente. Bauru: EDUSC, 1999.
- ENTREVISTA: Coronavírus e a crise do capital. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://adufes.org.br/portal/noticias/28-andes/3425-entrevista-coronavirus-e-a-crise-do-capital.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos do COVID-19. In: HARVEY, D. et al. (org.). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Editora Terra sem amos, 2020. p.13-24.
- JOÃO FILHO. A Lava Jato usou o Judiciário para fins políticos. The Intercept, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/16/vaza-jato-corruptao-sergio-moro-politica-dallagnol/?comments=1>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- LÜHRMANN, A.; MAERZ, S. F. et al. Autocratization Surges: Resistance Grows, democracy report 2020. V- Dem Institute varieties of democracy, Los Angeles, USA, mar. 2020. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/filer_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc6/democracy_report_2020_low.pdf. Acesos em: 25 abr. 2020.
- MÉSZÁROS, István. O Desafio e o fardo de tempo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- SANTOS, B. de S. A Cruel pedagogia do vírus. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- ZIBECHI, R. Coronavírus: a militarização das crises. In: HARVEY, David et al. (org.). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Editora Terra sem amos.

Notas

- ¹ Zibechi (2020), ao analisar o caso da China, argumenta que o mundo está diante de um novo modelo de gestão de crise, que parece ser ratificado pelo Ocidente. Assim, afirma que as práticas, intensas e extensas, usualmente adotadas na China, intensificaram-se, multiplicaram-se e configuraram-se “como um gigantesco panóptico militar e sanitário, que limita a população a viver trancada e sob permanente vigilância” (ZIBECHI, 2020, p. 31). Nesses termos, para além das questões afetas à saúde da população, o autor trabalha três questões centrais em relação às práticas de manejo da epidemia, quais sejam: as práticas de controle desenvolvidas pela China são extremamente úteis para as classes dominantes em todo o planeta, visando manter a população sobre vigilante controle e domínio permanente nos períodos de profundas crises econômicas, sociais e políticas, decorrentes da própria crise terminal do capitalismo; as elites estão utilizando a pandemia como um laboratório social, com a finalidade de ampliar o controle sobre a população, em escala micro e macro regional, combinando ações de controle local, com outras mais amplas, através da internet e da denominada videovigilância; as distintas populações, ao redor do mundo, não dispõem, ainda, de conhecimento acerca de como enfrentar essas estratégias de controle de grandes massas populacionais, ao tempo em que confluem com práticas de militarização das sociedades, mediante levantes e revoltas.
- ² Estudo elaborado pelos pesquisadores Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg, publicado em março de 2020, no site <https://www.v-dem.net/en/>, mantido pela organização não governamental Varieties of Democracy (V-Dem), entidade ligada à Universidade de Gotemburgo, Suécia. Os pesquisadores, com base em estudos realizados no âmbito do V-Dem, visando medir o índice de democracia em âmbito mundial, apontam que, atualmente, 92 países adotam regimes autoritários, enquanto 87 adotam regimes democráticos. Segundo a referida pesquisa, então publicada em março de 2020, os cinco países mais democráticos do mundo são Dinamarca, Estônia, Suécia, Suíça e Noruega, enquanto os cinco países mais autoritários são Eritreia, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Iêmen e Síria (LÜHRMANN; MAERZ et al., 2020).
- ³ A proposta investigativa, ora citada, constitui-se num desdobramento de uma pesquisa regional realizada no contexto do projeto: *Avaliando a implementação do Sistema Único de Assistência Social na Região Norte e Nordeste: significado do SUAS para o enfrentamento à pobreza nas regiões mais pobres do Brasil*, mediante cooperação acadêmica entre pesquisadores integrantes dos seguintes programas de pós-graduação: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão; Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.
- ⁴ A respeito do desmonte da Seguridade Social, particularmente, da Política de Assistência Social no contexto do Governo Temer, ver Carneiro et al. (2019).

Maria do Socorro Sousa de Araújo

contato.socorro@gmail.com

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

UFMA

Avenida dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga

São Luís – MA – Brasil

CEP: 65080-805

Alba Maria Pinho de Carvalho

albapcarvalho@gmail.com

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFCE)

Pós-doutoramento em Sociologia Política pela Universidade de Coimbra

Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFCE)

(UFC)

Avenida da Universidade, 2853 – Benfica)

Fortaleza – CE – Brasil

CEP:60020-181

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Manuscrito elaborado em coautoria, trata de tema de estudo e pesquisa realizada por ambas as autoras. Todo o conteúdo do artigo foi elaborado em conjunto e integra as atividades realizadas no âmbito do Estágio Pós-Doutoral da autora Maria

do Socorro Sousa de Araújo, sob a supervisão da autora Alba Maria Pinho de Carvalho.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento das autoras.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso

Andréa Pires Rocha¹<https://orcid.org/0000-0003-4158-7541>**Daniela Ferrugem³**<https://orcid.org/0000-0002-2861-1191>**Rita de Cássia Cavalcante Lima²**<https://orcid.org/0000-0001-9918-7503>

¹Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Londrina, PR, Brasil

²Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS, Brasil

Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso

Resumo: Este artigo toma as políticas de drogas como mirante de análise sobre a racionalidade governamental que incrementa respostas autoritárias à crise do capital. Esta resposta em período de neoliberalismo e de neoconservadorismo é seletiva e requisita apreender dois componentes do racismo estrutural – o racismo institucional e o religioso que se atualizam na política de drogas. A destituição da Presidenta Dilma Rousseff indicou uma crise geral de autoridade que fortaleceu a ascensão neopentecostal na organização das massas populares no Brasil a favor de um projeto necroeconômico e necropolítico abertamente antidemocrático. Com autores críticos, recupera-se a disputa materializada com o uso da força punitiva do Estado e com a atuação fundamentalista de segmentos neopentecostais. Apontamos que no interior do Estado neoliberal de cunho penal, o conservadorismo, racismo e ódio de classe recrudescem mecanismos de controle justificados pela guerra às drogas, incidindo sobre os corpos e qualquer vestígio de vida de negros e pobres.

Palavras-chave: Autoritarismo. Neoliberalismo. Proibicionismo às Drogas. Racismo. Neopentecostalismo.

Authoritarianism and war on drugs: the violence of structural and religious racism

Abstract: This article gets drug policies as an analysis point on governmental rationality that reinforces authoritarian responses to the capital crisis. This response in a period of neoliberalism and neoconservatism is selective and requires to apprehend two components of structural racism - institutional and religious racism that are updated in drug policy. The President Dilma Rousseff's impeachment indicated a general crisis of authority that strengthened the neo-Pentecostal rise in the organization of the popular masses in Brazil in favor of an openly anti-democratic necro economic and necropolitical project. With critical authors, the materialized dispute is retrieved with the use of the punitive force of the State and with the fundamentalist action of neo-Pentecostal segments. We point out that within the neoliberal penal State, conservatism, racism and class hatred reinforce control mechanisms justified by the war on drugs, focusing on the bodies and any trace of life of blacks and the poor people.

Keywords: Authoritarianism. Neoliberalism. Prohibition of Drugs. Racism. Neopentecostalism.

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 05.08.2020. Revisado em 05.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O Estado burguês é autoritário e penal, características que o acompanham em suas diferentes fases, adequando-se às necessidades objetivas de cada momento histórico em nome da manutenção do modo de produção capitalista. O autoritarismo é justificado pela ideologia dominante que, como Marx e Engels (2016) enfatizam, sustentam as relações estruturais deste Estado, centradas na exploração da força de trabalho e na manutenção da propriedade privada. Essa ideologia, por sua vez, tem sua concreticidade materializada no bojo das relações superestruturais estabelecidas nas esferas da política e do direito, que retroalimentam a lógica do capital. Conquanto, a forma mais visível se mostra pela violência ideologicamente ancorada e naturalizada quando extrapola os limites do controle de mentes, conduzindo-se ao controle de corpos, em especial de negros e pobres.

Na arena da luta de classes, o autoritarismo do Estado burguês nunca cessou. Em tempos de paz, empreende guerras que, historicamente carregam a hierarquização das vidas a partir da criação das raças, antes como conceito biológico, hoje como uma categoria analítica. Racismo que sempre se estruturou como forma de eleger os inimigos para guerras de dominação, controle e exploração. O autoritarismo brasileiro tem o racismo e sistema escravocrata como seus primeiros expoentes e, segundo Schwarcz (2019), sempre esteve presente na história do país, materializando-se no mandonismo dos senhores de engenho e, posteriormente, no delineamento da república sob a égide do patrimonialismo estatal que tem a corrupção como uma de suas principais expressões contemporâneas. Além disso, é essencial lembrarmos que foram inúmeros os contextos cuja frágil democracia brasileira foi atacada frontalmente, dos quais destacamos Ditadura Vargas, Ditadura militar e a ascensão conservadora do governo de Jair Messias Bolsonaro. Os impactos atuais do autoritarismo no Brasil estão na ofensiva neoliberal, no racismo estrutural, na desigualdade social, na violência e suas múltiplas expressões e no recrudescimento da intolerância e do discurso de ódio voltando contra os direitos humanos e a diversidade.

Para este artigo optamos por explorar dois componentes do racismo estrutural, entendido como elemento delineador das relações sociais brasileiras, que nos parecem ser relevantes para a aproximação ao substrato beligerante da política de drogas. Trata-se, primeiramente, do racismo institucional perpetrado pela violência do Estado cunhados em um Sistema Penal racista, seletivo (ZAFFARONI, 2014; BARATTA, BISSOLI FILHO, 2019) e justificado por legislações proibicionistas ancoradas pela guerra às drogas. Em um segundo momento, do racismo estrutural particularizado no chamado racismo religioso praticado por grupos fundamentalistas de cariz neopentecostal, cujo segmento persegue as religiões de matriz africana e tem disseminado valores conservadores e de extrema direita, inclusive, alçando maior número de representantes eleitos em 2018, seja para o Parlamento ou para o Executivo (CUNHA, 2019; VIEIRA, 2018). Fenômeno que, segundo Maxx (2020), trata-se da semitização do neopentecostalismo que reúne uma “conexão contraditória entre o judaísmo baseado na lei e na disciplina e o cristianismo que oferece o perdão”, gerando, a partir da intolerância religiosa, a expulsão de praticantes de religiões de matriz africana de domínios territoriais.

A escolha desse debate se deve ao reconhecimento da produção crítica já existente sobre o proibicionismo às drogas, substrato das políticas de drogas no mundo que, no caso brasileiro, já explorou algumas mediações, como a influência das díades médico-legal e a da geoeconomia e geopolítica (RODRIGUES, 2004; LIMA, 2009; DELMANTO, 2010). Porém, um exame mais detido da realidade conforma a hipótese de que outras mediações relativas ao racismo precisam ser desveladas em sua relação com a política de drogas, reconhecendo a relevância da expansão evangélica no País, a partir de 1980, particularmente, os neopentecostais (MARIANO, 2014), além da força política que associações de comunidades terapêuticas religiosas ganharam para disputar a direção da política de drogas e os recursos públicos (IPEA, 2017; VASCONCELOS; CAVALCANTE, 2019). Questionamos, então, o que o giro recente e regressivo da política de drogas revela de uma crise geral de autoridade no Brasil?

O mirante de análise reúne autores críticos da tradição marxista, sendo alguns clássicos, como Karl Marx, Friedrich Engels e Antônio Gramsci, e outros contemporâneos, como Pierre Dardot e Christian Laval. Para cotejar a questão norteadora, outras abordagens críticas precisaram ser acionadas, reconhecendo-se o necessário diálogo plural e suas diferenças internas. Assim, da sociologia das religiões, selecionamos os trabalhos de Ricardo Mariano e Magali do Nascimento Cunha, com ampla e sistemática pesquisa sobre o

crescimento neopentecostal no Brasil; da criminologia crítica, Eugenio Raúl Zaffaroni, Alessandro Baratta Ana Cristina Pinheiro Flauzina; do racismo estrutural, especialmente a partir de Sílvia Almeida e Angela Davis.

Algumas aproximações marxistas acerca do autoritarismo

Gramsci, ao desenvolver reflexões sobre o fascismo¹ – sentido em seu corpo –, problematiza a questão da autoridade, num primeiro momento, a toma como trava da mudança histórica, o elemento coercitivo que se interpõe à liberdade humana; daí, a afirmação de que “a história é liberdade enquanto é luta entre liberdade e autoridade, entre revolução e conservação, luta na qual a liberdade e a revolução continuamente prevalecem sobre a autoridade e a conservação” (GRAMSCI, 1999, p. 300). Porém, o pensador não era um idealista e considerou ser funcional a autoridade e a hegemonia, enquanto dois momentos. Aquela não seria apenas o elemento opositor ao desenvolvimento da liberdade, mas necessária se a “origem for ‘democrática’, ou seja, se a autoridade for uma função técnica especializada e não um ‘arbítrio’ ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade” (GRAMSCI, 2007, p. 67).

Esse debate advinha da *crise de autoridade* identificada pelo autor na perda do reconhecimento da liderança de partidos tradicionais pelas frações de classe que as representava em um contexto de crise econômica e instabilidade de poder da burguesia para manter as rédeas do acúmulo de capital sob a moldura da democracia, mesmo que fosse na esfera formal. Gramsci (2007, p. 60) alerta que

Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos ‘[...] O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo’ [...] Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo.

Tratava-se, portanto, de uma crise de hegemonia da classe dirigente no âmbito da *crise orgânica* geral do Estado liberal italiano, após a Primeira Guerra Mundial, quando a decomposição do parlamentarismo foi uma das expressões. Para o mesmo período histórico, Dardot e Laval (2016, p. 57) aprofundam as mediações para se apreender a natureza da crise.

A Primeira Guerra Mundial e as crises que vieram depois dela apenas aceleraram uma revisão geral dos dogmas liberais do século XIX. As repetidas crises econômicas, os fenômenos especulativos e as desordens sociais e políticas revelavam a fragilização das democracias liberais. O período de crises múltiplas gerava uma ampla desconfiança em relação à uma doutrina econômica que pregava liberdade total aos atores no mercado.

As funções do Estado burguês vão se reconfigurando, forjando uma agenda capaz de intervir política à orientação econômica e social exigida, num primeiro momento, pelo liberalismo e, a partir da crise de 1970, pelo neoliberalismo. Destarte, trata-se de formas de responder à crise do governo liberal, de superação das dificuldades inerentes ao capitalismo. Mas liberalismo ou neoliberalismo, o que há de comum entre ambas as correntes é o totalitarismo, ou seja, a “destruição da sociedade liberal” e a produção de uma nova racionalidade governamental, na qual caiba ao “Estado o papel essencial de assegurar a cada indivíduo os meios de realizar seu próprio projeto” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 61).

Para Gramsci (2007), a entrada direta das massas na esfera política tornou o processo paradoxal e a saída dessa crise uma aposta sob incertezas. Embora saibamos que essa crise na Itália facultou a ascensão do totalitarismo sob a alcunha de fascismo, o autor indicou ser possível explorar espaços durante a *crise de autoridade*, trazendo à tona a importância da unificação orgânica de partidos e bandeiras, que pudessem sintetizar as necessidades da classe trabalhadora. Nas palavras dele essa união “representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal” (GRAMSCI, 2007, p. 60). Porém, alerta ele que,

[...] Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor [...] (GRAMSCI, 2007, p. 60).

Nessa direção, entendemos que, em 2018, no Brasil, a eleição da chapa presidencial Bolsonaro e Mourão, ambos militares, foi saturada de elementos de uma crise por hegemonia entre frações da classe dirigente e pela concomitância de uma perda do reconhecimento da representatividade do Partido dos Trabalhadores junto a amplos segmentos sociais, particularmente, os que estavam sendo organizados por igrejas de cariz neopentecostal que migraram o seu apoio para a chapa eleita. Por outro lado, avaliamos que uma suposta união das forças progressistas e de esquerda se deu fragilmente, sem conseguir impedir que o autoritarismo escancarado chegasse ao poder.

Foi nas lacunas deixadas pela *crise de autoridade* que a retórica da campanha que se assentou fenômeno das *fake News* e na propagação de discursos conservadores, fazendo conexões ideológicas que aliaram a promessa de combate à corrupção com a intolerante defesa do modelo de família patriarcal. E as respostas a esses supostos compromissos estavam no fortalecimento da guerra às drogas, acompanhado da possibilidade de um governo que colocaria *Deus acima de tudo*.

A simbiose entre racismo, proibicionismo e guerra às drogas: expressões do autoritarismo neoliberal e seu extermínio

A ideologia proibicionista tem suas raízes no pensamento puritano norte-americano cunhado no incentivo à propriedade privada, à acumulação e à exploração, ao mesmo tempo em que resiste a qualquer elemento que possa trazer distração, recorrendo-se à ascese (WEBER, 2004). A materialização desse pensamento em legislações leva o Estado a interferir na vida privada potencializando a exploração da força de trabalho, o que se evidencia nos primeiros anos do século XX, quando,

Na América, a racionalização do trabalho e o Proibicionismo estão indubitavelmente conectados: as investigações dos industriais sobre vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho. [...] (GRAMSCI, 2008, p. 69).

Portanto, a racionalização do trabalho proposta pelo fordismo, contava com uma moralização atenta ao controle dos instintos sexuais e do uso de substâncias psicoativas que pudessem tirar os trabalhadores do foco da produção. Além disso, o Estado burguês também utiliza a instrumentalização da ideologia proibicionista para o controle social de uma forma geral, ampliando o leque de substâncias proibidas de acordo com as singularidades culturais dos grupos a serem atingidos, estabelecendo-se uma dicotomia determinada pelas categorias classe e raça, ditando quem deve ser tratado como traficante, submetido ao controle penal, e quem seria tratado como usuário, dignos de tratamento de saúde. Aqui, se conformou a díade médico-legal que assentou as condições ideológicas e operativas do proibicionismo às drogas (PASSETTI, 1991; LIMA, 2009; BOITEUX, 2006).

Essas particularidades sempre acompanharam a política de drogas exportada dos EUA para o restante do mundo, mas tornam-se severamente evidentes no contexto da crise de capital da década de 1970, quando o Proibicionismo ganha força por meio do estabelecimento da retórica cunhada em uma suposta guerra às drogas, sustentada a partir da construção de inimigos individuais e coletivos (BOITEUX, 2006; VALOIS, 2017). No contexto norte-americano, internamente, os negros são colocados como os principais inimigos (ALEXANDER, 2017). Externamente utiliza-se da guerra às drogas para se fortalecer o ideário da Segurança Nacional, permitindo a imposição de poder dos EUA sobre países em processo de desenvolvimento, em especial na América Latina. Como se pode depreender o proibicionismo às drogas participa de tramas geopolíticas e geoeconômicas ao longo do século XX, conformando outra díade de sustentação (LIMA, 2009; DELMANTO, 2010).

Nessa correlação de forças, o Brasil sempre esteve alinhado ao proibicionismo norte-americano, reproduzindo legislações e acordos internacionais de forma literal. No entanto, faz essencial destacarmos que o Estado burguês brasileiro se sustenta em bases racistas, no qual o racismo estrutural, integra a organização política, econômica, jurídica da sociedade. Por ser estrutura, é base para o pensamento social coletivo, para as relações inclusive afetivas que desenvolvemos “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2018a, p. 16). A particularidade brasileira carrega consigo a constituição de sistemas punitivos essencialmente demarcados pelo racismo, no neodarwinismo e na eugenia (FLAUZINA, 2006; DIWAN, 2018; SCHWARCZ, 2012).

O primeiro Código Criminal do Império, de 1830, criminalizou a vadiagem a mendicância, voltando-se especialmente contra negros alforriados e pobres; o Código Criminal republicano, de 1890, por sua vez, acrescenta elementos declaradamente racistas em seu rol de criminalizações, inserindo as categorias criminais a capoeiras e elementos da cultura afro-brasileira (FLAUZINA, 2006). No Brasil dos anos 1930 práticas eugênicas se expandem em diferentes frentes do controle estatal, especialmente no que se refere ao binômio que envolve os poderes médico e legal.

Foi na esteira do pensamento conservador e eugenista da época, que pregava a modernidade do Brasil, a partir de *melhoramento* da raça e apagamento de tradições africanas, o que Abdias do Nascimento (2016) chamou de genocídio do negro brasileiro. Nesse contexto se recrudescem os ataques às práticas e aos rituais de religiões de matriz africana, as quais sofriam para se manter, concomitante à regulamentação da medicina que se apropriou da preparação de ervas usadas para fins terapêuticos e religiosos, por exemplo. Inclusive, em 1932, o Estado brasileiro se antecipou em cinco anos aos EUA ao estabelecer a primeira legislação proibitiva da cannabis, considerada como *fumo de negro* (SAAD, 2019; LIMA, 2009).

Em linhas gerais, no contexto do autoritarismo de Vargas, o Estado brasileiro consolida Código Penal de 1940, que ao modernizar as legislações anteriores retira os marcadores racistas explícitos, utilizando-se da cristalização do estigma do negro visto como criminoso em potencial. É no período da Ditadura Militar, pós 1964, que o País adere integralmente à retórica da guerra às drogas, levando o recrudescimento do controle sobre drogas determinadas como proibidas, associando o uso à esquerda, à subversão e à ausência de controle moral, mostrando-se também como parte do ideário da Segurança Nacional brasileira (LIMA, 2009; VALOIS, 2017).

O que queremos demonstrar com essa regressão temporal é que o proibicionismo às drogas, em suas origens, teve direta relação com mecanismos penais e racistas operados no âmbito do Estado brasileiro para o controle da força de trabalho seja a que diretamente se vinculou ao processo produtivo, seja a que passou a compor o exército de reserva, tão necessário à acumulação capitalista. Nesse circuito, a questão das drogas foi delineada a partir da construção do inimigo – o traficante perigoso – assentado na figura do jovem negro e pobre (ROCHA, 2012, 2013, 2020; FERRUGEM, 2019). Ou seja, a questão do racismo, da seletividade penal e da guerra às drogas são uma constante na história do autoritarismo brasileiro.

A crise mundial do final da década de 1970 trouxe fissuras para a ordem ditatorial brasileira (1964-1985), contexto que fortaleceu os movimentos sociais e sindicais na luta pela retomada da democracia no País. Em concomitância a essa conjuntura brasileira, a saída mundial para crise se assentou na implementação da política econômica neoliberal em meados da década de 1980. As expressões da questão social foram administradas por um menos Estado social em nome do fortalecimento do Estado penal, levando ao estabelecimento sem precedentes do encarceramento em massa (WACQUANT, 2013; GARLAND, 2014; GIORGI, 2013; ALEXANDER, 2017; BORGES, 2018; DAVIS, 2018).

Enquanto Wacquant (2013) aborda a nova ditadura sobre os pobres e Alexander (2017) descreve a nova segregação racial, observamos que no Brasil esses dois elementos se entrecruzam, fortalecendo o racismo estrutural e legitimando ações estatais violentas e genocidas, em nome da guerra às drogas. Assim como em toda a América Latina, os sistemas de segurança vêm operando à margem da legalidade, sem que seja feita censura capaz de limitar esta atuação, e, nesse sentido, a morte é o principal produto (FLAUZINA, 2008). A sinergia entre o racismo, o autoritarismo e o ódio de classes que sustenta este sistema penal, estruturando as práticas sociais e as matrizes discursivas da mídia, promovendo uma retroalimentação da necessidade de uma guerra que tem sido travada nos territórios brasileiros. Nessa perspectiva, a guerra às drogas, reforça no imaginário social a figura do jovem negro como traficante, que deve ser combatido².

O Anuário Brasileiro da Segurança Pública (LIMA; BUENO et al., 2014), aponta que em 2018 das 57.358 mortes violentas intencionais (homicídios), 6.220 foram provocadas por policiais. No entanto, esses índices

alarmantes da violência letal no Brasil agravaram-se, em 2020, mesmo em tempos de reduzida circulação das pessoas, por conta da pandemia do coronavírus (COVID-19) que assola o mundo, e de maneira particular o Brasil – onde a ofensiva brutal contra o trabalho, a ciência e a pesquisa aceleram o projeto genocida estatal, em coro com um pensamento religioso fundamentalista que fortalece o negacionismo. A racionalidade beligerante derivada, mais uma vez, se materializa no Rio de Janeiro, frente às incursões militarizadas nas favelas, mesmo em período da pandemia. Esta cidade parece ser o *front* mais danoso da guerra às drogas no País, quando, de forma dissimulada, os agentes do Sistema de Justiça Criminal tratam os assassinados em ações policiais como traficantes. No mês de abril 2020, as intervenções policiais ficaram ainda mais frequentes e, com isso, houve um crescimento da letalidade nas operações em cerca de 60% em relação a abril de 2019 (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2020). Esses estarrecedores números de homicídios comprovam que há guerra em tempos de paz sob a justificativa da guerra às drogas.

Refletimos, portanto, que o Estado autoritário e racista é o responsável por essas mortes, primeiro por desregular a questão das drogas a partir dos princípios proibicionistas, fazendo com que essas substâncias sejam mercantilizadas pela ilegalidade e cujos trabalhadores, normalmente, jovens com baixa escolaridade e negros, sejam alvos e autores da violência armada. A guerra às drogas faculta nos aproximar de uma das configurações mais violentas do Estado, oprimindo comunidades inteiras, legalizando prisões seletivas e naturalizando mortes, de pessoas que têm classe e raça determinada. As mortes de crianças negras como Agatha e João Pedro, na cidade do Rio de Janeiro, jamais são fatalidades, tão pouco correspondem a desígnios divinos. Essas mortes são deliberadas, planejadas e executadas em nome de uma guerra estabelecida em supostos tempos de paz. Pretos e pobres jamais descansaram da violência promovida pelo Estado autoritário, porém, o que vemos hoje, é o recrudescimento do projeto genocida necroeconômico, necropolítico, assentado no necropoder (MBEMBE, 2016) e sustentado pelo Neoliberalismo de cunho penal, está mais vivo que nunca.

Fortalecimento neopentecostal no Brasil e crise de autoridade: a presença religiosa na disputa da política de drogas

Os componentes do autoritarismo político brasileiro se integram ao aprofundamento da ofensiva econômica implementada com as contrarreformas neoliberais, cuja orientação antidemocrática é condição para o sucesso daquela investida (ALMEIDA, 2018b). A Guerra às Drogas oferece um mirante a respeito da violência institucional que reproduz o racismo e, de forma concomitante, com o crescimento do neopentecostalismo, faz convergir a combinação de um tipo de organização armada do mercado das drogas ilícitas com uma adesão religiosa do tipo fundamentalista. No Rio de Janeiro, a violência contra espaços e lideranças religiosas de matriz afro em algumas favelas e bairros da periferia vem sendo operada por jovens que seguram fuzis e a Bíblia.

Umbanda, candomblé e suas variantes regionais têm motivos palpáveis para temer a expansão do neopentecostalismo, visto que o objetivo da guerra espiritual é, além de converter os adeptos das religiões adversárias, fechar centros espíritas, tendas de umbanda e terreiros de candomblé existentes ao redor dos templos crentes. Isso decorre de seus propósitos expansionistas e de suas concepções doutrinárias, que superdimensionam a ação e o poder malignos do Diabo no mundo, exacerbam o combate aos demônios e hipertrofiaram a necessidade de libertação ritual. (MARIANO, 2014, p. 117).

Tal perseguição no final da década de 1990, quando foi escrita a primeira edição do livro do sociólogo das religiões Ricardo Mariano (2014), não era acompanhada de grupos armados partícipes da economia do varejo das drogas. Como se leu, o preconceito, a discriminação e o enalce se dava pela proximidade física aos templos neopentecostais (Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, dentre outras). Conquanto, o que já assistimos em cidades como o Rio de Janeiro são territórios *purificados* por milícias religiosas que exigem a interrupção do uso do atabaque e a retirada de todos os símbolos das religiões afros, ao materializar a intolerância religiosa beligerante com a combinação de que a “lei do tráfico é a lei de Deus” (MAXX, 2020). Esse encontro entre *traficantes* e chefes locais do tráfico de drogas, também, pastores, ainda merece estudos, segundo Maxx (2020), pois não se sabe as motivações “[...] se é preconceito ou pura disputa de território e fiéis (e de seus bolsos e votos)” (MAXX, 2020, s. p.), ou se inclusive subjaz, como a própria economia do proibicionismo às drogas, lavagem de dinheiro.

É importante observar que o crescimento dos evangélicos no Brasil acompanhou a curva de declínio dos católicos na América Latina a partir dos anos de 1970. Segundo o Relatório “Religião na América Latina Mudança Generalizada em uma Região Historicamente Católica” (BELL; SAHGAL; RITCHEY et al., 2014), até aquela década tínhamos 92% de brasileiros referindo ser católicos, declinando para 61% em 2013. A partir deste período recente, um em cada cinco brasileiros referiram ser ex-católicos, migrando preferencialmente para as igrejas protestantes³ e outra parte menor não se filiando a qualquer religião.

As motivações dos latino-americanos para saída da Igreja Católica merecem a nossa atenção, na medida em que referem buscar uma conexão individual com Deus; identificar-se com o estilo de êxtase religioso promovido nos cultos neopentecostais; querer maior ênfase numa moralidade que os oriente sobre casamento, família, drogas, aborto etc.; valorizar uma igreja que ajuda os membros e oferece assistência aos pobres, aproximando-os de Cristo; e buscar um futuro financeiro melhor.

Como se pode observar, essa relação de interesses dos protestantes convergiu com a expansão da nova razão do mundo, o neoliberalismo e sua feição neoconservadora (DARDOT; LAVAL; 2016), seja pelo conteúdo seja pela concomitância do mesmo período histórico catalisador, a década de 1970. No Brasil, Mariano (2014) registrou o crescimento das igrejas protestantes de cariz pentecostal, cujo culto evoca o que nomeiam de *dons do Espírito Santo*, tais como cura divina, falar em línguas e receber revelações diretas de Deus, a partir de 1980. Eles já se fizeram presentes na Constituinte e junto com os políticos católicos incidiram sobre temas como a proibição ao aborto.

Justamente, segmentos católicos e protestantes conseguiram organizar forças políticas para requisitar recursos públicos para suas nomeadas comunidades terapêuticas, totalizando 82% de todas as existentes no País, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017). Como dito antes, temos uma disputa por autoridade sobre a concepção de droga e sobre a direção desta política pública, dissociando-a do universalismo, da formação científica das profissões e da laicidade subjacente à defesa de um sistema de saúde público.

Conquanto, esses componentes autoritários, na aparência particulares da política de drogas brasileira, nos parecem ser tendências mais gerais e complexas de uma natureza do Estado moderno à serviço da classe burguesa e de uma racionalidade neoliberal contemporânea que atinge todas as esferas das relações sociais. Para Brown (2019, p. 18), porém, ao revisitar o pensamento dos fundadores do neoliberalismo – Friedrich Hayek e Milton Friedman –, a autora afirmou que “[...] o entusiasmo popular com os regimes autocráticos, nacionalistas e em alguns casos neofascistas [...] afasta-se tão radicalmente dos ideais neoliberais quanto os regimes comunistas estatais repressivos afastavam-se de Marx”. O que parece ser um paradoxo entre origens e processo histórico efetivo apenas faculta a autora cotejar o alcance e a ruína provocada pelo ataque neoliberal a qualquer projeto emancipatório.

Compreender as raízes e as forças da situação atual requer avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais, e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram. Significa avaliar que a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade. O sofrimento econômico e o rancor racial das classes trabalhadora e média brancas, longe de se distinguir desses assaltos, adquire voz e forma a partir deles. Esses ataques também abastecem [...] a ambição nacionalista cristã de (re) conquistar o Ocidente. Eles também se misturam com um niilismo intenso que se manifesta como perda da fé na verdade, na facticidade e em valores fundamentais (BROWN, 2019, p. 17).

Nessa direção, uma construção que é cotidianamente realizada pelo conservadorismo que liga a religião à política no Brasil, carregando consigo um movimento que tenta impor inúmeros valores religiosos em forma de lei, os quais, se situam na esfera da violação de direitos humanos da maioria. Ainda que os instrumentos para a criminalização às religiões de matriz africana tenham se diluído ao longo dos anos, o racismo estrutural cria as condições para que o ideário criminalizador persista. Senão por força de uma lei proibitiva, por ataques sistemáticos, e como vimos, crescentes a seus rituais, o sagrado de seus espaços e suas doutrinas ancestrais, que buscam também restituir às pessoas, sobretudo negras, o que a violência do Estado Penal retira. Um processo reiterado de desumanização do corpo negro descartável, como nos sinaliza Ângela Davis (2018, p. 85): “Ao

longo de grande parte da história, a própria categoria de ‘ser humano’ não abarcou as pessoas negras e de minorias étnicas. Seu caráter abstrato era formado pela cor branca e pelo gênero masculino”.

Assim, atribui-se um signo negativo, há algo que se desconhece e deseja-se extirpar. Por carregar elementos que remetem à cultura africana, em uma demonstração de racismo religioso, como uma das manifestações de um racismo estruturante. Atribui sentido, assim, as abordagens dos agentes de segurança, não só pelas crenças que os atravessam, mas também pela autorização de morte que o estado permanente de guerra parece conferir, e para que não haja dúvida, governantes emitem pronunciamentos para reiterar esta autorização, fazendo com que as ações executadas sejam sempre preventivas, justificando uma série de infrações e crimes, que parecem suspender as legislações vigentes. No território invadido sob a insígnia de operação policial, não há vidas a serem protegidas, moradias a serem respeitadas, não há direito de ir e vir, nem direito de as crianças frequentarem as aulas.

Considerações Finais

Neste artigo buscamos compreender o acirramento do autoritarismo no Brasil, a partir de múltiplas dimensões, dentre elas destacamos o Sistema Penal, que baliza a criminalização em larga escala, de jovens negros, sob a alcunha do tráfico de drogas tornadas ilícitas e o racismo religioso manifesto na intolerância a religiões de matriz afro-brasileira. Controle que incide sobre o sistemático uso da força do Estado, supostamente face à proibição das drogas tornadas ilícitas, a partir de uma intensificação da política de guerra às drogas. Elementos que carregam o racismo como estruturante e afetam diretamente a classe trabalhadora, mais precarizada, tanto os que trabalham no comércio ilegal das drogas quanto os que sem ter posto neste mercado sofrem as consequências de residir num território com incursões militarizadas cotidianas. Esta resposta em período de neoliberalismo e de neoconservadorismo é seletiva e requisita apreender dois componentes do racismo estrutural: o racismo institucional e o religioso que se atualizam na política de drogas.

Situamos essas reflexões no debate acerca da crise de autoridade, que pode culminar em dois caminhos, o primeiro, como reflete Gramsci, poderia se materializar a partir da união das lutas da classe trabalhadora visando à reconstrução de caminhos anteriormente impostos. Ou, como segundo caminho, está o fortalecimento do Estado reacionário, que se assenta no conservadorismo. Observamos que a destituição da Presidenta Dilma Rousseff indicou uma crise geral de autoridade, fortaleceu a ascensão neopentecostal na organização das massas populares no Brasil a favor de um projeto necroeconômico e necropolítico abertamente antidemocrático. No interior do Estado neoliberal de cunho penal, o conservadorismo, racismo e ódio de classe recrudescem mecanismos de controle justificado pela guerra às drogas, incidindo sobre os corpos e qualquer vestígio de vida de negros e pobres, de sua cultura, religião ou ancestralidade.

Referências

- ALEXANDER, M. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, S. O Que É Racismo Estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018a.
- ALMEIDA, S. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGÓ, Esther Solano (Org.). O ódio como política [recurso eletrônico]: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018b, pp. 25-31.
- BARATTA, A.; BISSOLI FILHO, F. B. Princípios do Direito Penal Mínimo. Florianópolis: Habitus, 2019.
- BELL, J.; SAHGAL, N.; RITCHEY, K. et al. Religião na América Latina: Mudança Generalizada em uma Região Historicamente Católica. Pew Research Center, Washington DC 13 nov. 2014. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/7/2014/11/PEW-RESEARCH-CENTER-Religion-in-Latin-America-Portuguese-Overview-for-publication-11-13.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.
- BOITEUX, L. Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo São Paulo, 2006.
- BORGES, J. O que é encarceramento em massa?. Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018
- BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.

- CUNHA, M. do N. Como se formou a hegemonia pentecostal no Brasil. Vermelho, 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/12/04/magali-cunha-como-se-formou-a-hegemonia-pentecostal-no-brasil/>. Acesso em: 03 jan 2020.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DELMANTO, J. Imperialismo e proibicionismo: raízes e interesses da proibição das drogas e da suposta guerra ao tráfico. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre psicoativos, 2010. Disponível em: <https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/imperialismo-e-proibicionismo-jlio-delmento.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- DIWAN, P. Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2018.
- FEFFERMAN, M. Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FERRUGEM, D. A guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- FLAUZINA, A. L. P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GARLAND, D. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- GIORGI, A. De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. São Paulo: Hedra, 2008.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota Técnica nº 21. Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras. Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, IPEA, março de 2017.
- LIMA, R. S.; BUENO S. et al. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2014. v.8.
- LIMA, R. de C. C. Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MARIANO, R. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*: biopoder soberania, estado de exceção, política da morte. Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/ UFRJ, n. 32, dezembro 2016.
- MAXX, M. Nação de Jesus: Fuzis ungidos e grafite gospel em muros da comunidade. UOL Tab, 27 maio 2020. Não paginado. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/nacao-de-jesus/index.htm>. Acesso em: 30 maio 2020.
- NASCIMENTO, A. O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PASSETTI, E. Das fumeries ao narcotráfico. São Paulo: EDUC, 1991.
- REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. Operações policiais em meio a pandemia. Disponível em: www.observatorioseguranca.com.br. Acesso em: 30 jun. 2020.
- ROCHA, A. P. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 115, p. 561-580, 2013.
- ROCHA, A. P. Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil-Paraguai: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza. 2012. 396 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca/SP, 2012.
- ROCHA, A. P. O juvenicídio brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões. Londrina/PR: EDUEL, 2020 (no prelo)
- RODRIGUES, T. M. S. Política e drogas nas Américas. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2004.
- SAAD, L. Fumo de Negro. Salvador: EDUFBA, 2019.
- SCHWARCZ, L. M. Sobre o autoritarismo brasileiro. 1ª. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.
- SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco: muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. 1ª. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- VALOIS, L. C. O Direito Penal da Guerra às Drogas. Belo Horizonte: D'plácido, 2017.
- VASCONCELOS, E.; CAVALCANTE, R. Religiões e o paradoxo apoio social: intolerância, implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas. São Paulo: Hucitec, 2019.
- VIEIRA, H. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: GALLEGOS, Esther Solano (Org.). O ódio como política [recurso eletrônico]: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018, pp. 95-101.
- WACQUANT, L. Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3ª. edição, revista e ampliada, agosto de 2007. 1ª. reimpressão, março de 2013. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- WEBER, M. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ZAFFARONI, E. O inimigo do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

Notas

- ¹ Hall (2003, p. 308) reconhece a contribuição gramsciana para o estudo do racismo por considerá-lo como um fenômeno histórico, que sofre determinantes sociais, políticos, culturais.
- ² E, no paralelo, o tráfico de drogas, também serve a esse genocídio à medida que, no bojo de suas lutas internas pela condução dos mercados de drogas, provoca muitas mortes. As relações de trabalho acontecem abaixo da pressão e do medo da morte, quando o jovem que está na ponta do tráfico de drogas é visto como um problema, ele é demitido da vida (FEFFERMAN, 2006; ROCHA, 2012, 2013).
- ³ Leia-se protestantes históricas, como as igrejas Batistas, Adventistas do Sétimo Dia, Metodistas, Luteranos ou Presbiterianos; igrejas pentecostais, como as Assembleias de Deus, Universal do Reino de Deus, Igreja Pentecostal de Deus ou Igreja do Evangelho Quadrangular e outras igrejas protestantes; sendo as pentecostais as que congregam 50% dos protestantes na América Latina (BELL; SAHGAL; RITCHEY et al., 2014).

Andréa Pires Rocha

drea_rocha@yahoo.com.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

UEL

Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445 Km 380, Campus Universitário

Londrina – PR - Brasil

CEP: Postal 10.011 / CEP 86.057-970

Rita de Cássia Cavalcante Lima

ritacavalcante69@gmail.com

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

ESS/UFRJ

Av. Pasteur, 250, fundos, Urca

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

CEP: 22.290-902

Daniela Ferrugem

danielaFerrugem@yahoo.com.br

Mestra em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)

Assistente Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

UFRGS

Ramiro Barcelos, 2600. Bairro Santa Cecília. Campus Saúde

Porto Alegre – RS – Brasil

CEP: 90035-00

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Daniela Ferrugem desenvolve o doutorado com bolsa CAPES.

Contribuições das autoras

O ensaio foi escrito em coautoria e trata de temática de estudo, ensino e pesquisa das autoras, que pertencem a rede de pesquisa que tem como temática a questão das drogas e o Serviço Social. Cada autora tratou das discussões particulares

de suas pesquisas, portanto, a escrita conjunta permitiu que as conexões fossem estabelecidas dialeticamente.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Comprometimento das autoras.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

A moderna construção da vigilância e do controle social no Brasil

Vânia Morales Sierra¹<https://orcid.org/0000-0002-3778-6954>**Silene de Moraes Freire²**<https://orcid.org/0000-0002-3824-7805>

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Política Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Política Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

A moderna construção da vigilância e do controle social no Brasil

Resumo: Este ensaio aborda a relação entre Estado e autoritarismo no Brasil, considerando as transformações dos mecanismos tradicionais e modernos de controle social, empregados pela classe dominante como força social e política na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade brasileira. O objetivo é mostrar que a modernização da infraestrutura econômica implica no recrudescimento das formas de vigilância e controle social. Para isso, são apresentadas as mudanças no controle social a partir de 1930 até a Constituição Federal de 1988. Posteriormente, damos ênfase sobre as medidas neoliberais que deram ensejo às novas formas de controle no País. Por fim, conclui-se que a insuficiência das instituições de controle social, atualmente, tem em contrapartida a valorização da moral tradicional e o aumento da reivindicação social por segurança, formando dois pilares do autoritarismo neoliberal da política atual.

Palavras-chave: Estado. Autoritarismo. Controle social. Vigilância. Classe social.

The modern construction of surveillance and social control in Brazil

Abstract: This essay proposes to analyze the relationship between State and authoritarianism in Brazil, considering the transformations of traditional and modern mechanisms of social control, employed by the ruling class as a social and political force in the dispute for the moral and intellectual direction of Brazilian society. The objective is to reveal that the modernization of the economic infrastructure implies the intensification of the mechanisms of surveillance and social control. Thus, we present the changes in social control from 1930 until the Federal Constitution of 1988. Then, we emphasize the neoliberal measures that gave rise to new forms of control in the country. Finally, we conclude that the insufficiency of social control institutions currently has a counterpart in the valorization of traditional morality and the increase of the social demand for security, creating two pillars of the neoliberal authoritarianism of the current politics.

Keywords: State. Authoritarianism. Social control. Surveillance. Social class

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 10.08.2020. Revisado em 11.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O controle social na sociedade brasileira tem sido estudado a partir da chamada Era Vargas, momento em que parcelas da classe trabalhadora foram inseridas na máquina do Estado, mediante o acesso a um compósito de direitos sociais, concedidos de modo autoritário sob o controle do Ministério do Trabalho¹. A relação entre a política social e o controle social do Estado concentrou a atenção nesse período, negligenciando o anterior no qual era notória a ausência de políticas sociais, mas não a de políticas de controle². Portanto, tratar deste tema implica necessariamente considerar os mecanismos de sustentação da ordem política e social, que mudam historicamente em razão de fatores políticos, culturais, econômicos e sociais. Nesse sentido, o controle social extrapola o Estado, sendo (re)produzido culturalmente por meio de instituições que reproduzem valores, criam normas, conformam comportamentos e organizam rituais, expressando formas de sociabilidade constituídas em uma determinada ordem social. Assim, a coextensão entre a ordem das interações e a ordem social se realiza mediante o trabalho das instituições sociais.

Desde Durkheim, passando por Althusser, Foucault e Bourdieu, o controle social vem sendo estudado, com enfoque sobre as instituições sociais e a reprodução da ordem. De certa forma, as instituições asseguram a reprodução da ordem moderna, garantindo a sua regularidade. Acopladas às transformações que se desenvolvem nas relações de produção, as instituições se redefinem, a fim de inserir novos dispositivos e mecanismos para adaptação ou produção de novos padrões de comportamento. Isso não quer dizer que bastam as alterações nas normas institucionais para que as mudanças comportamentais sejam alcançadas. Contudo, é inegável a importância das instituições modernas na padronização de comportamentos definidos como ideais pela classe dominante.

Nesse sentido, o controle e a ordem social se reforçam, conferindo ao poder político a possibilidade de administração das crises. A resposta à *questão social* decorre dessa capacidade do Estado de exercer o poder político amenizando a violência da acumulação do capital por meio da incorporação das reivindicações da classe trabalhadora. Esse processo de expansão da cidadania (MARSHALL, 1967) vivenciado pelos países centrais contou com a formação de um Estado de Direito, estabelecido sob a burocratização do espaço público e a racionalização de diversas esferas, como a cultura, a economia e a política. No Brasil, tal processo tem sido interpretado como decorrente da modernização construída pelo autoritarismo político, que comandou a luta de classe com o objetivo do controle sobre a mudança. A compreensão da relação entre Estado, autoritarismo e classe social passa, portanto, pela consideração das formas de controle geralmente muito requisitadas nos momentos de recomposição da luta de classes em razão das transformações profundas na economia.

Na perspectiva aqui adotada, a vigilância e o controle social formam um par que compõe o conjunto das técnicas, procedimentos, instituições, representações sociais e ideologias que contraditoriamente servem como mediação na solução dos conflitos gerados na luta de classes. Constituem modalidades do exercício do poder que expressam a disputa e as formas de resistência à dominação. Não são exclusividades do Estado, mesmo porque reúnem os diversos elementos para a construção da hegemonia do capital. Contudo, são imprescindíveis ao Estado na sua função de assegurar a manutenção da ordem na sociedade capitalista.

O controle social é sempre exercido sobre a população ou grupo social de um determinado lugar, que pode ser uma empresa, um serviço, uma instituição pública ou privada. Pode ser mais ou menos coercitivo, conforme as regras que determinam os limites nos relacionamentos entre grupos distintos ou sujeitos com diferentes posições sociais. Difere-se da vigilância, que é basicamente informação, obtida por meio de estatísticas e da análise de dados nem sempre implicando em intervenção sobre a população.

Neste artigo, o foco está concentrado sobre os momentos em que o Estado brasileiro desenvolveu uma racionalidade compatível com a modernização da infraestrutura econômica, acentuando a vigilância e o controle sobre a classe trabalhadora. Primeiro, são apresentadas as mudanças relevantes no controle social a partir de 1930 até a Constituição de 1988. Em seguida, a ênfase está na disputa sobre os mecanismos de vigilância e de controle social democráticos, diante das medidas neoliberais que deram ensejo ao fortalecimento do neoconservadorismo no País.

A relevância deste estudo consiste em compreender a historicidade das formas de vigilância e de controle social, que evidenciam o autoritarismo político em diversos momentos, sobretudo aqueles de profundas transformações infraestruturais. Esta perspectiva destoa do caminho adotado pelos autores acima mencionados, expondo a singularidade do caso brasileiro.

O controle da questão social a partir de 1930: a industrialização e a construção de uma nova racionalidade política autoritária

Com a *Revolução* – iniciada em 1930 e reforçada em 1937 –, inaugurou-se nova fase nas relações entre o Estado e a classe operária. A repressão do período anterior não se atenuou. Ao contrário, aprimorou-se através de organismos especializados no combate ao movimento sindical independente, ao Partido Comunista e à esquerda em geral. Porém, o que sucedeu de realmente novo foi que o Governo Vargas pôs em prática uma coerente e sistemática linha ideológica de conquista, controle e disciplinamento da classe trabalhadora. (FREIRE, 2020).

Nesse momento, viveu-se de forma mais nítida o processo de organização daquilo que veio a se tornar a estrutura de classes do Brasil industrial e capitalista. Isso implicava num esforço a fim de construir, pela invenção e pela descoberta, o ser brasileiro moderno. Dessa forma, a construção da modernidade do Brasil se transformou em projeto nacional, compreendido por uns como modelo, uma fonte de inspiração, e por outros como intérprete e criador do moderno a ser construído, associado à ideia de universalização, e não mais como réplica de um padrão que apenas certos círculos das elites entendiam ser conveniente para o País.

A mudança viria com a proposta de industrialização do Brasil. Novas instituições foram implementadas, na certeza de que a sociedade se modernizava e, por isso, necessitava de dispositivos e mecanismos capazes de alterar a institucionalidade do controle na produção social. A sociedade passaria por um processo de urbanização intenso, devendo ser organizada com base no funcionamento de instituições modernas que pudessem conter os conflitos de classe oriundos das contradições geradas com o avanço da industrialização. O desafio dos mecanismos de controle seria submeter os conflitos de classe à administração do Estado, construindo a conciliação entre os interesses antagônicos mediante a ideia de progresso e de desenvolvimento da nação. Doravante, o Estado assumiria a centralidade no controle da mudança.

Desse modo, as representações tradicionais que conformavam a ordem da burguesia agrária, no Brasil, ficavam sobrepostas à ideologia do Estado no âmbito da esfera pública. Nesse processo, a ampliação mesmo gradual dos direitos sociais representava a possibilidade dessa construção, fundada sob a formação de uma nova institucionalidade, construída sob uma sociedade homogeneizada na figura do mestiço, o elemento humano a partir do qual se combinava a ideia de democracia social com a ideologia da democracia racial de Gilberto Freire. Nessa engenharia política institucional, a ideologia política se sobrepunha às representações tradicionais da família e da Igreja, abrindo espaço para a construção de uma nova hegemonia, formada ainda por elementos arcaicos que dariam suporte à construção da modernidade, delineando os caminhos da modernização conservadora brasileira.

Esse seria o momento de romper com a ideia do descompasso entre o povo (formado por ex-escravos negros, indígenas, mestiços) e a República. Nesse intento, o Estado se incumbia da missão de dirigir os rumos da nação, tomando para o seu controle a sociedade paulatinamente submetida às instituições do poder administrativo. Significava que o Estado assumiria o controle da classe trabalhadora, ainda que concentrado sobre o espaço urbano. Tal movimento requeria situar o Estado no centro e acima da sociedade, controlando o ritmo do crescimento econômico, produzindo diferentes temporalidades do moderno e do atraso, expressas nas representações do espaço urbano e rural.

No final da década de 1920, sobrepor a racionalidade legal, base da cidadania, ao mandonismo local da ordem autoritária, hierárquica, organizada sobre o poder dos chefes locais, se apresentava como um problema para reprodução de uma ordem política representativa, democrática e descentralizada. Normativamente, a República parecia incompatível com a realidade social brasileira sustentada pelas oligarquias agrárias. Na época, a ordem pública não podia prescindir da atuação das grandes famílias no controle dos conflitos locais e na resolução de questões relacionadas à defesa do território nacional.

Nessas condições, a industrialização na Era Vargas representava o ingresso do Brasil no mundo moderno do século XXI. A ideologia do progresso combinada com a ideia de desenvolvimento nacional admitia o protagonismo do Estado na economia. Neste momento, há uma inflexão no controle social que se tornara efetivo, sendo exercido no âmbito dos mecanismos e dispositivos do Estado. No entanto, pela sua seletividade gradual, os direitos sociais foram constrangidos à administração, amparada nos aparatos repressivos sempre a postos.

Nessa conjuntura, o autoritarismo fora aprofundado e exercido, sobrepondo-se internamente às contradições do capitalismo que exacerbavam a crise política, acentuando a oposição entre as classes, chegando ao ápice

com a propagação das ideologias autoritárias do nazismo e do fascismo, na década de 1930. A radicalização no Brasil guardava elementos da mentalidade fascista em razão de uma interpretação hegemônica da realidade brasileira, que suprimia a questão das desigualdades sociais e de sua relação com a estrutura das relações de comércio internacional, reduzindo a *questão social* a um problema de origem cultural, sendo este entendido como um obstáculo ao desenvolvimento da solidariedade cívica necessária à verdadeira ordem republicana.

Lançando, assim, a culpa sobre o povo, as bases ideológicas do autoritarismo serviam para justificar a intervenção do Estado, que inclusive encarava a miscigenação como uma estratégia para a solução dos *nostros problemas de sociedade*. Segundo Vianna (1986, p. 16), a nova sociedade, imatura e heterogênea, rejeitou “a ordem oligárquica e sua concepção de moderno, que não a compreendia”, acreditando que a modernidade viria das “mãos das novas elites” que dariam forma, em 1930, ao novo Estado burguês (VIANNA, 1986, p. 16). Cabe ressaltar que, assim como os sindicatos, a partir de 1930, o moderno se estatiza. “A cidadania se amplia, o sistema da ordem se faz mais abrangente e universalizador. A condição, porém, desta cidadania ampliada estará na sua incompletude, restringida pela regulação exercida pelo Estado por meio de suas instituições corporativas” (VIANNA, 1986, p. 17).

O tipo de modernização que ocorre na sociedade brasileira – pelo alto, reguladora e disciplinadora da sociedade – embora acabe inibindo sua livre manifestação, é conduzida pelo Estado com a audácia de quem porta consigo a novidade – a indústria e a ideologia do industrialismo (VIANNA, 1986).

A compatibilidade com a ordem que se buscava criar se daria assim por uma engenharia institucional que mesclava o autoritarismo com o paternalismo da proteção social entendida como concessão à classe trabalhadora. No meio urbano, o controle não se exerceria predominantemente pela família e pela religião como era no rural, mas seria exercido pela polícia e pelo conjunto das instituições, criadas para assegurar as condições de reprodução de uma sociedade que se industrializava rapidamente. O tempo da industrialização e o da ampliação dos direitos sociais não era o mesmo, o que acentuava a impressão da necessidade da ordem para que o impacto das mudanças não escapasse ao controle do Estado. Com a carteira de trabalho instituída em 1932 e a participação nas representações classistas da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, o poder decisório foi sendo deslocado do Legislativo para o Executivo, atrelando os benefícios sociais à condição de trabalhador (GOMES, 2005). De acordo com Vianna (1999),

No pré 35, entre o par mobilização/desmobilização, é a desmobilização que se reveste de caráter fundamental no trânsito para a estrutura corporativa. Para assumir a “representação” das classes subalternas, primeiro o Estado teria que liquidar suas organizações independentes, tendo reprimido seus líderes, cooptado outros e corrompido a uns tantos. A partir daí implementa-se a nova política, combinação de coerção e manipulação do consenso através da via corporativa, facilitada em parte pela mudança na composição da classe operária, com o recrutamento maciço de um contingente dócil `mobilização ideologizada praticada pelo Estado. (VIANNA, 1999, p. 178).

Desde então, a cidadania passaria a estar embutida nas profissões, vinculada ao lugar ocupado no processo produtivo, como reconhecido na lei, não sendo, portanto, resultante de um código de valores políticos, como observou Santos (1998) na sua concepção de cidadania regulada. O Estado criava um sistema previdenciário que permitia o controle do Ministério do Trabalho pelas oligarquias políticas e o controle dos organismos operários pela oligarquia sindical (SANTOS, 1998).

Não obstante, tal controle sobre a classe trabalhadora parecia não ser ainda suficiente. Entre 1935 e 1937, uma grande quantidade de sindicatos foi submetida à intervenção, o que transformou a questão social em uma questão de segurança nacional (GOMES, 1979). Diante da pressão e da resposta do Estado que procurava burocratizar as reivindicações, administrando o tempo ao reconhecimento de direitos para as categorias profissionais, a política social foi se expandindo no Estado Novo, com a consagração do salário mínimo (1938), a ratificação das férias anuais (1938), a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), e a institucionalização da Justiça do Trabalho (1941), no âmbito do Poder Executivo, encarregada da resolução de conflitos entre empregados e empregadores. O autoritarismo do Governo de Getúlio Vargas, após 1937, instituiu a unidade sindical (1939) de modo que apenas os sindicatos legalizados poderiam representar os interesses da categoria, recebendo dos trabalhadores a contribuição compulsória (1940). A greve e o *lockout*

foram proibidos, considerados incompatíveis com os interesses da produção nacional³, em nome da qual a soberania do Estado seria exercida sobre toda a população (A ERA..., [201-?]).

A retomada da democracia se deu no breve espaço entre 1946 e 1964. Mesmo com a expansão das políticas sociais, a crise dos anos de 1960 retomou o autoritarismo à cena pública nacional. Nessa época, a modernização implementada no governo de Juscelino Kubitschek não foi suficiente para superar o atraso da economia brasileira. A pressão por reformas estruturais se acentuava com o fortalecimento dos sindicatos e pela influência da ideologia que mobilizou a revolução nos países socialistas. O capital internacional se fazia presente na forma de empréstimos e implantação das multinacionais, que tornaram mais agudas as contradições na medida em que aprofundaram a dependência, ofuscada pela ideologia de desenvolvimento.

Conforme destacou Otavio Velho (2009, p. 114), o autoritarismo seja de forma centralizada ou descentralizada, explica melhor as ocorrências na vida política e social do que a oposição absoluta entre o poder privado e o Estado. Marilena Chauí (2014, p. 230) enfatiza o autoritarismo na história econômica do País, mostrando que a ascensão e o declínio dos ciclos econômicos corresponde à “subida e queda de poderes regionais, período em que o poderio regional é continuamente contrastado com o poder central, que ameaça as regiões para assegurar a suposta racionalidade e necessidade da centralização”. Com isso, compreende-se por que os “partidos políticos são associações de famílias rivais ou *clubs privés* das oligarquias regionais” (CHAUÍ, 2014, p. 230). É possível considerar que daí surge a *questão democrática*, como concebida por Florestan Fernandes (1976) que entende a apropriação do público pelo privado não como a causa dos nossos problemas políticos e sociais, mas como consequência gerada pelo modo de acumulação na periferia dependente de maior extração mais-valia dos trabalhadores brasileiros para atender as exigências imperialistas do exterior. Assim se estabelece a base ao despotismo burguês acionado em momentos de crise.

Nos períodos mais graves da crise do capital, a classe dominante se associa aos conservadores, revigorando das bases do autoritarismo social, retomando ideologicamente os valores da família, da religião e da propriedade, no objetivo de construir na sociedade o consenso para a reconstrução do autoritarismo político. Resgata-se assim a moral tradicional e com ela os fundamentos da sua *justiça*, embasados na moral da vingança, base da ideologia da punição desmedida contra qualquer ato de desobediência. Daí a admissão da ordem militar sem demora. Ora, uma sociedade que se vê como o inverso das economias modernas, desde a raça, passando pela ausência de cultura cívica, chegando à incapacidade de acompanhar os avanços das forças produtivas, fortemente dependente do Estado, não precisa apenas de um governante, mas de um chefe de Estado, para ordenar a distribuição dos recursos, exercendo o poder como uma liderança situada acima das classes sociais.

Os anos da ditadura, inaugurada em 1964, reforçaram a impressão de que mais vale o comando do Estado do que a participação política dos cidadãos. Sob o domínio das forças armadas, o problema não era em si a existência ou não de um partido político de esquerda, mas, sobretudo, a forma como o exercício de controle sobre a classe trabalhadora seria conduzida. Daí a presença da esquerda como emblema da oposição ao regime. Sem desprezar a estratégia getulista de controlar a distribuição dos direitos sociais, a ditadura militar representou a expressão máxima do poder de vigilância sobre a classe trabalhadora. Não por acaso, o fim da ditadura implicou numa mudança dos mecanismos e dispositivos de controle social.

A disputa pelo poder de vigilância e de controle social nos pós 1988

Nos anos de 1980, a redemocratização da sociedade brasileira trouxe a necessidade da criação de novas modalidades de controle social para a ordem democrática que se pretendia gerar. Surgia a proposta da construção de uma ordem que baseada no consenso entre os diversos interesses mediante a participação no espaço público, que deveria não ser apenas representativa mais também direta. A Constituição Federal de 1988 admitiu a participação social em diversas instancias de poder, nos níveis federal, estadual e municipal. Alterou a função do Poder Judiciário, permitindo a sua atuação como seu intérprete, envolvendo-o em questões da administração do acesso à cidadania. Por conseguinte, o Poder Judiciário foi convocado a se fazer presente não apenas na sua função coercitiva e repressiva da punição, mas também como órgão atuante no processamento da conflitividade que envolve as expressões da questão social. Desse modo, o Estado passaria a responder às exigências do capital, sempre colocadas como um imperativo da ordem neoliberal, que avançava contrariando

a Constituição Federal de 1988, transformando, sempre que possível, as expressões da questão social em processo judicial.

O Estado foi assim administrando o controle da institucionalidade sobre a classe trabalhadora, acelerando os ganhos de capital, destituindo os direitos sociais, enquanto emperrava o acesso às suas políticas, já que os direitos instituídos na CF 88 precisavam ser levados a um julgamento para serem alcançados. Assim, novos mecanismos foram sendo criados, obstaculizando o acesso universal aos direitos, comprometendo a seguridade social, ao passo que as classes dominantes conseguiam a garantia de seus lucros e rendimentos. Tal fato já colocava em xeque a democracia brasileira, que não conseguia resolver o déficit de cidadania e nem mesmo envolvia os mais pobres em instâncias de influência no poder, mas mantinha um aparato burocrático, repressivo, pesado no seu objetivo de gerenciamento da “questão social”, seja para punir, seja para emperrar o acesso aos direitos.

Nesses termos, se a ditadura exerceu um controle ostensivo sobre a classe trabalhadora, mas procurou, contudo, ampliar a cobertura desses direitos; a democracia, desde a década de 1990, foi ampliando normativamente o acesso aos direitos, porém com base no processamento das demandas, na tentativa de manipular o tempo, postergando ao máximo a sua efetivação. Além disso, cabe lembrar que nem toda a população tem acesso ao Poder Judiciário e acaba desistindo antes mesmo de tentar. Com o modelo neoliberal implementado, as políticas sociais se tornaram escassas, incapazes de atender à demanda crescente de um contingente progressivo de ingressantes na informalidade em decorrência da precarização do trabalho e do aumento do desemprego, gerados com o avanço da reestruturação produtiva.

Desde a década de 1990, a vigilância sobre a classe trabalhadora tem se tornado mais incisiva e difusa. Além de poder contar com as inovações em termos do emprego da tecnologia (Cadastro Único da Assistência Social, Cadastro Desemprego, Cadastro do Setor Informal etc.), também se tornou mais ostensiva em razão da política de segurança, voltada substancialmente à repressão da polícia e até das forças armadas à população negra e jovem. Os mecanismos de controle da segurança pública, assim como o clamor crescente de políticas públicas repressivas e punitivas, demonstram a resposta historicamente determinada a certos grupos, acreditando que de alguma forma a ordem é colocada em risco, por causa das *classes perigosas*. Todo esse debate objetiva contribuir para o entendimento do grau de atrofiamento da cidadania em nosso país.

Na justificativa da segurança necessária à ordem urbana, as forças armadas se fazem urgentes no combate ao tráfico de drogas nas favelas. O propósito dessas ações tem como resposta muito pouco sobre o controle dessas atividades, mas expressam, sobretudo, o emprego da força armada contra o conjunto da classe trabalhadora, a população alvo das ações de vigilância e controle. Portanto, é a classe social determinante na concentração dos dispositivos de controle e de vigilância, que procuram assegurar a manutenção de uma ordem injusta, racista e autoritária contra os pobres. Não é à toa que jovens negros e pobres são os que mais sofrem com estas ações. Os negros, porque historicamente estigmatizados, formam o grupo sob suspeita mesmo quando ascendem socialmente. A classe trabalhadora, em grande parte sobrevivendo na informalidade, é identificada como pobre, carregando, assim, as representações sociais que a associam ao perigo. O resultado é o aumento do uso da força nos territórios estigmatizados, onde a população é mais desassistida e dependente das políticas sociais que mal conseguem acessar.

Não é surpresa então que assistamos, no caso das drogas, a passagem do modelo sanitário ao modelo bélico, para compor o que [Nilo] Batista denominou ‘política criminal com derramamento de sangue’. O elemento bélico acompanhado do caráter religioso e moral da cruzada contra as drogas permite que esta política criminal não tenha limites, nem restrições, nem padrões regulativos. O modelo bélico traz marcas no judiciário, que ao tratar o suspeito ou condenado como inimigo, tolera violações de direitos e reifica os preconceitos contra as garantias constitucionais (BATISTA, 2011, grifo do autor).

Desse modo, o controle sobre a classe trabalhadora vai se tornando bélico em substituição as outras formas de controle. A intenção da massificação ou da universalização da política vai sendo abandonada. O domínio sobre a classe trabalhadora empobrecida acentua o estigma, em decorrência da desigualdade estrutural. Recai sobre os mais pobres, a culpa do atraso e dos problemas para as oportunidades de desenvolvimento em um país com baixa instrução, sem saneamento, sem capital social. Conforme destacou Chauí, a naturalização da desigualdade social no Brasil é uma violência que não é percebida como tal, fazendo com que se torne

normal a polarização “entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes”. (CHAUÍ, 2014, p. 230).

Na democracia das três últimas décadas, as mudanças no controle social instituídas no sentido da democratização do poder e da redução da desigualdade social têm falhado, se consideramos o problema da centralização e da concentração do capital. A supremacia do capital financeiro impulsionada com a mundialização da economia tem requerido mudanças na relação entre produção e reprodução social. Atualmente, as lutas têm sido pela resistência contra a destituição de direitos e o aumento da repressão do Estado sobre a classe trabalhadora. Por sua vez, a ausência de proteção social situa a questão do controle social e da vigilância como um problema para o Estado, na medida em que se faz necessário assegurar as condições para a acumulação financeira, gerando inúmeras formas de expropriação, ao mesmo tempo em que permite aos fluxos de capitais entrada e saída do país sem qualquer controle. Nesse sentido, quanto mais livre for a circulação de capitais, mais violenta será a ação das forças repressivas contra a classe trabalhadora.

Nesses termos, o Estado se torna imprescindível na viabilidade da mundialização financeira. Contudo, se a economia se internacionaliza, os conflitos de classe, não. No contexto do avanço do neoliberalismo, a vigilância e o controle, na sua base jurídica, vão se tornando rarefeitos com relação à seguridade social, mas rígidos em termos das forças de segurança. Há nesse processo uma mudança com relação aos dispositivos e mecanismos de controle que vão se tornando menos democráticos, sendo preteridos aos aparatos repressivos considerados imprescindíveis à proteção da sociedade. A vigilância e o controle social vão assim se tornando centrais, reforçando na sociedade seus apelos quanto à articulação entre a ordem e as forças de segurança, mais do que o respeito à sua base no direito.

Objetiva e subjetivamente, o controle social não deixou de ser exercido nas instituições de educação, saúde e assistência social, porém a ênfase tem sido dada aos aparelhos pelos quais a moral conservadora sai fortalecida, tais como a família, a religião, a polícia e o exército. A interpretação da crise como um problema moral se fortalece, reduzindo a possibilidade de ser enfrentada com uma racionalidade capaz de fazer com que os interesses possam ser disputados politicamente e convertidos em direitos. O autoritarismo assim é revigorado. A CF 88 é colocada em questão, como se não fosse capaz servir de base à construção de uma ordem conformadora do Estado Democrático de Direito, retomando a crítica já conhecida no passado de comportar um direito não baseado em dados da experiência, um *idealismo utópico*⁴.

Esta mentalidade respalda o autoritarismo à medida que suspende a possibilidade de compatibilizar democracia com o controle social. O que está em questão não é apenas o grau de exploração da força de trabalho, que tem se intensificado com o aumento da jornada e a precarização dos direitos, mas é também a possibilidade da classe trabalhadora se organizar com a finalidade de exercer pressão sobre os governos, ou seja, de participar na formulação das normas referentes aos limites para o exercício do controle social. Diante disso, constata-se a existência de mais uma crise na sociedade brasileira, que se deu antes mesmo de completar a democratização das suas instituições. De certa forma, as esquerdas negligenciaram o crescimento político e social das forças mais conservadoras, que na primeira oportunidade tomaram o poder.

Neste sentido, a crise revela a incapacidade dos dispositivos e mecanismos de controle social da racionalidade moderna de conferir um sentido de cidadania. Diante da crise que exige um quinhão cada vez maior do orçamento público para garantir os rendimentos dos investidores nacionais e internacionais, os ideais da república parecem inalcançáveis mesmo na democracia. A crise brasileira afeta o funcionamento das escolas, das instituições de assistência social, dos hospitais, enfim, das políticas sociais que vão sendo sucateadas.

O conservadorismo sempre fez parte da cultura política brasileira e sempre persistiu em nossa realidade, e não pode ser compreendido isoladamente. Ele é uma expressão da luta de classes, isto é, manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa (FREIRE, 2018).

Como observou Barroco (2011), é nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para se expressar, se ancorando em mitos, motivando expressões autoritárias, preconceituosas e irracionais, atitudes preconceituosas, moralizantes, intolerantes e reacionárias. Uma das expressões dessa ideologia é a reprodução do ódio e do medo social, para que se naturalize a barbárie e se clame por ampliações e formas de controle e intervenções militarizadas.

O neoliberalismo, ao naturalizar as desigualdades, concentra sobre as famílias a responsabilidade do investimento em educação, saúde, assistência social, a fim de que arque todas as suas despesas com o bem-estar. Assim sendo, se revitaliza na sociedade brasileira os traços marcantes da sua cultura fincada na

solidariedade familiar e na moral religiosa. O neoliberalismo, portanto, dá relevo aos elementos básicos do neoconservadorismo político que se apoderou do Estado.

Isso revela que o neoconservadorismo não é resultado do golpe de 2016, que deixou em evidência a presença da moral evangélica e do discurso de valorização da família, contra a corrupção na política, como o principal problema nacional. O que houve foi o desdobramento ideológico da política neoliberal, que já era concentrada na família, reforçando a moral social conservadora no Brasil. Nesse sentido, o neoliberalismo *pariu* o neoconservadorismo brasileiro, germinando o solo por onde caminha o bolsonarismo.

Considerações Finais

O controle social e a vigilância através de seus suportes marcam sua presença em vários momentos políticos da história brasileira expressando o autoritarismo, nas formações concretas e nas inconscientes, com raio de ação muito maior e desconhecido do que imaginamos à primeira vista. Contudo, o que as mudanças nas modalidades de controle e vigilância revelam é sua intrínseca relação com as transformações infraestruturais econômicas e com as ideologias políticas, que se reformulam a fim de assegurar o domínio do Estado sobre os processos de mudança.

Tal processo ocorre mediante a subordinação da classe trabalhadora, fortemente reprimida em razão das condições do capitalismo dependente e periférico que exige uma parcela maior da extração da mais valia, reproduzindo o aumento progressivo das desigualdades sociais. As expectativas de mudança geradas com as inovações democráticas no controle social, não alcançaram o resultado esperado em decorrência do avanço da política neoliberal, que provocou a redução progressiva das políticas sociais e dos direitos trabalhistas.

O acirramento da luta de classes em decorrência do desemprego estrutural, da precarização do trabalho e do crescimento da violência, fez a sociedade reclamar por segurança do Estado, seguindo a lógica da política de segurança que culpabiliza a vítima e não os principais responsáveis pelo caos social. Com isso, os pobres voltaram a ser identificados como “classes perigosas”, tornando-se o alvo das ações de vigilância e de controle do Estado.

Em termos ideológicos, o neoliberalismo deu ensejo ao neoconservadorismo, que para suprir o déficit do controle das instituições modernas, retomou a moral tradicional e cobrou ao mesmo tempo o aumento da repressão do Estado contra os mais pobres. Sendo assim, o neoconservadorismo representa mais do que uma ideologia, pois se constitui no desdobramento do neoliberalismo, convertendo-se numa estratégia de governo. Trata-se então de uma ideologia e ao mesmo tempo de uma estratégia de vigilância e controle contra a classe trabalhadora, elaborada com a finalidade de atender os interesses da acumulação financeira, que se revelam incompatíveis com os mecanismos de vigilância e controle democráticos, definidos a partir da CF 88.

Referências

- BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BATISTA, V. M. Autoritarismo e controle social no Brasil. *Revista Sem Terra*, Rio de Janeiro, n. 10, 2011. Não paginado. Disponível em: https://www.lainsignia.org/2001/marzo/cul_040.htm. Acesso em: 20 junho 2020.
- CHAUÍ, M. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahas, 1976.
- FREIRE, S. de M. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. *Quadranti: Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*, Salerno, v. 6, n. 2, p.174-195, 2018.
- FREIRE, Silene de Moraes. *Cultura Política e Revolução Burguesa no Brasil: a instrumentalidade do Pensamento autoritário*, Rio de Janeiro, Gramma, 2020.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, São Paulo. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. [201-?]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- GOMES, A. de C. A Invenção do Trabalho. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, A. de C. *Burguesia e Trabalho: Política Social e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

- MARSHALL, T. H. (1949). Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar 1967.
- SANTOS, W. G. dos. Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- VIANNA, L. W. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 1999.
- VIANNA, L. W. Travessia: da abertura à Constituinte 86. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.
- VIANNA, O. O idealismo da Constituição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

Notas

- ¹ Apesar do intervencionismo estatal e das leis trabalhistas terem sido intensificados na década de 1930, a peculiaridade da natureza do Estado nesse período não reside nesses elementos, mas, sim, na sua inclusão em uma ordem corporativa.
- ² A ênfase no recorte temporal a partir de 1930 não significa que antes a vigilância e o controle social não existiam ou não eram relevantes. Pelo contrário, o período anterior à década de 1930 foi profícuo em termos das determinações que demonstram a sua centralidade, sobretudo, dada à ênfase sobre a família e a Igreja, duas instituições que funcionam como suportes ao controle do Estado na sociedade brasileira até os dias de hoje. Devido às limitações quanto ao aprofundamento do controle social, família e religião neste artigo, a opção dos autores foi enfatizar o período em que o capitalismo brasileiro incorporou a racionalidade inerente à modernidade.
- ³ Consultar: *A Era Vargas dos anos 20 a 1945*. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [201-?]).
- ⁴ A expressão *idealismo utópico* pertence a Oliveira Vianna e foi empregada na sua crítica à Constituição federal de 1991, sendo definido como “todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir”. (VIANNA, 1939, p. 10).

Vânia Morales Sierra

vaniasierra@yahoo.com.br

Doutora em Sociologia, IUPERJ/Université Paris-Nanterre

Professora associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Silene de Moraes Freire

silenefreire@gmail.com

Doutora em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP)

Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

CEP: 20550-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

As duas autoras contribuíram igualmente para a organização das ideias e escrita final.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento das autoras.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

O Estado penal, o sistema prisional e a crise do humanismo

Cibelle Doria da Cunha Bueno¹

<https://orcid.org/0000-0002-6906-6628>

¹Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social Trabalho e Questão Social, Fortaleza, CE, Brasil

O Estado penal, o sistema prisional e a crise do humanismo

Resumo: O presente trabalho busca apresentar a relação entre a constituição do Estado Penal brasileiro, o sistema prisional e a crise do humanismo. O objetivo é aferir a relação entre as categorias supramencionadas no tocante à construção e execução do arcabouço institucional que permeia a política prisional brasileira na contemporaneidade. Nesse sentido, busca-se lançar luzes ao sistema prisional e à naturalização das violações de direitos humanos nesse contexto aferidas, como produto da sociedade instituída a partir da crise do humanismo na contemporaneidade. O estudo em questão foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tendo nas teorias de Lukács a inspiração para as reflexões aqui apresentadas. Dessa forma, compreende-se que a crise do humanismo, que potencializa o Estado Penal na contemporaneidade, permeou a formação social brasileira e, portanto, demonstra ser característica marcante de nossa sociabilidade, mostrando-se evidente na política prisional atualmente idealizada, planejada e executada no Brasil.

Palavras-chave: Estado Penal. Sistema Prisional. Crise do Humanismo. Contemporaneidade.

The penal state, the prison system and the crisis of humanism

Abstract: This paper seeks to present the relationship between the constitution of the Brazilian' Penal State, the prison system and the crisis of humanism. The objective is to assess the relationship between the categories mentioned above with regard to the construction and execution of the institutional framework that permeates of Brazilian' prison policy in contemporary times. In this sense, it seeks to shed light on the prison system and the naturalization of human rights violations in the context, as a product of society instituted from the crisis of humanism in the contemporary times. The study in question was carried out through bibliographic and documentary research, taking Lukács' theories as inspiration for the reflection presented here. Thus, it is understood that the crisis of humanism which potentiates the Penal State in contemporary times, permeated Brazilian' social formation and, therefore, demonstrates to be a remarkable characteristic of our sociability showing itself evident in the prison policy currently idealized, planned and executed in Brazil.

Keywords: Criminal State. Prison System. Crisis of Humanism. Contemporary.

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 15.07.2020. Revisado em 05.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Aproximando-se de Lukács (2007) verifica-se que a composição teórica do autor, sobretudo quando se refere ao complexo de crises, apresenta características que se mostram latentes no Brasil contemporâneo. Para não tratar de todas as crises citadas pelo autor, apesar de se relacionarem mutuamente – crise da democracia, da razão, do progresso e do humanismo – decide-se, para fins do estudo em tela, abarcar e discutir sobre a crise do humanismo e sua capacidade de se firmar no real, de se concretizar na contemporaneidade e incidir sobre a política prisional em execução no Brasil. Vislumbra-se, desse modo, o humanismo não na visão messiânica e romântica, mas a partir do que se observa na prática em que se vivencia a permanente desconstrução do humanismo a partir de questões criadas pelos próprios seres humanos. Assim, questiona-se: O que fez com que os seres humanos compreendessem que poderiam/podem tratar seres humanos na perspectiva da negação do humanismo, a partir de condutas e políticas anti-humanistas? Por que tratamentos cruéis ou degradantes podem ser aceitos se, e somente se, destinados a determinadas pessoas? O que aconteceu para que os indivíduos se deixassem determinar por suas propriedades e posição social e fizessem disso a motivação de suas concepções de vida, esquecendo-se um dos outros?

Dessa forma, considera-se imprescindível, para a compreensão da crise do humanismo e seus rebatimentos na contemporaneidade, a análise do termo humanismo e, sobretudo, a crise deste na contemporaneidade, a partir do olhar sobre categorias cruciais como Estado e pena de prisão. Considerar, para tanto, o Estado hegemônico que se vivencia agora, agregando elementos históricos, políticos e sociais para a análise do mesmo, em constante interação com as expressões da realidade que povoam os noticiários, com os quais tem-se contato diário, e que indicam o crescente número de homicídios de pretos e pretas jovens, periféricos e pobres. Aliado ao contexto narrado evidencia-se um processo sistemático, de cunho político, que sustenta a retração de direitos sociais como premissa para o desenvolvimento econômico brasileiro, associado à precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora, legitimado por meio dos discursos de ódio que são aplaudidos em campanha eleitoral. Diante de tudo isso, o clamor pela prisão é produto incontestável do contexto contemporâneo, sendo imprescindível que alternativas sejam pensadas como possibilidades de reversão dessa crise que só tende a se agudizar.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo investigar a relação existente entre o Estado penal brasileiro contemporâneo, o sistema prisional e a crise do humanismo, em tempos em que se vê, bem próximo e cada vez mais fortalecido, o ideário em torno do autoritarismo e das ideias de extrema-direita. Por meio de uma revisão de literatura das principais concepções ideológicas traçadas por meio da criminologia crítica pretende-se traçar as características e peculiaridades do que a literatura tem denominado *Estado penal no Brasil*, suas repercussões na sociabilidade do Brasil contemporâneo, assim como o que corresponderia o humanismo e sua crise contemporânea que influi nas práticas punitivas brasileiras, sobretudo no sistema prisional da atualidade.

Estado Penal brasileiro contemporâneo

As reflexões acerca do Estado penal, a serem tecidas neste trabalho, consideram, sim, o processo de agigantamento das práticas repressivas brasileiras no contexto do capital, isto é, predominantemente contemporâneo e influenciado pelo neoliberalismo. Contudo, não se restringirão à análise a partir desse contexto histórico específico, visto que o Estado Penal, para a análise a ser desenvolvida neste estudo, é considerado produto de fatores, consequência de acúmulos históricos e sociais, constituindo-se, portanto, enquanto fenômeno multidimensional e, dessa forma, dotado de características socio-históricas agregadas, para se conformar, hoje, como Estado penal. Nessa perspectiva consideramos que a construção do Estado penal, enquanto termo, mas também ideologia e hegemonia implementadas pelo Estado brasileiro para pensar ações coletivas, políticas públicas de governo e Estado e, para de alguma forma, atuar em busca de legitimidade social, parte da formação socio-histórica do País e possui forte relação com a mesma.

O Estado brasileiro, assim como os demais Estados nacionais absorveu os reflexos dos modelos de Estado engendrados em nossa sociedade. Atravessamos o modelo de Estado Absolutista a partir das imposições econômicas, políticas, culturais, comportamentais e sociais da Colônia Portuguesa, de um Estado cujas ações se centravam na figura do Rei, cujo Estado e o poder personificava. A partir da dissociação entre a *persona*

do Rei e o Estado, isto é, no momento em que este ganha sua própria *personalidade*, ingressamos em um modelo de Estado Liberal, idealizado e fomentado a partir da Revolução Francesa e dos ditames liberais que apregoavam a livre iniciativa e ao mercado como poder regulador das relações sociais e econômicas. O Estado liberal tinha como premissa a liberdade individual e a evolução das técnicas de poder, em que estas assumiriam a função legal e não mais pessoal, conforme se configuravam no modelo de Estado Absolutista (BARBOSA; COELHO, 2017).

No Brasil, o Estado liberal, como os demais modelos de Estado, foi imposto como motivação para a Abolição da Escravatura, em 1888, e incitou o processo de industrialização abrupta e sem planejamento, sofrido pelo país. As consequências desse processo de formação socio-histórica, no tocante ao processo de urbanização desordenada, êxodo rural e segregação de um contingente social específico, que se encontra nos morros, comunidades e aglomerados de todo país, pode ser aferida até os dias atuais. Conforme pondera Jessé de Souza (2017), constitui a dita *ralé brasileira*¹.

O modelo de Estado social, vivenciado no momento da crise do Estado Liberal, implementou políticas de caráter paternalista e de cunho social, destinada à classe trabalhadora e aos vulneráveis sociais, consolidando, nesse contexto, o ideário social necessário à reprodução do sistema econômico hegemônico, o capitalismo (SILVA, 2005). Um desdobramento do Estado social, vivenciado exclusivamente pelos países europeus, sobretudo no pós-guerra e pelos países devastados pela mesma, instituiu as políticas sociais como maneira de refazimento das condições de vida da classe trabalhadora, severamente afetada pelas mazelas sociais consequentes da guerra. É nesse contexto que foi vivenciado nos países europeus e nos países norte-americanos o classificado Welfare State², ou Estado de Bem-estar social, em que as ações estatais potencializaram a garantia dos direitos sociais, indicando-os como direitos fundamentais (BARBOSA; COELHO, 2017).

No Brasil vivencia-se o Estado social de forma incipiente, de maneira formal, no papel, muito mais do que na realidade. A Constituição de 1934 trouxe os direitos sociais como direitos fundamentais e iniciativas de políticas sociais vinculadas ao Estado foram forçadas, mesmo que com forte influência e de execução da Igreja Católica e entidades filantrópicas. As ações paternalistas e motivadas pela necessidade de legitimidade do governo foram o foco do Estado social brasileiro instituído em 1930. É por este motivo que, embora o Brasil tenha implementado políticas sociais, estas ainda estavam intrinsecamente relacionadas à benemerência e ao assistencialismo, motivo pelo qual não se pode falar em um Estado de Bem-estar social brasileiro, regido pelo pleno emprego e políticas sociais fortes, mas tão somente de um Estado social paternalista e em busca de legitimidade social. Tal cenário deflagra a fragilidade com que os direitos sociais entraram no contexto socio-histórico brasileiro e possibilita a reflexão em torno da promoção dos mesmos, enquanto direito de fato, corresponderem, ainda, a um desafio atual e recorrente na sociedade brasileira:

A concepção de exclusão social como perda de uma conquista [...] pressupõe a anterior universalidade da cidadania. No caso brasileiro, este patamar de universalidade da cidadania não foi ainda consagrado nem na sociedade, nem no Estado [...] A cultura patrimonial predominante não incorpora padrões básicos e universais de cidadania. A inclusão dos que menos tem é circunstancial, casuística, meritocrática e seletiva. Este tipo de sociedade não incorpora uma cobertura universal dos riscos sociais (SPOSATI, 1999, p. 71).

O Estado Neoliberal, no qual se localiza o expressivo termo do Estado penal é fomentado após a crise do Estado de Bem-estar social no mundo. No Brasil, este Estado *nasce*, enquanto termo e hegemonia facilmente identificável e institucionalizada, a partir de imposições político-internacionais para inserção do Brasil no processo de mundialização do capitalismo. A transição democrática e o acirramento do neoliberalismo, ocorridos no contexto brasileiro, sobretudo após o Consenso de Washington³, nas décadas de 1980 e 1990, proporcionaram a reordenação das ações do Estado brasileiro a fim de intensificar a acumulação do capital e para que este integrasse as economias nacionais à lógica de acumulação globalizada. Nesse mesmo período, o Movimento de Lei e Ordem dos Estados Unidos, lá desenvolvido na década de 1970, chega ao Brasil, já década de 1990, com uma de suas ramificações: O Tolerância Zero. A premissa do Movimento seria distinguir os cidadãos de bem⁴, merecedores da proteção legal, dos ditos bandidos, aos quais deveria se aplicar com severidade a lei penal. Nesse sentido, a política de Tolerância Zero buscava arrefecer a insegurança das classes altas e médias brasileiras, sendo intolerante a crimes de menor potencial ofensivo, mas que de alguma forma *incomodavam* a elite em questão. Assim, o objetivo se assentava na “[...] retirada da sociedade dos ditos

“excrementos humanos” [...] recriminando severamente delitos menores tais como embriaguez, a jogatina, a mendicância [...]” (ARAGÃO, 2010, p. 2).

O Estado brasileiro, em questão, efetiva a política prisional, por este engendradora e formatada, como demonstração de seus esforços para incidir sobre a insegurança social e os altos índices de criminalidade e violência, características irrefutáveis da sociedade brasileira contemporânea.

Estado e pena

A pena privativa de liberdade remonta os tempos de Cristo, e especialmente no Brasil, concretiza-se desde o Brasil Colônia, obtendo, a partir de então, as mais variadas funções. Inicialmente, tinha como premissa ser o depositário de pessoas que eram classificadas como sujeitos suspeitos pela Justiça ou aguardavam a sentença oficial (AGUIRRE, 2009). Posteriormente, já com a aproximação das diretrizes capitalistas, a prisão era considerada um espaço em que os apenados deveriam se tornar *cidadãos dignos* por meio da prática laboriosa. Nada que se assustar com a similaridade atual, em que o trabalho é visto como prática central para a dita *recuperação* dos *delinquentes*.

A fim de elucidar o *desenvolvimento* e formatação do sistema e método punitivo instituído nos diferentes momentos históricos, sociais e econômicos, compartilhamos o Quadro 1, em que sistematizamos as principais características de cada período, considerando que em outros momentos tais modelos de Estado e métodos punitivos já foram abordados.

Quadro 1 - Estado e Pena

Período Histórico	Baixa Idade Média	Alta Idade Média	Idade Média	Idade Moderna
Método punitivo predominante	Indenização e Fiança	Prisão e castigos corporais	Prisão e castigos corporais	Fianças/Prisão e castigos corporais
Sistema de punição	Pena pecuniária	Penais corporais	Penais corporais	Penais imputadas a partir da classe social do condenado
Modo de produção vigente	Feudal	Feudal	Transição Feudalismo/Capitalismo	Capitalismo
Objetivo do Direito Penal/Criminal	Preservação da hierarquia social		Preservação do desenvolvimento econômico	Avaliação de considerações sociais e morais para definir a intensidade da lei a ser aplicada

Fonte: Elaborado pela autora com base nos escritos de Rusche e Kirchheimer (2019).

Assim, compreendemos que, de certa forma e por razões díspares, a prisão sempre esteve presente enquanto método punitivo, durante os diversos períodos históricos, conforme demonstra o Quadro 1. Nessa perspectiva, o que é a prisão se não “apenas uma expressão da instituição maior e mais abrangente chamada de punição” (GENELHÚ; SCHEERER, 2017, p. 60). Em razão de tais relações estabelecidas entre a pena, o Estado e o processo de definição da sociabilidade humana e da culpabilidade⁵, abordaremos o processo de consolidação de tal relação, apresentando, para tanto, as teorias da pena como processo social de definição de interesses, anseios dos entes Estatais e da sociedade, no tocante à instituição e validação dos sujeitos classificados como *culpados e não culpados* diante da forma de organização e sociabilidade apresentada em cada momento histórico.

A pena, sua necessidade e função, conforma discussões que pretendiam definir teorias que contivessem, de maneira satisfatória, a finalidade da pena e sua dita, ‘missão’, no contexto público. Tais questões visavam

solidificar a ideia de que ao Estado cabia a responsabilidade de punir, desde que este obtivesse o respaldo racional e científico para tal (BITENCOURT, 2004), considerando que outrora, a pena era cumprida no ambiente privado, no âmbito do particular.

Teorias relacionadas à função da pena foram sendo construídas. No Estado Absolutista, a pena se assentava na função de imputar o castigo que se baseava na necessidade de expiação do mal, considerado o pecado. A teoria em questão, considerada Teoria Absolutista ou Retributiva da pena, presume o livre-arbítrio dos homens, ou a capacidade destes para distinguir entre o justo e injusto – argumento este, passível de contestação, como veremos posteriormente. Nesse sentido, a pena possui o caráter de retribuir o mal praticado pelo delinquente com a prática institucionalizada de outro mal, a própria pena, que teria, portanto, o fim em si mesma. “Com a aplicação da pena consegue-se a realização da justiça, que exige, diante do mal causado, um castigo que compense o mal e retribua, ao mesmo tempo o seu autor” (BITENCOURT, 2004, p. 107).

O fundamento ideológico das teorias absolutas da pena baseia-se no reconhecimento do Estado como guardião da justiça terrena e como conjunto de ideias morais, na fé, na capacidade do homem para se autodeterminar e na ideia de que a missão do Estado frente aos cidadãos deve limitar-se à proteção da liberdade individual. Nas teorias absolutas coexistem, portanto, ideias liberais, individualistas e idealistas. (JESCHECK, 1981, p. 96).

Considerando a relação entre a pena e o Estado, sabemos que o desenvolvimento do ideário liberal e a implementação do Estado liberal traz consigo a necessidade da pena que cumprisse o papel de realizar e/ou contribuir na realização dos objetivos capitalistas.

Assim, com o desenvolvimento das sociedades, novas conformações dos Estados, as ideias iluministas que desejavam liberar, totalmente, a pena das considerações metafísicas e metassociais⁶, abordadas nas teorias retributivas, foram sendo deflagradas. Dessa forma, amparando-se nos dizeres de Sêneca, que considerava que “nenhuma pessoa responsável castiga pelo pecado cometido, mas sim para que não volte a pecar”, foram construídas as teorias preventivas gerais da pena, cujo ponto principal era “inibir, tanto quanto possível, a prática de novos delitos [...] a partir da ideia da intimidação ou utilização do medo e a ponderação da racionalidade do homem” (BITENCOURT, 2004, p.124).

Considerando vários aspectos que apontavam a fragilidade das teorias retributivas e teorias preventivas gerais, as teorias de prevenção especial foram sendo concebidas, considerando ser a finalidade da pena evitar delitos posteriores, mas que a prevenção a ser realizada deveria se concentrar nos delinquentes. Desse modo, a prevenção se daria a partir da adoção de medidas que considerassem a “ressocialização e reeducação do delinquente, à intimidação daqueles que não necessitavam se ressocializar e a neutralização dos considerados incorrigíveis” (ROSAL; VIVES, 1999, p. 688). Contudo, tal teoria desconsidera que:

Ninguém em sã consciência ignora que não há nada mais distante da ressocialização do que a prisão. Basta destacar os novos hábitos que o recluso deve adquirir ao ingressar na prisão, tais como vestimenta, horários para todas as atividades pessoais, formas determinadas de andar pelos pátios, a observação do “código do preso”: em resumo, a assimilação de uma nova cultura, a cultura prisional. (MUÑOZ CONDE, 1979, p. 145).

Consideramos, dessa maneira, que as teorias se inter-relacionam e se retroalimentam em vários aspectos, considerando serem as teorias modernas, reconfigurações e/ou releituras das teorias absolutas e relativas.

Observamos, assim, que o Sistema de Justiça brasileiro se construiu e consolidou o arcabouço que conforma o Direito penal a partir das orientações das teorias acima elucidadas. Sendo assim, acumula em suas normativas e interpretações aspectos que evocam as teorias modernas, evoluções encontradas a partir da criminologia crítica – que embasa toda a discussão desse estudo – e a implementação do garantismo penal, como fruto dessa corrente teórica; apesar de obter introjetado na representação social de sua sociedade, aspectos, sobremaneira, atrelados às raízes das teorias absolutas e relativas da pena, de origem conservadora e desprovida de conexão com a realidade social vivenciada.

Identificamos, dessa forma, certo distanciamento entre as premissas orientadoras das teorias das penas de conteúdo moderno, a partir da ressignificação das teorias de base – absolutas e relativas – embasadas nos princípios do Estado Democrático de Direito e nos primados dos direitos humanos com o que de fato ocorre

no dia a dia das penitenciárias e no Sistema de Justiça brasileiro⁷. E ao falar de Estado, enfatizamos o Estado brasileiro considerando as condições peculiares das prisões no país que além de imputarem aos apenados condições desumanas de sobrevivência, apresentam esse modelo punitivo como a forma ordinária e eficaz de punição dos classificados delinquentes. O encarceramento em massa⁸ se coloca hoje como uma necessidade essencial à reprodução do modelo econômico vigente, e exatamente por isso, se mostra extremamente seletivo, fomentador de segregação e desigualdade. Assim, “a arbitrariedade e a seletividade da prisão demonstram que o seu conceito não é jurídico, mas sim político e econômico” (MENESES, 1996, p. 127).

Toda prisão é uma prisão político-econômica, e promove aprisionamentos político-econômicos, porém, não no sentido de aprisionar agentes políticos e pessoas endinheiradas. Estas têm poder de indignação e de inconformação suficiente para impedir que elas sejam rotuladas como inimigas e principalmente como inimigas convenientes. O poder configurador político-econômico da prisão significa que ela age de acordo com a discricionariedade. Fazendo e desfazendo, prendendo e soltando aqueles que sejam mais adequados e úteis. Se a prisão de uma pessoa não for interessante, ou se ela exigir custos muito altos, sobretudo políticos, renuncia-se à privação da sua liberdade, que fica adiada para depois ou para nunca mais (GENELHÚ et al., 2017, p. 255).

Nesse aspecto, convém ressaltar que, na maioria das situações, o que se percebe é a criminalização como processo regular e classificatório das populações marginais, pois, de acordo com Nilo Batista et al. (2003, p. 18), “criminalidade não existe, o que existe é criminalização. Este é verdadeiro, porque a criminalidade seria um somatório de todas as infrações, o que não existe”. Segundo o mesmo autor “a criminalização é uma construção humana feita seletivamente”, sendo, portanto, “um processo político de emprego de poder punitivo”.

Não é em vão, que até os dias atuais, o encarceramento tem por premissa perpetrar violações de direitos humanos às pessoas apenadas e, mais ainda, é restritamente aplicável a um contingente social específico que tem gênero, cor, faixa etária, nível de escolaridade e territorialização bem definidas.

[...] o sistema de Justiça atua de modo indiscriminado contra jovens pobres da periferia, sendo a aceitação de poucas provas para sua condenação ou seu aprisionamento provisório a demonstração clara de que o poder punitivo não se intimida frente à possibilidade de produção de injustiças, especialmente quando está direcionado àqueles que preenchem o estereótipo que povoa os cárceres do país. (SAMPAIO, 2013 apud PIMENTA, 2018, p. 131).

Fica, pois, evidente, que por trás da *máquina de moer gente*⁹ existem determinantes estruturais, ideológicos envolvidos responsáveis por promover a construção de um *inimigo do Estado*, o qual deve sofrer ações incisivas deste no sentido de contê-lo, puni-lo e repreendê-lo, por meio do encarceramento e da destituição de sua condição de ser humano dentro dos espaços de tutela do Estado. Nessa perspectiva, o sistema penal:

[...] é necessário como instrumento de controle social penal da massa de excluídos, produzidos, justamente pelo projeto político que traz a reboque a necessidade de minar os campos por onde se movimentam os excluídos, para que a cada passo mais afoito, exploda-lhes um delito aos pés. Ademais, a poderosa indústria para controle do crime não pode prescindir de uma criminalidade que, ao menos, mantenha os níveis de recursos no patamar atual (MAZZILLI NETO, 2007, p.40).

Assim, a pena/castigo aplicadas a este contingente populacional, sobretudo a forma de execução da pena privativa de liberdade, baseada na ideia do direito do inimigo¹⁰ de Jakobs, não é escolhida sem intencionalidade ou por motivos desconexos do contexto social, como não é em vão que está se reproduza de maneira tão contundente no cenário contemporâneo brasileiro.

No dizer de Zaffaroni, as racionalizações da doutrina penal para omitir e ocultar a incorporação da categoria do inimigo no direito penal são concessões do Estado Liberal ao Estado Absolutista que ferem o modelo de um Estado de Direito preocupado em suplantir as violências históricas e reais das estruturas jurídicas e econômicas. (XAVIER, 2020, p. 22).

Conforme dados obtidos na análise do Infopen 2019 (BRASIL, 2019), cujos dados foram coletados no período entre junho e dezembro de 2019, temos uma massa carcerária composta por mais de 750 mil vidas,

das quais a maioria é composta por pessoas negras (66%), que não possuem sequer o ensino fundamental completo (57,6%), sendo a maioria composta por homens jovens (49%), cuja faixa etária encontra-se entre 18 e 29 anos¹¹. Observamos, portanto, uma juventude, preta e pobre encarcerada, segregada e maltratada pelo Estado com toda a aceitação popular, que além de se mostrar condescendente com a prisão enquanto modelo punitivo ordinário, clama por sua efetivação relacionando-a à concretização da tão conclamada justiça.

Crise do Humanismo e sistema prisional brasileiro

Observamos, nesse sentido, no contexto de crise do capitalismo o acirramento das formas de barbárie e o condicionamento da sociedade ao estabelecimento de uma sociabilidade baseada na guerra permanente. Todos contra todos, é o lema! Ou salve-se quem puder! As situações de barbárie e crueldade, fruto do próprio sistema econômico capitalista, e necessário à reprodução deste, podem ser deflagradas a partir da observação acerca da sociabilidade contemporânea que tem promovido o acirramento do individualismo, da competição, propagação do discurso de ódio e a necessidade de afirmação constante da diversidade, introjeção do discurso da meritocracia como regra e, sobretudo, o fortalecimento da própria política prisional, fonte de violações de direitos humanos incomensuráveis e, pior, institucionalizadas e de conhecimento de todos desde seus primórdios.

Para Lukács (2007, p.45), autor que aborda a crise do humanismo: “O humanismo, em sua gênese e por sua própria essência, é um conhecimento do homem voltado para a defesa da sua dignidade e dos seus direitos”. No que tange à conquista da história humana, admite-se o humanismo como prática do reconhecimento do gênero humano no outro, na dignidade humana como premissa irrefutável e na percepção de que as condições sociais devem possibilitar a existência digna de todos os homens, sustentando assim, a humanidade.

Nesse cenário, a luta pela dignidade dos indivíduos e o humanismo propriamente dito representam uma abstração, um utopismo, já que dependem da correlação de forças sociais que se encontram, fortemente ativas contra as premissas que constituem o humanismo.

O humanismo perde seu fundamento nas ciências concretas do homem. A luta pela dignidade e pelos direitos humanos vê-se compelida gradualmente a assumir uma posição defensiva, ideologicamente coagulada em abstrações que conduzem cada vez mais – dada a sua alienação em face da realidade social concreta – a um pálido utopismo (LUKÁCS, 2007, p. 45).

Segundo Lukács, a crise do humanismo considera a ausência voraz do humanismo e de suas práticas reais pelas instituições. Exatamente por isso consideramos que a crise do humanismo, no contexto brasileiro, se faz presente no decorrer de nossa formação socio-histórica, visto projetarmos um país sob as bases de um projeto colonizador racista, elitista e sem o sentido de pertença do povo brasileiro. A crise do humanismo, segundo Lukács, é de fácil reconhecimento se lembrarmos a durabilidade das ideias nazistas na Alemanha, que se implementaram durante doze anos. Assim, a permanência, valorização e clamor pelo sistema prisional brasileiro, com violações de direitos humanos institucionalizadas e crescentes, constituem bases para que reforcemos a crise do humanismo no Brasil contemporâneo, que se fortalece e se consolida a passos largos. Esta, por sua vez, faz parte de um todo crucial à sua implementação, sustentada sob a égide do Estado, consolidado a partir dos ditames neoliberais e a desumanização própria do sistema hegemônico, que visa escolher os merecedores da humanização¹².

A crise do humanismo, conforme propõe Lukács trata, portanto, da descrença da dignidade humana como premissa fundamental e como base de sustentação de uma sociedade democrática. Orienta-se pela visão turva do gênero humano que passa a não se reconhecer no outro, nas necessidades expressas pela coletividade, mas, tão somente, em suas necessidades particulares. Nesse ponto de vista, segundo o autor, o distanciamento do humano das relações democráticas combativas, que exigem o humanismo ativo concretizado por meio de ações coletivas, propicia a fragilidade do humanismo e das formas de proteção do homem com relação ao poder de outro homem e deste para com as bases democráticas.

O complexo de crises, segundo Lukács, se combinados, tendem a promover *solo fértil* para a aspiração dos ideais fascistas e do totalitarismo, como ocorrido no período da Segunda Guerra Mundial. De acordo com o autor, o principal desafio da sociedade após a experiência mais concreta e exacerbada do fascismo¹³,

é erradicar as raízes espirituais e morais desta forma de poder, que se encontra incorporada, inclusive, nos ditames que se dizem democráticos até na atualidade.

No contexto contemporâneo, a sociedade clama por prisões! Pede afoitamente justiça por meio do tratamento cruel e degradante de cidadãos ditos *bandidos*. Proclama insistentemente que *bandido bom é bandido morto* e diz que cada um tem as condições plenas de escolher não delinquir e *andar na linha* para não ser preso. Assim, como em um passe de mágica, estamos diante de uma sociedade que se aceita *normal* a partir das aberrações que ela mesma reproduz. Os ditos bandidos são os anormais que se esquivam das leis naturais dessa selva, e por isso, merecem um tratamento desumano. E dessa forma se banaliza o mal¹⁴, como dito por Hannah Arendt (2010), mata-se, extermina-se e deixa morrer, conforme detona a biopolítica¹⁵. O Estado efetiva e institucionaliza práticas de controle, repressão e violência de forma legitimada e faz da violação de direitos humanos sua diretriz.

Considerações Finais

Considerando o processo social como o processo de acúmulo de mudanças chegamos aqui, na contemporaneidade, com um histórico que agrega nossa colonização sanguinolenta e cruel em que nos foi imposta a *nobre* condição de explorados por nossas Colônias; a submissão e subsunção do povo brasileiro que acaba por reproduzir a lógica de repressão e enquadramento baseando-se em seus exploradores antigos e atuais; a absorção do racismo, do patriarcado e do conservadorismo, como conceitos estruturantes de nossa sociedade e que muito contribuíram e contribuem para o acirramento do processo de expropriação do homem/mulher negros, após libertos, enquanto trabalhadores inferiores; a introjeção da lógica capitalista de forma abrupta e desregulada gerando miséria e pobreza estruturais, que em sua maioria, afetaram e afetam o contingente populacional de negros e negras deste País. Acrescido a este conjunto, observamos o fortalecimento das ideias conservadoras que visam desqualificar as políticas sociais e ações afirmativas em detrimento de políticas de repressão e controle cada vez mais robustas e dotadas de legitimidade social. Estamos diante de uma sociabilidade que impõe a repressão como regra e a liberdade como exceção. Construímos e fortalecemos o Estado penal como forma de obtenção de uma psseudossegurança social, classificando este *modelo* de Estado como necessário aos dias atuais.

Nesse momento Hannah Arendt é fonte irrefutável e inspiradora de nossas reflexões, uma vez que demonstra que quanto mais fraco, institucionalmente, é o Estado, quanto menos crédito perante a sociedade este possui, maior a chance de se tornar um Estado operacional crédulo na violência e no controle como formas de obtenção da legitimidade (ARENDR, 2010).

Dessa forma, o fortalecimento do modelo atual adotado pela política prisional brasileira, sustentada a partir da institucionalização das violações de direitos humanos, penas cruéis e degradantes aplicadas a um contingente social específico, executadas bem embaixo dos nossos narizes, torna-se medida fundamental ao Estado penal brasileiro contemporâneo.

Nesse sentido, argumentamos que a pena de prisão, nada mais é do que um subterfúgio, utilizado para a efetivação da pena de *tortura*, que na verdade é a sentença que se dá no momento em que se concebe a pena privativa de liberdade como algo a ser vivenciado por qualquer pessoa. E por que utilizamos esse argumento? Porque conhecendo o sistema prisional, consideramos que diante das condições que a pena de prisão impõe à pessoa, na atualidade, sobretudo brasileira, esta tem como intenção precípua a desumanização e a destituição de direitos dos classificados *inimigos do Estado*, para os quais a prisão serve como meio de vingança/castigo e estigmatização. Dessa forma, a pena privativa de liberdade se coloca em segundo plano, quando na verdade, o que se pretende é proceder com atos violadores de direitos de forma institucionalizada.

Contudo, ponderamos que a institucionalização de violações de direitos humanos nos espaços prisionais só é tarefa possível porque a conjuntura social e política brasileira possibilita a efetivação desses procedimentos como ordinários, imbuídos dos fragmentos de nossa história de autoritarismo e repressão. Assim, subsidiando tal institucionalização, um complexo de órgãos e instituições que acreditam e operacionalizam a pena privativa de liberdade a partir de premissas anti-humanistas em que se considera que “bandido bom é bandido morto” e que “direitos humanos é para humanos direitos”, faz da política prisional a nossa principal política de controle dos pobres e da pobreza.

Referências

- AGUIRRE, C. Cárcere e Sociedade na América Latina (1800-1940). In: MAIA, C. N. et al. História das prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ALMEIDA, Sílvia Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.
- ARAGÃO, I. R. Movimento da Lei e Ordem: sua relação com a lei dos crimes hediondos. Revista Âmbito Jurídico, São Paulo, jun. 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7938. Acesso em: 2 nov. 2018.
- ARENDT, H. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BARBOSA, K. de S.; COELHO, N. M. M.S. A questão étnico-racial do sonho americano: o encarceramento dos pobres e pretos no Estado policial. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 164-182, fev./mar. 2017.
- BATISTA, N. et al. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume: Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto; tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BITENCOURT, C. R. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? São Paulo: Pólen Livros, 2018.
- BOSCHETTI, I. 30 Anos do Congresso da Virada: Começaria Tudo Outra vez Se Preciso Fosse. Brasília: CFESS, 2009.
- BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN 2019. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? In: Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), abril, 1991, p.3-23. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2018.
- BRITO, Thammy Islamy Carlos. O Direito Penal do Inimigo de Gunther Jakobs. In: Jus.com.br. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44783/o-direito-penal-do-inimigo-de-gunther-jakobs/1>. Acesso em: 30 abr.2020. Publicado em nov/2015.
- GENELHÚ, R.; SCHEERER, S. Manifesto para abolir as prisões. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- JESCHECK, H. H. Tratado de Derecho penal. Barcelona: Bosch, 1981.
- LUKÁCS, G. O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.
- MENESES, T. B. de. Fundamentos do direito de punir. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 85, v. 727, maio 1996, p. 123-148.
- MUÑOZ CONDE, F. La resocialización de delincuente. Análisis y crítica de um mito. CPC, Madrid, n. 7, 1979.
- MAZZILLI NETO, R. Os caminhos do sistema penal, Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MBEMBE, Achile. Achille Mbembe: “A era do humanismo está terminando”, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em: 18 set. 2018.
- PIMENTA, V. M. Por trás das grades: o encarceramento em massa no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
- ROSAL, M. C. D.; VIVES, T. Derecho Penal: Parte General. Spanish: Tirant Lo Blanch Paperback, 1999.
- RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. Punição e Estrutura Social. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.
- SILVA, Enio Moraes. *O Estado Democrático de Direito*. In: Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, v.42, n.167, jul/set, 2005, p. 213 – 230.
- SOUZA, J. A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- SPOSATI, A. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: O significado socio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 01. Brasília, CEAD, 1999.
- VITTO, R. de. “Presídios brasileiros são máquinas de moer gente”, diz ex-diretor do Depen. O Povo, 08 jun. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2018/06/presidios-brasileiros-sao-maquinas-de-moer-gente-diz-ex-diretor-do.html>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- XAVIER, B. G. O inimigo hipotético fundamental: quem és tu? Aproximações político-filosóficas. In: BATISTA, V. M.; CARVALHO, T. F. Política criminal e estado de exceção no Brasil: o direito penal do inimigo no capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Revan, 2020, p. 21-76.
- ZAFFARONI, R. E. O inimigo no direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Notas

- ¹ Ralé brasileira: Classe formanda, fundamentalmente, por negros recém-libertos, mulatos, mestiços de demais vulneráveis sociais, que marca a modernização seletiva e desigual do contexto brasileiro (SOUZA, 2017).

- ² Welfare State: Durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1942, é formulado na Inglaterra o Plano Beveridge, que apresenta críticas ao modelo bismarckiano vigente até então, e propõe a instituição do welfare state. No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios (BOSCHETTI, 2009, p. 324).
- ³ As dez regras instituídas pelo Consenso de Washington são: 1) Disciplina fiscal – o Estado deve limitar os gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) Redução dos gastos públicos; 3) Reforma fiscal e tributária, na qual o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos e ampliar a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos; 4) Abertura comercial e econômica dos países, a fim de reduzir o protecionismo e proporcionar um maior investimento estrangeiro; 5) Taxa de câmbio de mercado competitivo; 6) Liberalização do comércio exterior; 7) Investimento estrangeiro direto, eliminando as restrições; 8) Privatização, com a venda das estatais; 9) Desregulamentação, com o afrouxamento das leis de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Direito à propriedade intelectual (BRESSER-PEREIRA, 1991).
- ⁴ Termo utilizado para se diferenciar, de forma maniqueísta, questionável e com interesses da classe dominante, os cidadãos que *merecem* acessar e exercer seus direitos, dos demais, destituídos dos mesmos por não merecê-los ou não terem condições de exercê-los, de acordo com a maneira como a classe dominante observa como aceitável. O termo cidadão de bem diz muito de uma sociedade regida pela guerra entre classes, raças e gêneros e aponta o Estado como o responsável por prover mecanismos de segurança dos cidadãos de bem mesmo que estes estimulem práticas e ações de Estado que provoquem o extermínio, a humilhação e o não acesso aos direitos dos classificados inimigos da sociedade.
- ⁵ “O princípio da culpabilidade é o mais importante dos que derivam do Estado de Direito, porque sua violação implica o desconhecimento da essência do conceito de pessoa. Imputar um dano ou um perigo ao bem-jurídico sem a prévia constatação do vínculo subjetivo com o autor (ou impor uma pena baseada apenas na causação) equivale a rebaixar o autor à condição de *coisa causante*”. (BATISTA et al., 2003, p. 245).
- ⁶ Considerando que as penas tinham características concretas, mas ainda se definiam no campo da abstração, a partir de intervenções divinas, por meio dos reis e do clero.
- ⁷ Consideramos, para fins destas constatações acerca do sistema prisional, outras pesquisas realizadas, a experiência profissional em que nos foi possível atuar diretamente no sistema prisional e no Sistema de Justiça, bem como nossa atuação enquanto militante nessa seara.
- ⁸ Termo cunhado por Borges (2018).
- ⁹ Parafraseando o ex-diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Renato de Vito, em sua palestra no 3º Seminário Internacional de Segurança Pública, ocorrido em Fortaleza entre os dias 5 e 8 de junho de 2018. (VITTO, 2018).
- ¹⁰ “Não há momento histórico, no contexto de uma genealogia da cultura punitivista moderna, sem que tenha sido engendrada a definição específica de um determinado inimigo – em especial um “inimigo do Estado” (XAVIER, 2020, p. 21). Tivemos na história brasileira, como inimigos do Estado instituídos, primeiramente os comunistas e na contemporaneidade os traficantes, cuja desumanização, prevista no processo de instituição do inimigo, se mostram latentes no Brasil. “A teoria do Direito Penal do Inimigo teve sua origem descritiva exposta em uma palestra realizada pelo seu criador, o jurista e filósofo alemão Günther Jakobs, na Universidade de Bonn, na Alemanha, no ano de 1985, e era fruto de seu posicionamento crítico. Esta teoria foi influenciada sobremaneira pelos fundamentos do funcionalismo sistêmico, no qual Jakobs foi também o seu próprio criador e, desta forma, infere constar medidas de contenção àqueles indivíduos que não concordassem em respeitar as normas da sociedade, sendo atribuído um regramento penal próprio a ser aplicado a eles com base em sua não-inserção no status de pessoa” (BRITO, 2015, p. 1). Para Eugenio Raúl Zaffaroni (2007, p. 21), “a negação jurídica da condição de pessoa ao inimigo é uma característica do tratamento penal diferenciado que lhe é dado, porém não é a sua essência, ou seja, é uma consequência da individualização de um ser humano como inimigo”.
- ¹¹ Consideramos esse dado extremamente importante apesar de, aparentemente, não demonstrar ser imperativo. Contudo, precisamos salientar que, especificamente, com relação ao dado faixa etária, 10% dos apenados não foram contabilizados para aferição desse dado de perfil (BRASIL, 2019). Tal fato, acreditamos ser o motivo pelo qual o percentual não se mostra ainda mais robusto.
- ¹² A partir dessa análise compreendemos, com base nas teorias descritas por Achille Mbembe (2017), a incompatibilidade da democracia liberal e a reprodução da lógica interna e necessária ao capitalismo financeiro, a incompatibilidade do humanismo para a sociabilidade capitalista.
- ¹³ Como bem lembra Bauman (1998, p. 22), “Qualquer instinto moral encontrado como conduta humana é socialmente produzido [...]”. Diante de tal constatação precisamos nos questionar sobre o tipo de conduta humana que está sendo fomentada nas instituições do Estado Penal brasileiro, já que tais condutas remetem ao anti-humanismo, o mesmo implementado com voracidade contra negros, ciganos, imigrantes, deficientes e judeus, durante o Holocausto.

- ¹⁴ A brilhante análise de Arendt levanta diversas questões em torno do poder e sua capacidade de incitação do mal, bem como enseja a conceituação em torno da Biopolítica, que se caracteriza pelo condicionamento de grandes massas, elevados contingentes populacionais, com finalidades determinadas.
- ¹⁵ O biopoder, como Foucault (2010 apud ALMEIDA, 2018).) denomina este modo de exercício do poder sobre a vida, é cada vez mais “disciplinar e regulamentador”.

Cibelle Dória da Cunha Bueno

cibelledoria@gmail.com

Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

UECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi
Fortaleza/CE, Brasil
CEP: 60714-903

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento da autora.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES

Usina Hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense

Kátia Maria dos Santos Melo¹

<https://orcid.org/0000-0001-8151-1467>

¹Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Belém, PA, Brasil

Usina Hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense

Resumo: Este texto analisa as formas organizativas das lutas sociais e resistência na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, diante do projeto energético do governo brasileiro que concebe a Amazônia como produtora de megawatt. Com base no método do materialismo histórico e dialético, foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo, mediante entrevistas com lideranças de 16 entidades em três cidades do Pará: Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. A pesquisa identificou que a resistência é estruturante e se expressa na pluralidade dos grupos sociais que denunciam a política energética brasileira conectada à mundialização capitalista dos territórios, que é materializada pela perda da moradia, violação ao modo de vida de povos originários, barragem de rios, alagamento de comunidades, extinção de espécies aquáticas, plantas e animais, ressurgimento de doenças, extinção de postos de trabalho, deslocamentos compulsórios, aumento da criminalidade e mortes. Danos socioambientais que ameaçam a humanidade genérica.

Palavras-chave: Lutas sociais e Resistências. Movimentos sociais. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Amazônia Paraense.

Belo Monte hydroelectric plant: social movements and resistance on Amazonia

Abstract: The study analyzes the organizational forms of the social movements and resistances in the influence area of Belo Monte Hydroelectric Plant (UHEBM) before Brazilian government's energetic project, which Amazonia is understood as an energy manufacturer. Based in the dialectical and historical materialism method, it was realized documental and bibliographic researches and interviews with 16 entities in 3 cities of Pará: Altamira, Vitória do Xingu and Senador José Porfírio. The research have identified that the resistance is structured and expresses itself in the plurality of social groups that denounce the Brazilian's energetic policy connected to the capitalist globalization of territories, materialized by the loss of housing, violation of the way of life of the native people, river dam, flooding of communities, extinction of aquatic species, plants and animals, resurgence of diseases, extinction of jobs, compulsory displacements, increase in the crime rate and deaths. Socio-environmental damage that threatens the generic humankind.

Keywords: Social Movements and Resistances. Social Movements. Belo Monte Hydroelectric Plant. Amazonia in Pará.

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 30.08.2020. Revisado em 22.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Este artigo analisa as formas organizativas das lutas sociais e resistência na região de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), localizada ao Oeste da Amazônia Paraense, cuja cidade polo é Altamira. A UHEBM foi programada com capacidade instalada para gerar 11.233,1 megawatts (MW), mas em 2019 gerou apenas 3.667 MW para a rede nacional (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2020), ou seja, aquela que foi planejada para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, financiada com 85% de recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de consórcio composto por empresas estatais e privadas, não alcançou 30% do seu objetivo precípuo.

O modo de produção capitalista, por sua própria natureza, se configura por meio da exploração e do esgotamento dos bens naturais, como as riquezas minerais, o potencial hídrico etc. Essa dinâmica também necessita da exploração da força de trabalho vivo para o desenvolvimento cumulativo desse sistema. Assim sendo, a ampliação da geografia do capital estabelece um percurso que forja o desenvolvimento das infraestruturas física e social do sistema capitalista (HARVEY, 2005). Exemplo desta infraestrutura foi a necessidade do capital de construção da UHEBM, que causou impactos negativos para a vida dos moradores da Região do Xingu.

A pesquisa foi orientada pelo método do materialismo histórico e dialético, considerando as categorias ontológicas de análise da realidade que são apreendidas a partir de sucessivas aproximações da essência do objeto (PAULO NETTO, 2011), que, nesse caso, percorre as relações que expressam as lutas dos movimentos sociais de resistência que dão vida ao objeto. Além da leitura dos documentos sobre a implantação da UHEBM, foi realizada pesquisa de campo nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, localidades mais próximas da usina, e uma entrevista em Brasília¹. Foram entrevistados 20 representantes de movimentos sociais de 16 entidades². As entrevistas foram realizadas em dois períodos e anos distintos (novembro de 2014 e janeiro de 2015). Os segmentos entrevistados foram: Associações de moradores e de pescadores; Organizações Não Governamentais (ONGs); lideranças indígenas; representantes de entidades religiosas; sindicatos; setor de comunicação e rádio comunitária.

A pesquisa definiu sete questões norteadoras para investigação da realidade, a saber: (i) organização, articulação e mobilização; (ii) níveis de pressão sofrida no movimento; (iii) parcerias e cooperações estabelecidas; (iv) forma de sustentabilidade financeira; (v) avanços e retrocessos da luta; (vi) as perspectivas e desafios; e (vii) os horizontes das lutas sociais para além de Belo Monte. O texto está estruturado em duas seções, além desta introdução. Na primeira parte são apresentados dados sobre a UHEBM como um elemento da expansão do capital na Amazônia Paraense. Na segunda seção são apresentados os resultados da pesquisa, seguida das considerações finais.

Expansão capitalista na Amazônia e a construção da Hidrelétrica de Belo Monte

A formação socioeconômica da Amazônia brasileira caracterizou-se por um modelo *colonizador de caráter extrativista*, como nos demais países da América Latina, cuja *vocação* deveria ser servil aos países capitalistas cêntricos (GALEANO, 2013). O Estado burguês vem historicamente reproduzindo tal modelo, que se materializa por meio de ações institucionalizadas – criação de órgãos, legislação, portos, aeroportos, rodovias – cuja logística serve para consolidar a infraestrutura física e social para o capital no território (POULANTZAS, 1985). Sobre a particularidade amazônica brasileira, destaca-se a implementação dos grandes projetos, os quais são subsidiados pelo Estado brasileiro em suas três esferas de poder. Esses enclaves transmutados de *grandes projetos econômicos* estão em várias áreas: mineração, siderurgia, construção de hidrelétricas e de grandes indústrias; fábricas especializadas na extração de produtos primários, com baixa tecnologia, cujos produtos originam as *commodities*, fundamentais à dinâmica colonizadora de usurpação na região, que mobiliza lucros – essenciais ao modelo capitalista de produção. Nesse contexto, destaca-se a posição estratégica da Amazônia Paraense no cenário mundial, com elementos materiais para a reprodução e a acumulação do capital, cujos componentes, natureza e mão de obra são abundantes e expõem o território às reiteradas ofensivas do capital. Os programas e os projetos firmados pelo Estado burguês, aguçam os conflitos e as desigualdades sociais que, dialeticamente, provocam o contraponto dos grupos sociais orgânicos nessa territorialidade.

Frutos da sociedade civil, os movimentos sociais consistem em processos organizativos cujos agentes são sujeitos determinantes para as bases da sociedade política (Estado). Desse modo, o conceito de movimentos sociais encontra-se em permanente construção, por isso é histórico. Nesse campo, destaca-se a *luta social*, que diz respeito às ações motivadas por conflitos, injustiças, perdas ou conquistas e que devem ser analisadas em um contexto histórico e social. Outro elemento teórico destacado no contexto das lutas na Amazônia é a questão da *resistência*. Essa se volta contra algo externo que ameaça, viola, e que vai contra um sistema organizacional peculiar (GOHN, 2000).

Segundo os dados do censo de 2010, do IBGE, Altamira, sendo o maior município da Região, possuía até o referido ano cerca de 100 mil habitantes. Com a instalação da UHEBM, mais 96.000 pessoas se deslocaram para os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, o que duplicou o número de habitantes em detrimento de uma infraestrutura já deficitária (MELO, 2016). Sendo um empreendimento de aproveitamento hidrelétrico caracterizado pela produção e geração de energia, a UHEBM teve, em princípio, o consórcio Norte Energia como o ganhador do leilão ocorrido em 2010 e, em um segundo momento, sofreu modificação nas empresas do consórcio. Em função das exigências normativas, foi necessária a criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para que o financiamento da obra fosse viabilizado pelo governo federal (MELO, 2016). Financiada 85% pelo fundo público brasileiro, as fontes de subsídios advêm do BNDES, das linhas de créditos via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e das estatais, Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). De acordo com o relatório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), referente aos anos de 2011 a 2014, a SPE apresenta as seguintes participações: “ELETRONORTE 19,98%; ELETROBRAS 15%; CHESF 15%; Petros 10%; Funcef 5%; Amazônia (Cemig e Light) 9,77%; Neoenergia 10%; Vale 9%; Sinobras 1%; Caixa FIP Cevix 5%; J. Malucelli Energia 0,25%” (BRASIL, [201-], p. 106)³. Destaca-se que a margem de financiamento público a um empreendimento privado não deve ultrapassar 80%. Todavia, ao analisar o montante da obra que equivale a R\$ 28,9 bilhões, sendo 24,5 bilhões financiados pelo Governo Federal, vê-se que corresponde a aproximadamente 85% do financiamento, e ultrapassa o percentual previsto em lei. Assim, tem-se o agravante do valor total da participação dos investidores privados correspondente a aproximadamente 15,2%, o qual não atende a exigência da participação privada que deve ser superior a 20% do total do investimento (CONSIÇÕES..., [201-]).

A ciranda financeira traduz a realidade do que representa o subsídio do Estado ao empreendimento, pois, de acordo com a legislação, o BNDES transgrediu o critério legal de financiamento do erário público, conforme exposto e, ao mesmo tempo permite entender porque as empresas passaram de proprietárias do empreendimento para construtoras da obra, ficando o Estado no papel de gestor e financiador principal da hidrelétrica. Essas contradições reiteram o caráter ilegal e inconstitucional do financiamento da UHEBM (MELO, 2016).

Desse modo, mesmo sendo alvo de polêmicas denunciadas em virtude do financiamento pouco transparente do BNDES, das licenças prévias ambientais e de instalações que contradizem os estudos e a legislação brasileira, o megaempreendimento seguiu com uma agenda que iniciou em 2011 com previsão de conclusão para 2019, e, muito embora no cronograma da obra estivesse previsto o início das atividades para o ano de 2015, a UHEBM foi inaugurada parcialmente em maio de 2016, “[...] Duas turbinas já começaram a gerar energia comercialmente desde abril [...]. Juntas, adicionam 649,9 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN)” (BRASIL, 2016) que, após sua conclusão em 2019, passou a funcionar apenas com 30% de sua capacidade de instalação.

A UHEBM, como projeto do capital, promove níveis de destruição material e imaterial que rebatem diretamente nos povos indígenas, povos tradicionais, migrantes, trabalhadores, e, na população como um todo, considerando o desequilíbrio socioambiental provocado pela intervenção do capital sobre o homem e a natureza. Trata-se de uma racionalidade hegemônica, que traz em seu bojo modificações radicais e violentas ao modo de vida local e, por contraditório, suscita um contra movimento de resistência, por meio de ações sociopolíticas que fazem frente, guardada as devidas proporções, às pressões do modo de produção capitalista (DAVIDSON, 1978 apud SAID, 2011). Ressalte-se que essas violações não têm sido capazes de calar as multivozes dos movimentos sociais na Região Amazônica, tal como identificado na pesquisa.

Lutas sociais e resistências na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Em meados da década de 1970 foram deflagrados os estudos de viabilidade técnica e econômica para a formação de um complexo hidrelétrico na região,

voltando-se à bacia Amazônica e, mais especificamente, à sub-bacia Xingu, observa-se que o complexo hidrelétrico Kararaô, como foi inicialmente conhecido [...], teve seu início em 1975 com os estudos realizados pela Eletronorte para avaliar o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio, concluído em 1980. (RODRIGUES, 2012, p. 397).

O referido complexo acirrou ações e debates por parte de grupos das universidades, dos movimentos sociais e populares, segmentos da Igreja Católica por meio da Prelazia do Xingu, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), movimento de trabalhadores rurais, movimento indígena, dentre outros. Desde a década de 1960 os moradores da região do Xingu já testemunhavam históricos de violência em virtude da luta por terras, trazendo à tona a ausência da reforma agrária, e do acúmulo de terras em favor dos grandes latifúndios, o desmatamento, a exploração de madeira e de minérios, contradições estas que já se faziam presentes no território que, historicamente, convive com a exploração, violência e saque.

Atrelam-se a esses processos, os impactos provocados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí que também contribuiu para mobilização da realização do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em 1989, ato político que demarcou historicamente o enfrentamento e a resistência ao projeto hidrelétrico (RODRIGUES, 2012). Após 30 anos, o governo de coalizão do Partido do Trabalhadores (PT), decorridos a partir dos primeiros estudos efetivados pelo corpo de técnicos da autocracia militar (1975), retoma em 2005 o projeto hidrelétrico para o Xingu, que, nesse contexto, passa a ser denominado de Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHEBM), e toma formato final nos governos de Dilma Rousseff (2011-2017). Em 2011 a inicia-se a execução da UHEBM sob protestos dos movimentos sociais, com forte protagonismo do movimento indígena, da academia e alguns representantes do Ministério Público – sob a suspeita de que não se tratava apenas de uma usina, e sim de um complexo hidrelétrico, envolvendo as construções de outras usinas⁴.

Nesse contexto político complexo, esta pesquisa demonstrou que as orientações políticas das ações dos movimentos são heterogêneas, conforme se observa na fala de um entrevistado:

Há várias concepções que norteiam as organizações. Os movimentos locais receberam forte influência do Partido dos Trabalhadores. Mesmo em face das problemáticas, seguimos articulando debates, encontros, reuniões com carroceiros, oleiros, conselho de segurança pública, sindicato dos urbanitários, sindicato dos funcionários da Companhia Elétrica do Pará e Companhia de Saneamento do Pará, na tentativa de unificar ao máximo. As articulações se fazem por meio de pautas e demandas. (Pesquisa de Campo, Entrevistado 8. Altamira, 2014)⁵.

Em algumas narrativas identificou-se que há grupos que, por não terem muita clareza teórica e política do que representa o projeto de acumulação do capital, que avança violentamente sobre o território, disputam espaços, sobretudo recursos, o que vem gerando rivalidades entre aqueles grupos que estabelecem articulação ou diálogo com o governo federal. Um dado preocupante que emergiu das entrevistas diz respeito à pressão sobre os povos indígenas, que ficam vulneráveis na relação assimétrica com a Norte Energia, considerando as peculiaridades da forma de organização social dos povos, sem que haja a mediação dos órgãos protetivos do Estado, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) etc., que se constitui em uma ameaça real ao etnocídio dos povos indígenas. Um dos entrevistados denunciou a incerteza do futuro dos povos indígenas mediante essa racionalidade autoritária de desenvolvimento:

As populações indígenas, e não apenas os da Volta Grande, isso eu lhe digo com toda sinceridade não vão sobreviver, como povos não vão sobreviver, fisicamente podem sobreviver, mas por que já estamos vendo aqui uma família indígena ou uma comunidade indígena vivem de quê? Da pesca, da caça, da agricultura familiar, tem seu estilo e eles são arrancados daqui e tão onde? Tão na periferia e ainda recebem dinheiro, que eu tenho nada contra, que o pobre ainda vai me dizer que até agora nunca receberam nada e agora que nós estamos recebendo dinheiro que tu faz com o dinheiro? Cada caso de embriaguez e alcoolismo. [...]

Quem os fez tais? Essa é a pergunta. E aí eles não têm profissão, talvez mais tarde pode pegar uma vaga de ajudante de pedreiro ou qualquer outra coisa [...]. (Pesquisa de Campo, Entrevistado 06. Altamira, 2014).

Já os grupos, com melhor clareza dessa relação contraditória, que impõem um desenvolvimento conservador para o território, defendem uma posição política radical à construção da UHEBM. Desse modo, *as concepções diferenciadas contribuem para divisões na base dos movimentos sociais*, mas não anulam a continuidade da luta. Em relação à variável *Níveis de pressão e ameaças sofridas pelos movimentos*, identificou-se as formas coercitivas que ameaçam as forças de resistência, materializadas pelos registros de violência, sobretudo, envolvendo a execução de lideranças na região, como o assassinato em 2001, em Altamira, de Ademir A. Federicci, conhecido como Dema, que coordenava o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) que combatia o projeto da UHEBM; o homicídio da religiosa estadunidense Dorothy Stang, em 2005, no município de Anapu, e, em 2011, o duplo assassinato do casal extrativista Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro, no município de Nova Ipixuna, que lutavam contra a invasão dos madeireiros e pelo direito à terra. Estes foram assassinados por lutarem em favor da justiça ambiental e contra o modelo de desenvolvimento capitalista: “*Os assassinatos mancham de sangue a geografia do estado. Mortos em diferentes pontos do mapa, Ademir, Dorothy, Maria e José Cláudio retratam a trajetória de homens e mulheres contidos à bala na luta por justiça ambiental no Pará*”. (OTTERLOO et al., 2014, p. 21, grifo do autor).

Nas entrevistas houve a denúncia da existência de um grupo de extermínio, denominado *consórcio da morte*, no qual a vida das pessoas é precificada e tabelada de acordo com o nível de importância e liderança que exercem no movimento. Nesse solo fértil de impunidades e violências, a UHEBM veio acirrar ainda mais tais conflitos, em que é recorrente a *criminalização* dos movimentos por meio de assédio moral e psicológico; ações judiciais impetradas ao movimento, demissões, retaliações, perseguições, grampos telefônicos, espionagem e ameaça de morte, configurando um quadro de autoritarismo e violação de direitos, ainda que em um contexto concebido como democrático.

Os relatos denunciaram segmentos do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, que incorreram em violações. Somam-se, ainda, os entes privados, a Norte Energia S/A (Nesa), o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), mídia local, fazendeiros e posseiros, revelando a leniência e o caráter repressivo e coercitivo do Estado. Se antes da UHEBM as ameaças e as violações advinham de grupos e consórcio de matadores, agora o Estado passa a ser também o violador de direitos dos movimentos sociais por meio dos aparatos de repressão, como: Polícia Militar do estado, Força Nacional, pela abertura de inquéritos judiciais, dentre outros. Como o Estado não é um bloco homogêneo, destacam-se as forças de contraponto com as ações de órgãos protetivos, como Ministério Público Federal (MPF), FUNAI, Defensoria Pública do Estado do Pará, e entidades da sociedade civil, como a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDH) e o Sindicato de educação, que agem na ativação de direitos dos movimentos sociais de resistência.

Em relação às *parcerias e cooperações*, se dão nos campos institucionais e não institucionais, em que prevalecem o diálogo, o acesso à informação, às políticas públicas e programas, e também no estabelecimento de ações conjuntas e partilhadas na busca por objetivos comuns, o que não significa dizer que não haja contradições e interesses antagônicos em tais relações. Entre os órgãos do poder público e dos movimentos sociais, foram observados que não se trata de relações pacíficas, há tensões, contudo, há o espaço para o diálogo. Há prevalência de parcerias e cooperações com órgãos considerados pelo movimento como mais autônomos, como o Ministério Público Federal em Altamira, e a Defensoria Pública do Estado.

Quanto ao acesso ao poder municipal, há respostas pertinentes às prefeituras dos três municípios visitados, Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, considerando que os segmentos transitam em toda a região e, articulam parcerias nos municípios impactados pela UHEBM. Em virtude dessa especificidade, unificaram-se as respostas de que mais de 63% estabelecem parceria com a Câmara municipal, 25% estabelecem parcerias com o poder executivo municipal e 6% respectivamente, correspondem às secretarias dos três municípios, citou-se com mais frequência a Secretaria de Meio Ambiente.

A pesquisa identificou também que as entidades realizam *parcerias e cooperações* com organizações locais nacionais, tais como: Associações de professores e de Moradores, Cooperativas, Conselhos de Classe, Pastorais sociais, Confederações, Centrais sindicais, Sindicatos, Igrejas, Instituições de Ensino Superior, ONGs, Movimentos Populares, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Partidos políticos, Rádios comunitárias, SPDH, Serviço Social da Indústria (SESI), etc. O desenho plural e diversificado dos níveis e

escalas de parcerias e cooperações que ocorrem nas esferas locais dos municípios demonstra articulações em níveis nacionais e transnacionais, citam-se articulações e parcerias com embaixadas, ONGs internacionais, União Europeia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa miríade de articulações revela que essas forças sociais são dinâmicas, têm fluidez, alcance e percepção de como ativar mecanismos de parcerias e cooperações que venham a ser somadas às suas lutas sociais⁶. A pesquisa revela o intercâmbio entre os grupos e forças sociais, e o diálogo com o poder público, que ainda de forma controversa, estabelece cooperações e parcerias, ou seja, a resistência é essa articulação macro e micro que estrutura as lutas sociais, com pluralidade de vozes, visões e ideologias. Tais forças conseguem articular debates ampliados, e, em razão de sua diversidade e de contradições, contribui para consolidar o espaço democrático da construção dessas forças.

Todavia, os movimentos sociais incorrem em um limite objetivo, que diz respeito à autossustentabilidade que se constitui um constante desafio, considerando que cerca de 33% captam recursos via contribuições e doações de associados. São valores incipientes que pouco viabilizam a edificação de ações constantes e sistemáticas, o que vulnerabiliza as ações e as práticas políticas. Cerca de 17% captam recursos via projetos que são as ONGs, que conseguem desenvolver ações mais sistematizadas, com equipe técnica, o que possibilita uma melhor efetividade nos trabalhos. De modo geral, os movimentos sociais apresentam uma restrita autonomia financeira, o que exige destes criatividade e cooperação no desenvolvimento de suas ações coletivas, e 33% se mantêm por meio da agricultura familiar de subsistência.

Tendo em vista a questão dos recursos, destaca-se o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Com um formato paritário, é composto por representantes da sociedade civil, do governo e do mercado. Nesse Comitê, concentram-se a gestão, o planejamento de programas e projetos, as metas e a deliberação dos recursos para atender ações de mitigação e compensação dos impactos da hidrelétrica. Destaca-se que 60% dos segmentos entrevistados não estão vinculados ao PDRSX (BRASIL, 2012). Os entrevistados foram unânimes em afirmar que se trata de um espaço de disputa de poder e beneficiamento, cuja metodologia não propicia uma participação equitativa, e que as ações deliberadas, os recursos e os projetos pouco atendem às demandas coletivas, uma vez que prevalecem interesses individuais acirrados por disputas. Entende-se que é um espaço de assimetria de poderes, que retira o foco dos impactos que a UHEBM provoca, além de acirrar disputas por recursos financeiros, contribuindo para cindir os grupos, fragilizar o diálogo e o intercâmbio entre os representantes dos municípios afetados.

Na questão da participação e articulação nos espaços de poder institucional e não institucionalizados, os elementos de análise sobre os *avanços e os retrocessos* das lutas sociais e de resistência dos movimentos são importantes para avaliar a totalidade. Observa-se um movimento de forças que se articulam e criam formas próprias de organização com base em demandas específicas e coletivas. Os avanços corroboram a luta por políticas públicas, como o Programa Luz para Todos, habitação, legalização e demarcação das terras indígenas, alfabetização, ou seja, seguem na luta por direitos sociais. Essa visibilidade contribui para pautar, e agendar publicamente as questões relacionadas às políticas públicas e à responsabilização pelas violações dos direitos.

Os aspectos avaliativos da trajetória das lutas sociais encampadas apontam os *retrocessos e desafios*, cujas narrativas dos entrevistados enaltecem a permanente luta pelo *direito à moradia*, denunciando que os assentamentos criados em função da construção da UHEBM, que desterritorializou moradores de Altamira e de Vitória do Xingu, tenham equipamentos públicos, como postos de saúde, escolas, transporte público, mercados, espaços coletivos de convivência, lazer. Neste foi destacado a forma compulsória de desapropriação, por conseguinte, de toda uma história construída alicerçada pelos laços de vizinhança e solidariedade. Ainda sobre os retrocessos, destaca-se a falta de transparência, por parte da Nesa e do poder público, em relação a dimensão dos impactos reais causados pela UHEBM. O que se prevê, e já se vivencia são as ameaças da extinção de culturas tradicionais de ribeirinhos, pescadores artesanais, indígenas; a extinção de postos de trabalho, a exemplo dos pescadores. Esses fatores, ativam as ações políticas envidadas pelos movimentos que sentem a pressão constante materializada pela criminalização, pela cooptação, que forjam fragmentações nos grupos sociais. Todavia, isso não engessou as lutas sociais, que são representadas por uma pluralidade, as quais tensionadas por essa diversidade, qualificam o movimento na direção da ampliação e da construção de uma base mais democrática, que efervesce numa dinâmica contraditória da luta entre capital e trabalho.

Nessa direção, os *desafios* que se colocam servem também para apontar o norte dessas lutas e resistências, que seguem ativando *ações políticas*, como manifestações, paralisações, ocupações, mobilizações, participações em conferências, seminários nacionais e internacionais, publicações gráficas e nas mídias sociais, participações

em audiências públicas, projetos, reuniões com câmaras e setores do poder público, com vistas a denunciar as violações e pautar internacionalmente a questão. O depoimento emblemático de uma entrevistada ilustra as várias escalas de articulações e visibilidade:

Eu passei agora 15 dias em janeiro de 2014 na Europa bancada por várias ONGs, inclusive alguns cineastas da Alemanha, de Munique, Stuttgart e Ulm. Falei para os cineastas e vários intelectuais, alunos, acadêmicos, jornalistas perguntavam, mas o que é mesmo que você quer dizer para os europeus? [...] Quero dizer para os homens e mulheres da Europa, principalmente aqueles que constituíram patrimônios faraônicos a custas do sangue dos latinos, lá da minha América, que em alguns países da América Latina não têm mais indígenas porque acabaram tudo. Lá na minha terra no Xingu ainda tem os Xipaias, os Jurunas, os Xicrins e tem os quilombolas, pescadores, as mulheres e os homens eu vim aqui em nome desse movimento dizer pra vocês e para os grandes patrimônios do capital alemão não fabricarem mais turbinas pra vender aos países latinos, pra barganhar com os governos conservadores, que nós temos lá, que são todos neoliberais, capitalistas aliados as corrupções e não se importam com a vida da gente. Vim dizer pra vocês que já dormem em berço esplêndido que vocês não fiquem eternamente em berço esplêndido, por causa da produção tecnológica industrial de vocês, nós estamos morrendo, eu vim pra cá dizer que Belo Monte comprou carradas e carradas de turbinas [...] lá pra fazer a barragem que tá matando nosso povo. (Pesquisa de Campo, Entrevistado 10. Altamira, 2014).

O traçado dessas lutas se dá por questões pontuais, emergenciais, a exemplo da legalização de associações, tendo em vista a necessidade dos movimentos sociais organizados só poderem acessar determinados projetos, programas e políticas quando são instituídos legalmente, respondendo a exigências como estarem inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Tais requisitos burocráticos são impostos até para os grupos indígenas, cuja organização social difere em muito dessa racionalidade e, que, defendem a preservação da forma social de organização de seus povos, não obstante terem seus territórios atravessados pela racionalidade capitalista (barragens, garimpos, plantação de soja, exploração de madeira etc.). Em outra escala, têm-se a luta por *direitos sociais* mais amplos, como alfabetização, proteção ambiental, autonomia e soberania dos povos.

Infere-se, dessa realidade, que as lutas encampadas são dinamizadas com base em demandas específicas pontuais, emergenciais, que mantêm conectividade com demandas e lutas históricas mais amplas que dizem respeito à *incessante luta por direitos e cidadania*, estes aqui entendidos, considerando a acepção de Coutinho (2008), como a capacidade dos sujeitos de apropriação coletiva do que é socialmente produzido, tendo em vista as necessidades humanas materiais e espirituais historicamente determinadas, mas que não apontam nesse horizonte outros projetos de sociedade – à exceção dos povos indígenas⁷ –, embora o diálogo abaixo lance luz a uma perspectiva em construção:

[...] nós pagamos energia mais cara do mundo. [...] Somos trabalhadores(as) de baixa renda, assalariados de 1 a 3 salários mínimos, embora o governo diz que nós estamos na classe média, mas isso é pra enganar. [...] pra gente tem um efeito muito controverso, esse modelo de energia aqui pra região é um modelo ultrapassado e pra finalizar nós temos várias universidades aqui na Amazônia. Se a Amazônia é o celeiro do patrimônio que serve para o mercado internacional ele tem que servir pro mercado de pesquisa de tecnologias que venha inserir a população nesse contexto, a qualidade de vida no desenvolvimento econômico sustentável pela e para Amazônia. Então nós queremos que as instituições de estudos e pesquisa elas venham garantir esse investimento. E inserir projetos alternativos [...] querem experimentar um projeto de energia nas casas populares que estão sendo construídas nas aldeias indígenas, nos territórios quilombolas, nas comunidades de dentro da floresta, no ribeirão nas populações das águas a gente quer esse estudo, esse experimento, quer ver outras alternativas e essa é a hora, mesmo com Belo Monte em fase de conclusão, nós vamos continuar dizendo que é possível outra invenção. (Pesquisa de Campo, Entrevistado 10. Altamira, 2014).

Depreende-se a *pluralidade dos movimentos*, elos de unidades em que pese a concepção do empreendimento energético para a Região do Xingu. Para estes, trata-se de um desenvolvimento exógeno que não considera a soberania, autonomia e igualdade social, por isso, segue num ciclo de violação contínua, representado pelos enclaves econômicos no território. Portanto, para os movimentos sociais, a UHEBM representa um modelo energético caro, ultrapassado e perverso do ponto de vista socioambiental. E nesse campo de lutas, as forças sociais são estruturantes e orgânicas, pois vão forjando dialeticamente o exercício de uma consciência crítica

da sociedade sobre esse tipo de desenvolvimento econômico autoritário. O campo político e ideológico dos movimentos sociais é multifacetado, cujas diferenças e divergências contribuem para construir democraticamente as condições objetivas de desconstrução do tipo de desenvolvimento que coloca em xeque a humanidade genérica, uma vez que os danos socioambientais na Amazônia influenciam a biodiversidade planetária.

Considerações finais

A matriz energética brasileira concebe a Amazônia como uma província de geração de megawatts com vistas ao abastecimento das indústrias eletrointensivas, mineradoras, agroindústria, metalúrgica e as grandes metrópoles brasileiras e fronteiriças. Essa política reforça o caráter conservador do modelo de desenvolvimento praticado pelo Estado, numa perspectiva neoliberal que transforma água em *megawatts*, mercadoria preciosa no contexto da expansão da acumulação do capital sobre os elementos da natureza, e sobre os povos. As contradições oriundas da relação capital e trabalho explicitam que as lutas sociais vivenciadas na Amazônia Paraense fazem o contraponto e resistência, protagonizada por múltiplos sujeitos, como trabalhadores formais, informais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, colonos, garimpeiros artesanais, agricultores, pescadores, pesquisadores (brasileiros e estrangeiros), os quais exprimem posições que demarcam as resistências e as lutas sociais.

A força e a pressão que o capital exerce sobre o território contribuem para que as lutas sociais e resistências não se deem diretamente no campo da radicalização do sistema capitalista, uma vez que não se identificou na base dos movimentos sociais um projeto claro de um outro modelo societário, com exceção das formas de organização social dos povos indígenas. Todavia, a contra hegemonia que as formas sociais organizativas dos povos tradicionais praticam, expressam outras racionalidades civilizatórias, como a economia de subsistência, a agricultura familiar, a partilha na produção, os atos de solidariedade entre as comunidades etc. É necessário trazer à luz essas experiências que se dão na territorialidade Amazônica, com vistas a um *dever* histórico e coletivamente construído. Neste horizonte, pode-se afirmar que a luta social dos movimentos de resistência é estruturante, tendo em vista que se combate proeminentemente a construção da UHEBM, mas para além dessa, essas forças mobilizam, articulam e se rebelam contra o que o projeto autocrático energético representa de conservador e de um desenvolvimento econômico capitalista, que nega os direitos sociais e não respeita as relações socioambientais historicamente firmadas na territorialidade pelos povos da Amazônia.

Nesse campo, as forças sociais expressam-se por meio dos movimentos sociais de resistência, que apresentam um desenho social complexo e multifacetado, cujas diferenças são saudáveis e importantes para o exercício da construção democrática e a desconstrução dos discursos ideológicos do Estado capitalista de “soberania energética” e de “energia limpa”. As mediações ativadas pelas lutas sociais e resistência não cessam a problemática, mas forjam o agendamento público da questão, denunciando para a sociedade que o projeto energético brasileiro, que representa uma das facetas de mundialização do capital sobre os territórios, ameaça a humanidade genérica.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Brasil alcança 170 mil megawatts de capacidade instalada em 2019. Assessoria Institucional da Diretoria (AID). Brasília, 30 jan. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/35IP2Vo>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- ARNOLD Schwarzenegger visita o Pará com James Cameron. Globo G1, São Paulo, 23 mar. 2011. Disponível em: <http://glo.bo/hVMhyw>. Acesso em: 23 maio 2020.
- BRASIL. Dilma inaugura Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Portal Brasil, 5 maio 2016. Disponível em: <http://pac.gov.br/noticia/7be96908>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- BRASIL. Pac 2, ano 1, 3º Balanço 2011/2014. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2012. Disponível em: <http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/9c1d00894e901bed0a319fd797668ae3.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BRASIL. Pac 2: a gente faz um Brasil de oportunidades: 11º Balanço 2011 a 2014. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, [201-]. Disponível em: <http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

- CONSIÇÕES de apoio à implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, [201-]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/leiloes-infraestrutura/belo-monte>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE (CCBM). O Consórcio. Ano 2016. Disponível em: <https://www.consorciobelomonte.com.br/Publico.aspx?id=2>. Acesso: 07 julh. 2016.
- COUTINHO, C. N. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.
- CRUZ, R. Sting e Raoni se unem contra a Hidrelétrica de Belo Monte. *Jornal Estadão*, São Paulo, 22 nov. 2009. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sting-e-raoni-se-unem-contra-a-hidreletrica-de-belo-monte,470431>. Acesso em: 22 maio 2015.
- GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 29 set. 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). 2010. Disponível no site do Instituto Socioambiental, publicado em 2010: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp.Março/2010>. Acesso: 02 set. 2014.
- MELO, K. M. dos S. Lutas sociais e resistências na área de influência da Usina de Belo Monte: a Amazônia no cenário da mundialização do capital. 2016. 268f. Tese (Doutorado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, 2016.
- OTTERLOO, M. H. A. et al. Somos a floresta: Cenários e narrativas de justiça ambiental na Amazônia. Fundo Dema, Belém/PA, set. 2014. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/10/RevistaFundoDemaSomosAfloresta_ISSUU____med18Set2014.pdf. Acesso em: 23 maio 2020.
- PAULO NETTO, J. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RODRIGUES, E. B. Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- SAID, E. W. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- UMA GOTA no Oceano. “É a Gota D’Água + 10”. 2011. (5m7s). Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=DIPAbXsWH7U>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Notas

- ¹ Os municípios que estão na área de influência da Hidrelétrica são: Vitória do Xingu (onde localiza-se a UHEBM), Altamira, Brasil Novo, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Medicilândia, Gurupá, Placas, Uruará e Pacajá, além de dez territórios indígenas e vinte e uma comunidades quilombolas. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010).
- ² As instituições e representações contatadas para as entrevistas foram: Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Instituto Socioambiental (ISA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Prelazia do Xingu, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Altamira (SINTEP), Colônia de Pescadores Zona 57 (Z-57) de Altamira, Colônia de Pescadores Zona 70 (Z-70) de Senador José Porfírio, Representante da Associação de Bairro e da Colônia de Pescadores, Rádio Comunitária de Vitória do Xingu, Associação Organizada de Moradores de Vitória do Xingu (AMOVIX), Organização dos Habitantes do Município de Vitória do Xingu, Movimentos de Mulheres do Campo e Cidade de Vitória de Xingu (MMCCVX), Associação de Mulheres Urbanas e Rurais (AMUR) de Senador José Porfírio, Liderança Indígena da Aldeia Paquicamba e Representante Indígena da Aldeia Boa Vista, ambas localizadas no município de Vitória do Xingu.
- ³ Para a realização da construção da UHEBM, a Norte Energia contratou o Consórcio Construtora Belo Monte (CCBM), composto por dez empresas privadas, com os seguintes percentuais de acionários: Andrade Gutierrez 18%; N. Odebrecht 16%; Camargo Corrêa 16%; Queiroz Galvão 11,50%; OAS 11,50%; Contern 10%; Galvão 10%; Serveng 3%; J. Malucelli 2% e Cetenco 2% (CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE, 2016).
- ⁴ Ressalte-se a vinculação da UHEBM à influência da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), consolidada em 2007, cujo eixo energético assume uma importância central na política governamental brasileira, capitaneada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A lógica que norteia a política energética brasileira, por princípio, não considera o modo de vida e a organização social dos povos da Amazônia, o que provocou polêmicas por se tratar de uma forma de desenvolvimento predatória e conservadora, contrária à perspectiva ideológica defendida pelo governo brasileiro de coalizão do PT, cujo discurso era pautado pela defesa dos direitos sociais e da democracia, mas que na prática, retoma e implementa arbitrariamente um projeto do governo militar.
- ⁵ Nas entrevistas foram mantidas as grafias originais conforme fontes consultadas.

- ⁶ Frutos dessas articulações de parceria e cooperação citam-se as visitas em Altamira do cineasta James Cameron e do ator Arnold Schwarzenegger (ARNOLD..., 2011); do músico e ativista Sting (CRUZ, 2009); de artistas de renome nacional que gravaram vídeos intitulados movimento Gota da Água, de apoio às lutas em defesa dos povos da Amazônia (UMA GOTA..., 2011). Essas parcerias contribuíram para dar visibilidade ao mundo dos impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Região do médio Xingu.
- ⁷ Não é possível analisar os povos indígenas de forma homogênea, todavia, a sociabilidade desses povos originários perpassa por uma relação em que há uma convivência equilibrada entre os recursos naturais advindos das matas, das águas, da terra, do ar, numa perspectiva de subsistência com vistas a reprodução de seus modos de vida. Na forma de organização social dos povos indígenas, observa-se um profundo respeito às questões materiais e imateriais e às ancestralidades. Do ponto de vista do território, as terras indígenas, de regra, localizam-se em espaço estratégicos para a instalação e exploração do grande capital promovido por meio dos grandes projetos de produção de energia, de mineração, do agronegócio etc., rebatendo diretamente nos povos indígenas na medida em que sofrem a pressão e os impactos das ações violentas de madeireiros, garimpeiros, sojeiros, pecuaristas, e no caso específico de Belo Monte, do próprio Estado. Assim, o desenho complexo do território amazônico é solo fértil em riquezas materiais e imateriais à medida que ocorrem contraditoriamente, a agudização da pobreza e violação de seus povos.

Kátia Maria dos Santos Melo

katiasmell@gmail.com

Doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB)

Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

UEPA

Travessa Djalma Dutra, s/n - Telégrafo.

Belém - Pará – Brasil

CEP: 66113-010

Agradecimentos

Este artigo é fruto de minha Tese de doutorado cuja trajetória contou com a colaboração e solidariedade de muitos sujeitos os quais registro a minha gratidão: aos Povos da Amazônia, *a cada homem, a cada mulher, a cada jovem, a cada criança* do Xingu por não desistirem de seus sonhos, de seus saberes, dizeres, modo de ser e viver e que frente a adversidade não fogem à luta. Seguem como a correnteza do Rio Xingu, mesmo quando o caminho não lhes é favorável. A resistência desses homens e mulheres nutre a esperança da luta social no sentido de que jamais devemos nos apequenar e sim lutar as nossas lutas, na direção do exercício da solidariedade, das práticas sociais baseadas na fraternidade, da convivência civilizatória entre o homem e a natureza. Registro ainda minha gratidão as pessoas que por meio de suas experiências e ensinamentos renovam a esperança no coletivo e que tem muito a nos ensinar:

a minha orientadora, Prof^a Dr^a. Maria Lúcia Pinto Leal; Prof^a Dr^a Joana Valente Santana, Prof^a. Ms. Joaquina Barata Teixeira, Aldebaran Moura (In memoriam), Marcos Mota, Fernando Monteiro, Artur Melo e Deodata Santos.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento da Autora.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas

Luana Passos¹<http://orcid.org/0000-0002-5470-7349>**Lorena Souza²**<https://orcid.org/0000-0002-3577-4984>¹Universidade Federal do Oeste da Bahia, Centro das Humanidades, Barreiras, BA, Brasil²Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Cruz das Almas, BA, Brasil**Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas**

Resumo: Este artigo objetiva investigar as vulnerabilidades cruzadas que marcam as mulheres enquanto sujeito multifacetado. Priorizou-se, para tanto, indicadores de mercado de trabalho e de provisão de cuidados. A metodologia utilizada se deu a partir da análise descritiva dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, de 2018. Os achados apontam que as mulheres negras, pobres e as negras pobres, em linhas gerais, apresentam maior vulnerabilidade. Portanto, em que pese as normas de gênero alcancarem todas as mulheres, os dados evidenciam que os efeitos comportam gradações de acordo com a cor e a classe social a qual elas fazem parte.

Palavras-chave: Mulheres. Vulnerabilidades. Mercado de trabalho. Cuidados.

Crossed vulnerabilities: women and their diverse experiences

Abstract: This article aims to investigate the cross vulnerabilities that mark women as a multifaceted subject. For that, priority was given to labor market and care provision indicators. The methodology was the descriptive analysis of data from the National Continuous Household Sample Survey, of 2018. The findings indicate that black, poor women and poor black women, in general, are more vulnerable. Therefore, despite the gender norms reaching all women the data show that the effects are graded according to the color and social class to which they belong.

Key words: Women. Vulnerabilities. Labor Market. Care.

Recebido em 14.04.2020. Aprovado em 24.06.2020. Revisado em 14.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

As mulheres tiveram sua participação no mercado de trabalho e sua atuação fora da família constrangidas, devido às atribuições sociais que lhes conferiram a função de cuidadoras do lar na contrapartida da provisão financeira dos maridos. Embora o modelo de homem provedor e mulher cuidadora não seja mais a marca das sociedades ocidentais, as assimetrias de papéis sociais permanecem, fazendo com que as mulheres tenham sua trajetória marcada por vulnerabilidades.

As evidências são contundentes em relação às limitações que a mulher enfrenta em sua sociabilidade ora devido às próprias responsabilidades familiares que elas assumem, ora pela discriminação e preconceito que modulam relações no mercado de trabalho, ora pela sobreposição dos efeitos domésticos e discriminatórios.

Tem de se destacar, no entanto, as desigualdades entre as mulheres. A realidade revela uma experiência social diversificada feminina, o que coloca em xeque a ideia de categoria homogênea que por longa data orientou a ação do movimento feminista. O feminismo negro teve nesse percurso, de questionamento da homogeneidade das mulheres, um proeminente papel. As feministas negras questionaram o feminismo vigente dado que, a despeito de perceber as inter-relações entre gênero e classe, desconsiderava outras relações relevantes como o racismo na definição de desigualdades.

Interseccionar gênero, raça e classe presta, portanto, uma avultada contribuição no entendimento de como outros fatores identitários organizam, ou até mesmo hierarquizam, as experiências sociais. Ter as mulheres como categoria homogênea pode escamotear no privilégio de algumas as desigualdades latentes na vida de tantas outras, sendo relevante desnudar as assimetrias entre as mulheres e buscar seu enfrentamento tanto quanto o embate das dissimetrias de gênero. Posto isso, o objetivo deste artigo é investigar as vulnerabilidades cruzadas que marcam as mulheres enquanto sujeito multifacetado, priorizando indicadores de mercado de trabalho e de provisão de cuidados. Como metodologia se acessará a análise descritiva dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do ano de 2018.

O artigo está dividido em duas seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção se discute as interfaces entre gênero, raça e classe como princípios organizadores na vida das mulheres. E, na segunda seção são apresentados dados brasileiros que corroboram a experiência diversificada das mulheres no mercado de trabalho e na função de cuidar.

Interfaces entre gênero, raça e classe: mulher como sujeito multifacetado

Em sintonia com a ideia de que as diferenças biológicas definem as habilidades, modularam-se socialmente funções assimétricas de acordo com o sexo. Sendo assim, as relações sociais circunscreveram as aptidões femininas ao espaço privado e as masculinas a vida pública, perpetuando-se por gerações a obrigação moral da mulher com a família e a dos homens com as responsabilidades de provisão material.

A gênese da concepção de que certas atividades são produtivas e outras reprodutivas ampara-se justamente na definição de espaços e funções sociais díspares conforme o sexo. A distinção entre produção e reprodução é uma forma de afirmar as diferenças sociais nas peculiaridades biológicas, de forma a designar às mulheres, as únicas capazes de reprodução biológica, as atividades reprodutivas e aos homens, que fisicamente não dispõem dessa habilidade, as tarefas produtivas. Cabe lembrar que não se trata apenas de um processo de diferenciação, mas também de hierarquização no qual a produção, desempenhada pelos homens, apresenta maior relevância social que as atividades que são entendidas como de reprodução, prioritariamente femininas.

Essas atribuições sociais tiveram como efeito a vivência por parte das mulheres de uma posição social mais precarizada, em especial nas relações de trabalho. Claramente, os estudos sobre gênero e trabalho participam da concepção de que a divisão sexual do trabalho não apenas atravessa as relações sociais como é fundamental na sua organização (BIROLI, 2016), sendo orientada por dois princípios: “o de separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um trabalho de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão sexual do trabalho tem, portanto, caráter estruturante que se ancora na definição assimétrica de função conforme o sexo, podando a escolha das mulheres em suas possibilidades de ação. A responsabilidade atribuída a mulheres e homens, em muito, se fundamenta em uma forma de gerir a vida em sociedade em

conformidade às aptidões ditas como naturais para os sexos. Todavia, cabe ponderar que, a despeito dos prejuízos sociais comuns às mulheres, raça e classe compõem-se como atributos diferenciadores ou potencializadores de desvantagens. As análises a respeito das relações sociais de sexo e as relações de classe e raça sempre se deram de forma antagônica. Por muito tempo essas relações foram investigadas de modo separado, como se um tipo de relação não gerasse nem fosse engendrado no outro.

Kergoat (2010) advoga que as relações sociais devem ser entendidas como *consustanciais* e *coextensivas*, o que implica em fazer uma leitura da realidade social percebendo e concedendo relevo ao entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais. Os termos consustancialidade e coextensividade chamam a atenção para o fato de que as relações sociais se interagem, se estruturam e se imprimem mutuamente, havendo um relacionamento intrínseco de umas com as outras a despeito de serem componentes de um sistema contraditório e marcado por tensões.

A realidade social pode também ser lida operacionalizando o conceito de interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade alerta para o fato de que as vulnerabilidades femininas são mais pujantes que a simples soma do racismo com o sexismo e classicismo. A interseccionalidade, portanto, procura abarcar múltiplas formas de identidade, e, a forma que as relações sociais se transversalizam. Esse conceito tenta atar os efeitos estruturais e dinâmicos da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, com relevo para o modo pelo qual o racismo, o patriarcado, e outros sistemas discriminatórios concebem dissimetrias básicas entre as mulheres (CRENSHAW, 2002). Para Crenshaw (1989), uma interdependência marca as relações de poder de raça, sexo e classe, fazendo com que relações interseccionais restrinjam ou potencializem as trajetórias de vulnerabilidade das pessoas.

A analogia dos indivíduos como vias de trânsito possibilita a compreensão de que diferentes opressões se cruzam, sendo a posição social das pessoas produzida nesse entrecruzamento (CRENSHAW, 2002). Notadamente, atributos como raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam como fenômenos que se delineiam de modo recíproco, dando forma as desigualdades sociais complexas (COLLINS, 2009, 2015).

Hirata (2014) aponta que tanto o conceito de Kergoat (2010) como o de Crenshaw (1989), a despeito de suas diferenciações e controvérsias, possibilitam o avanço no conhecimento da dinâmica e das interfaces das relações sociais e o enfrentamento as polivalentes formas de opressão. Todavia, Kergoat (2010) ressalta que o conceito de interseccionalidade é limitado, uma vez que alguns aspectos das relações sociais são desconsiderados ou considerados de forma insuficiente. A autora aponta que o conceito de interseccionalidade de Crenshaw dificulta pensar que as relações sociais são móveis e historicamente determinadas.

O feminismo negro, por seu turno, advoga o conceito de interseccionalidade, que ganhou corpo nos países anglo-saxônicos. O feminismo negro teve um papel proeminente na desconstrução do pseudouniversalismo das grandes teorias, da concepção de homogeneidade das mulheres e da noção de uma solidariedade e fraternidade entre as mulheres (KERGOAT, 2010). Para Collins (2009), o pensamento feminista negro comporia um leque de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afrodescendentes, cuja as interpretações teóricas são empreendidas conforme um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade, ou seja, uma leitura da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem. O feminismo negro desponta como um espaço de disputa das mulheres negras, latino-americanas, do terceiro-mundo, das ex-colônias e lésbicas que não se sentiam representadas no feminismo, uma vez que o movimento era considerado como um espaço de mulheres brancas, heterossexuais (MARIANO, 2005).

O movimento feminista perdeu, de longa data, poder explicativo sobre a condição de vida de tantas mulheres por não se fazer capaz de reconhecer a contínua marginalidade que marca as mulheres negras e a opressão proveniente de outras ideologias discriminatórias que são dominantes como o racismo (CRENSHAW, 1989; HOOKS, 1984; SAUNDERS; DARITY, 2003). No cenário de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – comparece como eixo basilar na definição de hierarquia de gênero o racismo e seu efeito sobre as relações de gênero (CARNEIRO, 2001). Logo, as assimetrias provenientes da histórica hegemonia masculina não são capazes de serem equacionadas sem a superação de ideologias complementares do sistema de opressão, como o racismo (CARNEIRO, 2001; CRENSHAW, 1989).

Com o feminismo negro aflora a negativa dos discursos que valorizam o gênero ou à classe em relação a outros marcadores identitários, questionando tanto a hierarquização das desigualdades como sua análise descasada. O feminismo negro põe em xeque a ideia de homogeneidade entre as mulheres, questionando a noção

de identidade comum a qual orientava as ações políticas de forma neutra (PINHEIRO, 2016). As experiências das mulheres negras deram uma nova tônica ao movimento feminista, dado abordarem as relações familiares e as relações de trabalho de uma perspectiva que não encontrava amparo ou não tinha proeminência na produção das feministas brancas (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Em que pese o fato de que todas as mulheres, em alguma medida, sofrem o peso da discriminação de gênero, outros fatores identitários, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, delineiam vivências distintas de discriminação e opressão (CRENSHAW, 2002). A posição social diferenciada e, em certa medida, o privilégio de algumas mulheres, escamoteia a manutenção das problemáticas advindas de uma desigual divisão sexual do trabalho. Portanto, o entendimento das mulheres como categoria homogênea pode invisibilizar no privilégio vivenciado por algumas as contínuas desvantagens que marcam a vida das outras e as relações sociais que as diferenciam, sendo nesse quesito que a questão de classe se ressaí.

As desigualdades de classe possibilitam, para algumas mulheres, a mediação da tensão na alocação de tempo entre trabalho e família através da obtenção no mercado dos serviços de cuidados e de tarefas domésticas (MELO; DI SABBATO, 2011), gerando experiência diversificada na forma e no tempo de provisão de cuidados conforme a classe social. A renda cria clivagens objetivas entre as famílias, nas quais os homens de classe média e alta também compartilham da experiência ao vivenciarem a redução da tensão com as mulheres que acessam no mercado os serviços de cuidado e de atividades domésticas (BIROLI, 2016; HOOKS, 1984). A condição econômica concebe privilégio, para um grupo de mulheres, ao possibilitar suavização, simultaneamente, das tensões nos dois polos da divisão sexual do trabalho. A renda propicia a mitigação das responsabilidades familiares e abre brechas para maior e melhor inserção feminina no mercado de trabalho.

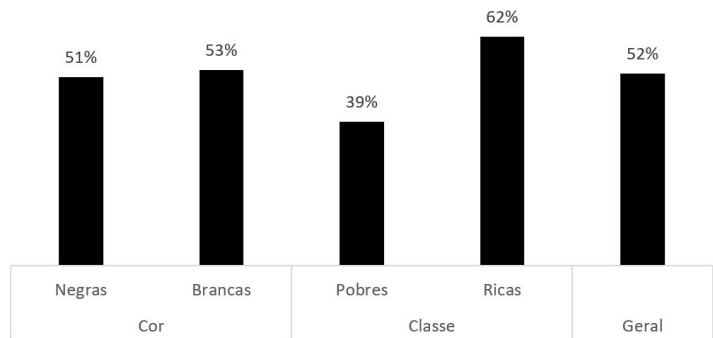
Assim, é cada vez mais consensual que investigar a posição social das mulheres sem considerar a raça e classe é ter uma análise parcial da vulnerabilidade feminina. Posto isso, o texto se presta a evidenciar as mulheres enquanto sujeito multifacetado.

Mercado de trabalho e cuidado: experiência diversificada entre as mulheres

Pensar em termos de uma divisão sexual do trabalho tem elucidado a posição diferenciada que homens e mulheres ocupam na sociedade. Todavia, os avanços possibilitados pela teorização e exposição de uma divisão sexual do trabalho não dispensam a demanda pela compreensão de como a raça e classe comparecem como princípios reguladores nas relações sociais entre os sexos, o que é envidado nessa seção. Para tanto, se acessou como metodologia as estatísticas descritivas de indicadores selecionados sobre mercado de trabalho e cuidado, que foram avaliados a partir do cotejamento da cor (negras¹ versus brancas), classe (pobres - as que se encontravam nos domicílios 20% mais pobres- versus ricas - as que se encontravam nos domicílios 20% mais ricos) e, interseccional (cor e classe cruzadas). Utilizou-se os valores médios das variáveis ou sua frequência absoluta e, no caso, das taxas o cálculo foi feito com base na conceituação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O software estatístico empregado foi o Stata 14. Como base de dados acessou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) anual, para o ano de 2018 e, a entrevista 5, porque é a que contém informações sobre cuidados.

A despeito dos avanços galgados pelas mulheres em sua atuação econômica, há padrões diferenciados de inserção laboral percebidos na interseccionalidade de marcadores identitários, como expostos a seguir. Começando pelo indicador de atuação laboral nota-se que as taxas de participação divergem conforme a cor e classe das mulheres, como mostra o Gráfico 1. Em 2018, a diferença de participação econômica das mulheres negras frente às brancas foi de 2 pontos percentuais (pp) a menos para as primeiras. Diferença que é bem mais expressiva cotejando a classe, nada menos que 23 pp desfavoráveis às pobres. O espaço ocupado pelas mulheres nas relações de trabalho está correlacionado com a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas (BIROLI, 2016), o que deve amparar esses achados desfavoráveis às negras e aos pobres grupos historicamente mais marginalizados. E no caso da classe, a diferença de atuação laboral expressiva em muito deve ser proveniente da ausência de políticas públicas que possibilitem a articulação entre trabalho e família. Como serviços privados de cuidados apresentam custos elevados, ao não contar com o aparato público, muitas das vezes, a opção mais factível para as mulheres mais pobres é não atuar no mercado de trabalho em prol do cuidado da família. A divisão

Gráfico 1 - Taxa de participação feminina na força de trabalho por cor e classe, Brasil, 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

sexual do trabalho, assim, penaliza de modo mais acentuado as mulheres pobres, dado que as trabalhadoras com maior escolaridade dispõem de recursos para arcar com serviços de cuidados privados (GUEDES, 2015).

Quando o olhar é direcionado a interseccionalidade da cor e classe, como mostra a Tabela 1, nota-se que independentemente da cor a taxa de participação das pobres ficou em torno de 40%. Fato que não ocorreu em relação à riqueza, na qual as negras ricas apresentaram 5 pp maior de atuação que as brancas. Esse resultado vai ao encontro dos apontamentos do feminismo negro de que as mulheres de cor historicamente estão no mercado de trabalho. Mas, que sua atuação é obstaculizada pelo racismo velado que, certamente, alcança em menor intensidade as negras do estrato superior de renda.

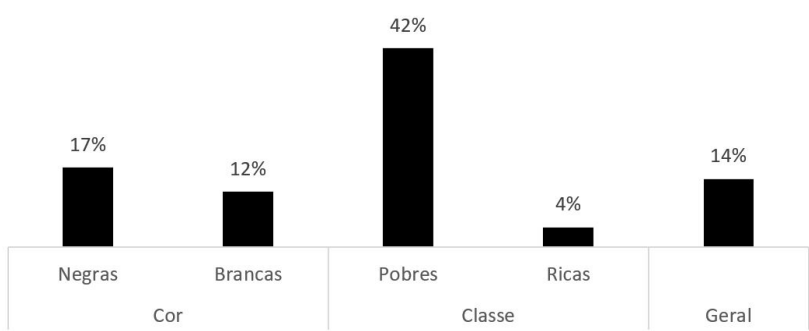
Tabela 1 - Taxa de participação feminina na força de trabalho, interseccional, Brasil, 2018

Cor/classe			
Negras pobres	Negras ricas	Brancas pobres	Brancas ricas
40%	65%	40%	60%

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

A diferença entre as mulheres se faz presente também na desocupação. Como mostra o Gráfico 2, as mulheres negras apresentaram maior taxa de desocupação (17%) do que as brancas (12%), fato percebido também, embora de modo bem mais acentuado, em relação à classe. Das mulheres pobres economicamente ativas 42% estavam desocupadas, em 2018, ao passo que apenas 4% das ricas encontravam-se nessa situação. Desde 2014 o País atravessa uma crise econômica que tem refletido em maiores taxas de desocupação, sendo esses números sugestivos de quem é mais penalizado pela piora do mercado de trabalho.

Gráfico 2 - Taxa de desocupação feminina por cor e classe, Brasil, 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Na interseccionalidade de cor e classe, percebe-se, na Tabela 2, que a taxa de desocupação das ricas foi aproximadamente 4% para qualquer cor. Já para as pobres, as mulheres brancas apresentaram uma taxa de desocupação 3 pp maior que as negras. Esse resultado é curioso na medida em que se esperava que as negras pobres fossem mais alijadas nas oportunidades. Outros elementos como o maior quantitativo de filhos a sustentar, maior acesso a redes de apoio comunitárias, e maior precariedade dos postos de trabalho que assumem podem, em alguma medida, explicar porque as negras pobres não são as campeãs da desocupação.

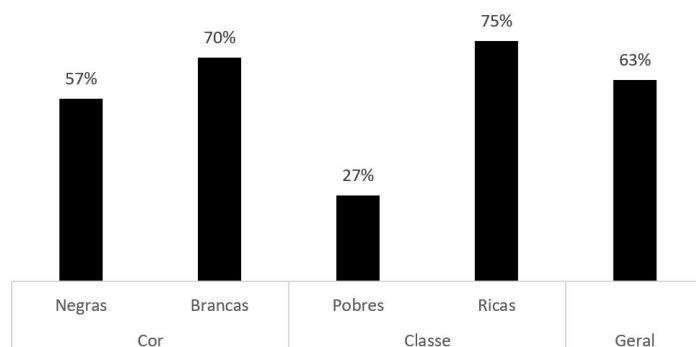
Tabela 2 - Taxa de desocupação feminina interseccional, Brasil, 2018

Cor/classe			
Negras pobres	Negras ricas	Branças pobres	Branças ricas
41%	4%	44%	4%

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Em relação à formalização no trabalho, como mostra o Gráfico 3, as negras estavam também em desvantagem frente às brancas e frente à média geral das mulheres, sendo a diferença, no primeiro caso, de 13 pp. Para a classe a diferença é gritante: 27% das pobres tinham carteira de trabalho assinada ao passo que 75% das ricas contavam com essa proteção trabalhista. Se com a legislação atual, tida como mais rígida, a proteção trabalhista não é uma realidade para muitas mulheres, é preocupante a majoração da precarização do trabalho feminino que deve acompanhar a reforma trabalhista aprovada, em 2017, no Congresso Nacional (Lei nº 6.787/16) (BRASIL, 2016).

Gráfico 3 - Proporção de mulheres com carteira assinada por cor e classe, Brasil, 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Quando se intersecciona os dados percebe-se que as negras pobres foram as mais mal posicionadas, sendo que apenas 25% contavam com carteira de trabalho assinada, em 2018. As brancas ricas, de modo oposto, se destacam na alta proteção laboral. Ou seja, 78% das brancas ricas eram trabalhadoras formais (Ver Tabela 3).

Tabela 3 - Proporção feminina interseccional de carteira assinada, Brasil, 2018

Cor/classe			
Negras pobres	Negras ricas	Branças pobres	Branças ricas
25%	70%	31%	78%

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Completando o quadro das diferenças femininas no mercado de trabalho tem-se os rendimentos laborais, mostrados na Tabela 4. As mulheres negras tiveram menor rendimento laboral que as mulheres brancas e que a média geral das mulheres. A diferença de ganhos entre as mulheres negras e brancas, em 2018, foi de R\$ 892,6 a menos para as primeiras. No quesito classe, obviamente, a diferença é bem mais expressiva. Uma mulher considerada pobre chega a ter um rendimento laboral quase sete vezes inferior ao da rica. Esses dados refletem e são ao mesmo tempo reflexo da assombrosa desigualdade econômica que marca o Brasil. As assimetrias salariais que marcam o mercado de trabalho brasileiro são a muito pronunciadas, o que chama atenção aqui é o fato de a média salarial das mulheres pobres não alçar se quer o salário mínimo. O fato corrobora a demasiada precarização laboral desse grupo de mulheres, que não usufruem pelo seu trabalho remunerado do valor ao qual a Constituição de 1988 atribuiu como o mínimo social de sobrevivência.

Tabela 4 - Rendimento médio do trabalho habitual principal feminino por cor e classe, Brasil, 2018

Cor		Classe		Geral
Negras	Brancas	Pobres	Ricas	
1.369,18	2.261,78	516,14	3.564,24	1.800,26

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Quando se cruza cor e classe os dados mostram os extremos opostos que negras pobres e brancas ricas ocupam, o que de maneira nenhuma é novidade. Enquanto as negras pobres, em 2018, tiveram um rendimento médio que se quer alçou o valor do salário mínimo (SM), as brancas ricas, em média, tiveram recebimentos de quase 3 SM, como mostra a Tabela 5. Não se sustenta, por esse e todos os indicadores mostrados, uma vulnerabilidade unívoca feminina no mercado de trabalho. As mulheres vivenciam de forma distinta a vida profissional, sendo que os padrões diferenciados comprometem de forma específica as mulheres negras (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013; ABRAMO, 2006).

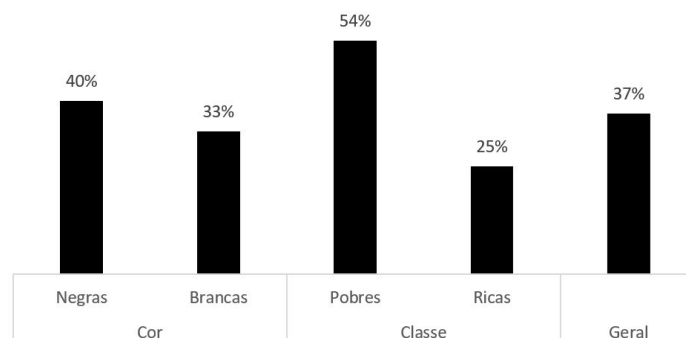
Tabela 5 - Rendimento médio do trabalho habitual principal feminino interseccional, Brasil, 2018.

Cor/classe			
Negras pobres	Negras ricas	Brancas pobres	Brancas ricas
500,95	3.044,60	564,11	3.791,19

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Nos cuidados do lar será que a experiência também é diferenciada pela cor e classe? A despeito de serem os estudos sobre uso do tempo que tiram da penumbra a dupla jornada de trabalho feminino, possibilitando a investigação dos cruzamentos entre trabalho remunerado e não remunerado, e, a vida cotidiana das mulheres (CARRASCO, 2006; DONATH, 2000; FONTOURA et al., 2010), o Brasil ainda não conta com uma ampla pesquisa de uso do tempo. O que se tem à disposição nas pesquisas domiciliares do Brasil são apenas algumas perguntas sobre cuidados e afazeres domésticos. Certamente, as poucas informações disponíveis impedem uma melhor configuração da situação das atividades reprodutivas e, sua diferenciação entre as mulheres.

Mas, valendo-se das informações que se têm, o Gráfico 4 mostra que uma maior proporção de mulheres negras autodeclarou exercer cuidados do que brancas, diferença de 7 pp. Mas é, no quesito classe que a diferença se acerbta, nada menos do que 29 pp desfavoráveis as pobres. Como já é bem relatado na literatura, as mulheres ricas contam com a possibilidade de terceirizar os cuidados, seja de modo institucional (creches, escolas, Instituições de Longa Permanência para Idosos) ou outros arranjos (empregadas domésticas, babás, diaristas). Ao poder terceirizar o cuidado mitiga-se a tensão da articulação entre trabalho e família, abrindo brechas para uma maior e melhor inserção laboral, como os dados supracitados confirmam.

Gráfico 4 - Proporção de mulheres que realizou tarefas de cuidados de moradores do domicílio ou fora do domicílio, por cor e classe, Brasil, 2018

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Quando a atenção é debruçada sobre a interseccionalidade nota-se que as campeãs na provisão de cuidados foram as negras pobres com 54% de participação, seguidas pelas brancas pobres com 51%. Entre as ricas, a cor não compareceu como diferencial, mas a proporção que declarou exercer cuidados é bem mais baixa (25%), ver Tabela 6.

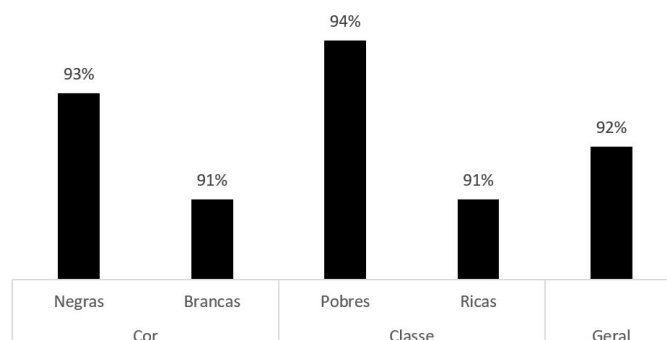
Uma grande vantagem da PNAD Contínua foi a coleta separada sobre as informações de cuidados e afazeres domésticos. Essa diferenciação mostrou que a proporção de quem realiza cuidado é bem menor do que em relação aos afazeres domésticos, mas que cor e classe são fatores que marcam gradações desses quesitos.

O Gráfico 5 mostra que a proporção de mulheres negras que realizaram afazeres domésticos foi maior do que a de brancas, assim como para as pobres foi maior que para as ricas. Mas, as diferenças, nos dois casos, foram de pequena monta. A proporção acima dos 90% para todas as categorias de mulheres não surpreende na medida em que, conforme normas de gênero arraigadas, as atividades domésticas seguem sendo responsabilidade feminina.

Tabela 6 - Proporção interseccional de mulheres que realizou tarefas de cuidados de moradores do domicílio ou fora do domicílio

Cor/classe			
Negras pobres	Negras ricas	Brancas pobres	Brancas ricas
54%	25%	51%	25%

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Gráfico 5 - Proporção de mulheres que realizou tarefas domésticas para o próprio domicílio ou em domicílio de parentes, por cor e classe, Brasil, 2018

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

A interseccionalidade, mostrada na Tabela 7, revela que as negras pobres e as brancas ricas mais uma vez estão em polos opostos, mas com distinção pouco acentuada. Ou seja, as que se destacam no trabalho reprodutivo no Brasil, ainda hoje, são as negras pobres. Com fruto de um passado escravocrata, é perene no imaginário social que a função das negras é servir a outrem não surpreendendo sua maior representação nas atividades vinculadas aos cuidados.

Tabela 7 - Proporção de mulheres que realizou tarefas domésticas para o próprio domicílio ou em domicílio de parentes, interseccional, Brasil, 2018

Cor/classe			
Negras pobres	Negras ricas	Brancas pobres	Brancas ricas
94%	92%	93%	91%

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Por fim, cabe apresentar na Tabela 8 a jornada destinada as tarefas do lar. O primeiro elemento a destacar é que as mulheres, independente da categoria, tiveram uma jornada elevada de trabalho reprodutivo – por volta de 20 horas semanais. Existiu diferença de cor, mas foi pouco acentuada. Chamou a atenção a distinção de classe, com as ricas tendo despendido cinco horas semanais a menos nas atividades do lar do que as pobres. Como aponta Passos e Guedes (2018), o modelo de delegação, no qual algumas mulheres atribuem a outras as atividades reprodutivas faz parte da realidade brasileira, embora de modo menos acentuado do que o modelo de conciliação, em que as mulheres com pouco auxílio dos homens e do estado têm que equilibrar o trabalho produtivo e reprodutivo. É esse modelo de delegação que possibilita as mulheres ricas mitigarem seu tempo de atividades domésticas e cuidados.

Tabela 8 - Total de horas semanal que as mulheres dedicaram a tarefas de cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, por cor e classe, Brasil, 2018

Cor		Classe		Geral
Negras	Brancas	Pobres	Ricas	
22	21	24	19	21

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Ao se interseccionar cor e classe, a Tabela 9 mostra que no quesito jornada de trabalho reprodutivo as brancas pobres ficaram mais mal posicionadas, embora a diferença seja de apenas uma (1) hora a mais que as negras pobres. A diferença entre as ricas negras e brancas também foi de uma (1) hora semanal, porém a mais para as negras ricas. Talvez na pobreza haja maior solidariedade nos cuidados entre as mulheres de cor, mas essa é uma hipótese que carece de investigação empírica.

Tabela 9 - Total de horas semanal que as mulheres dedicaram a tarefas de cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, interseccional, Brasil, 2018

Cor/classe			
Negras pobres	Negras ricas	Brancas pobres	Brancas ricas
23	19	24	18

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD Contínua (2018).

Os dados analisados possibilitam duas conclusões. Primeiro, que as mulheres compõem um sujeito multifacetado, no qual a experiência tem gradientes conforme classe e raça. Segundo, que a classe imprime maior intensidade nas gradações que a raça. Assim, é contraproducente considerar as mulheres uma categoria homogênea, pois há muitas pistas que o cruzamento de fatores identitários colorem em tons distintos a opressão de ser mulher. E, nesse intercruzamento, ser negra e pobre parece potencializar vulnerabilidades.

Considerações Finais

As normas de gênero são construídas historicamente e culturalmente nas relações sociais assimétricas e nas relações de poder entre os sexos. Nessa modelagem de papéis e funções sociais assimétricas coube à mulher um lugar social mais subalterno. Por trás do discurso de que as mulheres têm personalidade amorosa, frágil, protetora escondem-se concepções que identificam a mulher com a função de cuidadora. Essa atribuição “naturalizada” do cuidado ao ser feminino vem marcando desvantagens históricas para atuação econômica e social das mulheres, uma vez que o cuidado restringe a disposição e o tempo das mulheres para a vivência fora da família.

Todavia, deve-se ressaltar a heterogeneidade das mulheres. Os dados de mercado de trabalho e atividades domésticas e de cuidados mostram que as mulheres negras brasileiras se encontram em situação mais precarizada frente às mulheres brancas, em um amplo leque de indicadores. Certamente, a justaposição de preconceitos e discriminações, referentes a ser mulher e ser negra, deve amparar a desvantagem desse contingente populacional.

As mulheres ricas, embora não escapem dos papéis sociais definidos ao ser feminino, podem se valer do modelo de delegação contratando outras mulheres para exercerem as atividades do lar e têm acesso à creche e escola privada para manter seus filhos, bem como podem acessar cuidados formais para os idosos. A possibilidade de comprar no mercado os serviços de cuidados atenua para mulheres mais bem posicionadas financeiramente as responsabilidades inerentes ao ser feminino, gerando experiências distintas nas assimetrias de gênero conforme a classe social. Em outras palavras, as mulheres pobres ao não terem à disposição robustas políticas públicas de articulação entre trabalho e família encontram diversas barreiras para seu desenvolvimento profissional, tendo à disposição apenas limitado leque de oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Em que pese às normas de gênero alcancarem todas as mulheres, os dados brasileiros evidenciam que os efeitos comportam gradações de acordo com outros fatores identitários. As diferenças mais acentuadas ocorrem devido à posição de classe, mas a cor também imprimir distinções marcantes na inserção laboral e nos cuidados. Nesse intercruzamento de vulnerabilidades, as pobres negras, em linhas gerais, se ressaem.

Essa experiência diversificada feminina deve ser delatada, de modo que a atuação do estado não seja cega ou neutra perante essas desigualdades. A promoção da cidadania inclusiva para as mulheres passa pelo o enfrentamento das assimetrias entre homens e mulheres e entre as mulheres e seus efeitos deletérios na vivência social e profissional. Assim sendo, a ampliação da proteção dos direitos humanos para as mulheres demanda a percepção e compreensão de que a interseccionalidade do gênero com outros fatores identitários delineiam vulnerabilidades e experiências peculiares. Intervenções públicas e proteções mais eficazes passam, portanto, pela avaliação detalhada de como raça e classe posicionam as mulheres de modo distinto na sociedade, para a qual este texto procurou trazer uma modesta contribuição.

Referências

- ABRAMO, L. Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, out./dez. 2006.
- BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-681, jul./set. 2016.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.787/2016. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no

- local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. 23 dez. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista>. Acesso em: 8 set. 2020.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Revista LOLA Press, nº 16, nov. 2001.
- CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. (org.), Estudios sobre Género y Economía. Madrid: Akal, 2006. p. 29-62.
- COLLINS, P. H. Black Feminist Thought. New York/London: Routledge. 2009.
- COLLINS, P. H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. Annu. Rev. Sociol., v. 41, pp. 1-20, 2015.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 8, pp. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.
- DONATH, S. The other economy: a suggestion for a distinctively feminist economics. Feminist Economics, v. 6, n. 1, p.115-123, 2000.
- FONTOURA, N. et al. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Revista Econômica, Niterói, v. 12, n. 1, p. 11-46, jun. 2010.
- GUEDES, M. Heterogeneização da mão de obra feminina: o que mudou no período recente? Gênero, Niterói, v.15, n.2, p. 139-154, 1. sem. 2015.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014.
- HOOKS, B. Feminist theory from margin to center. Boston: South End Press, 1984.
- IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.
- LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, M. M. et al. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.
- MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo no pós-estruturalismo. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 13, p. 483-505, set./dez. 2005.
- MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Autonomia e empoderamento da mulher. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. p. 53-76.
- PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Participação feminina no Mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. Planejamento e Políticas Públicas, v. 1, n. 50, 2018.
- PINHEIRO, L. S. Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2016.
- SAUNDERS, L.; DARITY, W. Feminist theory and racial economic inequality. In: FEBER, M.; NELSON, J. (org.). Feminist economics today: Beyond economic man. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

Nota

- ¹ A categoria negra considera pretas e pardas.

Luana Passos

luanapassos_s@hotmail.com

Doutora em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

UFOB

Rua Bertiooga, 892- Morada Nobre I
Barreiras – BA, Brasil
CEP: 47810-059

Lorena Passos de Souza

lorenapassos.09@gmail.com

Licenciada em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Mestranda em Recursos Genéticos Vegetais pelo Programa de Pós-graduação em Recursos Genéticos Vegetais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

UFRB

R. Rui Barbosa, 710, Centro
Cruz das Almas – BA - Brasil
CEP:44380-000

Agradecimentos

Agradecemos as sugestões das debatedoras do GT 32 do XXI Encontro da ABEP, que contribuíram para o aprimoramento do texto. As eximimos de qualquer responsabilidade pelo resultado final.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Luana Passos - Concepção, redação do manuscrito, análise de dados, discussão de resultados. Lorena Souza - Preparação

de dados, elaboração dos gráficos e tabelas, análise de dados, formatação.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento das autoras.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Política social en Brasil y Cuba: un análisis crítico desde el subdesarrollo

Aline Fardin Pandolfi¹<https://orcid.org/0000-0002-3827-1792>**Camila Costa Valadão³**<https://orcid.org/0000-0001-9939-7308>**Arelys Esquenazi Borrego²**<https://orcid.org/0000-0002-9366-8688>¹Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Serviço Social, Vitória, ES, Brasil²Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Política Social, Vitória, ES, Brasil³Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Política Social, Vitória, ES, Brasil

Política social en Brasil y Cuba: un análisis crítico desde el subdesarrollo

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los fundamentos teóricos de la política social en Cuba y Brasil, a la luz de los proyectos de sociedad y perspectivas de desarrollo adoptadas por ambos países. La metodología utilizada es la revisión bibliográfica. El artículo está estructurado en tres secciones. Las dos primeras abordan los principales fundamentos teóricos de la política social en Cuba y Brasil. Posteriormente, los principales puntos de ruptura entre estas dos concepciones de política social se esbozan sintéticamente en las reflexiones finales. Se defiende la idea de que las manifestaciones, casi diametralmente opuestas, que asumen las políticas sociales en Cuba y Brasil están determinadas por sus fundamentos teóricos; que a su vez están determinados esencialmente por las distintas salidas que se adoptan para enfrentar el subdesarrollo en ambos países.

Palabras clave: Política Social. Fundamentos teóricos. Subdesarrollo. Brasil. Cuba.

Política social em Brasil e Cuba: uma análise crítica desde o subdesenvolvimento

Resumo: Este artigo objetiva analisar os fundamentos teóricos da política social em Brasil e Cuba, à luz dos projetos de sociedade e perspectivas de desenvolvimento adotadas por esses países. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. O artigo está estruturado em três seções. As duas primeiras abordam os principais fundamentos teóricos da política social em Cuba e Brasil. Posteriormente, abordam-se os principais pontos de ruptura entre estas duas concepções de política social, onde se esboçam as reflexões finais. Evidencia-se que as manifestações, quase diametralmente opostas, que assumem as políticas sociais no Brasil e em Cuba estão determinadas pelos seus fundamentos teóricos, os que, por sua vez, estão essencialmente determinados pelas distintas saídas adotadas para enfrentar o subdesenvolvimento em ambos os países.

Palavras-chave: Política Social. Fundamentos teóricos. Subdesenvolvimento. Brasil. Cuba.

Social policy in Brazil and Cuba: critical analysis from underdevelopment

Abstract: This paper aims to analyze the theoretical foundations of social policy in Cuba and Brazil, in light of the societal projects and development perspectives adopted by both countries. The methodology used is the bibliographic review. The manuscript is structured in three sections. The first two address the main theoretical foundations of social policy for Cuba



Este es un artículo publicado en acceso (Open Access) abierto bajo la licencia Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite su uso, distribución y reproducción en cualquier medio, sin restricciones siempre que sin fines comerciales y que el trabajo original sea debidamente citado.

and Brazil. Thereupon, the main points of rupture between these two conceptions of social policy are outlined synthetically. The article advocates that the almost diametrically opposed manifestations assumed by social policy in Brazil and Cuba are determined by their theoretical foundations; which in turn are essentially determined by the different solutions adopted to face underdevelopment in both countries.

Keywords: Social Policy. Theoretical foundations. Underdevelopment. Brazil. Cuba.

Recebido em 15.06.2020. Aprovado em 28.07.2020. Revisado em 15.10.2020.

Introducción

Cuba y Brasil son dos países de América Latina que presentan antecedentes históricos similares de colonización, exterminio indígena, esclavitud, plantaciones, etc. Posteriormente al período colonial ambos países avanzan en la institucionalización de una república formal, pero manteniendo una profunda relación de subordinación al capital internacional y Estados Unidos; presentando dicha subordinación particularidades en cada nación.

En este sentido, la condición de subdesarrollo¹ históricamente determinada es otro elemento común a ambos países. Se trata de una situación de dependencia estructurante y sistémica, más allá de lo estrictamente económico; influyendo en otras esferas como lo social, político cultural, ambiental, entre otras.

Todos estos aspectos, se han expresado a lo largo del siglo XX en una serie de características socio-económicas que, salvando algunas diferencias, también tienen puntos de coincidencia: estructuras económicas deformadas y heterogéneas; economías abiertas con un marcado carácter primario-exportador; elevado endeudamiento externo; creciente predominio y dominio del capital extranjero; latifundios; marcada desigualdad social; altas tasas de desempleo, analfabetismo, muertes por enfermedades prevenibles, etc.

Sin embargo, la salida de cada país planteada en el siglo pasado a estas condiciones históricas similares, fue realmente diferenciada para ambas naciones. Brasil y Cuba a partir de los años cincuenta adoptan, como respuesta a su condición dependencia y subdesarrollo, caminos opuestos en términos de proyectos societarios; proceso que a su vez implicó desdoblamientos diferenciados en las visiones de desarrollo. Las políticas sociales resultantes de este proceso comienzan a presentar enfoques, funciones y características muy diferentes entre ambos países.

Ello se hace explícito tanto en el papel que cumple la política social dentro de las respectivas visiones y estrategias de desarrollo esbozadas en cada uno de estos países; así como, en la forma concreta que asumen los diversos bienes y servicios asociados a las distintas esferas de la política social. Estas diferencias también son significativas en términos de acceso de la población a dichos servicios, grado de cobertura, financiamiento, calidad, entre otros aspectos.

Se defiende la idea de que la manifestación concreta, casi diametralmente opuesta, que asumen las políticas sociales en cada uno de estos países, tanto en términos de concepción como de funcionamiento, guarda total relación a los fundamentos teóricos a partir de las cuales dichas políticas se estructuran. Este artículo tiene como objetivo analizar los fundamentos teóricos de la política social en Cuba y Brasil, a la luz de los proyectos societarios y perspectivas de desarrollo asumidas por dichos países. La metodología utilizada es la revisión bibliográfica.

La elección de ambos países como objeto de análisis se encuentra determinada, fundamentalmente, por la necesidad de investigar, analizar críticamente y visibilizar otras alternativas diferentes a las que nos son colocadas para la política social como “únicas salidas posibles” dentro de la lógica del capital. Otra de las motivaciones está asociada al proyecto de investigación donde se encuentra insertado este estudio, el cual busca profundizar en términos de política social en estas dos experiencias latinoamericanas.²

El artículo, además de esta introducción, está estructurado en tres secciones. En las dos primeras se abordan, para Cuba y Brasil, los principales fundamentos teóricos de la política social; destacando sus implicaciones en términos de fortalezas y/o limitaciones. Posteriormente, se esbozan de forma sintética los principales puntos de ruptura entre estas dos concepciones de política social en las reflexiones finales. De esta forma, primero se aborda la experiencia de transición socialista cubana; destacando los avances que se producen en términos de construcción de una sociedad alternativa a partir de 1959 y sus desdoblamientos en la concepción de la

política social cubana. Posteriormente, se analizan los fundamentos teóricos de la política social brasilera, en función de la perspectiva de desarrollo y de derechos ciudadanos refrendados en la Constitución de 1988; y sus posteriores desdoblamientos.

Los fundamentos de la política social en Cuba: principales particularidades y desafíos.

Cuba, dando continuidad a toda una historia de rebeldía, luchas independentistas y antiimperialistas que se remontan a 1868, emprende nuevamente en la segunda mitad de la década del cincuenta el camino de la Revolución. Su triunfo el 1ro de enero de 1959 asume una proyección democrática, popular, agraria, antiimperialista. Poco tiempo después, y debido a una serie de factores internos y externos, se produciría una profunda aceleración y radicalización del proceso revolucionario que se expresa en la declaración oficial en 1961 del carácter socialista de la Revolución por Fidel Castro; proceso que, al mismo tiempo, da inicio a una nueva etapa dentro de la historia de Cuba: el período de transición socialista.

A partir del triunfo revolucionario, y coherentemente con la intensión de cambio radical que a partir de este se gestó, fueron implementadas aceleradamente un conjunto de medidas de elevada repercusión socio-económica, como respuesta a los problemas propios del subdesarrollo que caracterizaban al país en aquellos años. Entre las principales transformaciones impulsadas puede destacarse las siguientes: reforma agraria, reforma de la enseñanza, campaña de alfabetización, nacionalizaciones, reforma urbana, disminución de la tarifa eléctrica, garantía de alimentación básica subsidiada, desarrollo de servicios y programas sociales universales y gratuitos, etc. (Zanetti, 2013).

Todo ello representó la expresión concreta de un cambio de paradigma importante que va a ser consustancial al triunfo de la revolución cubana: “el surgimiento de una estrategia social como componente prioritario de un proyecto de nación independiente, regida por ideales de equidad y justicia en Cuba” (Espina, 2008, p. 135). En este sentido, el conjunto de programas, políticas, medidas, etc. implementadas en estos primeros años aunque no estuvieron denominadas explícitamente bajo la categoría de política social incluían, germinalmente, las bases de una estrategia de desarrollo social y de transformación estructural del patrón de desigualdades heredado (Voghon & Peña, 2013).

Más allá de la ampliación de los derechos y garantías ciudadanas, estas medidas adicionalmente sustentaron una incipiente, pero sustancial, transformación de las relaciones de propiedad, producción y distribución; coherentes con los principios del imaginario de una sociedad alternativa. Es por ello que la formulación estratégica de la política social que se comienza a gestar en Cuba a partir de entonces se concreta en un enfoque que rebasa las tradicionales concepciones asistencialistas, compensatorias y residuales; para ubicarse en el terreno de la promoción del desarrollo (Odriozola et al., 2018). De esta forma, el papel activo de las políticas sociales y su relevancia dentro del proceso de desarrollo, se constituyó en una de las principales bases de la estrategia revolucionaria (Fuentes, 2013).

Es en este contexto donde Cuba también esboza e implementa una visión y práctica del desarrollo mucho más abarcadora. Donde lo económico y lo social no serían asumidos como aspectos separados; sino como dimensiones estrechamente articuladas, que se entrelazan y refuerzan mutuamente. Se trata del esbozo de una concepción más integradora del desarrollo, que abarcaría adicionalmente otras dimensiones relevantes como la: política, cultural, ambiental, tecnológica, entre otras (Espinosa, 2011; Pérez & Esquenazi, 2018). Desde esta forma, el desarrollo es entendido como un proceso de carácter multicausal, multidimensional y sistémico.

Otro aspecto clave que ha distinguido al enfoque del desarrollo cubano es que se ha apropiado de la concepción humanista de la Revolución; colocando al sujeto social como centro del proceso de desarrollo (Pérez, 2018a). En el caso cubano, desde el comienzo, se explicita la necesidad ética del proceso de desarrollo en relación a los derechos humanos, la no discriminación, la equidad, la igualdad y la justicia social (Fuentes, 2013). En otras palabras, el ser humano es asumido como objeto y sujeto de la transformación social socialista (Pérez, 2018b).

Esta visión de desarrollo se ha intentado llevar a la práctica en las últimas seis décadas, a partir del diseño e implementación de disímiles estrategias de desarrollo, y su consecuente desdoblamiento en un conjunto de políticas económicas, sociales, jurídicas, institucionales, etc., que han ido adecuándose en función del contexto externo e interno. Cabe destacar que, aunque en el caso de la experiencia cubana la percepción

acerca de un desarrollo integral estuvo presente desde el inicio del proceso revolucionario, ello no ha asegurado automáticamente, en la práctica, la relación adecuada entre todos los factores que tal desarrollo demandó (Fuentes, 2013).

Lo que sí resulta evidente cuando se analiza la concepción sobre el desarrollo y su implementación desde 1959 hasta hoy, es la relevancia concedida a la política social como uno de los principales elementos que distinguen al socialismo cubano; y en lo que quizás haya radicado una de sus principales fortalezas para enfrentar situaciones críticas de diversa naturaleza (Domínguez, 2006; Fuentes, 2013). Esto le ha permitido al país, a lo largo de más de seis décadas, alcanzar de forma sostenida importantes logros sociales en diversas esferas; los cuales han servido de referente tanto a países subdesarrollados como desarrollados.

Las principales esferas que integran la política social en Cuba son: educación, salud, cultura, deporte, seguridad y asistencia social, y satisfacción de necesidades nutricionales básicas (Espina, 2008; Pérez, 2011). Ello denota un enfoque más abarcador en lo relacionado tanto a las denominadas “necesidades básicas”, como en las esferas del bienestar social; lo cual le ha permitido trascender las dimensiones tradicionales que asume la protección social dentro de los restrictos marcos de la lógica del capital.

En este sentido, es posible identificar como uno de sus fundamentos “una consideración del ser humano y de sus necesidades básicas amplia e integral, esto es, que no las restringe a la alimentación y a los servicios básicos, sino que incluye en estas relevantes elementos de la espiritualidad y la cultura” (Espina, 2012, p. 234), a partir de la comprensión de que la realización de las necesidades se va “desde el estómago a la fantasía” (Marx, 2008, p. 57). Las leyes, programas, medidas, acciones, etc. implementadas en las últimas seis décadas han tenido como principal objetivo la ampliación progresiva de los bienes y servicios asociados a estas siete áreas; lo cual se ha concretado en el desarrollo de una red de servicios públicos estable, abarcadora y de elevada calidad.

Todos estos elementos anteriormente destacados asociados a la visión cubana del desarrollo, han tenido un desdoblamiento en relación a los fundamentos teóricos de la propia política social. A continuación, se analizan críticamente algunos de estos aspectos, haciendo un balance de las principales fortalezas y desafíos del modelo de política social en Cuba a partir del examen de sus fundamentos teóricos.

En este sentido, el punto de partida es la identificación de la universalidad como principio básico y rector. Así, las características más relevantes de la política social cubana son: la cobertura total, la gratuidad o alto nivel de subsidio, y el carácter público de las políticas sociales y sus formas de realización. Por su parte, Espina (2017) destaca que una de las limitaciones que ha marcado a la política social cubana es la identificación de universalidad con homogeneización de necesidades y satisfactores; lo cual por momentos ha conducido a una oferta universal de bienes y servicios extremadamente igualitaria. De ahí que, pese a las conquistas alcanzadas en términos de programas, acciones y resultados de indicadores sobre la base de la universalización; permanece latente el desafío de una mayor articulación entre políticas sociales universales dirigidas al conjunto de la población, y políticas sociales diferenciadas orientadas a grupos sociales específicos (Domínguez, 2006).

Asociado al corte universal, también tiene destaque su carácter centralmente planificado y unitario; donde el Estado es el máximo responsable en el diseño e implementación de la política social (Voghon & Peña, 2013). Más allá del alto nivel de protagonismo del Estado como coordinador y gestor de la política social y el desarrollo, también constituye una característica fundamental el alto nivel de institucionalización de la política social. Ello se concreta en que ésta no sólo involucra a ministerios rectores y otras instancias de la administración pública, sino también a diferentes organizaciones políticas y sociales; así como, en el caso de algunas esferas específicas a la comunidad y las familias (Pérez, 2011).

Sin embargo, Espina (2012) destaca como ello ha implicado, en ocasiones, un diseño e implementación de las políticas sociales en la Isla marcadas en ciertos períodos de un excesivo centralismo y una elevada tecnoburocratización. De ahí que permanezcan retos tales como: ampliar el perfil de la participación popular a nivel de la formulación estratégica de la política social, consolidar un mayor balance entre centralización y descentralización en la implementación de las políticas sociales, potenciar una mayor complementación con los actores locales y no estatales, perfeccionar los procesos de seguimiento y evaluación de dichas políticas (Domínguez, 2006; Fundora, Hidalgo & Díaz, 2017).

Dentro del conjunto abarcador de las políticas sociales en Cuba, pueden ser identificadas algunas áreas emblemáticas y priorizadas en la Isla. No obstante, ello también se presenta como una de las principales tensiones, dado que no siempre se ha producido un avance armónico y equilibrado entre las diferentes esferas

que la componen (Espina, 2012). De esta forma, otro desafío que se perfila es el de avanzar hacia una mayor integralidad en el diseño e implementación de la política social, que supere la parcelación sectorial y los desbalances en términos de prioridades otorgadas a las diferentes esferas que la componen.

No obstante, cabe destacar que “a pesar de su condición de nación subdesarrollada, con limitados recursos naturales y fuertes tensiones financieras, Cuba se ha caracterizado por dedicar cuantiosos recursos a la esfera social” (Odriozola & Colina, 2017, p. 202). De esta forma, el gasto de inversión social ha mantenido una tendencia creciente, con elevada estabilidad desde la década de los años sesenta hasta la actualidad, aún en los períodos de bajo crecimiento económico.

En este sentido, la política social cubana presenta desafíos específicos relacionados a la condición particular de un país en periodo de transición al socialismo. A su vez, el bloqueo económico, comercial y financiero que desde los primeros años de la Revolución fue impuesto por Estados Unidos también ha generado un conjunto de limitaciones de orden estructural que influyen en el bajo desarrollo de las fuerzas productivas. Todo ello impone toda una serie de desafíos adicionales para el proceso de desarrollo y la política social en Cuba.

En los últimos años, Cuba ha estado experimentando importantes transformaciones en las esferas económica, social y política, con base en el proceso de actualización del modelo económico y social. Formalmente iniciado en 2011 con la aprobación de los *Lineamientos de Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, dicho proceso en 2016 amplía su base programática a partir de otros documentos como la *Conceptualización del modelo* y el *Plan nacional de desarrollo económico y social hasta 2030*.

Algunas de las transformaciones contenidas en dichos documentos prevén la preservación de los principios de universalidad, gratuidad e igualdad en áreas consideradas básicas, como educación, salud, cultura y deporte, que se proponen complementar con propuestas de políticas sociales direccionadas a distintos grupos vulnerables (Espina, 2017). De forma general, este proceso aunque ha significado una importante transformación de la política social sobre todo en su gestión; esta ha conservado lo mejor del núcleo duro de sus fundamentos teóricos (Odriozola et al. 2018). A la vez que ha introducido nuevos elementos de cara a superar algunas de las limitaciones que venían siendo identificadas (Fundora, Hidalgo & Díaz, 2017).

Austeridad y desmantelamiento de las políticas sociales en Brasil

A lo largo de la década del cincuenta y principio de los años sesenta en Brasil, estaban apuntadas por la izquierda dos estrategias fundamentales. La primera sería la toma del poder político por los trabajadores y la desapropiación de los medios de producción de la élite nacional sin mediación con esta, en dirección a un proyecto de transición socialista. La segunda – una estrategia dominante a lo largo de la historia de luchas de clases en Brasil pasaría por una articulación con los representantes de la burguesía para desarrollar económicamente el país, a partir de la constitución de un proyecto democrático nacional y, después, iniciar una transición al socialismo. Esta segunda propuesta se constituyó en dos grandes ciclos, el primero se refiere al Partido Comunista Brasileño (PCB) con la estrategia nacional y democrática, el segundo ciclo se refiere al Partido de los Trabajadores (PT) con la estrategia democrático popular (Martins et al., 2019). Sin embargo, la estrategia de articulación de los movimientos o partidos de izquierda con la elite no se concretó en Brasil, y mucho menos las aspiraciones de una futura transición socialista a partir de ella.

En el gobierno de João Goulart se iniciaron cambios sociales importantes para la población a través de las Reformas de Base³, que rápidamente desagradaron al capital internacional. Como forma de impedir la aplicación de esta agenda de reformas de amplio alcance se articuló un golpe de estado en el año 1964 (Vieira, 1985). De esta forma, Brasil pasaría por un período de 20 años de Gobierno Militar, durante el cual se ejecutó radicalmente el proyecto del capital extranjero en el país. No obstante, al fuerte carácter represivo de la dictadura militar en dicho país, la lucha de clases se mantuvo desde la clandestinidad, a través de las organizaciones de grupos guerrilleros y las acciones lideradas por partidos políticos de izquierda, especialmente el PCB.

Con respecto a las políticas sociales en Brasil, hasta ese período, tuvieron una expansión lenta y selectiva, marcada por algunas pocas mejoras institucionales. El bloque militar-tecnocrático-empresarial dirigente de la dictadura buscó adhesión y legitimidad mediante la expansión y modernización de algunas políticas; al mismo tiempo que abrió espacios para el sector privado en la salud, la seguridad social y la educación, configurando un sistema de acceso doble (Behring & Boschetti, 2007).

La salida a este período de dictadura militar se produce en la segunda mitad de la década de los años ochenta y tiene como uno de sus momentos marcantes la aprobación de la Constitución de 1988. Ella consolida los derechos sociales, humanos y políticos en el marco de la forma republicana del Estado capitalista en la fase neoliberal (Behring & Boschetti, 2007). En este contexto, fue implantado el Sistema Único de Salud (SUS) con una perspectiva universal, la Seguridad Social vía contribución, y la Asistencia Social para quien la necesitara.

Behring y Boschetti (2007) apuntan los múltiples determinantes de la política social. A partir de esa idea, las políticas sociales pasaron a ser implementadas en Brasil como resultantes de dos movimientos fundamentales. El primero, reproducir la fuerza de trabajo en función de un capitalismo dependiente; garantizando la expansión de la plusvalía en las formas relativa y absoluta. El segundo, como resultado de un largo proceso de lucha de clases en el país, antes y durante el período de dictadura militar.

En Brasil, la implementación de la agenda neoliberal se produce fundamentalmente a partir de los años noventa; comprobando una vez más el límite colocado a los avances de la política social y de mejoras en las condiciones de vida para los trabajadores en el interior del capitalismo dependiente brasileño. De esta forma, nunca se implementó la política social conforme previsto en la Carta Magna.

En coherencia con las pautas neoliberales implementadas en casi todas partes del mundo – siendo Cuba una de las escasas excepciones – el Brasil ha caminado hacia una tendencia cada vez más asistencialista de sus políticas sociales, dirigidas fundamentalmente a la población pobre y extremadamente pobre. De esta forma, la política social ha asumido un papel secundario y procíclico, en función de la expansión del capital ficticio a través de la liberalización financiera y la descompartimentalización de los mercados financieros (Marques, 2015).

En función de ello, una buena parte de las políticas sociales estructurantes como la salud, la educación y la seguridad social, se han mercantilizado, mientras que las políticas focales son ampliamente alentadas. A su vez, se produce un énfasis descentralizador caracterizado por el pasaje de funciones del Gobierno Federal para los demás entes federados, lo que ha generado una amplia responsabilización sobre todo financiera de los estados y municipios (Behring & Boschetti, 2007). En resumen, la política social en Brasil que se comienza a desarrollar a partir de la década de los noventa, se consolida a partir de tres direccionamientos fundamentales: la privatización, la focalización y la descentralización.

Estos fundamentos de la política social brasilera se encontraban totalmente alineados con las tendencias mundiales. En el capitalismo contemporáneo, comandado por las finanzas, las políticas sociales basadas en el acceso universal son vistas no solo como poco “eficientes”, sino que también imponen graves obstáculos para el cumplimiento de los requisitos de capital. Por ello, se observa una tendencia hacia la mercantilización de los derechos y la transmutación de las políticas sociales en servicios privados con el objetivo de ampliar las condiciones para la reproducción del capital a través de nuevos espacios de valorización (Granemann, 2007).

En esta línea, la política social llevada a cabo en Brasil en las últimas décadas, incluso en los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT) de 2002 hasta 2016 – que se encierra con el *impeachment* de Dilma Rousseff – aunque con algunas especificidades en este período, no implicó una ruptura esencial con las anteriormente apuntadas. Ejemplo de esto es que los gobiernos del PT no ampliaron de manera significativa las inversiones en políticas sociales; se mantuvo la Desvinculación de Recursos de la Unión (DRU)⁴; no realizaron la prometida Reforma Agraria; mantuvieron programas de transferencia de renta reuniéndolos en uno solo (que sigue hasta la actualidad) el “Programa Bolsa Familia”; realizaron varias alianzas público-privado que permitieron avanzar la enseñanza privada en el nivel superior, así como se promovieron algunos programas habitacionales a través de financiamiento bancario (Stocco, Pandolfi & Nogueira, 2019). De esta forma, la política social se mantuvo apalancada en las propuestas del Banco Mundial y el Fondo Monetario Mundial, focalizadas en el enfrentamiento de la extrema pobreza.

En 2016, con el gobierno ilegítimo de Michel Temer, se aprueba la Emenda Constitucional 95 que congelan las inversiones del Gobierno Federal en las políticas sociales por 20 años (Brasil, 2016). Esto profundiza el proceso de precarización de los servicios públicos ofertados; al mismo tiempo que, desde el punto de vista ideológico, avanza la propaganda difamatoria de “lo público” como base del proyecto de privatización que se impulsa en el centro de la estructuración de las políticas sociales brasileñas. Se produce también la aprobación de la reforma de trabajo, expandiendo el desmonte de derechos sociales.

Electo en 2018 Jair Bolsonaro implementa una plataforma de acción basada en dos líneas, con tendencia al denominado protofascismo y ultraliberalismo. Ambos expresan lo que Fontes (2020) ha llamado de cabeza

bifronte del Gobierno Bolsonaro. Esas son articuladas y funcionan conjuntamente con el objetivo único: la expansión del capitalismo en Brasil conforme el arreglo de la división internacional del trabajo, reforzando su carácter dependiente y más subordinado al capital internacional.

En ese sentido, en el Gobierno Bolsonaro fue aprobada la Reforma de las jubilaciones y pensiones, que constituye la más radical llevada a cabo desde la Constitución de 1998; alterando, entre otros aspectos, los parámetros que definen el valor y las condiciones de acceso a las-mismas (Stocco; Pandolfi; Nogueira, 2019). También se restringió el acceso al programa Bolsa Familia, disminuyeron las inversiones en las políticas de salud, asistencia social y educación, conforme EC 95 de 2016 (Brasil, 2016).

En resumen, se profundiza en los últimos años de forma acelerada el desmonte de los derechos sociales, la focalización, privatización, con vista a garantizar la reproducción del capital a través de nuevos espacios de valorización. Al mismo tiempo, se lleva al límite la función de la política social de reproducir la fuerza de trabajo. Así, la función de contención de la lucha de clases ha sido la función dominante de las políticas sociales en el capitalismo brasileño.

Consideraciones finales

El recorrido realizado a lo largo del presente artículo contribuye a argumentar la idea de que los fundamentos teóricos de las políticas sociales en Cuba y Brasil son coherentes con visiones de desarrollo y de proyectos de sociedad radicalmente opuestos, a partir de las salidas construidas por cada país a su condición de subdesarrollo. En este sentido la Tabla 1, que a continuación se presenta, sintetiza algunos de los principales elementos diferenciadores (de ruptura), en términos de los fundamentos teóricos de las políticas sociales, que distinguen a ambos modelos.

Tabla 1. Principales fundamentos teóricos de las políticas sociales en Cuba y Brasil.

CUBA	BRASIL
§ Esencia humanista que se expresa en la visión de los sujetos sociales como centro del proceso de desarrollo.	§ Resultante de la dualidad entre conquista y concesión; mínima reproducción de la fuerza de trabajo y contención de la lucha de clases.
§ Permanencia y relevancia de las políticas sociales en las estrategias de desarrollo a lo largo de los sesenta años de Revolución.	§ Visión de desarrollo a partir de la lógica del capital: el mercado como agente de las relaciones sociales.
§ Centralidad de la igualdad, la equidad y la justicia social en la formulación de las políticas sociales.	§ Límites de la igualdad y acceso a los derechos en la lógica del capitalismo dependiente: neoliberalismo y pérdida de derechos.
§ Concepción de las políticas sociales basadas en la integración social y la promoción del desarrollo individual, con un menor peso del asistencialismo.	§ Retracción del carácter universal y expansión de la focalización en la pobreza extrema, conforme recomendación de los organismos internacionales.
§ Política social única, universal y centralizada. Planificación centralizada como principal mecanismo para su ordenamiento.	§ Orientación descentralizadora tanto en el diseño y como en la implementación de las políticas sociales, acentuando disparidades regionales.
§ Elevado peso de la inversión social dentro del gasto público.	§ Bajo peso de la inversión social dentro del gasto público.
§ Integración a partir del empleo. Protección del trabajador con independencia de las formas de propiedad en la que se inserte.	§ Pérdidas de derechos del trabajo, menor acceso a las políticas sociales en general y con tendencia a su minimización.

Fuente: Elaboración propia.

Las perspectivas de desarrollo opuestas de estos países se expresan en los fundamentos teóricos opuestos que asumen sus políticas sociales. Diferencias que, en el contexto actual de pandemia por la COVID-19, se expresan aún más vívidamente.

Más allá de las dificultades económicas de la condición de subdesarrollo y bloqueo económico que enfrenta Cuba, existe una política de salud totalmente pública, gratuita, estructurada centralmente, con un enfoque comunitario y de prevención. Por ello, para la enfrentar la pandemia Cuba cuenta con: instituciones de salud especializadas y con presencia en todo el país; personal de salud altamente calificados; tecnologías, equipamientos y medicamentos de producción nacional; elevada prioridad en términos de recursos y movilización de todos los actores sociales para salvaguardar la vida de las personas. Ello también se ha revertido en la cooperación internacional, con la presencia de equipos de médicos cubanos en varios países. En resumen, la visión de desarrollo y las políticas sociales en Cuba parten de un enfoque integral y de totalidad, donde la economía busca responder a las necesidades sociales; lo cual se refleja en el actual combate a la pandemia.

En Brasil, por el contrario, las diferentes medidas adoptadas por el gobierno en el contexto de la pandemia han direccionado los esfuerzos a reactivar la economía, y fundamentalmente al gran capital, por encima de los recursos destinados a las políticas sociales. El discurso y acciones del gobierno ha priorizado a las ganancias por encima de la vida de las personas. Así, la población – que históricamente ha tenido retirados sus derechos sociales, ha enfrentado el lamentable dilema entre cumplir rigurosamente las reglas del distanciamiento social para prevenirse de la COVID-19 o arriesgarse a ir trabajar para intentar contener la situación de pobreza. En Brasil el Sistema Único de Salud (SUS) ya ha colapsado en varias ciudades y no ha podido, delante de tantos cortes de financiamiento y reducción de personal, mantener la capacidad de atención necesaria – que ya estaba tensionada en momentos de funcionamiento regular, menos aún en contexto actual de la pandemia.

Los días recientes han evidenciado una vez más, y de forma muy descarnada, a través de los efectos económicos y sociales de la pandemia, los límites y contradicciones de la sociedad capitalista. La actual crisis económica a nivel mundial que la pandemia profundiza, también evidencia la relevancia de pensar y construir proyectos de sociedad alternativos que – más allá de sus contradicciones y desafíos, como en el caso cubano – apuesten por un proyecto social y de desarrollo que se centre en las necesidades humanas.

Referencias

- BEHRING, E. R., BOSCHETTI, I. (2007). *Política Social: fundamentos e história*. 2da. ed. São Paulo: Cortez.
- BRASIL. (2016). [Constituição (1988)]. Emenda à Constituição nº 55, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.
- DOMÍNGUEZ, M. I. (2006). *Políticas sociales y ciencias sociales en Cuba*. Havana: CIPS.
- ESPINA, M. (2008) Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad: examinando el rol del Estado en la experiencia cubana. Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20100619071511/espina.pdf>.
- ESPINA, M. (2012). La política social en Cuba: nueva reforma económica. *Revista de Ciencias Sociales*, I-II(135-136), 227-236.
- ESPINA, M. (2017). El bienestar como horizonte de políticas desde una teoría de las necesidades racionales. En: Zabala, M. C. *Debates actuales sobre política social. Cuba en el contexto de América Latina y el Caribe*. La Habana: FLACSO-Cuba, Fundación Friedrich Ebert.
- ESPINOSA, M. J. (2011). *La Política Social y su rol en la transición socialista*. Tesis en opción al grado de Máster en Economía. La Habana: Universidad de La Habana, Facultad de Economía.
- FONTES, V. (2019). O protofascismo: arranjo institucional e policialização da existência. *Revista Marxismo* 21. Recuperado de: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf>.
- FUENTES, S. (2013). Aproximación a las sinergias y tensiones entre “desarrollo social” y “desarrollo económico” en la Cuba revolucionaria. Un lugar desde el cual pensar el proceso de actualización del modelo cubano. *Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina*, 1(2), 54-66. Recuperado de: <http://www.revflacso.uh.cu/index.php/EDS/article/view/19>.
- FUNDORA, G., HIDALGO, V., DÍAZ, D. (2017). Decidir la política social: concepciones, prácticas y proyecciones. En: Zabala, M. C. *Debates actuales sobre política social. Cuba en el contexto de América Latina y el Caribe*. La Habana: FLACSO-Cuba, Fundación Friedrich Ebert.
- GRANEMANN, S. (2007). Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. *Revista Em Pauta*, (20), 56-68.
- MARQUES, R. M. (2015). O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *Revista Argumentum*, Vitória, 7(2), 7-21.
- MARTINS, C. et al. (2019). A “Estratégia Democrático-Popular” e um Inventário da Esquerda Revolucionária. En: Iasi, M. et al. *A estratégia democrático popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital.

- MARX, K. (2008). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ODRIOZOLA, S. et al. (2018). Política Social: la experiencia de desarrollo cubano. En: Couto, B., Garcia, M. L., Pérez, O., Marques, R. Análisis dos sistemas de protecção social na América Latina: Brasil, Chile e Cuba. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- ODRIOZOLA, S., COLINA, H. (2017). Política social y política económica en el contexto cubano actual. En: Zabala, M. C. Debates actuales sobre política social: Cuba en el contexto de América Latina y el Caribe. La Habana: FLACSO-Cuba, Fundación Friedrich Ebert.
- PÉREZ, O. (2011). La ciencia económica y los procesos de desarrollo: la experiencia cubana. *Revista Argumentum*, Havana, 3(2), 94-112.
- PÉREZ, O. (2018a). La política social es siempre economía y la economía es siempre economía política. Folleto 3. En: Pérez, O. De la ciencia económica que conocemos a la que necesitamos. La Habana: Editorial Universitaria Félix Varela.
- PÉREZ, O. (2018b). El socialismo como ciencia económica del desarrollo. Lo necesario y posible. Folleto 5. En: Pérez, O. De la ciencia económica que conocemos a la que necesitamos. La Habana: Editorial Universitaria Félix Varela.
- PÉREZ, O., ESQUENAZI, A. (2018). Protección y Política Social. En: Couto, B., Garcia, M. L., Pérez, O., Marques, R. Análisis dos sistemas de protecção social na América Latina: Brasil, Chile e Cuba. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- STOCCO, A. F., PANDOLFI, A. F., NOGUEIRA, C.D.S. (2019). Golpe e Contrarreforma no Brasil: os limites do capitalismo dependente. *Anais do Encontro Nacional e Internacional de Política Social, Espírito Santo, Vitória*, 1(1).
- VIEIRA, E. (1985). *Estado e Miséria Social no Brasil de Getúlio a Geisel*. 2da. ed. São Paulo: Cortez.
- VOGHON, R. M., PEÑA, A. (2013). Reproducción de la pobreza en el contexto de políticas sociales universales? Encrucijadas y desafíos del modelo de protección social cubano. En: Robles, C. et al. Persistencias de la pobreza y esquemas de protección social en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO.
- ZANETTI, O. (2013). *Historia mínima de Cuba*. España: Turner.

Notas

- ¹ La condición de subdesarrollo es analizada a partir de las determinaciones que impone el proceso de acumulación capitalista y la división internacional del trabajo para dichos países. De esta forma, se suscribe la categoría subdesarrollo entendiéndola como una forma particular de desarrollo capitalista.
- ² Este artículo se inserta dentro del proyecto de investigación “Alterações político-econômicas contemporâneas na América Latina e os impactos no seguro desemprego: o caso do Brasil e de Cuba”. (Proyecto FAPES: edital 22/2018, PPP)
- ³ En las Reformas de Base fueran propuestas: la Reforma Agraria mediante desapropiación de tierras; la Reforma Fiscal con el límite del envío de intereses al exterior; así como, un conjunto de reformas en el plano educacional, electoral, bancario y urbano.
- ⁴ Creada en 1994, permite que los Gobiernos utilicen 20% de los recursos de la Unión para lo que consideren. En el Gobierno de Michel Temer (2017) ese valor pasó para 30%. Los Gobiernos han utilizado ese recurso para el superávit primario.

Aline Fardin Pandolfi

ali_pandolfi@yahoo.com.br.

Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Arelys Esquenazi Borrego

arelyseb@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Camila Costa Valadão

milacvaladao@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

UFES

Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras
Vitória – Espírito Santo – Brasil
CEP: 29075-910

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS/ UFES) pelo profícuo espaço de formação acadêmica e pelas variadas formas de internacionalização.

Agência financiadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) através do projeto “Alterações político-econômicas contemporâneas na América Latina e os impactos no seguro desemprego: o caso do Brasil e de Cuba” (edital 22/2018, PPP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de financiamento 001.

Contribuições das autoras

Aline Fardin Pandolfi contribuiu com a concepção, redação e revisão crítica do artigo. Arelys Esquenazi Borrego contribuiu com a concepção, redação e revisão crítica do artigo. Camila Costa Valadão contribuiu com a redação e revisão crítica do artigo. Todas as autoras aprovaram a versão final do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento das autoras.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses

ESPAÇO TEMA LIVRE

Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra

Rose Dayanne Santos de Brito¹

<https://orcid.org/0000-0003-3757-7244>

¹Università degli Studi di Roma Tor Vergata, Facoltà di Giurisprudenza, Dipartimento di Diritto Privato, Roma, RM, Itália

Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra

Resumo: Este artigo tem o objetivo de examinar a legislação trabalhista brasileira no contexto da pandemia do Covid-19. A intenção é demonstrar que as medidas emergenciais de redução de direitos do trabalhador na pandemia indicam não uma ruptura com o momento precedente, mas um fio de continuidade promovido pela ofensiva neoliberal no Brasil. Para tanto, será demonstrada a tênue fronteira entre exceção e normalidade e, por conseguinte, a precarização do trabalho como regra. Ao final, os resultados da pesquisa indagam sobre o futuro do direito do trabalho em meio às especificidades da sociedade capitalista e as práticas políticas autoritárias.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Precarização. Covid-19.

Labor law on the opposite direction: precariousness as a rule

Abstract: This article aims to examine Brazilian labor legislation in the context of the Covid-19 pandemic. The intention is to demonstrate that emergency measures to reduce workers' rights in the pandemic indicate not a break with the previous moment, but a continuity thread promoted by the neoliberal offensive in Brazil. Therefore, the fine line between exception and normality will be demonstrated and, consequently, the precariousness of work as a rule. In the end, the research indicates question about the future of labor law amid the specificities of capitalist society and authoritarian political practices.

Keywords: Labor Law. Precariousness. Covid-19.

Recebido em 30.06.2020. Aprovado em 01.08.2020. Revisado em 25.08.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O artigo pretende examinar a Medida Provisória 936/20 editada, no Brasil, pelo Governo Federal que permite a suspensão de contratos de trabalho e a redução de salários durante a pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020). A hipótese principal sugere uma análise conjuntural do direito do trabalho para comprovar que não houve uma ruptura entre o período de normalidade (antes Covid-19) e o período de exceção (durante o Covid-19), mas continuidade. Nesse sentido, a normatividade do Estado brasileiro em matéria trabalhista consolida a precarização do trabalho como regra e não como exceção.

Para compreender o contexto atual do direito do trabalho é preciso indagar sobre o passado do direito do trabalho. O objetivo é entender as condições históricas que propiciaram a consolidação desse ramo jurídico e identificar seus descaminhos. Por que o direito do trabalho se tornou o direito do capital? Ou com outras palavras, por que ele passou a legitimar o capital? A classe trabalhadora, em cada momento histórico, percebeu a necessidade de se organizar e pleitear regulamentação, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, o direito de greve, no entanto compreendia que a luta deveria ir além das demandas jurídicas. É o que se verifica nos relatos dos jornais operários do Brasil. Em 1917 há o seguinte registro: “nós não podemos concordar com esses velhos camaradas, que no inverno da vida, cansados das lutas operárias, ainda esperem dos governos algum benefício para os operários” (O COSMOPOLITA, 1917, p. 2).

O cenário político brasileiro é a amostra atual que não podemos confiar no Estado. Ao invés de promover políticas públicas em prol da vida durante a epidemia global do Covid-19, o Estado brasileiro implementou a política da morte. Evidenciada nas palavras de descaso do Presidente Jair Bolsonaro (sem partido): “Alguns vão morrer, essa é vida” (LINDNER; TURTELLI, 2020, p. 1). Embora essa prática tenha ficado mais explícita durante a pandemia, a “lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado” (MBEMBE, 2018, p. 48).

A relação entre política e direito é tênue. Em 2018, a vitória no Brasil do candidato contrário à democracia, à ciência, às mulheres, aos homossexuais, aos negros, aos indígenas, aos subalternos indicava também uma correlação com o modelo de direito que deveria ser solapado. Basta lembrar o forte apoio do empresariado ao então candidato Jair Bolsonaro e as propostas da campanha de acabar com a justiça do trabalho, de extinguir o Ministério do trabalho e retirar direitos dos trabalhadores, o que sinalizava tempos difíceis por vir. O historiador do direito Ricardo Fonseca (2020) identifica a contradição de o Brasil moderno ter escolhido um candidato pré-moderno para ocupar o cargo de Presidente da República. Isso nos leva a questionar: será que “o sonho iluminista de emancipação, liberdade e igualdade de direitos realmente se tornou realidade ou permanece uma frágil esperança, sujeita à imprevisibilidade da História, como evidenciado pelo crescente apreço por líderes políticos autoritários?” (FONSECA, 2020, tradução nossa).

Após a legalização no Brasil do trabalho precário através da Lei n. 13.467/2017 (Contrarreforma trabalhista) e a *Terceirização Irrestrita* (Lei n. 13.429/2017), a ofensiva neoliberal se fortaleceu ainda mais pós-eleição 2018, como diria Walter Benjamin (1985, p. 13), “esse inimigo não tem cessado de vencer”. Os ataques à população não demoraram: antes do Covid-19 houve a aprovação da Nova Previdência Social e, no decorrer da pandemia, Portarias arbitrárias e Medidas Provisórias. A violência institucionalizada, inclusive, se transformou nos atos de fala dos agentes políticos, por exemplo, o ministro da economia Paulo Guedes sugeriu que os mais de 12 milhões de brasileiros desempregados passaram a ter *vida boa* e que o povo não iria querer trabalhar mais, em virtude do auxílio emergencial (LIRIO, 2020). Nesse cenário de retrocesso social o que restou do direito do trabalho?

Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás

Pode o direito ser emancipatório? Esta pergunta motivou vários juristas a refletir sobre os fins sociais do direito. Embora as respostas na história nem sempre tenham sido satisfatórias, elas deixaram um rastro para reflexão. Havia a corrente marxista que respondia ser o direito um instrumento de dominação de classe¹, logo impossível de potencializar a emancipação social. Outros juristas entendiam o direito como um instrumento

inclusivo na luta pela aquisição de cidadania, em poucas palavras, mesmo que se tratasse de direitos burgueses era preciso estendê-los a todos.

Entre saídas reformistas e revolucionárias, existia ainda o meio termo que retirava a centralidade do direito e enfatizava a luta social; nesse sentido, a cidadania se consolidava pelo direito a ter direitos. Até porque “no fim e ao cabo, o direito não pode ser nem emancipatório, nem não-emancipatório são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar as suas lutas por diante” (SANTOS, 2003, p. 71). Nesse debate entre os juristas, o esclarecimento de Marx na *Questão Judaica* ainda tem muito a contribuir. O recado é simples: não podemos confundir emancipação humana com emancipação política, caracterizada pelas garantias e direitos formais tutelados pelo Estado. Afinal, a “emancipação humana não é um estado, um ponto de chegada, mas um determinado patamar, uma determinada forma de sociabilidade” (TONET, 2005, p. 476).

Apesar das críticas à corrente do socialismo jurídico, expressão que incluía múltiplas visões e versões de socialismo e de direito, é significativo investigar as interligações deste movimento teórico com o surgimento do direito do trabalho. Os juristas italianos Enrico Cimbali, Giuseppe Salvioli e Cesare Vivante expuseram, no final do século XIX, o aspecto classista das categorias jurídicas (contrato, propriedade e família) e seus regramentos nos Códigos Civis. Esses teóricos identificaram os defeitos sociais dos códigos civis diante do proletariado e a necessidade de penetração do socialismo no direito (SALVIOLI, 1906).

De certa forma, reconheciam que “a ficção jurídica e operacional da igualdade e liberdade abstrata dos cidadãos, ocultava a realidade concreta das classes sociais profundamente diferenciadas e, não raro, antagônicas em seus interesses” (ALVES, 2002, p. 26). Diante disso, era necessário reformular as categorias jurídicas ou criar dentro do direito um novo ramo, com regras próprias, para solucionar as disparidades das classes sociais. O sujeito do direito civil era o proprietário, o contratante, o chefe de família, o típico burguês, quem seria, então, o protagonista deste novo direito?

Engels escreveu sobre o movimento do socialismo jurídico de forma a desvelar suas limitações e ilusões, deixando claro que era preciso ir “para além do estado e da política” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 12). A superação da sociabilidade do capital, fundada na exploração do trabalho alheio, fazia sobressaltar que “a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2008, p. 41). O direito do trabalho surge, portanto, como fruto dessa disparidade ontológica entre capital e trabalho. Um ramo que deveria incorporar essa desigualdade concreta e cristalizar nas categorias abstratas regramentos mínimos a lógica econômica do capitalismo.

É preciso enfatizar que o direito do trabalho não foi uma mera concessão do Estado ou invenção teórica dos juristas, ele é fruto da “mobilização da classe trabalhadora e de suas organizações. Nenhum direito foi concedido sem uma luta que o antecedesse (COUTINHO, 2009, p. 32). No Brasil, enquanto as relações comerciais e civis estavam reguladas desde 1850 e 1916 nos respectivos, Código Comercial e Código Civil, as normatizações sobre salário, acidente de trabalho, hora-extra, duração de jornada e greve eram esparsas e, muitas vezes, de dimensão local.

O contrato de trabalho, instituto-chave que estipula regras mínimas entre o empregado (que vive para o trabalho) e o empregador (que vive do trabalho alheio), só foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro em 1943 com a CLT. Antes era regulado pelo instituto do direito civil denominado contrato de locação de serviço. Um resquício do período escravista no Brasil. As questões sobre o trabalho por um longo período foram tipificadas pelo direito civil. “A lei de locação de serviços de 1837 parece ter fornecido uma linguagem jurídica para os arranjos de trabalho que encontramos nos atos notariais a partir dos anos 1840” (LIMA, 2009, p. 168). O instituto da locação de serviços coexiste durante o regime jurídico de escravidão e no período pós-abolição até a entrada em vigência da CLT.

É inegável que o passado do direito do trabalho se constitui de memórias de lutas e conquistas da classe trabalhadora, porém não é possível desconsiderar as ambiguidades desta matéria. O que nos leva a indagar se “o Direito do Trabalho e seus fundamentos desencadearam realmente uma revolução, no campo do Direito Privado ou foi ele próprio indispensável para legitimar os modelos de Estado e de Sociedade?” (ANDRADE, 2012, p. 3). O objeto desse novo ramo científico elegeu o trabalho assalariado como epicentro, como modelo de trabalho a ser protegido. Mas isso, em si, não constitui uma contradição? Proteger aquilo que nos rouba a subjetividade, que retira a afirmação da vida, que nos adocece fisicamente e mentalmente. Por que proteger o

trabalho morto? O trabalho objetivado “centrado no individualismo contratualista, na supremacia do trabalho vendido, comprado, separado da vida e no racionalismo instrumental a serviço da produção capitalista?” (ANDRADE, 2012, p. 3).

Se é possível criticar os fundamentos do direito do trabalho, “por outro lado, não se pode afirmar que o Direito do Trabalho seja contra a emancipação do proletariado. Em primeiro lugar, porque em qualquer movimento reivindicatório de trabalhadores haverá sempre uma pauta ligada às condições dignas de trabalho” (COUTINHO, 2009, p. 28).

Vocês querem empregos ou direitos?

O direito do trabalho não é um acidente histórico. Ele é um ramo científico recente e datado. Surgiu com a sociedade burguesa e é fruto de suas contradições. Em comparação com o tempo histórico da humanidade ele é um fenômeno novo. No Brasil, por exemplo, a constitucionalização dos direitos trabalhistas só ocorreu em 1988, ou seja, nos últimos trinta anos. Enquanto a escravidão perdurou por mais de trezentos anos em território brasileiro e com apoio da legislação jurídica do país.

No documentário *Indústria Americana*, um trabalhador chinês cita um provérbio muito comum na República Popular da China: “não pode haver dois tigres na mesma montanha”. No filme, a fala do trabalhador serve de ilustração para demonstrar o choque cultural sobre a regulamentação do trabalho (AMERICAN..., 2019). O modelo capitalista norte-americano assentado na organização de trabalhadores em sindicatos e o modelo capitalista chinês que repugna a proteção legal sobre jornada de trabalho e acidente de trabalho.

A empresa chinesa *Fuyao Glass America*, localizada na antiga sede da General Motors, aparece como o protótipo de exploração mais cruel comparado à antiga fábrica norte-americana, segundo os relatos dos trabalhadores locais. Enquanto “na antiga fábrica da GM o salário hora era de U\$29,00 para entrantes, além de todos os benefícios de plano de saúde e regras sindicais” (GALA, 2020, p. 1), na empresa chinesa o salário correspondia a U\$12,00 hora e proibição quanto à sindicalização dos trabalhadores americanos. Com esse fato, não pretendemos apontar o privilégio do capitalismo estadunidense fundado na ideologia do *american way of life* sobre o modelo chinês. Acreditamos que este documentário é importante, pois revela as contradições do direito do trabalho mediante as narrativas orais dos sujeitos envolvidos: o patrão e os operários. Ademais, é possível visualizar uma linha de continuidade entre o passado e o presente do direito do trabalho.

O presidente e dono da empresa Cho Tak Wong demonstra total repugnância a legislação trabalhista. No decorrer do filme, é possível verificar perseguição aos trabalhadores que lutam pela sindicalização na fábrica e demissões daqueles que questionam as jornadas exaustivas de trabalho de 12 e 14 horas. Embora seja um retrato das relações trabalhistas atuais (o documentário é de 2019), em muito se assemelha com as tensões do século XIX nas fábricas inglesas e a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida (AMERICAN..., 2019). Esse cenário do passado foi bem retratado no livro de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845. Além de evidenciar as contradições do trabalho humano, que gera riqueza para poucos e pobreza para a maioria, a obra de Engels apresenta o retrato empírico da vida dos operários. Conforme anunciava no prefácio do livro, a ele já “não interessava um conhecimento apenas *abstrato* de meu tema – eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e tormentos; eu queria ser uma testemunha de vossas lutas [...]” (ENGELS, 2008, p. 37).

O direito do trabalho surgiu para mediar esses dois tigres da sociedade moderna o capital e o trabalho. Contudo as contradições persistem. O capital precisa dos trabalhadores, mas os trabalhadores não precisam do capitalismo. É bem verdade que “o capitalismo, como um regime em permanente contradição, ao mesmo tempo em que produz a exploração, por outro lado, cria condições objetivas para ser colocado em xeque pelos trabalhadores” (COUTINHO, 2009, p. 28).

O desfecho do documentário *Indústria Americana* demonstra que o capitalismo chinês e o norte-americano são diferentes na aparência, mas têm a mesma essência, isto é, se fundamenta sob a expropriação do trabalho humano. Em uma das cenas, o gerente chinês sugere colocar símbolos da cultura chinesa na filial norte-americana em Ohio, ao que dono da empresa responde: “quando em Roma, faça como os romanos. Não os irrite” (AMERICAN..., 2019). Nos escritos sobre história, Walter Benjamin elucida “nunca houve monumento de cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1985, p.13). Na modernidade,

a cultura do capital é a própria barbárie. Aos que vivem na periferia do sistema capitalista sentem de forma ainda mais perversa a exclusão social e política.

Coronavírus e Bolsonaro são doenças que desafiam o Brasil

Flávio Dino (2020 apud SAKAMOTO, 2020, p. 1), governador do Maranhão, em entrevista realizada em 27 de março de 2020 afirmou: “meu diagnóstico é que o Brasil se defronta com duas patologias, duas doenças. Uma, no sentido estrito da palavra, que são as síndromes derivadas do coronavírus. A outra doença é uma patologia política que atende pelo nome de bolsonarismo ou Bolsonaro”. De fato, o contexto atual brasileiro é noticiado nos jornais internacionais sob tom de tragédia. Além de a população ter que enfrentar a pandemia do Covid-19, ainda tem que enfrentar o autoritarismo do Presidente da República. Com ameaças diárias às pessoas e aos próprios poderes instituídos, basta lembrar que o chefe do Executivo participou de vários atos em defesa da intervenção militar, com pedido do fechamento do Congresso e do STF (GARCIA; FALCÃO, 2020).

Mesmo com altos índices do coronavírus no País (até a data de elaboração do artigo, o Brasil ocupa o 2º lugar do mundo com mais mortes). Não houve, por parte do Governo Federal, a consolidação de políticas públicas efetivas, mas a tentativa de maquiar dados do Covid-19 e de confrontar as medidas de isolamento determinadas pelos Governadores e Prefeitos (CÚPULA..., 2020). Isso coloca em questionamento a estrutura federativa do Brasil enraizada na história constitucional do país e no texto constitucional de 1988.

Conforme se verifica, na periferia do capital não há apenas a crise sanitária decorrente do Covid-19, mas também a crise política. O historiador do direito Ricardo Fonseca elucida que mesmo aqueles que fazem “crítica da modernidade e da retórica do Iluminismo devem parar e chegar à seguinte conclusão: nós, modernos, nunca devemos nos sentar e pensar que direitos e liberdades são adquiridos de uma vez por todas. A liberdade requer vigilância permanente e constante” (FONSECA, 2020, p. 1).

O direito dogmatically organizado sendo um dos pilares da modernidade também deve promover uma autocrítica sobre as promessas não cumpridas. Aos juristas seria interessante questionar se o direito é capaz de regenerar a política. O exemplo do Brasil contemporâneo demonstra que não. Existe plena sintonia entre a desregulamentação do direito do trabalho e as políticas conservadoras e antissociais. Nesse sentido, parece não haver saída quando o direito e a política estão capturados pelo Estado.

Assim como os padrões do século XIX, os empregadores brasileiros repugnam as mínimas proteções trabalhistas e patrocinam a difusão de uma cultura do empreendedorismo que se tornou dominante e pulverizou, em certo sentido, a classe trabalhadora. Logo, se verifica que a política classista emanada pelo Estado tem reflexo nas relações de trabalho. Os discursos em defesa da intitulada *Reforma Trabalhista* (Lei n. 13.467/2017) foi patrocinada pela mídia, pelos patrões e pelo Governo Federal sob o argumento que era preciso uma modernização do direito do trabalho. Afirmavam que os sindicatos representavam um símbolo do passado. Mas por que o Estado, a mando do capital, quis destruir o sindicato, se era algo do passado, que não tinha força? O direito do trabalho surgiu para mediar esses dois tigres da modernidade, o capital e o trabalho, mas é incapaz de deter a ofensiva neoliberal.

No Brasil, ocorreu um verdadeiro desmonte em matéria trabalhista. Jorge Souto Maior, juiz do trabalho e professor, chegou a enumerar 201 ataques da *reforma* aos trabalhadores (MAIOR, 2017). É nesse cenário preliminar que deve ser inserida as medidas provisórias que se propuseram a tratar, de modo emergencial, das relações de trabalho durante a pandemia do Covid-19. Houve, mais uma vez, o incentivo do negociado sobre o legislado. A Medida Provisória nº 936/20 autoriza acordos de redução de jornada e salário e suspensão temporária do contrato de trabalho. Inclusive, nos casos de empregadas gestantes e empregados aposentados (BRASIL, 2020). Os acordos individuais podem ser celebrados por qualquer meio físico ou eletrônico. A MP nº 936/20 reaproveitou dispositivos da Medida Provisória nº 905/19 revogada em abril de 2020, que alterava os critérios para correção monetária do crédito trabalhista e foi bastante criticada pelo conteúdo precarizante legislado em face dos trabalhadores (BRASIL, 2019).

A MP nº 936/20 contraria a Constituição de 1988, pois possibilita a realização de acordos individuais sobre demandas em que há clara necessidade de negociação coletiva, isto é, a participação do sindicato. O STF (*guardião da Constituição*) reforça a precarização do trabalho no Brasil, uma vez que “vem praticando

um ativismo judicial da destruição, que ataca diretamente um dos núcleos da Constituição – os direitos sociais. Com decisões dotadas de efeito vinculante e eficácia para todos, o tribunal tem sido um agente da desconstitucionalização” (PAIXÃO; LOURENÇO FILHO, 2020, p. 1). O exemplo mais recente é a decisão monocrática proferida em 27 de junho de 2020, que suspende todos os processos na Justiça do Trabalho que envolvam discussões sobre correção monetária das dívidas trabalhistas, atualizadas pelo IPCA ou TR.

Considerações finais

Os dados oficiais no Brasil são preocupantes. Segundo o Novo CAGED, até maio de 2020, mais de 1,144 milhão de pessoas perderam emprego de carteira assinada no Brasil (BATISTA, 2020). Embora a pandemia do Covid-19 tenha desencadeado uma série de medidas emergenciais em vários campos do direito, no que diz respeito ao direito do trabalho houve apenas continuidade do que já estava sendo implementado no país. Isto é, a legalização do trabalho precário, informal e terceirizado, conjuntura que foi ratificada em decisões do Supremo Tribunal Federal no decorrer de 2016-2020.

A Medida Provisória nº 936/20 que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispôs sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentar a pandemia do Covid-19 contraria o texto constitucional. Um dia após ser publicada (2/4/2020), a MP foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Partido Rede (ADI nº 6363). Em síntese, a MP nº 936/20 viola expressamente os artigos 7º, incisos VI, XIII, XXVI, e 8º, incisos III e VI da Constituição Federal que assegura a participação do sindicato quando se trata de redução de salário e jornada. Além do mais, afronta a Convenção n. 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que o Brasil é signatário. A decisão do Supremo Tribunal, por maioria (7 votos contra 3), julgou improcedente a medida cautelar da ADI 6363 e, por conseguinte, a MP nº 936/20 foi convertida em Lei. Isto é, foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro. Nota-se, portanto, mais um caso, em que a exceção tornou-se a regra.

Os altos índices de contaminação no Brasil indicam que o vírus não escolhe classe social, em contrapartida “os desempregados, favelados, moradores de rua, comunidades quilombolas, tribos indígenas e trabalhadores informais quando não morrem pela doença, eles encontram as maiores dificuldades na assistência médica e nas políticas de enfrentamento da crise sanitária” (LARA, 2020, p. 57). Ao olhar para o passado do direito do trabalho, constata-se que este ramo jurídico floresceu em meio às lutas operárias e em busca de melhores condições laborais e de vida digna. A história testemunha que onde há dominação, há resistência.

Na atualidade, os entregadores de plataformas digitais da Uber, iFood, Rappi, Lalamove e Loggi são trabalhadores na linha de frente do Covid-19. Transformaram-se em protagonistas diários e essenciais na manutenção da vida social. No entanto, no capitalismo a expropriação do trabalho não cessa nem na pandemia, para esses trabalhadores houve redução salarial, aumento de horas trabalhadas e falta de proteção jurídica e sanitária. No dia 1º de julho de 2020, no Brasil, haverá uma greve dos entregadores de aplicativo com adesão internacional da Argentina, Austrália, China, México e Inglaterra. A paralisação é uma centelha de esperança, “num país em que a violência contra os pobres e despossuídos parece forjar a única linha visível de continuidade histórica, é bom sempre descobrir laços de críticas e resistência” (HARDMAN, 1996, p. 8).

Referências

- ALVES, A. C. Função Ideológica do Direito. In: Diretório Acadêmico João Mendes Junior (org.). Fronteiras do Direito Contemporâneo. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, 2002. p. 19-39.
- AMERICAN Factory. Direção de Julia Reichert, Steven Bognar. Utah, Estados Unidos: Festival de Cinema de Sundance, 2019.
- ANDRADE, E. G. L. de. O Direito do Trabalho na Filosofia e na Teoria Social Crítica. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Maranhão, v. 78, p. 37-63, 2012.
- BATISTA, V. Mais de 1,144 milhão de pessoas perderam emprego de carteira assinada no Brasil. Correio Braziliense, 29 jun. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/06/29/internas_economia,867848/mais-de-1-144-milhao-de-pessoas-perderam-emprego-com-carteira-assinada.shtml. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, W. Obras Escolhidas. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- BRASIL. Medida provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv905.htm. Acesso em: 5 jun. 2020.
- BRASIL. Medida provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em: 1 ago. 2020.
- COUTINHO, G. F. O direito do trabalho flexibilizado por FHC e Lula. São Paulo: LTr, 2009.
- CÚPULA do Ministério da Saúde pressiona órgãos a maquiar dados da covid-19, diz jornal. Carta Capital, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/governo-acata-sugestao-de-luciano-hang-para-divulgar-numeros-da-covid-19-diz-jornal/>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, F.; KAUTSKY, K. O socialismo jurídico. São Paulo: Boitempo, 2012.
- GALA, P. A fábrica americana foi comprada por chineses. Carta Maior, Porto Alegre, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Cinema/A-fabrica-americana-foi-comprada-por-chineses/59/46295>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- GARCIA, G.; FALCÃO, M. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. G1 Notícias, Brasília, 31 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- HARDMAN, F. F. Prefácio “Morte e progresso: a história do Brasil como apagamento de rastros”. In: LEONARDI, V. Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.
- LARA, R. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30657>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- LIMA, H. E. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas, v. 14, p. 133-175, 2009.
- LINDNER, J.; TURTELLI, C. ‘Infelizmente algumas mortes terão. Paciência.’ diz Bolsonaro ao pedir o fim do isolamento. Política Estadão, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro-ao-pedir-o-fim-do-isolamento,70003250982>. Acesso em: 1 ago. 2020.
- MAIOR, J. L. S. Os 201 ataques da “reforma” aos trabalhadores. Esquerda Diário, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Os-201-ataques-da-reforma-aos-trabalhadores>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- LIRIO, S. Não esqueçam Paulo Guedes. Carta Capital. 20 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinio/nao-esquecam-paulo-guedes/>. Acesso em 25 maio 2020.
- MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Revista REDES, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 80, 2018.
- O COSMOPOLITA, Rio de Janeiro, 1917.
- PAIXÃO, C.; LOURENÇO FILHO, R. O STF e o Direito do Trabalho: as três fases da destruição. Jota, [Brasília], 29 jun. 2020. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opinio-e-analise/artigos/o-stf-e-o-direito-do-trabalho-as-tres-fases-da-destruicao-29062020. Acesso em: 5 jun. 2020.
- FONSECA, R. Il Brasile, la modernità e la pandemia: riflessioni di uno storico del diritto. Zammumultimedia, 10 jun. 2020. Disponível em: <http://www.zammumultimedia.it/il-brasile-la-modernita-e-la-pandemia-riflessioni-di-uno-storico-del-diritto.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2020.
- SAKAMOTO, L. Coronavírus e bolsonarismo são doenças que desafiam o país, diz Flávio Dino. UOL Notícias, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/30/coronavirus-e-bolsonarismo-sao-doencas-que-desafiam-o-pais-diz-flavio-dino.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- SALVIOLI, G. I difetti sociali delle legge vigente di fronte al proletariato e al diritto nuovo. Roma: Palermo, 1906.
- SANTOS, B. de S. Poderá o direito ser emancipatório? Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 65, p. 3-76, maio 2003.
- STUCKA, P. I. Direito e luta de classes. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- TONET, I. Educar para a cidadania ou para a liberdade? Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809>. Acesso em: 3 ago. 2020.

Nota

¹ Nessa perspectiva, ver: Stucka (1988).

Rose Dayanne Santos de Brito

rose.dayanne@posgrad.ufsc.br

Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Doutoranda em Direito pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata (UNIROMA 2)

UNIROMA 2

Via Cracovia

Roma, Itália

5000133

Agradecimentos

A Miroslav Milovic, in memoriam.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento da autora.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Uberization of labor and Marx's *Capital*Guilherme Nunes Pires¹<https://orcid.org/0000-0001-7179-0984>

¹Universidade Federal do ABC, Centro de Ciências Naturais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Uberization of labor and Marx's *Capital*

Abstract: In the last decade, we saw the expansion of digital platforms and decentralized and freelance labor relations in the global capitalist economy. This combination has been called Gig Economy and its specific labor relation Uberization. This process is directly link to the intensification of work, working day expansion, low remuneration, absence of labor rights and amplification of indirect control over the labor process. Although this phenomenon appears as something new, considering Marx's analysis of piece-wage in *Capital*, it's possible to see the very features and consequences of Uberization. The remuneration, be it by hour or piece/gigs, no alters the essential nature of labor relations in capitalism. The aim of this paper is, therefore, to identify that Marx's *Capital* already anticipated this tendency of capitalist economy and traced the main consequences of Uberization of labor.

Keywords: Gig Economy. Uberization. Marx's *Capital*.

Uberização do trabalho e *O Capital* de Marx

Resumo: Na última década, vimos a expansão das plataformas digitais e relações de trabalho descentralizadas e freelance na economia capitalista global. Essa combinação tem sido chamada de Gig Economy e suas relações de trabalho específicas de Uberização. Esse processo está diretamente ligado à intensificação do trabalho, expansão da jornada de trabalho, baixa remuneração, ausência de direitos laborais e amplificação do controle indireto do processo de trabalho. Embora esse fenômeno apareça como algo novo, considerando a análise de Marx sobre o salário por peça em *O Capital*, é possível ver as mesmas características e consequências da Uberização. A remuneração, seja ela por hora ou peça/tarefa, não altera a natureza essencial das relações de trabalho no capitalismo. O objetivo deste artigo é, portanto, identificar que *O Capital* de Marx já havia antecipado essa tendência da economia capitalista e traçou as principais consequências da Uberização do trabalho.

Palavras-chave: Gig Economy. Uberização. *O Capital* de Marx.

Received in 16.06.2020. Approved in 22.07.2020. Reviewed in 13.10.2020.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

Introduction

In recent years it has been possible to see the emergence of a very peculiar synthesis between Information and Communication Technologies (ICTs) and decentralized, freelance and on demand labor relations. On one hand, there are digital platforms that connects producers and consumers and, on the other, gig workers without fixed salary and basic labor rights. This particular combination has been characterized as Gig Economy and the specific labor relations as Uberization (De Stefano, 2016; Johnston & Land-Kazlauskas, 2019; Bloomer, 2019; Fontes, 2017).

Just to have in mind the dimension of this process, in 2018 the gross volume of Gig Economy was US\$204 billion worldwide; in 2019, this number grew to more than US\$250 billion and are expected to grow to more than US\$450 billion in 2023. Inside these numbers, the transportation sector corresponds to 58% of the total gross volume. Regionally, the leading countries of this total are the U.S., Brazil, France and United Kingdom, respectively. In comparison with developed economies, underdeveloped countries have had an increase in 30% of use of gig work in digital platforms. That is, this phenomenon is a global trend in contemporary capitalism (Muhammed, 2019; Mastercard, 2019; Johnston & Land-Kazlauskas, 2019).

Basically, Gig Economy labor relations are based on decentralized, freelance and on demand jobs without fixed contract and salary – performed generally in digital platforms – known as Uberization. The earnings of these workers are exclusively based on the number of gigs/tasks they perform. From Uberization of labor a great number of consequences emerges. As it is already clear, these labor relations are directly link to intensification of work, working day expansion, low remuneration, absence of labor rights, amplification of indirect control over the labor process, etc. (Fontes, 2017; Istrate & Harris, 2017).

However, although it appears that Uberization of labor is a new feature in contemporary capitalism, it's not possible to argue that these labor relations are new. Of course, it carries the combination of digital platforms and decentralized labor relations, but we can identify that Marx (1976) saw this process as constitutive tendency of capitalist economy. More than that, by analyzing the piece-wage in *Capital* Marx argued that the remuneration by tasks/gigs no alters the nature of labor relations and is a *par excellence* tendency in capitalism and already identified the main consequences to the working class.

From that, the aim of this paper is to identify that Marx's *Capital* already anticipated this tendency of capitalist economy and traced the main consequences of Uberization of labor. In addition, this paper tries to fill the void of analysis of Uberization from the critique of political economy. The remainder of this paper is divided in two sections. In the first section, we presented the main characteristics of the Gig Economy and its labor relations. In the second section, we exposed and argued that in *Capital* Marx already anticipated the main features of Uberization of labor and its consequences.

The Gig Economy and labor

We can characterize the Gig Economy as a business model that combines technology and decentralized, freelance and on demand employment of the labor force. The most influential companies of Gig Economy are those in technology-influenced sectors, mainly digital platforms. The idea of Gig Economy implies the notion of Sharing Economy: a perspective that relates goods and services from spaces connected to online platforms or even decentralized networks that can result in monetary or non-monetary benefits. A clear example of this idea of sharing can be seen on Wikipedia, where any individual connected to the Internet can make a significant (or not) contribution to the development of a free and accessible world encyclopedia (Rinehart & Gitis, 2015).

These two perspectives combined characterizes the current business model that uses part-time/on demand labor relations linked to digital platforms as a way to overcome the limits of capital accumulation nowadays. A clear global example of this is the Uber, Lyft, and Airbnb companies that connect these main features.

The Gig Economy represents the maturation of the process of economic globalization and technological development. From 1970s we have seen the transition from the metal-mechanical-chemical productive pattern to microelectronics and telecommunication. The maturation point, therefore, concerns this long process of technological development of Information and Communication Technologies (ICTs) that will lead to business models who provides forms of labor exploitation in contemporary capitalism (Perez, 2002).

According to Istrate and Harris (2017), the Gig Economy has, at least, three main features. The first one is related to labor. Unlike the standard fixed salary job, in the Gig Economy the salary depends exclusively on the number of tasks or projects performed (gigs) by the workers. The second refers to the form of consumption. Consumers have a huge variety of options of goods and services through digital platforms. Finally, the third characteristic concerns the way in which the intermediary company connects producers and consumers via digital platforms.

Istrate and Harris (2017, p. 3) summarize as follows:

The gig economy is made up of three main components: the independent workers paid by the gig (i.e., a task or a project) as opposed to those workers who receive a salary or hourly wage; the consumers who need a specific service, for example, a ride to their next destination, or a particular item delivered; and the companies that connect the worker to the consumer in a direct manner, including app-based technology platforms. Companies such as Uber, Airbnb, Lyft, Etsy or TaskRabbit act as the medium through which the worker is connected to – and ultimately paid by – the consumer. These companies make it easier for workers to find a quick, temporary job (i.e., a gig), which can include any kind of work, from a musical performance to fixing a leaky faucet. One of the main differences between a gig and traditional work arrangements, however, is that a gig is a temporary work engagement, and the worker is paid only for that specific job.

From that, the main features of Gig Economy are digital platforms companies, the gig workers and the final consumers. From the point of view of digital platforms companies, they have been the driving force behind the expansion of this phenomenon. These companies facilitate transactions between consumers and producers in digital platforms, make work more flexible, provide online payment options from which a significant fee is charged and provide online profiles with the qualities and reputation of producers and consumers (Istrate & Harris, 2017).

In general, in developed countries, for workers who are connected with consumers in digital platforms, in average two large groups can be identified. The first concerns those who provide their work for a living: drivers, manual workers, and delivery workers. The main characteristics of these workers are lower years of schooling and low income, whose working life was based on part-time and temporary jobs, or also due to the difficulty in finding jobs with greater stability. In the second group are those workers who provide some good or service with a higher income and education and do not depend exclusively of part-time work. This is because they generally have full time jobs and look to earn an extra income working on digital platforms (Istrate & Harris, 2017). But this has been changing over the years. Each year many qualified workers have no options but to be a full gig worker.

In underdeveloped economies, however, is quite different. These countries generally have a great informal labor market and higher unemployment rates, so we can see one large group of workers who have been transformed in gig workers by the circumstances of the periphery of capitalism. From precarious workers to newly unemployed, from lawyers to engineers, there is no alternative but to become a gig worker.

The employment of the labor force in these sectors are mostly based on temporary and freelance contracts. That is, workers are subject to different modalities: part-time, self-employed, on demand, etc. (Rinehart & Gitis, 2015; Johnston & Land-Kazlauskas, 2019). In addition, “gig workers, as independent contractors, do not receive benefits, like health insurance, from the technology platform companies; rather, they must procure them on their own” (Istrate & Harris, 2017, p. 5).

These main characteristics of Gig Economy labor force has been called Uberization, because Uber is one of the greatest companies of the segment (Fontes, 2017). Although Uber is just one of many companies, it is the leading company that has grown exponentially worldwide over the years. Therefore, by speaking of Uberization of labor we are only reaffirming a general tendency of accumulation of capital and subordination of labor.

Let's briefly look into the numbers of Uberization. Specifically, in the U.S., the share of gig workers jumped from 10.1% in 2005 to 15.8% in 2015. Between 2005 and 2015, self-employed workers increased 19% in the U.S. (Istrate & Harris, 2017). Besides that, the earnings of these type of work are very low. For example, in the U.S., some gig workers in digital platforms can get US\$2 per hour, more than three times

below the average minimum wage (ILO, 2018). From this gig salary the working day need to increase for more than 10 hours to make a salary to survive.

In the United Kingdom, the number of gig workers doubled in three years. In 2019, U.K. had 4,7 million gig workers and these numbers are expected to increase in the following years. From the expansion of Gig Economy, now 1 of 10 workers in the U.K. are employed in Uberization conditions (Partington, 2019).

In the European Union, according to Bloom (2019), the number of gig workers doubled between 2000 to 2014, making this type of labor relation the leading group of fastest growth. In South Africa, there are at least 30.000 gig workers, dividing in two groups: the first half are taxi drives and the rest delivery gig workers.

In Brazil, the Uberization of labor is evident. In less than a decade, we have seen the dramatic expansion of it. In 2019, according to IBGE, more than 5 million Brazilian workers had their main source of income from digital platforms like Uber and, at least, 17 million have eventually some source of income from digital platforms (Gavras, 2019). Between 2014 and 2019, Uber alone saw its gig workers grew from 5.000 to more than 600.000. The most dramatic situation, however, concern bike delivers in Brazil, known as the 'Bikeboys'. Although they work 12 hours a day and 7 days a week, they do not reach the national minimum salary.

Uberization and Marx's *Capital*

Although it seems that Uberization of labor is something strict new in contemporary capitalism, we are going to argue that this process is a tendency of capitalism and Marx's *Capital* already anticipated this phenomenon and its general consequences.

In *Capital*, Marx (1976) already identified in piece-wage something very similar to what we can find in Uberization of labor in Gig Economy. In the chapter on piece-wage in Volume I of *Capital*, Marx explained how this form of salary was not something strictly new and coexist with other forms of payment. As Marx putted, this coexistence always occurred, "both forms of wages exist side by side, at the same time" (Marx, 1976, p. 692). This idea, however, does not contradicts the fundamental nature of capitalism salary regime, that is, the forms of salary payment, be it by piece (gig) or by time, "no way alters their essential nature" (Marx, 1976, p. 693).

According to Fontes (2017), in Gig Economy the company owns only part of the means of production necessary to perform the company main activities. Mainly the online platform where the middle activities are developed and settled between the workers and the consumers. In consequence, they have full control in managing and enabling the combination of the means of production with the labor force to serve the consumer market, without requiring employment in the formal sense (Fontes, 2017).

Companies like Uber, for example, earn their profit or loss regardless of the costs of creating and maintaining their platform, costs that do not vary directly with the amount of "transportation services" sold by their precarious "employees" through the app. As Fontes (2017, p. 56) argues, under these conditions there are a strong interrelationship between "the most concentrated forms of property, which enable economic control of the process [...], the extraction control, the capture of surplus value and its circulation back to property"¹. The financing of these big Gig Economy platforms is closely linked to the need for large speculative funds to make extraordinary profits. That is, "it ties in closely with investors who, who hold monumental amounts of money, need to turn them into capital, that is, invest them in value extraction processes" (Fontes, 2017, p. 56).

Fontes (2017) argues that is evident the intensification of capital command over labor in Gig Economy and Uberization. The control of labor process is absolutely centralized and labor costs are reduced. At first glance, the digital platform intermediation in connecting producers and consumers seems to provide greater autonomy to workers. However, producers and consumers must be accredited on the platforms, following the form of electronic payment and be subject to the regulations imposed by the algorithms. Control over labor becomes impersonal and in real time (Fontes, 2017).

Marx's analysis of piece-wage suggests the same consequences. According to Marx (1976, p. 694), similar to Uberization, "[t]he quality of the labor is here controlled by the work itself, which must be of good average quality if the piece-price is to be paid in full". This means that, based on the consumer's evaluation, the goods and services provided may suffer a series of penalties that may lead to discounts or even blockages preventing the worker from working for a certain period. That is, piece-wage form of salary "become, from

this point of view, the most fruitful source of reductions in wages, and of frauds committed by the capitalists” (Marx, 1976, p. 694). If we use the digital platforms as an example, it’s possible to see the very consequence for gig workers.

Besides that, Uberization of labor enables capitalists to fully measure the increase in labor intensity. Since wages are measured by the number of gigs made, there is no need for close supervision of the work process. Now, the intensity and the working day is controlled by the worker himself, who wants to increase his daily earnings and intensify his own exploitation to the maximum.

This is closely related to piece-wage analyzed in *Capital*. Marx (1976, p. 695) argues that, “[s]ince the quality and intensity of the work are here controlled by the very form of the wage, superintendence of labor becomes to a great extent superfluous”. The piece-wage, therefore Uberization, became a better “hierarchically organized system of exploitation and oppression” (Marx, 1976, p. 695).

Although it seems the worker has a relative greater autonomy and control over his own activity, in essence it guarantees a much more intense indirect control. Digital platforms ensure real-time track control while the digital platform is active. In addition, reliance on automatic payments, linked to platforms, guarantees the direct extraction of a considerable amount of the worker’s remuneration, around 20 and 25% as a fixed fee. According to Fontes (2017, p. 56), the digital platform:

allows a search platform to be coupled with a mobile credit card technology and a locator, which ensures a close dependence of the worker, since from the credit card depends his own remuneration and the locator denounces all his routes, once the mobile phone is activated [...]. And it is through the credit card that will be directly extracted between 20 and 25% of all compensation of the worker. The rate of value extraction is iron, as is the working regime.

Since are the workers who employ the means of production, all the costs of depreciation, repair and improvement are paid by the workers themselves. If we use the Uber company as an example, we identify that the automobile as a means of production is owned by the worker or, in some cases, rented by the worker itself. Therefore, in addition to the fees charged by digital platforms, workers bear all the extra costs and maintenance of their own means of production such as fuel, repairs, tire changes, etc. In other words, according to Fontes (2017, p. 57), “[the] company moves away from concrete life and makes a point of ignoring workers’ living conditions, ensuring a near zero cost for machinery, raw material (fuel, repairs, fleet renewal) and the workforce itself”. The company only have to pay the maintenance of the platform and all the necessary structure for it.

Parallel to this, there is an expansion of capitalist segments that seek to parasitize those activities. As shown by Marx (1976, p. 695) in piece-wage form of salary, this “make it easier for parasites to interpose themselves between the capitalist and the wage-labourer”. In Uberization we can see the exact phenomenon. A clear example of this today is the Uber company: between the company and the driver there are a range of intermediaries looking to rent cars (means of production) for gig workers.

Besides that, there is the process of decentralization of the labor process. As stated above, accreditation on digital platforms enables indirect and unrestricted control over the worker, but, moreover, it qualitatively and quantitatively changes the working day. As Fontes (2017, p. 58) argues:

Apart from accreditation and locator, there is no direct control close to workers: only sheer necessity should move them to work. There are no combined or compulsory working hours, and no limits on it, nor paid rest days. They know themselves to be workers, but do not consider themselves as such, but as providers of a casual service, even if driven by the most dramatic need. In fact, they do not have a job, but a direct connection of surrendering the most value to owners who are able to impose a pre-established value production process on them. It is not the pores of free time that such owners seek to fill, as in factory processes, that carry out strict control of working time. Here it is about dealing with new scales, increasing the volume of value through massive suppliers of surplus-value. Any time available to the single worker is time to profit.

Marx provides a good parallel between piece-wage and an increasing working day and intensity of labor in this form of salary: as a result of the salary being based on gigs, he says, “it is naturally in the personal interest of the worker that he should strain his labour-power as intensely as possible; this in turn enables the

capitalist to raise the normal degree of intensity of labor more easily" (Marx, 1976, p. 695). Besides that, a natural consequence of this arrangement is that the worker desire to work longer hours per day. In Marx words, the "lengthening of the working day is now in the personal interest of the worker, since with it his daily or weekly wages rise" (Marx, 1976, p. 696).

This increase in working day and intensity is evident in both piece-wage and gigs. By analyzing piece-wage, Marx argued that the working day was so extended that even Thomas Malthus had displeased it in the 19th century. Marx (1976, p. 698-699), in *Capital*, reminds us: "Malthus remarked at that time, with reference to the facts published by Parliament: 'I confess that I see, with misgiving, the great extension of the practice of piece-wage. Really hard work during 12 or 14 hours of the day, or for any longer time, is too much for any human being'."

According to Marx, the piece-wage form of salary also provides comforting illusions for workers who, in a competitive struggle with themselves, believe that they have greater freedom, autonomy and independence. Rather, they are just in a constant struggle to survive. In his words: "But the wider scope that piece-wages give to individuality tends to develop both that individuality, and with it the worker's sense of liberty, independence and self-control, and also the competition of workers with each other" (Marx, 1976, p. 697).

From that, the notion of Uberization of labor is not something exclusively and fundamentally new, but a tendency of capitalism already identified by Marx. The innovation here is the very particular combination of new developing technologies, digital platforms, and financial capital to amplify the scope and amplitude of capital accumulation.

Final regards

The expansion of Uberization of labor is a global trend and we can see this process worldwide. From that point of view, the resulting proprieties of this phenomenon appear entirely as some new in contemporary capitalist economy. It is true that digital platforms in the Gig Economy combine new features of contemporary capitalist economy. The newly feature is, in this case, the combination of technological development, specified in digital platforms, and the need of financial capital to make extraordinary profits. In other words, the necessity of huge amounts of money to turning into capital by extracting value allied to an increasing number of workers in search to sell their labor force.

From the point of view of capitalist labor relations, it was possible to see that the phenomenon of Uberization and its main consequences to the working class does not present something exclusively new in contemporary capitalism. Marx already identified this tendency by analyzing piece-wage in capitalist dynamics. The increase of the working day and its intensity, the absence of labor rights, the decentralization of labor process, amplification of indirect control over labor, discount penalties, etc., are features of both piece-wage and gig forms of salary and they were understood with excellence by Marx as a tendency of capitalism.

Although the combination of ICTs and decentralized labor activities produces new business models through digital platforms, the central specificity of Uberization of labor remains explained by Marx's critique of political economy, that is, the necessity of capital to reduce labor costs and amplify its exploitation. It seems that Marx's critique of political economy is a great starting point capable to deal with Uberization of labor without fell in anachronist and apologist analysis of this process. From this initial approximation, new researches can emerge to go deepened in this issue.

References

- BLOOMER, P. (2012). The future of work: litigating labour relationships in the Gig Economy. Business & Human Rights Resource Centre, 2019. Retrieved from: <https://www.business-humanrights.org/sites/default/files/documents/CLA%20Annual%20Briefing-FINAL.pdf>.
- DE STEFANO, V. (2016). The rise of the 'just-in-time workforce': on-demand work, crowd work and labour protection in the 'gig-economy'. International Labour Organization: Conditions of work and employment series, Geneva, n. 71. Retrieved from: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf.
- FONTES, V. (2017) Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo, 8(5), 45-67.

- GAVRAS, D. (2019). 5,5 milhões usam apps de transporte para trabalhar. O Estado de S. Paulo, 28 abr. 2019. Retrieved from: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,5-5-milhoes-usam-apps-de-transporte-para-trabalhar,70002807114>.
- ILO. (2018). Job quality in the platform economy. International Labour Organization: Global Commission on The Future of Work, #5, 2018. Retrieved from: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/cabinet/documents/Publication/wcms_618167.pdf.
- ISTRATE, E., HARRIS, J. (2017). The future of work: the rise of the Gig Economy. National Association of Counties. Retrieved from: <https://www.naco.org/sites/default/files/documents/Gig-Economy.pdf>.
- JOHNSTON, H., LAND-KAZLAUSKAS, C. (2019). Organizing on-demand: Representation, voice, and collective bargaining in the gig economy. International Labour Organization: Conditions of Work and Employment Series, Geneva, n. 94. Retrieved from: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_624286.pdf.
- MARX, K. (1979). Capital: critique of political economy. V. I. London: Penguin Books.
- MASTERCARD. (2019) The Global Gig Economy: Capitalizing on a ~\$500B Opportunity. Retrieved from: <https://newsroom.mastercard.com/wp-content/uploads/2019/05/Gig-Economy-White-Paper-May-2019.pdf>.
- MUHAMMED, A. (2019). 5 important stats about the Gig Economy to know in 2019. Forbes, maio 2019. Retrieved from: <https://www.forbes.com/sites/abdullahimuhammed/2019/05/09/5-important-stats-about-the-gig-economy-to-know-in-2019/#2d208788c103>.
- PARTINGTON, R. (2019). Gig economy in Britain doubles, accounting for 4.7 million workers. The Guardian, 28 jun. 2019. Retrieved from: <https://www.theguardian.com/business/2019/jun/28/gig-economy-in-britain-doubles-accounting-for-47-million-workers>.
- PEREZ, C. (2002). Technological Revolutions and Financial Capital. USA: Edward Elgar.
- RINEHART, W., GITIS, B. (2015). Independent contractors and the emerging Gig Economy. American Action Forum, Washington, DC. Retrieved from: <https://www.americanactionforum.org/research/independent-contractors-and-the-emerging-gig-economy/>.

Note

- ¹ All quotes in other languages were freely translated by the author.

Guilherme Nunes Pires

gnpires@hotmail.com

Mestre em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Doutorando em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC)

UFABC

Alameda da Universidade, s/nº - Bairro Anchieta

São Bernardo do Campo – São Paulo - Brasil

CEP: 09606-045

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento do autor.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos

Rodrigo Silva Lima¹<https://orcid.org/0000-0002-5036-7471>

¹Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Niterói, RJ, Brasil

Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos

Resumo: O objetivo desse artigo é contribuir com a produção do conhecimento na área da infância e da adolescência, a partir da produção marxiana e autores da tradição marxista. Observa-se a pouca incidência do marxismo nos estudos sobre a situação de vida crianças e adolescentes. Para além de abordagens individuais, considera-se o processo de institucionalização em abrigos uma resposta às expressões da questão social e não o descompasso das famílias da classe trabalhadora em suas funções protetivas. Essas instituições cumprem uma função na reprodução social, por meio da proteção e da coerção, assim como a preparação da mão de obra para uma inserção precarizada no mercado de trabalho, reproduzindo o ciclo de dependência institucional e a exploração.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Questão social. Abrigos. Marx.

A marxist interpretation on childhood and shelters

Abstract: The article's objective is to contribute to knowledge production in the field of childhood and adolescence, based on Marxian production and authors of Marxist tradition. There is a low incidence of Marxism in studies on life situation of children and adolescents. In addition to individual approaches, the institutionalization process in shelters is considered to be an answer to the expressions of the social issue and not the disadvantage of working-class families in their protective functions. These institutions play a role in social reproduction, through protection and coercion, as well as preparing the workforce for a precarious insertion in the labor market, reproducing the cycle of institutional dependence and exploitation.

Keywords: Children and adolescents. Social question. Shelters. Marx.

Recebido em 01.07.2020. Aprovado em 08.09.2020. Revisado em 14.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A infância¹ como uma categoria de análise estrutural exige dos pesquisadores da área das ciências sociais aplicadas enfoques distintos daqueles estudos tradicionalmente centrados no desenvolvimento individual, cognitivo e nas etapas do crescimento já identificados pela psicologia. As correntes funcionalistas subestimaram o valor da infância dirigindo suas investigações para dimensões da socialização e da relação familiar e aquelas pesquisas inspiradas na perspectiva crítico-dialéticas, que estudaram a estrutura de classes, não atribuíram tanta relevância ao papel desempenhado por crianças e adolescentes no capitalismo (PILOTTI, 1995).

As constatações de Pilotti, realizadas há mais de duas décadas não foram totalmente alteradas, porém verifica-se maior preocupação entre pesquisadores, trabalhadores e militantes em produzir e disseminar informações e conhecimento sobre o papel desempenhado por crianças e adolescentes na sociedade, seja abordando as múltiplas determinações que produzem a situação de rua (RIZZINI, 2003); os formatos perversos de instituições privativas de liberdade (SILVA, 2011; SALES, 2007); seja com a crítica à exploração sexual (SANTOS, 2010); do trabalho infantil (NEVES, 1999) ou com as disputas em torno do fundo público (SALVADOR; ALVES, 2012; LIMA, 2015).

Contudo, nas duas últimas décadas, as publicações relacionadas às medidas protetivas em regimes de abrigo, principalmente por parte de assistentes sociais, têm sido inexpressivas. Em levantamento realizado por Malfitano e Silva (2014) são sinalizados questionamentos pelo fato de, entre 1990 e 2009, não serem identificadas revistas de Serviço Social² com a divulgação de conhecimento sobre abrigos³. Embora, nessa área, a produção intelectual e os referenciais da psicologia sejam hegemônicos, mesmo que tardiamente é possível conjugar as dimensões teóricas e políticas de Marx, adotadas na direção estratégica da formação em Serviço Social, com a produção do conhecimento sobre os processos de institucionalização da infância pauperizada.

Na primeira seção deste artigo, diante da pouca incidência do marxismo nos estudos sobre a infância pauperizada, será realizada uma releitura da Lei Fabril e da Lei Geral da Acumulação. Na segunda seção, o processo de institucionalização em abrigos aparece como resposta do Estado às expressões da questão social e não como descompasso das famílias da classe trabalhadora em suas funções protetivas. Essas instituições cumprem uma função na reprodução social, por meio da proteção e da coerção, assim como a preparação da mão de obra para uma inserção precarizada no mercado de trabalho, reproduzindo o ciclo de dependência institucional e a exploração.

Pauperização e a situação da infância no capitalismo

O cenário dramático exposto por Marx (1983, 1984), em *O Capital* demonstra aos pesquisadores das ciências sociais aplicadas que as contradições entre o capital e o trabalho assim como a necessidade de superação da questão social⁴ continuam na ordem do dia. Para analisar o significado da questão social, o referencial crítico, inspirado em Marx e na tradição marxista, merece destaque por salientar não apenas as contradições, como também as desigualdades da sociedade, não se restringindo às determinações filosóficas que buscam compreender a realidade, mas, sobretudo, transformá-la.

A condição de vida da classe trabalhadora na Europa, nos últimos anos do século XVIII, foi marcada pelo fenômeno do pauperismo e, de acordo com Paulo Netto (2001, p. 42): “constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial”. O pauperismo constituía um fenômeno aparentemente novo e se as desigualdades e a existência de ricos e pobres na sociedade era uma característica de longa data, por outro lado as contradições e antagonismos entre capital e trabalho ficavam ainda mais evidentes, pois embora existisse uma capacidade crescente da produção de riqueza, a pobreza também aumentava significativamente (PAULO NETTO, 2001).

Em *O Capital* (MARX, 1983;1984), a brutalidade da denúncia sobre os abusos, a estupidez punitiva e a voracidade por mais trabalho dos proprietários, por meio de expedientes torpes e essenciais ao prolongamento da jornada de trabalho, para além da crítica, impulsionou as classes subalternizadas a resistir e lutar por melhores condições de vida. No tocante à preservação dessas condições, a sanha capitalista contribuiu progressivamente: (1) para o encurtamento da vida – mortalidade real e dissimulada – de parcelas de crianças e adolescentes da classe trabalhadora; (2) produziu epidemias; e (3) dilacerou famílias inteiras. A exploração contínua da força

de trabalho imprimiu um ritmo extenuante às crianças e, principalmente, aos adolescentes, com uma rigidez dificilmente observada no trato dos adultos e/ou até mesmo dos sujeitos escravizados (MARX, 1983).

Além disso, o trabalho assalariado subjugou a integridade infantil e sua compleição física ao deslocar esse público para trabalhos insalubres, em espaços úmidos, empoeirados, abafados e com resíduos nocivos à respiração, resultando na diminuição progressiva da estatura média dos adultos e, conseqüentemente, dos soldados, um problema para as forças militares. Esse processo de trabalho desumano favoreceu o uso de substâncias inebriantes como o ópio e as bebidas alcoólicas para aplacar a dor e o cansaço diante de jornadas de trabalho longas e fatigantes. Submetidos a cobranças desmedidas, essa exploração descaracterizou as singelas linhas faciais infantis por um semblante rudimentar, que causava ojeriza e repugnância e desaguou, com isso, no aligeirado processo de envelhecimento, com o desgaste e a atrofia da musculatura e a redução da energia física e mental, comprometendo a utilização dos membros corporais e a capacidade para o trabalho (MARX, 1983).

Os médicos, nos exames de ceramistas, diagnosticavam a degeneração, do ponto de vista físico e moral, além de esses trabalhadores apresentarem quadros severos de deformação física, raquitismo, anemias, reumatismo, perturbações hepáticas e renais, pneumonia, bronquite e doenças específicas provenientes da manipulação das cerâmicas. A sociedade possui civilização excedente e, como peças de reposição de uma engrenagem, homens, mulheres e crianças, são explorados, descartados, reutilizados ao gosto e a contragosto de quem tem o poder sobre suas vidas: “o prolongamento da jornada de trabalho, além dos limites do dia natural por noite adentro serve apenas de paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca por sangue vivo do trabalho” (MARX, 1983, p. 206).

Um documento encaminhado ao comissário de emprego infantil, pelo médico Charles Parsons (apud MARX, 1983), merece destaque, pois embora não naturalize a exploração da mão de obra, por outro lado, também termina por culpabilizar a família por violências e violações: “posso falar com base somente em observações pessoais não estatísticas, mas nem por isso posso deixar de afirmar que sentia mais e mais revolta ao ver essas pobres crianças, cuja saúde foi sacrificada para satisfazer a avareza de seus pais e de seus empregadores” (MARX, 1983, p. 198).

Liminarmente, ao identificar o conteúdo dos relatórios das inspetorias de fábrica e o surgimento da legislação fabril, Marx (1983, p. 220-221), explicitou com contundente crítica, os aspectos da exploração da força de trabalho, da ampliação do pauperismo e da sociabilidade destrutiva do capital. A legislação fabril, compreendida entre os anos de 1833 e 1864, instituiu uma jornada absurda de 15 horas diárias⁵ de trabalho. Para crianças entre 09 e 13 anos de idade, a atividade laborativa foi limitada em oito horas diárias e não poderia ser realizada entre oito e meia da noite e cinco e meia da manhã – se somente essas informações podem ser consideradas um disparate, uma afronta, cabe salientar que, antes da lei fabril de 1833, as crianças e adolescentes extrapolavam todos os limites impostos e trabalhavam o dia e/ou a noite toda (MARX, 1983).

Nas considerações sobre mais-valia relativa percebe-se que uma das críticas marxianas reside na problematização acerca do uso da maquinaria e de sua finalidade, à medida que, no desenvolvimento das forças produtivas e na explicação sobre o resultado de alívio do esforço diário de um trabalhador na produção de mercadorias, a maquinaria apresenta fundamental importância para intensificação, ampliação da jornada e exploração sistemática dessa força de trabalho. Ou seja, a maquinaria se destinava a “baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encomprar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia” (MARX, 1984, p. 7).

Com essa descoberta, Marx desvenda as diferenças fundamentais engendradas no modo de produção, entre a ferramenta e a máquina; a manufatura e a grande indústria; entre o proprietário dos meios de produção e as pessoas que vendem a mercadoria força de trabalho. Ressalta-se que homens e mulheres também são apropriados diferentemente, de acordo com a utilização de sua mão de obra ou da natureza de um determinado processo de trabalho. Um determinado meio de trabalho pode ser ferramenta, se for movido pela mão de um único trabalhador, ou máquina, se for movido por um determinado tipo de recurso energético: “considerada exclusivamente como meio de baratear o produto, o limite para o uso da maquinaria está em que sua própria produção custe menos trabalho do que sua aplicação substitui” (MARX, 1984, p. 21).

A conversão do trabalho em trabalho assalariado ou o tratamento apartado entre o resultado de determinado trabalho e o trabalho propriamente dito, ou seja, a divisão entre sujeito e objeto, demarca a linha inicial do

processo de produção e, mais diretamente, da reprodução social simples. Sendo assim, “a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista” (MARX, 1984, p. 156). Os processos subjetivos, os cuidados familiares⁶ com as crianças e adolescentes, os dilemas impostos pela esfera do consumo, todos esses aspectos, praticamente, não são levados em consideração pelos detentores dos meios de produção, sendo que “a compra de força de trabalho com dinheiro dá ao capitalista certos direitos de dispor do trabalho dos outros sem considerar necessariamente o que estes possam pensar, precisar ou sentir” (HARVEY, 2000, p. 101).

A ideologia liberal que reforça a moral do trabalho e a culpabilização individual das famílias pauperizadas da classe trabalhadora⁷, sob o discurso conservador reproduzido por frases popularizadas do tipo: “mente vazia é oficina...” ou “é melhor trabalhar do que fazer besteira...”, desconhecem o caráter alienante do modo de produção capitalista e a impossibilidade de todos terem acesso igualitário às oportunidades de emprego e escolarização. A essência dessa questão é descortinada ao invertermos o ponto de partida do abuso e da exploração “é o modo de exploração capitalista que fez do poder paterno, ao suprimir sua correspondente base econômica, um abuso” (MARX, 1984, p. 91).

A funcionalidade dos abrigos no capitalismo

A infância pauperizada, geralmente encaminhada para as *casas de trabalho* ou *workhouses*, necessitava de algum formato de proteção. Diante dos efeitos nocivos do processo de desenvolvimento urbano industrial na Europa era submetida aos infortúnios e vicissitudes da vida, corriam risco de morte, pois, muitas vezes, não tinham acesso às condições mínimas de sobrevivência, como comida, bebida e habitação⁸.

Em países liberais era inadmissível a ajuda aos pobres, sendo permitida em raras exceções, porque a intervenção estatal era considerada antinatural e inibia a disputa entre os indivíduos no mercado, condição de preparação para enfrentar os desafios postos à humanidade. Dessa forma, o progresso, concebido dentro das leis da natureza, resultava da positividade dos conflitos e de um processo de seleção natural, por meio da constante luta entre indivíduos sociais, “luta essa que tinha uma natural função seletora [...] o fraco, o doente, o malformado, o ocioso, o imprudente, o imprevidente – que não se adaptaram às formas de vida civilizada – deveriam ser impedidos de se reproduzir” (PEREIRA, 2000, p. 107). Alguns autores (POLANYI, 1980; HUBERMAN, 2008) recuperam um determinado período histórico, que antecede o século XVIII, fundamental para compreender as violências⁹, as origens da pobreza¹⁰, as formas de intervenção do Estado, por meio de leis e da repressão.

Nas paróquias que administravam recursos ínfimos para o atendimento do público em questão havia um misto de orgulho e resignação que, além de não questionar a petição de miséria das pessoas, apontava apenas a rigidez utilizada para lidar com a economia e a façanha de manter, mesmo com escassez de quadro trágico do proletariado emergente recursos, a obra assistencial (LONDON, 2004). Comparativamente, a remuneração de um trabalhador com um número substantivo de membros na família era, ainda assim, mais reduzida do que o orçamento *per capita* destinado ao mesmo número de pessoas atendidas nos asilos dos pobres.

Ao desvendar e divulgar o orçamento dessas instituições na Inglaterra do século XIX, Jack London (2004) realizou, indiretamente, uma crítica relevante à economia política, ao alívio da pobreza e, ao mesmo tempo, aos abrigos, esses espaços de convivência funcionais aos interesses do capital e constituídos por orçamentos mascarados e *misteriosos* (LIMA, 2015). É impossível descartar o papel desempenhado pela administração pública e os fatores que influenciaram as tendências de planejamento naquela época, pois a ideologia liberal era a base do Estado burguês em ascensão.

A justificativa para a utilização de recursos tão reduzidos não se dava exclusivamente por uma criminosa gestão ou um problema na burocracia, como apontou London, tampouco pela situação da pobreza em si, pois muitos trabalhadores eram pauperizados, mas fundamentalmente por uma ideologia que reforçava o direcionamento de uma *mão invisível* no curso natural das coisas ou uma espécie de *darwinismo pedagógico* que contemplasse um processo de seleção natural dos indivíduos de acordo com o perfil do público-alvo de atendimento¹¹. Sobre a fome, a pobreza e a maneira de gerir os recursos financeiros dos abrigos tem-se a seguinte ponderação:

E sabemos que cinco homens são capazes de produzir pão para mil pessoas; que um trabalhador pode produzir roupa de algodão para 250 pessoas [...]. A renda é suficiente, mas há algo criminosamente errado na administração. Quem ousaria dizer que essa enorme casa não é criminosamente administrada, quando cinco homens podem produzir pão para mil, e ainda assim milhões não têm o que comer? (LONDON, 2004, p. 303-304).

No modo de produção capitalista as instituições asilares ou abrigos¹² para crianças e adolescentes cumprem determinações contraditórias que envolvem: a dimensão assistencial, educativa, coercitiva, protetora, tudo ao mesmo tempo. Isso, porém, não significa necessariamente que sua função primordial seja apenas a de assistir, educar, vigiar, controlar e proteger. A moral do trabalho e a oposição à assistência, argumentos presentes na tradição liberal, na consolidação de uma economia de mercado (PEREIRA, 2000), embora tenham suscitado intervenções assistenciais residuais e focalizadas, jamais foram pensadas para garantir a liberdade plena ou potencializar qualquer tipo de emancipação.

A moral do trabalho, que caracterizou o liberalismo, privilegiava que o acesso à alimentação, ao vestuário e ao lazer fosse garantido por meio do assalariamento dos membros da família em condições de vender a força de trabalho, inclusive as crianças. Nos abrigos isso não era considerado um direito, mas retribuído por meio da imposição do trabalho forçado, como contrapartida. A aquisição aos bens de consumo e às necessidades sociais, por parte das crianças e adolescentes, era muitas vezes fruto de um salário adquirido por familiares ou até mesmo pelos eles próprios no processo de compra e venda da força de trabalho.

Ressalte-se que do momento em que crianças, oriundas da classe trabalhadora, eram alijadas do processo de venda da força de trabalho para a indústria emergente, reduziam-se as formas de sociabilidade, pois escolas inexistiam ou eram insuficientes; a ajuda paroquial, peremptoriamente, diminuía; e a família, engolfada em jornadas de trabalho extenuantes, era, cada vez mais, destituída de suas funções afetivas, educativas, assistenciais e protetivas. Nesse sentido, em momentos históricos, as ruas se apresentavam como uma alternativa de sobrevivência, embora, em determinadas circunstâncias – como no período de introdução da maquinaria nas indústrias – mulheres e crianças, por constituírem a mão de obra mais barata, sustentassem os homens adultos da família (ENGELS, 2010).

Em casas com muitas crianças, os filhos com idades mais avançadas ficavam com a incumbência de cuidar dos mais novos. E, para manter essas crianças sossegadas, muitas vezes, eram empregados narcóticos responsáveis por convulsões que levavam à morte. Como os laços de amor e cuidado, em uma realidade avassaladoramente precária, praticamente inexistiam e se existiam eram extirpados da sociabilidade, evidenciavam-se efeitos desagregadores nas relações afetivas e familiares que terminavam por se pautar monetariamente, de forma que a família se transformava, em algumas circunstâncias, em uma instituição que poderia ser trocada por qualquer outra coisa: “em suma, os filhos se autonomizam, considerando a casa paterna como uma pensão, que pode ser trocada por qualquer outra se não lhes agrada” (ENGELS, 2010, p. 182)

A situação da infância nas instituições de trabalho forçado, que funcionavam como prisões, expressava as contradições entre capital e trabalho atenuando as manifestações da questão social e principalmente os acentuados níveis de pauperização. Na Europa, por volta de 1840, com o fim dos subsídios para os pobres, houve uma expansão do sistema de *workhouses* (MAURIEL, 2011, p. 47). Na capital da Inglaterra, 2% de toda a população¹³ precisavam pagar por abrigo nos albergues noturnos, uma espécie de “assistência privada”, para ter acesso a um lugar insalubre, repugnante e permeado por incertezas: “todas as manhãs, em Londres, 50 mil pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte” (ENGELS, 2010, p. 75).

O relato trágico das condições de vida de crianças, adolescentes e familiares, efetuado por Engels (2010), se interpretado sem o devido cuidado, por uma abordagem senso comum, desprovido de maiores problematizações, pode levar ao simplismo de considerar tais situações como *negligência individual*¹⁴ e produto de ordem pessoal e moral, sobretudo porque a tendência da ideologia liberal, que sustenta a existência de ricos e pobres como algo natural, desconsidera a dimensão estrutural das desigualdades.

Por uma interpretação marxista da infância e das políticas de abrigo

Para Marx e Engels (1999), o primeiro ato histórico é a produção dos meios que permitam a satisfação de necessidades elementares, como a alimentação, a moradia e o vestuário. Ou seja, para se viver em sociedade

algumas condições básicas, para além das necessidades alimentares, precisam ser satisfeitas, algo que não é garantido universalmente para todas as pessoas no modo de produção capitalista.

Os abrigos, sob as determinações do capitalismo, são espaços em que a luta de classes se materializa, como instituições assistenciais são “palco da luta de classes, da resistência da população às suas condições de vida” (IAMAMOTO, 2002). Para qualquer análise sobre abrigo, instituição marcada por construções ideológicas e por idealizações, é necessária, em primeiro lugar, identificar as contradições da concepção de proteção e as práticas de larga tradição na história, como a ajuda, o favor, o cuidado, a formação, a repressão, o controle e a violência. E, em segundo lugar, considerar a luta de classes, o racismo e o patriarcado como elementos fundamentais das relações sociais, “o gênero, raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade” (SAFFIOTI, 2015, p. 83).

Na ausência, provisória ou efetiva, de um ambiente familiar, a criança ou o adolescente, impossibilitado de vender a sua força de trabalho ou sob as ameaças constantes à integridade física tem no abrigo um dos espaços contraditórios de proteção¹⁵. Isto significa dizer que parte do capital alienado, no processo de produção, retorna não para o trabalhador em si, mas para toda a sociedade, e um percentual do fundo público¹⁶, destinado ao abrigo, permite à instituição atender provisoriamente necessidades que em princípio deveriam ser providas pelas famílias, ou seja, “o capital alienado no intercâmbio da força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro” (MARX, 1984, p. 157) não apenas dos trabalhadores existentes, mas dos trabalhadores que estão por vir.

A necessidade de uma interpretação marxista sobre o processo de institucionalização de crianças e adolescentes se justifica, pois os esforços empreendidos pela intelectualidade e as produções são canalizadas para defender garantia da convivência familiar, geralmente, exprimem uma concepção demasiadamente idealizada de família e do desenvolvimento individual, sem analisar os recursos insuficientes destinados para proteção social (LIMA, 2015) e as condições nas quais essas famílias garantem a proteção de crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/1990, por exemplo, merece ser destacado. Muitas das críticas a essa normativa, efetuadas por conhecedores ou não, interpretam de maneira incompleta o artigo 23, que sinaliza, justamente, um aspecto relacionado às famílias da classe trabalhadora e seus estratos pauperizados. A Lei, em oposição às práticas do período autoritário, prescreve que “a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (BRASIL, 1990), isso, em outras palavras, significa dizer que, como aconteceu em história recente, seja nas primeiras décadas do século XX, com a criação do Primeiro Código de Menores, ou no período ditadura militar, com a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor, onde crianças e adolescentes eram institucionalizados compulsoriamente e sem autorização de suas famílias pelo fato de serem pobres, com o ECA isso é teoricamente superado.

Contudo, o acolhimento ou abrigamento, mesmo que motivado por questões relacionadas à miséria, ao desemprego ou à vivência em situação de rua dos pais e/ou responsáveis, não enseja, obrigatoriamente, a separação da família e sua prole, pois essa medida de proteção deve garantir a convivência familiar e comunitária sem retirar a guarda da família de origem¹⁷, salvo em algumas excepcionalidades.

Em seu processo de desenvolvimento, a política de assistência social, firmada a partir de iniciativas estatais, só se realiza, de maneira mais ampla, quando o Estado assume progressivamente os encargos sociais com a sua inscrição na Seguridade Social (que reúne as políticas de previdência, saúde e assistência social) na Constituição Federal de 1988, na promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, em 1993), e depois com a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, em 2004). A institucionalização tardia da assistência, que ultimamente tem conjugado políticas de alívio da pobreza e a centralidade da família, contribuiu para alicerçar a ideia de processualidade, provisoriedade e excepcionalidade do atendimento onde cabe ao abrigo ou à entidade de acolhimento institucional atender também às crianças e aos adolescentes dos segmentos pobres com outros direitos violados, pois quando se adota a medida protetiva de institucionalização, isso não constitui necessariamente a suspensão do poder familiar¹⁸.

Aos/as profissionais dos abrigos e unidades de acolhimento cabe ousar nas propostas de trabalho e questionar as desigualdades sociais, raciais e de gênero, expressar teoricamente uma determinada perspectiva de direitos humanos e traduzi-la para a população usuária, se organizar para subverter o caráter explorador do capital, produzindo conhecimento e subsidiando os movimentos sociais e conselhos de direitos. O movimento de construção de outra ordem societária, em sua complexidade, consiste em superar os mecanismos de adestramento do Estado burguês, impetrado em diversas instituições, que naturalizam e simplificam demasiadamente

as condições precarizadas de vida. Isso cria as condições para que todas as crianças e adolescentes sejam introduzidas nas relações de troca e na lógica das mercadorias, ou seja, reiteram os “olhos amorosos com que as mercadorias piscam ao dinheiro” (MARX, 1983, p. 98).

A partir das leituras de Marx (1984, p. 187) e da concepção consagrada em Iamamoto e Carvalho (1996), subentende-se que as expressões da questão social na infância estão intimamente vinculadas ao processo de acumulação capitalista e abarcam múltiplos fenômenos sociais. Essas expressões incorporam também ambiguidades radicadas na noção liberal de proteção, pois do momento em que crianças e adolescentes, por vicissitudes da vida, não frequentam a escola, transitam ociosamente pelas ruas, ameaçam, danificam e se apropriam da propriedade privada ou cometem qualquer ato que, supostamente, atente contra a vida, passam a ser objeto de perseguição, criminalização e de estigmas por parte da sociedade e do Estado. A visibilidade de meninos e meninas de segmentos da classe trabalhadora e dos estratos pauperizados depende não só do reconhecimento de suas necessidades e, conseqüentemente, da intervenção dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas do seu ingresso numa organização que privilegia a sociabilidade urbano-industrial e o permanente direcionamento para sua adequação ao individualismo e às determinações do mercado.

Crianças e adolescentes, ao provocar a humanidade existente na sociedade, ao comover ou, até mesmo, ao incomodar cotidianamente a burguesia e a classe média, confrontam a arrogância envernizada e o combalido altruísmo, exigem (in)diretamente a necessidade da consolidação de políticas sociais universais e abrangentes. A adoção dessas políticas pode traduzir a necessária ruptura com formatos caritativos e repressivos de larga tradição, em maior ou menor grau, na história de cada país e sinaliza a prioridade de crianças e adolescentes no atendimento prestado nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, lazer dentre outras, bem como na efetiva materialização das demandas sociais no orçamento público, na formulação e execução de planos, programas e projetos sociais.

Os interesses sociais antagônicos presentes na esfera da reprodução social são explicitados não apenas pela reivindicação política ou organização do segmento infantil-adolescente em movimentos sociais e em outras instâncias da sociedade civil, mas também por meio da rebeldia, ou seja, da ruptura com formatos idealizados de vida e da presença recalcitrante nos espaços urbanos, geralmente destinados às classes dominantes. A persistência e a tenacidade desses segmentos de classe insistem em se afirmar com suas características próprias, como pessoas livres, sujeitos de direitos e não apenas com uma cidadania amparada no mercado de consumo. E mesmo diante da exploração, dos conflitos redistributivos, dos preconceitos, das opressões e das crueldades e da exposição real das condições de vida desumanas, da fragmentada sociabilidade nas famílias, instituições, ruas, praças e favelas, essas crianças e adolescentes, sujeitos fundamentais para continuidade da civilização, ainda assim sorriem, resistem, sonham e lutam pela sobrevivência, para resgatar *o olhar amoroso* da humanidade e, por fim, para que seus direitos e necessidades sejam garantidos.

Considerações finais

Seja na roda dos expostos, nas famigeradas *workhouses*, nos grandes internatos ou mais recentemente nos abrigos, o processo de institucionalização acontece mediado pelas contradições da sociedade. O abrigo cumpre uma função social no modo de produção capitalista e sua superação, como idealizam inúmeras produções, é muito improvável nos marcos da sociabilidade burguesa. A faceta desigual das relações sociais aqui constituídas desde o período colonial, com o início do modelo escravocrata, até as metamorfoses do neoliberalismo, revela a culpabilização e a criminalização unilateral das famílias por não reunirem as condições objetivas para suprir as necessidades elementares de crianças e adolescentes. E as formas de institucionalização decorrem de vários fatores como o pauperismo, a busca desenfreada pela sobrevivência nas ruas, a violência socialmente produzida, as assimetrias da sociabilidade burguesa e de profundas desigualdades sociais e raciais no seio da sociedade contemporânea.

Essas instituições, geralmente, tão sucateadas contam com profissionais politizados e comprometidos com a qualificação do atendimento, mas sem a produção teórica para subsidiá-los e carecendo de organização coletiva que aponte para ampliação dos investimentos em políticas sociais e um horizonte de transformação. Assistentes sociais com sólida formação profissional conhecem a realidade de vida de crianças, adolescentes e famílias e embora sua atuação, mais imediata, não transforme concretamente a realidade, ela permite, ao menos,

incidir decisivamente em diversas construções coletivas, na formação humana, nos processos de organização e de tomada de consciência dos segmentos que vivem e trabalham em abrigos.

Por fim, a organização desses segmentos de classe, a partir da produção e socialização do conhecimento e das práticas que se inspiram no legado teórico e político de Marx, podem mostrar um dos caminhos possíveis para a libertação das amarras que aprisionam a população usuária à dinâmica da proteção assistencial e aos esquemas perversos de institucionalização. Usando uma expressão dos meninos e meninas que vivem nos abrigos: “o papo é reto e tamo junto!” Portanto, uni-vos!

Referências

- AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. Infância e violência fatal em família. São Paulo: Iglu, 1998.
- BARISON, M. Disciplina ou cidadania? Estatuto da Criança e do Adolescente e as representações de agentes educacionais de abrigos. O social em questão, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 1997.
- BATISTA, M. V. (org.). Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente, 2006.
- BORGIANI, E. Conselhos municipais da criança e do adolescente e a proposta de trabalho do abrigo. In: ENCONTRO ESTADUAL DE ABRIGOS DE SÃO PAULO, 1., 2004. São Paulo. Anais [...]. São Paulo, Centro de Capacitação e Incentivo à Formação, 2004. Não paginado.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição Federal de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 2 set. 2020.
- CARVALHO, M. do C. B. (Coord.). Trabalhando abrigos. Instituto de Estudos especiais, Centro Brasileiro para Infância e Adolescência CBIA, Caderno de Ação nº 3, São Paulo, 1993.
- CASTEL, R. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELO, R. A. “Questão social” nas obras de Marx e Engels. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2010.
- DIAS, E. F. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passividade. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1999.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.
- HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima [Peru]: CELATS, 1996.
- IAMAMOTO, M. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2002.
- JANCZURA, R. Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia. Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 12, n. 1, 2008.
- LIMA, R.S. O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2015.
- LONDON, J. O povo do abismo: fome e miséria no coração do império britânico: uma reportagem do início do século XX. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MALFITANO, A. P. S.; SILVA, T. V. da. Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA. Revista Terapia Ocupacional, São Paulo, v. 25, n. 1, 2014.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril cultural, 1983. v. 1, t. 1.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril cultural, 1984. v. 1, t. 2.
- MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MAURIEL, A. P. O. Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2011.
- NEVES, D. P. A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Rio de Janeiro: Intertexto, 1999.
- NUNES, D. G. Uma breve história da (in)visibilidade do abandono de crianças e adolescentes. In: FREIRE, S. (org.). Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2007.
- PASTORINI, A. A categoria questão social em debate. São Paulo: Cortez, 2007.
- PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da “questão social”. Revista Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, 2001.
- PEREIRA, P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

- PILOTTI, F. Crise e perspectiva da assistência à infância na América Latina. In: PILOTTI, F; RIZZINI, I. (org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño; Amais, 1995.
- POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RIZZINI, I. (org.). Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003.
- SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SALES, M. A. (In)visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.
- SALVADOR, E.; ALVES, M. da C. L. O abandono dos direitos assistenciais do ECA na execução orçamentária. Revista Sociedade em Debate, Pelotas, nº 18, 2012.
- SANTOS, B. R. dos. Enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil. São Paulo: Canone, 2010.
- SILVA, M. L. O. Entre proteção e punição: Controle Sociopenal dos Adolescentes. Ed. da UNIFESP, 2011.
- VEIGA, C. G. Crianças Pobres como Grupo *Outsider* e a Participação da Escola. Educ. Real, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1239-1256, 2017.

Notas

- ¹ No texto, a expressão infância será utilizada abrangendo a situação de vida tanto de crianças como de adolescentes, pois embora seja um conceito envolto numa transitoriedade, “se localiza na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura social permanente” (PILOTTI, 1995, p. 25).
- ² A Revista Serviço Social e Sociedade passou a ser publicada na versão on-line somente em 2009. E, para exemplificar, assistentes sociais também contam com publicações pontuais em livros e artigos: Carvalho (1993), Barison (1997), Borgianni (2004), Batista (2006), Nunes (2007) e Janczura (2008).
- ³ Dentre temas correlatos, os descritores utilizados nas buscas foram: “abrigo”, “acolhimento à criança”, “institucionalização”, “orfanato”, “convivência familiar e comunitária”, “família substituta” e “família acolhedora” (MALFITANO; SILVA, 2014, p. 95).
- ⁴ Para maior aprofundamento ver Iamamoto e Carvalho (1996), Pastorini (2007), Castelo (2010) e os artigos da revista Temporalis, em especial Paulo Netto (2001), também são fundamentais, assim como um autor não marxista, Robert Castel (1998), pela produção de metamorfoses da questão social: uma crônica da sociedade salário.
- ⁵ “Wilhem Wood, 9 anos de idade, tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar [...]. ‘Chega todos os dias da semana às 6 horas da manhã e para por volta das 9 horas da noite’. Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de 7 anos!” (MARX, 1983, p. 197).
- ⁶ Análises imediatas e baseadas na aparência dos fenômenos identificam como “negligentes” as famílias que submetem crianças a tal exposição, porém Marx (1984, p. 22) já realizava a crítica ao capital por “utilizar mulheres e moças nuas [...] tão de acordo com seu código moral e, sobretudo com seu livro-caixa” (MARX, 1984, p. 22).
- ⁷ “O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família (MARX, 1984, p. 23).
- ⁸ Estima-se que na primeira metade do século XVIII somavam-se na Europa 200 workhouses, que ofereciam alimento e moradia em troca de trabalho (VEIGA, 2017, p. 1242).
- ⁹ Para Huberman (2008, p. 145), o processo de acumulação primitiva do capital é a manifestação explícita da violência, da usurpação do sangue infantil e para além de envolver o comércio de seres humanos, nativos do continente africano, contemplou formas bizarras de traição, suborno, massacres e mesquinharias.
- ¹⁰ O termo pobre significava que todas as pessoas que passavam necessidades: “naturalmente isto incluía os indigentes, mas não apenas eles. Os velhos, os enfermos, os órfãos deviam receber cuidados numa sociedade que proclamava haver lugar para qualquer cristão no seu âmbito [...] a mendicância era severamente punida; a vagabundagem era uma ofensa capital” (POLANYI, 1980, p. 94).
- ¹¹ A existência das instituições asilares foi e continua sendo funcional aos ditames do capital.
- ¹² Promovem, na maioria das vezes, uma formação destinada a instrumentalizar, mediocrementemente, o seu público-alvo, estabelecendo uma espécie de resignação acerca das desigualdades e a passivização coletiva desses segmentos ou, resumidamente, a “neutralização das organizações proletárias” (DIAS, 1999, p. 102).
- ¹³ Londres, além de capital comercial, aglomerava 2,5 milhões de pessoas (ENGELS, 2010, p. 67). Um abrigo construído em 1844, com capacidade para atender trezentas pessoas, recebeu 2.740 desabrigados na noite de sua inauguração.
- ¹⁴ A análise sobre negligência não é simples e deve-nos levar a indagar não apenas as condições estruturais de vida das famílias, pauperizadas ou não, mas o papel do cuidado entre homens e mulheres e as responsabilidades familiares. Azevedo e Guerra (1998)

têm uma descrição do significado de negligência e sinalizam que ela não se aplica às condições que estão para além da realidade das famílias.

- ¹⁵ Que, por intermédio do fundo público ou de doações e a partir de uma dimensão assistencial e educativa objetiva a reprodução social.
- ¹⁶ É importante ressaltar que nos abrigos mantidos por entidades filantrópicas, o financiamento é realizado por meio dos subsídios de igrejas, por campanhas de doação, bazares e pela contribuição solidária de determinados indivíduos da sociedade.
- ¹⁷ Art. 28 - “A guarda é condição a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei” (BRASIL, 1990).
- ¹⁸ De acordo com o ECA, art. 92 (1º parágrafo) “o dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito” (BRASIL, 1990), mas isso não implica em destituição do poder familiar.

Rodrigo Silva Lima

rodrigorod@hotmail.com

Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professor Adjunto do Curso de Graduação em Serviço Social e da Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF)

ESS/UFF

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, sala 416, Bl. E, Campus Universitário do Gragoatá. Bairro São Domingos.

Niterói – RJ, Brasil

CEP: 24210-201

Agradecimentos

Lúcia Freire e Elaine Behring, minha gratidão pelas orientações e incentivo na produção acadêmica. Ana Paula Mauriel, meu reconhecimento pelo apoio e inspiração em minha vida.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento do autor.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Produção de energia eólica em Pernambuco e a injustiça ambiental sobre comunidades rurais

Amanda Oliveira de Santana¹<https://orcid.org/0000-0002-2157-7410>**Tarcísio Augusto Alves da Silva²**<https://orcid.org/0000-0003-2956-3512>¹Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais, Recife, PE, Brasil²Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais, Recife, PE, Brasil**Produção de energia eólica em Pernambuco e a injustiça ambiental sobre comunidades rurais**

Resumo: Encoberta por uma aura verde, formas de injustiça ambiental têm se materializado em experiências de produção de energia eólica. Neste texto, apresentamos como a energia, considerada limpa, produz externalidades negativas que atingem populações rurais, especialmente agricultores familiares. O estudo que forneceu as bases para este trabalho foi realizado por meio de 14 entrevistas semiestruturadas e da observação direta em duas comunidades rurais no município de Caetés, em Pernambuco. Os resultados mostram como processos de expropriação são acionados pelos impactos da presença das torres de aerogeradores no território onde vivem os pequenos agricultores.

Palavras-chave: Energia eólica. Injustiça ambiental. Comunidades rurais.

Abstract: Wind energy production in Pernambuco and environmental injustice on rural communities

Covered by a green aura, forms of environmental injustice have materialized in experiences of wind energy production. In this paper, we present how green energy, often considered a clean source of power, produces negative external factors that affect rural populations, especially family farmers. The study was carried out through 14 semi-structured interviews, followed by direct observation in two rural communities in the municipality of Caetés, in Pernambuco. The results show how expropriation processes are triggered by the impacts the presence of wind turbine towers cause within the territories where small farmers live.

Keywords: Wind energy. Environmental injustice. Rural communities.

Recebido em 21.04.2020. Aprovado em 12.06.2020. Revisado em 16.10.2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em 1987, foi publicada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, responsável por popularizar o conceito de desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987), sobretudo com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

No entanto, essa popularização do conceito e sua aplicabilidade não passaram alheias às críticas que surgiram como resultado das evidências e questionamentos produzidos por diversos campos do saber, como bem expressam os argumentos de Foladori (2001) e Montibeller Filho (2004) ao encararem o desenvolvimento sustentável como um mito. A mesma crítica orienta trabalhos oriundos da Ecologia Política, norteados por estudos e pela ação política dos seus pesquisadores, na investigação dos conflitos ambientais distributivos ao apontarem como as assimetrias de poder definem aqueles a quem os impactos indesejáveis do desenvolvimento devem atingir (LITTLE, 2001; ACSELRAD, 2004; MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Em resumo, as críticas situam como problemática do desenvolvimento sustentável sua confluência com a própria lógica do capitalismo, procurando renová-lo sob uma perspectiva *verde*, uma vez que tende a responder aos problemas ambientais do crescimento, invocando a técnica em detrimento das relações sociais que engendram os desequilíbrios entre sociedade e natureza. Desse modo, para Foladori (2001, p. 108), “[...] é a forma social da produção e não seu conteúdo material e técnico que determina o comportamento em relação à natureza”.

No presente artigo, procuramos articular a mesma argumentação a partir de evidências trazidas da experiência de produção da energia eólica no Agreste pernambucano. Por meio de relatos de pequenos agricultores, residentes da zona rural do município de Caetés, identificamos ações de injustiça ambiental na geração da chamada “energia limpa”, uma das respostas técnicas à resolução dos problemas provenientes da necessidade de crescimento e fornecimento de energia.

Assim, este texto tem os seguintes objetivos: a) discutir a problemática da produção de energia eólica no contexto discursivo do desenvolvimento sustentável; b) apresentar a existência de impactos na implantação e funcionamento das torres de energia eólica nas comunidades de Larginha e Pau Ferro, no município de Caetés, segundo a perspectiva dos(as) agricultores(as); e d) mostrar como essas comunidades convivem com a produção de energia eólica em seus territórios.

Os resultados do estudo decorrem da realização de entrevistas semiestruturadas com 14 residentes, tomando como critério de seleção a sua participação na produção da agricultura familiar nas localidades estudadas. Além disso, utilizamos a técnica de observação direta nos espaços de vivências das comunidades para validar parte dos dados coletados no processo de entrevista, como também exploramos informações disponibilizadas no site da empresa Casa dos Ventos e noticiários.

Injustiça ambiental e a dimensão excludente da relação sociedade e meio ambiente

É muito comum encontrarmos situações em que comunidades pobres, e desprovidas de capital político suficiente, são submetidas a todo tipo de expropriação de seus territórios, devido às decisões locais de instalação de fontes poluidoras, como alguns tipos de indústria, ou à definição de locais de despejo de lixo, tóxico ou não, em áreas cuja população é negra, indígena, camponesa ou pobre.

Uma vasta literatura científica vem comprovando e dando visibilidade a diversas situações em que as baixas condições socioeconômicas e a vivência étnica e de cor são listadas como critérios locais para instalação desses empreendimentos, seja público ou privado, nas proximidades onde vivem tais populações. Um exemplo claro desse fenômeno deu início às primeiras denúncias de injustiça ambiental externalizadas em casos de racismo ambiental, nos Estados Unidos, na década de 1980, pelo reverendo Benjamin Chavis. Seu ativismo permitiu dar visibilidade à escolha deliberada de instalações de depósitos de rejeitos tóxicos e do funcionamento de indústrias poluidoras em um dos locais mais pobres da Carolina do Norte, onde, historicamente, se estabeleceram comunidades descendentes de escravos.

A injustiça ambiental é, portanto:

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (PORTO, 2004, p. 122).

Para além da experiência estadunidense, as situações de injustiça ambiental se fazem presentes em vários outros países e, mais especificamente, naqueles em que a manutenção e ampliação de investimentos sugerem a desterritorialização, ou a degradação dos espaços de vida, de populações tradicionais, como acontece onde as políticas neodesenvolvimentistas fornecem elementos para o avanço da área de mineração, produção de energia, construção de barragens e agronegócio.

Na região da Mata Norte de Pernambuco, havíamos identificado fenômeno similar com a instalação de um aterro sanitário nas proximidades de um assentamento rural, localizado entre os municípios de Goiana, Itaquitinga, Itapissuma e Igarassu. Naquele estudo, a análise dos documentos e dos processos de definição locacional do empreendimento demonstrou que, entre sete opções de localização para construção do aterro, estava aquela em que o avizinhava ao local onde a comunidade de pequenos agricultores dispunha para morar e trabalhar (SILVA, 2010).

Um elemento central nessa discussão indica que a distribuição desigual dos efeitos de danos ambientais que afetam, com mais rigor, grupos sociais menos favorecidos ou minorias étnicas demonstra que a transferência dos custos ambientais para as partes mais débeis é um exercício de expropriação dos recursos naturais, beneficiando certos grupos em detrimento de outros (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Dessa forma, as desigualdades estruturais e fundantes da sociedade capitalista fortalecem processos de injustiça ambiental e trazem para a arena da crise ecológica as assimétricas correlações de forças em torno das disputas por recursos e amenidades ambientais (tais como ar puro, áreas verdes e água limpa), além da distribuição desigual dos efeitos negativos da lógica de produção capitalista globalizada.

A geração de energia limpa: um lobo em pele de cordeiro

Os problemas que atingem as populações pobres, étnicas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e de pequenos agricultores não estão restritos apenas às ações de indústrias poluidoras ou de equipamentos públicos instalados nas proximidades ou dentro dos próprios territórios. São muitos e diversos os empreendimentos que, ao identificarem os elementos necessários à exploração econômica de matérias-primas como a terra, a água, o vento, a vegetação ou os minérios no lugar onde vivem essas comunidades, iniciam uma série de investidas para acessar esses recursos, independentemente do valor ou de sua representatividade para a existência material e imaterial dessas populações.

Nesses casos, há um forte apelo ao discurso técnico fazendo apologia aos benefícios e segurança na realização daquela atividade econômica. Essa retórica é utilizada como forma de se sobrepor às necessidades daqueles que têm na relação direta com a natureza, em muitos casos, sua única e exclusiva fonte de sobrevivência. Observam-se, assim, demandas de uma sociedade genérica sendo utilizadas como justificativa para exploração dos recursos naturais e desterritorialização das comunidades. O lugar dos mais pobres e vulneráveis, nessa trama, seria o de suportar as externalidades que lhes são impostas por aqueles que veem essa mesma natureza apenas como fornecedora dos recursos necessários à produção de riqueza.

Ao invocar as demandas de uma sociedade genérica e os benefícios de determinada atividade econômica para ela é que podemos notar como os interesses sobre um território, até então deslocado das preocupações e investimentos financeiros, são transformados em prioridades econômicas por outsiders. Embora seja cada vez mais desgastante se contrapor a essas iniciativas, quando elas assumem a roupagem de estratégias do desenvolvimento sustentável, como é o caso da geração de energia limpa, o nível de dificuldade para enfrentamento do impacto, da instalação e do funcionamento do empreendimento se torna ainda maior.

A razão instrumental presente na lógica de inovação tecnológica, prevenção, participação pública na tomada de decisão e soluções ambientais e econômicas simultâneas é o ancoradouro das estratégias desenvolvidas no âmbito da chamada teoria da modernização ecológica¹, norteadora de muitas práticas e discursos sobre desenvolvimento sustentável. No entanto, é sob a batuta dos interesses do capital que essa fórmula mágica

procura dissipar posicionamentos antagônicos aos seus interesses, demonstrando que nas soluções técnicas aos problemas ambientais estariam as saídas para os desequilíbrios ecológicos.

Não obstante esse argumento, encontra-se ainda a utilização de ferramentas democráticas, como as audiências públicas, que se fariam presentes no processo para atestar a lisura e boas intenções dos projetos que invocam a participação popular na tomada de decisão. Hanningan (2009) analisa essas audiências e as denomina de arenas sociais de risco, em que a dimensão da informação chega a ser absorvida, mas não impacta ou exerce influência sobre a definição real do risco, tornando a participação de agentes com menor capital cultural e político sempre periférica.

Desenvolvimento sustentável e modernização ecológica seriam, portanto, as faces de um mesmo processo, ou seja, aquele que reconhece as dificuldades, impactos e problemas gerados pela ideia de crescimento ilimitado, mas que atribui as suas causalidades e seus efeitos à dimensão da limitação técnica da produção e do conhecimento. Logo, a correção dessa instabilidade se daria apresentando respostas também técnicas e depositando confiança no desenvolvimento científico e tecnológico, que produziu muitos desses problemas.

Sob esse prisma, o pano de fundo da crise ambiental se mantém intocado, ora porque se pode, inclusive, apontar a própria natureza como causadora dos desequilíbrios ecológicos (vide alguns posicionamentos que explicam a mudança climática a partir de movimentos de aquecimento e esfriamento de temperaturas, próprios da dinâmica terrestre), ora porque seria ainda possível culpabilizar a pobreza, mas nunca o próprio capitalismo, por nossos males de origem.

O desenvolvimento tecnológico, amparado por um discurso ecológico, promoveria processos inovativos para desenhar, assim, tecnologias limpas em substituição das fontes poluidoras, permitindo atenuar, ou mesmo reverter, as marcas negativas do desenvolvimento e garantir, ao mesmo tempo, que as regras do consumo e do crescimento econômico se mantenham dentro dos padrões aceitáveis para a reprodução do capital.

Entretanto, na prática, a modernização ecológica, ao não considerar a dimensão social na relação sociedade e meio ambiente, continua a respaldar os vários casos em que o acesso aos recursos naturais se dá ratificando as estruturas sociais desiguais. Porém, a implementação de uma sociedade baseada em princípios de sustentabilidade deveria recusar-se a “[...] enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social” (ACSELRAD, 2004, p. 33).

Isso significa que a sustentabilidade deve apontar para o respeito e interesse das comunidades ou populações, sejam elas formadas por grupos étnicos e raciais ou compostas por indivíduos de baixo poder aquisitivo, em projetos econômicos que envolvam suas vidas. Suas características sociais, culturais e econômicas devem, sim, ser consideradas como critérios, mas para que sejam protegidas e tenham seu acesso aos recursos naturais amplamente respeitado e inalterado.

Assim, não parece lógico que a natureza deva se adequar aos interesses das empresas, e sim o contrário: os projetos econômicos deveriam condicionar-se aos seus tempos e movimentos. Essa é uma equação bastante complicada de ser resolvida em nosso atual estágio civilizatório, quando temos testemunhado a natureza precisando se subordinar, constantemente, aos negócios e empreendimentos, pelo lobby exercido por empresas junto aos governos no sentido de alterar a legislação ambiental ou pela ausência de fiscalização que conduz às formas de burlar a lei.

No caso específico da energia eólica, o estudo realizado por Neri et al. (2019) no semiárido pernambucano demonstra como isso tem ocorrido com o choque entre os planos de expansão do setor e as metas de conservação na Caatinga brasileira. Para os autores, não seria de se estranhar que essas empresas operem politicamente contra a proteção de áreas de Caatinga, porque a ampliação e a manutenção dessas áreas aumentariam seu custo de estabelecimento ou até dificultariam sua expansão.

Apesar de muitas considerações a respeito dos impactos ambientais da geração de energia eólica estarem voltados aos problemas da fauna e da flora, não é difícil localizar como ela interfere no dia a dia das comunidades rurais.

Como, em geral, a geografia dos investimentos nessa atividade está centrada em áreas distantes de grandes centros urbanos, o desdobramento de sua externalidade negativa tem sido sentido por muitas populações que vivem no campo. Por isso, ambientalistas têm apontado a necessidade de acompanhar mais de perto a implantação dos parques eólicos e o assessoramento das comunidades que são afetadas pela presença desses empreendimentos em suas propriedades, nas proximidades de suas residências e locais de trabalho, levando em consideração, entre outros motivos, o fato de, em geral, a população rural possuir baixa escolaridade e ser

composta por um bom número de pessoas acima dos 50 anos de idade, favorecendo as investidas contra elas, especialmente no que tange à expropriação de seus territórios.

Como aponta Costa (2018), a geração de energia eólica é um negócio de “peixe grande”, visto que em sua composição estão empresas ligadas ao setor financeiro, fundos de pensão, grandes investidores estrangeiros, grandes corporações, associando-se a empresários nacionais, em alguns casos. Esse fato, além de denunciar o distanciamento dos interesses desses grupos das demandas e dinâmicas locais, salienta a utilização dos recursos naturais por uma perspectiva unicamente voltada aos lucros dos acionistas e à instrumentalização da natureza para essa finalidade.

Na análise dos impactos sociais sobre o conjunto das comunidades rurais, uma extensa literatura tem apontado para um processo moderno de esbulho de terra, operado sob vias legais por meio de contratos de arrendamento. Ocorre que esses contratos apresentam algumas cláusulas que retiram a autonomia dos moradores de suas terras e o direito de uso dos seus territórios tradicionalmente ocupados, negando ou dificultando a prática da agricultura e pecuária no território (COSTA, 2018; TRALDI, 2019). Os prazos de vigência desses contratos são outro fator de preocupação, pois impõem o arrendamento a, pelo menos, uma nova geração de pequenos proprietários nas condições ali contratadas, tendo em vista que os prazos vão de 20 a 50 anos, a depender da situação. Destaca-se ainda, segundo Porto, Finamore e Ferreira (2013, p. 52), que, no caso dos quilombolas, eles “[...] são pressionados a assinar como confrontantes da empresa, moradores e lideranças são assediados com protocolo de intenção, o que causa a divisão no interior das comunidades”.

Aquilo a que nos referimos como processo moderno de esbulho de terra compreende os mecanismos legais utilizados pelas empresas com a finalidade de reduzir os direitos sobre a propriedade arrendada, definindo um conjunto de obrigações desiguais entre as empresas e os pequenos proprietários de terra, de forma a retirá-lhes a autonomia sobre ela.

Por sua vez, utilizando o termo inglês *green grabbing*, os autores Fairhead, Leach e Scoones (2012) demonstram em escala mundial como, além da terra, outros recursos naturais têm sofrido apropriação privada legitimada pelo discurso da proteção do meio ambiente ou financiada por mecanismos relacionados à mitigação das mudanças climáticas.

Em vários estados nordestinos (BA, RN, CE, PE), verifica-se a replicação de uma mesma lógica de impactos sociais, o que nos faz entender que existe um *modus operandi*, ou receituário, seguido pelas empresas ao se valerem das condições sociais nas quais as populações estão inseridas. É assim que, na fase de construção e instalação de empreendimentos de energia eólica, a presença de operários nas comunidades onde as torres são instaladas gera situações de violência e aumento da prostituição, o que contribui ainda mais para que o discurso do ambientalmente correto revele práticas socialmente injustas.

À medida que os impactos se avolumam, não é de se estranhar que ocorra outro fenômeno, velho conhecido das comunidades rurais: a migração campo-cidade. Aspectos como esse devem ser mais bem investigados a fim de que se tenha uma compreensão mais exata do alcance dos impactos da produção de energia eólica sobre populações tradicionais, principalmente. Nesse sentido, é possível afirmar que, embora haja similaridades, os impactos variam conforme as características locais de onde está inserida cada comunidade.

Muito desse expediente será apresentado a seguir, demonstrando que o conceito de geração de *energia limpa* aplicado à experiência de empresas de energia eólica pode se revelar como o conto do lobo em pele de cordeiro.

Injustiça ambiental na geração de energia eólica: o caso Caetés, em Pernambuco

O Nordeste obteve, em 2018, o melhor rendimento em produção de energia eólica no Brasil, representando 85% do total gerado no País, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEÓLICA). Esse resultado é fruto de uma política que tem impulsionado, desde 2009, um grande aporte de investimento para a região com a finalidade de garantir a geração de energia movida pelos ventos. Foi investido entre 2009 e 2017 um montante de R\$ 80 bilhões, referentes a 80% de todo o valor investido nacionalmente (O CASTIGO..., 2018). A justificativa para tal decisão se baseia no fato de que a região possui características naturais favoráveis à exploração e desenvolvimento do setor, como clima, relevo, latitude e velocidade dos ventos.

No caso específico de Pernambuco, 18 municípios contêm grande potencialidade de exploração e, até maio de 2018, o estado possuía 35 parques eólicos instalados. Já em 2020, as empresas que exploram as forças dos ventos se faziam presentes em municípios do Sertão (Arapipina, Taracatu) e do Agreste pernambucano (Paranatama, Caetés, Pedra, Venturosa, Gravatá, Macaparana, Pombos e Poção).

A produção de energia eólica se coloca como vantajosa porque gera postos de trabalho local (ao menos no processo inicial de construção das torres de aerogeradores), apresenta baixa emissão de CO₂ (20,58 milhões de toneladas de CO₂ foram evitadas em 2018), e se caracteriza como fonte inesgotável e limpa de energia, pois reduz a dependência de combustíveis fósseis e por ser o vento um recurso abundante e renovável (BLOOMBERG NEW ENERGY FINANCE; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA, 2018). Um dado a ser destacado nessa forma de produção de energia por seus defensores é o de que ela possibilita, nas áreas rurais, onde as torres são instaladas, que o(a) trabalhador(a) continue a explorar a agricultura e a pecuária. No entanto, há bastante controvérsia quanto a essa afirmação, uma vez que na prática existem limites impostos pelas empresas e pela própria legislação (TRALDI, 2019). Além disso, como mostraremos, a agropecuária é afetada pela instalação dos aerogeradores.

O município de Caetés, localizado no Agreste, com sete usinas, representa 1,3% da capacidade de geração de energia eólica instalada em todo o território pernambucano. Ele compõe, juntamente com Pedra e Paranatama, o chamado complexo Ventos de Santa Brígida, de propriedade da empresa Casa dos Ventos. Podemos citar várias empresas que atuam em Pernambuco, como o grupo Votorantim Energia, na cidade de Arapipina; PEC Energia, em Paranatama; Eólica Quatro Ventos S.A, em Macaparana; Eólica Ouro Branco 2 S.A, em Poção; além da Casa dos Ventos, em Caetés, Pedra, Paranatama e Arapipina.

Caetés é um dos municípios de Pernambuco cuja população rural ainda supera a urbana (PERNAMBUCO, 2007). Nele, estão localizadas duas comunidades rurais que ocupam área contígua onde foi inaugurado, em setembro de 2015, parte do Complexo Santa Brígida. Logo de imediato, um dos primeiros problemas trazidos pelo empreendimento estava associado à ocupação crescente de grandes áreas para instalação dos aerogeradores em locais de produção da agricultura familiar.

Segundo revela Traldi (2019) em sua análise sobre o Atlas Eólico e Solar de Pernambuco, uma espécie de mapa da mina para geração de *energia limpa*, o documento exclui das áreas de exploração: terras indígenas, quilombolas, áreas de conservação e preservação ambiental, aglomerados urbanos e cursos de água. No entanto, mantém as áreas de assentamento rural fora desse grupo, por considerar a possibilidade de os agricultores obterem o título da terra, após dez anos. Nesse caso, as áreas de assentamento caracterizam-se como zonas de “bota fora” para produção de *energia limpa* e suas externalidades negativas.

A começar pelos contratos de arrendamento, algumas entidades (Sindicato Rural, Articulação Eólicas de Pernambuco) denunciaram a celeridade com a qual estes eram firmados, além das cláusulas impostas aos arrendadores. Embora o valor pago pela presença de torres nas propriedades seja interessante, segundo relatam alguns entrevistados, outros revelam descontentamento, pois afirmam que os valores variam conforme a própria produção das torres. Por exemplo, de acordo com o relato do entrevistado 1, quem arrendou a terra recebe todo mês: “Quando ela [a torre] está rodando, está ganhando. Agora, quando ela está parada, tá no zero”. Nesse caso, o arrendamento seria pela produção da torre, e não pela terra arrendada, significando que o proprietário deve dividir com a empresa arrendatária os riscos econômicos da atividade. Apesar de não termos conseguido acesso aos contratos, acreditamos que uma das cláusulas deve fazer referência a isso.

Embora a literatura aponte para uma forma de “expropriação dos sentidos da população atingida” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 81), implicando na omissão de informações em situações de injustiça ambiental, no processo de instalação das torres do caso estudado foi possível verificar que a maioria dos entrevistados foi comunicada pela empresa do que seria ali construído. Por outro lado, ficou evidente para os moradores que as informações não foram suficientemente claras quanto às letras minúsculas dos contratos e tampouco quanto a distância das residências em relação às torres. “A distância das torres para as casas, eles não disseram... só falaram que era até 150 metros. Depois que montaram, o povo ficou tudo prejudicado, pois soubemos que era 250 metros” (Entrevistado 5). Esse fato fez com que algumas famílias tivessem que ser retiradas para outro local, tendo em vista a proximidade de suas residências com as torres.

“A promessa foi que, se acontecesse alguma coisa, alguma casa rachasse, eles recuperavam o prejuízo” (Entrevistado 7). Nesse relato, o entrevistado apresenta uma promessa cumprida da empresa, conforme

verificamos *in loco*. Todavia, a reincidência do problema parecia, para os moradores, tão frequente quanto o barulho que eles têm que vivenciar cotidianamente, após a chegada da empresa.

Assim, embora haja registros nas entrevistas de que a empresa havia prestado informações sobre os impactos da obra, o certo é que os entrevistados se demonstraram pouco conhecedores da extensão desses impactos.

[...] eu não sabia que ia ser desse jeito, né? Aí depois outro rapaz veio e falou que ia ser assim e mostrou as fotos, mas assim eu não sabia e acho que ninguém sabia que tinha tanto barulho, né? Pensava que era uma coisa mais silenciosa. Mas a gente sabia que já vinha, mas não sabia que ia ser esse impacto [...]. (ENTREVISTADO 3).

[...] eles vieram aqui, a primeira equipe, e levaram o projeto para quem quisesse, né? Disseram como era, mas só que eles não disseram tudo. (ENTREVISTADO 5).

Vinha uma turma, né? Traziam uma explicação de um jeito, depois já vinha outra com eles, e aí prejudicava... Eu não tinha terra, porque não era proprietário do terreno, era do meu pai, não ia responder nada de um terreno que não era meu, né? Se fosse meu, eu não tinha assinado, né? (ENTREVISTADO 8).

A partir da dimensão do conhecimento sobre o processo de instalação das torres, conseguimos identificar a constituição de dois grupos entre os moradores. O primeiro seria formado por parte dos agricultores que teve suas terras arrendadas e, com isso, usufrui de um valor monetário. Aqueles que pertencem a esse grupo se apresentam como mais informados e conhecedores do processo. Já o segundo é composto por residentes que não foram contemplados com o arrendamento, uma vez que suas residências ou propriedades se encontravam distantes da área de impacto imediato das torres.

A constituição desses dois grupos revela uma certa animosidade e desconfiança entre os moradores, pois para muitos o primeiro convive com o problema provocado, por exemplo, pelo barulho, mas recebe uma compensação monetária por isso. Já a situação do segundo grupo pode ser expressa no seguinte depoimento: “Para quem ganhou torre, ganhou real (risos). Eu só fiquei com o barulho mesmo, graças a Deus” (Entrevistado 3). O mesmo pode ser verificado na fala da entrevistada 10: “Só para quem tem torre. Quem não tem, eles não pagam, não [...]. Quem não tem não recebe nada, recebe só o incômodo, né? Que é a zoada” [barulho].

No entanto, entre os dois grupos as queixas em torno do problema produzido pelo som das hélices são a expressão mais permanente das dificuldades vividas com a presença das torres. Há de se considerar que para medir o impacto do som produzido no local se deve levar em conta o silêncio a que anteriormente estavam habituadas as populações rurais ali presentes. Esse infortúnio, por sua vez, é provocador de toda forma de estresse humano, como relata uma das entrevistadas. “É dor de cabeça quase todo dia, você toma uma farmácia quase todinha de dipirona e não passa, e eu não sei, não... Deve ser por causa delas [as torres], né? Porque a gente não sentia isso antes” (Entrevistada 14). Do mesmo modo nos revelou tal problema a entrevistada 10: “A gente vivia sossegado, aí de repente esse barulho. O ouvido; a cabeça começou a doer, e as crianças a chorar. Meu marido achou que eu ia enlouquecer, porque eu dormia com algodão dentro do ouvido”.

Esses relatos demonstram que as amenidades locais, como a proximidade em relação à natureza, o clima frio e o silêncio, foram alteradas pela presença das torres de aerogeradores. O estresse provocado pelo barulho tende a atingir não apenas os seres humanos. Relatos dos moradores apontam para mudanças nos ritmos da produção de milho e para a redução da quantidade de oferta de leite dos animais e ovos das galinhas de terreiros nas pequenas propriedades.

No entanto, embora o barulho apareça como o grande problema a impactar o bem-estar da comunidade, as residências mais próximas das torres ainda suportam outro inconveniente: a sombra produzida pelas hélices. “À tardezinha ela fazia umas sombras, aí aquelas sombras foram me dando tontura, enjoo...” (Entrevistado 4). Da mesma forma, assevera o entrevistado 6: “É uma sombra que incomoda... Você deita incomoda, se você está assistindo [TV] incomoda”.

Nota-se no caso Caetés a agenda ambiental sendo o principal impulsionador da propaganda em torno dos benefícios da geração de energia eólica, no entanto, sem revelar as inconveniências provocadas às populações que vivem e habitam os territórios que foram incorporados pelas empresas por um processo de *green grabbing*, pois, de diferentes maneiras, a remoção de habitantes locais ou a redução drástica de seus direitos e práticas

de uso da terra e de recursos naturais são subjugadas em nome do interesse de um bem maior nacional ou global (FAIRHEAD; LEACH; SCOONES, 2012).

Se fossem pensados os *benefícios* que a produção de energia eólica trouxe à comunidade, seriam resumidos às reformas das residências impactadas pela operação das torres, aberturas de estradas próximas a elas, trabalho temporário, pagamento do arrendamento das terras (para o primeiro grupo de residentes), construção de uma pequena e precária praça, construção de uma quadra e assistência social esporádica. Como relatam alguns dos entrevistados: “Fizeram praça, aquela praça que vocês passaram, e estão construindo uma quadra” (Entrevistada 2); “Fizeram uma casa modelo ali, aí disseram que vão fazer parecidos com ela, só vão mudar algumas coisas” (Entrevistado 3); “A promessa foi que, se acontecesse alguma coisa, alguma casa rachasse eles recuperavam o prejuízo [...]” (Entrevistado 7).

Esses aparentes benefícios, por outro lado, funcionam como forma de remediação aos riscos e impactos da atividade de exploração de energia eólica nas comunidades estudadas.

Sobres esses riscos, em julho de 2019, a hélice de uma das torres, localizada na comunidade de Pau Ferro, simplesmente quebrou e caiu, sem que as causas fossem notificadas à comunidade (PARTE..., 2019). O êxodo rural provocado pelo funcionamento das torres eólicas é um dos aspectos a ser analisado sobre os impactos dessa produção de energia nas comunidades rurais estudadas. Embora sejam necessários maiores aprofundamentos sobre o fenômeno, foi possível verificar, no trabalho de campo, várias menções dos agricultores à saída de pessoas para a cidade e pretensões a respeito disso:

Entrevistado 1: Saiu muita gente, foram embora para Caetés.

Entrevistado 2: Minha comadre foi que teve um tempo que ela queria sair, porque ela disse que não aguentava a zoada das torres.

Entrevistado 4: Já saiu um bocado de gente daqui.

Entrevistada 5: Se eu achar um canto bom que nem o meu terreno, para minhas plantas, eu saio. Só não vou destruir o que é meu para ir andar pelo mundo, né?

Entrevistado 6: Não. Ainda não, mas estão pretendendo.

Entrevistado 8: Tem gente querendo agora.

Entrevistado 8: Saiu meu tio... dois tios meus.

Entrevistada 10: Olha, só não foram embora porque não têm condições e não têm para onde ir, mas, se tivessem, as pessoas já tinham ido, já tinham saído.

Entrevistado 13: Eles estão dizendo que vão reformar as casas, né? Outros não querem. Nós queremos a indenização, né? Para sair fora...

Entrevistada 14: O tio dela mesmo pegou quatro torres numa terra dele, e ele saiu...

Isso ratifica o que constata Fairhead, Leach e Scoones (2012) ao analisarem os processos de apropriação, desapropriação e valorização da natureza, pois, embora assumindo formas diferentes em lugares diferentes, as populações rurais são deixadas em condição de vulnerabilidade generalizada quando suas terras e recursos permanecem abertos à apropriação de outros para fins ambientais. A mesma compreensão foi dada por Wanderley (2004), demonstrando como a antiga precariedade social dos espaços rurais no Brasil tendeu a reforçar os processos de expropriação de populações rurais em relação aos recursos naturais e aos territórios a que estas se encontram circunscritas.

Como se vê, o fenômeno do êxodo rural expressa uma das faces mais cruéis da injustiça ambiental produzida pela força com que se expande, com incentivos públicos, a geração de energia eólica em nosso país. Capturado pela lógica do mercado, via Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), o discurso ambiental é utilizado como justificativa para rebaixar as condições de vida e promover a expropriação das populações rurais.

Mesmo não havendo registro em nosso estudo sobre formas de resistência e conflitos relacionados às duas comunidades e à empresa, ao menos nos anos que se seguiram após sua inauguração, em 2015, há relatos entre os agricultores de ações na justiça que foram favoráveis à empresa. Isso reforça a ideia de que nos

contextos de ambientalização de práticas econômicas se torna muito mais fácil para as empresas deslegitimar a resistência camponesa colocando-a em oposição ao bom senso do desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

Na defesa da sustentabilidade ambiental, várias práticas econômicas têm sido desenvolvidas reforçando o ideal de desenvolvimento sustentável como dimensão válida à superação dos efeitos deletérios que o crescimento econômico gerou. A produção de energia eólica tem sido um dos grandes símbolos desse processo, principalmente porque se vale da narrativa de que é um tipo de *energia limpa*. O fato, porém, é que essa atividade vem afetando comunidades de agricultores que sentem mudanças drásticas em sua rotina e ao mesmo tempo não se veem protegidas pelo Estado, tampouco pelos empreendimentos que se instalam nas proximidades de suas propriedades.

Como afirmamos, uma forma de esbulho moderno se faz presente nas estratégias com as quais os empreendimentos de energia eólica são implantados. Nesse caso, quando por vias contratuais não reduzem ou alteram os usos sobre a utilização da terra pelos agricultores, os impactos produzidos sobre o território se encarregam de retirar do campo suas amenidades ambientais e um estilo de vida a que sua população estava habituada. Isso, por sua vez, contribui para resgatar ou, ainda, reforçar aspectos históricos da dinâmica de deslocamento populacional, como é o caso do êxodo rural.

Mostra-se necessário, portanto, reavaliar as políticas públicas de incentivo à produção de energia eólica quando os efeitos sociais e ambientais de sua ação corroboram a instalação de um cenário de injustiça ambiental que tende a afetar grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso de agricultores familiares.

Referências

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A., BEZERRA, G. das N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA (ABEEÓLICA). Boletim anual de geração de energia 2018. Bela Vista, SP: 2018. Disponível em: http://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Boletim-Anual_2018.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.
- BLOOMBERG NEW ENERGY FINANCE (BNEF); MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA (ABEEÓLICA). Energia eólica: os bons ventos para o Brasil. InfoVento, n. 7, 1 out. 2018. Disponível em: <http://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Infoventopt.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BRUNDTLAND, G. H. Relatório Brundtland: nosso futuro comum. [S. l.]: Comissão Brundtland/ONU, 1987.
- COSTA, H. S. “Negócios do vento” no Nordeste brasileiro: caso a investigar. Congresso em foco, Brasília, mar. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/%E2%80%9Cnegocios-do-vento%E2%80%9D-no-nordeste-brasileiro-caso-a-investigar/>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? The Journal of Peasant Studies, [S. l.], v. 39, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2012.671770?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Imprensa Nacional, 2001.
- HANNINGAN, J. Sociologia ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- MONTIBELLER FILHO, G. O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- NERI, M. et al. *Green versus green?* Adverting potential conflicts between wind power generation and biodiversity conservation in Brazil. Perspectives in Ecology and Conservation, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 131-135, 2019.
- O CASTIGO virou riqueza em forma de energia. Jornal do Comércio, Uol Nordeste Renovável, [São Paulo], 5 ago. 2018. Disponível em: <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/nordesterenovavel/panorama.php>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- OLIVIERI, A. G. A teoria da modernização ecológica: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, DF, 2009.

PARTE de torre eólica quebra e cai em Caetés, no Agreste. Rádio Jornal Pernambuco, Pernambuco, 23 jun. 2019. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2019/07/23/parte-de-torre-eolica-quebra-e-cai-em-caetes-no-agreste-173267>. Acesso em: 24 abr. 2020.

PERNAMBUCO. População recenseada, por situação do domicílio. Governo do Estado de Pernambuco, Base de dados do estado, Pernambuco, 2007. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=841&CodInformacao=942&Cod=3. Acesso em: 24 abr. 2020.

PORTO, M. F. Saúde pública e (in)justiça ambiental no Brasil. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). Justiça Ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: 2004.

PORTO, M. F.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 100, p. 37-64, out. 2013. DOI 10.4000/rccs.5217.

SILVA, T. A. A. da. Percepção de risco e conflito socioambiental: um estudo sobre a instalação de um aterro sanitário em área de assentamento rural em Igarassu, Pernambuco. 2010. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2010.

TRALDI, M. Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. 2019. Tese (doutorado) –Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, São Paulo, 2019.

WANDERLEY, M de N. B. Identidade social e espaço de vida. In: WANDERLEY, M de N. B. Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis, 2004.

Nota

- ¹ Por modernização ecológica Olivieri (2009, p. 57, grifo do autor) compreende, “[...] reparação de uma falha (defeito) do desenho estrutural da própria modernidade: a destruição institucionalizada da natureza”. Para melhor compreensão da teoria consultar: Hanningan (2009) e Acsegrad (2004).

Amanda Oliveira de Santana

rissardiamanda@gmail.com

Estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Tarcísio Augusto Alves da Silva

deescada@yahoo.com.br

Doutor em sociologia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

UFRPE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos

Recife/PE

CEP: 52171-900

Agradecimentos

Agradecemos aos estudantes da disciplina de Métodos Qualitativos de Pesquisa Social (2019.1) do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE que participaram do processo de coleta de dados da pesquisa.

Agência financiadora

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq/UFRPE), número: 294, período de execução Abril/2019 – Julho/2020

Contribuições das autoras

Tarcísio Augusto Alves da Silva: concepção, redação principal, revisão do artigo. Amanda Oliveira de Santana: redação inicial (introdução, tópico I), considerações finais.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento dos autores.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ENTREVISTA

Entrevista com Amelinha Teles: o nosso projeto é pela vida, Heleieth Saffioti na luta feminista

Raquel Oliveira Lindôso¹<https://orcid.org/0000-0002-8657-3955>**Daniele Cordeiro Motta²**<https://orcid.org/0000-0002-7296-3688>¹Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas, SP, Brasil²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Capivari, SP, Brasil**Entrevista com Amelinha Teles: o nosso projeto é pela vida, Heleieth Saffioti na luta feminista.**

Resumo: Nesta entrevista, Amelinha Teles discorre sobre sua trajetória intelectual e militante iniciada durante a ditadura civil e militar no Brasil e a recepção do livro de Heleieth Saffioti (2013 [1969]), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, considerado por Amelinha como o primeiro livro feminista sobre mulheres escrito no Brasil. Ressalta-se a contemporaneidade do legado de Saffioti por meio das teorias do Nó das relações sociais de classe, gênero e raça/etnia e atualidade do Patriarcado. Discute-se, também, o diálogo íntimo entre Heleieth Saffioti e a luta feminista no Brasil, especialmente a atuação de Heleieth Saffioti junto às Promotoras Legais Populares (PLPs).

Palavras-chave: Luta feminista. Nó-relações sociais de classe, gênero e raça/etnia. Patriarcado. Promotoras Legais Populares (PLPs).

Interview with Amelinha Teles: our project is for life, Heleieth Saffioti in the feminist struggle

Abstract: In this interview, Amelinha Teles discusses her intellectual and militant trajectory initiated during the civil and military dictatorship in Brazil and the reception of the book by Heleieth Saffioti (2013), *The women in class society: myth and reality*, considered by Amelinha as the first feminist book about women written in Brazil. The contemporaneity of Saffioti's legacy is emphasized through the theories of the Node of social relations of class, gender and race/ethnicity and the current status of the Patriarchate. It also discusses the intimate dialogue between Heleieth Saffioti and the feminist struggle in Brazil, especially the role of Heleieth Saffioti with the Popular Legal Promoters (PLPs).

Keywords: Feminist struggle. Node- social relations of class, gender and race/ethnicity. Patriarchate. Popular Legal Promoters (PLPs).



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Recebido em 28.04.2020. Aprovado em 13.07.2020. Revisado em 27.10.2020.

Maria Amélia de Almeida Teles é militante e intelectual feminista que publicou livros com foco nas temáticas da violência contra as mulheres, direitos humanos e direitos das mulheres, história do feminismo brasileiro e a política de creche. Amelinha atua na União de Mulheres de São Paulo e no projeto Promotoras Legais Populares (PLPs). A intelectual feminista atuou, também, na Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e na Comissão Nacional da Verdade (CNV) do Estado de São Paulo *Rubens Paiva*¹.

Quando nós decidimos recuperar o legado intelectual e político de Heleieth Saffioti, sabíamos que o diálogo com a intelectual e militante feminista Amelinha Teles seria imprescindível para a compreensão desse legado, visto que Amelinha e Saffioti pertencem à geração que pensou a luta feminista no contexto histórico da ditadura civil e militar. Não por acaso escolhemos como caminho metodológico visitar a trajetória pessoal-política de Amelinha, objetivando conhecer, entre outras coisas, a repercussão da obra pioneira de Saffioti (2013[1969]), *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, no movimento de mulheres da época, especialmente no estado de São Paulo.

O diálogo com Amelinha Teles buscou, também, compreender a contribuição atual do pensamento de Heleieth Saffioti. E, nesse sentido, a teoria do Nó, que trata da imbricação das relações sociais de gênero, raça/etnia e classe social, apresenta-se como questão central. Outra reflexão importante diz respeito à relevância atual do patriarcado no âmbito dos estudos de gênero e da práxis feminista.

Nesta entrevista, decidimos respeitar a linguagem de Amelinha Teles, já que o modo de construção da narrativa se desenvolve através da revisita à memória em conexão com fatos e reflexões situadas no tempo presente. Esse respeito tem a ver, também, com às relações de amizade, companheirismo e afetos, expressos em diversos momentos da entrevista, como por exemplo, nas repetidas vezes em que Amelinha chama Saffioti pelo seu primeiro nome, Heleieth.

Raquel Oliveira Lindôso: Para iniciarmos, gostaríamos que você falasse como foi o seu encontro com o feminismo e com o movimento social.

Amelinha Teles: O feminismo aparece para mim no ano de 1965, mas eu estava na clandestinidade. Eu vou me tornar uma feminista pública quando se proclama o ano de 1975, o Ano Internacional da Mulher, quando algumas brasileiras, em plena ditadura militar, aproveitam a chamada da Nações Unidas para falar em feminismo. Eu vou tomar conhecimento da palavra *feminismo* na clandestinidade. Porque eu vou ser uma militante contra a ditadura militar. Eu vou viver clandestina, vou ser presa e ter toda minha família presa. A minha geração marcou a vinda da Betty Fridman² ao Brasil. [Betty] Foi no Pasquim³ e foi muito ridicularizada. Ela trouxe uma questão política extremamente instigante, porque as mulheres que ficavam sozinhas em casa, administrando ou realizando o trabalho doméstico, tinham um sentimento de vazio, de não fazer nada, sentimento de não participar da sociedade. As mulheres estavam bem à margem, e ela [Betty] falava das mulheres da classe média, mulheres brancas dos Estados Unidos. E isso incomoda, a gente vai começando a pensar. Eu sou muito leitora do Pasquim porque eu sou leitora de tudo quanto é jornal. Eu trabalho na imprensa clandestina e, então, todo o jornal eu tenho que ler, tenho que saber e tal. E o Pasquim era um jornal interessante.

Eu sou uma mulher que vem da classe trabalhadora e sempre trabalhei e sempre vivi do meu parco salário. Nós somos uma geração que, consciente ou não, a gente rompeu com os estereótipos. Sou uma mulher da época que a pílula foi descoberta, em 1960, e começa a ser usada. Eu sou da época que ser virgem, manter-se virgem, quero dizer, fazer sexo só com aquela pessoa que tem certeza de que vai ser seu companheiro. A questão da lesbianidade era [considerada] uma doença. Enfim, eu participo de uma geração que mudou e rompeu com estereótipos muito rapidamente.

Daniele Cordeiro Motta: Nos anos 70 havia uma desconfiança com o feminismo. Heleieth Saffioti, na obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicada em 1969, afirmou que não se tratava de uma obra feminista. De que maneira você analisa a relação dessa geração com o feminismo?

Amelinha Teles: Afirmar-se feminista é uma pressão muito grande, ainda mais na academia. Saffioti nega no *Brasil Mulher*⁴, porque naquela época éramos todas mal vistas. Na periferia, na academia, nos sindicatos e no movimento estudantil. Na época a gente compreendia que ser feminista pegava mal, já que era considerado pejorativo. Nós éramos discriminadas e isoladas. Nós falávamos em feminismo numa época em que era mais ou menos assim: ou você era sapatão – uma coisa era você ser lésbica, até era chique, mas sapatão [...] –,

ou você era uma mulher perturbada, tresloucada, uma mulher meio terrorista, meio estranha. Eu lembro que um dia eu estava conversando com um cara, isso uns trinta e tantos anos atrás, eu falei que eu era feminista e ele: “Nossa! A senhora é feminista? Não parece. Como assim? Você parece uma pessoa tão sensata”. Isso era muito comum, eu estou lembrando esse por acaso, mas houve muitas situações iguais a essa. Eu entendo perfeitamente a negação da Heleieth.

Raquel Oliveira Lindôso: E como você conheceu a Heleieth Saffioti?

Amelinha Teles: Em 1975 nos reunimos para fazer o jornal e discutir o feminismo. A gente era de uma ignorância terrível porque não tinha nada para ler. Eu lembro que um dia a gente recebeu um livro da Isabel Largaia⁵, que falava do trabalho invisível das mulheres e do trabalho doméstico. Todo mundo ficou apaixonado por esse livro. Não era livro e, sim, uma xerox. Na ditadura não havia livros de linha marxista. Os livros marxistas que vinham para o Brasil eram escritos em espanhol e editados em espanhol. Não havia livros em português, e [tínhamos] algumas xerox em inglês que faltavam letras. As [feministas] que estavam no exílio criticavam muito a gente, porque a gente era do feminismo muito atrasado. Então, “como a gente vai avançar nesse feminismo?” Os companheiros, os homens, criticavam demais e a gente tinha que buscar momentos para convencer os homens. Na mesma época, chegou a Juliet Mitchell⁶ e Shulamith Firestone⁷. Ambos em inglês. Nós líamos uns pedaços e contávamos umas para as outras. E aí, alguém falou que tinha uma mulher muito boa que tinha escrito um livro e que era do feminismo marxista⁸. E foi aí quando nos conhecemos. Os estudantes da USP ficaram sabendo que tinha esse livro da Heleieth Saffioti e trouxeram para nós no *Brasil Mulher*. E aí ficamos com a maior dificuldade para ler. [O livro] Era ruim demais para ler. Então decidimos fazer a leitura coletivamente. Fizemos uma coisa muito bonita estudando a obra de Heleieth. Nós fizemos uma roda, umas 30 mulheres, aí cada uma tirava um pedacinho, retornava para casa e estudava. Havia uma psiquiatra que aprendeu a fazer psicodrama. Cada pedaço transformava-se em um psicodrama. Era um negócio bonito e ajudou muito a gente a entender o livro. O melhorzinho foi a segunda parte⁹ que tratava das condições das mulheres e temas históricos, foi o que aproveitamos mais. E era contra o capitalismo, e nós já éramos mesmo contra o capitalismo.

[*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade é*] o primeiro livro feminista sobre mulheres, depois que eu entendia que era feminista, que nos ajudou a argumentar com os machistas. As feministas da minha geração não eram da academia, mas queríamos ser intelectuais feministas, como é o meu caso. Não sei se chegamos a ser, mas queríamos. Esse livro foi básico para nós. Jamais posso falar que me tornei feminista ignorando a Heleieth. Sou eternamente grata a ela.

Logo em seguida, quando as mulheres estavam disputando espaços públicos eu conheci Heleieth Saffioti. A Heleieth Saffioti, presencialmente, era muito mais feminista do que nesse livro. Conheci Heleieth nos anos 80 e vou ser amiga da Heleieth até ela morrer, em 2010. Porque a Heleieth começa a vir para o movimento em 80, antes ela vai na Sociedade Brasileira do Progresso da Ciência, o SBPC, que ali tem muitas intelectuais feministas.

Heleieth é uma companheira! De 1990 até 2010 Heleieth Saffioti foi professora das Promotoras Legais Populares (PLPs). Heleieth ministrava aula sobre gênero, ou melhor, gênero sob a ordem patriarcal. Falava também sobre violência e teoria do Nó. Era muito interessante a aula.

Daniele Cordeiro Motta: Amelinha, você estava falando da clandestinidade e da relação com os homens do partido, podemos conversar mais sobre como essas disputas estavam colocadas no cotidiano da política?

Amelinha Teles: A discussão dentro do partido (refere-se ao PCdoB) era muito rasa, muito difícil, muito doutrinação. Eu até hoje vejo feministas de partido e penso “como elas aguentam ser feministas e ficar no partido?”, porque a discussão é muito limitada. E comigo não era diferente, quando eu colocava a discussão feminista dentro do partido, o partido rejeitava o feminismo e me mandava ler o Lênin, Clara Zetkin, Inês Armand, Alexandra Kollontai... Eu tentava escrever algum artigo sobre as mulheres no jornal e era sempre barrado, com a justificativa de que não havia espaço para publicação, porque existiam matérias prioritárias. Então havia uma tendência a não publicar matérias sobre as mulheres, estou falando dos anos 70. O que nos ajudou a convencer e argumentar com os machistas de que o feminismo era necessário, foi esse livro [refere-se à obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*].

Por exemplo, esse negócio de assédio no trem e ônibus, era o nosso cotidiano. Muitas vezes levávamos uma toalha, um pano, porque eles [os homens] esporravam nas nossas pernas. Eu viajei muito no trem da Central do Brasil, então você era esporrada e você tinha que limpar seu corpo naquele lugar sujo, para tentar ir trabalhar e fazer suas coisas. Isso fazia parte do nosso cotidiano. Porque isso tudo era naturalizado. Ninguém denunciava. Não denunciava porque você era mal vista. Então nossa terapia era totalmente solitária, porque você não ia ficar conversando sobre isso, ou então, às vezes, conversávamos com uma colega: “Sabe o que aconteceu comigo ontem?” Então a violência contra as mulheres acontecia naquela época e não podíamos falar dessa questão porque era [considerada] perda de tempo. “Vamos centrar no campesinato e proletariado... Mulheres?” Isso é coisa para superestrutura. Aí os homens aprenderam a exercer a prática patriarcal com a maior tranquilidade.

Raquel Oliveira Lindôso: Entrando um pouco nas categorias utilizadas por Heleieth Saffioti, o patriarcado é peça-chave para explicar a desigualdade entre homens e mulheres. Com a disseminação do conceito de gênero, a categoria patriarcado perdeu espaço. Você acha que o patriarcado ainda é importante para o movimento feminista?

Amelinha Teles: Eu também sou igual a ela [Saffioti], não sou teórica, mas concordo com Saffioti sobre as “relações de gêneros na ordem patriarcal”. Porque gênero sem patriarcado é aquela coisa insossa, neutra, caretíssima. Gênero ficou um negócio descritivo, faltava politização. O patriarcado tal qual ele foi constituído pode não existir, mas a ideologia [patriarcal] perpassa por todas as instituições e relações sociais. O paradigma do masculino, do poder masculino, não dá para abrir mão. Porque senão você não explica como as mulheres hoje ainda são oprimidas do jeito que são. Isso não tem explicação sem considerar o patriarcado. Ela [a opressão] tem que ter uma explicação teórica. Eu não sou teórica, mas busco conhecer a teoria para ter explicação de como nós estamos hoje.

Eu acho ótimo gênero, não porque eu achei sempre, eu aprendi a gostar. No começo, quando a gente começou a estudar gênero, o pessoal comparava com os óculos. Gênero é esse tipo de óculos que nos ajuda a enxergar a realidade. E a gente precisa enxergar melhor a realidade para poder entendê-la.

Daniele Cordeiro Motta: O debate contemporâneo do feminismo tem dedicado importante atenção para as teorias imbricacionistas, tanto para pensar as análises acadêmicas quanto para pensar os processos de emancipação. Você é uma das que reivindica a teoria do Nó, elaborada por Saffioti. Você considera que o Nó é uma contribuição para esse paradigma interseccional?

Amelinha Teles: Eu acho que o feminismo interseccional que virou moda no feminismo dos Estados Unidos e no Brasil é muito bom. Eu gosto muito do feminismo interseccional ou das interseccionalidades porque é muito didático. Eu gosto daqueles exemplos da fábrica¹⁰. Eu acho legal, porque as pessoas entendem. A Heleieth Saffioti, a teoria do Nó, é o feminismo interseccional.

Imbricado quer dizer que, se você mexer em um, você mexe nos outros, ou pelo menos cutuca. E o interseccional também, de certa forma. E, didaticamente, talvez, seja mais fácil entender interseccionalidade do que o Nó. O Nó é tão apertado que as pessoas não enxergam, talvez com a interseccionalidade seja mais visível. Mas a vida é mais um nó do que intersecção. Porém, para mim, não há divergências entre um e o outro. Eu acho, para nós aqui, a Heleieth foi precursora dessa teoria. Chegou a do Nó primeiro, depois a interseccionalidade.

Raquel Oliveira Lindôso: E quando a ideia do Nó chega para você?

Amelinha Teles: Acho que chega na Constituição, que é 1986-87-88. E eu gosto dessa ideia do Nó [porque] nesse tempo, na Constituinte, nós militantes, porque militante tem necessidade primeiro, comparada com academia, temos que responder às coisas ali na lata.

E começou com as mulheres negras querendo se organizar, e as brancas liberais – porque tem umas brancas nojentas – começaram a criticar as mulheres negras. E eu confrontei de frente essas mulheres brancas. Esse racismo disfarçado me enche o saco, aí confrontei, chamei de sinhazinha e terminamos no maior bate-boca, por causa das negras, e foi por ali que fui catar a Teoria do Nó. Aí ela [Saffioti] falava “mas o Brasil

é racista mesmo”. E eu questionava “até as feministas, Heleieth?”. “Sim, as feministas! Amelinha, pensa dialeticamente, minha filha!”.

É claro que vão lembrar mais da Lélia Gonzalez¹¹ e Thereza Santos¹², e isso é muito legítimo. Mas Heleieth me ensinou que branco e pobre é bem diferente de branco e rico. Acham que é uma coisa só, mas não é não. E a Heleieth mostrou pra gente que não dá para falar que aqui você é negra, aqui você é branca, aqui você é pobre. Não, tudo está ligado.

Daniele Cordeiro Motta: Tanto o patriarcado e quanto o Nó caíram no esquecimento. De que maneira você avalia esse apagamento?

Amelinha Teles: Na sociedade existe o patriarcado e capitalismo, ele foi diluído e responsabilizou mais individualmente as mulheres pela sua opressão. Quer dizer, o discurso da meritocracia é muito presente. “Eu aconteço, depende de mim”. Esse discurso distorce a realidade e acaba influenciado a universidade, porque a universidade quer produzir trabalhos bonitos. Ficar falando de patriarcado, de opressão, é muito chato.

Vejo o debate sobre Hillary Clinton¹³ ser ou não feminista. O que é isso, gente?! Chamar aquela mulher de feminista! Nós construímos o feminismo a duras penas, agora as atrizes falam de feminismo. Isso aí é moda, já visto que o feminismo foi transformado em coisa chique. Hillary Clinton defendeu a guerra e uma mulher que defende guerra não pode ser considerada feminista. Nós somos contra guerra, somos radicalmente contra guerra. Ou, então, não entenderam nada de feminismo. Uma coisa é usarem os nomes, se apropriarem, manipularem, cooptarem e tal. Eu estou falando de feminismo como movimento de esquerda comprometido com determinados pontos muito definidos, entre esses a defesa da vida.

Raquel Oliveira Lindôso: O contexto atual é de imenso retrocesso no campo dos direitos das mulheres e das minorias, como você pensa os rumos possíveis para a luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista?

Amelinha Teles: Nós, as mulheres, nunca tivemos tanta igualdade política e jurídica como agora, e gostando ou não dos governos da Dilma e Lula¹⁴, é fato que houve uma política social voltada para as mulheres. Dilma, acho que não tem consciência disso, mas ela chegou na presidência graças ao movimento feminista. E a extrema direita, que é misógina, racista e lgbtranfóbica; não aceita que esses grupos sociais demandem e acessem direitos sociais e cidadania.

Eu vejo, portanto, que o cenário atual é uma reação a um certo avanço da sociedade brasileira em termos de direitos sociais. Eu nunca vi a sociedade brasileira reconhecer e conviver com tantas identidades democraticamente como agora. Eu tenho setenta e quatro anos e nunca vi. Sou uma pessoa sempre atenta à política nacional e estou sempre inserida, e afirmo que eu nunca vi um avanço tão importante. Ou seja, a direita não suportou os avanços democráticos e encontrou na figura de Bolsonaro a representação desse segmento social instalado na sociedade brasileira.

Eu me lembro que quem mais se preocupou com a democracia no Brasil foram às jovens feministas. Elas saíram com “Fora Cunha”, em 2015. Na época eu participava da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e estava com outros membros da CNV quando as jovens feministas passaram gritando e erguendo cartazes que diziam: “a buceta me pertence!”. E eles disseram assim: “você acredita num movimento que põe isso aí em um cartaz? Eu falei: “Sim, esse eu acredito!”. Foi o único movimento que gritou “Fora Cunha”. E elas gritaram sozinhas.

Eu acho que, o nosso caminho, nós que vamos ter que fazer. Porque nós defendemos a vida e eles defendem a morte. Então, para mim é o seguinte: nós não podemos deixar que eles avancem mais. E depende de nós a nossa própria sobrevivência. Eles querem acabar com a humanidade, com o meio ambiente, educação e cultura. Eles querem que as pessoas não enxerguem.

E é a nossa vontade de defender a vida que vai determinar nosso caminho. Lembro do livro da Conceição Evaristo¹⁵, “eles combinaram de nos matar e nós combinamos que não vamos morrer”. E acho que nós combinamos que não vamos morrer, porque nós sempre defendemos a humanidade e as mulheres.

Referências

EVARISTO, C. Olhos D’água. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

- FIRESTONE, S. *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. New York: William Morrow and Company, 1970.
- FRIEDAN, B. *A Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1982.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- LARGUIA, I. *Para uma Ciência da Libertação da Mulher*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- MITCHELL, J. *Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e a mulher*. Belo Horizonte, MG: Interlivros, 1979.
- MITCHELL, J. *Woman's estate*. New York, NY: Random House, 1971.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].
- SOUZA, P. Kimberle Crenshaw: A urgência da interseccionalidade. 2017. Ted Talks. (18m.53s). Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU&t=14s>. Acesso em: 1 set. 2020.

Notas

- ¹ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada na gestão da presidenta Dilma Rousseff, e objetivou investigar as violações de direitos humanos cometidas pelo regime civil e militar, no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.
- ² Betty Friedan (1971) publicou, em 1963, a obra *The Feminine Mystique*. Essa obra tornou-se um dos livros mais importantes do século XX e referência para o período denominado como a segunda onda do feminismo.
- ³ O Pasquim foi um periódico semanal que surgiu no ano de 1969 com uma produção crítica à ditadura militar.
- ⁴ O jornal *Brasil Mulher*, criado em 1975, é pioneiro no campo da comunicação das mulheres e da luta feminista pela democracia.
- ⁵ Isabel Larguia (1982) é uma escritora cubana que em 1975 publicou a obra *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*.
- ⁶ Juliet Mitchell (1971, 1979) é uma psicanalista e feminista socialista britânica que escreveu os livros *Woman's estate* em 1971 e *Psychoanalysis and feminism: Freud, Reich, Laing, and women* em 1974.
- ⁷ Shulamith Firestone (1970) é uma escritora canadense que em 1970 escreveu o livro *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*.
- ⁸ Refere-se ao livro *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, publicado em 1969.
- ⁹ Refere-se à parte II *A evolução da condição da mulher no Brasil*.
- ¹⁰ Refere-se à elaboração da intelectual e ativista negra norte americana Kimberle Crenshaw (apud SOUZA, 2017) para cunhar o termo interseccionalidade. Para mais informações acessar o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU&t=14s>.
- ¹¹ Lélia Gonzalez (1982) foi antropóloga, professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- RJ), militante do Movimento Negro Unificado (MNU); fundou o coletivo de mulheres Luisa Mahin no interior do MNU. Escreveu diversos textos, com destaque para "*Racismo e Sexismo na cultura brasileira*" de 1984 e "*O movimento negro na última década*" de 1982.
- ¹² Thereza Santos foi teatróloga, atriz, professora, filósofa, carnavalesca e militante das temáticas raciais e de gênero. Thereza Santos é autora de diversos artigos sobre cultura e mulher negra, bem como sobre a diáspora dos povos africanos e negros e negras brasileiros.
- ¹³ Hillary Clinton concorreu, pelo partido democrata, ao cargo de presidenta dos Estados Unidos nas últimas. E perdeu para Donald Trump, do partido republicano.
- ¹⁴ O governo de Luiz Inácio Lula da Silva durou dois mandatos, entre 2003 e 2011. E os dois governos do presidente Lula foram marcados por diversas políticas sociais e inclusivas. O governo de Dilma Vana Rousseff, durou um mandato e meio, de 2011 a 2016. O segundo mandato da primeira mulher eleita no Brasil foi interrompido após um processo de impedimento (impeachment) marcado por irregularidades. Os governos de Lula e Dilma estão situados em um período histórico nomeado de "governos de esquerdas na América Latina". Esse período tem chamado atenção de pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do saber dada a complexidade e ambivalência desses governos, como por exemplo a combinação entre políticas sociais e avanço do neoliberalismo.
- ¹⁵ Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma escritora brasileira, nascida em Minas Gerais, que publicou vários romances, contos e poesias. O conto "A gente combinamos de não morrer" é parte do livro "Olhos D'Água", publicado em 2014.

Raquel Oliveira Lindoso

raquel.lindoso@yahoo.com.br

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

UNICAMP

R. Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária

Campinas - SP – Brasil

CEP: 13083-896

Daniele Cordeiro Motta

daniele.motta@ifsp.edu.br

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNICAMP)

Professora Substituta de Sociologia do IFSP - Campus Capivari

IFSP - Campus Capivari

Avenida Doutor Ênio Pires de Camargo, 2971 - São João Batista

Capivari – SP – Brasil

CEP: 13360-000

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à Amelinha Teles pelo diálogo generoso e, especialmente, pela oportunidade de aprender com a luta feminista pela democracia, direitos sociais e cidadania.

Agência financiadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Contribuições das autoras

As autoras contribuíram igualmente para a elaboração do roteiro, execução e edição da entrevista.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento das autoras.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.